

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

Associativismo religioso no Brasil e em Portugal: Incentivos e Repertórios de atuação nas arenas públicas de associações católicas no “coração da Igreja”

Luana do Rocio Taborda

Doutorado em Ciência Política – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil
Doutoramento em Sociologia – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL), Portugal

Orientadoras:

Doutora Lígia Helena Hahn Lüchmann, Professora Titular, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Doutora Guya Accornero, Professora Auxiliar, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.

Abril, 2024

iscte

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

Associativismo religioso no Brasil e em Portugal: Incentivos e Repertórios de atuação nas arenas públicas de associações católicas no “coração da Igreja”

Luana do Rocio Taborda

Doutorado em Ciência Política – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil
Doutoramento em Sociologia – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL), Portugal

Orientadoras:

Doutora Lígia Helena Hahn Lüchmann, Professora Titular, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Doutora Guya Accornero, Professora Auxiliar, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.

Abril, 2024

Departamentos: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP), Universidade Federal de Santa Catarina e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.

Associativismo religioso no Brasil e em Portugal: Incentivos e Repertórios de atuação nas arenas públicas de associações católicas no “coração da Igreja”

Luana do Rocio Taborda

Doutorado em Ciência Política – UFSC, Brasil

Doutoramento em Sociologia – Iscte-IUL, Portugal

Júri:

Doutora Lígia Helena Hahn Lüchmann, Orientadora, Universidade Federal de Santa Catarina.

Doutora Guya Accornero, Orientadora, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Patrícia Durães Ávila, presidente do júri, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Doutor Julian Borba, Universidade Universidade Federal de Santa Catarina.

Doutora Leilah Landim Assumpção, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Doutora Madalena Resende, Universidade Nova de Lisboa

Doutor Tiago Carvalho, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Alberta Giorgi, Università di Bergamo, Itália.

Abril, 2024

À Britta Baumgarten, que nos uniu.

À todas as mulheres da minha vida, eu sou vocês.

De que adianta, meus irmãos, alguém dizer que tem fé, se não tem obras? Acaso a fé pode salvá-lo? Se um irmão ou irmã estiver necessitando de roupas e do alimento de cada dia e um de vocês lhe disser: "Vá em paz, aqueça-se e alimente-se até satisfazer-se", sem porém lhe dar nada, de que adianta isso? Assim também a fé, por si só, se não for acompanhada de obras, está morta. (Bíblia, 2001, Tiago 2:14-17).

Agradecimentos

A solidariedade é um dos pilares mais elementares da humanidade, e a materialização desta tese só foi possível mediante a ajuda de dezenas de pessoas, no âmbito profissional e pessoal. Ao longo do processo de pesquisa e reflexão sobre o humano e o divino, vivenciei um processo interno conflituoso de revisão de crenças pessoais. Por isto, inicio agradecendo a Deus, à espiritualidade, às ancestrais e guias e a redescoberta da fé no feminino por me proverem esperança.

Foram necessários seis anos para concluir esta tese. Seis anos em que caí, muito mais do que três vezes. Levantar foi necessário, e só foi possível por que apesar do fato de que escrever uma tese seja uma das experiências mais solitárias já inventadas pela humanidade, eu nunca estive sozinha. Muitos foram aqueles que não soltaram da minha mão, e me ajudaram a me reerguer. Me dedico aqui a agradecer a algumas destas pessoas nominalmente, mas em minha memória e preces ficam tantos mais, que com gestos e palavras me acolheram, ajudaram, motivaram e se importaram.

Agradeço à minha família, minha mãe, fonte de sabedoria, meu pai, exemplo de perseverança. A ambos, agradeço por tudo o que sou, por me ensinarem a ser forte, por serem raízes. A meus irmãos, Luciana e Alyson, por todo o apoio e pelo laço tão forte e bonito que compartilhamos, a pequena Laura, que me trouxe esperança, cada vez que olhei em seus olhos. Agradeço ao meu companheiro Gilmar, por me incentivar e por ser exemplo de resiliência.

As minha amigas e amigos, que foram a pedra angular da minha existência nestes anos. Em especial àquelas que acompanham minha jornada a tantos anos: Ana Martina, Maria Teresa, Márcia, pela beleza do apoio incondicional. Ao Peterson, por me dar a mão no processo de escrita da tese, tão essencial para abrandar a solidão e a angústia. A Giovana, Thayse, Helo, cocotas sempre unidas, mesmo longe. Aos presentes que Portugal me deu, Jaqueline, Carol Colombo, Carol Martins, Cristina, Eula e Eser, Lorena e Juliana, que privilégio as ter conhecido e vivenciado tantas coisas maravilhosas com vocês. Agradeço às mulheres maravilhosas que me proveram teto e um lar, Carol Colombo, Eula Pinheiro Machado, Carolina Martins, Luciana. Aos amigos de Itália, Saulo, Glaydson, Nikolas, Hande, por tanto. A todas/os, sou infinitamente grata pelo presente de sua amizade, tanto amor por vocês.

Aos meus colegas do doutorado da UFSC e do Iscte-IUL, pelas trocas, aprendizados e apoio. Ao Ricardo Paes, que se foi tão cedo, deixando saudades. Ao Sérgio Barbosa, Sérgio Pratas, Leonardo Leal, Laara Carneiro e Lucca Viersa, pelas conversas e suporte. Agradeço a Brenda Andujas, pelo auxílio com as transcrições de entrevistas.

A minha psicóloga, Franciele, que me ajudou a lutar com a ansiedade, a depressão e a síndrome da impostora que me imobilizaram incontáveis vezes, entregar esta tese não seria possível sem você. A Evelyn Verônica, e seu projeto de mentoria acadêmica "Tese Fluir+", que me auxiliou no momento mais difícil, através do qual conheci pesquisadoras maravilhosas. A Dayene Correia Castilho, pelo seu profissionalismo e humanidade na correção desta tese.

Durante o doutorado, obtive o privilégio único de ter tido contato com Centros de Pesquisa, professores e pesquisadores do Brasil, Portugal, Itália e muitos lugares mais que muito me ensinaram e inspiraram. Toda a minha trajetória na UFSC contou com mestres maravilhosos, principalmente os professores e pesquisadores com quem tive contato no âmbito de pesquisas do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS), como Julian Borba, Ernesto Seidl, Tiago Borges, Carla Almeida e Carla Martelli. Também no Iscte-IUL, obtive acolhimento de tantos, agradecimento especial a Britta Baumgarten, in Memoriam, minha orientadora do estágio sanduíche, por todo seu cuidado e carinho e ao André Freire, por todo o apoio e conversas amigas. Agradeço ainda aos professores Tiagos Fernandes, Lapa e Carvalho, e ao professor Antônio Firmino da Costa.

À Diretora do doutoramento do ISCTE-IUL Patrícia Ávila, bem como os Coordenadores do PPGSP/UFSC, Ernesto Seidl, Julian Borba e Gustavo Cunha, por todo o apoio nos processos burocráticos. Nada seria possível sem o trabalho de todos os técnicos administrativos de ambas as Universidades. A toda equipe do CIES, principalmente Neide Jorge, Serviços de Gestão do Ensino do Iscte-IUL, Otto e Janete do PPGSP, a Coordenadoria de Internacionalização (CIN), e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFSC.

Agradeço aos professores portugueses Alfredo Teixeira, Helena Vilaça, Paulo Fontes, Fernando Luís Machado, José Manuel Viegas e Antônio Firmino da Costa, e a professora brasileira Leilah Landim, pela leitura de versões iniciais do projeto de tese e por suas preciosas sugestões e críticas. Agradecimentos também devidos aos membros das bancas de qualificação, professor José Luis Casanova, arguidor da qualificação do Iscte – CIES, Amy Erica Smith e Ernesto Seidl, membros da banca de qualificação da UFSC – PPGSP.

Agradeço a todas/os do grupo de estudos “A Reconfiguração do campo das entidades sociais” conduzido por Ana Claudia Teixeira e Livia De Tomazi, pela produção de saberes compartilhados. A todos da Classe di scienze politico-sociali da Scuola Normale Superiore, de Firenze, por me proporcionarem tanto, em especial a Donatella della Porta, por ter aceitado ser supervisora de minha formação complementar avançada em 2022, e pelas contribuições valiosas a presente tese. Agradecimento especial ainda ao professor Mario Diani, pelos comentários a tese em andamento.

Agradecimentos especiais àqueles que são a razão da existência da presente tese: as associações religiosas e todas as pessoas que a elas se dedicam. O respeito que tenho com a existência e o trabalho social e político destas organizações me motivaram a escrever esta tese. Visando manter a condição de anonimato quanto as contribuições, não farei citações nominais. Deixo, porém, meu enorme agradecimento a todas as dezenas de pessoas, no Brasil e em Portugal, dirigentes, profissionais técnicos/as, voluntários/as e público-alvo das associações religiosas entrevistadas. Nada seria possível sem sua contribuição, agradeço a confiança, o compartilhamento de aprendizados e todo o carinho. Espero com esta tese, e meus trabalhos futuros, trazer alguma forma de retorno a tudo que me deram.

Por fim e mais importante, agradeço a elas, minhas orientadoras. Meu maior privilégio foi ter tido ao meu lado mulheres inspiradoras e brilhantes, que estiveram presentes em todos os momentos e

guiaram minha trajetória, me mantendo em movimento, mesmo quando foi mais difícil. Por tantos anos, acreditaram em meu trabalho, me provendo todos os meios necessários para conseguir concretizar o doutorado. Pelo meu percurso biográfico, meu maior empecilho para o sucesso da presente pesquisa sempre esteve dentro da minha cabeça. Sem sua incansável orientação Lígia e Guya, nada teria sido possível.

Lígia, todas as palavras possíveis ainda são poucas para descrever tudo que aprendi contigo ao longo dos últimos dez anos. Admiro profundamente sua postura, comprometimento, honestidade e sua excelência acadêmica, de forma que hoje agradeço e aspiro ter um dia estas qualidades. Obrigada por acreditar em mim e me apoiar de tantos jeitos.

Guya, obrigada por ter me acolhido em um momento tão difícil, e por ter me tutelado todos estes anos. Tê-la por orientadora, aprender com sua ética, excelência e compromisso, acadêmicos e humanos, foi um privilégio. Obrigada por me instigar a seguir a pesquisa, entre o rigor e a criatividade.

Cabe por último agradecer as agências de fomento que proveram o amparo financeiro para a presente tese: a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela Bolsa de doutorado sanduíche no âmbito do Edital CAPES-FCT 039/2014; o CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Brasil) e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal), pelas bolsas de doutoramento concedidas. Viva a universidade pública e de qualidade, e as pesquisas comprometidas com a justiça social, a democracia e os direitos humanos.

Tudo o que sou, sei e serei provem dos incentivos de todas as pessoas e instituições que tem participado da minha trajetória. Sou profundamente grata.

Fontes de financiamento

Este trabalho foi realizado com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal, mediante Bolsa de Investigação para Doutoramento concedida SFRH/BD/2020.09013. A presente investigação também foi apoiada pela bolsa de doutorado concedida Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº140865/2018-7, e por bolsa de doutorado sanduíche da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, processo CAPES/FCT nº 88887.191114/2018-00.



Resumo

Esta pesquisa resulta de uma análise comparativa sobre a configuração e atuação das associações religiosas (ARs) católicas no Brasil e em Portugal, entre 2001 e 2020, considerando questões históricas, sociais e políticas. Visou compreender, por meio dos casos das Cáritas Brasileira e Portuguesa, de que forma contextos específicos têm influenciado a atuação dessas associações, além das estratégias adotadas para assegurar o protagonismo nas arenas públicas, em ambos os países. Adota referenciais teóricos provenientes de estudos nas áreas da Sociologia – dos movimentos sociais e ação coletiva, religião e sociologia histórica –, e da Ciência Política – estudos sobre religião e política, participação política e instituições democráticas. A metodologia parte da abordagem da comparação pareada (Tarrow, 2010), utilizando entrevistas, pesquisa de campo, análise documental e bibliográfica como principais técnicas mobilizadas. As principais conclusões da investigação são de que as ARs católicas analisadas vivenciam uma crise identitária por alocarem-se entre lógicas próprias dos campos associativo, religioso e político, procurando responder a demandas variadas, entre a caridade e a defesa de direitos. O enquadramento analítico de Contexto de Interação Associativa possibilitou compreender como a atuação das ARs é influenciada por incentivos externos, financeiros, políticos, legislativos e informacionais. Já os principais repertórios identificados são provisão de serviços públicos, redes, produção de informação e incidência política. Conclui-se que a atuação das ARs católicas no Brasil e Portugal entre 2001 e 2020 é influenciada por processos mais amplos de secularização, pluralização religiosa, crises do catolicismo e maior presença pública das religiões, ao mesmo tempo que as associações analisadas apresentam níveis de agência consideráveis nas arenas públicas.

Palavras-Chave: Associativismo Religioso; Igreja Católica; Brasil; Portugal; Repertórios; Cáritas.

Abstract

This research is the result of a comparative analysis of the configuration and performance of Catholic religious associations (RAs) in Brazil and Portugal between 2001 and 2020, considering historical, social and political issues. It aims to understand, through the cases of the Brazilian and Portuguese *Cáritas*, how specific contexts have influenced these associations' performances as well as the strategies they have adopted to ensure their protagonism in public arenas in both countries. Its theoretical references come from sociological – sociology of social movements and collective action, historical sociology, sociology of religion – and political science studies – on religion and politics, political participation, and democratic institutions. Its methodology is based on the paired comparison approach (Tarrow, 2010), with interviews, field research, documentary and bibliographic analysis as the main techniques. The foremost conclusions are that the analysed Catholic RAs are experiencing an identity crisis due to being located within logics peculiar to the associative, religious and political fields, attempting to respond to various demands, between charity and defense of rights. The Context of Associative Interaction analytical framework made it possible to understand how the RAs' work is influenced by external, financial, political, legislative, and informational incentives. The main repertoires identified were provision of public services, networking, information production and political incidence. The conclusion is that the actions of Catholic RAs in Brazil and Portugal between 2001 and 2020 were influenced by broader processes of secularization, religious pluralization, crises in Catholicism, and the greater public presence of religions, at the same time as the associations analysed have had considerable levels of agency in public arenas.

Key Words: Religious Associations; Catholic Church; Brasil; Portugal; Repertoires; Caritas.

Índice

Agradecimentos	v
Fontes de Financiamento	ix
Resumo	xi
Abstract	xiii
Índice de Quadro e Figuras	xixix
Glossário de Siglas	xxi
Introdução.....	1
Parte I. Definindo o Associativismo religioso: aportes teóricos e metodológicos	11
Capítulo 1. Associativismo, Religião e Democracia.....	13
Apresentação	13
1.1 Religião e secularização	13
1.1.1 Catolicismo e o papel das associações católicas	18
1.2 Religião, Democracia e Associativismo.....	20
1.3 Associações: definições e classificações	27
1.3.1 Como classificar as associações? Principais abordagens e dados no Brasil e em Portugal	30
1.3.1.1 Brasil – O associativismo religioso segundo a dimensão legal, institucional e individual ...	33
1.3.1.2 Portugal – O associativismo religioso segundo a dimensão legal, institucional e individual	37
1.4 Perspectivas e dimensões de classificação nas pesquisas sobre o associativismo.....	42
1.5 Associações religiosas: definição e tipologização.....	46
1.6 Contexto de Interação Associativa – entre incentivos, repertórios e arenas públicas	49
Capítulo 2. Aportes metodológicos para o estudo do associativismo religioso: comparação pareada, pesquisa de campo e entrevistas.....	57
Apresentação	57
2.1 Abordagem da comparação pareada.....	58
2.2 Como estudar as associações religiosas?.....	60
2.2.1 Entrevistas como ferramenta estratégica para o estudo do associativismo religioso	63
2.2.2 Principais adequações metodológicas realizadas ao longo da pesquisa.....	67
2.2.3 As pedras no caminho da pesquisa de campo: Estratégias para a realização da investigação em associações religiosas.....	69
Parte II. Mapeando aspectos histórico-políticos do associativismo religioso católico no Brasil e em Portugal.....	73
Introduzindo a Parte II – <i>Estratégias analíticas para compreender o contexto histórico das associações religiosas no Brasil e em Portugal</i>	73
Capítulo 3. As associações religiosas na história recente no Brasil.....	77
Apresentação	77
3.1 Brasil – Associações religiosas e o contexto histórico da transição democrática até a pandemia de Covid-19.....	78
3.2 Mudanças e continuidades na atuação das associações religiosas brasileiras	88
3.3 Legados da transição, ativismo católico e o papel social das ARs em crises.....	92

Capítulo 4. As associações religiosas na história recente em Portugal	101
Apresentação	101
4.1 Portugal: Associações religiosas e o contexto histórico da transição democrática até a pandemia de Covid-19.....	102
4.2 Mudanças e continuidades na atuação das associações religiosas portuguesas	115
4.3 Legados da transição, vibração silenciosa e protagonismo católico nos serviços públicos	118
Considerações Finais Parte II.....	122
 Parte III. Resultados – As Cáritas e o associativismo religioso católico no Brasil e em Portugal:	
Contextos de interação associativa	125
 Capítulo 5. Os casos estudados – Cáritas Portuguesa e Brasileira: históricos, contextos e repertórios de atuação.....	127
Apresentação – a rede Cáritas Internacionalis	127
5.1 Cáritas Portuguesa.....	128
5.1.1 Histórico da Cáritas Portuguesa	128
5.1.2 Cáritas Portuguesa nos anos 2000: estratégias de atuação	134
5.1.3 Cáritas Portuguesa em períodos de crise: políticas de austeridade e pandemia de Covid-19	142
5.1.4 Redes e parcerias.....	146
5.1.5 Estratégias de atuação nas arenas públicas: incidência política	149
5.2 Cáritas Brasileira	155
5.2.1 Histórico da Cáritas Brasileira	155
5.2.1.1 Cáritas e Economia Popular Solidária.....	159
5.2.2 Cáritas Brasileira nos anos 2000: estratégias de atuação	162
5.2.2.1 Organização atual da Cáritas Brasileira	164
5.2.2.2 Cáritas Brasileira em períodos de crise	172
5.2.3 Redes e parcerias.....	175
5.2.4 Estratégias de atuação nas arenas públicas: incidência política	177
 Capítulo 6. O coração da Igreja: A atuação nas arenas públicas das Cáritas no Brasil e em Portugal, em perspectiva comparada	187
Apresentação – Contexto de Interação Associativa – Incentivos e Repertórios de atuação das Cáritas no Brasil e em Portugal	187
6.1 Principais incentivos externos às Cáritas	188
6.1.1 Incentivos financeiros	189
6.1.2 Incentivos políticos	191
6.1.3 Incentivos legislativos	192
6.1.4 Incentivos informacionais	194
6.2 Principais repertórios das Cáritas	196
6.3 Comparação pareada: Em que as Cáritas Brasileira e Portuguesa se diferenciam?	206
 Capítulo 7. Associações religiosas entre a caridade e a defesa de direitos: ambivalências, secularização e crise do catolicismo	213
Apresentação – Diagnóstico das associações religiosas católicas no Brasil e em Portugal	213
7.1 Cáritas entre caridade, solidariedade e defesa de direitos	215
7.2 Religiões públicas e instituições democráticas – Publicização <i>versus</i> vibração silenciosa nas arenas públicas.....	224
7.3 Crises do catolicismo e papel das associações católicas	231

Conclusões	237
Referências Bibliográficas	243
Anexos	267
Anexo A – Listagem entrevistas realizadas	267
Anexo B – Carta de apresentação da pesquisa	270
Anexo C – Termo de Consentimento realização das entrevistas	271
Anexo D – Roteiro entrevistas	272

Índice de Quadro e Figuras

Quadros

Quadro 1.1 – Brasil – Síntese Pessoas Jurídicas de Direito privado e marcos legislativos	33
Quadro 1.2 – Engajamento associativo religioso segundo denominação religiosa no Brasil, nas diferentes edições da pesquisa World Values Survey (1991, 1996, 2006, 2014, 2018)	36
Quadro 2.1 – Métodos e fontes de pesquisa utilizados na investigação da tese, em ordem cronológica	62
Quadro 3.1 Brasil – Associativismo Religioso e contexto histórico e sociopolítico em cinco décadas	85
Quadro 3.2 – Síntese Contexto e Incentivos associações religiosas no Brasil em cinco décadas	88
Quadro 4.1 – Acção Católica Portuguesa (ACP): trajetória, contexto e relevância pública em quatro décadas ...	105
Quadro 4.2 – Portugal – Associativismo Religioso e contexto histórico e sociopolítico em cinco décadas	113
Quadro 4.3 – Síntese Contexto e Incentivos associações religiosas em Portugal em cinco décadas	115
Quadro 5.1 – Redes da Cáritas Portuguesa nas duas primeiras décadas anos 2000	147
Quadro 5.2 – Estratégias de Incidência política da Cáritas Portuguesa	151
Quadro 5.3 – Síntese do histórico e repertório de atuação Cáritas Portuguesa ao longo das décadas	153
Quadro 5.4 – Redes e Parcerias Cáritas Brasileira nas duas primeiras décadas anos 2000	175
Quadro 5.5 – Estratégias de Incidência política da Cáritas Brasileira	178
Quadro 5.6 – Síntese do histórico e repertório de atuação da Cáritas Brasileira ao longo das décadas	183
Quadro 6.1 – Cáritas e principais Incentivos à sua atuação nas duas primeiras décadas dos anos 2000	197
Quadro 6.2 – Cáritas e principais Repertórios de atuação nas duas primeiras décadas dos anos 2000	206

Figuras

Figura 1.1 – Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil, percentual segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos (IBGE, 2002, 2005, 2010 e 2016)	35
Figura 1.2 – Conta Satélite de Economia Social, áreas de atuação Portugal (2010, 2013, 2016, 2020)	39
Figura 1.3 Contexto de Interação Associativa – elementos endógenos e exógenos da atuação das Associações religiosas brasileiras e portuguesas	52
Figura 5.1 – Linha do tempo “Marcos Históricos entre as décadas de 1950 a 1990”	131
Figura 5.2 – Mapa distribuição geográfica Cáritas Diocesanas em Portugal	135
Figura 5.3 – Charge publicada em jornal – Campanha doações Cáritas Portuguesa	138
Figura 5.4 – Articulação da Economia Popular Solidária na Cáritas Brasileira	161
Figura 5.5 – Relatório da CPI “das ONGs”. Gastos programa Acesso à Alimentação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, governo Lula (2002 a 2006)	164
Figura 5.6 Mapa distribuição da Rede Cáritas Brasileira	165
Figura 5.7 – Princípios, Missão e Diretriz Geral de Ação da Cáritas Brasileira	167
Figura 5.8 – Organograma da Cáritas Brasileira	168

Glossário de Siglas

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
ACP – Acção Católica Portuguesa
ARs – Associações Religiosas
CB – Cáritas Brasileira
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEP – Confederação Episcopal Portuguesa
CF – Constituição Federal (Brasil)
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social
CP – Cáritas Portuguesa
ECO-92, Conferência da ONU – (UNCED – United Nations Conference on Ecology and Development)
EPS – Economia Popular Solidária
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC – Igreja Católica
INE – Instituto Nacional de Estatística (Portugal)
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPs – Instituições Participativas
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISER – Instituto de Estudos da Religião
MROSC – Marco Regulatório OSCs
ONGDs – Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento
ONGs – Organizações Não Governamentais
OS – Organizações Sociais
OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OSCs – Organizações da Sociedade Civil
PACs – Projetos Alternativos Comunitários
RCC – Renovação Carismática Católica
TL – Teologia da Libertação

Introdução

Associar-se é, ao mesmo tempo, uma característica primitiva, biológica e social dos seres humanos. O coletivo impõe-se desde o nascimento. A ato de associar-se é assim essencial aos indivíduos e sociedades, desde o nível familiar e comunitário. Pode-se argumentar que o contrato social hobbesiano, para a criação do (Estado) soberano, é um pacto associativo. Também as religiões podem ser consideradas formas de associação das pessoas, em torno de crenças e normas comuns. A história da humanidade é de certa forma a história da consorciação humana. As pessoas se associam para construir algo, para aliarem-se. Ou se associam uns contra outros. Portanto, as associações podem produzir tanto valores e impactos fraternos e comunitários como violentos e criminosos. Desse modo, de forma alguma são virtuosas por excelência, pois contribuem com as boas relações humanas, como também com a exploração de uns sobre outros. Fato é, porém, que os seres humanos tendem sempre a se associarem, visando aos mais diversos fins.

Uma das formas mais tradicionais de associação está no campo religioso. Na Igreja Católica (IC), lideranças religiosas e leigas associam-se visando atender a preceitos cristãos de ajuda ao próximo. Aos poucos, essas associações foram se formalizando, com relativos graus de autonomia, de forma que, ao mesmo tempo que se alocaram no interior das estruturas eclesiais, tornaram-se associações civis formais, com fins de provisão de serviços públicos. Apresentam, portanto, uma dupla identidade, religiosa e civil, o que lhes gera implicações diversas e lhes imputa uma condição única no campo associativo.

Esta tese de doutoramento agrega-se a outras publicações que resultaram de uma trajetória de estudos sobre a temática do associativismo civil, iniciada em 2014. Ao longo desse período, eu me dediquei ao estudo comparativo de casos entre associações (Taborda, 2014), à investigação de como se dão as relações entre associações e órgãos governamentais localmente em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil (Taborda, 2016), à compreensão dos perfis de crescimento do associativismo brasileiro em âmbitos institucional e individual (Lüchmann, Almeida & Taborda, 2018), bem como das configurações sobre os contextos associativos brasileiro e português em perspectiva comparada (Taborda, 2020), e, finalmente, desde o mestrado (Taborda, 2018), tenho me interessado em entender a relevância social, os repertórios de atuação e quais elementos influenciam continuidades e rupturas da atuação das associações religiosas¹. Impulsionada pelas questões de pesquisa levantadas na dissertação, optei, nesta

¹ Com a oportunidade de realização do estágio de doutorado no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL), verificou-se a possibilidade de expandir o objeto da tese para um comparativo entre ambos os países, o que motivou a celebração de acordo de cotutela de tese no CIES-Iscte-IUL. Ainda, faz-se necessário citar dois projetos de pesquisa com que tive envolvimento e que deram amparo e impulsionaram a continuação do estudo da temática do associativismo civil. Em primeiro lugar, o projeto “Mudanças e permanências nos padrões de participação política no Brasil: análise longitudinal do envolvimento político dos brasileiros (1988-2013)”, apoiado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Edital n. 071/2013, do qual participaram equipes da UFSC, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP-Araraquara), coordenadas pelo Prof. Dr. Julian Borba. Em segundo, o projeto “Novas modalidades de

tese, pelo aprofundamento das investigações anteriores quanto à importância das dinâmicas e estruturas religiosas nas arenas públicas, no âmbito dos estudos sobre a relação entre associativismo religioso, participação política e democracia.

Embora seja um tema que há muito se debruçam as ciências sociais, a atuação e intervenção na sociedade e na política por parte das organizações religiosas é um objeto de pesquisa inesgotável. Desde os consagrados clássicos da sociologia política, como Durkheim, Marx, Weber, Tocqueville, até os dias atuais muitas perguntas e teorias foram elaboradas na tentativa de compreender o fenômeno religioso sob o ponto de vista político e social. No âmbito da sociedade civil, é traço comum em muitos países a intervenção das religiões enquanto um dos atores mais relevantes nas arenas públicas.

No cerne dessa questão sobre o protagonismo das associações religiosas (ARs) nas arenas públicas, desvelam-se disputas e tensões entre as religiões e os Estados quanto à responsabilidade de serviços sociais (Landim, 1993a). Uma perspectiva mais contemporânea de democracia e dos Estados modernos designa ao Estado a responsabilidade pela questão social, ao mesmo tempo que exigências de laicidade tornam ainda mais complexas as relações entre agências estatais e instituições religiosas. Apesar de disputas, há também casos de cooperação, como as parcerias entre associações religiosas e órgãos estatais.

Em casos de países como Brasil e Portugal, o período de transição democrática (marcado pela instituição das Constituições de 1976, em Portugal, e 1988, no Brasil²) estabeleceu-se durante um período de grande florescimento da sociedade civil, principalmente de associações religiosas, culturais, de prestação de serviços públicos e de defesa de direitos. Em se tratando de relações entre religiões e política, para os casos de ambos os países, pode-se considerar dois elementos principais na história recente: um primeiro, quanto ao perfil de envolvimento da Igreja Católica durante ambos os períodos ditatoriais; e um segundo, quanto ao seu papel no período da redemocratização.

No caso brasileiro, Amy Erica Smith (2019b) resume o papel da Igreja Católica na ditadura militar como inicialmente de apoio, e, posteriormente, de oposição. Segundo a pesquisadora, a IC “inicialmente se aliou ao regime militar, mas a Igreja rapidamente deu uma guinada para a esquerda e serviu como a única força abertamente oposicionista na sociedade civil durante os piores anos de repressão” (Smith, 2019b, p. 91-92). Nesse contexto, a Teologia da Libertação deu embasamento teológico e prático para diferentes movimentos da IC, conforme será discutido mais adiante. Já no período de consolidação democrática, o “apoio internacional, especialmente o apoio de setores da Igreja Católica, no caso de

participação política: protestos e participação institucional no Brasil e em Portugal em perspectiva comparada” (2015 a 2019), coordenado pela Prof.^a Dra. Britta Baumgarten (CIES-Iscte-IUL *In memoriam*) e pela Prof.^a Dra. Lígia Helena Hahn Lüchmann (Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, Departamento de Sociologia e Ciência Política – UFSC), por meio do qual tive o privilégio de receber a bolsa de doutorado sanduíche, realizado no CIES-Iscte-IUL, entre setembro de 2018 e novembro de 2019.

² No caso brasileiro, diferentemente do português, há maiores discussões quanto a datas específicas, dada a transição democrática ter se dado de forma mais lenta e gradual ao final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980. Entre vasta bibliografia sobre esse momento, destaca-se o texto de Werneck Vianna “Travessia da abertura à constituinte de 1986” (1986).

Brasil, foi um fator importante na resistência e no processo de redemocratização do país nos anos de 1970 e 1980” (Baumgarten et al., 2018, p. 116). Segundo Landim (2002), a organização da sociedade civil brasileira, ancorada na formação de organizações não governamentais (ONGs) foi largamente apoiada por financiamentos advindos de organizações religiosas transnacionais, além de apoios de agências primariamente europeias. Ainda, a autora aponta que a realização de eventos para discussão e formação de agendas também ajudou no fortalecimento do papel e na constituição da sociedade civil brasileira, por exemplo, a Eco-92 e o Fórum Social Mundial, além das conferências católicas realizadas segundo orientações do Concílio Vaticano II.

Segundo Smith (2019b, p. 92), a transição democrática brasileira, em conjunto com o crescimento da competição eleitoral, influenciaram a mudança de lógicas de intervenção política tanto de católicos quanto de evangélicos, de formas contrapostas: católicos teriam se tornado mais cuidadosos quanto a atividades políticas, enquanto lideranças evangélicas se tornaram menos. Assim, em décadas mais recentes, o mercado religioso brasileiro passou por grandes transformações, o que teve implicações em suas lógicas de intervenção e presença pública, o que ainda requer estudos mais aprofundados.

Já em Portugal, durante o período ditatorial, a Igreja Católica manteve-se majoritariamente aliada ao regime, com tendências mais conservadoras, com exceção de alguns atores e movimentos mais periféricos na organização da Igreja. Um legado atual disso seria o demonstrado por Baumgarten, Lüchmann e Ayres (2018), por intermédio de pesquisa empírica, sobre como ativistas de movimentos sociais portugueses pouco percebem a Igreja enquanto aliada política nas diferentes pautas. Nas últimas décadas, a Igreja Católica portuguesa também manteve um papel conservador em relação a pautas morais, como legalização do aborto (ver Freire, 2008). Em contrapartida, fez-se presente no que se refere a lutas por moradia ou prestação de serviços sociais (Strippoli & Accornero, 2018). Assim como no caso brasileiro, o catolicismo português caracteriza-se, na história recente, por ser plural:

Uma das chaves para a compreensão do cristianismo contemporâneo em Portugal é o acompanhamento e entendimento da pluralidade de manifestações e instituições que o compõem. Neste contexto, não se tratará apenas de uma pluralidade no sentido de uma alternativa protestante ao catolicismo predominante, mas também da pluralidade de manifestações cristãs no seio da própria instituição católica: os movimentos de renovação carismática, as teologias da libertação, as migrações, etc., promoveram novas direcções e realidades no seio daquilo a que tradicionalmente se chamaria «catolicismo português (Blanes, 2007, p. 948).

Dessa forma, com base em Blanes (2007), além das diferenciações do papel de organizações religiosas na história política de ambos os países nos momentos críticos de ditaduras e de consolidação democrática, é preciso considerar que há importantes diferenças internas no catolicismo, com setores e movimentos atuando de modo mais progressista ou mais conservador, a depender de contextos e intencionalidades dos atores.

Diante disso, e em se tratando do campo de ação das associações religiosas, que são os atores mais tradicionais do associativismo brasileiro e português, compreendo estarmos diante de *novos velhos atores*. “Novos” porque estão em contínuo crescimento numérico, pela diversificação de atores, modelos institucionais e repertórios de atuação; e “velhos” porque são os atores mais antigos, com trajetórias e escolhas de organização e atuação associativa. Ou seja, mantêm protagonismo e práticas associativas tradicionais, ao mesmo tempo que sofrem mudanças e renovações nas formas de articulação e de atuação nas arenas públicas. Assim, esses novos velhos atores são identificados tanto por contribuírem para avanços democráticos quanto por reproduzirem estruturas de desigualdades e exclusão social existentes, bem como por manterem o *status quo*.

Em se tratando do campo de estudos sobre as configurações associativas existentes no Brasil e em Portugal, eu argumento que o estudo das associações religiosas é exemplar para compreendermos questões centrais do campo associativo. Isso porque as associações religiosas, com todo o seu peso histórico e de importância no campo, têm passado por muitas transformações sociais e políticas e conseguido manter-se centrais na sociedade civil em diferentes regimes políticos, tanto em tempos de crescimento como naqueles de crise econômica, vivenciando impactos importantes, mas ajustando-se a estes e sobrevivendo. As ARs estão, portanto, entre as instituições sociais mais presentes na vida das populações de ambos os países: territorialmente, alocam-se em comunidades, provendo uma pluralidade de serviços (educacionais, de saúde, de assistência social etc.).

No campo associativo, as ARs, na história recente, em ambos os países, perceberam-se diante de um cenário de maior competição, motivado por contextos de democratização pós-ditaduras, com constituições arraigadas em pressupostos laicos e leis de liberdade religiosa, que por sua vez possibilitaram o crescimento de percentuais de associações que atuam na esfera pública enquanto defensoras de direitos e independentes. Diz-se de maior competição em decorrência da pluralização religiosa, como também da pluralização do campo associativo e da sociedade civil, em vista do considerável aumento do número de associações e da criação de diferentes arranjos associativos a atuarem em uma mesma área e/com um mesmo público-alvo.

No Brasil, a pluralização religiosa tem se intensificado nas últimas décadas, assim como o aumento dos *sem religião* (Negrão, 2008; Smith, 2019a; Teixeira & Menezes, 2013). A disposição do associativismo religioso também tem seguido essa tendência de pluralização, de modo que há ainda o protagonismo das associações católicas, entretanto, há igualmente o aumento significativo do número de associações evangélicas, espíritas e de religiões afro-brasileiras (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019; Lüchmann, 2016). No caso português, do mesmo modo, se percebe a tendência de aumento da pluralização (Vilaça, 2003), embora em níveis mais brandos que os brasileiros. Portugal apresenta uma distribuição de associações religiosas proporcional aos percentuais de adesão segundo fidelização religiosa, com amplo destaque às associações católicas (Franco, 2015), ainda que dados de fidelização religiosa apontem crescimento de pluralização e dos autodeclarados Sem Religião (INE – Instituto Nacional de Estatística, 2022).

Com a pluralização religiosa, em décadas recentes, menor esforço tem sido empreendido nas ciências sociais para compreender outras dimensões da presença pública do catolicismo e seus impactos, como na área social. Eu argumento nesta tese que essa lacuna não deriva de um fenômeno empírico de menor presença dos múltiplos atores da Igreja Católica na provisão de serviços públicos no Brasil e em Portugal, mas, sim, de ampliação de agendas de pesquisa no âmbito da sociologia e ciência política para outros atores/práticas religiosos/as e outros arranjos de ação coletiva.

É nessa multifacetada teia de relações, instituições e poderes que se insere esta tese de doutoramento, voltada para a realização de uma análise comparativa sobre a configuração e atuação de associações religiosas católicas no Brasil e em Portugal, nas duas primeiras décadas dos anos 2000, considerando suas questões históricas, sociais e políticas. Nesse sentido, a pesquisa procura contribuir para a compreensão do peso e da atuação do associativismo religioso no campo mais amplo da participação política e da sociedade civil nos dois países, identificando práticas, repertórios e lugares de atuação pública.

O objetivo principal foi compreender, por intermédio dos casos selecionados das Cáritas Brasileira e Portuguesa, de que forma contextos específicos têm influenciado a atuação dessas associações, além das estratégias adotadas para assegurar sua atuação e protagonismo nas arenas públicas, em ambos os países. Dada a complexidade do associativismo religioso, a escolha metodológica por um enfoque mais aprofundado de uma organização que tem ocupado lugar de destaque nos dois países, que é a organização oficial responsável pela coordenação das obras sociais católicas, qual seja, a Cáritas, possibilitou avanços empíricos e analíticos para compreender tanto elementos de similitudes como de diferenciações em relação aos casos brasileiro e português.

As Cáritas são uma rede internacional de associações católicas, vinculadas diretamente à IC, organizadas enquanto redes escalonadas, do nível local (paroquial) ao nacional e internacional. Responsáveis por organizar as obras sociais da Igreja Católica, são uma das maiores redes institucionais internacionais, presentes em todos os continentes e em duzentos países e territórios globais. Tidas como o coração da Igreja no mundo, há mais de um século procuram incidir publicamente em ações de ajuda humanitária e prestação de serviços, mobilizando recursos financeiros e humanos.

Os oito capítulos da presente tese procuram, assim, responder aos seguintes objetivos específicos: I – Possibilitar avanços analíticos e empíricos quanto à compreensão das relações entre associativismo, religião e democracia; II – Apresentar a trajetória histórica das organizações religiosas católicas, com ênfase no período pós-democratização, nos dois países; III – Mapear as configurações do associativismo no Brasil e em Portugal, nas dimensões institucional e individual, para aferir o número de associações religiosas em cada país, bem como percentuais de engajamento dos indivíduos nelas; IV – Realizar comparação pareada dos casos das Cáritas Brasileira e Portuguesa, apresentando trajetórias e repertórios de atuação respectivos, bem como os diferentes Incentivos (financeiros, políticos, legislativos e informacionais) que têm influenciado sua atuação; V – Identificar como as Cáritas atuaram nas duas primeiras décadas dos anos 2000, relativamente a perspectivas institucionais sobre a caridade e a defesa

de direitos, apreendendo como relacionam-se a respeito de questões mais amplas como a crise do catolicismo, a polarização política e as disputas do campo religioso.

Portanto, considerando que as associações católicas têm sido, historicamente, atores protagonistas no campo associativo dos dois países, o estudo visa responder à seguinte pergunta: *Como as associações religiosas católicas têm atuado, nas duas últimas décadas (2001 a 2020), no Brasil e em Portugal?* Ou seja, em termos atuais, qual é o peso do associativismo religioso católico e como se dá a intervenção dessas associações nas arenas públicas em ambos os países? Para compreender como ocorre essa intervenção, faz-se necessário mapear os repertórios de atuação mobilizados pelas ARs. Por sua vez, para melhor compreender os repertórios mobilizados, torna-se necessário, por meio uma perspectiva relacional, identificar os incentivos advindos do contexto sociopolítico externo aos muros das ARs. Dessa forma, os repertórios seriam assim uma expressão das mudanças e permanências mediante incentivos, das intencionalidades de atores (indivíduos) e do contexto sociopolítico em que se situam. Logo, uma atuação mais alinhada a uma perspectiva da caridade ou da defesa de direitos seria resultante de um conjunto de processos vivenciados pelas ARs, e identificá-los constitui o principal desafio da investigação realizada.

A escolha do objeto e dos recortes metodológicos assenta-se em dados existentes sobre os respectivos campos associativos e nas lacunas dos estudos sobre a temática, bem como por alocar-se em uma agenda de pesquisas sobre o mundo lusófono que tem se ampliado nas últimas décadas. Passo agora a detalhar essas justificativas.

Alguns elementos fundamentam a necessidade de estudos sobre o associativismo religioso no Brasil e em Portugal: a) dados quantitativos que atestam o protagonismo das ARs nas sociedades civis brasileira e portuguesa, aliados a dados sobre vínculo religioso e pluralização; b) trajetória e papel histórico da religião católica na formação do campo associativo no Brasil e em Portugal, bem como a permanência, enquanto relevantes atores da sociedade civil em período recente; e c) as intensas reconfigurações do campo religioso que impactam as configurações e os repertórios das ARs.

Dados de filiação religiosa da população e da presença de associações religiosas no campo associativo dos dois países são exemplares nesse sentido. No caso de Portugal, com base no último censo (INE, 2022), Teixeira (2023) destacou que os católicos passaram de 88,3%, em 2011, para 80,2%, em 2021. Já o percentual de protestantes evangélicos passou de 0,9%, em 2011, para 2,1%, em 2021, ortodoxos mantiveram o mesmo percentual (0,7%) e outras religiões tiveram algum crescimento (de 2,6% para 2,9%). Por fim, o Censo de 2021 (INE, 2022) aponta um aumento de 6,6% dos Sem Religião, que somam 14,09% dos portugueses.

José Pereira Coutinho (2019), considerando dados de diferentes rondas de pesquisas de opinião (European Social Survey – ESS, European Values Study – EVS, International Social Survey Programme – ISSP), entre 1990 e 2016, apontou como tem decrescido a religiosidade em Portugal, considerando dimensões de pertencimento, de confiança nas Igrejas, de crença, de frequência a serviços religiosos,

tendo diminuído ainda posicionamentos de rejeição quanto a pautas morais como aborto e homossexualidade.

No Brasil, país que também apresenta uma trajetória de forte identidade religiosa de base católica, em que pese a carência de dados mais recentes, a pesquisa Datafolha (dados coletados em 2019) apontava que 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos, e 10% não têm religião³. Já uma pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole (Araújo, 2023, p. 02) identificou que, apenas no ano de 2019, foram abertas 6.356 Igrejas Evangélicas no Brasil. O estudo ressalta a necessidade de se avançar na compreensão dessa transição religiosa que vem se configurando como “um dos fenômenos demográficos mais importantes do Brasil contemporâneo. Diversas consequências sociais e políticas decorrem dessa mudança estrutural na composição do mercado religioso brasileiro” (Araújo, 2023, p. 04).

Diferentemente da filiação, os dados sobre a frequência de associações religiosas têm se mantido com relativa estabilidade nas duas primeiras décadas dos anos 2000. No Brasil, 35,1% do total de associações são religiosas (IBGE, 2019), das quais quase 57% localizam-se na região sudeste do país. As ARs brasileiras também formaram o conjunto mais antigo de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) mapeadas em 2016 (IBGE, 2019), somando 27% daquelas criadas até 1970; 46%, de 1971 a 1980; 36%, de 1981 a 1990; 29%, entre 1991 e 2000; 30,9%, entre 2001 e 2010; e 43%, entre 2011 e 2016. Esses dados indicam tendências de estabilidade e crescimento no número de ARs. Em Portugal, as ARs somam 11,8% do total das entidades da economia social conforme apontado pelos dados (INE, 2019). Esse percentual não inclui, porém, as Misericórdias e Instituições particulares de solidariedade social (IPSS), entidades de prestação de serviços sociais, que somam 37,5% do total de associações portuguesas, sendo, em sua maioria, associações religiosas ligadas à Igreja Católica (Franco, 2015). As diferentes edições das pesquisas realizadas sobre o campo associativo em ambos os países revelam tendências de estabilidade nos percentuais de ARs existentes, embora não apresentem dados de associações por denominação religiosa.

Já a escolha por estudar Brasil e Portugal sustenta-se na apreensão da importância de estudos que possibilitem melhor compreender o “mundo lusófono” (ver Gonçalves & Rezola, 2019) quanto a legados que remetem ao passado colonial e ao compartilhamento de práticas e contextos específicos, sociológicos, políticos, culturais e religiosos⁴. Estudar o associativismo católico em ambos os países

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml> último acesso em 19 de agosto de 2023. Os resultados do Censo 2020 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre perfil religioso da população brasileira sofreram atrasos na publicização, de forma que até o período de entrega da presente tese, não haviam sido divulgados.

⁴ “O mundo lusófono apresenta-se como um vasto campo de estudo para os historiadores e os cientistas sociais em geral. Apesar de todos os progressos alcançados, é perceptível a necessidade de aprofundar as relações e a partilha de conhecimento entre investigadores do amplo espaço que constitui a lusofonia, assim como a urgência em divulgar, junto de um público mais alargado, o resultado das pesquisas em curso” (Gonçalves & Rezola, 2019, p. 15).

justifica-se também pelo catolicismo ser, ainda, nos dois países, a religião dominante, com base nos dados de filiação religiosa e da presença pública dessa denominação.

Esta tese teve como ponto de partida duas hipóteses principais. A primeira diz respeito a diferenciações no posicionamento discursivo, que se estabelece ou como um alinhamento mais próximo a uma perspectiva caritativa/filantrópica de atuação ou vinculado a uma perspectiva mais laicizada de atuação para defesa de direitos, solidariedade e justiça social. A hipótese inicial de que seria possível verificar um processo de crescente identificação com a segunda perspectiva, de defesa de direitos, provou-se parcialmente verdadeira, dada a compreensão de que as associações religiosas estão imbricadas em processos complexos, assim como ARs de diferentes denominações religiosas, de diferentes regiões e tamanhos, segundo demandas próprias de ambos os países, adotam diferentes estratégias de atuação e alinhamento político.

Já a segunda hipótese reside ao analisarmos o associativismo religioso em ambos os países, em como seria possível observar *maiores diferenciações considerando o nível microssocial, e maiores similitudes no nível macrossocial*: a) o comparativo entre ambos os países evidencia diferenciações significativas quanto aos processos de pluralização religiosa e configurações associativo-religiosas, além de movimentos doutrinários teológico-filosóficos. É possível observar diferenças no que se refere aos repertórios mobilizados, com maior ênfase, no caso de Portugal, a contatos diretos entre as associações religiosas e os atores políticos. Já no Brasil, além de contatos individuais, os principais repertórios seriam os espaços de representação e discussão entre sociedade civil e Estado. Sugere-se que, em alguma medida, diferentes padrões de atuação no espaço público das associações religiosas, em ambos os países, contribuíram com uma maior (Brasil) ou menor (Portugal) institucionalização dos repertórios de participação política existentes. b) Em contrapartida, as semelhanças apresentam-se nas estratégias organizativas e nos repertórios mobilizados, que podem ser explicados por normativas internacionais das organizações religiosas e alinhamentos a demandas internas do catolicismo. Além disso, há também similitudes em paralelos históricos, nas estratégias de distribuição de áreas e repertórios de atuação, bem como em momentos críticos de crise, consolidação democrática e de liberdade religiosa.

Ao longo da etapa de investigação desta tese, uma terceira hipótese apresentou-se como central: a de que as associações religiosas vivenciam um contexto de crise institucional, não somente pelo cenário de competição com outras denominações religiosas, mas também por sua dupla natureza (religiosa e civil). Por serem novos velhos atores, ao analisar a trajetória recente das associações católicas no Brasil e em Portugal, percebe-se como estas procuram adaptar seus repertórios de atuação, a depender de estratégias institucionais e de demandas do contexto exterior (religioso, político, econômico, social). Alinhamentos entre a caridade e a defesa de direitos seriam assim decorrentes desses processos, conforme procuro demonstrar ao longo deste estudo.

Na primeira parte desta tese, procuro responder a duas questões: Como as associações têm sido estudadas? E como definir e estudar as associações religiosas? O primeiro capítulo tem uma natureza

teórico-analítica, no qual discuto sobre associações, religião e democracia, além dos principais dados existentes sobre o campo associativo brasileiro e português. Tendo por base como as associações têm sido definidas e classificadas pela literatura, busco elaborar uma definição de associações religiosas em um enquadramento que auxilie na compreensão das ARs de forma interacional: considerando tanto o modo como as associações atuam nas arenas públicas e as impactam quanto o modo como são impactadas pelo contexto religioso, político, econômico e social. Denomino assim essa estratégia analítica como Contexto de Interação Associativa, e apresento seus ganhos analíticos.

No Capítulo II, discorro sobre a metodologia adotada para este estudo. Nele, discuto como a abordagem da comparação pareada de casos (Cáritas Brasileira e Portuguesa) possibilita apreender questões próprias da atuação das associações estudadas e dos contextos específicos. Assim, no capítulo, descrevo o passo a passo da pesquisa, as justificativas para os casos selecionados, a combinação de métodos quantitativos e qualitativos, bem como as principais dificuldades e adequações metodológicas realizadas ao longo da pesquisa. As estratégias metodológico-analíticas da presente tese assentam-se na intersecção de investigações nas áreas da Sociologia – sociologia dos movimentos sociais e ação coletiva, sociologia da religião e sociologia histórica – e da Ciência Política – estudos sobre religião e política, participação política, movimentos religiosos e instituições democráticas.

Na Parte II desta tese, apresento o contexto mais amplo do associativismo religioso católico no Brasil e em Portugal na história recente (desde as ditaduras e a transição democrática). Considerando aspectos históricos e políticos, procuro evidenciar como as associações católicas conseguiram manter algum protagonismo histórico e relevância social e política em ambos os países, em meio à pluralização religiosa, à diversificação da sociedade civil e à ampliação drástica no número de associações de defesa de direitos, além de demandas de laicidade e questionamento das ARs como provedoras de serviços públicos. Nos capítulos III (sobre o Brasil) e IV (sobre Portugal), tomo a mudança de regime para a democracia como o principal momento crítico da história recente para as associações, que cinco décadas depois ainda se faz reverberar no campo associativo religioso. Identificando os principais atores, eventos/marcos, conjunturas, temáticas e repertórios, procuro apreender as principais mudanças e continuidades vivenciadas pelas ARs no período. Nas Considerações Finais da Parte II, apresento um esforço de síntese comparativa ao discutir os impactos da transição no campo do associativismo religioso nos dois países, com destaque para sua capacidade de produzir projetos e legados duradouros nas arenas públicas.

Na última parte desta tese, apresento, em três capítulos, os resultados da pesquisa realizada. O Capítulo V tem um caráter descritivo. Nele, procuro apresentar os casos estudados, o histórico de ambas as Cáritas e características institucionais atuais, destacando áreas de atuação, a aposta das Cáritas na formação de redes e parcerias e como, nas décadas mais recentes, elas têm amplificado repertórios de incidência política.

O Capítulo VI, por sua vez, tem intuito analítico. Nele, realizo a comparação pareada dos casos aqui estudados, destacando semelhanças e diferenças da Cáritas Brasileira e Portuguesa. Mediante o

enquadramento analítico de *Contexto de Interação Associativa*, identifico os *incentivos financeiros, políticos, legislativos e informacionais* que têm influenciado as Cáritas nas duas últimas décadas. Após, sintetizo os principais *repertórios* adotados pelas associações estudadas, destacando quatro tipos principais: *atuação na provisão de serviços públicos a populações vulnerabilizadas, redes, produção de informação e incidência política*.

Por fim, no Capítulo VII, discuto como a atuação de ambas as Cáritas tem se alocado entre a caridade, a solidariedade e a defesa de direitos, apresentando elementos que as influenciam nesses deslocamentos tanto no discurso como na prática. Apresento ainda um diagnóstico das associações católicas, que aponta para a condição de ambiguidade ou dualidade que vivenciam por alocarem-se entre os campos religioso e civil, o que as tem deixado em situação de crise institucional e tem influenciado repertórios adotados. Na segunda parte do capítulo, discuto como processos de publicização religiosa têm influenciado a adoção, por parte das associações católicas, de repertórios públicos (formais) e outros não anunciados (informais). Por fim, ao final do capítulo, aponto como o contexto atual vivenciado pelas associações da IC está intrinsecamente relacionado a processos contemporâneos de crise do catolicismo, de secularização e da maior presença pública das religiões.

Nas Conclusões, procuro sintetizar as principais apreensões do presente estudo, apresentando como o que as associações católicas brasileiras e portuguesas têm vivenciado relaciona-se a um dos debates clássicos das ciências sociais: agência e estrutura. Apresento ainda os principais desafios da presente tese, além de perguntas de pesquisa e objetos de estudos que identifiquei como de relevância para investigações futuras.

PARTE I

Definindo o Associativismo religioso: aportes teóricos e metodológicos

CAPÍTULO I

Associativismo, Religião e Democracia

A consideração das variáveis religiosas nas transições democráticas entrou no debate acadêmico relativamente tarde, mas uma série de trabalhos importantes ao longo dos últimos anos analisaram as possibilidades e os obstáculos que a religião apresenta à democratização (Manuel, 2016, p. 02).

Apresentação

Neste capítulo, busco responder a duas questões centrais para esta tese: Como as associações têm sido definidas e classificadas? E qual a definição de associações religiosas? Para tal, situando-se nos marcos teóricos da sociologia e da ciência política, procuro salientar as principais discussões teóricas de interesse para esta tese, principalmente quanto às definições de categorias centrais. Início o capítulo com uma discussão contemporânea sobre religião e secularização, em que apresento a noção de secularização interna das organizações religiosas e as tensões nas relações com o Estado no que concerne à sua atuação social. Na sequência, abordo as relações entre religião, democracia e associativismo com base em trabalhos seminais como Lewis, Macgregor e Putnam (2013), Arikan e Ben-Nun Bloom (2020) e Manuel e Glatzer (2019a; 2019b).

Na segunda parte, trato das definições relevantes a esta pesquisa, a saber, o conceito de associações e as tipologias analíticas das organizações da sociedade civil e do campo religioso e associativo, a noção de repertórios de ação coletiva e sua relevância para pensarmos a atuação das associações no espaço público. Por fim, procuro estabelecer o que denomino de “associações religiosas”, considerando algumas dificuldades de conceitualizá-las. Na última sessão, proponho um modelo analítico que intitulo Contexto de Interação Associativa, que considero ser estratégico para estudar as associações por meio de um enquadramento interacional segundo a perspectiva de “*Players*” (“jogadores”) e Arenas (Duyvendak & Jasper, 2015).

1.1 Religião e secularização

Em termos contemporâneos, a sociologia da religião é constituída por uma grande pluralidade de enfoques analíticos, que visam entender a relação entre religião e o mundo moderno (Sell et al., 2017, p. 08), ou entre as múltiplas modernidades (Eisenstadt, 2000). Embora o conceito de secularização tenha sido um objeto central da sociologia desde a segunda metade do século XX (Müller, 2020), também os conceitos de laicidade e secularismo são termos-chave ou guia analíticos, sendo os três perpassados por disputas e discussões teóricas e empíricas (ver Sell et al., 2017).

A discussão sobre laicidade remonta aos escritos de Émile Durkheim, e *grosso modo*, tem sido largamente mobilizada para descrever, na concepção moderna de Estado-Nação, a separação entre este e instituições e dogmas religiosos, ou ainda, para “expressar o caráter não religioso de qualquer instituição social” (Weiss, 2017, p. 430)⁵. Laicidade configura-se, assim, como conceito em disputa tanto nas ciências sociais quanto nas arenas públicas, no que concerne a limites da interferência estatal nas religiões, e vice-versa.

Como secularismo entende-se “as relações institucionalizadas e juridicamente codificadas entre Estado e religião e que têm como base algum tipo de separação entre as esferas temporal e espiritual” (Sell et al., 2017, p. 12). Na obra *A era secular* (2007), Charles Taylor elenca três formas pelas quais o secularismo pode ser definido no Ocidente: a) pela separação entre Estado e Igreja, e entre autoridades religiosas e políticas – com espaços públicos secularizados; b) por elementos religiosos removidos da vida pública, em que crenças e práticas religiosas são vistas como em regressão; ou ainda, c) pelo reconhecimento da existência de diferentes crenças e dogmas, ou seja, a emergência da pessoa secular, para qual sua religião é uma opção entre outras.

Por fim, sobre o conceito de secularização, Carlos Eduardo Sell (Cit. por Bolda & Machiavelli, 2020), explicita que a sociologia da religião, desde os anos 1960, adotou uma visão unilateral, definindo secularização enquanto declínio do religioso. A virada crítica dessa interpretação teve início nos anos 1990. Nessa altura, José Casanova (1994), na obra *Public Religions in the Modern World*, promoveu uma alteração de paradigma nos estudos sobre religião, ao criticar a concepção de secularização e as teorias seculares de democracia liberal que alocavam a religião na esfera privada, negando sua existência e intervenções públicas.

Peter Berger (2000), que se tornou um dos principais estudiosos da secularização enquanto declínio da presença religiosa, procurou, por um lado, argumentar como o mundo continua tão religioso quanto – ou até mais, em alguns lugares – do que em outros tempos. Por outro, afirma que foi um dos sociólogos da religião que contribuiu para essa compreensão da modernidade enquanto declínio da religião, mas que passou a considerar que “toda uma literatura escrita por historiadores e cientistas sociais vagamente chamada de ‘teoria da secularização’ está essencialmente equivocada” (Berger, 2000, p. 10). Berger passou então a considerar o pluralismo, e não a secularização, como a principal preocupação da sociologia da religião (Berger, 2014).

Em termos contemporâneos, a secularização pode ser definida como um processo macro-histórico circunscrito ao mesmo tempo por ruptura e continuidade com o religioso (Sell, 2017), que procura

⁵ Em uma definição mais detalhada de laicidade, Ricardo Mariano (2011, p. 244) a descreve como “regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto.”

explicar as mutações perpassadas pelo religioso (Vilaça et al., 2014)⁶. No âmbito da teoria sociológica, as relações entre religião, modernidade e secularização requerem central atenção e articulação, como bem explicitado por Sell (2017) ao considerar o exemplo de alteração dos padrões da realidade quantitativo-religiosa brasileira:

Levar em conta o papel da religião no contexto social *não é uma exigência que decorre apenas de razões teórico-imanentes, mas um clamor que brota da realidade*. Como pensar a condição da modernidade no Brasil sem considerar a imensa transformação de seu perfil religioso que, de majoritariamente católico (em 1872 eles eram 99% da população), conta agora com uma significativa comunidade evangélica (22,2%), reduzindo-se os católicos a 64%? Tal dado impõe a necessidade de um diálogo entre teoria sociológica e sociologia da religião. No entanto, no Brasil, tal área tem reforçado cada vez mais suas características endógenas e a principal categoria macrossociológica a pensar os vínculos entre modernidade e religião – a secularização – vem perdendo centralidade nas discussões (Sell, 2017, p. 45, *itálico próprio*).

Assim, é relevante considerar as múltiplas formas de secularização existentes, em diferenciados contextos e sociedades:

Isso também significa que, concordando com Pierucci, não deveríamos abrir mão da teoria da secularização para pensar o lugar da religião na sociedade brasileira. [...] Creio que o sociólogo da USP, apesar de certo viés evolucionista explícito na sua obra, acertou ao argumentar que a pluralização da oferta religiosa e a mobilização política dos grupos religiosos não são sintomas de des-secularização. Ao contrário, a escolha religiosa autônoma e plural é sintoma de um *self* moderno e reflexivo e o esforço político dos grupos religiosos na esfera pública demonstra que os valores culturais não estão dados de antemão, demandando um esforço para impor-se no cenário das lutas culturais. Mas, desde então, o debate ficou estagnado. O desafio, hoje, consiste em integrar o viés político no quadro mais amplo da teoria da secularização (Sell, em Bolda e Machiavelli, 2020).

⁶ Nesse mesmo sentido, também Manuel & Glatzer explicitam, ao analisarem o caso português, que “o que estamos a ver a este respeito não é simplesmente o declínio da teoria da secularização como uma poderosa ferramenta explicativa da relação entre religião e política na Europa Ocidental. Pelo contrário, *estamos a assistir a novas formas de interação*, incluindo em relação à prestação de assistência social por organizações religiosas. Em vez disso, *existe o que parece ser um ‘meio-termo’ entre, por um lado, o que a teoria da secularização prevê* (ou seja, a afirmação de que a religião acabará por diminuir substancialmente – ou mesmo desaparecer – como força pública) e a *abordagem do ‘regresso da religião’* (ou seja, a afirmação de que a religião está inexoravelmente a ‘regressar’ como um ator político poderoso e persuasivo, como consequência da pós-secularização e, consequentemente, a reassumir um papel significativo no discurso político e na competição nos países regionais da Europa Ocidental). Em suma, as premissas da teoria da secularização continuam a ser um ponto de partida útil para compreender os actuais papéis sociais e políticos da religião nos países da Europa Ocidental. É, no entanto, muito difícil aceitar empiricamente todos os aspectos da teoria, especialmente uma previsão central: o declínio público universal da religião para a irrelevância” (Manuel & Glatzer, 2019b, p. xii, tradução e *itálico próprio*).

Pierucci e Prandi (1996, p. 9) afirmaram em perspicaz contribuição que “não é a religião enquanto conservação e permanência que deve interessar à sociologia, mas sim a religião em mudança, a religião como possibilidade de ruptura e inovação, a mudança religiosa e, portanto, a mudança cultural”. Considerando isso, cabe a discussão de como os processos de consolidação democrática têm influenciado as configurações do campo associativo no Brasil e em Portugal, e como têm influenciado no que podemos denominar como processos de secularização interna das associações religiosas.

Em ambas as democracias investigadas neste estudo, os processos recentes de consolidação democrática teriam sido determinantes para o fenômeno da liberdade religiosa, que possibilitou processos de pluralização denominacional do campo religioso, o que refletiu em uma reconfiguração deste. Conforme Vilaça (2003, p. 17), é necessário dar “atenção à formação e autonomização de subcampos religiosos, a par da secularização interna tanto dos grupos religiosos como da própria Igreja Católica.” Segundo a autora, essa secularização interna teria raízes em fatores como a racionalização e a burocratização da interação humana, fatores estes que exigem que as organizações religiosas se adaptem às condições modernas existentes. A discussão teórica sobre o conceito de secularização interna não parece ter gerado grande fecundidade, mas refere-se ao conceito desenvolvido por Thomas Luckmann na obra *The Invisible Religion*, lançada em 1963. De acordo com Vilaça, para Luckmann

a religião, tal como qualquer instituição social, também é, ela mesma, permeável ao processo de secularização, adquirindo uma aparência secular. Por outro lado, o sociólogo vê, em paralelo, o surgimento na sociedade de uma forma institucional não especializada da religião, que mais não é do que referenciais religiosos difundidos na vida social (Vilaça, 2003, p. 100).

Luckmann (1963), um dos teóricos da secularização, também considera a mudança como a principal ênfase societal das religiões, o que levaria a se expandirem para diferentes âmbitos, para além de si própria e de suas instituições. Essa concepção de Luckmann de secularização interna parece pertinente para nos ajudar a entender como e por que muitas associações religiosas procuram atuar de forma secularizada nas arenas públicas.

Em trabalho anterior (Taborda, 2018), aponto, com base em uma pesquisa empírica, que as associações religiosas seriam especialistas em adaptar-se a novas demandas e contextos, dado que a sobrevivência das associações é sempre uma das principais motivações dos indivíduos que as integram. Maior competição no campo, exigências provenientes de parcerias privadas e principalmente públicas, incentivos ou desincentivos existentes, além de intencionalidades múltiplas estariam entre os elementos que mais influenciam as associações religiosas. Nesse sentido, o processo tratado por Vilaça (2003) parece traçar um paralelo com o que temos visto no contexto das associações religiosas, e que melhor diagnosticaremos nos capítulos finais desta tese.

Conforme bem argumentado por Casanova (2001), um dos aspectos mais inesperados do ressurgimento global da relevância da sociedade civil fora o papel que a religião tem tido nesse processo. Dados de pesquisas comparativas entre países possibilitam perceber a relevância que têm as associações

religiosas (Salamon & Sokolowski, 2004). Em contrapartida, cabe ainda considerar que, em grande parte, o reconhecimento social das associações religiosas no espaço público é em muitos casos superior ao sombreamento numérico, conforme abordaremos mais adiante neste capítulo.

Outro conceito que oferece alicerce para este estudo é o de *Religião Pública*, originalmente cunhado por José Casanova (1994). Joanildo Burity, sociólogo da religião brasileiro, tem mobilizado uma compreensão de religião pública que tem tomado centralidade nos estudos da presença pública das religiões, ao entendê-la como “os resultados de um processo multidimensional pelo qual os esforços para manter a influência tradicional sobre a cultura pública ou certas esferas de estado ou para projetar minorias religiosas emergentes, introduzem uma profunda transformação do papel, lugar e estrutura religiosa” nas sociedades (Burity, 2020, p. 84). Para o autor, contemporaneamente as religiões têm recobrado forças nas arenas públicas, de forma pluralizada e redefinindo relações com a sociedade civil e o Estado. Não se trata, assim, de reiterar “velhos padrões de influência política religiosa” (p. 84). Burity aponta como tem ocorrido uma “transformação estrutural” na qual os atores religiosos figuram enquanto coparticipantes nas disputas políticas (mediante redes de cooperação com atores religiosos e seculares), o que “torna identidades, doutrinas e *ethos* religiosos debatidas e contestáveis em público (cultura pública e instituições públicas)” (Burity, 2020, p. 84).

Quanto mais os atores religiosos avançam na busca de uma voz pública, de representação pública e da formação de coalizões com outras forças sociais e políticas, mais o significado de “religião” se torna disperso, pluralizado, contestado. *A religião pública é, portanto, politizada tanto quanto politiza, até o ponto em que as religiões concretas não mais simplesmente confrontam ou tratam de questões públicas, elas se tornam questões públicas.* O que os grupos ou organizações religiosas “são”, o que significam e a quem representam, são coisas que esses atores não definem ou determinam por si mesmos, *mas relacionalmente e com vistas a um lugar (em) público mais proeminente ou legitimado.* (Burity, 2020, p. 84, tradução e itálico próprio).

Esse conceito de religião pública nos auxilia na compreensão de como crescentemente, nas últimas décadas, as associações religiosas católicas têm procurado distanciar-se de repertórios de atuação baseados em princípios de caridade e filantropia, adotando discursivamente pautas de defesa de direitos, e buscado atuar nas arenas públicas, visando ao ativismo e *advocacy*, em prol de seus públicos-alvo e de manterem-se atores públicos relevantes, dado ser o associativismo um dos principais campos da presença pública e social das religiões. Portanto, as ARs têm se politizado, tanto quanto politizam, ao mesmo tempo que têm se publicizado, conforme discutiremos no último capítulo.

Como já dito anteriormente, as relações entre Estados e religiões são de complexa ordem. São evidências disso as “contradições” e disputas quanto às políticas e equipamentos de “*social welfare*”, como o caso das associações religiosas católicas portuguesas e brasileiras possibilitam perceber: embora processos de diminuição do percentual de católicos praticantes e pluralização de atores, instituições católicas, em atuação na sociedade civil, apontam trajetória de continuidade e crescimento, mantendo

algum nível de protagonismo nas arenas públicas. Nesse contexto, vêm vivenciando sérias mudanças e crises institucionais, que acarretam processos de secularização interna.

Manuel (2016, p. 104) indaga, quanto ao que considera uma aparente contradição de Portugal contemporâneo: “como há um número decrescente de católicos disponíveis para realizar os serviços sociais necessários, que tipos de pressões seriam colocadas sobre o Estado secular de bem-estar social se as associações católicas algum dia fechassem?” Nesta tese, nos preocupamos com outras questões, pensando ambos os casos, português e brasileiro: se a democratização e as já consolidadas parcerias entre Estado e OSCs (historicamente e ainda atualmente com ampla centralidade nas religiosas), não parecem ter mobilizado um contexto de “extermínio” das associações religiosas, como esse contexto tem influenciado o dia a dia da atuação das associações? Para além dos muros, tanto para o lado de dentro quanto de dentro para fora, o que mudou? Podemos dizer que as associações religiosas têm, em algum grau, se secularizado? E se sim, quais os indicativos disso, e como isso impacta suas capacidades de atuação na arena pública? Essas são algumas das questões a que nos dedicaremos nesta tese.

1.1.1 Catolicismo e o papel das associações católicas

O catolicismo, umas das principais religiões do mundo, vivencia trajetórias de crise que tem se acentuado nas últimas décadas. Em diferentes arenas, como no quantitativo de fiéis, muitos países e continentes apresentam cenários de declínio de identificação e participação nos serviços católicos. Tendo sido em muitos países (como Brasil e Portugal) a religião oficial, a Igreja Católica tem perdido a centralidade cultural que ocupou em grande parte do Ocidente. Processos de pluralização religiosa, assim como outros de ordem política, como a democratização e exigências de laicidade, também impulsionaram a crise do catolicismo. Soma-se a isso processos internos da Igreja, da permanência de lógicas hierárquicas, paternalistas e sexistas, tendo vindo a público recorrentes denúncias de violências, principalmente de abuso sexual, e de acobertamento, por parte das elites eclesiásticas, de crimes cometidos por religiosos católicos. Assim, a legitimidade social e política que a Igreja Católica detinha historicamente tem se esvaído (Steil & Toniol, 2021).

Parece haver, assim, quando considerada a atuação da IC nas arenas públicas de países como Brasil e Portugal, uma ambivalência, quanto a impactos e legados. Como será discutido na segunda parte desta tese, associações e movimentos católicos tiveram papéis essenciais nos processos de transição democrática, contribuindo para a consolidação das instituições democráticas. Em contrapartida, verificam-se práticas proselitistas, paternalistas, de violência institucional, além de casos de ativismo político, coerção e intervenção de associações e lideranças católicas, principalmente quanto a pautas morais, ou visando salvaguardar a própria Igreja.

No Brasil, tem havido, nas últimas décadas, uma estagnação nos estudos sobre o catolicismo (Sell & Moniz, 2023). Isso se deve ao intenso processo de pluralização religiosa, como também à emergência de um protagonismo evangélico no campo político-eleitoral e em diferentes dimensões públicas, que

tem impulsionado estudiosos a voltarem-se a esses fenômenos recentes. O catolicismo brasileiro tem vivenciado profundas mudanças, que se devem

por um lado, aos processos de renovação promovidos internamente pela Igreja Católica, mas elas também precisam ser compreendidas à luz das mudanças externas no cenário social (industrialização, urbanização, informatização, etc.) e religioso (avanço do pentecostalismo) do Brasil. Sua face mais visível é o surgimento de novas tendências no interior do catolicismo, em especial o Cristianismo da Libertação (TL), a Renovação Carismática Católica (RCC) e os grupos neotradicionalistas (Sell e Moniz, 2023, p. 08).”

Em Portugal, o cenário religioso também vivencia uma erosão do peso do catolicismo na sociedade portuguesa. Em compensação, figura uma pluralização religiosa menos vertiginosa que o caso brasileiro, prevalecendo um “catolicismo cultural”, uma “descatolicização” da sociedade (em lugar do catolicismo confessional⁷), que propicia a resistência das instituições católicas (Teixeira, 2023). Assim, muitas “iniciativas católicas na socialização e em contextos de maior vulnerabilidade social” (Teixeira, 2023, p. 20) perduram. “No entanto, isso não significa que as instituições católicas sejam o dossel sagrado de uma estrutura social. Pelo contrário, esta capacidade agregadora coexiste com a pluralização de identidades crentes e de posições sobre a religião” (Teixeira, 2023, p. 20).

Diante das crises do catolicismo, um conjunto de autores, no Brasil e em Portugal, descreve como a Igreja Católica tem adotado estratégias adaptativas, realizado reconfigurações, considerando o processo mais amplo de secularização (Neris & Seidl, 2017; Seidl & Neris, 2017; Sell & Moniz, 2023; Steil, Herrera, 2010; Toldy, 2013; Vilaça, 2008).

Assim, nesse contexto, as contradições têm afetado os níveis de confiança na Igreja Católica, de modo que seus níveis de legitimidade social têm se degradado (Itçaina, 2019). A crise institucional do catolicismo pode ser compreendida enquanto processo de reconfiguração da Igreja (Neris & Seidl, 2017), o que por sua vez seria resposta ou estratégia diante do processo de secularização vivenciado pelo catolicismo (Sell & Moniz, 2023). Isso demonstra que a Igreja Católica constitui-se como instituição não estática, passível a adaptações, a inovações teológicas e dogmáticas (Seidl & Neris, 2017). A Igreja seria “um espaço de produção simbólica progressivamente mais complexo e competitivo, que tem colocado à instituição desafios no entendimento ‘dos sinais dos tempos’, aos quais ela tem reagido com mudanças e adaptações – mas também de forma heterogênea” (Seidl & Neris, 2017, p. 281).

Historicamente, a atuação em obras sociais sempre foi central na Igreja Católica. Obras de caridade, asilos, orfanatos, geridos por ordens católicas de religiosos (padres e freiras) com muitas nomenclaturas,

⁷ “Do catolicismo confessional às franjas do catolicismo cultural, diversificaram-se as formas de expressar a articulação entre crer, pertencer e praticar. Os indivíduos podem permanecer ligados à matriz religiosa em que foram socializados, independentemente da evolução das suas posições. O peso da religião como obrigação ou observância diminuiu, mas o seu lugar como memória pode sofrer moldagens diversas” (Teixeira, 2023, p. 20).

diferentes áreas e grande dispersão territorial. A formação de organizações da sociedade civil, ou seja, de entidades sem fins lucrativas, formalizadas em cartórios, em acordo com legislações dos países, com corpos sociais próprios e diferentes níveis de vínculos com as igrejas (canônicos ou não), tem sido uma forma contemporânea de como a IC tem se organizado para dar continuidade à sua presença social.

Diante do diagnóstico de crise do catolicismo, as associações católicas figuram como uma das principais estratégias de reafirmação da relevância pública e política da Igreja Católica, no Brasil e em Portugal. Pelo protagonismo que mantêm nas arenas públicas, e pela ampla rede de provisão de serviços públicos, se estabelece uma relação de interdependência entre órgãos estatais e as associações religiosas. Portanto, a atuação social ocupa lugar no *coração* da Igreja Católica, conforme será aprofundado mais adiante.

1.2 Religião, Democracia e Associativismo

Muito já foi dito, desde Émile Durkheim, sobre como a religião figurara enquanto um dos principais elementos de coesão social. Diante disso, considerando que a presente investigação busca analisar um objeto que intersecciona fenômenos sociais complexos, tais como função social e política das religiões e das associações, permeadas por atores com interesses e objetivos diversos, temos, assim, um acúmulo de tensões para a realização desta análise, exigindo vigilância epistemológica (Bourdieu et al., 1999) e cuidadosa revisão bibliográfica.

Inicialmente, cabe evidenciar que as relações entre religiões e democracia podem ser descritas ao mesmo tempo como complexas e entrelaçadas. Impactos e funções sociais das religiões na democracia e vice-versa geralmente têm sido estudados quanto a casos, sociedades, religiões e contextos sociais específicos de países, regiões e comunidades.

No campo de pesquisas sobre ação coletiva, referências centrais seriam estudos que demonstram a importância das religiões enquanto promotoras de coesão social, bem como a maior correlação entre engajamento político e vínculos religiosos (Lewis et al., 2013; Putnam, 2003), ou ainda, o papel das organizações religiosas no desenvolvimento de habilidades cívicas (Verba et al., 1995). Já críticas dirigem-se aos possíveis efeitos negativos da agregação associativa de cunho religioso, como a formação de organizações promotoras de intolerâncias religiosas e segregações étnico-raciais (Lüchmann, 2016).

No estudo de Lewis, Macgregor e Putnam (2013), os autores examinam a relação entre religiosidade e envolvimento cívico, utilizando-se de dados do survey *Portraits of American Life Study* (2006 e 2012). Conforme os principais achados da pesquisa: 1) a religiosidade pode ser relacionada de forma positiva com múltiplos engajamentos cívicos, em que a relação entre religiosidade e engajamento é muitas vezes explicada pelas redes sociais religiosas, e não por crenças e afiliação; 2) as redes religiosas implicam maiores impactos no envolvimento cívico do que as redes sociais em geral; 3) a existência de redes sociais em determinada denominação religiosa é associada a uma maior participação cívica, embora haja a dificuldade em medir e identificar os mecanismos que impulsionam essa associação.

Outra preocupação de relevância para nossa discussão seria a de como associações religiosas com atuação caritativa e tradicional no campo associativo podem servir de contrapeso para os perigos que o capitalismo de livre mercado causa em democracias igualitárias (Manuel, 2016). Segundo José Casanova (2001, p. 1.049), “religiões podem lembrar indivíduos e sociedades da necessidade de examinar e regular os mecanismos impessoais do mercado, para garantir que eles [...] possam se tornar mais responsivos para com necessidades humanas.”

Já Arikan e Ben-Nun Bloom (2020) sugerem a necessidade de se analisar as relações entre religiosidade e democracia enquanto fenômeno multifacetado. Para eles, nos estudos sobre religiosidade e suporte à democracia, existem dois debates centrais: 1) se algumas religiões, como o Islão e o Cristianismo Ortodoxo, seriam inerentemente democráticas; e 2) quanto à ambivalência nas avaliações acerca das relações entre a religião e a democracia. A religião pode ser vista como fonte de valores não democráticos, ou, sob outra perspectiva, também pode ser considerada como fonte para o desenvolvimento de práticas e normas democráticas. Assim, os autores concluem, ao analisarem a extensiva literatura existente sobre religião e democracia, que argumentos e apreensões empíricas são conflituosas. Por exemplo:

A partir de Adorno et al., (1950), alguns acadêmicos argumentaram que a religião está relacionada com orientações antidemocráticas, como o preconceito e a intolerância política (Altemeyer, 1996; Gibson, 1992; Hunsberger, 1995; Karpov, 2002) e que as crenças e valores religiosos colidem com valores democráticos como o ceticismo, a individualidade, a abertura e a diversidade (Ben-Nun Bloom, Zemach, & Arian, 2011; Roccas & Schwartz, 1997; Saroglou, Delpierre, & Dernelle, 2004; Schwartz & Huismans, 1995). No entanto, outros salientam a importância das atividades sociais religiosas para o desenvolvimento de competências cívicas (Neiheisel et al., 2008; Norris & Inglehart, 2004; Putnam, 2000), que podem ter um efeito positivo na participação eleitoral, na filiação partidária e no envolvimento noutras organizações cívicas (Norris, 2002; Norris & Inglehart, 2004), bem como no apoio à democracia (Meyer et al., 2008) (Arikan & Ben-Nun Bloom, 2020, p. 09, tradução própria).

Dessa perspectiva, seria necessário considerar duas dimensões: a *individual* e a *coletiva*, em relação a como operam de formas diferenciadas e se impulsionam mutuamente. Os autores apontam que, no nível *individual*, a crença religiosa estaria associada a tradição, conformidade, seguridade, valores associados com oposição a mudança, desejo por ordem e inclusão. Seriam valores que comumente se contrapõem a princípios democráticos como liberdade de opinião, igualdade e tolerância com diferentes estilos de vida e visões de mundo. No nível *coletivo*, segundo os autores, a religião serve como instituição social que promove interesses de grupo, além de mobilizar a comunidade sobre discussões e deliberação. Nesse sentido, contribuem com o desenvolvimento de atitudes cívicas e de confiança, o que estaria atrelado a influências positivas para o fortalecimento de normas democráticas.

De facto, utilizando dados da quarta vaga do WVS relativos a 45 países democráticos, Ben-Nun Bloom e Arikan (2012) mostraram que *a crença religiosa está associada a níveis mais baixos de apoio explícito à democracia, ao passo que o comportamento social religioso está positivamente associado a esse apoio*. Além disso, quando os efeitos dessas duas dimensões foram considerados, a pertença religiosa foi geralmente considerada inconsequente para o apoio à democracia, o que está de acordo com estudos que não encontraram muita diferença no apoio democrático entre membros de tradições religiosas (Arikan & Ben-Nun Bloom, 2020, p. 09, tradução e itálico próprio).

Ou seja, os autores evidenciam contradições dos estudos sobre religião e democracia, a depender de questões de pesquisa e dados utilizados, além do nível analítico – se individual (crença religiosa) ou coletivo (atividades sociais e comportamento sociorreligioso). As discussões traçadas por Arikan e Ben-Nun Bloom (2020) nos são de grande relevância por demonstrarem a importância de analisar a religião enquanto fenômeno multidimensional, o que possibilita compreender a *ambivalência da religião* e os resultados conflitantes das pesquisas sobre a temática.

Em se tratando dos efeitos das religiões quanto ao suporte às democracias, essa *ambivalência política da religião* deixa-se perceber: de um lado, processos de democratização podem possibilitar o retorno da religião para o espaço público, ao propiciarem a liberdade religiosa e encorajarem a organização político-religiosa na participação política; de outro, a existência de liberdade religiosa e participação política pode configurar-se enquanto uma espada de dois gumes, possibilitando também a defesa de valores antidemocráticos pelos cidadãos (Arikan & Ben-Nun Bloom, 2020).

Outro conceito que nos parece ser de grande ajuda para a análise das organizações religiosas e sua atuação no espaço público das democracias contemporâneas seria o de *Muted Vibrancy* (“Vibração Silenciosa”, ou “Discreta”), mobilizado por Paul Christopher Manuel (2016). Amparando-se nas abordagens de capital social e aprofundamento democrático, o “conceito de vibração silenciosa cria uma área de pesquisa promissora sobre como a religião e a política, ou mesmo a fé e a cultura, podem interagir em uma sociedade historicamente dominada por uma religião” (Manuel, 2016, p. 02). Baseado em argumentações de autores como Steven Englund, Manuel sugere que os cientistas sociais precisam se mover para além das lentes datadas que ainda são aplicadas aos estudos sobre o Catolicismo (quanto a ser conservador ou estar morrendo), procurando examinar suas atuais funções sociais desempenhadas.

Assim, o principal contributo seria de que “essa abordagem de vibração silenciosa procura fornecer uma compreensão diferenciada do papel contemporâneo da religião vivida em uma determinada sociedade e, portanto, evitar as armadilhas de uma leitura fácil do papel da religião no espaço público” (Manuel, 2016, p. 02). Por vibração silenciosa, entende a forma como a Igreja Católica, em muitos contextos, procurou atuar de forma não anunciada e não publicamente conflitiva em algumas questões públicas, e, portanto, silenciosa; e em outros, com atuação vibrante, combativa e pública. O conceito de vibração silenciosa aproxima-se tanto da noção de *silêncio estratégico* (*strategic silence*, Warner, 2000),

definida como a escolha por dar menor ênfase a questões sociais e moralmente divisórias, quanto de *política invisível* (*invisible politics*, Itçaina, 2019), que descreve formas de atuação não publicizadas na área social e na concepção de políticas públicas executadas por instituições religiosas.

A concepção de vibração silenciosa possibilita perceber duas questões centrais concernentes às organizações religiosas contemporâneas, conforme avaliado por Manuel e Glatzer (2019a), no caso da Europa Ocidental, mas que é pertinente também para nosso estudo entre Brasil e Portugal: 1) o reconhecimento de processos de secularização, com redução de identificação religiosa e praticantes, com cautela, visando não sobrevalorizar essas tendências; 2) o fato de que muitas batalhas relacionadas a questões morais, e que dominaram discussões públicas no universo religioso, teriam sido perdidas. É o caso do divórcio, da descriminalização do aborto, de pautas homossexuais, principalmente no que se refere a uniões afetivas, que se tornaram legislações e direitos assegurados apesar de pressões de organizações religiosas. Tendo perdido essas batalhas,

As igrejas enfrentam essencialmente três opções: talvez possam continuar a proclamar em voz alta a sua oposição; em segundo lugar, podem empenhar-se em reformas doutrinárias ou estruturais para refletir as visões sociais contemporâneas (papéis alargados para as mulheres, ou a possibilidade de os divorciados receberem a comunhão); ou, em terceiro lugar, *podem possivelmente concentrar-se noutras questões relativamente não controversas (compaixão, boas obras), ou onde a opinião pública ainda está em fluxo (política sobre migração e refugiados)*. [...] embora as igrejas possam ter perdido poder e prestígio em relação ao passado, continuam a ser atores poderosos e vitais, embora muitas vezes não anunciados, nos serviços sociais e na prestação de assistência social; utilizamos o conceito de vibração silenciosa como uma lente para compreender a sua contribuição para a sociedade civil da Europa Ocidental (Manuel & Glatzer, 2019a, p. 03, tradução e itálico próprio).

Trata-se, portanto, de perspicaz estratégia das instituições religiosas: de focalizar, como já o fazem historicamente, em áreas menos controversas e melhor reconhecidas socialmente, como a prestação de serviços sociais, principal área de atuação de associações religiosas vinculadas diretamente, ou não, às Igrejas. Os autores descontroem, assim, o que consideram um falso paradoxo: o de estar *silenciada*, pelo enfraquecimento da Igreja enquanto instituição e quanto a pautas morais defendidas, por um lado, e por outro, serem *vibrantes* acerca da relevância e do crescimento de obras sociais, amparados em contextos de *welfare state*, estabilidade legislativa ou diante de contextos de crise econômica ou enfraquecimento/redução de cobertura estatal.

Nesse contexto, as associações religiosas, e os repertórios por elas mobilizados, ao mesmo tempo que são essenciais e dotadas de grande capacidade de adaptarem-se a mudanças societárias, econômicas e políticas, podem ser compreendidas à luz da vibração silenciosa, buscando continuidade e indispensabilidade. Colocar-se como ator estratégico e indispensável, mas muitas vezes silencioso em

sua intervenção no espaço público é algo que pode ser percebido em estudos empíricos sobre a atuação de algumas organizações e associações religiosas (Taborda, 2018).

Helena Vilaça (2008, p. 27) nos ajuda a compreender esse processo em um contexto internacional das relações entre a Igreja Católica e a democracia, ao destacar que “a intervenção indirecta no campo político foi perdendo algum fôlego, entre outras razões, pelo facto de se ter operado, a partir da década de sessenta, uma mudança na orientação sociopolítica da Igreja Católica”. Essa mudança seria o desvio de seu campo de ação para a sociedade civil em detrimento da política, enquanto efeito do Concílio Vaticano II (1962 a 1965).

Tal mudança deve ser enquadrada num âmbito mais vasto que é o das estratégias adaptativas por parte do Catolicismo à modernidade e ao processo de secularização em particular. Quer por via de uma acção política, quer através de uma intervenção social – cada vez mais de natureza sectorial –, *a Igreja procura novos meios de inculcação moral, religiosa e ideológica*. Mesmo que, no presente, muitos grupos e movimentos tenham obtido uma *autonomia assinalável em relação à hierarquia eclesiástica, os valores estão lá: a responsabilidade, compaixão e caridade, entretanto designada de solidariedade (cristã)*. Esses grupos, ou certos organismos que a Igreja cria para dar resposta ao processo de secularização, são fundamentais para a própria reconversão do termo caridade em solidariedade (Vilaça, 2008, p. 27-28, itálico próprio).

Desse modo, o Concílio Vaticano II⁸ é reconhecido pela sua conjuntura crítica, com grandes implicações em âmbito internacional, ao promover readequações das formas de intervenção da Igreja Católica, bem como contribuir para a expansão do investimento desta na criação e no apoio de associações religiosas e da sociedade civil em diferentes países, principalmente em áreas sociais como saúde, assistência social e educação.

Ao considerarmos o papel das associações nas democracias, este se diferencia segundo distintas abordagens analíticas e, embora a impossibilidade de realizar aqui uma descrição mais pormenorizada, ressalta-se que, nelas, salvo diferenciações de grau, as associações figuram como atores centrais, o que aponta uma articulação positiva entre as associações e a democracia, para além do modelo representativo eleitoral, e possibilita maior grau de participação política e *accountability*. Entre os modelos de democracia que acolhem ou valorizam o papel das associações, Lüchmann (2012) analisa os modelos participativos (Macpherson, 1978; Pateman, 1992; 2012), deliberativos (Habermas, 1997; Warren,

⁸ Trata-se de Concílio Ecumênico, ocorrido no Vaticano, entre 1962 e 1965, considerado um dos principais eventos do século XX no âmbito da Igreja Católica. Objetivou a discussão de temas de relevância, visando uma abertura da Igreja para a modernidade, e teve múltiplos desdobramentos em posicionamentos teológico e sociopolíticos da Igreja. Uma síntese sobre o Concílio pode ser encontrada na edição “Vaticano II. 50 anos depois”, da Revista IHU On-Line, N. 401. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU, de 2012, disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao401.pdf>, último acesso em 20/11/2023. Outra referência seria Sanchez e Passos (2015), “Dicionário do Concílio Vaticano II”. Os documentos oficiais do Concílio estão disponíveis em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm, último acesso em 20/11/2023.

2001) e associativos (Hirst, 1994 e Cohen & Rogers, 1995)⁹. Quanto aos efeitos positivos do fenômeno do associativismo, em um nível normativo do conceito, Mark Warren (2001, p. 17-18) lista como diferentes autores da literatura recente veem o fenômeno:

John Rawls, por exemplo, concebe associações como locais para uma “moralidade de associação” o que inclui as virtudes de “justiça, equidade, fidelidade e confiança, integridade e imparcialidade”, virtudes que tenderão a ser aplicadas pelos associados através do mecanismo de culpa. Em *Making Democracy Work*, Robert Putnam vê as associações em termos Tocquevillianos, argumentando que “inculcam em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público”, tirando os indivíduos de seu esquecimento natural de sua dependência de bens públicos e a vida pública. Além disso, as associações oferecem espaços, locais e oportunidades de colaboração social e ação coletiva. Michael Sandel entende as associações como escola de virtude cívica e julga as associações de acordo com suas contribuições para a educação cívica. Iris Young espera que as associações, em contraste com os grupos de interesse, possam fornecer o tecido social que apoie uma negociação harmoniosa das diferenças entre os grupos. Expectativas mais expansivas e diversas podem ser encontradas no influente trabalho de Joshua Cohen e Joel Rogers “Associações Secundárias e Governança Democrática”: as associações podem subscrever a democracia, fornecendo informações, equalizando a representação, educando os cidadãos e fornecendo formas alternativas de governança. Além dessas expectativas, Paul Hirst concebe associações como substituições para instituições estatais (tradução própria).

Apesar de sua relevância teórica e empírica, estudos da área de participação política apenas recentemente têm se dedicado a estudar o associativismo, de forma que podemos afirmar tratar-se de uma modalidade de participação política frequentemente negligenciada nos estudos nas últimas décadas, mas que está na base de muitas outras, principalmente nos casos de participação por meio de instâncias de representação (Lüchmann, 2011)¹⁰.

A literatura sobre capital social tem se preocupado em identificar como e quais elementos de redes, normas e confiança vinculadas ao associativismo mais efetivamente influenciam a vida democrática (Putnam, 1995). Schmitter (1995) também sugere que associações de interesse podem ser importantes para a legitimidade das democracias, na medida em que a consolidação dos regimes democráticos depende de como estas se configuram e comportam. Considerando a centralidade das associações para

⁹ Para uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de associativismo, ver Lüchmann (2016).

¹⁰ Segundo Cancela (2012, p. 48, *itálico próprio*), “as associações desempenham um *papel importante enquanto catalisadoras da participação política*, ainda que menos no caso do voto. No primeiro caso, o efeito é mediado pela intensidade do laço entre as organizações da sociedade civil e os seus membros: os indivíduos mais envolvidos nas associações são também aqueles que mais participam politicamente. No segundo, embora a pertença a organizações esteja moderadamente associada a uma maior probabilidade de votar, uma intensificação da relação cultivada com a associação não torna os cidadãos em eleitores mais prováveis”.

a vida democrática, faz-se necessário compreender como atuam e quais as funções sociais das associações nos regimes democráticos, sejam as religiosas ou as seculares, desde aquelas periféricas, passando pelas centrais e, ainda, as articuladoras (Gurza Lavalle et al., 2007; 2008).

Outra referência basilar para se pensar associações e democracia é Archon Fung (2003). O autor elenca seis contribuições das associações civis para processos de aprofundamento democrático: 1) o bem intrínseco de associação e da liberdade de associar-se; 2) socialização cívica e educação política; 3) resistência política e controle de poder; 4) representação de interesses; 5) deliberação pública e a esfera pública; 6) governança pública.

Sob outra perspectiva, é imperativo reconhecer que as associações têm tanto potenciais positivos para marcos democráticos quanto negativos. Exemplos seriam “determinados grupos privados, grupos racistas, de ódio, e muitos grupos de interesses poderosos que fazem jus às suspeitas de facciosismo levantadas por Madison e Rousseau em suas preocupações com o ideal do bem comum” (Lüchmann, 2014, p. 160). Segundo Mark Warren (2001), do ponto de vista da democracia, existem muitos tipos de associações que não são de nenhuma forma boas para a democracia. “Alguns tipos de associações transformam o pluralismo em paroquialismo, assim como as seitas religiosas fundamentalistas quando produzem intolerância que se transfere para a vida política” (Warren, 2001, p. 11, tradução própria). Assim, faz-se necessário reconhecer que o campo associativo é composto também por OSCs com práticas voltadas a interesses¹¹ antidemocráticos, que debilitam virtudes cívicas e impulsionam membros “a desconfiar de estranhos – uma lógica que se manifesta em grupos de ódio, mas também tem uma história longa e ignóbil entre grupos religiosos e étnicos, bem como em pequenas cidades e alguns bairros nos Estados Unidos e em outros lugares” (Warren, 2001, p. 132, tradução própria)¹².

¹¹ Pierre Bourdieu (1996), em texto intitulado “É possível um ato desinteressado”, discute quanto às práticas desinteressadas, tais como aquelas justificativas para as práticas filantrópicas. O autor postula ser “preciso que exista um mercado para as ações simbólicas conformes, que haja recompensas, lucros simbólicos, com frequência conversíveis em lucros materiais, que se possa ter interesse pelo desinteresse [...]” (1996, p. 169). Não se trata assim propriamente de desinteresse, mas sim de ações que se explicam pelo ganho simbólico delas resultantes. Ações que se justificam pelas relações entre os atores com o campo em que se inserem. Benefícios, não econômicos, mas sim por meio de capital simbólico que se materializa com títulos e reconhecimento por parte dos demais atores do campo, nas diferentes formas de certificação social.

¹² “Segue-se que há muito poucos tipos associativos que são ruins para a democracia em si. Em vez disso, os efeitos democráticos potenciais são realizados ou – às vezes – funcionam de maneira antidemocrática, dependendo da mistura de associações, seus pesos relativos na mistura e suas relações com os poderes do Estado e as estruturas de mercado. Certamente, existem alguns tipos associativos com poucos ou nenhum potencial democrático, mesmo quando vistos dentro da maior ecologia da democracia. Estes incluem o crime organizado, grupos de ódio e associações que buscam bens que por sua natureza são exclusivos e escassos. Mas dentro da ecologia associativa democrática, mesmo grupos de ódio podem fornecer uma função democrática inversa: eles podem mobilizar o público contra os efeitos corrosivos do ódio, produzindo coalizões progressistas que de outra forma não poderiam se formar. Seus perigos se desenvolvem à medida que se tornam mais comuns e menos marginais dentro de uma ecologia associativa” (Warren, 2001 p. 208, tradução própria).

1.3 Associações: definições e classificações

Se a preocupação com o fenômeno religioso e suas intervenções no meio coletivo advém de longa data, o interesse acadêmico no papel das associações nas sociedades contemporâneas nos remete à obra de Alexis de Tocqueville, *A democracia na América* (1977), publicada originalmente em 1835. Tocqueville (1977) destaca as associações como um poderoso meio de ação, de forma que as associações civis seriam tão importantes quanto as associações políticas, ou talvez até mais importantes. Em sua obra, o autor se dedica a demonstrar a importância que as associações e a religião têm no estabelecimento do Estado democrático americano em função de exercerem influências positivas na formação de laços de solidariedade e confiança.

A herança tocqueviliana acabou por impactar profundamente os estudos sobre o associativismo. Temos, assim, um contexto em que a maior parte dos estudos sobre associações está atrelado a estudos sobre democracia, de forma que os tipos de associações, e suas definições, foram largamente abordados pelo seu papel nas democracias modernas. Há dois séculos e desde os postulados de Alexis de Tocqueville (1977), “a arte de associar-se” tem sido observada, valorizada ou temida, bem como a liberdade de associação é entendida como um dos principais termômetros dos regimes democráticos (Dahl, 2012).

Conforme apontado por Lüchmann (2016), existe uma grande dificuldade de elaborar uma definição precisa de associação, “ao ponto de nos perguntarmos se seria possível, frente à multiplicidade de práticas associativas, estabelecer características gerais que permitam algumas distinções sem recair em reduções e simplificações” (Lüchmann, 2016, p. 07). Essa dificuldade é transversal nas diferentes abordagens analíticas (sejam da democracia participativa, associativa, deliberativa e estudos sobre movimentos sociais; ver Lüchmann, 2016).

Em vista da natureza do objeto a ser estudado, é imperativo não pensar o fenômeno associativo de modo isolado, mas, sim, de modo contextual e relacional. Quando analisamos as associações e as áreas-fins da atuação destas, cabe o esforço de entender que a existência de determinada associação e a finalidade que persegue dão-se de acordo com contextos econômicos e sociopolíticos, além da agência dos atores do campo. Conforme afirmam Cohen e Rogers (1995), aprofundando o argumento de Robert Dahl, as associações não seriam constituídas naturalmente, mas configuram-se como artefatos sociais resultantes de circunstâncias favoráveis ou hostis à criação de determinados perfis associativos.

Como artefatos sociais, as associações refletem condições socioeconômicas e estruturais de determinada região ou área de atuação, sendo influenciadas por decisões estatais, políticas e pressões econômicas, mesmo que objetivem romper com lógicas de dominação social existentes. Isso porque é preciso considerar, *a priori*, que estamos falando de um mundo social extremamente complexo, plural e constituído por um amplo número de indivíduos. Como teóricos da abordagem da democracia associativa, Cohen e Rogers (1995) são criticados pelo papel central imputado ao Estado, e os problemas entre autonomia e dependência que isso implica para as associações (Hirst, 1995). Além do Estado,

como analisado por Lüchmann (2016), as associações são criadas por indivíduos, movimentos, grupos, coletivos, instituições sociais, culturais, econômicas, governamentais e, conforme abordaremos na próxima sessão, instituições religiosas, além, ainda, de partidos, universidades, empresas, entre muitos outros.

O cientista político e teórico da democracia estadunidense Mark Warren produziu uma das contribuições mais originais para os estudos do associativismo, o que mantém sua obra *Democracy and Association* (2001) atual e imprescindível. Considerando a pluralidade e complexidade própria do campo associativo, o autor procura desenvolver um modelo analítico que se propõe a considerar diferentes tipos de associações, e seus diferentes fins, em um contexto de pluralismo que ele denomina “ecologia democrática das associações”.

Assim, longe de o conceito de associação ter uma definição precisa, algumas características podem ser elencadas levando-se em consideração as referências propostas por diversos autores. No contexto cotidiano, a nomenclatura “associação” é bastante utilizada e, em uma concepção mais alargada, “significa esses tipos de ligações que escolhemos para fins específicos – para promover uma causa, formar uma família, praticar um esporte, trabalhar com um problema de identidade ou propósito, chegar à frente na carreira, ou resolver um problema de bairro” (Warren, 2001, p. 39, tradução própria).

A concepção teórica de associação mais conhecida e adotada diz respeito a dimensões de tamanho e proximidade das relações associativas. São identificados três níveis de associações: as associações primárias, que seriam compostas pelos grupos familiares e por círculos de amigos; as associações secundárias ou intermediárias, marcadas por vínculos menos imediatos, mas ainda próximos, de relações face a face, compostas pelos grupos cívicos, de esportes, associações religiosas e similares; por fim, as associações terciárias, cujos membros não têm muito em comum para além do objetivo específico que os leva a associar-se em determinada associação. Exemplos de associações terciárias seriam associações profissionais, partidos, sindicatos, ou seja, associações de grupos de interesses, que objetivam prestar serviços aos seus membros (Warren, 2001)¹³.

Conforme Lüchmann (2016) evidencia, as associações podem ser analisadas segundo três dimensões: a da heterogeneidade (considerando os diferentes tipos de associações existentes); a dos contextos (considerando como as associações respondem e são influenciadas pelos contextos político, socioeconômico e social existente); e a das relações (como se relacionam com outros atores da sociedade civil, estatais, com o sistema político, considerando diferentes interesses e estratégias)¹⁴.

¹³ Cabe reiterar ser esta uma construção analítica que auxilia a dimensionar o campo associativo. Porém, nos estudos empíricos, há maiores complexidades e sobreposições, em que essas categorias de associações primárias, secundárias e terciárias podem apresentar-se de formas mais híbridas.

¹⁴ “Assim, podemos pensar o campo do associativismo em perspectiva relacional pelo menos em dois sentidos. Em uma perspectiva objetiva – ou estrutural – pensar as associações enquanto artefatos, ou como dependentes das configurações políticas, como maior ou menor abertura participativa, a composição das elites, o perfil de agentes da burocracia estatal, as coligações político-partidárias, e os programas governamentais e legislação, por exemplo. Em uma perspectiva subjetiva, e que depende das orientações, interesses e estratégias dos atores sociais, podemos

Dessa forma, as associações seriam tipos de organizações que se alocam na sociedade civil em relações de interdependência com múltiplos atores coletivos, como movimentos sociais, agências estatais, em processos cooperativos e contenciosos. Mario Diani (2015) procura desenvolver um modelo analítico centrado em uma perspectiva relacional, afirmando que as redes que se formam nessas interações seriam o *cimento* da sociedade civil. As redes constituem a sociedade civil formando um distinto sistema de interdependência, definindo “quem” as organizações de cidadãos são (Diani, 2015, p. 01)¹⁵.

Percebem-se, assim, confluências no campo global de estudos sobre ações coletivas, quanto ao aumento de análises que procuram considerar o contexto relacional existente entre atores e arenas, passando “de concepções agregadoras para concepções relacionais da estrutura social e política” (Diani, 2015, p. 01). Jasper e Duyvendak (2015) têm desenvolvido a perspectiva de interações estratégicas (*Strategic Interactions*), que possibilita entender o processo de construção de identidades, bem como as interações entre os atores que não estão dadas, mas sim influenciadas por questões históricas e de trajetórias específicas (McGarry et al., 2016). Assim, a antítese abstrata entre agência e estrutura é substituída por atores (jogadores), engajados em interações estratégicas.

A perspectiva de *Players* e *Arenas* (Accornero, 2019a, 2019b; Accornero & Ramos Pinto, 2020; Duyvendak and Jasper, 2015; Jasper and Duyvendak, 2015; McGarry et al., 2016) é recente nos estudos sobre movimentos sociais e protesto, e tem significado um ponto de inflexão na área, por aportar um sentido crítico em postulados de abordagens clássicas, como a teoria do processo político (TPP) e das estruturas de oportunidade políticas (EOP) (Tilly, 1981; Tarrow, 1998; McAdam, 1999), criticando o viés estruturalista e “*top-down*” que a TPP apresenta. Jeff Goodwin e James Jasper (2004) propõem a necessidade de se mover para além da discussão entre estruturalistas e críticos do estruturalismo que têm dominado o centro dos estudos sobre movimentos sociais nas últimas décadas. Isso significaria, no nível teórico, reconhecer a variedade de conceitos e teorias (principalmente do sul global), e, no nível empírico, considerar como muitos processos e eventos históricos têm possibilitado o nascimento de variadas formas de movimentos sociais e ações políticas (Goodwin & Jasper, 2004, p. 27).

Essa perspectiva centra-se na compreensão das condições ambientais (*enviromental conditions*), e não apenas nas dinâmicas internas das ações coletivas. Reconhece a importância de se pensar as relações entre atores coletivos e outros atores e arenas sociais, econômicas e políticas, institucionais ou não¹⁶. Atores ou *Players* (“jogadores”) seriam aqueles que “engajam-se em ações estratégicas com algum

identificar também um quadro de múltiplas configurações, com aproximações de diferentes graus e tipos, seja por relações de interesses, de estratégias e/ou de posicionamentos ideológicos” (Lüchmann, 2016, p. 18).

¹⁵ “Por que dar tanta atenção às redes e não a outros aspectos da ação coletiva cívica? Não porque lhes devemos atribuir um papel explicativo, mas porque uma perspectiva de rede nos permite abordar, de um ângulo distinto uma questão fundamental da investigação sobre a ação coletiva (e, claro, da investigação social em geral), nomeadamente, como passar de concepções agregadoras para concepções relacionais da estrutura social e política” (Diani, 2015, p. 01, tradução própria).

¹⁶ Ver discussão sobre *contentious governance* (Verhoeven & Bröer, 2015) e ativismo institucional (Cayres, 2015), além de “*Breaking Down the State: Protestors Engaged*” (Duyvendak & Jasper, 2015).

objetivo em mente” (Jasper, 2015, p. 10, tradução própria). Já “uma arena é um conjunto de regras e recursos que possibilitam ou encorajam certos tipos de interações a prosseguir, com algo em jogo” (Jasper, 2015, p. 14, tradução própria)¹⁷.

Ao mesmo tempo, autores como Goodwin e Jasper (2015) e Accornero (2021) defendem não ser necessário um rompimento completo com a tradição dos estudos estruturais da área de movimentos sociais e ação coletiva, alocando a possibilidade de se considerar abordagens estruturais e não estruturais enquanto complementares, seguindo um princípio de flexibilidade epistemológica. Isso pode ser atingido ao se prestar atenção nas “interações contínuas entre agentes e estruturas, e suas recíprocas co-construções” (Accornero, 2021, p. 04, tradução própria).

Assim, essa perspectiva de *Players* e *Arenas* possibilita “preencher a lacuna entre *estruturas e agentes, entre micro, meso e macro níveis, e entre atores estatais e não estatais*” (Accornero, 2021, p. 04, tradução e itálico próprio) ao dar “peso igual e simétrico aos manifestantes e aos outros atores com os quais eles engajam, e focando igualmente nos atores e nas arenas em que interagem” (Jasper, 2015, p. 09, tradução própria). Esse entendimento oportunizaria conectar os níveis analíticos e empíricos dos estudos, além da compreensão do papel tanto das mudanças estruturais quanto dos atores nestas envolvidas (Accornero, 2021, p. 14). Como veremos mais adiante, a ideia de Contexto de Interação Associativa dialoga com esse olhar e apresenta-se como uma estratégia analítica inovadora para o estudo do campo associativo religioso.

1.3.1 Como classificar as associações? Principais abordagens e dados no Brasil e em Portugal

Uma das principais formas de classificar as associações é segundo o grau de formalidade: aquelas *formais ou formalizadas* (com inscrições jurídicas nos respectivos países e segundo diplomas legais próprios), a que comumente intitulamos de “institucionalizadas”; e aquelas *informais*, que não estão inscritas legalmente. Nesse último caso, há maior dificuldade em estudar e mapear essas associações,

¹⁷ Ainda: “As arenas variam em várias dimensões. Tal como os jogadores, variam no grau de institucionalização, com regras burocráticas e reconhecimento legal, por oposição a tradições e expectativas informais; a opinião pública é uma arena amorfa, ao passo que os tribunais têm regras elaboradas, incluindo regras sobre quem tem legitimidade para as defender” (Jasper, 2015, p. 17, tradução própria). Outra interpretação de arenas públicas que nos auxilia é a de Daniel Cēfai, vinculado ao pragmatismo francês, que se dedica a compreensão a partir dos atores e das interações (2017, p. 208-209): “Uma arena pública é um conjunto organizado de acomodatamentos e competições, de negociações e arranjos, de protestos e consentimentos, de promessas e engajamentos, de contratos e convenções, de concessões e compromissos, de tensões e acordos mais ou menos simbolizados e ritualizados, formalizados e codificados, em que está em jogo um *public interest*. Existem arenas sociais de todo tipo, mas só quando esses mundos de mundos sociais, que configuram territórios, conhecimentos, tecnologias, organizações e instituições, são ordenados visando realizar um bem público ou evitar um mal público é que se fala de arenas públicas. [...] Uma arena pública estabelece novos complexos de hábitos coletivos, ou seja, repertórios de definições típicas de situações problemáticas e de respostas típicas para resolvê-los”.

pela ausência de cadastros e bases de dados e por terem maior instabilidade (se extinguindo com maior facilidade)¹⁸.

A principal contribuição, no sentido de busca de padronização na definição e classificação associativa, tem sido a dos trabalhos coordenados por Lester Salamon, promovidos pelo e vinculados ao *Johns Hopkins Center for Civil Society Studies*¹⁹. Em parcerias com institutos nacionais de pesquisa, pesquisadores e universidades têm realizado estudos comparativos por intermédio de pesquisas nacionais sobre as configurações associativas institucionais. Essas pesquisas têm sido pioneiras ao possibilitarem compreender contornos gerais do campo associativo nos diferentes países referentes a dados quantitativos, áreas de atuação, dados de financiamento e de empregabilidade. É a esse conjunto de estudos, nacionais e comparativos internacionais, que aqui nos referimos enquanto estudos associativos de *dimensão institucional*, dado que tratam das associações formalizadas e que entram para estatísticas nacionais oficiais.

Estudar as associações e considerar a diversidade própria do setor associativo requer cuidadosos enquadramentos classificatórios. Nesse âmbito, a Classificação Internacional para as Organizações Sem Fins Lucrativos (International Classification of Nonprofit Organizations – ICNPO), desenvolvida pela primeira vez em Salamon e Anheier, (1997), procurou responder a essa exigência. O *Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts* (United Nations – UN, 2003), principal referência de definições para os estudos realizados em todo o mundo, elenca cinco elementos que precisam estar presentes para que uma entidade seja considerada enquanto parte do “*Non-Profit Sector*”, no Brasil denominado “terceiro setor”:

- (i) Organização, isto é, institucionalizada até certo ponto;
- (ii) Privada, isto é, institucionalmente separada do governo;
- (iii) Sem fins lucrativos, ou seja, não retornando lucros gerados a seus proprietários ou conselheiros;
- (iv) Autogovernada, isto é, capaz de controlar suas próprias atividades;
- (v) Voluntária, isto é, não obrigatória e envolvendo algum grau significativo de participação voluntária” (United Nations – UN, 2003, p. 16 tradução própria).

¹⁸ Dadas as exigências burocráticas e financeiras de formalização serem altas, muitas organizações ou coletividades não têm registro formal. Esse conjunto de organizações tem sido mais difícil de ser identificado, não entram para as estatísticas e têm vida mais volátil. No campo das associações religiosas, verifica-se a existência de muitos grupos associativos informais, formados em torno das Igrejas, visando diferentes fins, geralmente assistenciais ou religiosos. Infelizmente, estudar esses grupos informais mostra-se ainda mais difícil, pela ausência de dados. Por isso, na presente tese, procuramos estudar associações formais, embora haja a presença e relevância no campo associativo religioso dos grupos informais. Outro exemplo de associações informais que têm ganhado relevância nas últimas décadas no Brasil são os autodenominados “Coletivos”, que se alocam em uma posição diferencial em relação a outros tipos de associações, visando “experiências organizacionais inspiradas em princípios autonomistas, na organização horizontal e na desconstrução da ideia de liderança formal e vertical” (Gohn, Pentead e Marques, 2020, p. 02). Os coletivos são criados em muitas áreas e visam a múltiplos fins, com destaque aqueles políticos, e se caracterizam pela “fluidez, a horizontalidade e a ação múltipla e pontual” (Perez, 2019, p. 577).

¹⁹ Disponíveis em: <http://ccss.jhu.edu>. Último acesso em maio de 2020.

Dada a centralidade que os estudos realizados sobre configurações institucionais dos campos associativos nacionais têm tomado, em âmbito internacional, esses cinco elementos têm balizado pesquisas nacionais sobre o campo das organizações sem fins lucrativos²⁰, apesar das diferenças quanto às definições legais e concepções de associativismo nos diferentes contextos nacionais, a exemplo de Brasil e Portugal, como veremos a seguir.

Nas últimas décadas, é perceptível o delineamento de duas concepções ou modelos mais centrais relacionados aos estudos do setor sem fins lucrativos: o americano e o europeu. O americano foca-se mais no estudo das organizações sem fins lucrativos (*Non-Profit Organizations*) e segue os cinco elementos apontados anteriormente. Já o modelo europeu, apesar de importantes diferenças entre os países, tem focado o estudo das organizações da chamada “Economia Social”, em que as pesquisas seguem, além do *Handbook* (United Nations – UN, 2003), o *Manual for Drawing up the Satellite Accounts of Companies in the Social Economy: Co-operatives and Mutual Societies* (CIRIEC, 2006). Essa diferenciação explica o porquê dos estudos realizados pelos institutos de pesquisa em Portugal intitulam-se “*Conta satélite da Economia Social*”, enquanto os brasileiros, por seguirem metodologia americana, intitulam-se “*Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos*”. As diferenças residem principalmente em diferentes concepções e nomenclaturas do que consideram por associações e organizações da sociedade civil, sendo o modelo europeu vinculado a uma definição de economia social, enquanto o modelo americano a uma definição de entidades sem fins lucrativos. Porém, tanto os estudos brasileiros (IBGE, 2004, 2008, 2012, 2016, Lopez, 2018) como portugueses (INE, 2011, 2013, 2016, 2019) adotam a definição do *Handbook*, sendo, portanto, passíveis de diligente comparação.

Esses diagnósticos que elencam dados institucionais possibilitaram grandes avanços no campo associativo, em ambos os países, por mapearem dados quantitativos, áreas de atuação, recursos, número de voluntários/as e de trabalhadores empregados, gênero, entre outros. Em contrapartida, apresentam importantes limitações. A principal, além da questão da formalidade anteriormente apontada, é a de que pesquisas sobre a dimensão institucional realizadas por institutos nacionais de pesquisa, em decorrência da natureza dos dados (provenientes de cadastros em órgãos públicos), classificam as associações segundo uma única e principal finalidade, o que é um problema sobretudo quando consideramos as associações religiosas, que têm a particularidade de muitas vezes atuarem em múltiplas áreas: assistência social, saúde, educação, cultura, desenvolvimento e defesa de direitos, além de fins religiosos²¹.

²⁰ O próprio *site* do Center for Civil Society Studies divulga estudos realizados segundo a metodologia quantitativa da Classificação Internacional para as Organizações Sem Fins Lucrativos e do *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts* (UN - United Nations, 2003). Disponível em: <http://ccss.jhu.edu/publications-findings/>. Último acesso em junho de 2020. Dessa forma, esta acaba por ser a forma de classificação mais comum, utilizada em estudos nacionais, comparativos internacionais e regionais.

²¹ “Vale destacar que a atuação das entidades religiosas não se restringe a esse grupo de instituições, posto que existem entidades assistenciais, educacionais e de saúde, para citar apenas alguns exemplos, que são de origem religiosa, embora não estejam classificadas como tal, o que impede dimensionar a abrangência efetiva das ações de influência religiosa” (IBGE, 2019, p. 32).

Ainda, os estudos tendem a identificar a relevância do setor associativo segundo critérios econômicos: montante de capital mobilizado e de trabalhadores/as contratados/as, níveis de salários. Porém, o campo associativo vai além de aspectos econômicos e mercadológicos, uma vez que também se baseia em lógicas de associação, solidariedade e cooperação, como podemos identificar, por exemplo, no número de voluntários/as, em especial no campo religioso.

De toda a forma, a centralidade que questões econômicas e de recursos tem tomado no âmbito dos estudos sobre o campo associativo parece estar relacionada a preocupações de autonomia e autossustentabilidade econômica das associações, principal dilema vivenciado no cotidiano das OSCs, tanto no Brasil como em Portugal. Vejamos, a seguir, dados sobre a legislação e montante de associações religiosas, nos dois países.

1.3.1.1 Brasil – O associativismo religioso segundo a dimensão legal, institucional e individual

No Brasil, a Constituição Federal, no artigo 5.º, inciso XVII, profere: “é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar”. As associações que estejam em conformidade legal são livres, não podendo o Estado interferir em sua criação (Art. 5.º, inciso XVIII, CF), no seu funcionamento (Art. 5.º, inciso XIX, CF) ou compelir pessoas a associarem-se ou a permanecerem associadas (Art. 5.º, inciso XX, CF). Ainda, no art. 5.º, inciso XXI: “as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente” (Brasil, 1988).

Por sua vez, o Código Civil brasileiro (Brasil, 2002, Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002) estabelece no art. 44: “São pessoas jurídicas de direito privado: I – *as associações*; II – *as sociedades*; III – *as fundações*; IV – *as organizações religiosas*; (Incluído pela Lei n. 10.825, 22.12.2003) V – *os partidos políticos* (Incluído pela Lei n. 10.825, 22.12.2003, itálico próprio).” Procurei agregar, no Quadro 1.1 a seguir, as figuras jurídicas conforme os principais marcos legislativos.

Quadro 1.1 – Brasil – Síntese Pessoas Jurídicas de Direito privado e marcos legislativos

Fonte: Dados da Constituição Brasileira (Brasil, 2002; 2003; 2015) e Lopez (2018).

<p><i>I – Associações</i> O capítulo II “Das Associações”, art. 53, determina que “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” (Brasil, 2002). Os artigos 53 até 61 estabelecem, resumidamente, que as associações não podem ter fins lucrativos, que devem apresentar um estatuto e que não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.</p>
<p><i>II – As sociedades</i> Já Sociedades (Artigos 981 até 1.141 do Código Civil) são definidas enquanto com fins lucrativos, visando prestação de Serviços Técnicos, podendo ser Empresária ou Simples. Portanto, as sociedades não se enquadram nos critérios do <i>Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts</i> (United Nations – UN, 2003), por não serem consideradas organizações sem fins lucrativos. Ainda, “não há um registro oficial que reúna as cooperativas sociais e as demais que atuem em prol do interesse público” (Lopez, 2018, p. 16).</p>
<p><i>III - Fundações</i> São descritas entre os artigos 62 e 69 do Código Civil. “Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o</p>

fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.” Fundações precisam ser constituídas para causas pré-definidas, tendo por fins: assistência social, cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, educação, saúde, segurança alimentar, defesa do meio ambiente, pesquisa científica ou “IX – atividades religiosas; (Incluído pela Lei n. 13.151, de 2015)”.

IV – Organizações Religiosas

As Organizações Religiosas, que antes eram enquadradas na figura de associação, passaram em 2003, a ter personalidade jurídica própria. A Lei n. 10.825, de 22 de dezembro de 2003, “definiu as organizações religiosas e os partidos políticos como pessoas jurídicas de direito privado”. Assim, de acordo com o parágrafo 1.º, “são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento” (Brasil, 2003).

V – Partidos Políticos

Do mesmo modo, também os partidos políticos não se enquadram nas definições do *Handbook*. “§ 3.º. Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica. (Incluído pela Lei n. 10.825, de 22.12.2003)”. Assim: “Os partidos políticos são regidos por um arcabouço jurídico específico e controlados e fiscalizados pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE. [...] Tendo em vista essas especificidades, os partidos políticos não atendem ao critério de organização voluntária” (Lopez, 2018, p. 15).

VI - Organizações Sociais

Desde 2015, um sexto tipo de natureza jurídica foi implementado, as Organizações Sociais (OS), criada nos termos da Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998, enquanto “uma outorga concedida pelo Estado” (Lopez, 2018, p. 46). Seriam “pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos [...], desde que tenham sido qualificadas como organização social nos termos da Lei Federal n. 9.637, de 15/05/1998, ou de lei estadual, ou distrital ou municipal” (IBGE, 2018). São, assim, “constituídas como pessoa jurídica de direito privado e desempenham atividades de interesse público” (Lopez, 2018, p. 46).

No caso brasileiro, para melhor apreensão das configurações institucionais do associativismo, os principais dados existentes são da pesquisa *Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL)*, que traça um comparativo entre as edições de 2002, 2005, 2010 e 2016 produzidas pelo Instituto Brasileiro em Geografia e Estatística (IBGE)²². O comparativo do percentual segundo áreas nas diferentes edições demonstra tendências de diminuição nos percentuais das áreas de Assistência Social, Associações Patronais e Profissionais, e, ainda, Desenvolvimento e Defesa de Direitos. O agrupamento Religião é o único que apresenta tendências de crescimento, passando de 25,5% das FASFIL em 2002 (70.446 unidades), para 35,1% em 2016 (83.053 unidades).

²² Os estudos do IBGE apresentam edições com períodos de coleta dos dados e de publicação diferenciados, o que pode causar dúvidas. Assim, a edição de 2004 apresenta dados de 2002; a edição de 2008 apresenta dados de 2005; a edição de 2009 apresenta dados de 2007; a edição de 2012 apresenta dados de 2010; e por fim, a edição de 2019 apresenta dados de 2016. Assim, aqui, utilizo os anos a que os dados se referem (2002, 2005, 2010 e 2016), ao invés dos anos de publicação. Informações mais detalhadas sobre questões metodológicas das diferentes edições do estudo das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil podem ser encontradas em Oliveira et al., 2019.

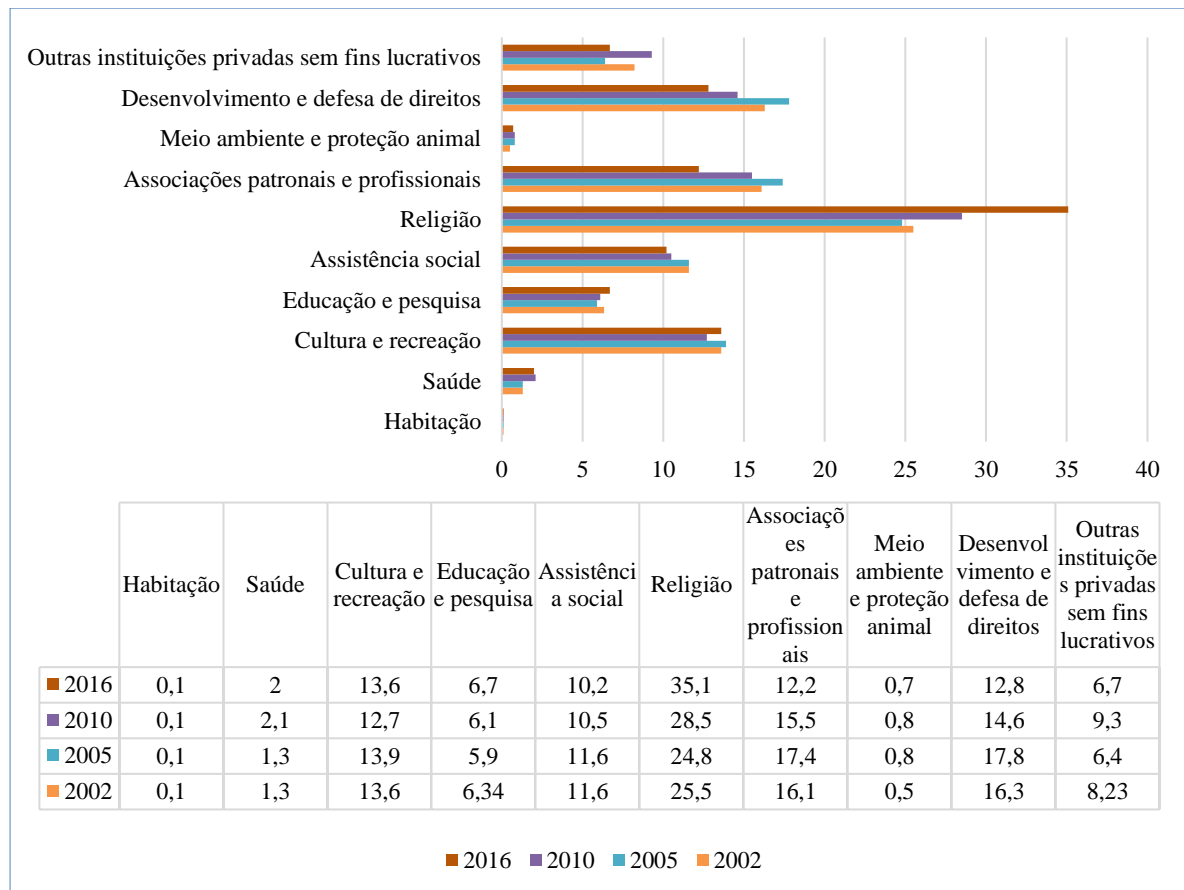


Figura 1.1 – Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil, percentual (IBGE, 2002, 2005, 2010 e 2016)

Brasil – Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, gráfico e quadro, comparativos percentual segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos (IBGE 2002, 2005, 2010 e 2016). Fonte: Elaboração própria com base nos dados das diferentes edições da pesquisa FASFIL.

Na última edição do estudo (IBGE, 2016), ao considerarmos a idade das FASFIL, as Religiosas representam os maiores percentuais entre as diferentes áreas, tanto entre aquelas mais antigas quanto as mais recentes, figurando assim como *novos velhos atores*. Eram 27,2% das mais antigas, criadas até 1970, e 46,4% das entidades criadas entre 1971 e 1980. Entre 1981 e 1990, somavam 35,9%, período em que “houve crescimento expressivo na participação daquelas voltadas para o Desenvolvimento e Defesa de Direitos (11,6%)” (IBGE, 2016). De 1991 a 2000, eram 29,1% do total, e entre 2001 e 2010, as religiosas somaram 30,9%. Por fim, na última década, considerando as entidades mais novas, criadas entre 2011 e 2016, vê-se que o maior percentual continua a ser o das Religiosas, tendo sido “criadas com essa finalidade 19,9 mil instituições, correspondendo a 43,5% do total das novas entidades desse período. Ao passo que as Associações patronais e profissionais (9,2%) e as entidades de Desenvolvimento e Defesa de Direitos (9,5%) perderam participação” (IBGE, 2016, p. 34).

Isso atesta, por um lado, a resiliência das Religiosas, por figurarem entre as entidades da FASFIL mais antigas. Por outro, atesta como esse grupo continua em crescimento nas décadas recentes. Outros dados sobre esse agrupamento também se destacam na última edição do estudo: a) das entidades sem empregados formais, 37,5% eram do grupo Religião, com a média de 1,8 pessoas por entidade, o que

atesta que, apesar de processos de profissionalização, continuam com altos níveis de voluntariado; b) as mulheres eram 59,2% dos trabalhadores formais das FASFIL em 2016, mas recebiam consideravelmente menos que os homens (salário médio mensal: homens 2,4 e mulheres 1,7); c) O estudo verificou discrepâncias quanto à presença territorial do grupo Religião no país, em que 56,8% concentram-se na região Sudeste, que abarca 42,1% da população brasileira. Ainda, no que se refere aos dados sobre dispersão associativa pelo território brasileiro, vemos que há um paralelo entre o percentual populacional e associativo, com destaque negativo para as regiões Norte e Nordeste do país, pouco servidas de associações, e positivo para a região Sul, com os mais altos percentuais de associações por número de habitantes no Brasil.

Para além dessa dimensão institucional, dados sobre o pertencimento associativo individual dos brasileiros na pesquisa World Values Survey – WVS, de 2018 (Haerpfer et al., 2022), apontam que 43,1% declararam ser membros ativos de organizações religiosas, percentual bastante superior ao pertencimento a outros tipos associativos, a exemplo das associações esportivas/recreativas (10,8%), humanitárias/caritativas (6,4%), e das associações culturais/artísticas (6,4%), entre outras²³. Ao cruzarmos esse dado com o da identificação religiosa por denominação, declararam-se membros ativos de associações religiosas 44,8% dos católicos e 66,2% dos protestantes/evangélicos. A seguir, elenquei os percentuais de engajamento individual daqueles que se declararam ativos em organizações/associações voluntárias de Igrejas e organizações religiosas segundo as diferentes rondas disponíveis da WVS.

Quadro 1.2– *Engajamento associativo religioso segundo denominação religiosa no Brasil, nas diferentes edições da pesquisa World Values Survey (1991, 1996, 2006, 2014, 2018).*

Fonte: Inglehart et al., (2022). World Values Survey: All Rounds.

Ano Ronda WVS	% Brasil	% Católicos	% Protestantes/Evangélicos
1991	22.1%	19.9%	50.2%
1996	30.9%	28.8%	60.0%
2006	50.4%	50.3%	75.3%
2014	49.5%	49.9%	73.6%
2018	43.1%	44,8%	66.2%

Os dados das cinco ondas do World Values Survey demonstram tendências de crescimento do engajamento individual em associações religiosas, desde 1991, com maiores percentuais em 2006 e 2014, e decréscimo no envolvimento na última ronda de 2018. Considerando os católicos, também

²³ O enunciado da pergunta foi: “Agora eu vou ler uma lista de organizações/associações voluntárias. Gostaria de saber se o(a) sr(a) pertence e participa de cada uma delas, se pertence, mas não participa ou não pertence a essas organizações/associações:

Q94 – Igreja ou organização/grupo de religião”.

vemos tendências de aumento, seguidas por queda na última onda. *Isso atesta que movimentos de crise do catolicismo, da diminuição de percentuais de filiação católica também estão representados no envolvimento associativo dos católicos*, que embora continue forte (44,8%), diminuiu 5% em relação às duas edições anteriores da pesquisa (2006 e 2014). Já os protestantes/evangélicos também apresentam tendência parecida, de crescimento e declínio na última edição. Surpreende o alto percentual de pertencimento a associações religiosas por parte dos protestantes/evangélicos, chegando em 2006 a 75,3% com pertencimento ativo. Em 2018, 66,2% declaram ser ativos em associações religiosas, diminuição de 9%²⁴ (Inglehart et al., 2022).

1.3.1.2 Portugal – O associativismo religioso segundo a dimensão legal, institucional e individual

A Constituição da República Portuguesa de 1976, em seu artigo 46.º, intitulado “Liberdade de associação”, define: “1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal.” Estipula ainda que as associações não devem sofrer interferências das autoridades públicas, não podendo ser dissolvidas ou suspensas pelo Estado, exceto casos previstos na lei e mediante decisão judicial (inciso 2.º), que ninguém pode ser obrigado ou coagido a integrar ou permanecer em uma associação (inciso 3.º) e, por fim, que não estão “autorizadas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista” (inciso 4.º).

O Código Civil Português (Portugal, 1966) também trata das associações estabelecendo, no art. 157: “As disposições do presente capítulo são aplicáveis às associações que não tenham por fim o lucro económico dos associados, às fundações de interesse social, e ainda às sociedades, quando a analogia das situações o justifique”. Já o artigo 158 afirma serem “as associações constituídas por escritura pública ou por outro meio legalmente admitido, que contenham as especificações referidas no n.º 1 do artigo 167.º, gozam de personalidade jurídica”.

²⁴ Segundo o questionário aplicado em 2018, na pergunta “Q289. O(A) Sr(a) pertence a alguma religião ou grupo religioso? Se sim, qual?”, o entrevistador marcava a resposta do entrevistado conforme a listagem de religiões que continha tanto a nomenclatura de Protestante (6,3%, em 2018) como Evangélico (21,9%, em 2018). A junção de ambos conformou o percentual de 28,1% dos entrevistados. Para efeitos comparativos, em 2006, os Protestantes eram 2,0%, e os Evangélicos 20,3%, somando, portanto, 23% dos entrevistados. Já os católicos somaram 46,1% dos entrevistados.

Em 2018, há importantes diferenças entre o engajamento associativo religioso de protestantes e evangélicos, com 71,6% do protestantes e 64,7% dos evangélicos. Em 2006, eram membros ativos de associações religiosas 53,3% do protestantes e 77,5% dos evangélicos. Ou seja, em uma década, aumentou consideravelmente a presença dos protestantes em associações religiosas, e diminuiu a dos evangélicos. Vemos, assim, que aumentaram os percentuais tanto de protestantes como de evangélicos na edição de 2018, mas o engajamento associativo dos protestantes/evangélicos tem declinado, o que pode ser explicado pelo fato de os evangélicos comporem maior percentual do que os protestantes. Entre as hipóteses explicativas para a diminuição da presença associativa religiosa dos evangélicos, a principal parece residir no fenômeno recente de investimentos massivos dos evangélicos na ocupação de espaços da política institucional, promovendo candidatos e campanhas para eleições nos níveis municipal, estadual e federal. Assim, os evangélicos possivelmente têm priorizado esforços no envolvimento político institucionalizado, ao invés do engajamento associativo.

A especificidade do caso português seria a de considerar e regular também associações sem personalidade jurídica, determinando no art. 195 do CC que “À organização interna e administração das associações sem personalidade jurídica são aplicáveis as regras estabelecidas pelos associados e, na sua falta, as disposições legais relativas às associações, excetuadas as que pressupõem a personalidade destas”. Assim, o plano jurídico português diferencia “as associações com personalidade jurídica e as associações sem personalidade jurídica – com regras de organização interna e administração distintas. O Código Civil português faz essa distinção” [...] nos artigos 167.º a 184.º e 195.º a 201.º-A (Pratas, 2022, p. 111).

Convencionou-se chamar, no caso português, os diferentes tipos de associações de “*famílias associativas*” ou “famílias da economia social”. A Lei de Bases da Economia Social (Lei n. 30/2013, de 8 de maio), estabelece, no Art. 1.º: “quanto ao sector cooperativo e social, as bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios”. Assim, “entende-se por economia social o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas entidades” (Art. 2.º1), que tem “por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes” (Art.2.º2). São consideradas entidades da economia social:

- a) As cooperativas;
- b) As associações mutualistas;
- c) As misericórdias;
- d) As fundações;
- e) As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores;
- f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- g) As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social;
- h) E outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social e constem da base de dados da economia social (Art. 4.º).

A principal pesquisa existente sobre as configurações institucionais do associativismo em Portugal é a Conta Satélite de Economia Social, que conta com quatro edições (INE, 2011, 2013, 2016 e 2020). Conforme demonstrado na Figura 1.2, o número de associações registradas como Religiosas tem tido decréscimo (4%) em uma década. Mesmo assim, permanece, nas diferentes edições, como a área com o segundo maior percentual de entidades, posicionada após Cultura, Desporto e Recreio, que soma 44,8% (2020) das entidades da economia social em Portugal.

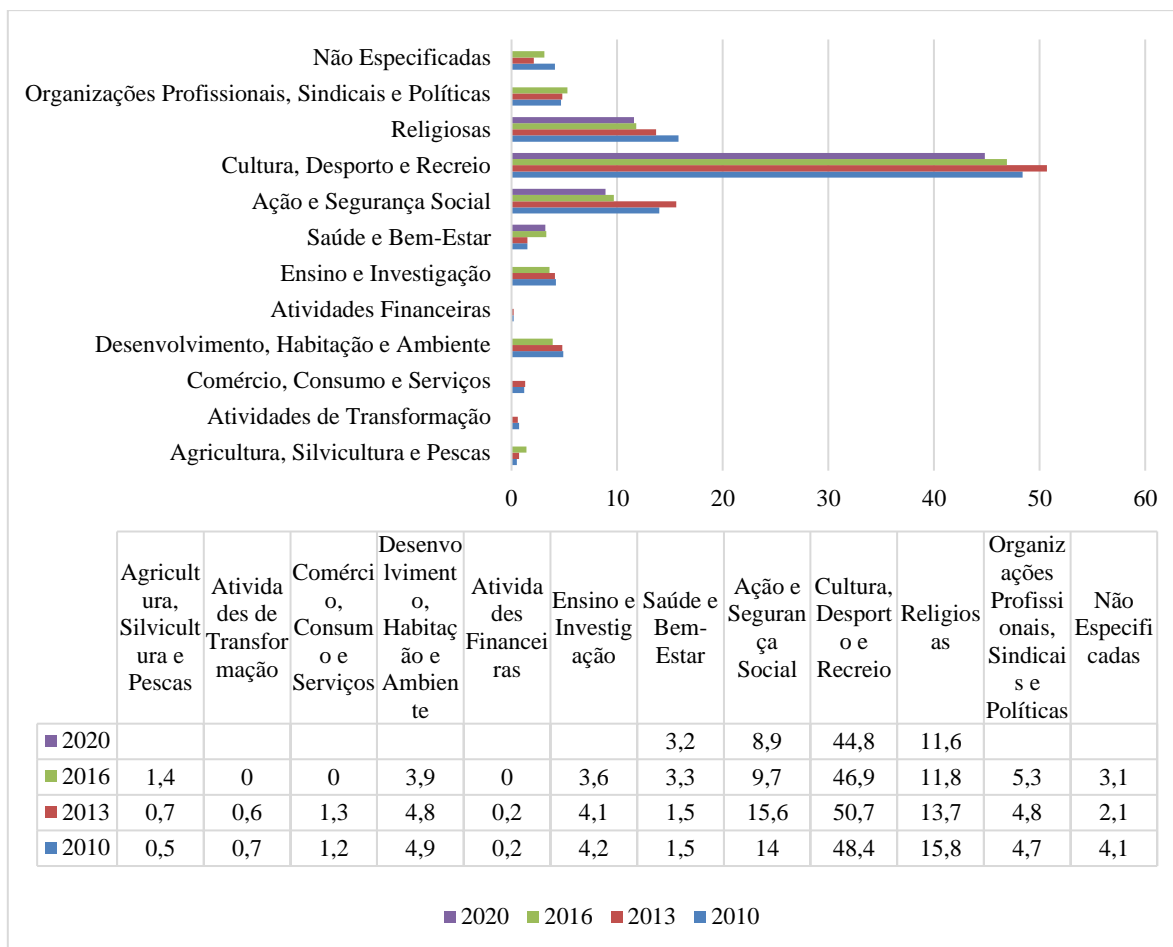


Figura 1.2 – Conta Satélite de Economia Social, segundo áreas de atuação Portugal (2010, 2013, 2016, 2020)
 Fonte: Conta Satélite de Economia Social, edições de 2010, 2013, 2016 e 2020). Elaboração própria com base nos dados das diferentes edições da pesquisa

Nesse comparativo agregado, é preciso ponderar os quantitativos, dado que quedas de percentual dos estudos de uma edição para a outra podem não significar real diminuição de número de associações, e sim ao serem comparadas com o todo. Por exemplo, as Religiosas em Portugal não tiveram real diminuição numérica, e sim no comparativo com o total do campo. Em números absolutos, passaram de 8.229, em 2010, para 8.386, em 2013, para 8.533, em 2016, e, por fim, para 8.475, em 2020, com padrões de leve crescimento seguido por leve declínio. Como no caso brasileiro, os dados da Conta Satélite não possibilitam compreender os reais contornos do associativismo religioso em Portugal, dado que grande parte das associações religiosas estariam alocadas em outros fins, como serviços sociais.

Embora os dados existentes sobre o associativismo católico português sejam escassos, o estudo de Oliveira, M. (1994) enumera 295 casas de enfermos, 26 hospitais, 42 dispensarias de pacientes, 201 creches, 795 centros sociais paroquiais e 3.894 associações civis católicas, em 1994. Em 2017, existiam 5.647 IPSS, sendo a maior parte destas associações (59,57%) e centros sociais paroquiais (18,01%) (Mendes, 2018). Segundo uma das lideranças da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS) entrevistadas, em torno de 45% das IPSS são dirigidas canonicamente pela Igreja Católica: “A conta satélite tem muito mapeamento a fazer. Agora já houve predominância das instituições religiosas, hoje pensamos que sejam na ordem de 45% do todo, do total das instituições,

porque infelizmente se diversificou a missão das associações” (Entrevista 7 CNIS PT). O mesmo entrevistado declara ainda que, além destas, há um quantitativo de outras IPSS que tem vínculos com a Igreja Católica, embora não sejam diretamente dirigidas, canonicamente, pela IC.

Quanto à distribuição associativa de entidades da economia social em Portugal segundo a última Conta Satélite, de 2020, percebe-se tendência de maior concentração no litoral e em regiões metropolitanas. Já a análise segundo regiões considerando o número de habitantes demonstra o contrário: no interior (como Alentejo), no norte do país e nos Açores estão os maiores números de entidades por mil habitantes.

No que diz respeito ao pertencimento associativo individual dos portugueses, alguns dados apontam um gradual crescimento nas últimas décadas do século XX. De acordo com Tiago Fernandes (2015), o envolvimento nas associações religiosas em Portugal era de 4,4%, em 1970, passando para 5,7%, em 1980, e, finalmente, 10,5%, em 1990. Nas duas primeiras décadas dos anos 2000, por sua vez, os dados existentes apontam tendência de baixo engajamento em associações religiosas. Segundo estudo de Viegas e Santos (2010), no período entre 2001 e 2003, o percentual de portugueses que declarou participar de associações religiosas era de 8,9%. Já o estudo de Baumgarten, Lüchmann e Ayres (2018) registra dados do European Values Study (EVS) de 2008, que apontam que 4% dos portugueses declararam participar ativamente de associações religiosas. Mais recentemente, dados do EVS de 2017 apontam que apenas 4% dos portugueses eram membros ativos de associações religiosas (Ramos & Magalhães, 2021). Embora o baixo percentual, nas duas rondas da EVS (2008 e 2017), ainda é a área associativa com maior quantitativo de portugueses que se declararam ativos²⁵.

Os dados do estudo *Identidades religiosas e dinâmica social na Área Metropolitana de Lisboa* (Teixeira, 2019) proporcionaram avanços na compreensão de algumas questões sobre a relação entre engajamento associativo e a filiação religiosa. Os dados confirmam estudos anteriores quanto ao baixo índice de engajamento associativo em Portugal: 72% dos inquiridos declaram não pertencer a nenhuma associação. Considerando a Lisboa Metropolitana, os tipos associativos mais citados percentualmente seriam “sindicato ou associação profissional” (8,7%) e “clube desportivo” (7,9%), “associações de solidariedade e ação social (5,5%) e “Associação ou grupo religioso” (5%). Assim,

Há uma maior frequência de formas de sociabilidade associativa profissional, recreativa e sociorreligiosa. Observou-se ainda que não existe uma diferença significativa entre os pertencentes a uma religião (68%) e os sem religião (66%) no que respeita ao associativismo. A afiliação religiosa, ou a sua ausência, apesar de alguns matizes, não surge como um fator

²⁵ Referem-se, na última ronda (2017), à Questão V9 do EVS: “Leia atentamente a seguinte lista de organizações de voluntariado e diga a qual ou quais pertence” % de organizações mencionadas, em Portugal: Organizações religiosas, ligadas à Igreja: 4%; Educação, artes, música, actividades culturais 2%, Sindicato 1%, Partidos ou grupos políticos 1%, Património, ambiente, direitos dos animais 0%, Associações profissionais 0%, Desporto e recreio 3%, Acção social e ajuda humanitária 3%, Defesa do consumidor 0%, Grupos de autoajuda e entreaajuda 0% (ver Ramos & Magalhães, 2021).

determinante no mapeamento da disponibilidade associativa dos residentes nesta região (Teixeira, 2019, p. 35).

Com base no levantamento de Teixeira (2019), pode-se perceber que Evangélicos/Protestantes constituem maior percentual de pertencimento associativo do que Católicos (18,2 e 5,8%, respectivamente). Ainda, os Sem Religião apresentam uma taxa de associação próxima ao daqueles com identificação religiosa. Já em se considerando o pertencimento a grupos, movimentos ou associações dentro da Igreja ou comunidade religiosa, os percentuais são mais altos. O agrupamento mais envolvido com atividades sociopolíticas seria os Evangélicos (40%), seguidos dos de Outra Confissão não Cristã (36,9%) e Outros Cristãos (35,4%) (Teixeira, 2019, p. 14).

Em síntese, os dados apresentados demonstram que, nas últimas décadas, houve em ambos os países importante aumento no número de associações, bem como o fato de tipos mais tradicionais, como as religiosas, apresentaram percentuais mais acentuados entre os grupos associativos. Apesar disso, o número de indivíduos engajados não acompanhou esse crescimento. Ou seja, o aumento no número de associações não é proporcional ao aumento no número de pessoas engajadas em associações. Porém, a relevância do campo associativo não é diretamente proporcional aos níveis de engajamento individual: as funções sociais de representação e produção de conhecimento – atuando como especialistas, informando a opinião pública –, também são atividades pelas quais as associações devem ser analisadas. Isso já foi apontado por José Viegas (2014, p. 43), que, considerando o caso português, afirma que as associações têm “um papel institucional crescente”, com aumento do “reconhecimento institucional que lhes é conferido pelo Estado.”

Ainda, além do crescimento, há que se considerar os percentuais de pluralização do campo associativo, com ampliação de percentual de áreas como associações de defesa de direitos (sexuais, ambientais, deficiência). Essa pluralização também estaria relacionada à consolidação democrática, com ampliação de espaços para novas vozes e pautas. Ainda, cabe mencionar que a pluralização implica considerar que existem importantes diferenciações no interior do campo (a depender da área, e de questões geográficas), que uma análise macro tal como esta não possibilita captar.

Diagnósticos das séries históricas tanto portuguesas como brasileiras possibilitam afirmar que tais pesquisas nacionais do campo associativo estão em aprimoramento, dado seu caráter recente, sendo influenciadas pela qualidade da natureza dos dados provenientes de fontes estatais. Apesar disso, estes têm se configurado como um divisor de águas em ambos os países, o que contribui para o fortalecimento do campo associativo que apresenta agora maior conhecimento sobre si próprio e sua relevância, podendo exigir espaços e reconhecimento público e político. Mesmo assim, parecem não nos ajudar a avançar suficientemente para refinarmos o conhecimento sobre a atuação das associações, dado que esses estudos medem as configurações associativas (quem são as associações, onde atuam, sua idade, força de trabalho que empregam, gênero), mas pouco nos dizem sobre a atuação dessas associações, seu papel e relevância social.

1.4 Perspectivas e dimensões de classificação nas pesquisas sobre o associativismo

Considerando os diferentes esforços para a construção de definições e criação de tipologias adequadas para a análise do campo associativo no Brasil e em Portugal, procurei identificar as principais abordagens e critérios das classificações que têm sido utilizados nas pesquisas sobre o tema do associativismo:

I) Pesquisas voltadas à dimensão institucional do associativismo: análise das associações formalizadas segundo áreas fins, funções ou público-alvo. As fontes dos dados analisados geralmente proveem de dados cadastrais estatais do conjunto de entidades sem fins lucrativos, ou de dados coletados em cartórios de registros. As principais questões de pesquisa são: Quais são as associações existentes em determinado país/cidade/região? Se dividem em quais famílias associativas ou áreas de atuação? (exemplos: UN – United Nations, 2003; Anheier & Salamon, 1999; Salamon et al., 2017; Salamon & Sokolowski, 2004; IBGE, 2019; INE, 2019; Scherer-Warren, 2004; Lüchmann, 2016; Landim, 2002, Doimo, 2004, Ganança, 2006; Viegas, 2014; Franco, 2015, Locks Filho, 2016).

II) Pesquisas voltadas à dimensão individual do associativismo: análise segundo índices de pertença associativa coletados em pesquisas de opinião, considerando o percentual de indivíduos que declaram participar de associações em determinado país/região/cidade. As principais questões de pesquisa são: Qual o quantitativo de pessoas que pertence a que tipo de associações? Como se compara com percentuais de outros países? (Exemplos: Baumgarten et al., 2018; Salamon et al., 2012; Cancela, 2012, Viegas, 2014, Fernandes, 2015, Lüchmann et al., 2018; Casanova et al., 2018; Ribeiro & Borba, 2011).

III) Pesquisas voltadas à dimensão relacional do associativismo: classificação segundo formas de atuação e organização em redes. Procuram entender como as associações se organizam e atuam em redes, umas com as outras e com outras instituições/empresas/agentes externos ao campo associativo – como organizações religiosas (Gurza Lavalle et al., 2007, 2008; Almeida & D’Andrea, 2004, Gusso, 2018).

IV) Pesquisas voltadas à dimensão originária/vínculo do associativismo: análise segundo a natureza das associações, dividindo entre as civis (incluindo-se as de defesa de direitos) e as religiosas (caritativas, filantrópicas). As questões de pesquisa geralmente pautam-se em perceber mudanças nas configurações do associativismo, no que se refere a heranças religiosas das associações e politização da atuação das associações (Exemplos: Avritzer, 2004; IBGE, 2004, 2008, 2012, 2016; Lopez, 2018).

V) Pesquisas preocupadas com a dimensão democrática das associações: a análise busca compreender como as associações contribuem ou não com o aprofundamento democrático em determinado contexto. Questões de pesquisa perpassam os impactos democráticos das associações, procurando identificar que tipo de associações tem mais capacidades de impactar positivamente instituições e atitudes democráticas, ou níveis de capital social (Exemplos: Warren, 2001, Lüchmann,

2016, Lewis, Macgregor & Putnam, 2013; Putnam, 2003, Verba, Schlozman & Brady, 1995; Arian e Ben-Nun Bloom, 2020; Viegas et al., 2010; Viegas, 2014; Schaefer, 2019; Taborda, 2014).

VI) Pesquisas voltadas à dimensão dos repertórios de atuação mobilizados: procura-se compreender de que forma as associações têm atuado nas arenas públicas. Com o processo de complexificação do campo e os diferentes leques de modalidades de atuação e articulação das associações nas sociedades contemporâneas, entre os principais repertórios mobilizados pelo campo associativo estariam a) provisão de serviços públicos, em diferentes áreas; b) representação institucional, por exemplo, em conselhos gestores de políticas (Gurza Lavalle, Houtzager & Castello, 2006; Lüchmann, 2011); c) manifestações e protestos (Ribeiro & Borba, 2015); d) diferentes modalidades de parcerias, seja com o poder estatal (Lopes & Barone, 2013; Neto, 2013; Taborda, 2016), seja com legisladores ou empresas; e) articulação em redes de cooperação com diferentes tipos de atores coletivos; f) mobilização do direito (Losekann, 2013) como as ações civis públicas (De Moraes, 2015); entre muitos outros repertórios possíveis de serem acionados, a depender dos recursos, dos objetivos e das trajetórias das organizações da sociedade civil.

Assim, percebeu-se na revisão de literatura que, a depender da metodologia, fontes de dados e perguntas de pesquisa adotadas nos estudos sobre o associativismo adaptam-se a diferentes classificações. Cabe destacar ser lugar comum que essas dimensões se mesclam nas pesquisas, de forma que aqui os elenco em um sentido “puro” como os tipos ideais weberianos (Weber, 1999). A pesquisa de Lüchmann, Almeida e Taborda (2018), por exemplo, utiliza tanto a dimensão institucional quanto individual de associativismo para realizar um diagnóstico do caso brasileiro.

No âmbito da dimensão institucional, podemos afirmar que a maioria das pesquisas procura analisar o associativismo segundo áreas de atuação e a função das associações. É o caso de estudos de agências oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto Nacional de Estatística de Portugal, que produzem diagnósticos com base em dados oficiais de ministérios, geralmente provenientes de cadastros econômicos. Outra fonte para agregação de dados das associações formais são os cartórios de registros, que possibilitam entender configurações específicas do associativismo de determinada cidade/região (Locks Filho, 2016; Lüchmann, 2016; Scherer-Warren, 2004).

Pesquisas sobre o associativismo também costumam realizar divisões por áreas de atuação diversas, com base em diferentes interpretações, concepções ou desenhos de pesquisa. É comum também que as pesquisas procurem replicar metodologias e classificações, buscando a construção de séries históricas (exemplos são o caso de Florianópolis/Brasil: Lüchmann, 2016; Scherer-Warren, 2004; e os estudos provenientes da metodologia do Handbook, UN – United Nations, 2003; IBGE, 2004, 2008, 2012, 2016, Lopez, 2018; INE, 2006, 2013, 2019).

O conhecimento dos tipos de redes estabelecidas pelas associações também é de grande valia para se procurar traçar uma estratégia analítica sobre estas e como atuam. Conforme analisado por Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2007), o universo das OSCs que compõem a sociedade civil é, além de bastante *complexo*, altamente hierarquizado. Segundo esses autores, é preciso considerar a “importância

dos laços sociais como elementos que estruturam a vida social” (Gurza Lavalle, Castello & Bichir, 2008, p. 79). Nesse meio, os padrões de relacionamento formados, sejam entre associações ou entre outras instituições, como acadêmicas, empresariais ou mesmo governamentais, determinam em grande parte as suas capacidades de atuação. Entre outros aspectos, é por intermédio desse processo de formação de redes que as associações vêm consolidando sua presença enquanto atores políticos protagonistas na sociedade brasileira (Gurza Lavalle, Castello & Bichir, 2007).

A classificação mobilizada por Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2007, 2008) foi elaborada no contexto de estudos sobre o associativismo na cidade de São Paulo e pretendia “avançar simultaneamente na produção de conhecimento empírico acerca dos alcances, dos fatores condicionantes e das lógicas que orientam a ação dos diferentes tipos de atores da sociedade civil” (Gurza Lavalle, Castello & Bichir, 2007, p. 74). As distinções analíticas identificadas pelos autores dividem então o quadro associativo estudado segundo redes sociais, em que as associações que ocupam posições privilegiadas como organizações populares, ONGs e articuladoras, são classificadas como *protagonistas* do meio associativo; as associações comunitárias e de bairro, consideradas *periféricas*; e os fóruns e entidades assistenciais situados em uma posição *intermediária*, ou central, embora estejam mais próximas das periféricas do que das protagonistas (Gurza Lavalle, Castello & Bichir, 2007). Para nosso estudo, interessa-nos pensar mais sobre as protagonistas/articuladoras, como são os casos das Cáritas:

as articuladoras são produto notável de uma estratégia bem-sucedida de criação de atores que reflete o adensamento e diferenciação funcional do universo das organizações civis. Sua centralidade não apenas atesta a capacidade de construção institucional das organizações civis, em particular das ONGs, mas ilumina a plasticidade da ação coletiva no sentido de inovar para escalar demandas e problemas, bem como para representar interesses e perfilar agendas compartilhadas por constelações amplas de atores sociais (Gurza Lavalle, Castello & Bichir, 2007, p. 489).

Ainda, segundo Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2007), a maior parte das entidades assistenciais e religiosas identificadas se situa no campo associativo mais como atores-pontes, atuando enquanto mediadoras, na busca por contribuir com a consolidação e ampliação da atuação em rede, em constante contato com as protagonistas do campo.

Já José Manuel Viegas (2014), ao estudar o caso português, inspira-se em Mark Warren (2001) para elaborar sua definição tipológica das associações, procurando entender as funções democráticas que as associações assumem. O sociólogo considera três tipos de modalidades associativas: 1) associações de integração social (solidariedade social e religiosas, desportivas, culturais e recreativas, de pais e moradores); 2) associações de defesa de interesses de grupo (sindicatos, ordens e associações profissionais e de pensionistas, associações empresariais ou financeiras); e 3) associações vinculadas

aos novos movimentos sociais (defesa dos direitos de cidadania, de consumidores, ecologistas e ambientais, de defesa dos animais) (Viegas, 2014, p. 43-44).

Tiago Fernandes (2015), por sua vez, tem se concentrado em estudar o desenvolvimento da sociedade civil no período democrático português, pensando os padrões e os impactos do período transicional para as configurações associativas e de ativismo existentes hoje e ao longo das décadas. Sua estratégia para analisar as associações combina dados de pertencimento associativo com processos históricos vivenciados no país. Comparando os casos português e espanhol, o sociólogo demonstra como o caso português passou por um processo denso de institucionalização da sociedade civil, de modo a asseverar que processos de transição democrática revolucionários causam impactos positivos para a capacidade de auto-organização de grupos populares, com maiores oportunidades e recursos para ação cívica (Fernandes, 2015, p. 1.074).

Finalmente, destaco que, entre as principais abordagens utilizadas nos estudos sobre o associativismo, a que detém maior proximidade com a pesquisa realizada nesta tese são aquelas voltadas a identificar os repertórios mobilizados pelas associações. Em seu dia a dia, e visando diferentes efeitos, as organizações da sociedade civil lançam mão de conjuntos de ações e estratégias, sejam de âmbito político, jurídico ou social, a que teóricos dos movimentos sociais e participação política intitulam como repertórios²⁶. Portanto, embora o conceito de repertório esteja originalmente mais voltado para ações de caráter contestatário, sua capacidade de ser reformulado de acordo com o contexto a ser utilizado nos demonstra que ele pode ser profícuo para analisarmos também ações e estratégias do meio associativo, e aqui mais especificamente, do associativismo religioso. O conceito de repertório mais abrangente aplicado ao meio associativo, que se configura em grande parte por ações colaborativas, também “permite identificar as diferentes formas de ação, ou a diversidade da atuação associativa, e que está relacionada não apenas aos diferentes perfis, objetivos e recursos das associações, como também aos contextos, regras e espaços institucionais disponíveis” (Lüchmann et al., 2017, p. 363)²⁷.

²⁶ Trata-se de conceito bastante utilizado por teóricos dos movimentos sociais, ou da chamada Teoria do Processo Político (TPP), a que se dedicam sistematicamente autores como Sidney Tarrow (2009) e Charles Tilly (2010). Charles Tilly é apontado como o principal desenvolvedor do conceito, buscando a compreensão não das escolhas quanto ao conteúdo das ações coletivas realizadas pelos movimentos, e sim quanto à forma, ao conjunto de ações e estratégias mobilizadas por estes (Tilly, 2010). “Tilly queria assinalar as formas especificamente políticas de agir. Emprestou, então, da música a noção de ‘repertório’ para designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico. O conceito ressaltava a temporalidade lenta das estruturas culturais, mas dava espaço aos agentes, pois que a lógica volátil das conjunturas políticas os obrigaria a escolhas contínuas, conforme oportunidades e ameaças cambiantes – em contextos democráticos, passeatas são mais seguras que guerrilhas; em contextos repressivos, pode bem ser o contrário” (Alonso, 2012, p. 22). Para uma discussão detalhada da história do conceito de repertórios, ver Alonso (2012).

²⁷ Dos muitos e diferentes usos por diversos autores do conceito de repertórios, por muito tempo foi dada ênfase nos repertórios conflituosos, em estreita sintonia com o modo como o conceito de movimentos sociais era concebido. Nas últimas décadas, porém, o conceito de repertórios tem sido utilizado de forma mais empiricamente abrangente. Autores apontam a importância analítica de se utilizar o conceito para além “das estratégias disruptivas e dos protestos” (Carlos; Dowbor & Albuquerque, 2017, p. 369). Assim, o conceito de repertório originalmente pensado para ações contenciosas, tem sido, por autores e no contexto dos estudos sobre movimentos sociais e

Em resumo, “as associações adotam diferentes repertórios de atuação, a depender dos seus objetivos, dos respectivos contextos, seus recursos e condições” (Lüchmann, Nicoletti & Schaefer, 2017, p. 370). Nesse cenário, diferentes tipos associativos podem utilizar-se de repertórios comuns, ou diferentes tipos de associações podem aproximar-se de determinadas práticas e repertórios, por exemplo, no caso das associações de defesa de direitos e as religiosas, que aderem a repertórios mais colaborativos, por meio de parcerias com órgãos estatais, enquanto executoras de políticas públicas e serviços sociais. Outro exemplo seria ocupar mais expressivamente repertórios político-institucionais como os conselhos gestores, principalmente aqueles da área social, segundo Lüchmann, Nicoletti e Schaefer (2017).

1.5 Associações religiosas: definição e tipologização

Com base nos pressupostos teóricos e analíticos até aqui apresentados quanto às definições e classificações das associações, cabe agora denominar mais especificamente o que, para os propósitos desta tese, defino por *associação religiosa*. Como vimos, diferentes estudos, a depender de metodologias e enfoques de público-alvo, adaptam as tipologias das associações segundo necessidades e exigências das questões de pesquisa.

Tem sido lugar comum que a maioria dos estudos anteriormente citados separem as associações religiosas em uma área ou subárea, agregando tanto organizações religiosas (Igrejas, Centros Espíritas, Terreiros etc.) que têm cadastro (junto a órgãos responsáveis) como sem fins lucrativos, como associações com fins de serviços públicos vinculados a organizações religiosas (Salamon, et.al., 2017; Salamon, Sokolowski, 2004; IBGE, 2019; INE, 2019; Lopez, 2018).

Para os propósitos desta tese, seguindo estudo anterior (Taborda, 2018), a definição de associações religiosas não inclui aquelas voltadas diretamente para o proselitismo religioso, autodivulgação e filiação denominacional, que aqui são referidas como “instituições religiosas”, “organizações religiosas” ou “igrejas”, mas, sim, aquelas associações que são vinculadas (atualmente ou em sua trajetória) a instituições de denominações religiosas específicas, que atuam com fins de intervenção social e/ou no espaço público, por meio da prestação de serviços sociais, defesa de direitos e atuação em diferentes áreas e com diferentes fins.

São organizações da sociedade civil, com diferentes nomenclaturas, formalizadas, que seguem pressupostos religiosos em sua atuação. Ou seja: considero aqui como associações religiosas aquelas

ações coletivas, utilizado em uma perspectiva mais ampla, por exemplo, nas dinâmicas de colaboração entre movimentos sociais e Estado.

Nesse cenário, *ações institucionalizadas* há muito trabalhadas na literatura *são incluídas no rol de repertórios de ação*. Abers, Serafim e Tatagiba (2014, p. 331) identificaram que as ações dos movimentos sociais e de organizações da sociedade civil podem se diferenciar enquanto aquelas que ocorrem por fora das instituições e órgãos governamentais, sendo ou não conflitivas, e aquelas ações que se manifestam “por dentro das instituições estatais”. Dado esse contexto, as autoras sugerem que, em conjunto com o conceito de repertório de *confronto* político precisa ser considerado, em alguns casos, a utilização do conceito de repertórios de *interação* entre sociedade civil e Estado.

que apresentam (ou apresentaram) em seu núcleo originário e organizacional um vínculo estreito com alguma instituição religiosa, que podem também oferecer serviços religiosos, mas não necessariamente. Assim, embora não objetivem (ao menos primária, diretamente ou admitidamente) fins religiosos, têm raízes, estreito vínculo, valores religiosos presentes na missão ou estatuto, ou são mantidas e dirigidas por órgãos e entidades das diferentes denominações do campo religioso.

Assim, por haver diferenciações de terminologias entre Brasil e Portugal e diferentes tipos de associações, organizações e entidades de ordem religiosa em ambos os países, considere ser de proveito, para os intuítos desta tese, utilizar a denominação *associação religiosa*, como uma *categoria analítica* que possibilita integrar melhor a discussão realizada. Ao longo da tese, a utilizo, portanto, de forma mais abrangente, para então, na análise empírica, apresentar os casos das ARs aqui estudadas, quais sejam, as Cáritas.

Essa definição de associações religiosas aproxima-se da noção de “*religious non governmental organizations*”, organizações não governamentais religiosas (ONGRs), de Julia Berger (2003). “Em grande parte ignoradas como campo organizacional, as ONGR constituem uma nova geração de atores religiosos que moldam a política global – um híbrido organizacional de crenças religiosas e ativismo social em nível local, nacional e internacional” (Berger, 2003, p. 15, tradução própria). Trata-se de organizações formais em que sua identidade e missão provêm “dos ensinamentos de uma ou mais tradições religiosas ou espirituais e que operam sem fins lucrativos, independentes e voluntárias, para promover e realizar ideias coletivamente articuladas sobre o bem público em nível nacional ou internacional” (Berger, 2003, p. 16, tradução própria)²⁸. Dessa forma, adapto aqui o enquadramento analítico de Berger, utilizando “associações”, ao invés de “organizações”, por dois motivos. O primeiro, por grande parte da literatura e pesquisas empíricas que aqui mobilizo considerarem como “organizações religiosas” aquelas instituições congregacionais, ou seja, Igrejas. O segundo, pela nomenclatura de organizações não governamentais, ONGs, referir-se a um tipo associativo específico, não incluindo assim outras associações que não se reconhecem enquanto ONGs (ver Landim 1993b).

As dificuldades de maior precisão conceitual do que tenho considerado como associações religiosas relacionam-se à pluralidade de associações, entidades, famílias associativas, denominações religiosas, além de práticas, áreas e repertórios de atuação existentes, especialmente no contexto brasileiro. Soma-se ainda a falta de dados estatísticos mais claros quanto ao contingente dessas organizações: pesquisas como a “*Conta Satélite da Economia Social*” (INE, 2019) de Portugal, e “*As Fundações Privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*” (2019) alocam as associações segundo uma única e principal finalidade, quando as associações religiosas têm a particularidade de muitas vezes atuar com múltiplas

²⁸ “Embora a mentalidade moderna relegue a religião para o domínio da vida privada, as ONGs religiosas (ONGRs) representam um híbrido único de crenças religiosas e ativismo sociopolítico em todos os níveis da sociedade. Ao contrário das estruturas congregacionais e estruturas congregacionais e confessionais, que tendem a concentrar-se no desenvolvimento dos seus membros, as ONGR procuram cumprir missões explicitamente públicas, impulsionando mudanças nas plataformas liberais e conservadoras [...]” (Berger, 2003, p. 16, tradução própria).

finalidades, por exemplo, assistência social, saúde, educação, cultura, desenvolvimento e defesa de direitos, além de fins religiosos.

Durante todo o processo de pesquisa para a presente tese, sempre foi motivo de grande insegurança e preocupação a dificuldade de elaborar uma definição de associação religiosa mais precisa. Com a realização da pesquisa de campo, foi possível compreender que essa dificuldade está relacionada a uma das principais apreensões da presente pesquisa: as complexidades próprias do campo associativo refletem-se na proliferação de tipos associativos. Se o universo das organizações da sociedade civil, tanto em Portugal como no Brasil, é marcado por diferentes níveis de instabilidade, para as associações religiosas isso não é diferente. Acrescenta-se, para as ARs, o fato de serem associações que precisam responder a lógicas entre dois campos/arenas: o civil e o religioso, que apresentam lógicas próprias quanto a regras, estratégias, objetivos e disputas sociais, políticas e simbólicas²⁹.

Nesse contexto, as fronteiras parecem cada vez menos visíveis, mas mesmo assim presentes. Assim, as associações religiosas são perpassadas por condições de fluidez e instabilidade. No campo associativo civil, respondem a questões de dificuldades financeiras, críticas da opinião pública, diversidade associativa, competição com outras organizações da sociedade civil, questionamentos referentes à sua existência e papel social. No campo religioso, as ARs geralmente são associações criadas para organizar ações de caridade, de assistência, de ação social, de apoio aos necessitados, de intervenção pública e mesmo política, visando atender ou mudar determinada realidade. Como as ARs são afetadas pelas lógicas próprias do campo religioso, veem-se implicadas em disputas internas e externas, como a competição pelo mercado de fiéis, lógicas do campo simbólico e disputas de ordem moral.

Por meio da realização da presente pesquisa foi possível a compreensão de que essa dupla dimensão, civil e religiosa, produz instabilidade e gera crises institucionais ou identitárias. De forma estratégica, as associações religiosas procuram manter maior alinhamento a um ou outro campo, o que acarreta importantes implicações, conforme será discutido nos últimos capítulos desta tese.

Para elaborar a definição de associações religiosas, considereirei como estas apresentam características próprias a serem consideradas em sua classificação: denominação, formas de atuação, relevância/centralidade dentro do campo associativo religioso, idade, tamanho, repertórios mobilizados.

²⁹ Pierre Bourdieu, em sua teorização sobre a noção de campo, considera que o campo religioso se configura por ter um capital específico: “Enquanto resultado da monopolização da gestão dos bens de salvação por um corpo de especialistas religiosos, socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou à reprodução de um ‘*corpus*’ deliberadamente organizado de conhecimentos secretos (e portanto raros), a constituição de um campo religioso acompanha a desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos e que se transformam por esta razão em leigos (ou profanos, no duplo sentido do termo) destituídos do capital religioso (enquanto trabalho simbólico acumulado) e reconhecendo a legitimidade desta desapropriação pelo simples fato de que a desconhecem enquanto tal” (Bourdieu, 2001, p. 39). Pode-se argumentar que também há um campo associativo, dado que existem lógicas e recursos próprios deste, como o voluntarismo, práticas sem fins lucrativos, repertórios de atuação frequentemente tidos enquanto virtuosos ou corruptos, por parte dos atores envolvidos e nas arenas públicas. Soma-se o fato de ser um campo relativamente autônomo, com regulações específicas, reconhecido exteriormente e com desigualdades de poder no seu interior.

Dessa forma, considerando tanto a pluralidade de formas de classificação das associações como a complexidade própria dos campos associativos brasileiro e português, adotei nesta tese a definição do *Handbook*, que estipula a Classificação Internacional para as Organizações Sem Fins Lucrativos (UN – United Nations, 2003), a qual tem por associações religiosas aquelas institucionalizadas, privadas, sem fins lucrativos, autogovernadas e voluntárias. Seguindo ainda a premissa de Cohen e Rogers (1995) acerca do caráter artefactual das associações, vê-se que as ARs são geralmente criadas por instituições religiosas, ou indivíduos/lideranças a elas relacionados. Portanto, os critérios de autonomia e voluntariedade são os mais complexos de identificar, dado que grande parte das ARs vive relações de interdependência, tanto de instituições religiosas como estatais.

Além disso, eu me orientei pela classificação de Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2007, 2008), que separa as associações entre Protagonistas/Articuladoras, Centrais e Periféricas, divisão que auxiliou na escolha dos casos para estudo nesta tese. Assim, para tipologizar as ARs, utilizei dois critérios principais: a denominação religiosa e o grau de centralidade no campo, o que será melhor demonstrado no próximo capítulo.

1.6 Contexto de Interação Associativa – entre incentivos, repertórios e arenas públicas

Apesar dos avanços na compreensão do campo associativo, as constantes mudanças e rupturas que o formam, aliadas às especificidades nacionais e locais existentes, exigem que, no mesmo passo, revejam-se aportes teóricos e metodológicos. Nesta sessão, procuro apresentar a estratégia analítica que será utilizada nesta tese, por meio da mobilização de um enquadramento relacional que acredito ser o mais adequado para o estudo das associações, considerando aqui nosso objeto, as associações religiosas.

Tendo em vista a revisão bibliográfica realizada neste capítulo quanto aos estudos sobre associativismo, percebeu-se que a maior parte destes procuram entender como as associações atuam, seja no que se refere a repertórios, áreas de intervenção, redes, ou ainda, impactos/efeitos democráticos. Compreendo assim que os estudos sobre o associativismo civil se beneficiariam de uma abordagem interacional, que possibilite apreender *como as funções que as associações desempenham, e os repertórios de atuação que mobilizam, são influenciados pelo contexto em que se encontram*: seja histórico, religioso, político, econômico, cultural, ou das relações existentes com a sociedade civil, órgãos estatais, mídias e mercado, sendo possível, desse modo, um melhor entendimento do campo associativo.

Considerando que as principais referências teóricas sobre o associativismo, ainda hoje, são obras já com décadas de existência, como Cohen e Arato (1992), Cohen e Rogers (1995), Anchor Fung (2003), Paul Hist (1994), Pamela Paxton (2002) e Mark Warren (2001), fazem-se necessários aportes teóricos e metodológicos reformulados sobre o campo associativo.

Já em se tratando das pesquisas empíricas, as mais recentes e centrais, de dimensão institucional, nas quais se destacam os trabalhos coordenados por Lester Salamon desenvolvidos com metodologia do *Handbook* (UN – United Nations, 2003), têm realizado comparativos com base em pesquisas nacionais sobre as configurações associativas institucionais. Estes têm se demonstrado de absoluta relevância pelo pioneirismo de possibilitarem compreender contornos gerais sobre o campo associativo nos diferentes países e continentes, como quantitativos populacionais vinculados a associações, áreas de atuação, recursos monetários mobilizados e de empregabilidade. Mesmo assim, parecem não nos ajudar a avançar suficientemente para obtermos compreensões mais integrais sobre a complexidade das funções associativas, principalmente por se focarem primariamente nos contributos financeiros providos pelo *Non Profit Sector*.

Para isso, parecem ser necessárias pesquisas diretamente do “*chão de fábrica*” das associações, por fornecerem melhores perspectivas sobre as dinâmicas entre atores associativos e repertórios, bem como entre incentivos e desincentivos existentes. Pesquisas realizadas desde o âmbito micro, com metodologias clássicas da sociologia, como entrevistas e observações de campo, têm nos fornecido as mais ricas hipóteses e explicações para fenômenos apontados na teoria ou no plano macroanalítico. Ou ainda, têm possibilitado a elaboração de novos enquadramentos com base em evidências empíricas.

Conjecturo, portanto, que o modelo analítico de Contexto de Interação Associativa, que apresento nas próximas páginas, tem potencial para contribuir para com avanços nos enquadramentos (*framings*) dos estudos sobre as associações, por atender ao que percebo como uma exigência empírica, embora seja ainda necessária grande maturação teórica e crítica.

Nessa perspectiva, adoto a ideia de Contexto de Interação Associativa tendo em vista duas direções analíticas: *do muro para fora*, ou seja, como as associações atuam nas arenas públicas; e *do muro para dentro*, isto é, como as associações são influenciadas pelo contexto e reagem às relações estabelecidas, seja pela adaptação ou pelo rompimento. Assim, considero que há uma ação disruptiva das associações em relação às estruturas de oportunidades, pois ainda que estas sejam importantes, as associações também criam suas próprias oportunidades. Faz-se necessário considerar a interação entre “os dois lados da moeda”: tanto *elementos endógenos como exógenos* ao campo associativo e suas relações de interdependência.

Os *elementos endógenos* seriam aquelas ações e impactos que as associações produzem para o mundo exterior (públicos-alvo, políticas públicas), mediante repertórios de atuação adotados. Portanto, por elementos endógenos, considero *o conjunto de estratégias que formam o seu repertório de atuação*, considerando que cada associação apresenta formas de atuação mais ou menos próprias. Ainda, é lugar comum que as estratégias de atuação das associações aproximem-se, principalmente ao considerarmos um tipo associativo específico (associações religiosas) em um mesmo contexto (país, áreas de atuação). O conceito de repertórios é aqui compreendido enquanto um conjunto de práticas e estratégias, ou *performances*, adotado pelas associações religiosas, o que configura assim um elemento contextual

endógeno, mas que é influenciado tanto por intencionalidades internas (de indivíduos, de interesses e fins) quanto externas (incentivos), em uma perspectiva interacional³⁰.

Já os *elementos exógenos* seriam os *incentivos* que o contexto externo produz, sejam históricos, políticos, econômicos ou sociais, e que influenciam os objetivos e as capacidades de atuação e articulação das associações. Parte-se da perspectiva de que, para compreender o que as associações fazem, é necessário entender também o que influencia as capacidades de atuação destas, ou seja, quais elementos exógenos, próprios de diferentes arenas, constituem-se enquanto incentivos. Ou ainda, em alguns casos, como alguns elementos exógenos mostram-se enquanto desincentivos para a atuação das associações religiosas.

Essa ideia de incentivos tem alguma proximidade com o conceito de estruturas de oportunidades políticas. Insere-se, porém, em perspectiva crítica a este, assim como a maior parte da literatura recente sobre movimentos sociais e ações coletivas, por considerar a dimensão normativa do conceito de oportunidades políticas e por figurar como uma *estrutura*, que é *externa* ao objeto. Os incentivos que elenco e que influenciam as associações religiosas, em contrapartida, embora sejam provenientes do contexto externo, apresentam uma dinâmica interacional, de forma que as associações não apenas respondem a eles, mas procuram, em sua atuação, impactar as arenas públicas e as regras do jogo, com vistas a criar melhores condições de atuação.

Esses dois movimentos se influenciam mutuamente, e perceber as relações e estratégias, os discursos e repertórios do meio associativo configura-se um importante desafio analítico e empírico.

³⁰ O ganho analítico da utilização do conceito de repertório dá-se pelo fato de ele possibilitar o enfoque em uma análise relacional, evitando, de um lado, os riscos de uma análise voluntarista – “ideia de que os atores escolhem suas estratégias de ação, como se não houvesse limites culturais e conjunturais colocados para essas escolhas”; e, de outro, uma análise determinista – “na qual os atores sempre repetirão os caminhos conhecidos, sem capacidade de reposta ativa e criativa diante dos constrangimentos estruturais” (Tatagiba, Paterniani & Trindade, 2012, p. 402). Para Losekann (2013), o conceito de repertório tem um sentido não só relacional, mas também interativo e contingencial, de forma que os repertórios inovam por intermédio do conjunto de repertórios historicamente estabelecidos, estando sujeitos a mudanças, a modalidades que surgem e desaparecem ou passam por importantes adequações. Ainda, agrega práticas de prerrogativas tanto conflituosas (como manifestações) quanto consensuais (como as parcerias) (Diani & Bison, 2010). Por ser um conceito com especificidades dinâmicas e fluídas, propicia um jogo entre inovação e tradição diante do estabelecimento de estratégias de atuação coletiva.

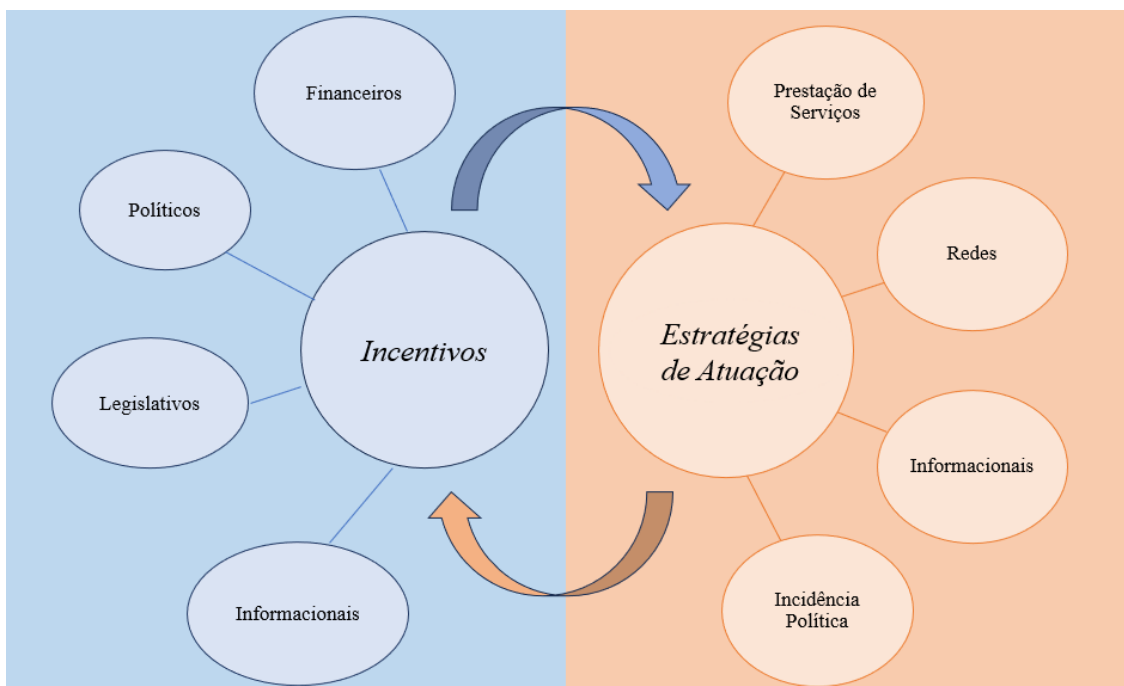


Figura 1.3 Contexto de Interação Associativa – elementos endógenos e exógenos da atuação das associações religiosas brasileiras e portuguesas. No diagrama, apresento o enquadramento analítico desta tese, que intitulo de Contexto de Interação Associativa. Do lado esquerdo, em azul, apresento o que considero por elementos exógenos do campo associativo: os incentivos externos às associações, provenientes do contexto em que se inserem, destacando quatro tipos principais – financeiros, políticos, legislativos e informacionais. Do lado direito, em rosa, apresento os elementos endógenos às associações, que denomino de estratégias de atuação. Também destaco quatro tipos principais com base na pesquisa empírica realizada: prestação de serviços, formação de redes, produção de informação, e incidência política. Essas diferentes estratégias de atuação formam os repertórios; cada associação tem estratégias próprias, que formam seu repertório. Fonte: elaboração própria.

Procurando compreender como o contexto influencia a atuação das associações religiosas, a ideia de incentivos, utilizada pela primeira vez na dissertação de mestrado (Taborda, 2018), é aqui aprofundada. Busca-se elencar quais elementos impulsionam o campo associativo religioso ou que, estando ausentes ou em sua versão negativa, enquanto desincentivos, produzem o efeito contrário de enfraquecimento das capacidades de atuação das associações. Com base na pesquisa empírica realizada, elenquei quatro tipos de incentivos principais que influenciam as associações religiosas: 1) incentivos financeiros; 2) incentivos políticos; 3) incentivos legislativos; 4) incentivos informacionais.

Incentivos Financeiros porque, em perspectiva histórica, as fontes de recursos do meio associativo parecem ter em muito influenciado suas configurações e capacidades de atuação. Entre recursos internacionais, individuais, repasses estatais, ou coletados diretamente pelas associações, a resposta à pergunta “de onde vêm os recursos?” consiste em um dos principais dados a serem considerados em estudos sobre as associações. Uma particularidade das associações religiosas, que configura relevante incentivo financeiro, é a imunidade tributária que recebem. O aumento da realização de diferentes tipos de parcerias entre organizações da sociedade civil e o Estado, nos diferentes níveis, mas principalmente local, pode significar um contexto de associações mais atuantes e engajadas, em redes e interfaces como fóruns (Taborda, 2018). Ou, em contrapartida, pode significar um contexto de menor autonomia e

subsídio-dependência. outro incentivo financeiro muito relevante para as associações religiosas tem sido o financiamento internacional.

Ademais, a existência de competitividade no interior do campo parece desempenhar importante papel: se os recursos são escassos, e, em alguns casos, associações com os mesmos públicos-alvo ainda se localizam territorialmente próximas, estas precisam então competir para suprir demandas, atuar diferenciadamente e obter reconhecimento no campo. Além de competir com grandes doadores, para firmar parcerias para transferências de recursos, precisam adequar-se às exigências de legislações e demandas estatais.

Já os *Incentivos Políticos*, ou político-institucionais, são tão importantes quanto os financeiros. É possível identificar que a forma como os poderes executivo e legislativo se relacionam com as associações guarda particular influência em suas ações. Nos diferentes níveis, incentivos políticos como a maior porosidade do Estado com as OSCs, as parcerias realizadas, a participação destas em colegiados públicos e nas diferentes interfaces socioestatais, são elementos que influenciam os objetivos, a capacidade e repertórios de atuação das associações, com impactos no meio político-institucional.

São também de considerável relevância para o campo os *incentivos legais* existentes. A existência ou ausência de marcos normativos adequados para o contexto das associações e das parcerias existentes influi muito na forma como OSCs e Estado se relacionam, bem como nas capacidades de atuação daquelas.

O caso brasileiro da Lei n. 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC (Brasil, 2014b), é um bom exemplo da construção participativa de uma legislação. É fruto da articulação de diferentes atores coletivos, principalmente das OSCs mais protagonistas do campo. Em vista da identificação da necessidade de marcos legais específicos para o campo associativo, encontraram porosidade política e, por intermédio de processos participativos, contribuíram com o texto e a aprovação da referida lei. A nova legislação do MROSC foi considerada por grande parte da sociedade civil organizada como importante conquista para que haja maior regularização das parcerias, além de interações mais transparentes e menos hierárquicas³¹.

Já no caso português, destaca-se a Lei de Bases da Economia Social, Lei n. 30/2013 (Portugal, 2013), que estabelece “as bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios”, delimita as diferentes famílias da economia social portuguesa, e ainda legisla sobre princípios básicos das relações entre Estado e OSCs, contribuindo para maior reconhecimento institucional e, portanto, maior estabilidade para a atuação das entidades de economia social em Portugal.

³¹ Um compilado de informações sobre o MROSC encontra-se disponível na apostila do curso *Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC*, ofertado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em 2019, e elaborado por Lais Figueiredo Lopes (2019), disponível em <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3845>. Último acesso em 28/11/2023.

Um último tipo de incentivo seria o *informativo*. Ao longo da pesquisa de campo, percebeu-se a relevância que a realização de estudos e de diagnósticos, acadêmicos ou técnicos, tem para o campo associativo (seja o estado da arte sobre o campo, os impactos da atuação, as configurações associativas). Considerando que, nas últimas décadas, têm aumentado consideravelmente os quantitativos de estudos, quer no âmbito dos projetos e estudos universitários, quer nos institutos de pesquisas nacionais e internacionais, além dos estudos realizados por organizações da sociedade civil, vê-se que estes parecem contribuir para o fortalecimento da atuação associativa. Além disso, o cotidiano das associações é bastante impactado pela forma como estas são adereçadas nos meios midiáticos, quanto ao reconhecimento e à opinião pública. Portanto, a maior produção de dados sobre o campo associativo e a presença midiática podem proporcionar melhores condições de articulação, de reconhecimento e de disputa de poder nas arenas públicas.

Assim, entende-se a importância de considerar as influências que a existência desses diferentes incentivos pode acarretar ao campo associativo, principalmente se considerados em perspectiva histórica. Compreende-se, dessa forma, que *os repertórios e as estratégias de atuação atualmente existentes têm sido moldados segundo a trajetória do campo associativo, com base em contextos específicos e nas influências tanto internas quanto externas a este*.

Cabe ainda destacar que esses incentivos se estimulam, ou se acumulam, mutuamente. Ou seja, a maior presença de incentivos políticos pode vir acompanhada de marcos regulatórios legislativos, de maior destinação de recursos financeiros, ou amparada por estudos científicos que atestam impactos das associações na resolução de problemas públicos.

Além disso, destacamos a dimensão da agência das associações, que não somente respondem a incentivos providos por contextos específicos, mas também produzem seus próprios incentivos. Por exemplo, ARs protagonistas, articuladoras ou centrais podem produzir condições de incentivos para atuação de outras ARs. É isso que explica o fato de que, mesmo em condições de crise e desincentivos, as associações ampliem sua relevância social ao evidenciar suas capacidades de provisão de intervenção pública, como melhor abordaremos nos capítulos III e IV.

Essa estratégia analítica de Contexto de Interação Associativa que aqui procuro desenvolver apoia-se largamente na perspectiva de *Players e Arenas* (Accornero, 2019a, 2019b; Accornero & Ramos Pinto, 2020; Duyvendak & Jasper, 2015; Jasper & Duyvendak, 2015; McGarry et al., 2016). Tal perspectiva analítica compreende uma estratégia de análise interacional, que considera o contexto (relacional, Jasper, 2015; conjunturas críticas, Capoccia, 2015; situações problemáticas, Cefaï, 2017), sem desconsiderar a agência das ARs (atores e arenas, Accornero, 2021; Duyvendak & Jasper, 2015).

Nesse intuito, três concepções nos são centrais na construção da estratégia analítica para a realização deste estudo:



I) Momentos críticos, ou conjunturas críticas (*critical junctures*), são uma concepção analítica que possibilita compreender as ARs segundo o contexto histórico vivenciado em ambos os países, bem identificar como a transição democrática e os eventos históricos influenciaram configurações e capacidades de atuação das ARs. Essa perspectiva é apresentada e discutida na segunda parte desta tese, por auxiliar no mapeamento dos aspectos histórico-políticos do associativismo religioso católico no Brasil e em Portugal.

II) Incentivos e repertórios, tal como anteriormente apresentados neste capítulo, são incentivos aqui apreendidos enquanto elementos contextuais exógenos, porém interativos, às associações religiosas. Já repertórios são entendidos como um conjunto de práticas e estratégias, ou *performances*, adotadas pelas associações religiosas, configurando assim um elemento contextual endógeno, mas que é influenciado tanto por intencionalidades internas (de indivíduos, de interesses e fins) quanto externas (incentivos e desincentivos). Assim, procurar entender os incentivos e os repertórios permite apreender as interações estratégicas existentes nas dinâmicas vivências pelas ARs.

III) Por fim, a concepção analítica dos atores e arenas, também anteriormente apresentadas neste capítulo, nos auxilia a navegar entre as dimensões de agência e estrutura, entre o micro e o macro, entre diferentes atores, institucionais e não institucionais. Buscamos identificar quem são os atores presentes no campo do associativismo religioso, e por quais arenas transitam, entendendo as dinâmicas e interações que os constituem.

A partir disso, espera-se ter uma compreensão das dinâmicas e configurações pelas quais as associações religiosas têm perpassado nas últimas duas décadas em terras brasileiras e portuguesas.

Aportes metodológicos para o estudo do associativismo religioso: comparação pareada, pesquisa de campo e entrevistas

O foco no associativismo religioso não obedece a recorte prévio; antes, representa exigência empírica decorrente do peso esmagador das práticas de consociação em atividades sociais de igrejas evangélicas e católicas. Mais: os resultados a serem expostos apontam de modo sistemático para a centralidade incontestada das igrejas e cultos como instâncias com capacidade de inclusão social, nas quais é possível veicular, procurar ou receber benefícios mundanos eficazes — imbricados, é claro, em uma trama simbólica de recompensas e graças ultraterrenas (Gurza Lavalle & Catello, 2004, p. 74).

Apresentação

O fato de sermos cientistas sociais nos torna observadores do mundo e, como tais, também participamos dele (Vidich & Lyman, 2006, p. 50-51). Nossas observações são feitas por esquemas mediados, com símbolos e significados culturais que circundam a vida do pesquisador e que são levados ao ambiente observacional, o qual, ao mesmo tempo, é reflexivo. O método de pesquisa pode ser entendido como a equação pessoal fornecida ao ambiente pelo observador individual. Nesse sentido, todos os métodos de pesquisa são, no fundo, qualitativos:

o emprego de dados quantitativos ou de procedimentos matemáticos não elimina o elemento intersubjetivo que representa a base da pesquisa social. A objetividade consiste não em um método *per se*, mas na formulação do problema da pesquisa e na disposição dos pesquisadores de dedicarem-se a esse problema onde quer que os dados e suas intuições possam levá-los. (Vidich & Lyman, 2006, p. 51)

Della Porta e Keating (2008) consideram a existência de diferentes abordagens, que competem entre si na busca por demonstrar o que sabemos e como sabemos, segundo uma visão mais plural sobre os métodos. Os autores destacam as quatro principais abordagens das ciências sociais: positivista, pós ou neopositivista, interpretativista e humanista. Nesta tese, a abordagem que utilizaremos é a interpretativa, dado que o interesse reside em entender as associações religiosas segundo o significado que os atores lhes atribuem, considerando como eventos, conjunturas e atores externos impactam nos sentidos e valores atribuídos. Assim, embora a teoria seja importante, a pesquisa segue uma lógica empírica-dedutiva, selecionando postulados teóricos que ajudam a explicar os dados coletados.

A metodologia aqui mobilizada é composta por procedimentos qualitativos e quantitativos, dada a compreensão de que a sobreposição de métodos em um pluralismo metodológico contribui com resultados mais incisivos e triangulares (Pierson & Skocpol, 2008). Dessa forma, entendendo que o objetivo aqui é chegarmos não a dogmas, mas sim a reflexões disciplinadas (*disciplined thought*, King et al., 1994, p. 7), nos dedicamos, neste capítulo, a explorar questões metodológico-analíticas essenciais a esta Tese.

Na primeira sessão, discute-se a estratégia de comparação pareada (*paired comparison*) de casos, da teoria da prática, de Sidney Tarrow (2010), considerando os principais elementos para que estudos comparativos sejam sistematizados e aprimorados. Após, com base na pergunta condutora “Como estudar as associações religiosas?”, descrevem-se as estratégias metodológicas mobilizadas. As três últimas sessões apresentam, por sua vez, as principais adequações metodológicas realizadas ao longo da realização da pesquisa, além dos desafios e caminhos encontrados para superá-los, justificando-se a percepção da centralidade das entrevistas enquanto ferramenta para o estudo das associações religiosas.

2.1 Abordagem da comparação pareada

Sidney Tarrow (2010) aponta como a abordagem de comparação pareada tem sido uma estratégia de análise comparativa altamente utilizada, mas pouco teorizada. Cita autores clássicos das ciências sociais que se utilizaram de diferentes formas de comparação pareada implícita, como Alexis de Tocqueville, em *A Democracia na América* (1835) e *O Antigo Regime e a Revolução* (1856)³². Na primeira obra, o autor compara diferentes países, enquanto, na segunda, compara a sociedade francesa em duas épocas diferentes, apontando causas e explicações que levaram à Revolução Francesa. Dessa forma, “ambos os livros abordam o mesmo problema fundamental: o papel que a centralização do Estado desempenha em relação às associações intermediárias e à democracia” (Tarrow, 2010, p. 236, tradução própria).

Partindo de pressupostos estruturalistas, Tocqueville elaborou aquilo a que hoje chamaríamos uma configuração dos sistemas mais diferentes [*most-different systems design*]. Combinado com o seu talento intuitivo como observador, os seus contrastes entre centralização/descentralização e antigo regime/novo estado deram entusiasmo [*zest*] aos seus relatos da história de ambos os países (Tarrow, 2010, p. 237).

³² Sidney Tarrow ainda cita outros autores mais contemporâneos que utilizam esta abordagem, como Valerie Bunce, Peter Hall, Peter Katzenstein, Seymour Martin Lipset, Robert Putnam, and Richard Samuels. Para elaborarmos quanto a um destes apenas, o já clássico estudo de Robert Putnam, Robert Leonardi e Raffaella Nanetti *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* (1993), temos que os autores escolhem uma estratégia analítica parecida com a de Tocqueville para comparar o norte e o sul da Itália. “Putnam e seus colaboradores usaram uma série de comparações pareadas desses sistemas semelhantes para mostrar como a inovação institucional da reforma regional afetou de maneira desigual a prática de políticas administrativas” (Tarrow, 2010, p. 237, tradução própria), e em como isto seria explicado por questões histórico-culturais diferenciadas quanto a ambas as regiões.

Assim, na abordagem da comparação pareada a/o pesquisadora utiliza a mesma lógica de correlação de antecedentes e resultados para traçar relações causais como em pesquisas com grandes ‘Ns’. Tarrow (2010) distingue dois fatores resultantes dessa análise: a) um negativo, dada a escolha de apenas dois casos trazer menores graus de liberdade para o comparativo; e b) um positivo, por permitir e “de fato demandar um certo grau de intimidade e detalhes que inspiram confiança de que as conexões traçadas entre condições antecedentes e resultado são reais” (p. 239). Tarrow adiciona, ainda, três outras razões que justificam a maior utilização da comparação pareada nos estudos de política comparada:

- corrigir a generalização com base em casos isolados – muitos estudiosos usam a comparação pareada como uma cunha analítica para complementar ou contrastar um caso que conhecem bem ou acham que conhecem. [...]
- avaliação da influência das instituições – a comparação pareada de diferentes sistemas políticos possibilita aos analistas usar as diferenças na forma institucional como variável para demonstrar as fontes dos comportamentos intrassistêmicos. [...]
- criação de uma etapa intermediária na construção da teoria – um uso produtivo da comparação pareada é como uma etapa intermediária entre um estudo de caso único, que sugere uma relação geral, e uma análise multicaso, que testa ou refina uma teoria. [...] (Tarrow, 2010, p. 245, tradução própria).

Dessa forma, entende-se que os estudos de caso, por tradicionalmente utilizarem métodos qualitativos e históricos, sejam associados a métodos mais brandos ou simples (*soft*). Ainda, se comparados com os métodos acreditados como mais duros ou rígidos (*hard*), os resultados dos estudos de comparação pareada têm frequentemente sido repudiados. Muitas vezes, são alocados enquanto apenas narrativas históricas, dificultando a combinação de métodos quantitativos e qualitativos (Tarrow, 2010). “Mas a comparação pareada pode obter alavancagem analítica a partir de uma variedade de métodos que permitem aos analistas triangular nas mesmas questões de pesquisa sob diferentes ângulos (Tarrow, 2010, p. 250)”, demonstrando como “a comparação pareada é metodologicamente rica e diversificada” (Tarrow, 2010, p. 250), e em como esta precisa tomar seu devido lugar entre o conjunto de métodos da política comparada.

Ainda, utilizando-se do seminal artigo de Sidney Tarrow, cabe salientar um último elemento relacionado à comparação pareada que nos parece essencial para a construção metodológica desta tese: o de oferecer uma combinação equilibrada entre *profundidade descritiva e desafio analítico*, que a escolha de dois casos possibilita e o aumento no número de casos faz declinar. “Eu argumentaria que estamos no campo do *estudo comparativo gerador de hipóteses*, ao mesmo tempo que nos permitimos examinar como *os mecanismos comuns são influenciados pelas características particulares de cada caso*” (Tarrow, 2010, p. 246, itálico próprio).

A comparação pareada é aqui mobilizada por nos auxiliar a melhor compreender dinâmicas referentes aos dois casos de associações religiosas estudadas, a Cáritas Brasileira e a Cáritas Portuguesa, em dois países (Brasil e Portugal). Possibilita, assim, apreender tanto similitudes quanto diferenças, comparando, em segundo plano, questões contextuais históricas e particulares de cada país concernentes ao associativismo religioso católico.

Sendo o associativismo religioso temática que contém elevado nível de complexidade metodológica, a comparação pareada instiga a pensar em questões de relevância para as associações religiosas, sob diferentes perspectivas (atores, institucionais, estatais etc.). Isso oportuniza, a estudos futuros, bases de sustentação para múltiplos desenhos de pesquisa, quantitativos e qualitativos, tão necessários para melhor compreendermos esse campo.

2.2 Como estudar as associações religiosas?

Se cabe à sociologia desvendar o que está oculto (Bourdieu, 1996), bem como dar a conhecer as dinâmicas e os fatos sociais que não estão dados, com vistas a compreender suas reais dimensões; se cabe à ciência política estudar o poder e suas relações, ou seja, a “habilidade de os indivíduos ou grupos fazerem valer os próprios interesses ou as próprias preocupações, mesmo diante das resistências de outras pessoas” (Giddens, 2005, p. 342). Ainda, se o poder se expressa em relações de forças (Foucault, 2004), cabe procurarmos entender como, nos diferentes objetos de pesquisa, isso ocorre.

Inicialmente, cabe ressaltar que, nos alicerces desta tese, na escolha do objeto e na metodologia empregada, está contida uma crítica ao fato de existir uma tendência nas ciências sociais contemporâneas em dar preferência por estudar, ou ainda, atribuir maior relevância sociológica ao “novo”. Sejam novos fenômenos e objetos de estudo, ou as mudanças sociais, em detrimento de objetos de estudo históricos, tradicionais, como a religião, suas práticas e instituições. Compreende-se ser necessário estudar a continuidade dos fenômenos sociais tanto quanto as mudanças, assim como as instituições e práticas sociais que permanecem em sua historicidade, tal como abordado pelo campo da sociologia histórica, além de como mudam ao longo do tempo e por quê.

A escolha por estudar as associações religiosas, instituições de caridade, de solidariedade, filantrópicas, entre as muitas denominações que receberam ao longo dos séculos, insere-se nessa compreensão. No Brasil, por exemplo, nos anos 1980 e 1990, houve grande empenho em estudar as Comunidades Eclesiais de Base e movimentos religiosos, que na época constituíam “inovação”, eram novos atores, personagens (Sader, 1988). Já nos anos 2000, a principal agenda de pesquisas passou a ser as inovações democráticas, mais conhecidas como instituições participativas. Em Portugal, também podemos perceber redobrados esforços em apreender “novos” fenômenos de ações coletivas, como os orçamentos participativos. Em que pese a relevância em estudar fenômenos coletivos inéditos, os atores tradicionais não deixam de existir porque novos tomam protagonismo público. Ao contrário, conforme o que será discutido nesta tese, as associações religiosas, muitas vezes, se adaptam e se renovam, buscando permanecer como relevantes atores sociais.

Dessa forma, percebe-se ser lugar comum que o associativismo religioso seja um tópico relativamente pouco estudado na sociologia e ciência política. Nesse sentido, cabe aqui contar uma anedota, de um acontecimento, quando da primeira semana de início do doutoramento, em 2018, na UFSC, e que marcou a minha trajetória ao longo dos anos de pesquisa voltados para a tese: quando, ao conversar com amigos, colegas recém-chegados ao programa de pós-graduação, fui perguntada sobre qual seria meu tema de pesquisa, um destes me olhou franzindo a testa e soltou um sonoro “uuiiiiiii”. Esse episódio muito me impactou, porque, embora eu já estivesse acostumada em razão do meu Trabalho de Conclusão de Curso da graduação (licenciatura) e da minha dissertação de mestrado, cujo tema foi considerado por muitos como desinteressante, nunca imaginei que um colega sociólogo expressaria uma expressão de repulsa ao meu tema de estudo. Aparentemente, estudar associações religiosas, que são um fato social de relevância há séculos em todo o mundo, pode ser considerado não só desimportante (porque não constitui inovação, novidade), mas também como algo digno de repulsão. Nesse momento, além da minha indignação, o que entendi é que realmente se fazia muito relevante esse tema, sendo necessário reiterar como a religião – e seus impactos nas arenas públicas – é um objeto central para a sociologia desde seu início.

Tendo como ponto de partida a pergunta “*como estudar as associações religiosas?*”, procurei desenvolver um desenho de pesquisa que melhor possibilitasse a compreensão de questões específicas do campo associativo religioso, em ambos os países. Isso porque, pela minha experiência com estudos sobre o associativismo civil, percebi a existência de especificidades ao se estudar as associações religiosas. Identifiquei que são, ou tornaram-se, formas associativas marcadas por disputas internas e externas, divididas entre o campo religioso e associativo/civil. Diante disso, procurei ajustar a metodologia da pesquisa para melhor compreender as dinâmicas das ARs, como discutirei nas próximas sessões deste capítulo.

Inicialmente, foram consideradas as metodologias aplicadas em estudos precursores, citados no capítulo anterior. Com base na revisão de literatura, em informações de estudos empíricos e trabalhos de institutos de pesquisa nacionais e internacionais, procurei identificar associações religiosas protagonistas/articuladoras, das denominações católica e evangélica, em âmbito nacional, para os casos de Brasil e Portugal. Isso se justifica pela percepção de que, em estudos de âmbito nacional, visando apreensões de fenômenos macrossociais, há maior dificuldade em realizar pesquisas baseadas em “chão de fábrica”, ou seja, pesquisas com recortes microsociais ou locais.

Constatai assim, a necessidade da escolha de “casos representativos”, que possibilitassem apreender questões mais amplas sobre o campo associativo religioso. Dado serem as associações religiosas os atores mais antigos do campo associativo, procurei escolher casos de ARs com consolidada atuação, antigas, com muitas décadas de existência, mas ainda relevantes atualmente, com importante presença e atuação nas arenas públicas de ambos os países.

Baseado nisso, decidi por dar enfoque, nesta tese, às Cáritas, por preencherem essas características, e mais especificamente: a) serem consideradas organismo da Igreja Católica que objetiva organizar as

obras sociais desta instituição religiosa; b) por sua presença e relevância em ambos os países, o que viabiliza comparativos; c) estarem organizadas em intrincadas redes, internacionais, nacionais e locais; d) por serem associações complexas, ao mesmo tempo integradas a estruturas religiosas, e com consideráveis graus de autonomia associativa, principalmente em âmbito local; e) por serem ARs cuja atuação tem impactado, de diferentes formas, as arenas públicas.

Conforme discutimos no capítulo anterior, a ideia de Contexto de Interação Associativa é uma inovação metodológica aqui mobilizada, visando compreender os dois lados da moeda: como associações religiosas, ou mais especificamente, as Cáritas, são influenciadas por elementos exógenos, externos, provenientes de múltiplos campos (religioso, político, econômico); e como influenciam, ou seja, quais estratégias de atuação adotam, em especial os repertórios de atuação pública.

No Quadro 2.1 a seguir, são elencados métodos e fontes de dados de pesquisa adotados na execução da metodologia desta tese, em ordem cronológica.

Quadro 2.1 – Métodos e fontes de pesquisa utilizados na investigação da tese, em ordem cronológica
Fonte: Elaboração própria.

Aspectos avaliados	Métodos/técnicas	Fontes dos dados
Revisão de literatura e operacionalização de conceitos.	Pesquisa em fontes bibliográficas.	Leitura de artigos, teses, dissertações, documentos e livros provenientes de bibliotecas e acervos <i>on-line</i> .
Mapeamento do Associativismo no Brasil e em Portugal.	Levantamento de dados de dimensões institucionais e individuais.	Relatórios e bases de dados de institutos nacionais e internacionais. Documentos técnicos e produção bibliográfica.
Identificação das ARs protagonistas e centrais. Escolha dos casos para comparação pareada.	Levantamento de dados exploratórios quanto à presença de ARs em diferentes espaços públicos, bem como indicadores institucionais das associações ³³ .	Presença em arenas públicas e participativas, documentos públicos, presença em mídias, assinaturas de Cartas, Notas e Pronunciamentos, informações constantes em relatórios, pesquisas e arquivos.
Incentivos financeiros, políticos, legislativos e informacionais. Discursos e repertórios de atuação.	Entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental em acervos.	Arquivos digitais e físicos das OSCs e públicos, entrevistas com lideranças associativas.

³³ Entre esses indicadores, foram considerados: datas de fundação e formalização; contexto de fundação – meio social originário (de base comunitária, de origem religiosa ou empresarial); amparada em organização religiosa; titulação legal; região de atuação; áreas de atuação; público-alvo e fins; quantitativos de beneficiários; quantitativo de trabalhadores/as segundo gênero; quantitativo de voluntários/as segundo gênero; recursos financeiros – meio social de viabilização; meio de reprodução social – recurso social que sustenta a OSC. Pode ser econômico (empresarial) ou social (sociedade civil, voluntariado ou organização religiosa); que tipo de repertório mobiliza – meio de atuação (entre parcerias e redes, repertórios legais e políticos de representação, contatos com poderes executivo ou legislativo); propósitos e pressupostos normativos (narrativas mobilizadas quanto à ajuda ao próximo e direitos adquiridos, a visões de mundo e estatutos institucionais).

Essa metodologia de análise é orientada pelo modelo analítico da perspectiva teórica interacionista, que tem se tornado protagonista no estudo sobre movimentos sociais nas últimas décadas, o que ressalta a importância da “identificação de processos e mecanismos de interação entre diferentes estruturas relacionais e seus atores” (Abers et al., 2018, p. 38). Uma perspectiva relacional implica analisar o objeto de estudo segundo diferentes pontos de vista, considerando também sua subordinação aos modelos e instituições nacionais, ou aos seus vínculos e influência internacionais. O desenho de pesquisa considera o contexto em que atuam as ARs – seja político, sócio-histórico ou econômico –, configura-se por meio de relações de interdependência entre atores e instituições diversas, que interagem de forma assimétrica a depender de recursos e condições de poder e agência existentes (Abers et al., 2018, p. 38). O contexto associativo foi analisado enquanto constituído por interesses, relações e lógicas internas e externas (Lüchmann, 2016), produzidas e reproduzidas por relações de atores de diferentes âmbitos.

2.2.1 Entrevistas como ferramenta estratégica para o estudo do associativismo religioso

Conforme já previamente apontado, procura-se, por meio da metodologia desta tese, contribuir com uma agenda de pesquisas sobre associativismo e ações coletivas no âmbito religioso. Dessa forma, a metodologia aqui executada segue uma tradição no campo de pesquisas das ciências sociais em que as entrevistas permanecem como principal fonte de dados. Assim, embora nas últimas décadas tenham-se difundido novas técnicas para a realização de estudos empíricos, para compreender os múltiplos fenômenos vivenciados pelas associações e os atores do campo, as entrevistas continuam a ser estratégicas e efetivas na apreensão de dinâmicas internas e externas a esse campo.

Ao todo, foram realizadas 40 entrevistas, entre 2019 e 2022³⁴, sendo 23 presenciais, quase todas nas sedes das associações, e 17 por videoconferência, pela plataforma Google Meet. As entrevistas duraram geralmente entre 60 e 150 minutos. No Brasil, foram entrevistadas 12 mulheres e 9 homens (de 21 entrevistados); em Portugal, 11 mulheres e 12 homens (de 23 entrevistados)³⁵. Procurei, na realização do trabalho de campo, obter certa equidade de gênero nas entrevistas. Portanto, nas organizações em que apenas era orientada a conversar com homens, procurei pedir para ser apresentada também a mulheres. A faixa etária das/os entrevistadas/os variou entre 30 e 70 anos³⁶. Além disso, busquei garantir que as entrevistas contemplassem não apenas as/os dirigentes associativas/os, comumente as/os porta-vozes das associações, mas também trabalhadores, técnicas/os, voluntárias/os, leigas/os e religiosas/os

³⁴ O período de realização das entrevistas seguiu o plano de trabalhos da tese, que previa períodos de pesquisa de terreno conforme o cronograma de estadia entre Brasil e Portugal. Com a pandemia de Covid-19, foi prolongado o período de realização das entrevistas, e adaptado o cronograma. Esse intervalo de tempo entre 2019 e 2022 possibilitou a percepção de processos, dinâmicas e mudanças no campo associativo-religioso entre esses anos, sendo assim de grande valia para as conclusões da investigação.

³⁵ Os quantitativos de entrevistas e de entrevistados diferem, dado algumas entrevistas terem sido feitas simultaneamente com duas ou três pessoas.

³⁶ Percebi ser comum que a média de idade de trabalhadores/as das ARs concentre-se entre 50 e 70 anos para dirigentes, com maior frequência de homens, e entre 30 e 50 anos para trabalhadores/as técnicos, com maior presença feminina.

(padres, freiras, pastores). Visei assim obter diferentes perspectivas sobre a associação e o trabalho realizado.

As entrevistas foram semiestruturadas e seguiram o roteiro de questões desenvolvido conjuntamente com as orientadoras (na sessão Anexos, ao final desta tese). Para cada entrevista, o roteiro era adaptado, a depender da pesquisa preparatória sobre a/o entrevistada/o e a associação. Questões eram acrescentadas ou retiradas em cada entrevista, como também ao longo da realização dela, a depender dos elementos mobilizados pela/o entrevistada/o. As entrevistas presenciais deram oportunidade de conhecer *in loco* o trabalho, a estrutura, o “chão de fábrica” das associações. Impressões, símbolos, informações, conversas com trabalhadores e aqueles que eram o público-alvo da associação possibilitaram apreender muitas vezes elementos não ditos nas entrevistas. Por sua vez, as videoconferências proporcionaram a continuidade da pesquisa em período crítico, eliminando fronteiras territoriais³⁷. Além disso, as entrevistas realizadas por videoconferência resultaram em gravações com maior qualidade e, conseqüentemente, em melhores transcrições.

Para além da entrevista, o momento da transcrição também requer estratégia analítica. Segundo Judith Lapadat (2000), existem duas formas de realizar uma transcrição: a positivista, em que a tarefa é manual, sendo um evento observável configurando um processo mais mecânico; e a interpretativista, em que, no momento da transcrição, considera-se questões do ambiente e contexto em que a entrevista foi realizada, e já se inicia o processo de análise, construções teóricas e reflexões sobre os dados. Essa segunda abordagem é a utilizada nesta tese, associada também à consideração de que a transcrição se dá em várias camadas: a verbal (o que fala, como fala), a não verbal (silêncios, pausas, risadas), o contexto (ambiente da entrevista – presencial, *on-line*, local, quando é realizada), e a linguagem corporal (expressões faciais, linguagem corporal, tom, sinais) (Edwards, 1991). Assim, embora o principal objeto da transcrição seja o que foi dito, importantes “pistas” e contribuições à pesquisa provêm de se prestar atenção a essas outras camadas, por exemplo, o entrevistado rir ao colocar uma crítica como estratégia para mascarar a seriedade dela, ou mesmo piscar para a entrevistadora. O contexto também importa muito, como no caso de um dirigente associativo que foi entrevistado quando estava entregando seu cargo na organização, o que implicou uma entrevista difícil e com tom nostálgico e defensivo. A transcrição também considerou os propósitos da pesquisa, não sendo transcritos trechos que fugiam muito dos objetivos propostos. Embora nem todo o material das entrevistas transcritas seja aqui diretamente mobilizado, dado o seu volume, a análise dos dados do conjunto de transcrições foi essencial para embasar as principais apreensões deste estudo.

No início, quando da realização das primeiras entrevistas, procurei, tanto ao me apresentar quanto no momento de realização das entrevistas, dosar minhas falas, explicando somente o essencial da pesquisa. Aos poucos, senti que a maior parte de meus interlocutores eram “*experts*”, que, durante as

³⁷ Assim, as plataformas digitais propiciaram contornar as enormes distâncias do território brasileiro, que traziam desafios ao campo por si só, sem considerar o contexto pandêmico.

ligações telefônicas ou troca de *e-mails* em que apresentava a mim e a pesquisa, ou durante a entrevista, iam demonstrando interesse sobre as hipóteses e objetivos da tese. Assim, logo nas primeiras entrevistas, percebi – tanto por ser requisitado pelas/os interlocutores quanto por melhor aproveitamento da pesquisa – os ganhos de expor de forma clara e dialogada a minha trajetória profissional e meu interesse no objeto pesquisado, além das hipóteses com que estava trabalhando.

Notei, por exemplo, que essas lideranças, muitas vezes porta-vozes, com décadas de atuação, tinham larga experiência com entrevistas, especialistas, portanto, em comunicação, podendo ser identificadas/os também enquanto ativistas, com um capital militante (Seidl, 2021) bastante incorporado. Diante disso, procurei me preparar diligentemente para as entrevistas. Previamente, fazia pesquisa documental sobre a associação religiosa, lia estatutos, todas as informações dispostas em *sites* e páginas institucionais, documentos, materiais e bibliografia sobre o histórico. Procurava identificar repertórios, presença em arenas públicas e em mídias (notícias). Depois, pesquisava sobre a/o entrevistada/o, assistindo a vídeos de entrevistas prévias e/ou lendo textos de sua autoria. Isso possibilitava não somente que a entrevista fosse mais produtiva, mas também demonstrava como eu “dominava” a discussão, como havia me preparado. Muitas vezes, ao chegar ao local da entrevista, senti olhos decepcionados, por me considerarem muito jovem ou pouco preparada para o tema.

Entendi também que uma entrevista é uma relação de poder. Muitas vezes, grande parte do tempo das entrevistas era gasto comigo tentando demonstrar que deveria ser levada a sério, quais minhas intensões, que minha pergunta de pesquisa era relevante. Era um processo de convencimento. Quando era bem-sucedida, isso se refletia na qualidade das respostas. Em meu papel de pesquisadora, sentiam-se desafiados, intrigados pelas minhas perguntas, como as colocava, e assim se conseguia estabelecer uma conversa. Conseguia, também, romper com tons condescendentes e longas explicações sobre obviedades, além das respostas evasivas por parte de alguns entrevistados.

Como havia bem me preparado, tendo me familiarizado de antemão com os discursos, constantemente repetidos, intentava ir além, para conseguir respostas mais sinceras, mais analíticas, mais críticas, extrapolando o discurso institucional; por isso todo o esforço para me creditar. O fato de garantir condição de anonimato no início da entrevista geralmente ajudava, mas não era suficiente. Estava diante deles uma desconhecida, precisavam pesar se valeria o risco. Muitas vezes percebi também que procuravam dizer o que julgavam que eu “queria ouvir”, ou seja, como eu, enquanto acadêmica, esperaria quanto à atuação da associação, isto é, discursos institucionais estrategicamente calibrados para o politicamente correto, para respostas defensivas ou promocionais das boas práticas associativas.

Um exemplo disso é uma das entrevistas em que, após quase uma hora de conversa, as respostas se limitavam a frases que já havia ouvido em entrevistas daquela liderança que estavam no YouTube. Logo, precisei utilizar uma estratégia mais “jornalística” questionando-os, por exemplo, em relação aos seus posicionamentos quanto às informações já mencionadas em entrevistas no passado em contraponto ao que a associação vivencia atualmente. Após esse tipo de pergunta, senti que a dinâmica da entrevista mudou consideravelmente, e as respostas, dali em diante, foram mais analíticas e críticas.

Cabe ainda salientar que procurava, sempre que possível, estar em contato com trabalhadores/as, contratados/as e voluntários/as, que não estavam em posições de destaque nas associações. Ou seja, como notava que toda vez era direcionada para conversar com porta-vozes, principalmente os homens, procurava, ao máximo, conversar informalmente ou entrevistar trabalhadores/as e voluntários/as dessas associações, majoritariamente mulheres, que realizavam trabalhos mais básicos, principalmente de serviços gerais e atendimentos ao público-alvo. Ou seja, não eram gestores/as, dirigentes/as. Assim, era possível apreender discursos menos polidos, bem como perspectivas mais pessoais e plurais sobre a atuação da associação.

Na realização da pesquisa de campo, sempre procurei prestar atenção em como se davam as questões de gênero no interior das associações estudadas. Compreendi que, no âmbito das associações religiosas, dar entrevistas seja mais custoso às mulheres, que nessas situações agem de maneira reticente. Por seu trabalho e suas trajetórias serem geralmente menos publicizadas e reconhecidas (por questões contextuais e machistas ou por opção pessoal), alocam-se em posições de maior insegurança institucional, principalmente as trabalhadoras contratadas. Em contrapartida, é frequente que mulheres ocupem cargos técnicos nas ARs (coordenadoras, assistentes sociais etc.), e, portanto, tenham posicionamentos mais críticos quanto a perspectivas de atuação ancoradas em justificativas religiosas.

Um episódio merece destaque, quando da realização de entrevista presencial com o gestor de uma das associações estudadas. Chegando à grande sede da associação, apresentei-me e, após aguardar cinco minutos, uma mulher me pediu para acompanhá-la até a sala de reuniões. Pelo longo corredor, fomos caminhando por entre mesas e escritórios. Reparei que, na quase totalidade, eram ocupados por mulheres. Então, cheguei finalmente ao final do corredor, no local em que entrevistaria o gestor, um homem. Isso escancara uma triste realidade ainda muito presente nas associações religiosas: as mulheres são maioria, trabalhando nos diversos setores, mas cargos de gestão são com maior frequência ocupados por homens.

Percebi nas entrevistas que as lideranças masculinas tendem a assumir tom saudosista quanto a figuras do passado e outras lideranças (associativas, religiosas, políticas), com grande admiração. Falavam repetidamente títulos e nomes longos “Dr. Fulano de tal e qual e sobrenome”, me corrigiam quando não mencionava todos os nomes e titulações. Senti nisso uma estratégia de que minha tese viesse a contribuir com a eternização do legado desses “grandes” homens. Esse é um dos motivos pelos quais decidi não identificar entrevistados, nem mesmo gestores, e limitar enfoques analíticos de trajetórias pessoais, procurando dar destaque, nesta tese, a questões mais amplas vivenciadas pelas Cáritas, nos diferentes níveis, e a diferentes discursos e posicionamentos existentes. Nos Anexos, constam a listagem de entrevistadas/os, a sigla utilizada no texto, a descrição do cargo ocupado e o ano e forma de entrevista. Mais informações (gênero, idade e formação) não foram publicizadas visando salvaguardar a identidade das/os entrevistadas/os.

2.2.2 Principais adequações metodológicas realizadas ao longo da pesquisa

Inicialmente, no projeto de pesquisa, visou-se estudar não apenas as associações religiosas católicas, mas também as evangélicas/protestantes. Isso se justifica pela compreensão, desde pesquisas anteriores (Taborda, 2018), de que a “natureza” religiosa seria elemento transversal a essas organizações da sociedade civil. Portanto, muitas dinâmicas vivenciadas por essas ARs não diziam respeito a denominação religiosa, mas a dinâmicas próprias do campo associativo religioso, em que elementos externos, como demandas por laicidade, impactavam essas associações.

Portanto, em um primeiro momento, foram escolhidos casos de associações religiosas, católicas e evangélicas, protagonistas no Brasil e em Portugal, para serem estudadas. Considerando questões institucionais de escala, foram selecionadas associações protagonistas e suas “filiadas”, ou seja, outras associações que eram vinculadas a estas, e integravam a rede associativa nos níveis regionais e locais dos territórios nacionais³⁸. Essa escolha metodológica visou apreender dinâmicas dessas associações desde o âmbito local ao nacional.

No Brasil, os casos inicialmente escolhidos foram a) Católicas: Cáritas Brasileira, Cáritas Regional de Santa Catarina, e Regional de Minas Gerais, Ação Social Arquidiocesana de Florianópolis; b) Evangélicas: Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS), Associação Educacional e Beneficente Vale da Bênção (AEBVB), Tearfund Brasil, Rede Evangélica do Terceiro setor – Minas Gerais; Projeto Calçada – Lifewords; Visão Mundial; Rede Protege Brasil/Rede Viva (Belém do Pará); e Federação das Entidades (FEPAS) e Projetos Assistenciais da Convenção das Igrejas Batistas Independentes (CIBI);

Em Portugal, os casos selecionados foram: a) Católicas: Cáritas Portuguesa; Cáritas Diocesana de Setúbal; Centro Social Paroquial de Azambuja (CSPA); b) Evangélicas/protestantes: Aliança Evangélica Portuguesa; Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência (ADRA – Portugal); Associação Remar Portuguesa Ajuda Social/Igreja Cristã Corpo do Messias; Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Programa UniSocial³⁹.

Dada a complexidade da metodologia e do objeto de estudo, em decorrência da pretensão de comparar casos de dois países, bem como as dificuldades imprevistas nos cronogramas iniciais da

³⁸ Associações protagonistas, para Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2007), seriam aquelas que são referência para outras associações centrais e periféricas do campo associativo. Aqui, considero como protagonistas associações religiosas de maior envergadura, reconhecidas social e institucionalmente, frequentemente com muitas décadas de atuação, ativas em práticas de *advocacy*, articuladoras com interfaces entre a sociedade civil arenas estatais e empresariais.

³⁹ Além destas, em Portugal, em um primeiro momento, procurou-se realizar entrevistas com lideranças de organizações identificadas como protagonistas no campo associativo português. Nas entrevistas, procurei inquirir sobre questões mais específicas do campo associativo religioso. As lideranças entrevistadas são das seguintes associações/organizações/entidades: Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS); Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES); Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento; Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CCDRP); Casa do Brasil em Lisboa; Atlas Violeta Associação Cultural. Dessa forma, excertos dessas entrevistas também são mobilizados ao longo do texto.

pesquisa, foi considerado estratégico redimensionar o objeto de estudo da presente tese, para considerar o contexto de atuação das associações católicas, centrando-se nos casos das Cáritas nacionais e suas entidades-membro entrevistadas regionalmente e localmente. Assim, todas as informações coletadas das associações evangélicas serão exploradas em estudos futuros, a serem publicados em artigos e trabalhos científicos diversos⁴⁰.

O contexto do catolicismo e da atuação social de organizações vinculadas à Igreja, em ambos os países, encerra importância histórica, como discutiremos com profundidade nos próximos capítulos. Além do protagonismo reconhecido dos católicos no âmbito associativo, há ainda a justificativa numérica, dado que as organizações da sociedade civil católicas apresentam redes de distribuição territorial extensas, antigas, e ainda em crescimento. Desde o início da pesquisa, foi-se tendo a compreensão de que “as Cáritas já davam uma tese”. Assim, compreende-se que esse recorte facilita a comparação pareada, assim como a profundidade das apreensões quanto ao objeto. Acrescenta-se a justificativa de que, apesar do maior quantitativo de estudos contemporâneos, principalmente no Brasil, focados em denominações e atores religiosos em crescimento e em consolidação no espaço público, fazem-se necessários estudos sobre as dinâmicas que os atores católicos têm vivenciado, entre continuidades e mudanças, e como têm reagido às demandas públicas e à crise do catolicismo.

Outra adequação metodológica necessária foi resultante da pandemia de Covid-19, que acarretou sérios impactos no cronograma previsto para as atividades da tese, sendo o principal motivo para a necessidade de prorrogação de seu período de desenvolvimento e finalização. Como as estratégias metodológicas sustentavam-se na realização de pesquisa de campo em associações religiosas, com as restrições de deslocamento (territorial e entre os dois países) e as necessidades de períodos de isolamento, foi necessário que muitas entrevistas (principalmente as do Brasil) fossem realizadas via videoconferência⁴¹. Dessa forma, as principais perdas foram quanto a não poder realizar observação participante, conhecer sedes das associações, como também sua atuação *in loco*. Estando presencialmente nas ARs, era possível ter contato com mais pessoas, ampliar números de entrevistas (para além de porta-vozes), conhecer e consultar acervos documentais (documentos, livros e muitas fontes) que na maior parte não estão digitalizados.

⁴⁰ Estudar o associativismo religioso evangélico demonstrou um grau de dificuldade ainda mais agudo do que o católico em razão da imensa diversidade de denominações e igrejas evangélicas, a intensidade da trajetória de crescimento e transformações do campo evangélico, com disputas do mercado religioso e intervenções nas instituições políticas. A isso, soma-se, ainda, a dificuldade em realizar pesquisa de terreno com as ARs vinculadas aos evangélicos, principalmente pentecostais e neopentecostais, geralmente menos receptivas a pesquisadores. Há também grande diferenciação entre o associativismo evangélico tal como o praticado no Brasil e em Portugal. Considerando todas essas especificidades, considerou-se mais adequado tratar desse tema em trabalhos acadêmicos específicos sobre as dinâmicas associativas evangélicas, futuramente.

⁴¹ Apenas 4 das 20 entrevistas realizadas no Brasil foram presenciais. Isso impactou negativamente o trabalho de campo no Brasil, contudo, esses impactos foram mitigados pela minha trajetória, tanto de trabalho quanto de pesquisa, no campo associativo brasileiro. Ou seja, dado que, nas minhas pesquisas anteriores, com destaque para a dissertação de mestrado, realizei diligente pesquisa de terreno em ARs brasileiras, católicas, evangélicas e espíritas, já tinha certa familiaridade com o campo, o que atenuou os prejuízos à pesquisa.

Outro impacto da pandemia refere-se ao cotidiano das associações religiosas estudadas. Como o contexto pandêmico significou um período crítico para as ARs, os/as trabalhadores/as dessas associações, que já vivenciam circunstâncias de precariedade, passaram por dificuldades para realizar seu trabalho em vista de esse cenário ter chegado a uma situação limite. Foi muito difícil tanto obter autorização institucional junto as ARs para as entrevistas com os interlocutores, como conseguir que eles tivessem disponibilidade de tempo para concedê-las. Portanto, o trabalho de campo foi seriamente impactado pela situação pandêmica de 2020 a 2022, o que resultou em grandes prejuízos para a metodologia e os resultados desta tese. Embora recursos digitais tenham diminuído as perdas, compreende-se que, não fossem os impactos financeiros, de deslocamento, e, ainda, emocionais da pandemia, teria sido possível a realização de uma pesquisa mais bem lapidada.

2.2.3 As pedras no caminho da pesquisa de campo: Estratégias para a realização da investigação em associações religiosas

Ao longo do percurso de investigação, muitos desafios foram se revelando. Nos próximos parágrafos da presente sessão, procuro descrever as principais adversidades encontradas, e como procurei superá-las ou contorná-las.

I – Estudar o âmbito religioso. Desde o início, foi possível perceber que estudar as associações religiosas gera algumas dificuldades particulares. Isso porque o fenômeno religioso é marcado por lógicas específicas, entre o sagrado e o profano. Em alguma medida, podemos considerar que estudar o sagrado é torná-lo profano. Logo, há uma dimensão missionária e teologicamente orientada no trabalho realizado pelas ARs, que muitas vezes pesquisas científicas acabam por, de alguma forma, “banalizar”. Assim, torna-se compreensível os casos em que há menor interesse, por parte das associações religiosas, em participar de pesquisas.

II – O publicizado e o não anunciado. Mesmo ao se considerar as associações religiosas enquanto organizações da sociedade civil, formais, com algum grau de autonomia da Igreja, compreende-se que muitas lógicas próprias do campo religioso se reproduzem dentro dessas associações. Logo, cabe assumir que algumas formas de atuação e discursos adotados não sejam publicizados. Isso muitas vezes é estratégico para as ARs, que visam à sua sobrevivência e ao seu fortalecimento institucional. Assim, entendeu-se que há uma diferenciação entre discursos públicos e internos, entre o que dizem fazer e como de fato atuam. Ainda, diferentes atores no interior das ARs têm diferentes trajetórias, agendas e interesses. Observou-se que os repertórios adotados também respondem a estratégias mais ou menos publicizadas de atuação. Dado não ser possível compreender, integralmente, todas as dinâmicas, principalmente quanto ao que não é dito, constatou-se que a metodologia empregada possibilitou identificar principalmente discursos institucionais, o que associações e atores gostariam de publicizar.

III – Quem quer conversar comigo. Em que pese o fato de que, com maior frequência, houve dificuldades em dialogar inicialmente com a ampla maioria das associações contactadas, percebeu-se graus de diferenciação. Em Portugal, as dificuldades foram mais acentuadas, o que é explicado pelo fato

de eu ser estrangeira, bem como não ter redes de relações no país. No Brasil, a pandemia foi o meu principal impeditivo. A conjuntura crítica brasileira, em que os impactos da pandemia somaram-se aos de um governo federal avesso a políticas sociais, dificultaram a pesquisa. Percebi ser lugar comum que associações religiosas mais bem estabelecidas, maiores, aliadas a espectros progressistas, tivessem maior interesse e condições em contribuir com a pesquisa de uma doutoranda do campo da sociologia e ciência política.

Diante desses desafios, fui aos poucos considerando a especificidade do meu objeto de pesquisa e procurando formular as estratégias para estudá-lo. A entrada no campo, do estabelecimento da primeira comunicação com as associações até obter um retorno e efetuar o agendamento da primeira entrevista, geralmente configurou o período mais difícil. O primeiro contato geralmente foi realizado por *e-mail* institucional, quase nunca respondido. Após uma semana, era realizado o contato telefônico, por meio do qual apresentava a mim e a pesquisa, bem como sinalizava com quem gostaria de tratar. Foi comum ficar à espera de um retorno que não acontecia. Desse modo, era necessário ligar novamente, e caso não conseguisse avanços, ia pessoalmente até as sedes ou às Igrejas a que as associações eram vinculadas. Além disso, procurei acompanhar páginas institucionais, mídias sociais e imprensa, para marcar presença em eventos, sejam das associações, da pastoral, acadêmicos, quaisquer ocasiões em que lideranças e atores dessas associações estariam presentes. Em Portugal, encontrei mais dificuldades. O contato com a Cáritas Portuguesa, por exemplo, só foi conseguido por intervenção de um professor da Universidade Católica Portuguesa. Esses intermediários foram verdadeiros “anjos” na pesquisa de campo. Geralmente eram professores universitários, lideranças associativas, colegas de doutoramento. Ainda, foi central na pesquisa a técnica “bola de neve”, em ambos os países. Ao conhecer uma liderança, perguntava se tinha o contato de outrem que eu tencionava entrevistar e se poderia me auxiliar com a aproximação, o que geralmente funcionou. Uma vez “quebrado o gelo” inicial, fui acolhida e consegui realizar o trabalho de campo.

Nesse processo, percebi ser comum que associações e lideranças desconfiem de contatos acadêmicos. É habitual denunciarem que os “acadêmicos” os procuram, fazem as pesquisas deles, e, depois, de forma nenhuma trazem retorno. Soma-se a isso ser perceptível o quanto os/as trabalhadores/as estão sobrecarregados/as. Logo, conversar com pesquisadoras não é (compreensivelmente) sua prioridade. Procurei acreditar que as negativas, ou não retornos, não se referiam a questões pessoais, mas principalmente ao fato de ser desconhecida, de não integrar suas redes, ser, em muitos sentidos, estrangeira. No campo associativo, as redes e relações são ao mesmo tempo um dos principais repertórios, conforme discutiremos nos capítulos finais, e ainda, parte da cultura associativa, em que atores com redes de relacionamentos conseguem melhor se mover no interior do campo.

Nas visitas às sedes no Brasil e em Portugal para conhecer as associações e realizar entrevistas, pedia também para conhecer o espaço físico e o acervo documental, bem como verificava as possibilidades de acessá-lo. Realizei ainda observação participante em diferentes atividades no interior das associações, quando autorizada. Observei atividades do dia a dia e participei de manifestações de

rua, eventos, reuniões internas, reuniões em espaços de representação e discussão públicos ou institucionais, eventos de instituições religiosas, entre outros.

Durante os períodos de pesquisa de campo, procurei, além das entrevistas, passar dias inteiros, ou períodos do dia, nas associações. Assim, visava me inteirar melhor da cultura existente no interior delas e conversar com trabalhadoras/es, para além de porta-vozes. Pude acompanhar, mesmo que brevemente, a rotina da associação doas/as trabalhadores/as e público-alvo. Fui sendo apresentada a dezenas de pessoas. Geralmente, um/a anfitrião/ã dedicou uma parte ou um dia inteiro a me levar de um equipamento social ou endereço a outro, entre as dependências da associação: entre lares de idosos e infantis, creches, refeitórios que alimentam centenas de pessoas diariamente, entre outros. No caso da Cáritas de Setúbal, por exemplo, embora não tenha realizado entrevistas formais, além de conhecer toda a estrutura e conversar com muitas pessoas, foi-me autorizado participar de uma reunião de planejamento institucional e ouvir os desafios e as estratégias pensadas ali, coletivamente, para serem depois postas em prática.

Por fim, considera-se que, apesar de um ou outro caso de desconforto para a realização do trabalho de campo, principalmente nos primeiros contatos, cabe reafirmar como me senti acolhida no âmbito das associações pesquisadas. Apesar das “pedras no caminho” da pesquisa de campo, o processo de investigação corroborou minhas concepções iniciais quanto à relevância das ferramentas de pesquisa empírica utilizadas. Caso esta pesquisa fosse realizada apenas considerando dados bibliográficos, documentais ou quantitativos da dimensão institucional ou individual da presença pública das associações religiosas, não seria possível apreender com maior profundidade dinâmicas internas, além de como incentivos externos influenciam o campo associativo religioso.

Parte II

Mapeando aspectos histórico-políticos do associativismo religioso católico no Brasil e em Portugal

Introduzindo a parte II – Estratégias analíticas para compreender o contexto histórico das associações religiosas no Brasil e em Portugal

Nesta segunda parte da tese, procuro inventariar contextos, marcos, atores, temáticas e estratégias de atuação das associações religiosas na história recente, em ambos os países. O recorte histórico-analítico foi delimitado para o contexto histórico da transição democrática até a pandemia de Covid-19, e a perspectiva *critical junctures*, que aqui traduzo por “momentos críticos”, tal como mobilizada por Capoccia & Kelemen (2007), Capoccia (2015) e Della Porta (2022), foi adotada para a análise.

Trata-se de um dos conceitos essenciais mobilizados por autores do institucionalismo histórico, sendo estratégico por auxiliar na compreensão das relações entre acontecimentos, instituições, o contexto existente na época e enlacs históricos possíveis. Momentos críticos seriam, assim, eventos, ou séries de eventos, geralmente exógenos a instituição/fenômeno em estudo, frequentemente percebidos enquanto momentos de incertezas, em que pode ser verificada maior fluidez política e social. Configura-se, portanto, em uma situação anormal no desenvolvimento histórico do contexto institucional analisado⁴². O conceito de momentos críticos é aqui mobilizado por caracterizar-se enquanto raros períodos ao mesmo tempo de possibilidades e de apreensão quanto a instabilidades e ao novo que virá (Capoccia & Kelemen, 2007).

Para se apreender se uma série de eventos e decisões constituem um momento crítico, os autores sugerem o seguinte questionamento: é um momento crítico no desenvolvimento do quê? Quando definida uma unidade de análise/objeto, deve-se estudar sua história, assim como possíveis candidatos

⁴² Capoccia (2015) considera que, na maioria dos casos, momentos críticos apresentam-se enquanto *raros* no contexto de desenvolvimento de uma instituição, dado que o estado “normal” é marcado por estabilidade, ou por *mudança cautelosa e adaptativa*, o que considero se aplicar ao caso dos momentos críticos perpassados pelas associações religiosas, conforme veremos mais adiante nesta segunda parte da tese. Acrescenta que “os arranjos institucionais estabelecidos em um determinado momento se tornam consolidados por causa de sua capacidade de moldar os incentivos, as visões de mundo e os recursos dos atores e grupos afetados pela instituição” (p. 147-8). Assim, conjunturas críticas seriam momentos em que existe incerteza quanto ao futuro de determinado arranjo institucional ou político, o que possibilita haver um papel mais decisivo e maior liberdade de agência política e escolha dos atores, que por sua vez acabam por influenciar o contexto por um longo período.

a momentos críticos, períodos em que o *status quo* foi desafiado e demandas por mudança emergem, atentando que estas geralmente são exógenas ao objeto de pesquisa e podem assumir diferentes disposições. Além do contexto histórico, considerar o processo político é indicado por Capoccia (2015), para identificar os principais tomadores de decisões e as dinâmicas de interação, reconstruindo quais alternativas eram politicamente viáveis no período.

Della Porta (2016, p. 346) aponta que movimentos sociais, em períodos de transição, alocam-se entre os atores que contribuem para a produção de momentos críticos que transformam relações nos diferentes campos de ação. Acrescenta ainda ser comum que, passado o período de transição, os atores contenciosos que foram bastante visíveis e audíveis, pareçam desaparecer. Já os efeitos e legados desse momento crítico tendem a ser resilientes (Della Porta, 2016, p. 346).

Desde os anos de 1990, tem se intensificado o quantitativo de abordagens analíticas dedicadas a debater contextos, crises e conjunturas. Os institucionalistas utilizam principalmente o conceito de *critical junctures* (Collier and Collier, 2002; Mahoney, 2001; Capoccia, 2015), mas também de *unsettled times* (Katznelson, 2003), *events* (Sewell, 2005), *exogenous shocks* (Haggard & Kaufman, 1992). Nessas abordagens, os principais objetivos centram-se em compreender o efeito das crises na política, sempre as analisando com distanciamento temporal (*post hoc analysis*) e considerando que as instituições geralmente tendem a se estabilizar; no entanto, momentos de crises e instabilidade oportunizam mudanças institucionais e nas dinâmicas de poder. Nessa abordagem, o principal debate situa-se entre quais momentos podem ser identificados como conjunturas críticas, sendo que o principal consenso situa-se entre ser um período raro e que resulta em uma transformação significativa na instituição analisada (Capoccia, 2015).

Outra abordagem é aquela conhecida como “pragmatismo francês”. Autores como Luc Boltanski e Laurent Thévenot desenvolveram o conceito de momentos críticos (*moments critiques*), que definem como determinadas ocasiões que tem um papel importante na vida social, mas que apresentam um caráter excepcional (Antunes, 2020). Essa abordagem está mais focada em lógicas de ação e noções de ator-rede, e fundamentada em preceitos do pragmatismo, do empirismo, da importância e pluralidade da ação e do sujeito (Antunes, 2020). Na mesma linha, Daniel Cefaï (2017, 2018) desenvolve os conceitos de “situações problemáticas” e de “problemas públicos”: aquele considera situações em que problemas sociais emergem e as pessoas se organizam e se associam para os solucionarem⁴³; este entende aquilo que emerge desses processos como situações problemáticas, porém, destaca que nem todas as crises, problemas e disputas tornam-se públicos, mas sim aqueles que passam por um processo

⁴³ “A ideia de base é que, confrontadas com uma situação problemática cujas consequências são percebidas e avaliadas por um conjunto de pessoas como nefastas para os seres humanos e para os bens a que eles estão ligados, mas também, além disso, para os seres vivos ou para a Terra, essas pessoas se inquietam, se interrogam, investigam, experimentam, discutem. Tentam definir o problema, determinar suas causas, detectar seus fatores e estabelecer as responsabilidades” (Cefaï, 2017, p. 18).

de publicização, e com isso emerge a necessidade de controlar e solucionar os problemas públicos, por intermédio de agências e organizações⁴⁴.

Entre as diferenças cabais entre ambas as abordagens, a institucionalista está interessada na estabilidade das instituições, enquanto que a pragmatista possibilita perceber disputas e contestações entre os atores, bem como entender o desequilíbrio em momentos de crise. Assim, entendeu-se que, para esta segunda parte da tese, em que se pretende realizar um descritivo histórico do contexto vivenciado pelas associações religiosas, a concepção de momentos críticos mobilizada por autores institucionalistas, seguindo a concepção desenvolvida por Capoccia e Kelemen (2007), é a mais apropriada, dado que o interesse está em entender como as associações religiosas perduram, e portanto, continuam a existir apesar de tribulações de diferentes ordens. Os institucionalistas partem do pressuposto de que as instituições tendem à estabilidade, e, portanto, suas ações voltam-se para a sua sobrevivência, sendo esta uma das hipóteses aqui trabalhadas quanto às associações religiosas. Em contrapartida, um dos limites da abordagem institucionalista seria sua pouca contribuição para a compreensão de como os atores atuam durante momentos de rupturas sociais e políticas (Abers et al., 2021).

Nesta segunda parte da tese, a análise dos momentos críticos e principais estratégias, eventos, atores, arranjos institucionais, possibilita-nos melhor compreender como o contexto histórico vivenciado pelas associações religiosas no Brasil e em Portugal na história recente impacta as dinâmicas vivenciadas por estas nas duas primeiras décadas dos anos 2000.

Assim, ambos os capítulos desta segunda parte tomam por período inicial o de troca de regime para a democracia (Portugal, em 1976, e Brasil, em 1988), dado ter sido identificado, para ambos os casos, ser esse o momento crítico basilar para o associativismo religioso, determinante para contextos, marcos e incentivos vivenciados pelas associações religiosas nas décadas seguintes. Os capítulos III e IV apresentam a mesma estrutura organizativa de texto e análise, entretanto, são situados quanto aos contextos específicos vivenciados, sendo salientadas continuidades e mudanças institucionais.

⁴⁴ “O esforço de determinar e controlar problemas públicos fez surgirem agências específicas em ambientes específicos, que em troca contribuíram para redefinir esses problemas públicos e institucionalizar o modo de administrá-los. [...] A administração desses problemas públicos levou à promulgação de novas legislações, à criação de serviços públicos ou ao lançamento de políticas públicas nas escalas municipal, estadual e federal. (Cefai, 2017, p. 207).

As associações religiosas na história recente no Brasil

“A política é a grande arma que temos para construir uma sociedade justa do jeito que Deus quer.” Carta final do IV Encontro Intereclesial das CEBs em Itaici, São Paulo, em 1981.

Apresentação

No Brasil, as análises sociológicas da transição democrática, iniciada nos anos 1980, com amplo consenso atribuem às associações civis um papel fundamental nesse processo, bem como em sua consolidação (Gurza Lavalle & Castello, 2004). Entre um amplo universo associativo (as associações, ou organizações da sociedade civil), figuram aquelas que são atores tradicionais da ação social: as associações religiosas. Com atuação secular, fundamentada em pressupostos religiosos de dever, grande capilaridade social e distribuição numérica/territorial, tenho as chamado de *novos velhos atores* (Taborda, 2018), porque são, ao mesmo tempo, as mais antigas do campo associativo e as que continuam em trajetória de crescimento na última década (IBGE, 2019), ajustando-se ao contexto existente, principalmente em momentos de crise, como o vivenciado nos últimos anos.

E o que as associações religiosas fazem em tempos de crise? Comumente, muitas ARs precisam encerrar suas atividades, mas crises também são percebidas como janelas de oportunidade para sua maior consolidação, em vista de serem socialmente essenciais diante de um Estado incapaz de atender às demandas da sociedade. Assim, as crises também são oportunas no sentido de agregar as bases, de diversificar e fortalecer pautas, bem como de revisarem e inovarem quanto aos repertórios e arenas públicas de atuação. As crises contemporâneas frequentemente têm se apresentado como períodos em que há ameaça à segurança existencial e amplificação dos níveis de desigualdade social, sendo, portanto, quando as religiões adquirem maior protagonismo, dado que os níveis de segurança e de prosperidade social se abalam (Norris & Inglehart, 2004).

Neste capítulo, concentro esforços em duas dimensões: I) analisar a atuação das Associações Religiosas no Brasil desde o momento crítico da mudança de regime e democratização até a pandemia de Covid-19, por meio de metodologia que compreende revisão de literatura, dados e excertos de 18 entrevistas realizadas em 2021 e 2022 com lideranças de ARs, informações coletadas mediante pesquisa documental em ferramentas de pesquisa como Google, em plataformas midiáticas, em redes sociais, em *sites* de ARs, bem como em documentos, legislações e relatórios oficiais, considerando diferentes debates e tensões analíticas; II) examinar, por meio da análise dos dados coletados, as principais mudanças e continuidades na atuação das ARs, considerando a transição democrática como um momento crítico principal, de modo a destacar estratégias de atuação, reconfigurações associativas,

como também a presença de incentivos financeiros, políticos, legislativos e informacionais identificados ao longo das décadas.

Sendo as associações religiosas consideradas nossa unidade de análise, procurei identificar os candidatos a momentos críticos. Neste capítulo, tal como Lüchmann, Almeida e Taborda (2018), considero o fim do período autoritário da ditadura civil-militar brasileira e a posterior transição à democracia um momento crítico para as associações religiosas, que possibilitou seu crescimento numérico, adensamento territorial e formalização, aliado ao aumento do reconhecimento institucional das ARs, evidenciado por sua presença em instituições participativas, e celebração de parcerias com o poder público. Ou seja, significou uma situação de maior estabilidade para a existência e emancipação social dessas associações, em comparação com períodos históricos antecedentes da história do Brasil.

Cabe salientar que, aqui, empreende-se um exercício de generalização considerando o contexto nacional, embora seja pertinente destacar que existem importantes diferenças entre fenômenos vivenciados pelas ARs em diferentes regiões, municípios, tipos de associações, tamanhos, denominações e repertórios mobilizados.

3.1 Brasil – Associações religiosas e o contexto histórico da transição democrática até a pandemia de Covid-19

A atuação do associativismo religioso católico em terras brasileiras, bem como seu papel no enfrentamento do regime ditatorial, entre os anos 1960 e 1970, e na abertura democrática em 1980 é bem conhecida, discutida e marcada por inovações institucionais. Exemplos principais seriam as Comunidades Eclesiais de Base, os movimentos populares, Centros de Educação Popular, interlocuções entre pastorais, comissões, apoio internacional, partidos, sindicatos, movimentos urbanos, organizações não governamentais (Betto, 1981; Boff, 1982; Camargo et al., 1980; Doimo, 1995 e 2004, Landim, 1993a; Sader, 1988; Singer, 1980; Teixeira, 1988). Não sendo possível realizar aqui discussão mais ampla sobre as diferentes formas de ação coletiva ligadas a instituições e associações religiosas, procuro em esforço de síntese inventariar brevemente o contexto existente por décadas, desde os anos 1960, considerando: conjuntura político-econômica e arenas, eventos ou marcos significativos, temáticas, atores da sociedade civil protagonistas, e práticas e estratégias de atuação, conforme é apresentado no Quadro 3.1, ao final desta sessão.

Considerando o processo de transição democrática, a década de 1980 é frequentemente referida como a “década perdida” para a América Latina, não sendo exceção no caso brasileiro, por se configurar como um período de grave crise financeira. Apesar disso, não se trata de uma década perdida para o campo político e, em especial, ao associativo, que durante os anos 1980 vivenciou processos importantes de reconfiguração, pluralização e crescimento. Segundo Ribeiro e Santos Junior (1996, p. 109), há uma “substituição das formas clássicas de organização e participação popular por redes de novas entidades e de atores articulados em torno de objetivos não só de representação de interesses corporativos

geográficos”, mas também “de prestação de serviços e de proposição de políticas públicas”. Nesse cenário, os autores evidenciam que três são os principais atores em crescimento nos anos 1980: as entidades filantrópicas, as organizações não governamentais (ONGs) e as associações religiosas. As milhares de CEBs (aproximadamente 70.000 de acordo com estudo de Oliveira, P., 1994) espalhadas pelo país é um dos principais exemplos da literatura.

Segundo Landim (2002), a organização da sociedade civil brasileira, ancorada na formação de organizações não governamentais (ONGs)⁴⁵ foi largamente apoiada em financiamentos advindos de organizações religiosas transnacionais, além de apoios de agências primariamente europeias. A autora aponta que a realização de eventos para discussão e formação de agendas também ajudou no fortalecimento do papel e na constituição da sociedade civil brasileira. A comunicação foi, assim, estratégia adotada pela igreja para ativar a participação popular (Iffly, 2010). Tem-se então um período marcado pelo “apoio internacional, especialmente o apoio de setores da Igreja Católica, [que] no caso de Brasil, foi um fator importante na resistência e no processo de redemocratização do país nos anos de 1970 e 1980” (Baumgarten et al., 2018, p. 116).

Assim, o papel da Igreja Católica tem sido ressaltado nos estudos sobre os movimentos populares no Brasil (Doimo, 1995; Landim, 2002; Foweraker, 2001; Avritzer, 2012)¹. Além dos movimentos populares urbanos (por transporte, moradia, creches, etc.), resalta-se o movimento indígena, que cresceu a partir de 1970 com a ajuda da Igreja Católica, especialmente o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (La Fontaine et al., 2014); e o Movimento dos Sem Terra (MST), que resulta, em parte, da tradição da Teologia da Libertação praticada na Comissão Pastoral da Terra (CPT) (Leher e Vittoria, 2015). De acordo com entrevista de Betinho, “os movimentos populares aqui estavam abrigados pelas igrejas. O sindicalismo do ABC também. A ligação entre as entidades de financiamento e as igrejas era forte. Tínhamos que nos articular com as igrejas. Além disso, a base social com que íamos trabalhar, estava nessas articulações” (In: Landim, 2002, p. 231). (Baumgarten et al., 2018, p. 116).

Desse modo, a década de 1980 é marcada por novos personagens em cena (Sader, 1988), com forte vínculo histórico com a Igreja Católica, apesar do aumento da pluralização religiosa, sendo ainda nessa década que a presença e organização dos evangélicos na sociedade civil e na esfera política institucional passa por expansão considerável. A presença das ARs em e seu apoio a manifestações nacionais como as Diretas Já, a articulação de ARs em ONGs, o *lobbying* e a organização do processo da Assembleia Constituinte, principalmente quanto a temáticas como educação, família e questões morais, com estreitamento de laços entre lideranças religiosas, políticas e sindicais por intermédio de formações, rodas de discussão e campanhas de conscientização e coletas de assinaturas para Emendas Populares (Arduini & Wohnrath, 2018) são repertórios que marcaram a década.

⁴⁵ Essa terminologia de ONGs é, até os dias atuais, a principal forma como o campo das organizações da sociedade civil, ou do terceiro setor, é reconhecido e adereçado publicamente no Brasil.

O sociólogo da religião Joanildo Burity (2015, p. 51-52) considera que movimentos religiosos politizados, entre os principais a teologia da libertação, o movimento ecumênico e, em menor medida, o evangelicalismo da “missão integral”, teriam influenciado relações entre religião e globalização no Brasil e na América Latina, entre as décadas de 1970 e 1980, de forma que:

Estes movimentos deram à luz ou fundiram-se a um conjunto de organizações não governamentais, agências da cooperação internacional, organizações de assessoria popular e entidades vinculadas a movimentos sociais específicos (ecológico, feminista, negro ou indígena, de minorias sexuais, pacifista, alterglobalista etc.). Deu-se uma profunda imbricação a partir da década de 1990, especialmente impulsionada pela conclamação e/ou abertura dos organismos multilaterais ao diálogo com a “sociedade civil” e pelo crescimento das formas globais de resistência à hegemonia neoliberal. Essa imbricação criou uma massa crítica de ação coletiva e redes de organizações e grupos informais de cidadãos e cidadãs de orientação cosmopolita, que se espraia do “local” ao “transnacional” e ao “global” em sentidos que a conotação territorial desses termos é insuficiente para captar (Burity, 2015, p. 52).

Assim, nos anos 1980, dão-se as condições necessárias para que o contexto dos anos 1990 seja o de fortalecimento das associações civis, impactado pela nova Constituição de 1988 e a garantia de liberdade de associação, o que impulsionou o crescimento das associações formalizadas. Estas cumprem o papel de oferecerem respostas sociais essenciais à população, o que se explica por oportunidades políticas e materialização dos “campos políticos a intelectuais e em nível mundial, a redefinição dos papéis do Estado e de uma “sociedade civil”, nos processos de mudança política e de desenvolvimento econômico a social” (Landim, 1993a, p. 18). Importantes processos sociais são citados por Landim como emblemáticos e definidores do tom de relevância e fortalecimento da identidade comum e atuação das associações nos anos 1990: 1) o papel de organizações representativas criadas e fortalecidas no período, como o emblemático caso da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG); 2) eventos de impacto internacional como a Eco-92 e o Fórum Global, que elevaram o Brasil a uma posição de centralidade e legitimidade em redes internacionais e de organização nacional; 3) a produção de balanços internos referentes às configurações do associativo, o que possibilitou que as associações fossem listadas, organizadas e identificadas, por meio da produção de catálogos de ONGs⁴⁶.

⁴⁶ 1. Fundação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, em agosto de 1991. Isso foi “imediatamente após realizar-se também no Rio de Janeiro o bilíngue “*First International Meeting of NGOs and United Nations System Agencies*” (Landim, 1993a, p. 17).

2. Conferência Eco-92 (UNCED – United Nations Conference on Ecology and Development), realizada no Rio de Janeiro, que mobilizou a organização das entidades da sociedade civil a criar um evento paralelo, o “Fórum Brasileiro de ONGs Preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, o qual ficou conhecido como Fórum Global. Nele, participaram mais de 1.000 entidades, “o qual acabou por virar uma inédita megaorganização” (Landim, 1993a, p. 17), com encontros sucessivos e preparatórios em diferentes níveis.

3. Leilah Landim esteve à frente da produção de dois catálogos das ONGs: em 1986-1987, e junto de Leticia Ligneul, em 1996 (ISER – Instituto de Estudos da Religião e ABONG).

Ribeiro e Santos Junior, no livro *Associativismo e Participação Popular* (1996), caracterizam a década de 1990 como de maior intensidade de relações entre agências estatais e as OSCs, em especial em virtude da criação de “canais efetivos de participação da sociedade nos projetos governamentais”, o que exigiu “formatos institucionais e mecanismos de negociação de interesses diferenciados, segundo a base social e o modelo de organização dos diversos atores” (1996, p. 109). Em um cenário de crise dos movimentos populares, em grande parte centrados em embates estatais e consolidação da sociedade civil, as preocupações centraram-se, em boa medida, naquele contexto, na cooptação estatal e falta de autonomia. O aumento de apoios internacionais e as parcerias de cooperação entre governos locais, universidades e associações também são essenciais a esse movimento de crescimento e pluralização associativa da época.

Mais especificamente sobre o associativismo religioso nos anos de 1990, Ana Maria Doimo (2004, p. 132) afirma que “qualquer rastreamento dos estudos produzidos na última década, que relacionem religião e associativismo, ou mesmo Igreja e Movimentos sociais, está fadado a cair no vazio. Não há nada.” Apesar dessa lacuna na produção de estudos mais sistemáticos, percebe-se, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, que mesmo nessa década, de importantes reconfigurações do campo associativo, as ARs se mantêm com intensa atuação. Burity (2015, p. 49), nesse sentido, argumenta terem se consolidado “tendências já observadas quando do avanço do neoliberalismo e da terceira via nos anos de 1990, no sentido da interpelação às organizações religiosas para assumirem funções subsidiárias de provisão social, reprodução ou reconstrução da ordem e da ‘coesão social’”.

Assim, as ARs contribuíram com todos os processos anteriormente listados, muitas passando por contextos de formalização associativa, o que colaborou para a institucionalização de conselhos, fóruns e entidades representativas como a ABONG, com a realização de estudos e diagnósticos, como no caso do Instituto de Estudos da Religião (ISER). A década de 1990 é então marcada por eventos relevantes, sendo o principal a ECO-92, conferência da ONU, e eventos específicos de instituições e associações religiosas, como Encontros nacionais e regionais da CNBB, Conferência Episcopal Latino-Americana (1992), CEBs (1990, 1997), e de outros movimentos católicos, como a Segunda Semana Social Brasileira (1995), da Pastoral Social, que deu origem à marcha “Grito dos Excluídos” (1995), e passou a ser realizada anualmente.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), conhecido como “era FHC”, que foi marcado pelas privatizações de bens estatais e pela ênfase no resgate monetário do país, a ideia de *solidariedade* desponta, conforme Almeida (2006, p. 95) denomina, enquanto participação solidária, “ideia força do novo marco discursivo”. O programa federal denominado “Comunidade Solidária”, criado em 1995, consolidou esse projeto político que reposicionou a “sociedade civil virtuosa”, revalorizada no formato das ONGs (tipo institucional legitimado, reconhecido no plano internacional), como subsidiária da terceirização dos serviços ao Estado. Fez-se assim uma reforma desse terceiro setor com base em uma perspectiva técnica, despolitizando essas relações. O marco disso é a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs (1999), que busca consolidar o

enquadramento jurídico das associações enquanto prestadoras de serviços estatais e facilitar/regular as parcerias como estratégia técnica, sendo as relações entre Estado e sociedade civil estabelecidas em uma dimensão burocrática. Resultam disso: a) um processo de profissionalização das ONGs/OSCs para atender a exigências estatais; b) incentivos para menor atuação em redes de cooperação associativa, dada a dinâmica de competição por recursos; c) incentivos estatais para menor ativismo por parte do campo associativo, maior posicionamento enquanto prestadoras de serviços e contexto de crises institucionais e de autonomia.

As associações religiosas se adaptaram às exigências do período com diferentes tipos de ARs e de denominações religiosas, adotando, reiterando ou criticando o discurso da participação solidária, considerando as disputas de responsabilização pela questão social⁴⁷ (Almeida, 2006). Em um esforço de identificar os principais atores, as ARs do período poderiam ser exemplificadas pelas associações mais tradicionais, cuja matriz discursiva ancora-se nas ideias de “caridade, voluntariado e filantropia”, e, em contrapartida, por aquelas mais frequentemente atreladas a órgãos da esquerda, com as ideias de “comunidade, participação e direitos” (Doimo, 2004).

Já Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 14), sob uma perspectiva analítica mais crítica, argumentam que o período do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 foi “caracterizado por uma grande disputa entre projetos políticos que usam os mesmos conceitos e apelam aos mesmos discursos, mas são de fato completamente distintos”. De um lado, está o projeto democrático participativo, e de outro, um projeto neoliberal de privatização de amplas áreas das políticas públicas, havendo assim uma crise discursiva (Dagnino, 2004). Esses projetos, segundo o estudo, coexistiram e conflitaram em diferentes arenas da participação política e de poderes. Exemplo disso são os processos de investigação das ONGs pelas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), em 2001, 2003-2005 e 2007-2010, vistos pelas organizações da sociedade civil como um processo de “criminalização burocrática”, sem discussão mais ampla no Legislativo e Executivo, o que esgotou a legitimidade pública dessas organizações (Duarte & Souza, 2022).

Desse modo, compreendo que essa disputa de projetos políticos influenciou a atuação das associações religiosas, ressoando numa das discussões que identifiquei como uma das mais centrais nesse tipo associativo nos anos 2000: a atuação pautada em princípios de caridade (assistencialismo) *versus* na promoção e defesa de direitos (Taborda, 2018). Com a ampliação de processos de profissionalização das ARs, de parcerias com setores públicos estatais e exigências de laicidade, experiências de representação em instituições participativas (Lopez & Pires, 2010) e fóruns, novas legislações e, ainda,

⁴⁷ “O contexto participativo dos anos 1980, no Brasil, acenava com a promessa de uma radicalidade democrática, enquanto o contexto participativo dos anos de 1990, sob hegemonia dos princípios constitutivos do DPS [Discurso da participação solidária], caminha na direção contrária, pois retira o que é essencial na experimentação democrática: a publicização dos diferentes interesses e conflitos que perpassam a sociedade” (Almeida, 2006, p. 129).

maior competição no campo associativo, as associações religiosas brasileiras sofreram intensos processos de mudanças institucionais.

Assim, como verá visto adiante, a primeira década dos anos 2000 no Brasil é marcada por maior estabilidade política e crescimento no país, o que se reflete nesse momento na impulsão institucional do associativismo religioso, com oportunidades e incentivos de diferentes ordens. As garantias da Constituição cidadã brasileira quanto aos direitos e à abertura para a implementação de muitas arenas de participação, aliadas à vontade política existente com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal em 2003 – parte do fenômeno de “onda rosa latino-americana”, marcado pela chegada de partidos de esquerda ao poder, expansão econômica e redução da pobreza (Mendonça & Gurza Lavallo, 2019) –, garantem maior porosidade política e financiamento estatal às ARs. Estudos sobre os conselhos gestores atestam a presença de associações religiosas com representação nesses espaços, principalmente nos conselhos ligados a áreas de assistência, criança e adolescente e saúde (Lüchmann et al., 2016; Lüchmann et al., 2017). Os mais relevantes estudos sobre associativismo religioso foram produzidos no início desta década de 2000 e demonstram a relação entre a presença de ARs, redes religiosas e de assistência, estruturas de oportunidades, investimentos sociais e capital social existente em regiões periféricas (Avritzer, 2004; Doimo, 2004; Gurza Lavallo & Castello, 2004; 2006; Almeida & D’Andrea, 2004; Almeida et al., 2008).

A segunda metade da década de 2010, ficou marcada principalmente por grande turbulência social e crise política, com o aumento da desconfiança em políticos e instituições, massivas manifestações de rua e ativismo digital. Foi caracterizada por guerras culturais, severa polarização ideológica, e, ainda, disputas no espectro religioso, especialmente entre católicos e evangélicos, e estes com religiões afro-brasileiras. Se, nas décadas de 1980 e 1990, a Igreja Católica tinha amplo domínio em regiões periféricas do país, na segunda década do milênio esses espaços testemunharam mais claramente a presença dos evangélicos: na sua pluralidade e no quantitativo de igrejas, além do investimento em ocupação de arenas da política eleitoral e não eleitoral⁴⁸. A instabilidade política e a retirada fraudulenta⁴⁹ do Partido dos Trabalhadores do poder, em 2016, por meio do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), refletiu nos anos finais da década em condição de maior insegurança e

⁴⁸ Movimentos, protestos, conselhos, conferências, fóruns, audiências públicas e mesmo conselhos tutelares, como o processo de eleição de 2019, evidenciam: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49819051> último acesso em 01/11/2023.

⁴⁹ O processo de destituição da presidenta Dilma Rouseff (2016) proporcionou imensos debates e disputas referentes a definições do que se passou e de como melhor denominá-lo: se *impeachment* ou golpe de Estado perpetrado por partidos de oposição e forças políticas e judiciárias contrárias ao Partido dos Trabalhadores (ver Martuscelli, 2020). Embora as definições continuem a serem disputadas, em 2022 a ação judicial movida contra Dilma sobre a pedalada fiscal foi extinguida, o que reitera a gravidade desse processo que marcou o início de graves atentados às instituições democráticas brasileiras.

desincentivos à atuação das associações religiosas, com exceção de casos de associações evangélicas e conservadoras que encontraram tutela no governo de Jair Bolsonaro (Partido Liberal)⁵⁰.

A década de 2020 inicia-se, em terras brasileiras, marcada por uma crise sanitária que veio se somar a muitas crises sobrepostas de âmbito econômico, político, humanitário e ambiental. Com a adoção de políticas negacionistas por parte do governo federal (Jair Bolsonaro 2019-2022), o protagonismo estatal no enfrentamento à pandemia de Covid-19 aloca-se no âmbito de estados e municípios, com governadores e prefeitos definindo legislações e medidas próprias. A atuação das associações religiosas obteve destaque na opinião pública pela grande capacidade e capilaridade de ajuda emergencial às regiões mais remotas do país. Estas mobilizaram-se para doações, campanhas, iniciativas solidárias criativas, até para campanhas de envio de cilindros de oxigênio e *kits* de higiene (Lima, 2020)⁵¹.

A crise acarretada pela Covid-19 evidenciou mais profundamente a polarização social e política da sociedade brasileira, assim como a descrença de parte da população em especialistas e cientistas. A elevada disseminação de “*fake news*” em redes sociais, como também o ampliado papel das redes digitais durante o período pandêmico, possibilitaram compreender, por um lado, o potencial de inclusão, transparência, financiamento coletivo e facilidade de comunicação entre representantes e representados das arenas públicas por intermédio da internet, e, por outro, as guerras culturais decorrentes da divulgação de *fake news*, discursos de ódio, propagandas excessivas e ilícitas, bolhas, inovações democráticas digitais com menores índices de continuidade, e, ainda, o reforço de desigualdades sociais e raciais pré-existentes (Barreto Junior, 2020)⁵².

No ex-governo de Jair Bolsonaro, as organizações da sociedade civil, comumente adereçadas discursivamente como “as ONGs”, foram alçadas a inimigo público, com frequentes críticas a organizações internacionais, principalmente as atuantes em áreas de intervenção socioambiental, ajuda humanitária, direitos humanos e apoio aos povos indígenas. A criação e atuação de associações antidemocráticas (como grupos de ódio, preconceituosos, com pautas conservadoras e apologéticas à violência e discriminação racial, sexual e de minorias) tem sido facilitada, autorizada e representada pelo arquétipo do bolsonarismo (Rocha, 2021), que possibilita um contexto de impunidade e de

⁵⁰ Mendonça e Gurza Lavalle (2019) muito bem definiram os processos perpassados nessa década: “Após esse período de aparente estabilização, a década de 2010 foi caracterizada por protestos massivos, profunda polarização política, um controverso *impeachment* presidencial, enormes escândalos de corrupção e a deterioração da situação econômica do país. Isso impulsionou as forças conservadoras ao poder por meio da mobilização social, de *uma série de associações da sociedade civil ultraliberais e de extrema direita* e de partidos políticos usando uma retórica de ‘nova política’ contra a corrupção, a barganha e a acomodação de interesses em nome da governabilidade” (Mendonça & Gurza Lavalle, 2019, p. 240, tradução e itálico próprio).

⁵¹ Ver manifesto “ONGs Precisamos de ajuda”: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/04/precisamos-de-ajuda.shtml> ; <https://www.precisamosdeajuda.org/> e <https://www.a12.com/tv/programas/arquivo-a/reveja-o-arquivo-a-sobre-o-papel-da-igreja-durante-a-pandemia>. Último acesso em 23/04/2022.

⁵² Barreto Junior (2020) discute como o papel das instituições religiosas no contexto da pandemia é ambivalente: por um lado, contribuem para a exacerbação do racismo estrutural, e por outro, oferecem saídas criativas para a crise pandêmica. O autor também acrescenta que “numerosas organizações ecumênicas e denominacionais têm tido importante papel em iniciativas de *advocacy*, educacionais e financeiras em suporte a comunidades vulneráveis por todo o Brasil” (Barreto Junior, 2020, p. 432, tradução própria).

oportunidades de agremiação e articulação pelas redes sociais e por grupos de conversas a essas associações, formais e informais, que tem tido crescente manifestação pública⁵³.

Dessa forma, a última década tem sido definida como de retrocessos, tanto na legitimidade e no funcionamento das instituições democráticas quanto nas políticas e direitos sociais. Esse processo intensificou-se consideravelmente no período da presidência de Jair Bolsonaro, em que ataques a direitos básicos regulamentados pela Constituição brasileira de 1988, como a seguridade social (Castilho & Lemos, 2021), tem se tornado prática comum. O bolsonarismo tem se fortalecido enquanto comunidade moral com aspectos culturais próprios de caráter conservador, autoritário e vinculado à direita e extrema direita (Alonso, 2019), canalizando sentimentos de antipolítica (Freixo & Pinheiro-Machado, 2019). Enquanto forma de governo e de movimento social (Avritzer, 2021), tem encontrado oportunidade de estabelecimento durante esse período de crise da democracia brasileira, com intensa disputa ideológica (De Mattos e Silva, 2021). Durante a pandemia, a necropolítica em execução acentuou-se gravemente, pelas falhas em políticas de contágio (Boscatti & Amorim, 2021), culminando na disseminação, entre a população, de teorias negacionistas sobre a Covid-19 e a vacinação, com amplo respaldo religioso – principalmente de lideranças pentecostais (Guerreiro & Almeida, 2021).

Quadro 3.1 Brasil: Associativismo religioso e contexto histórico e sociopolítico em cinco décadas
Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa bibliográfica

	Conjuntura Político-Econômica	Eventos marcantes	Temáticas	Atores da sociedade civil	Estratégias de atuação
1960-1970	Período ditatorial Forte repressão “anos de chumbo” + “Milagre econômico” Arenas: Atuação na ilegalidade, organizações religiosas de apoiadoras a críticas ao regime	+ Concílio Vaticano II (1962-1965) + Atos Institucionais AI-5: atentados, censura, tortura e exílio	+ Resistência, + Urbano + Movimentos Populares + Teologia da Libertação	+ Movimentos populares + Movimentos religiosos + Centros de Educação Popular + CEBs	+ Atuação de base + Protesto de rua + Formação de organizações clandestinas + Criação de novos formatos associativos + Assembleias + Meios de Comunicação alternativos + Eventos

⁵³ Diversos estudiosos estão preocupados com a ascensão de grupos antidemocráticos, neonazistas, paramilitares, e violentos no Brasil. Ver estudos de Rosana Pinheiro Machado, Adriana Dias, e <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/08/confundida-com-liberdade-de-expressao-apologia-ao-nazismo-cresce-no-brasil-a-partir-de-2019> Último acesso em 13/04/2022.

	Conjuntura Político-Econômica	Eventos marcantes	Temáticas	Atores da sociedade civil	Estratégias de atuação
1980	A década perdida Crise econômica + Descontrole da inflação + Transição democrática Arenas Ênfase no conflito entre sociedade civil e Estado	+ 1983 e 1984 Movimento Diretas Já + Assembleia Constituinte + Constituição Cidadã	+ Novos personagens + Novos Movimentos sociais: Cultura + Movimentos populares + Educação popular + Teologia da Libertação	+ Reorganização da sociedade civil, partidos e sindicatos + Movimentos sociais + Organizações de apoio aos movimentos + CEBs + Movimentos evangélicos	+ Atuação de Base + Manifestações nacionais + Diretas Já + <i>Lobbying</i> na Assembleia Nacional Constituinte + Eventos/ Encontros
	Conjuntura Político-Econômica	Eventos marcantes	Temáticas	Atores da sociedade civil	Estratégias de atuação
1990	Redemocratização e abertura econômica Hiperinflação e crise monetária Arenas Entre cooperação e conflito com o poder político – Críticas voltadas a cooptação e clientelismo.	Eco-92 ONU e Fórum Mundial + <i>Impeachment</i> Collor de Melo + Plano Real + Programa Comunidade Solidária + Legislações regulamento área social, como Lei OSCIPS e OS + Estabelecimento Instituições Participativas (IPs)	Fortalecimento da Sociedade Civil crescimento quantitativo e diversificação de áreas, aproximação com o Estado: políticas públicas. + Estatuto da Criança e Adolescente + Eco-92 e Carta da Terra	+ CEBs + Organizações de prestações de serviços + Novos movimentos sociais + ONGs + ABONG	+ Atuação de base + Manifestações – Caras pintadas; Marcha “Grito dos Excluídos” + Eventos e Encontros + Esforços de criação e institucionalização de Conselhos Gestores e outras IPs
	Conjuntura Político-Econômica	Eventos marcantes	Temáticas	Atores da sociedade civil	Estratégias de atuação
2000	Crise financeira de 2008 desaceleração da economia X Políticas econômicas de crescimento e distribuição de renda Arenas Maior cooperação – atores da sociedade civil enquanto ativistas governamentais	+ Fórum Social Mundial + Eleição Lula da Silva 2002 + Concordata entre o Estado brasileiro e a Santa Sé 2008 + Lei Geral das Religiões (PL n. 160/2009) + Consolidação Instituições Participativas (IPs)	+ Expansão Políticas públicas em diferentes áreas + Promoção da participação e organização da sociedade civil + Implementação legislações + Criminalização burocrática das ONGs - Políticas de bem-estar social, aliado ao desenvolvimento do Estado neoliberal, aumento da distribuição e da acumulação	+ Movimentos de moradia e terra, de Mulheres, Negros e Indígenas + Crescimento Associações Religiosas + Crescimento Associações Defesa de Direitos + Movimentos Renovação Carismática católica + Crescimento movimentos evangélicos	+ Instituições participativas + Conselhos + Conferências + Orçamentos participativos + Audiências + Ouvidorias + Ativismo Institucional + <i>Lobbying</i> + <i>Advocacy</i> + Atuação segundo áreas e espaços estratégicos + Eventos, Encontros
	Conjuntura Político-Econômica	Eventos marcantes	Temáticas	Atores da sociedade civil	Estratégias de atuação

2010	<p>Crise político-econômica 2014</p> <p>+ Representação x Participação</p> <p>+ Investigações anticorrupção</p> <p>+ Crescimento pluralização religiosa</p> <p>+ Guerras culturais</p> <p>Arenas Entre cooperação, tensões e conflito</p> <p>Polarização – conservadores x progressistas</p>	<p>- Manifestações Junho de 2013</p> <p>- Jornada Mundial da Juventude – Rio</p> <p>- Saída do Brasil do Mapa da Fome da ONU (2014)</p> <p>+ Lei 13.019 Marco Regulatório OSCs - MROSC</p> <p>+ Impeachment Dilma Rouseff</p> <p>+ Eleição Bolsonaro</p> <p>- Consolidação e crise Instituições Participativas (IPs)</p>	<p>+ Rejeição Decreto Dilma + Plano Nacional de Participação Social (PNPS) e Sistema Nacional de PS</p> <p>+ Debates legitimidade sociedade civil</p> <p>+ Disputas e conflitos sociedade civil</p> <p>+ Decreto 9.759 Extinção dos Conselhos</p> <p>+ Crescimento associações conservadoras e disputas campo associativo</p>	<p>+ Associações de defesa de direitos</p> <p>+ Associações evangélicas</p> <p>+ Crescimento movimentos religiosos conservadores, de pautas identitárias</p> <p>+ Aumento grupos de ódio, intolerância religiosa</p>	<p>+ Ativismo digital</p> <p>+ Grandes manifestações e protestos</p> <p>+ Diversificação formas de ativismo: painéis, <i>performances</i> de rua</p> <p>+ Ocupações</p> <p>+ Instituições participativas</p> <p>+ Conselhos</p> <p>+ Conferências</p> <p>+ Orçamentos participativos</p> <p>+ Audiências</p> <p>+ Ouvidorias</p> <p>+ Ativismo institucional</p> <p>+ <i>Lobbying</i></p> <p>+ <i>Advocacy</i></p> <p>+ Atuação segundo áreas e espaços estratégicos</p> <p>+ Eventos e Encontros</p>
	Conjuntura Político-Econômica	Eventos marcantes	Temáticas	Atores da sociedade civil	Estratégias de atuação
2020	<p>Crise política, econômica, sanitária e ambiental</p> <p>Arenas Conflito e disputas</p>	<p>+ Pandemia Covid-19</p> <p>+ Mais de 600 mil mortes</p>	<p>+ Economia – desemprego</p> <p>+ Aumento insegurança alimentar e fome</p> <p>+ Solidariedade</p> <p>+ Embates político-culturais, Necropolítica governo federal</p> <p>+ Protagonismo governos locais</p> <p>+ Denúncias da sociedade civil</p> <p>+ <i>Fake news</i> e negacionistas</p> <p>+/- Amazônia</p>	<p>Atuação emergencial de Base ARs, Periferias</p> <p>+ Solidariedade e organização – apoios locais e internacionais</p> <p>Movimentos conservadores x progressistas</p>	<p>Estratégias coletivas x individuais</p> <p>+ Ativismo digital redes sociais enquanto arena central</p> <p>+ Manifestações de rua</p> <p>+ Criatividade nas formas de intervenção política, <i>performance</i></p> <p>+ Lives e Encontros virtuais</p> <p>+ Associações religiosas adaptam estratégias de atuação para período pandêmico</p>

3.2 Mudanças e continuidades na atuação das associações religiosas brasileiras

Giovanni Capoccia (2015) define períodos críticos marcados por desafios ao *status quo* e demandas por mudanças e acontecimento exógenos à instituição, em nosso caso, as Associações Religiosas. Conforme estratégia analítica designada pelo autor, procuro nesta sessão averiguar: de que modo a transição democrática foi um momento crítico no desenvolvimento das associações religiosas? Em que medida configurou uma conjuntura crítica definitiva para a atuação das ARs? E quais os principais marcos que têm influenciado a atuação dessas associações?

Assim, entendo não restarem dúvidas de que a transição democrática significou um momento crítico positivo e decisivo para as associações religiosas brasileiras. As cinco décadas analisadas possibilitam compreender importantes ganhos concernentes ao crescimento no número de ARs, sua institucionalização, o estabelecimento de parcerias estatais, de redes de cooperação, de práticas de *advocacy*, e, ainda, a adaptação de repertórios de atuação a depender de demandas sociais existentes no país – por exemplo, o investimento atual nas áreas de migração e moradia. Em um exercício de sintetização, os principais elementos identificados nas cinco décadas para as ARs brasileiras entre a transição democrática e o período da pandemia de Covid-19 foram elencados a seguir.

Quadro 3.2 – Síntese, Contexto e Incentivos identificados: associações religiosas no Brasil em cinco décadas

Fonte: Elaboração própria.

1960/1970	<i>Novos personagens/atores – nível local</i> – Austeridade – Milagre econômico; Concílio Vaticano II e Teologia da Libertação influenciam a criação de movimentos populares, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e atuação nas periferias. Igreja Católica inicialmente apoiadora (Marcha com Deus pela família) e posteriormente crítica ao regime.
Contexto	
Incentivos	Incentivos não identificados.
1980	<i>Ascensão e crise dos movimentos populares</i> – Encerramento do regime militar e severa crise econômica. Novos personagens em cena – Movimentos populares, CEBs e pastorais em ascensão, parcerias entre movimentos, igrejas e universidades. Manifestações nacionais, <i>Lobbying</i> Assembleia Constituinte.
Contexto	
Incentivos	<i>Incentivos Políticos:</i> Assembleia Constituinte <i>Incentivos Legais:</i> Constituição de 1988 <i>Incentivos Financeiros:</i> Apoios de cooperação internacional <i>Incentivos Informativos:</i> Eventos, materiais pastorais, informativos, formações.

<p>1990</p> <p>Contexto</p> <p>Incentivos</p>	<p><i>Sociedade Civil Organizada – temáticas</i> – Proclamação da Constituição cidadã, liberdade de associação leva à formalização e ao crescimento das associações religiosas. Influência de agências internacionais, Conferência ONU ECO-92 e surgimento das ONGs. Novos movimentos sociais, diversificação de pautas; identidades e direitos.</p> <p><i>Incentivos políticos:</i> Aumento da porosidade estatal. Criação de instituições participativas nos diferentes níveis.</p> <p><i>Incentivos legais:</i> Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990); Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – 1993); Lei das OSCIPs (Lei n. 9790/1999) Lei das OS (Organizações Sociais) – Lei n. 9637/1998.</p> <p><i>Incentivos financeiros:</i> Apoios cooperação internacional e transferências estatais</p> <p><i>Incentivos informacionais:</i> Aumento de diagnósticos, catálogo de associações e redes (ABONG e ISER). Eventos/conferências, jornais, formações.</p>
<p>2000</p> <p>Contexto</p> <p>Incentivos</p>	<p><i>Presença de Incentivos à atuação das ARs</i> – Instituições participativas (IPs); participação e ativismo institucional; porosidade estatal. <u>Década de ouro para ARs</u>. Eleição de Lula da Silva e presença de incentivos políticos, financeiros, legais e informacionais. Ativismo, expansão das instituições participativas, diversificação interfaces socioestatais, com destaque para cooperação, diálogo e porosidade ao protagonismo de associações religiosas em conselhos, conferências e na prestação de serviços sociais. Diversificação de pautas, áreas de atuação. Expansão marcos legislativos e institucionalização de políticas – SUAS, Estatutos da Criança e do Idoso.</p> <p><i>Incentivos políticos:</i> Maior porosidade estatal – cooperação e ativismo institucional. Consolidação das Instituições Participativas (IPs)</p> <p><i>Incentivos legais:</i> - Lei n. 10.825/2003 – Alterações ao Código Civil, reconheceu Organizações Religiosas como pessoas jurídicas de direito privado; - Decreto n. 7.107, de 11 de fevereiro de 2010. Acordo Brasil-Vaticano “Concordata” entre o Estado brasileiro e a Santa Sé; Projeto de Lei Geral das Religiões (PL 160/2009 – arquivada);</p> <p><i>Incentivos financeiros:</i> - Parcerias celebradas entre poder público e sociedade civil – aumento repasses recursos.</p> <p><i>Desincentivos:</i> Diminuição apoios internacionais; investigações e corrupção.</p> <p><i>Incentivos informacionais:</i> Aumento de diagnósticos, relatórios de associações e redes (ABONG, ISER e outras associações). Papel IBGE, IPEA e institutos de pesquisa acadêmica e econômica. Mídia tradicional.</p>
<p>2010</p> <p>Contexto</p> <p>Incentivos</p>	<p><i>Crises e protestos – instabilidades para a sociedade civil</i> - Crise política e financeira. Polarização política e guerras culturais, pluralização religiosa com ascensão de grupos evangélicos nas periferias e esfera pública. <i>Impeachment</i> Dilma Rousseff, conflito, competição, ativismo digital e massivos protestos. Atuação associativo religioso entre Caridade x Defesa de direitos. MROSC. Fortalecimento associações conservadoras, disputas sociedade civil, reconhecimento público das ARs questionado.</p> <p><i>Incentivos políticos:</i> <i>Desincentivos:</i> Crise política. Abalam-se parcerias entre Estado e sociedade civil – menor porosidade estatal. Polarização e mudanças de perfis de associações.</p> <p>- Crise em instituições participativas</p> <p><i>Incentivos legais:</i> - Lei n. 13.019 – Marco Regulatório OSCs – MROSC</p> <p><i>Desincentivos:</i> Rejeição Decreto Plano Nacional de Participação Social 2014 (Brasil, 2014a). Lei antiterror (13.260/2016). Decreto n. 9.759 – Extinção dos Conselhos – 2019.</p> <p><i>Incentivos financeiros:</i> - Apoios locais: estados e municípios.</p> <p><i>Desincentivos:</i> Diminuição de repasses públicos às associações. Denúncias de corrupção, medidas transparência e fiscalização.</p> <p><i>Incentivos informacionais:</i> Diagnósticos, relatórios de associações e redes (ABONG, ISER e outras associações). Papel IBGE, IPEA e institutos de pesquisa acadêmica e econômica.</p>

	- Mídia tradicional. Redes Sociais – disputas de discursos, disseminação de <i>fake news</i> , redes de contatos.
2020	<i>Papel e capacidade das ARs na prestação de serviços essenciais em evidência durante o período pandêmico.</i> Retorno ao local. Crise sanitária, política, econômica e ambiental, diante da necropolítica do governo federal na condução de medidas durante período pandêmico.
Contexto	Iniciativas solidárias das associações religiosas nacionais e internacionais em destaque, além de mobilizações de denúncias e repertórios contenciosos. Adaptação de estratégias de atuação: tecnologias de comunicação, atendimento e <i>advocacy</i> . Reestruturação interna e retorno às bases na procura por sobrevivência.
Incentivos	<p><i>Incentivos políticos:</i> Interlocação governos municipais e estaduais.</p> <p><i>Desincentivos:</i> Necropolítica do governo federal e críticas à atuação de associações.</p> <p><i>Incentivos legais:</i> Lei n. 14.150/2021 - Lei Aldir Blanc – apoio ao setor cultural. Legislações de encerramento e regulação atividades presenciais.</p> <p><i>Incentivos financeiros:</i> Lei 14.150/2021 - Lei Aldir Blanc – apoio financeiro ao setor cultural.</p> <p>Apoios locais: estados e municípios. Início do processo de retomada de apoios internacionais.</p> <p><i>Incentivos informacionais:</i> redes sociais: disputas de discursos, disseminação de <i>fake news</i>, redes de contatos.</p> <p>Disseminação de informações sobre prevenção Covid-19.</p>

Por meio da análise dos incentivos e desincentivos identificados conforme as décadas, consideramos que a década de 2000 destaca-se como aquela em que todos os incentivos foram identificados enquanto presentes, de forma que a descrevemos como “a década de ouro” para as ARs, contexto possibilitado por todos os elementos contextuais elencados no Quadro 3.2. Já na década seguinte, desde 2015, constatei um contexto de crescentes desincentivos de todos os tipos, cujo marco temporal pode ser alocado no Decreto presidencial 8.243/2014 de Dilma Rousseff, que buscou instituir a Política Nacional de Participação Social, e que foi barrado pelo congresso nacional. Isso se explica pela maioria do congresso na época ser oposição ao governo, e, ainda, pelo incômodo que o fortalecimento do papel das organizações da sociedade civil representou aos poderes Executivo e Legislativo, com ocupação de espaços institucionais de participação social e de formulação e controle de políticas públicas, e, portanto, com maior capacidade de práticas de *advocacy* e de pressão governamental. O Decreto n. 9.759/2019, de extinção dos conselhos, tornou-se um marco de clara ruptura entre as relações do Estado e da sociedade civil que se haviam sido construídas nas últimas décadas no tocante às instituições participativas.

Entre os incentivos políticos, destaca-se governos, em diferentes níveis (municipais, estaduais e federais), com porosidade para a atuação das ARs. Destacamos: a) realização de mesas de negociação, parcerias e repasses de recursos; b) reconhecimento por parte dos estados do papel protagonista da sociedade civil na execução de políticas públicas, principalmente na área de assistência social; c) além, ainda, de possibilitar a essas associações a ocupação de espaços de participação política

institucionalizada como conselhos e orçamentos participativos, e não institucionalizada, como práticas de *advocacy*, *lobbying*, realização e participação em manifestações e protestos⁵⁴.

Já inicialmente, entre os incentivos legais, por meio da elaboração e promulgação da Constituição de 1988 no Brasil, assegurou-se a liberdade de associação, a formalização legal de diferentes tipos de associações, e, ainda, o reconhecimento de sua presença e interação com poderes governamentais e setores sociais e econômicos estabelecidos. Outros incentivos legais foram sendo conquistados pelas associações ao longo das décadas, como estatutos por áreas e públicos de atuação, e, principalmente, a regulamentação de parcerias estatais e repasses de recursos por parte de agentes públicos, empresas e indivíduos. Para as associações religiosas, acrescenta-se ainda o fato de terem titulação legal própria, além de legislações como lei de liberdade religiosa e concordata, que lhes conferem maior estabilidade legal, sendo privilegiadas legalmente em comparação com outras associações da sociedade civil.

Quanto a incentivos financeiros, consideramos a existência de fontes de financiamento providas de repasses estatais, empresariais, individuais, ou, ainda, de agências internacionais. Aqui, constatei ser frequente a existência de incentivos políticos e legais que influenciam positivamente a existência de incentivos financeiros. Em contrapartida, a ausência desses incentivos pode influenciar agências internacionais a atuarem como fontes de financiamento das ARs na execução de respostas sociais, como o caso brasileiro das décadas de 1980 e 1990 possibilita perceber.

Por fim, incentivos de ordem informacional também foram identificados como relevantes na atuação das ARs nos momentos críticos. O aumento nos quantitativos de estudos realizados sobre as ARs, sejam estes de ordem acadêmica, estatal ou realizados por institutos de pesquisa como Instituto Brasileira de Geografia e Estatística e Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, organizações da sociedade civil nacionais e internacionais, e, ainda, pelas próprias associações religiosas, foi percebido como um incentivo por possibilitar às ARs melhor compreenderem suas configurações, seu tamanho e papel no campo associativo, além do contexto existente, e então agirem de forma a se adaptarem para haver maior eficiência em sua atuação. Soma-se ainda o papel das mídias tradicionais, que têm visibilizado a atuação das ARs, entre posicionamentos de seu papel social e críticas à sua atuação, principalmente em casos de corrupção de ARs e lideranças. Um último destaque seria a relevância das mídias sociais e plataformas *on-line* enquanto incentivo informacional e de atuação das ARs, que lhes possibilita informar, articular, compartilhar e mobilizar apoio para financiamento, voluntariado, como também estratégias de articulação de pessoas e redes, denúncias e *advocacy*.

⁵⁴ O paradoxal é que, mesmo em contextos de desincentivos políticos, como períodos ditatoriais, vemos o florescimento de novos tipos associativos e sua expansão, como o caso das CEBs no Brasil evidencia. Isso se explica por uma visão mais holística do contexto. Podemos também considerar a seguinte lógica interpretativa na compreensão disso: o pós-Concílio Vaticano II, somado ao momento de surgimento de novas personagens em cena na sociedade civil brasileira (Sader, 1988), e a atuação das associações religiosas ter sido levada com complacência por parte dos militares, dado que a Igreja Católica, no início, não rompeu abertamente com o regime militar.

3.3 Legados da transição, ativismo católico e o papel social das ARs em crises

No Brasil, a centralidade da Igreja Católica na atuação em serviços sociais tem profundas raízes, de quase cinco séculos. Nas últimas décadas do século XX, em meio ao contexto de lutas pelo estabelecimento da democracia, a atuação das ARs pode ser dividida em duas frentes principais: associações de viés caritativo/filantrópico; e com perspectivas mais progressistas, voltadas para a defesa de direitos. A Teologia da Libertação foi doutrina basilar das Comunidades Eclesiais de Base, associações protagonistas nesse período histórico, e que contribuíram diretamente para a consolidação do campo associativo e para o papel da sociedade civil na implementação das políticas públicas no Brasil (Betto, 1981; Boff, 1976; Doimo, 1995; 2004). Segundo Steil e Toniol (2021, p. 22), “as CEBs tornam-se, assim, um espaço onde os pobres articulam sua experiência religiosa com o ativismo social e político”.

A Teologia da Libertação (TL), ou Cristianismo de Libertação⁵⁵, foi de tal modo paradigmática para a América Latina, e especialmente para o Brasil, onde se configura um processo religioso, social e político com amplas ramificações. Todo o processo de transição democrática brasileira se entrelaça a ela historicamente. O surgimento do Cristianismo de Libertação, nos anos 1960, e seu potencial revolucionário de mobilização comunitária nas periferias e em contextos rurais, passou despercebido pelos militares durante a ditadura. Dessa forma, não haveria dúvidas “de que sem a Teologia da Libertação o processo de repressão durante a ditadura civil-militar teria sido ainda pior” (Rocha, 2020, para. 5). A TL surgiu de um questionamento: “os protagonistas das ações de caridade da Igreja Católica não questionavam o que levava milhões de pessoas a dependerem dos seus hospitais, escolas, orfanatos e casas de assistência com distribuição de comida” (Rocha, 2020, para. 3). Teve como inspiração o Concílio Vaticano II, vinculando-se principalmente a lideranças de esquerda, com matriz discursiva apoiada na cultura popular. Impulsionou a Igreja Católica brasileira para que, assim, se tornasse “provavelmente a Igreja mais progressista da América Latina, se não do mundo” (Bruneau, 1985, p. 271).

Sendo um dos principais movimentos sociais latino-americanos⁵⁶, a TL é apontada como uma das bases da “onda rosa”, do início do século XXI, de modo que a eleição de governos progressistas na

⁵⁵ Michael Löwy, em obra publicada originalmente em 1996, cunha o termo “Cristianismo de Libertação”, por considerar “ser um conceito mais amplo que ‘teologia’ ou que ‘Igreja’ e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática. Dizer que se trata de um movimento social não significa necessariamente dizer que ele é um órgão ‘integrado’ e ‘bem coordenado’, mas apenas que tem, como outros movimentos semelhantes (feminismo, ecologia etc.) uma certa capacidade de mobilizar as pessoas ao redor de objetivos comuns” (2016, p. 74). O autor argumenta ainda que o movimento teria surgido muitos anos antes da nova teologia, e que a maioria de seus ativistas não seriam teólogos (p. 74).

⁵⁶ Ilse Scherer-Warren (1993, p. 10) trata do papel da Teologia da Libertação nos movimentos populares e “Conclui que esta prática social tem permitido a povos oprimidos da América Latina ‘redescobrir sua dignidade’, restando o desafio de transformar uma utopia da libertação numa realidade cada vez mais liberta. Este texto traz a questão da relevância da mediação junto aos movimentos populares.”

América Latina teria sido possível graças às lutas germinadas em movimentos sociais e populares viabilizados nas bases e na capilaridade da Igreja ao longo de décadas (Löwy, 2016; Rocha, 2020).

Ainda, Amy Erica Smith (2019a) argumenta que a Teologia da Libertação foi bem-sucedida em terras brasileiras, se considerarmos que tanto as posições oficiais atuais do clero brasileiro como do Vaticano do Papa Francisco apresentam retóricas discursivas voltadas à “opção pelos pobres” e excluídos, aproximando-se dos postulados do cristianismo de libertação (Smith, 2019a). Entre as elites eclesiais, nos discursos oficiais e em movimentos pastorais e parte das ARs católicas, a teologia da libertação ainda ecoa.

O declínio da Teologia da Libertação, e da “Igreja Popular” (Mainwaring, 1986) estaria relacionado a desestímulos provindos de vertentes conservadoras dominantes da Igreja Católica (Conselho dos Bispos Latino-Americanos, Papas João Paulo II e Bento XVI), bem como pelo avanço da pluralização religiosa, de exigências de laicidade e maior presença evangélica nas arenas públicas brasileiras, com uma atuação na sociedade civil mais aliada a pressupostos conservadores, individualizados e caritativos. Atualmente, faz-se questionamentos quanto à possível relação entre o declínio da TL e a ascensão de grupos de extrema-direita no Brasil. Segundo Geoffrey Pleyers (2020, p. 06):

O Cristianismo da Libertação produziu seus principais impactos sociais e políticos nos anos 2000, duas décadas após a mudança de rumo determinada pelo Vaticano. Poderíamos, então, pensar que os ataques de Roma à Teologia da Libertação tiveram impacto apenas limitado e que o Cristianismo da Libertação possuía bases suficientemente sólidas para neutralizar os sucessivos ataques. Ocorreu o contrário. O impacto da mudança na Igreja e o declínio do Cristianismo da Libertação tiveram consequências dramáticas, que apenas foram reveladas três décadas depois, nos anos 2010.

Desse modo, de forma aparentemente controversa, todo o ativismo católico em prol do processo de democratização no Brasil acabou, pode-se considerar atualmente, por ser um dos elementos responsáveis pelo enfraquecimento da relevância sociopolítica, de territorialidade/bases e do contingente de fiéis do catolicismo, cada vez mais ocupado pelos evangélicos, principalmente neopentecostais. Isso porque o processo de democratização implicou o aprofundamento dos princípios constitucionais de liberdade religiosa e associativa, possibilitando assim que outras denominações, principalmente aquelas de ordem pentecostal e protestante, de religiões afro-brasileiras e do espiritismo, ampliassem seus contingentes de fiéis e, ainda, suas arenas de atuação, em especial em órgãos políticos, criando associações civis e maior presença nas mídias e em órgãos de comunicação⁵⁷.

⁵⁷ Nesta tese, faço uso do agrupamento religioso conhecido por “evangélicos” conforme a classificação de Victor Araújo (2023), que tem por base e adapta a classificação do IBGE (2010). O autor organiza os evangélicos brasileiros em quatro grupos principais: 1) Igrejas Evangélicas de Missão ou Missionária (históricas/protestantes); 2) Igrejas Evangélicas Pentecostais; 3) Igrejas Evangélicas Neopentecostais; 4) Igrejas Evangélicas de classificação não determinada. Para detalhamentos e nomes das igrejas alocadas em cada grupo, ver Araújo (2023).

Todo o ativismo progressista do Cristianismo de Libertação e de outros movimentos da Igreja Católica no Brasil também impulsionaram reações nas bases internas do catolicismo. Com a crise da Teologia da Libertação, nas décadas de 1980 e 1990, outros movimentos, ancorados em correntes teológicas mais conservadoras, tomam centralidade, sendo o principal a Renovação Carismática Católica (RCC), fundada em 1967, que se aproxima do pentecostalismo em seus discursos e práticas (cultura midiática), ao mesmo tempo que figura como “uma estratégia de fortalecimento da identidade católica frente ao avanço do pentecostalismo” (Oro & Alves, 2013, p. 122). Dentro da RCC, são organizadas Comunidades de Vida e de Aliança, conhecidas como *Novas Comunidades*, embora sejam estruturadas como as ordens tradicionais do catolicismo⁵⁸. Nas bases, estão os grupos de oração. “Estamos, desse modo, diante de novas formas de agregação/associação religiosa, no interior do catolicismo, capazes de produzir novos mecanismos societários de identidade religiosa” (Silva, 2020a, p. 38), “que funcionam como refúgios identitários para indivíduos cada vez mais imersos nos processos de modernização” (p. 35). Carisma, espiritualidade, defesa da moralidade, da família e da comunidade, são estandartes da RCC, um “novo jeito de ser igreja” (Silva, 2020a). Embora realizem obras sociais, as comunidades e grupos ligados à RCC não têm causas sociais prioritárias, pois, diferentemente do Cristianismo de Libertação, visam prioritariamente a transformações pessoais (aproximação com Deus) e no interior da igreja (fortalecimento da identidade e comunidades católicas). A atuação política de grupos adeptos à RCC inclina-se para “pautas morais”, principalmente aquelas consideradas como ameaça à família (em especial o aborto e a união civil homossexual) (Oro & Alves, 2013), ou relacionadas à educação e à infância.

Essas mudanças no mundo religioso podem ter consequências políticas, como se mostrou ao longo do artigo de Oro e Alves (2013). Contudo, limitar as mudanças a esse campo seria, sem dúvida, um erro.

Movimentos religiosos, sejam progressistas, sejam conservadores, levam a mudanças culturais profundas, que, mesmo sendo bem menos visíveis que as vitórias eleitorais, têm alcance de longo prazo na mudança de valores de uma população. Tal impacto passa pelo discurso dos atores religiosos na esfera política, mas muito mais pelo protagonismo no espaço público, no mundo socioeconômico e nos movimentos sociais que surgem dessas tendências. Foi o caso dos diversos movimentos ligados à Teologia da Libertação nas décadas anteriores. Atualmente, é o caso das mobilizações e campanhas conservadoras que difundem não apenas suas mensagens, mas também sua visão de mundo, da política, da economia e da sociedade, seja pelos meios de

⁵⁸ “São características das Novas Comunidades: a) vivência de um carisma próprio, que constitui a identidade comunitária e está intimamente ligado à pessoa de um fundador; b) reverência filial à Igreja, por meio de uma obediência ao papa e aos bispos e fidelidade ao ensinamento da tradição católica; c) forte comprometimento com a evangelização; d) vivência comunitária sob as formas de “vida” e de “aliança”; e) governo comum e organizado, sob a autoridade do fundador e seu conselho geral; f) presença de todos os estados de vida: clérigos e leigos, casados, celibatários e solteiros; g) intenso apelo à vivência moral segundo os ensinamentos do Magistério da Igreja; e h) vida de oração intensa, tanto pessoal quanto comunitária” (Silva, 2020b, p. 49-50).

comunicação de massa e pelas redes sociais, seja por iniciativas concretas no setor econômico ou *associativo* (Pleyers, 2020 p. 13, itálico próprio).

O contexto do associativismo religioso no Brasil em cinco décadas é marcado por disputas entre diferentes projetos políticos (Dagnino et al., 2006), intencionalidades entre agentes e arenas, entre a caridade e a defesa de direitos, conforme sintetizamos aqui. Ao mesmo tempo, há enorme complexidade no campo, de forma que as disputas ocorrem em muitos planos, até mesmo no interior das ARs. É marcado também por períodos de maior estabilidade da atuação associativa, seguido por outros de instabilidades decorrentes de políticas governamentais e de crises conjunturais.

Considerando esse período histórico, Lima Neto (2019, p. 311) argumenta ter havido três grandes transformações no campo das ONGs no Brasil, sendo estas efeito não programado do “processo de laicização religiosa das práticas de assistência social no Brasil [...] [que] acabaram por delimitar o escopo ideológico desse campo”, sendo que, entre 1960 e 1990, foi “formado o universo simbólico dentro do qual as ONGs foram legitimadas” (Lima Neto, 2019, p. 311). Essas transformações seriam: 1) a diferenciação diante da Igreja, com a aproximação a ideologias de esquerda e movimentos sociais (entre 1940 e 1960); 2) o rompimento de antigas instituições leigas católicas com os movimentos sociais (1980); 3) “Consolidação e popularização da identidade ONG em um contexto marcado pela cooperação internacional no ambiente da sociedade civil” (Lima Neto, 2019, p. 311). Poderia ser acrescentada uma quarta grande transformação, nos anos 2000, dada pela diversificação, pelo fortalecimento e pela crise do campo associativo. Teria havido assim, segundo Lima Neto, uma transição da caridade cristã para o engajamento político, para a profissionalização; ainda, acrescenta, nos anos 2000, para a defesa de direitos. Embora eu concorde com essa análise, cabe acrescentar que, considerando as associações religiosas brasileiras, há maior complexidade, dado que, conforme discutiremos na terceira parte desta tese, as ARs têm posicionamentos ambíguos, nos quais perspectivas e discursos de caridade, engajamento político, profissionalização e defesa de direitos muitas vezes coexistem.

Nessa análise, considerando a história recente das associações religiosas desde a transição democrática, compreendeu-se que esta é permeada por períodos de intensas crises, configurando um cenário complexo em que se combinam tensões entre o fortalecimento das ARs e a presença de incentivos, ao mesmo tempo que estas perpassam condições de insegurança, exigências de laicização e desincentivos. Ao longo do período analisado, percebemos como o contexto vivenciado pelas ARs é perpassado por disputas e processos que, coexistindo, são fortemente influenciados por acontecimentos e correlações de forças internas e externas ao campo associativo. As ARs são profundamente impactadas pela volatilidade do reconhecimento político, social e comunitário do papel delas, da transparência de sua atuação e da relevância das respostas sociais prestadas. Isso se explicaria pelo fato de o Brasil apresentar instituições democráticas frágeis, além, ainda, de três níveis de governo federativo e grande escala territorial/populacional, o que ocasiona uma diversidade/difusão associativa e desafios de atuação.

Soma-se a isso o processo de pluralização religiosa, que amplificou cenários de concorrência e conflitos entre diferentes denominações atuantes na esfera social e política. Portanto, chegamos à apreensão de que as associações religiosas já vivenciavam, anteriormente à pandemia de Covid-19, um contexto de crise e de redefinição que se estendeu pelas últimas décadas e que se amplificou com as instabilidades políticas vivenciadas pelo país desde julho de 2013. O aumento do contingente de evangélicos, além de outras religiões, como espíritas e religiões afro-brasileiras, assim como a ocupação de espaços principalmente em contextos periféricos, têm causado concorrência denominacional, territorial, de áreas de atuação e de público-alvo, e de recursos, no que se refere à ação social de associações ligadas a organizações religiosas. Nas entrevistas realizadas com as/os dirigentes associativos, percebeu-se essa crise interna, ou “institucional”, e as estratégias mobilizadas na procura por assegurar a continuidade da atuação das associações religiosas.

Poucos conceitos na ciência política têm adquirido tamanha notoriedade quanto o de crise, que, apesar disso, permanece como insuficientemente definido (Weiffen, 2018). Períodos de crise seriam aqueles momentos extraordinários na história humana, de ordem latente (maior frequência) e de ordem aguda (excepcionais) (Merkel, 2014). Contudo, considerando o contexto brasileiro, podemos dizer que períodos de crises são aqueles em que situações já terríveis para a população se intensificam, como camadas que se sobrepõem umas às outras. A desigualdade social, que já é a regra, intensifica-se e cria novas condições de maior instabilidade e inviabilidade do existir. A insegurança existencial se adensa, de forma que mais avidamente se procura por esperança. Comumente, esta é buscada, pela população, nas instituições religiosas, na procura por crer em um mundo, futuro e recompensa melhores.

A relevância social das religiões relaciona-se a sua materialidade (presença física), institucionalização (formalização) e reconhecimento, por servirem de conforto às pessoas que enfrentam problemas, de modo a operarem como uma resposta às dificuldades e inseguranças existenciais e espirituais, bem como àquelas relacionadas às condições materiais de existência (Norris & Inglehart, 2004). É por isso que, em momentos de crise, quando outros atores não servem de resposta, é comum que as organizações religiosas se destaquem tanto no sentido espiritual quanto material, especialmente para os agrupamentos socialmente vulneráveis. No contexto de provimento de serviços públicos, esse papel tem sido apontado por pesquisadores e reconhecido publicamente ao longo da história brasileira (Sader, 1988; Doimo, 2004; Taborda, 2018).

Sendo assim, argumento que as associações religiosas católicas se destacam no campo associativo brasileiro por serem especialistas em “navegarem por mares intempestivos” e manterem-se relevantes, principalmente em razão dos recursos sociais e econômicos que mobilizam, sua capilaridade social e formação de redes, como também a relevância social a elas imputada. Como a sobrevivência é a principal preocupação das ARs (Taborda, 2018), repertórios e estratégias de atuação são adaptados visando à continuidade de sua existência. Assumir uma posição de *vibração silenciosa*, segundo o conceito de Manuel e Glatzer (2019b), ou seja, de atuação nas bases, local e comunitária, com menor

publicização, é um exemplo de estratégia de atuação identificada, como discutiremos de modo mais aprofundado adiante.

Assim, em síntese, percebe-se que o período histórico aqui analisado, da transição democrática à pandemia de Covid-19, caracteriza-se por processos inversos de oferta de incentivos às ARs. Enquanto a transição democrática acabou por ampliar os diferentes incentivos à atuação das ARs, o processo pandêmico vivenciado desde 2020 amplificou desincentivos de diferentes ordens a essas associações. A transição democrática foi um momento crítico decisivo para as associações religiosas, por ter possibilitado seu maior enraizamento e estabilidade nas arenas públicas, o seu reconhecimento e formalização, a pluralização denominacional, as parcerias públicas e privadas, o financiamento e reconhecimento institucional crescente. Já a pandemia de Covid-19⁵⁹ impactou a atuação das ARs, tanto por interpor a necessidade de revisão de repertórios quanto pela renovação do reconhecimento social imputado ao trabalho de resposta social provido pelas associações religiosas. Entretanto, os impactos da pandemia carecem ainda de melhor compreensão sobre a extensão de suas implicações.

Com base nas entrevistas realizadas e na pesquisa documental conduzida, inicialmente, verificou-se que a pandemia ampliou um processo já em andamento nas ARs, de retorno às bases, de balanços e reestruturação interna, na procura por condições de sua sobrevivência, algo que, em outro momento, já apontamos ser a principal preocupação das ARs e o principal motivador de mudanças institucionais e de repertórios mobilizados (Taborda, 2018). Ainda, atestou-se que um grande quantitativo de associações religiosas brasileiras atravessa um período de grave crise, não somente de ordem financeira, em vista da diminuição de recursos (estatais e de agências internacionais), mas também de ordem institucional, uma intensa crise motivada por intensas mudanças relativas ao papel social dessas entidades diante de avanços democráticos que trouxeram questionamentos sobre suas ações (reconhecimento social, proselitismo religioso e interesses religiosos, perspectiva caritativa/assistencialista, e presença de ARs em IPs) e impactaram áreas de atuações históricas das ARs: provimentos de serviços de assistência social, educação e saúde, por exemplo, que passaram ao longo das cinco décadas a contar com maior provimento estatal.

Essa crise antecede o período pandêmico, e está relacionada a questões conjunturais de instabilidade nacional e internacional. Embora as ARs, em geral, sejam mais resilientes que outras organizações da sociedade civil, não estão imunes a desafios e instabilidades. Apreendeu-se também que alguns dos processos vivenciados se influenciam mutuamente e coexistem ao longo das décadas, como situações de competição e conflito territoriais, de recursos, de públicos-alvo de atuação, denominacionais, já que o campo associativo tem vindo a formar um “mercado de atuação social” que coexiste com outras dinâmicas mercadológicas de ordem econômica e religiosa.

⁵⁹ Donatella della Porta (2022) considera que a pandemia pode ser considerada um tipo particular de momento crítico emergencial, que impactou severamente contextos de atuação política. Durante o período pandêmico, destacaram-se movimentos radicais, anticonfinamento, e, ainda, progressistas, com pautas de saúde pública, habitação, educação etc.

Todavia, dada a conjuntura atual de aumento e ascensão das arenas públicas de ideologias, grupos e lideranças conservadoras, identificamos ainda que nem todas as associações religiosas brasileiras atravessam momentos de crise: aquelas com alinhamento mais tradicional/conservador, com destaque para setores evangélicos/pentecostais, obtiveram tutela estatal no governo do presidente Bolsonaro (2019-2022). Entrevistas com lideranças evangélicas, algumas que trabalharam diretamente no governo federal, deixam claro como projetos de fortalecimento de redes de relações e cooperação entre atores evangélicos, políticos, econômicos e internacionais foram bem-sucedidos⁶⁰. Se, no Brasil, essa “promiscuidade” entre o religioso e o político não constitui novidade⁶¹, percebemos que houve alteração do padrão histórico de protagonismo de relações entre instituições e lideranças católicas para evangélicas na esfera estatal. Também segmentos católicos mais conservadores apoiaram publicamente Bolsonaro e seu governo, provendo suporte simbólico para legitimação de pautas e discursos cristãos conservadores (ver Camurça, 2023).

Pleyers (2020, p. 10, itálico próprio) apontou que “a conquista da presidência da república é auge de um projeto iniciado no começo dos anos 1980. Isso prova que *movimentos religiosos estão entre os poucos movimentos sociais capazes de desenvolver um projeto ao longo de várias décadas.*” Ou seja, “Assim como a Teologia da Libertação era uma incubadora de movimentos progressistas, os movimentos reacionários de hoje em dia têm seu caminho nas igrejas neopentecostais” (Pleyers, 2020, p. 11).

Estudiosos do associativismo há muito alertaram sobre a urgente necessidade de estudar as associações “não virtuosas” e antidemocráticas, religiosas ou não, como os grupos de ódio e preconceito, com pautas conservadoras e apologéticas à violência e discriminação racial, sexual e de minorias, que tem se organizado associativamente (Warren, 2001; Lüchmann, 2014), e emergido nas últimas décadas impulsionadas por lideranças e grupos autoritários, autorizadas e representadas pelo arquétipo do bolsonarismo (Rocha 2021). Há, porém, uma maior dificuldade na compreensão de dinâmicas de atuação desses grupos, a começar pela inserção no campo, em que a condução de estudos sobre essas associações/grupos enfrenta mais resistência e menor colaboração.

No contexto das ARs, cabe atentarmos para um contexto recente em que a disputa entre a caridade e a defesa de direitos tem sido, na última década, vencida por associações com perfis conservadores, visando à atuação caritativa e clientelista, vinculadas e em relação de dependência com organizações religiosas que apresentam projetos evidentes de obtenção de lucros e ampliação de sua capilaridade social – como o caso de grande parcela das principais igrejas pentecostais brasileiras, conforme o

⁶⁰ As configurações do *ativismo institucional evangélico* ainda precisam ser mais bem compreendidas, mas parecem ser marcadas por relações de desinstitucionalização de políticas anteriores e de implementação de programas relacionados a temáticas morais e clientelistas, em acordo com visões de lideranças religiosas conservadoras.

⁶¹Ver <https://azmina.com.br/reportagens/estado-e-religiao-uma-relacao-tao-antiga-quanto-promiscua/> último acesso em 17/09/2021

investimento em criação de ARs com fins assistencialistas tem possibilitado perceber, o que exige melhor compreensão.

A atuação recente das ARs no Brasil parece, então, conviver com os dois lados de uma mesma moeda: por um lado, a existência precária, a criminalização, elevados níveis de dependência que contribuem para práticas precárias e emergenciais de atuação, com óticas assistencialistas, preconceituosas e violentas, falta de transparência, formação de parcerias questionáveis e clientelistas; e por outro, significativos avanços em estratégias de fortalecimento institucional, atuação, metodologias, tecnologias, fiscalização, autonomia e transparência, defesa de direitos e maior resiliência, tudo a depender das associações religiosas para as quais se está olhando.

As associações religiosas na história recente em Portugal⁶²

Apresentação

Em Portugal, no período de democratização (1970-1980), paralelamente aos fenômenos de crescimento e fortalecimento da atuação e do papel social das associações nas arenas públicas, houve um movimento de maior interesse acadêmico no estudo desse contexto e suas dinâmicas. O presente estado da arte das pesquisas sobre associativismo em Portugal é composto por importantes estudos, realizados por acadêmicos, institutos de pesquisa, bem como pelas próprias associações (Baumgarten et al., 2018; Cancela, 2012; Fernandes, 2015; Franco, 2015; INE, 2019; Salamon et al., 2012, Viegas, 2014). Porém, a ampliação da consolidação do associativismo como área de pesquisa foi impactada pela pluralidade de nomenclaturas e conceitos, o que está relacionado tanto a disputas teóricas – enquanto objeto de estudo – e empíricas como ao campo associativo (Cohen & Rogers, 1995; Viegas, 2014; Warren, 2001). No caso das associações religiosas, os estudos sobre suas configurações e atuação na história democrática recente dá-se também de modo fragmentado, com trabalhos provenientes de diferentes áreas disciplinares e com interfaces entre temas como religião, direito, movimentos sociais, seguridade social e políticas públicas.

As religiões e sua relevância social muito têm a ver com sua materialidade, institucionalização, solidez, bem como, principalmente, por oferecerem respostas a muitos dos problemas enfrentados pelas pessoas, sejam relacionados às dificuldades e inseguranças existenciais e espirituais, sejam às condições materiais de existência (Norris & Inglehart, 2004). No caso de Portugal, que atravessou importantes crises desde a transição democrática, isso parece se confirmar: faz sentido que, em momentos de crise, as religiões adquiram maior protagonismo social, dado que os níveis de segurança e de prosperidade da população se abalam. Como salientam Giorgi e Accornero (2018), quanto ao caso português, as organizações religiosas parecem encontrar maior espaço para a intervenção pública em contextos de crise econômica e austeridade, colaborando para a prestação de serviços sociais, e, ainda, denunciando publicamente ausências estatais.

Em vista de as associações religiosas serem nossa unidade de análise, procurei identificar os candidatos a momentos críticos na história recente, atentando-se ao caso português. Assim, considero a mudança de regime que resultou no fim do período autoritário da ditadura salazarista e na posterior

⁶² Algumas partes do presente capítulo foram publicadas no livro *Da Austeridade à Pandemia. Portugal e a Europa Entre as Crises e as Inovações*, no Capítulo 12, intitulado “A atuação das associações religiosas em Portugal nos momentos críticos da transição democrática até a pandemia do Covid-19”. Publicado em 2023 pela editora Mundos Sociais, a obra foi organizada por André Freire, Guya Accornero, Viriato Queiroga, Maria Asensio, José Santana Pereira e Helena Belchior Rocha. Disponível em: <https://www.mundossociais.com/livro/da-austeridade-a-pandemia/136> último acesso em 17/11/2023.

transição à democracia (1976) como o momento crítico principal das associações religiosas portuguesas. Considero, ainda, que isso possibilitou garantias constitucionais de liberdade de associação, e, com isso, o crescimento numérico, o adensamento territorial e a formalização, aliados ao aumento do reconhecimento institucional das ARs evidenciado pela celebração de parcerias com o poder público e certo nível de confiança da opinião pública. Ou seja, significou uma situação de maior estabilidade para a existência e emancipação social dessas associações, se comparado com períodos históricos antecedentes da história de Portugal.

Analisando o contexto histórico e político de Portugal em cinco décadas desde o processo de mudança de regime para a democracia, bem como a transição como um momento crítico para as associações religiosas, que ainda se faz reverberar no campo associativo em razão de mudanças, eventos, reações e relações entre atores, concluí serem dois os marcos principais e recorrentes desse período democrático até o presente: a) *legislações e marcos regulatórios*; b) *crises*. Procurei inventariar, década a década, a conjuntura política e econômica existente, os eventos marcantes e as temáticas de destaque, as principais associações religiosas e os repertórios por elas mobilizados nas arenas públicas, chegando até a crise pandêmica de Covid-19 (2020).

Neste capítulo, concentro esforços em duas dimensões: I) analisar a atuação das ARs em Portugal, desde o momento crítico da mudança de regime e democratização até a pandemia de Covid-19, por intermédio de revisão de literatura, excertos de entrevistas realizadas em 2019 e 2022 com lideranças associativas portuguesas, informações coletadas mediante pesquisa documental em *sites* de ARs, documentos, relatórios oficiais e informações de jornais portugueses, com vistas a considerar diferentes debates e tensões analíticas; II) investigar, após examinar os dados coletados, as principais mudanças e continuidades na atuação das ARs no período, destacando estratégias de atuação, reconfigurações associativas, além da presença de incentivos e desincentivos políticos, financeiros, legais e informacionais identificados ao longo das décadas, discutindo também os legados da transição democrática e do protagonismo católico nas arenas públicas.

4.1 Portugal: Associações religiosas e o contexto histórico da transição democrática até a pandemia de Covid-19

Em termos históricos, podemos dizer que Portugal tem uma longa tradição associativa de organizações religiosas vinculadas à Igreja Católica (Franco, 2015; Giorgi e Accornero, 2018; Manuel, 2016). Ao longo de muitos séculos, as ordens religiosas foram as responsáveis por serviços sociais do nascimento à morte dos indivíduos. Na Constituição de 1933, vigente por todo o período autoritário (1926-1974), a responsabilidade pela provisão de serviços públicos essenciais não estava a cargo do Estado português,

mas sim de instituições privadas, majoritariamente religiosas, como o caso das Misericórdias⁶³. Nesse contexto, “a Igreja Católica e suas associações foram obviamente fundamentais na prestação de serviços sociais e apoio aos necessitados, de forma que a presença social da Igreja se expandiu e prosperou” (Giorgi & Accornero, 2018, p. 264, tradução própria).

Nas quatro décadas do período autoritário, naquela que é conhecida como a ditadura mais longa da Europa ocidental, a Igreja Católica manteve-se majoritariamente aliada ao regime, com tendências mais conservadoras, com exceção de alguns atores e movimentos mais periféricos na hierarquia da igreja. Alguns estudiosos argumentam ainda que, mais do que aliada ao regime, a Igreja Católica portuguesa “assumiu um papel central no projecto ideológico e sociopolítico do Estado Novo salazarista” (Simpson, 2012, p. 89).

Nos anos de 1960, após o Concílio Vaticano II, ficam latentes importantes crises e disputas entre movimentos e lideranças reformistas e críticas ao Estado Novo, conhecidos como “católicos progressistas”, ou, ainda, “oposição católica” (Almeida, 2004), assim como a postura oficial das autoridades eclesiásticas de condenar práticas políticas dentro do âmbito da Igreja. No Marcelismo (1968), mantém-se a colaboração entre Estado e Igreja, reafirmadas pela promulgação de legislações como o título X da Revisão Constitucional ou o Decreto da Assembleia Nacional sobre Liberdade Religiosa, ambos de julho de 1971, que reafirmam o estatuto da Igreja garantido pela Concordata de 1940. Porém, acontecimentos internos, como o agravamento da guerra colonial e a pressão do regime pelo afastamento de padres, e externos, como o Maio de 1968, em Paris, e o surgimento da Teologia da Libertação, na América Latina, passam a ampliar o contingente de setores da Igreja dispostos a romper com o regime (Almeida, 2004).

Considerando esse período, agreguei os seguintes repertórios informais mobilizados pela oposição católica ao regime, caracterizados pela sua informalidade, ou seja, por não serem reconhecidos na época pela Igreja: a) *Vigílias*, como a célebre da Capela do Rato, com realização de greve de fome, ou a de São Domingos; b) *reuniões informais* em residências e igrejas, periódicas, como a “Tribuna Livre”, ou pontuais, como o “Encontro do Entroncamento”; c) *movimentos* como “CIDAC – Clero em Diálogo e Acção”, ou d) no âmbito da comunicação, os *informativos clandestinos* “Direito à Informação” e os “Cadernos do GEDOC – Grupo de Estudos e Intercâmbio de Documentos, Informações, Experiências”. Os grupos que promoveram essas iniciativas sofreram severas críticas e punições por setores

⁶³ Instituições centenárias, as Misericórdias são as ARs mais enraizadas em solo português, tendo sido até mesmo, como o caso da Misericórdia de Lisboa, anexadas como órgão governamental (Ver Manuel & Glatzer, 2019b). Esse papel complexo das Misericórdias, posicionadas entre Estado e Igreja (Sá & Lopes, 2008), é exemplar de como as associações religiosas, conforme interesses de múltiplos atores, adaptam-se e são adaptadas conforme os contextos existentes. Assim, em casos específicos, podem romper ou realocar sua natureza religiosa (canônica), e/ou civil, para se tornarem agente híbrido estatal. Sendo compostas por múltiplos interesses de distintos atores, que as direcionam a diferentes repertórios de atuação, buscam manterem-se relevantes pelas respostas sociais providas e pelo reconhecimento social imputado a sua atuação pela opinião pública e por atores estatais. Isso será discutido mais detalhadamente nos capítulos finais.

estabelecidos da Igreja e do Estado, entretanto, os responsáveis reivindicaram sua legitimidade em nome do direito de associação (Almeida, 2004).

Outro repertório adotado pela oposição católica do período ao regime seriam as estratégias de formação de *redes de colaboração* com pessoas e organizações/movimentos católicos e não católicos nacionalmente e internacionalmente, “quer em organizações da Igreja Católica como a JOC internacional ou as Comissões Justiça e Paz; quer na imprensa estrangeira católica” (Almeida, 2004, p. 293). Os movimentos católicos também mantiveram forte *presença em órgãos* como a “Comissão Nacional de Presos Políticos” (1969), e, no início dos anos 1970, diante do desfalecimento do regime, é a Igreja a instituição que apresenta melhores meios para auxiliar no processo de transição democrática (Almeida, 2004).

Um marcador das iniciativas da Igreja com vistas a se distanciar do regime autoritário e acolher os princípios democráticos seria a divulgação de duas cartas pastorais pela Conferência Episcopal: “Sobre a Renovação da Acção Católica Portuguesa” (1971) e “No Décimo Aniversário da *Pacem in Terris*” (1973), nas quais se posiciona em defesa do pluralismo político e da necessidade de participação político-social (Moniz, 2014). Após o 25 de abril, Simpson (2012) declara ter havido importante investimento da igreja em proteger apoiadores do Estado Novo e em exaltar membros do clero que se opuseram ao regime.

Em Portugal, embora haja uma forte herança da tradição caritativo católica, a expansão e o papel das associações religiosas (bem como de todo o associativismo) durante o período autoritário foi controlada e reprimida pelo regime salazarista. A partir dos anos 1970, com o fim da ditadura, o contexto de crise financeira somado à plena liberdade de associação possibilitou a expansão das associações religiosas, ao mesmo tempo que a pluralização do meio associativo como um todo (Franco, 2015). Nesse contexto, a Igreja Católica foi um dos principais atores do processo de transição democrática, dado “o envolvimento e a participação desses católicos, das suas organizações e de múltiplas comunidades cristãs nos diversos movimentos sociais e políticos emergentes, articulados com a evolução doutrinal da Igreja no seu todo, de acordo com uma maior ou menor organicidade” (Fontes, 2019, p. 193)⁶⁴. Ao analisarmos a trajetória da Acção Católica Portuguesa, principal movimento católico do período histórico, é possível perceber mais diretamente o contexto católico, político e associativo da época.

⁶⁴ Ainda segundo Fontes (2019, p. 194), “Essa marca resultou, antes de mais, do facto de esse mesmo catolicismo se apresentar como parte integrante da sociedade portuguesa contemporânea, considerado não apenas enquanto o seu ancestral húmus histórico e cultural, mas considerado e observado no amago de sucessivas dinâmicas de estruturação, desestruturação e reestruturação social e política, em questões tão importantes quanto as guerras em África, a descolonização, o retorno dos expatriados, a emigração, a valorização da democracia pluralista, a adesão do país a Europa, entre outros; ao mesmo tempo que assumia um papel direto nos processos de configuração dos poderes em jogo na sociedade (do poder simbólico ao poder material), em domínios tão distintos quanto a assistência religiosa nas forças armadas, nas prisões ou nos hospitais, a assistência social em velhos e novos territórios urbanos, a educação moral e religiosa ou a formação da juventude, entre muitos outros espaços.”

Quadro 4.1 - Acção Católica Portuguesa (ACP): trajetória, contexto e relevância pública em quatro décadas

Fonte: Elaboração própria a partir de referências bibliográficas.

A Acção Católica Portuguesa (ACP) foi criada em 1933, e teve sua dissolução como corpo orgânico em 1974 (Fontes, 1994). Foi criada com o objetivo de formar uma “união católica”, que possibilitasse a autonomia de pensamento e ação da Igreja na sociedade portuguesa, com a implementação do método “ver, julgar e agir” (Fontes, 2019). Visava ser um organismo capaz de integrar os diferentes setores da Igreja Católica portuguesa, com um apostolado total, segundo sexo e idades, e também os diferentes “meios sociais” – agrário, escolar, operário e universitário, por meio da criação de diferentes organizações que se desdobravam em organismos especializados, como a Liga dos Homens da Acção Católica, a Liga das Mulheres da Acção Católica, a Juventude Católica e a Juventude Católica Feminina (Fontes, 1994, p. 79). O historiador da religião Paulo Fontes apresenta algumas hipóteses interpretativas quanto ao papel da Acção Católica no catolicismo e na sociedade portuguesa que aqui destacamos: a ACP teve papel central no projeto pastoral da Igreja, que visava a uma “reconquista cristã” da sociedade moderna, funcionando “como agente e catalisador de mudanças no seio da Igreja Católica, tornando-se objecto de conflituosidade interna ao catolicismo” (Fontes, 1994, p. 98); embora procurasse combater mudanças providas pela sociedade moderna, paradoxalmente a ACP contribuiu “para potenciar novas dinâmicas e comportamentos no interior do catolicismo, funcionando como instância de *aggiornamento* [atualização] da Igreja em Portugal” (Fontes, 1994, p. 98); em decorrência da afirmação da Acção como principal meio para a “presença evangelizadora da Igreja no processo de secularização em curso na sociedade, a ACP contribuiu para recuperar e valorizar positivamente, no interior do catolicismo, certas formas de laicidade” (Fontes, 1994, p. 98).

Por fim e para os âmbitos desta tese, o mais importante, conforme Paulo Fontes afirma, “a ACP fomentou o aparecimento de uma nova dinâmica associativa no interior do catolicismo e, tanto pela iniciativa institucional quanto pelo envolvimento pessoal dos seus membros, contribuiu para a gênese de alguns dos ‘movimentos sociais’ contemporâneos” (Ibidem, p. 98, *itálico próprio*), e além disso, contribuiu ainda para o aparecimento de uma figura social de extrema relevância, “um novo tipo de cristão: o militante católico” (Fontes, 1994, p. 93). O trabalho da Acção Católica Portuguesa proporcionou e impulsionou o desenvolvimento, a articulação e a implementação de novas formas de associativismo e criação de associações católicas de leigos “para corresponder às necessidades sociais detectadas e às propostas religiosas sugeridas” (Ibidem, p. 76). Esse fomento ao associativismo fazia assim parte do projeto da ACP de unidade, sendo que, no documento de fundação da ACP intitulado “Bases Orgânicas”, de 1933, constava como princípio que cabia ao organismo da Igreja: “a) Coordenação e cooperação de todas as associações e obras católicas num plano nacional único, em ordem à efectivação da união católica para a restauração cristã da sociedade (Durção, apud Fontes, 1994, p. 78). Isso gerou conflitos e antagonismos no associativismo católico português, em virtude de demandas por autonomia e dificuldades de relacionamento, principalmente por parte das associações protagonistas arraigadas socialmente, ou de associações recentes como União de Caridade Portuguesa – Caritas, criadas visando justamente à maior autonomia em relação à Igreja Católica (ver Capítulo V).

A trajetória da ACP, de mais de quatro décadas no século XX, além de sua sobrevivência viabilizada por organismos protagonistas até os dias atuais (como a Juventude Católica Portuguesa), de organismo da Igreja para movimento social católico, é de mais extrema relevância. Em 1974, a Revolução dos Cravos e a abertura democrática impulsionaram importantes rupturas sociais e nas elites religiosas, com o aumento do protagonismo de outras entidades, como também uma tendência da sociedade civil de autonomia e diversificação de pautas e estratégias de atuação, o que inviabilizou a existência de uma “Equipa Nacional Executiva” da Acção Católica Portuguesa. A conjuntura da época, de crítica ao papel do catolicismo no Estado Novo, assim como das disputas com novos movimentos sociais e associações civis de diferentes áreas, impossibilitaram a continuidade do projeto de unificação da ACP em prática por quatro décadas. O legado histórico da ACP é assim essencial para compreender tanto a influência da Igreja Católica durante o século XX em Portugal quanto, de forma interacional, como a ACP influenciou processos sociais e políticos:

“Pela natureza e tipo de trabalho desenvolvido, a ACP foi uma verdadeira escola de pensamento e ação de novas elites católicas: leigos e eclesiais, jovens e adultos, homens e mulheres de diversos meios sócio-profissionais, nela se iniciaram na ‘militância católica’ ao longo de sucessivas

gerações. Pela perspectiva de ‘formação integral’ dos seus membros, pela renovada dinâmica de interação da Igreja com ‘o mundo’, pelas suas propostas nos variados campos de organização da vida, a Acção Católica foi uma força social incontestável e as suas iniciativas tiveram impacto para além das suas fronteiras. Pelo sua centralidade na estrutura da Igreja, esta organização do apostolado funcionou como laboratório de inovação eclesial, nomeadamente aos níveis teológico, litúrgico e pastoral. Pela sua dinâmica, a Acção Católica preparou muitas das reflexões e antecipou algumas das propostas do Concílio Ecuménico Vaticano II” (Fontes, 1994, p. 98-99).

Após a Revolução dos Cravos (1974), as associações religiosas vivenciam um contexto de disputas políticas e de intensa crise financeira, o que resulta em instabilidade compartilhada com diferentes atores individuais e coletivos. Nos anos 1980 e 1990 novos atores surgem, e as ARs procuram manter seu protagonismo nas arenas públicas.

Após a adoção da Constituição da República de 1976 e o restabelecimento da liberdade de expressão e de associação, os movimentos e instituições de defesa dos direitos e da representação política cresceram rapidamente. Esta situação conduziu a uma explosão de movimentos associativos que se preocupam com todos os aspectos da vida social, como a melhoria das condições de habitação através das associações de moradores, a preservação do emprego, a melhoria das condições de trabalho, as associações de pais e os serviços de apoio às crianças (Franco et al., 2005:26).

Assim, os anos 1980 são caracterizados pela abertura política, pela pluralização e formalização das ARs e pela continuidade da instabilidade política e econômica. A entrada de Portugal na União Europeia (UE), em 1986, significou para as associações religiosas implicações ambíguas: positivas, pelo aumento nos repasses financeiros às associações, e, negativas, pela intensificação de pressões para que o Estado português assumisse a prestação de serviços até então providos pelas ARs.

É nos anos 1980 também que entra em vigor o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS (Lei n. 119/1983). Desde então, as IPSS e outras associações foram oficialmente designadas como entidades executoras de políticas públicas essenciais à população, passando as IPSS e o estado português a uma situação de dependência mútua, que significou para aquelas frequentemente uma situação de dependência subsidiada do Estado. Ao longo das décadas, essa dependência passou a ser vista como um problema para a autonomia das associações religiosas (Franco et al., 2005).

Outro determinante para o aumento no número de ARs e, principalmente, de IPSS foi o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, assinado em 1996, que deu especial impulso e reconhecimento social necessário para atuação dessas entidades. Esse pacto de cooperação foi assinado pela Associação Nacional de Municípios, Associação Nacional de Freguesias, corpos representativos das IPSS, Misericórdias, provendo assim as bases para coordenação dos serviços sociais nacionalmente e localmente (Manuel & Glatzer, 2019b).

Em dezembro de 1996, quando foi assinado o Pacto de Cooperação para a Solidariedade, quando o Estado reconhece a importância das IPSS e do que fazem, e diria privilegia, como que confia às IPSS a proteção social dos cidadãos, e assegura a celebração de acordos de cooperação para que de fato essa ação seja desenvolvida. E com esses acordos de cooperação o Estado coparticipa financeiramente na ação social direta [...], são os acordos de cooperação uma garantia, uma espécie de contrato do Estado para com essas instituições para que prestem estes serviços, sendo as instituições remuneradas para esse feito (Entrevista 7 CNIS PT).

Os anos de 1990 são caracterizados por maior prosperidade econômica em terras portuguesas, em que a sociedade civil vivenciou importantes embates em arenas públicas, entre associações e movimentos religiosos, e principalmente entre, de um lado, aqueles ligados à Igreja Católica, e, de outro, estudantes e feministas, por exemplo, quanto a pautas de educação, defesa da vida e migrações.

Uma temática que nos anos 1990 e 2000 obteve amplo destaque nas arenas públicas e agenda política, gerando importantes disputas entre associações religiosas e outras da sociedade civil com agenda mais progressista, foram os Referendos de 1998 e 2007 de despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez. No Referendo de 1998, venceu o “Não”, com menos de 2% de diferença dos votos, e com o total de 31,9% de comparecimento eleitoral. Já o Referendo de 2007 foi vencido pelo “Sim”, com diferença de menos de 20% dos votos. Dessa forma, o fato de o “sim” ter vencido em 2007 se explica pela articulação de setores progressistas, partidários e da sociedade civil organizada, embora o envolvimento de movimentos ligados à Igreja Católica também tenha sido intenso (Freire, 2008), apesar das orientações de elites religiosas episcopais pela não interferência nesse processo de redefinição de legislação (Resende & Hennig, 2015).

O já citado alinhamento da Igreja ao regime autoritário nos ajuda a explicar os dados mais recentes apresentados por Baumgarten, Lüchmann e Ayres (2018), que demonstram como ativistas de movimentos sociais portugueses pouco percebem a Igreja como aliada política nas diferentes temáticas. Nas últimas décadas, a Igreja Católica portuguesa também manteve papel conservador a respeito de pautas como legalização do aborto, o que segue o posicionamento da Santa Sé, e, portanto, trava embates com associações da sociedade civil nas arenas públicas. Em contrapartida, manteve importante presença nas lutas por moradia, ou na prestação de serviços sociais (Strippoli & Accornero, 2018).

Os anos 2000 destacam-se pela maior estabilidade política e econômica das ARs, comparado com décadas anteriores e posteriores. Além das disputas de pautas de direitos reprodutivos, a década foi marcada pela crise internacional de 2008, com impactos na conjuntura político-econômica portuguesa. Segundo Padre Lino Maia, que tem reconhecida trajetória enquanto uma das principais lideranças associativo-religiosas portuguesas, em prol das instituições de provimento de serviços sociais, “na crise econômica de 2008 se não fossem as IPSS a situação teria sido muito pior. Elas foram, de facto, *a mola*

social de Portugal⁶⁵”. Os dados demonstram ser uma década de crescimento e formalização associativa, aliada à institucionalização das associações da sociedade civil como respostas sociais, com promulgação de legislações de apoio as ARs (INE, 2019). Há, assim, contradições entre ambos os processos de secularização e austeridade:

Tudo isto nos remete para uma contradição fundamental na sociedade portuguesa contemporânea: embora o número de católicos batizados em Portugal que participam na vida da sua comunidade de fé tenha vindo a diminuir nos últimos trinta anos, talvez devido aos processos mais amplos de secularização, o Estado secular em Lisboa continua a contar com os serviços de assistência social prestados por aqueles que acreditam nas obras de misericórdia corporais. Os processos gêmeos de secularização e austeridade conduziram o catolicismo português a essa contradição. Simplificando, enquanto o processo de secularização tende a afastar as pessoas de uma dependência espiritual diária da religião organizada, as políticas de austeridade exigiram mais serviços aos pobres por parte das organizações do terceiro sector. Apesar de as obras das organizações católicas do terceiro sector serem sinais claros de uma Igreja vibrante, mas talvez silenciosa, não podemos deixar de nos interrogar se o declínio constante da prática do catolicismo português poderá um dia resultar num menor número de católicos capazes e dispostos a prestar estes serviços – forçando assim a prestação de serviços sociais em Portugal a seguir um caminho mais secular. (Manuel & Glatzer, 2019b, p. 126-127, tradução e itálico próprio).

Nesta década, entre as legislações nacionais promulgadas com importantes reverberações para as ARs, figuram a Lei de Liberdade Religiosa (Lei n. 16/2001) que veio a consolidar e assegurar a pluralidade religiosa de denominações no país (Miranda, 2013); e a nova Concordata do Estado Português com a Santa Sé (2004), um dos indicativos da laicidade católica existente em Portugal. Esta estabelece um tratado bilateral em substituição do anterior, datado de 1940, reafirmando a autonomia e a independência da Igreja e do Estado, definindo mútuas responsabilidades em vista do bem comum e considerando as relações históricas e as profundas transformações, de forma particular, quanto ao ordenamento jurídico português, com a promulgação da Constituição democrática⁶⁶. Entre exigências de laicidade e mudanças da pluralização religiosa, as associações religiosas católicas procuraram adaptar-se aos regramentos das arenas públicas, buscando espaços de ação. Esses instrumentos legais

Também são o resultado da cultura secularizada e da laicidade do Estado: se, de fato, o Estado é não denominacional, separado e independente da Igreja, os movimentos católicos buscaram – e encontraram – espaços de ação que de certa maneira foram garantidos pela afirmação do pluralismo espiritual e cultural e abordaram sua intervenção em diferentes áreas, escolhendo

⁶⁵ <http://www.solidariedade.pt/site/detalhe/14208> último acesso em 03/06/2021. Sobre as IPSS e as crises, ver também Sousa et al., (2012).

⁶⁶ Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/551124>. Último acesso em março de 2020.

uma variedade de destinatários, como estudantes, mulheres, profissionais. (Strippoli & Accornero, 2018, p. 342, tradução própria).

Já a década de 2010 destaca-se enquanto período de turbulência e ebulição societal, com grande ciclo de protestos contrários às medidas de austeridade aplicadas pelo governo central (2011 a 2013). Esse contexto encerra outro, vivenciado nas duas décadas anteriores (1990 e 2000), de “brandos costumes” da sociedade civil portuguesa (Accornero & Ramos Pinto, 2015). Giorgi e Accornero (2018) afirmam não existirem ainda dados sobre o papel de atores religiosos nessas mobilizações em Portugal, a exceção de informações sobre a participação da Juventude Operária Católica em protestos de 2013 (Que se like a Troika).

Um importante elemento identificado é o fato de as ARs portuguesas assumirem *repertórios menos conflitivos*, como o caso da Cáritas Portuguesa bem exemplifica: a associação produziu relatório criticando as políticas de austeridade adotadas pelo governo português (Giorgi & Accornero, 2018, p. 262). Isso parece aproximar-se do fenômeno definido por Manuel e Glatzer (2019a, 2019b) como “vibração silenciosa” (*muted silence*), que descreve ser frequente que as reais dimensões do enraizamento, da relevância e da intervenção social e política das ARs não estejam evidenciadas nas arenas públicas e como objetos de investigação acadêmica. Os autores afirmam que, “embora as igrejas possam ter perdido poder e prestígio em relação ao passado, elas permanecem poderosos, embora muitas vezes não anunciados, atores vitais nos serviços sociais e na provisão de bem-estar” (Manuel & Glatzer, 2019a, p. 03).

Na década de 2010, o cenário de competitividade por recursos públicos acirra-se, diante do acúmulo de problemas sociais. Destaca-se o *lobbying* das diferentes famílias associativas pela aprovação da *Lei de Bases da Economia Social*, em 2013, que prevê estatutos e diretrizes para parcerias estatais, assegurando maior estabilidade legal e financeira às organizações da sociedade civil portuguesa⁶⁷. Soma-se, ainda, a atuação no Conselho Económico e Social⁶⁸ e no Conselho Nacional para a Economia Social. As lideranças entrevistadas ressaltam a relevância da presença e atuação das ARs e de outras famílias associativas nesses espaços:

⁶⁷ “De acordo com o discurso da maioria dos assistentes sociais entrevistados, o Estado central foi apontado como tendo um papel mais enfraquecido, sobretudo por, em período de austeridade, privilegiar a garantia da ação social por via do terceiro setor, reforçando o *poder das IPSS*, nomeadamente com a criação da Lei de Bases da Economia Social e a alteração aos estatutos das IPSS. [...] Vários entrevistados referem que o Estado quis reduzir as suas funções de proteção optando por delegar e investir recursos para que outros atores assegurassem a proteção social no âmbito da ação social.” (Casquilho-Martins, 2018, p. 211-212, itálico próprio).

⁶⁸ Criado em 1991, tem competência consultiva e de concertação social, esta última baseada nos pressupostos da democracia participativa e prevendo negociações tripartidas: entre membros do governo, representantes dos trabalhadores e empregadores. “O Presidente do CES é eleito pela Assembleia da República. Compõem o Conselho, de acordo com o art. 3.º da Lei n. 108/1991, representantes de organizações patronais e sindicais, universidades, profissões liberais, figuras da área da ciência e tecnologia, regiões autónomas e autarquias, área ambiental, defesa do consumidor, terceiro setor (IPSS), famílias, agricultura, mundo rural e organizações representativas das mulheres. Todas estas entidades estão representadas no Plenário do órgão”, disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/conselho-economico%E2%80%90social>. Ver mais informações sobre o Conselho em <https://ces.pt/conselho-economico-e-social/> último acesso em 08/10/2023.

Existe o Conselho Económico e Social. O peso da sociedade civil nele é grande. Eu pertencia ao Conselho Económico e Social como representante das instituições, junto ali às Misericórdias, às Mutualidades e tal, com a Confederação das Colectividades de Cultura e Desporto, das associações de mulheres, vários setores estão lá representados. Ali, podemos influenciar, porque a conta geral do Estado passa por lá, determinados diplomas passam por lá para se darem contributos, o governo pode pedir pareceres ao Conselho Económico e Social, o próprio Conselho pode sempre emitir pareceres próprios para o governo [...]. (Entrevista 3 CP).

Os impactos da crise iniciada em 2008 acabaram por influenciar mudanças de posicionamento público das associações religiosas católicas em Portugal, que se distanciam do tom mais conservador das hierarquias da Igreja (Giorgi & Accornero, 2018). Durante o período de implementação do *Memorandum de Entendimento* (2011-2014), com pactuação de arranjos de cooperação e de corte de despesas estatais, a Igreja Católica se destaca, bem como cresce a sua relevância social enquanto provedora de ações e instituições de solidariedade e integração social (Manuel & Glatzer 2019a). Há, assim, o aumento e a aceleração de um processo já em construção desde os anos 1990, de profissionalização das ARs, assim como a tomada de posicionamentos mais baseada na defesa de direitos e do bem-estar social em múltiplas áreas, do que em princípios religiosos de caridade.

Os exemplos locais podem sugerir uma inversão cautelosa de uma tendência que se deverá verificar nos próximos anos: enquanto o papel público e o posicionamento da Igreja Católica em Portugal são bastante conservadores, as associações e instituições católicas que são ativas na prestação de serviços sociais estão ganhando um papel cada vez mais relevante, mudando lentamente seu foco central de ‘caridade’ para um discurso político e ação direcionada às raízes da pobreza. (Giorgi & Accornero, 2018:261-262).

“Já não é, diria, já não são, no passado eram, diria, instituições que até [...] eram em número majoritariamente, instituições da Igreja e eram muito, eu diria a caridade, apoiando, que é notável também, muito importante, mas pronto, não havia tanto, eu diria uma aposta nas competências, pronto, era mais um bocado no serviço mais caritativo. Mas a partir, sobretudo depois de 1983 e sobretudo de 1996 apostou-se muito nas competências.” (Entrevista 7 CNIS PT, itálico próprio).

A profissionalização das ARs está relacionada a exigências de repasses estatais e à procura por provisão de serviços por especialistas⁶⁹. No caso português, embora haja os interesses da Igreja Católica

⁶⁹ Outro dado relevante é que, em Portugal, é bastante enraizada a ideia de que o Estado não consegue chegar às pessoas mais necessitadas, e de que as instituições de solidariedade social, religiosas ou não, conseguem prestar um serviço melhor do que os órgãos públicos (Moniz, 2014). Além disso, considera-se que gerem melhor os recursos repassados pelo Estado, conseguindo responder de forma imediata e eficaz em contextos de crises e emergências, de forma que “é inevitável que o país peça ajuda àqueles que nasceram para ajudar” (Moniz, 2014, p. 242).

na provisão de serviços sociais, também o Estado nacional parece ter instigado que a Igreja investisse na provisão de serviços públicos na história recente, visando delegar a questão social à Igreja e a setores da economia solidária.

O Estado propôs às igrejas que, no que diz respeito, que fossem supletivas, ou seja, que organizassem porque não existia as creches, infantários, e agora lares de terceira idade, e apoiou muito e incentivou muito. Depois, além de incentivar, passou por muitas normas e a ser mais fiscalizador do que promotor, do que entusiasmando a fazer, isso criou muito, e mesmo agora no que diz respeito às questões de economia, muitas destas organizações até por causa da demografia estão com uma sustentabilidade muito frágil e isso vai trazer muitos problemas (Entrevista 5 CP).

Soma-se a isso um grau de *institucionalização* da sociedade civil em Portugal (Fernandes, 2015), evidenciado tanto pelos acordos de cooperação firmados como pelo fortalecimento da organização associativa em *órgãos representativos das famílias associativas* (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social, União das Misericórdias, União das Mutualidades, e respectivas representantes em níveis distritais e municipais); *órgãos consultivos e de discussão*, como os já citados Conselho Económico e Social, o Conselho Nacional de Economia Social e a Comissão Permanente do Setor Social; destaque também para Comissões e *redes de colaboração estratégicas* entre entidades da sociedade civil, religiosas ou não: Comissão de Liberdade Religiosa, Comissão Nacional de Justiça e Paz, Rede Europeia Antipobreza Portugal⁷⁰, para citar alguns exemplos principais. Uma das principais lideranças da Comissão Nacional das Instituições de Solidariedade, que reúne mais de 5.500 entidades, aponta como são negociados acordos de repasses de recursos e legislações:

Qualquer legislação que tenha a ver com o setor social passa pelo nosso crivo, nós negociamos. [...] Nós temos que negociar, e apontar quando é inconstitucional, contestar. Nos dirigimos à Assembleia da República, e eles ouvem. Claro que o ouvir não significa aceitar [...] É muito duro, não podemos impor também, mas precisamos ser ouvidos. Porque no fundo quem está nas instituições nas IPSS é que tem as respostas. E depois há cedências, há uma concertação e chega-se a um ponto de encontro, senão é o caos (Entrevista 7 CNIS PT).

Outro elemento igualmente importante para esses processos interligados de profissionalização e institucionalização das ARs em Portugal seria o repertório, identificado nas entrevistas realizadas, de *interações diretas entre lideranças associativas e políticas* (ligações, e-mails, reuniões), geralmente tratando de figuras reconhecidas publicamente pela sua trajetória. Essas interações são facilitadas tanto por relações pessoais e profissionais dos atores associativos e estatais quanto pela diminuta dimensão territorial de Portugal, se comparada ao Brasil.

⁷⁰ Ver <https://www.eapn.pt/quem-somos> último acesso em 14/08/2021.

Por fim, a presente década (2020) iniciou-se com uma crise sanitária global inesperada, com a disseminação do vírus da Covid-19 por todos os países do globo, o que exigiu do governo português respostas como políticas de isolamento social e fechamento de fronteiras. Diante de carências e desigualdades sociais amplificadas pela pandemia (Costa, 2020), a atuação das associações religiosas voltou ao centro da opinião pública, em razão da emergencial ampliação da necessidade de solidariedade social, bens e serviços essenciais. Discussões de pautas como moradia, migração e ajuda humanitária, com que grande parte das ARs atua, também ampliam sua centralidade pública no contexto da crise sanitária. Ao mesmo tempo, cresce a preocupação com a continuidade da existência e atuação das ARs, ameaçadas pelos impactos da crise e das medidas de isolamento social.

O contexto pandêmico exigiu adaptação de repertórios, com maior investimento nas *redes e plataformas on-line* para comunicação e campanhas, além, ainda, de tomadas de posição por meio de *cartas e relatórios*. Foram também negociados *acordos com o Estado* para repasses monetários emergenciais, como as “Medidas de Apoio ao Reforço de Instituições Sociais e de Saúde” (MARESS)⁷¹, visando principalmente a contratação de pessoal e de equipamentos. Destaque também para o quantitativo de *legislações* promulgadas com vistas a orientações, proibições e alterações⁷², além de *programas* como o “Plano de Recuperação e Resiliência português”⁷³. Foram veiculadas com maior frequência peças jornalísticas afirmando que o legado da pandemia em Portugal está na solidariedade entre instituições, com destaque ao papel das IPSS, que têm atuado em múltiplas frentes⁷⁴. A procura pela formação e ampliação de *redes de colaboração* fez-se assim essencial no contexto pandêmico, incluindo indivíduos, ARs, instituições estatais e empresas. Destaca-se também a realização de diagnósticos do impacto da pandemia sobre instituições prestadoras de serviços sociais (Martins & Pinto, 2021) e da discussão do papel das IPSS na resposta às crises em *Conferência* intitulada “Pandemia: respostas à crise. O papel das Instituições Sociais e do Poder Local”⁷⁵, evento ocorrido em maio de 2021 e que teve muitos representantes das ARs como palestrantes.

Outros exemplos de estratégias de ações no período pandêmico de ARs seriam a *divulgação de informações sobre as respostas sociais em funcionamento*⁷⁶, iniciativas como a “#cuidadetodos”⁷⁷,

⁷¹ Ver <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=medida-de-apoio-ao-reforco-de-emergencia-em-equipamentos-sociais-e-de-saude-prorrogada-ate-final-de-2021> último acesso em 13/12/2022.

⁷² Ver listagem em: <http://rotass.cnis.pt/recomendacao-ipss-covid-19/> último acesso em 13/12/2022.

⁷³ Ver em <https://recuperarportugal.gov.pt/wp-content/uploads/2021/10/PRR.pdf> último acesso em 13/12/2022.

⁷⁴ <https://www.publico.pt/2020/06/04/sociedade/noticia/ipss-estao-enfrentar-pandemia-primeira-mao-frente-1919296> último acesso em 13/12/2022.

⁷⁵ <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNLQwtAQAfLUoQUAAAA%3D> e <https://rr.sapo.pt/artigo/237080/conheca-as-propostas-da-conferencia-pandemia-respostas-a-crise> último acesso em 13/12/2022.

⁷⁶ <http://cnis.pt/2020/08/07/levantamento-de-informacao-sobre-as-respostas-sociais-em-funcionamento-nas-instituicoes-em-contexto-de-covid-19/> último acesso em 13/12/2022.

⁷⁷ Links de acesso: <https://www.cuidadetodos.com/>; <https://caritas.pt/covid-19-a-resposta-da-caritas/> último acesso em 13/12/2022.

Brigadas de Intervenção Rápida da Cruz Vermelha Portuguesa⁷⁸, no âmbito da Cáritas Portuguesa, enfoque nas respostas sanitária e social, com ajuda imediata⁷⁹ e o Programa “Inverter a curva da Pobreza”, como também a Associação Remar em parceria com a associação Partilha Constante – “Projeto SOS – Apoio nas Ruas”, para citar apenas alguns exemplos.

Não sendo possível realizar aqui discussão mais densa sobre as diferentes formas de ação coletiva ligadas a instituições e associações religiosas, procuro inventariar brevemente o contexto existente segundo as décadas, considerando: Conjuntura Político-Econômica e Arenas, Eventos e Marcos Significativos, Temáticas, Atores da Sociedade Civil protagonistas e Práticas e estratégias de atuação, conforme apresentado no Quadro 4.2 a seguir.

Quadro 4.2 – Portugal – Associativismo Religioso e contexto histórico e sociopolítico em cinco décadas
Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa bibliográfica

	Conjuntura Político-Econômica	Eventos marcantes	Temáticas	Atores da sociedade civil	Estratégias de atuação
1970	Autoritarismo e crise econômica Arenas Conflitos, cooperação e oposição	+ Revolução dos Cravos, 25 de Abril de 1974 + Papa Paulo VI recebe lideranças de movimentos de libertação das colônias portuguesas + Independência das colônias portuguesas na África + <i>Nova Constituição 1976</i>	+ Conflitos e cooperação entre Igreja Católica e regime, disputas entre setores conservadores e progressistas da Igreja + Revés do movimento associativo, no período da transição há uma demanda por atores para movimentos, partidos, autarquias.	+ Misericórdias + Movimentos Religiosos: Acção Católica, JOC + Movimentos informais Oposição Católica	+ Documentos públicos + Cartas + Criação Comissão Nacional de Presos Políticos + Criação de novos Repertórios e Movimentos de Oposição Católica + Vigílias, + Reuniões, + Jornais Informativos + Redes de colaboração nacionais e internacionais + Ciclo de protestos estudantis
	Conjuntura Político-Econômica	Eventos marcantes	Temáticas	Atores da sociedade civil	Estratégias de atuação
1980	Crise econômica e resgates do FMI Arenas Conflito e cooperação	+ 1982 Greves + 1986 Ingresso de Portugal na Comunidade Econômica Europeia (UE) + 1983- Decreto de Lei 119/83, + Estatuto das IPSS + Visita João Paulo II	Reconfigurações políticas + Abertura de fronteiras + Novos atores + Aumento quantitativo e dinamismo associativo	+ Misericórdias + IPSS + Associações da sociedade civil + Centros Paroquias + Cáritas + Sindicatos + Novos Movimentos Sociais	+ Greves Gerais + Manifestações de rua + Polícia PSP + Reuniões e mesas de discussão + Redes de colaboração + Disputa por atores e Recursos

⁷⁸ <https://www.cruzvermelha.pt/not%C3%ADcias/item/7416-brigadas-de-interven%C3%A7%C3%A3o-r%C3%A1pida-da-cvp-j%C3%A1-apoiaram-363-institui%C3%A7%C3%B5es-com-surtos-de-covid-19.html>
último acesso em 13/12/2022.

⁷⁹ <https://setemargens.com/caritas-ja-apoiou-seis-mil-pessoas-em-dificuldades-e-pedidos-de-ajuda-aumentam/>
último acesso em 13/12/2022.

	Conjuntura Político-Econômica	Eventos marcantes	Temáticas	Atores da sociedade civil	Estratégias de atuação
1990	Crescimento Econômico Arenas Conflitos, cooperação e oposição	+ 1991 – Criação e 1992 regulamentação Conselho Econômico e Social + 1996 - <i>Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social</i> + 1998 - Referendo Direito ao Aborto	+ Novos movimentos sociais + Identidade + Direitos	+ Pluralização Associativa + Movimento feminista x organizações religiosas + Movimentos Estudantis, Ecológicos, LGBTQIA+ + IPSS + Elites religiosas	+ Referendo + Mobilizações estudantis + Greves mineiros + Protestos contra aumento portagens
	Conjuntura Político-Econômica	Eventos marcantes	Temáticas	Atores da sociedade civil	Estratégias de atuação
2000	Crise monetária e política início da década Arenas Cooperação e negociação	+ <i>Lei n. 16/2001 Lei de Liberdade Religiosa</i> + Decreto-Lei n. 134/2003 - Registo de Pessoas Colectivas Religiosas + <i>Nova Concordata do Estado Português com a Santa Sé, de 2004</i> + Referendo 2007	+ Liberdade e pluralização Religiosa + Direitos reprodutivos + Apostilamento legal de parcerias Estado e ARs	+ IPSS + Organizações religiosas locais, protagonismo provisão respostas sociais	+ Mobilização movimentos Sim e Não para Referendo + Tensões movimentos religiosos x de mulheres + Parcerias Estado e ARs + Redes de cooperação sociedade civil + Relações interpessoais entre lideranças
	Conjuntura Político-Econômica	Eventos marcantes	Temáticas	Atores da sociedade civil	Estratégias de atuação
2010	Crise econômica e social Troika, Medidas de austeridade econômica Arenas Conflitos, demandas e negociações	+ <i>Ciclos de protestos</i> Protesto Geração à Rasca – 2011 Que se Lixe a Troika – 2013 + <i>Lei n. 30/2013</i> de Bases da Economia Social + <i>Lei n. 120/2015</i> – Regulamenta a cooperação entre o Estado e as entidades do setor social e solidário e cria a Comissão Permanente do Setor Social e Solidário	+ Indignados, globalização + Crise democrática e financeira + Trabalho e proteção social + Apostilamento legal de parcerias Estado e ARs	+ Novos movimentos e atores políticos + Atores tradicionais, associações religiosas + Órgãos da sociedade civil representativos nacionais + Inovação de repertórios – pressão e interlocução com atores estatais	+ Grandes protestos e manifestações + Greves políticas + Ativismo digital + Ocupações + ARs mobilizam-se em variados repertórios para protestar contra a Troika, Cartas e documentos públicos + Reuniões e audiências + Redes de cooperação da sociedade civil + Relações interpessoais entre lideranças

	Conjuntura Político-Econômica	Eventos marcantes	Temáticas	Atores da sociedade civil	Estratégias de atuação
2020	Crise sanitária e econômica Arenas Entre cooperação, tensões e solidariedade	+ <i>Lockdowns</i> e medidas sanitárias + Fechamento de Fronteiras + <i>Decretos, Despachos e Portarias</i> com orientações e proibições + <i>Planos/programas de contingência</i>	+ Crise das organizações, encerramento de atividades de associações + Ênfase na solidariedade	+ Associações, colectividades, Organizações religiosas	+ Provisão de bens e serviços essenciais + Adaptação para atuação <i>on-line</i> e para novas demandas + <i>Lobbying</i> por apoios públicos e privados + Campanhas, apoios a vulneráveis, moradia, migração, ajuda humanitária + Repasses estatais emergenciais às IPSS + Relações interpessoais entre lideranças

4.2 Mudanças e continuidades na atuação das associações religiosas portuguesas

Com o intuito de analisar o período histórico vivenciado pelas associações religiosas nas últimas cinco décadas, ponderei ser proveitoso utilizar estratégia analítica que considerasse o contexto, incentivos e marcos existentes no período. Por entender que a atuação e os processos vivenciados pelas ARs são influenciados pela presença ou ausência de incentivos existentes, de diferentes âmbitos, elenco aqui quatro tipos que tenho apreendido como principais segundo pesquisa realizada: a) incentivos *políticos*, visto que importa se há maior ou menor porosidade do Estado/governos; b) incentivos *legais*, pois é importante identificar se existem marcos regulatórios, e como estes contribuem/entram a atuação; c) incentivos *financeiros*, porque é importante averiguar o quantitativo e a origem dos recursos; d) incentivos *informativos*, uma vez que é importante verificar se existem dados/diagnósticos sobre o contingente e a atuação das ARs, e, do mesmo modo, como estas são retratadas em meios de comunicação tradicionais e digitais.

Quadro 4.3 – Síntese Contexto e Incentivos identificados: associações religiosas em Portugal em cinco décadas

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa bibliográfica

1970	<i>Instabilidade de atores e instituições</i>
Contexto	Austeridade, 25 de abril e nova Constituição. Crise econômica e reorganização da sociedade civil. Papel das Misericórdias e movimentos católicos, clero dividido entre apoiadores e contrários ao regime – conflitos e articulações. Reorganização estatal, social e local.

	<p><i>Incentivos políticos:</i> o encerramento do regime autoritário significou maior liberdade para a atuação das ARs, embora os primeiros anos de transição democrática tenham sido marcados por medidas críticas ao protagonismo das ARs na provisão de serviços sociais, com debates sobre a necessidade de o Estado ser o provedor de respostas sociais.</p> <p><i>Incentivos legais:</i> a Constituição de 1976, que, por intermédio do artigo 46, garantiu a liberdade de associação dos indivíduos</p>
1980	<p><i>Crise, novos atores e arenas de articulação</i> Crise econômica, ingresso na UE, reconfigurações políticas, novos atores, greves. Destaque para a atuação de centros paroquiais e instituições internacionais religiosas. Criação das IPSS.</p>
Contexto	
Incentivos	<p><i>Incentivos políticos e financeiros:</i> a entrada de Portugal na União Europeia se configurou como um momento de maior incentivo político na atuação e no papel das associações religiosas no provimento de respostas sociais, ampliando também o quantitativo de repasses de recursos às ARs.</p>
1990	<p><i>Sociedade Civil Organizada – temáticas e conflitos</i> Abertura econômica e reformas estruturais. Mobilizações estudantis e referendo sobre aborto – disputas entre ARs, novas personagens e movimentos sociais – discussões sobre identidade e direitos. Fortalecimento do campo associativo. Principais temáticas ARs – educação, direitos.</p>
Contexto	
Incentivos	<p><i>Incentivos políticos:</i> maior estabilidade política possibilita o crescimento associativo e dos novos movimentos sociais, enquanto disputas políticas em torno de pautas como a legalização do aborto se acirram.</p> <p>O Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social é um marco de <i>incentivo político, legal e financeiro</i>, que possibilita o reconhecimento estatal do trabalho das ARs, de modo que oferece maior estabilidade para a atuação destas pelos acordos de repasses financeiros assinados.</p> <p><i>Incentivos informacionais:</i> papel relevante dos meios midiáticos para a formação de opinião pública e o engajamento em pautas e no papel das ARs. Destaca-se também a relevância da imprensa católica.</p>
2000	<p><i>Presença de incentivos à atuação das ARs</i> Crise monetária e política, investigações e corrupção. Presença de incentivos políticos, financeiros, legais e informacionais para associações religiosas, porosidade estatal, cooperação e parcerias. Presença de ARs em interfaces socioestatais como conselhos e fóruns de decisão e discussão. Fortalecimento e institucionalização de associações religiosas como Misericórdias, IPSS e outras – protagonismo na provisão de serviços sociais e organização em órgãos representativos escalonados.</p>
Contexto	
Incentivos	<p><i>Incentivos políticos e legais:</i> ampliação de acordos realizados entre ARs e governos de diferentes níveis. Marcos regulatórios como a Lei de Liberdade Religiosa e Nova Concordata.</p> <p><i>Incentivos informacionais:</i> aumento nos quantitativos de estudos universitários, de institutos de pesquisa (como o INE, 2011, 2013, 2016, 2019) e de relatórios produzidos por ARs e organizações da sociedade civil sobre configurações e papel do associativismo e sua relevância social. Papel das mídias convencionais e católicas no acirramento das disputas entre movimentos pró e contra a legalização do aborto.</p>
2010	<p><i>Crises e protestos – instabilidade para a sociedade civil, aliada à maior presença de Incentivos</i> ARs – Repertórios menos conflituos e <i>lobbying</i> com poderes estatais Crise econômica e agitação social. Ciclos de protestos, greves, descontentamento com medidas de austeridade. Novos movimentos e atores políticos, além de mobilização de repertórios públicos por ARs e sindicatos. Lei de Bases da Economia Social (2013), consolidação de parcerias estatais e de arenas de discussão e negociação entre ARs e governos.</p>
Contexto	
	<p><i>Década de ouro para as ARs portuguesas – Presença de todos os incentivos</i> <i>Incentivos financeiros</i> – em que pesem as restrições de recursos no contexto pós-crise econômica, com medidas de austeridade com a Troika, as ARs, mesmo sendo impactadas, conseguiram em grande parcela manter acordos de repasses estatais durante toda a década.</p>

<p>2010</p> <p><i>Incentivos</i></p>	<p><i>Incentivos políticos e legais</i> – no cenário de crise, o papel das ARs ficou evidenciado, o que possibilitou a porosidade política durante a qual importantes legislações e acordos foram assinados: Lei de Bases da Economia Social e a Lei n. 120/2015 – que regulamenta acordos de Cooperação Estado e setor social, criando a Comissão Permanente do Setor Social e Solidário. Essa década também é marcada por relações mais igualitárias (embora ainda em desnível) entre as ARs e as instituições governamentais, em que aquelas conseguiram vocalizar suas demandas. Isso se deve a: 1) maior atuação em órgãos de representação de famílias associativas (Confederações, Uniões), redes de cooperação e ocupação de espaços de discussão e negociação com atores governamentais, como Conselhos e Comissões; e ainda, 2) relações interpessoais diretas entre lideranças associativas, religiosas e políticas, baseadas em relações pessoais e de alinhamentos políticos, o que é facilitado pela reduzida dimensão territorial do país.</p> <p><i>Incentivos informacionais</i> – consolidação da relevância dos estudos universitários, de institutos de pesquisa e de relatórios produzidos por ARs e organizações da sociedade civil sobre configurações e papel do associativismo e sua relevância social, para o fortalecimento das associações e do campo associativo/da economia social. Impacto das mídias sociais na ampliação de repertórios de atuação e aumento nos quantitativos de engajamento em campanhas e voluntariado nas ARs. Em contrapartida, casos de escândalos de ilegalidades nas ARs enfatizados pelos meios de comunicação são apontados pelos dirigentes como de grande impacto negativo para as associações.</p>
<p>2020</p> <p><i>Contexto</i></p> <p><i>Incentivos</i></p>	<p><i>Papel e capacidade das ARs na prestação de serviços essenciais em evidência durante período pandêmico</i></p> <p>Crise sanitária global, com medidas de contenção. Organização das associações religiosas para provisão de bens e serviços essenciais, campanhas de apoio a vulneráveis, campanhas de direito à moradia e de proteção a migrantes, ajuda humanitária.</p> <p><i>Incentivos políticos, legais financeiros e informacionais</i> – aprovação de repasses emergenciais às ARs para atuação diante da crise pandêmica. Reconhecimento político e societal do protagonismo das ARs na resposta à situação de crise existente.</p> <p><i>Incentivos informacionais</i> – papel relevante dos veículos midiáticos no destaque da atuação das ARs, bem como no auxílio em campanhas e divulgação de projetos. Ainda, papel determinante das redes sociais para informação e engajamento em campanhas.</p>

O contexto do associativismo religioso em Portugal, desde a mudança de regime para a democracia, é marcado pelas disputas entre diferentes projetos políticos, intencionalidades, entre agentes e arenas, entre a caridade e a defesa de direitos, conforme sintetizado no presente capítulo. Ao mesmo tempo, há enorme complexidade no campo, de forma que as disputas ocorrem em muitos planos, até mesmo no interior das ARs. É marcado também por períodos de maior estabilidade da atuação associativa, seguido por outros de instabilidades decorrentes de políticas governamentais e de crises conjunturais.

As cinco décadas analisadas possibilitam compreender importantes ganhos de crescimento no número de ARs, institucionalização destas e de parcerias estatais⁸⁰, práticas de *advocacy*, e, ainda, adaptação de repertórios de atuação a depender de demandas sociais existentes no país – por exemplo, o investimento atual nas áreas de migração e moradia. Percebemos como o contexto vivenciado pelas ARs é perpassado por disputas e processos que coexistem, sendo fortemente influenciadas por

⁸⁰ Um apanhado mais detalhado das legislações na área de solidariedade social pode ser encontrado em <https://www.seg-social.pt/documents/10152/eb6a25d9-fff7-43f6-8fe5-908567833109> último acesso em 18/09/2021.

acontecimentos e correlações de forças internas do campo associativo e externas a ele. As ARs são profundamente impactadas pela volatilidade do reconhecimento político, social e comunitário quanto ao seu papel, transparência de sua atuação e relevância das respostas sociais prestadas.

Assim, podemos afirmar que, em Portugal, as associações religiosas católicas, com séculos de intervenção social e adotando diferentes nomenclaturas de famílias associativas ao longo do tempo até aos dias atuais (Misericórdias, IPSS, Fundações, Centro Sociais Paroquiais, associações com fins altruísticos, entre outros), não aparentam estar perdendo de forma drástica seu espaço e relevância nas arenas públicas diante da pluralização e do crescimento no quantitativo de associações da sociedade civil possibilitada pela liberdade de associação prevista na Constituição de 1976, embora cenários de competição, de dependência subsidiária e de preocupações com sustentabilidade sejam os principais desafios existentes. Foi possível apreender ainda que períodos de crises, de diferentes ordens, frequentemente se constituem como janelas de oportunidades cuja capacidade de respostas sociais recebe reiterada evidência na opinião pública. As lideranças entrevistadas reforçam a importância da proximidade com o terreno, ou de como essa dimensão territorial é essencial nesses períodos de crise:

O seu papel ganha mais relevância porque aí avoluma-se a vantagem da proximidade, a vantagem de estar inserido nas comunidades, de estar disseminado pelo território, portanto, de estar em todo o lugar, não há nenhuma freguesia do país onde não existam entidade de economia solidária/social. Enquanto que as entidades privadas durante o período da crise se retiraram em muitas regiões, no interior nas regiões mais deprimidas, [...] a grande maioria das entidades do setor de economia social se mantém e se fortalece dentro destes mesmos territórios destas cidades. Havendo crise quem está presente são estas entidades (Entrevista 11 CASES PT).

Constatou-se, assim, a existência de um contexto no qual as organizações da economia social formam as famílias associativas, estando as associações religiosas dispersas entre estas, que se organizam em instituições representativas, com lideranças reconhecidas, e que exercem e ocupam espaços de “poder” a quem os governos precisam consultar e considerar, dado serem um pilar do Estado social:

“Há um sistema de que, eu vou sempre dizendo e é a realidade, no fundo é este setor social, social solidário – eu gosto sempre de sublinhar o setor social solidário que é composto no fundo pelas IPSS – são um grande pilar do Estado social e quando eu digo um importante pilar do Estado social é porque de fato diria a proteção social mesmo, educação, desenvolvimento, cuidados de saúde. Sobretudo na proteção social, são estas IPSS que asseguram no fundo a proteção social, com ação direta em favor das pessoas (Entrevista 7 CNIS PT).

4.3 Legados da transição, vibração silenciosa e protagonismo católico nos serviços públicos

Momentos críticos caracterizam-se enquanto períodos ao mesmo tempo de possibilidades e de apreensão no que se refere a instabilidades e ao novo que virá (Capoccia, Kelemen (2007). Nesse sentido, não há dúvidas de que o momento crítico da mudança de regime para a democracia em Portugal significou o crescimento numérico, o adensamento territorial e a formalização (Taborda, 2020), aliado ao aumento e à continuidade do reconhecimento institucional das ARs portuguesas (Viegas, 2014). Ou seja, significou uma situação de maior estabilidade para a existência e a emancipação social dessas associações, em comparação com momentos críticos anteriores, como o da ditadura salazarista.

Em contrapartida, constatou-se que as ARs vivenciam, nos tempos atuais, duas faces de uma mesma moeda: o contexto histórico, político e social, presente nas cinco décadas, que impacta as ARs portuguesas quanto a marcos e incentivos, e, em contrapartida, a resiliência das associações que investem em adaptação de estratégias e práticas de atuação, bem como em reconfigurações institucionais, buscando manter sua relevância social.

Nessa análise, considerando a história recente das associações religiosas desde a transição democrática, compreendeu-se ser esta permeada por períodos de intensas crises, configurando um cenário complexo, onde combinam-se tensões entre o fortalecimento das ARs e presença de incentivos, ao mesmo tempo que estas perpassam condições de instabilidade, exigências de laicização e desincentivos. Somam-se, ainda, disputas e tensões entre as religiões e o Estado pela responsabilidade dos serviços sociais, mas também contextos de cooperação, parcerias e incentivos.

Dessa forma, os legados da transição para o regime democrático em Portugal apontam para um consenso entre ideias de igualdade e democracia participativa, com a participação de robustas e influentes organizações da sociedade civil e partidos políticos (Della Porta, 2016), além de que explicam a ausência de atores autoritários com maior influência nas arenas públicas (Raimundo, 2022)⁸¹. Conforme defendido por Tiago Fernandes (2015), em Portugal, a Revolução dos Cravos contribuiu para a qualidade da democracia ao promover a consolidação e institucionalização das OSCs representativas dos setores populares e de classe média. A Igreja foi, na transição, uma força de moderação e retificação, que contribuiu com o realinhamento democrático (Cruz, 1996)⁸².

As ARs tornaram-se, ao longo das últimas décadas, tanto prestadoras de serviços em um contexto de competição que gerou situações de dependência subsidiária, como atores que procuram ocupar

⁸¹ “Deste modo, o catolicismo manifesta, ainda que por vezes de forma paradoxal, a sua capacidade de contribuir para a definição de novos imaginários sociais, suscitando horizontes de expectativa e formas de realização humana, conformes aos valores da verdade, da liberdade, da justiça, do amor ou caridade e da paz; aspiração manifestada de várias formas e socialmente acalentada por novas situações, tais como o fim da guerra, o início da descolonização, as promessas de desenvolvimento e as novas formas de participação cívico-política” (Fontes, 2019, p. 195)

⁸² “[...] mais não fazendo do que seguir uma linha de orientação que definira antes ainda do colapso do autoritarismo. E esse realinhamento foi feito não apenas porque a sua liberdade foi tocada, mas sobretudo porque as liberdades fundamentais perigaram e havia que defendê-las. Ao defender-se a si, a Igreja defendeu o quadro democrático e a sua colocação inquestionável no meio dele. Ao defender as liberdades, a Igreja criou para si um espaço novo de afirmação, que a transcendeu, contribuindo para a consolidação da jovem democracia portuguesa” (Cruz, 1996, p. 536).

espaços e repertórios políticos para assegurar maior papel de intervenção social/política e de autonomia. Assim, a estratégia analítica de identificar o contexto vivenciado pelas associações religiosas em Portugal nos possibilitou apreender não somente a importância da maior presença de incentivos externos no fortalecimento das associações religiosas, mas também como elas criam estratégias e práticas para ampliarem seus âmbitos de atuação e seu reconhecimento social e sobrevivem em períodos de crises. Entre os exemplos identificados, destacam-se as tomadas de posição públicas (cartas, notas e relatórios), protestos, parcerias, reuniões, audiências, redes de colaboração, campanhas, relações interpessoais entre lideranças, ativismo digital e *lobbying*.

Ao analisar o contexto vivenciado pelas ARs nas cinco décadas, cheguei a dois marcos principais e recorrentes desse período democrático até o presente: a) *legislações e marcos regulatórios*; b) *crises*. Conforme apontado no Quadro 4.2, importantes legislações, como a prestação de serviços sociais da seguridade social e o estatuto legal das associações, foram aprovadas e alteradas em todas as décadas do período democrático, o que acabou por impactar tanto positiva quanto negativamente sua atuação. Além disso, outro marco recorrente são os períodos de crise, de diferentes ordens, mas principalmente de natureza econômica, figurando como período de importantes reconfigurações associativas e de maior destaque para a relevância social das ARs.

Compreende-se que as ARs portuguesas ocupam posição de privilégio perante outras famílias associativas, dada a sua vinculação com a Igreja Católica, os maiores incentivos legais, as legislações próprias e, portanto, menor instabilidade jurídica, o que implica maiores chances de angariarem repasses financeiros – como o caso das IPSS evidencia. Mesmo em um contexto de desincentivos, como os períodos de crise financeira, a grande maioria das ARs se adapta e sobrevive, como também são especialistas em formarem redes de cooperação – nacionais e/ou internacionais, com atores religiosos ou não⁸³.

Convém destacar um fator elementar e incontornável para a compreensão do contexto vivenciado pelas associações religiosas portuguesas, qual seja, o vínculo com a Igreja Católica. Sendo Portugal um país majoritariamente católico (atualmente e historicamente), em que o maior contingente de associações religiosas é vinculado a instituições da Igreja Católica, tem-se um quadro formado por uma ampla capilaridade social e política, o que reverbera em sua relevância na sociedade portuguesa e no papel definitivo para o fortalecimento de organizações da sociedade civil com vínculos católicos. A pesquisa realizada possibilitou perceber a importância das redes institucionais e da teia de relações pessoais, intermediadas e apoiadas por instituições e lideranças católicas. Desse modo, a ampla capilaridade social da Igreja Católica em Portugal é fator fundamental para o sucesso institucional de

⁸³ Tânia Santos (2018) discute espaços e modalidades de militância em “causas além-fronteiras” em Portugal, apresentando como “A localização do espaço de engajamento em ‘causas além-fronteiras’, a partir da sua interação com a setor da cooperação para o desenvolvimento e ajuda humanitária, e numa perspectiva histórica, tem resultado em análises que apresentam as ONGs dos chamados ‘países doadores’, *como a continuação da atividade de missionários e de organizações humanitárias cúmplices do colonialismo* (Manji, 2002), reproduzindo as desigualdades de poder no sistema internacional” (Santos, 2018, p. 39, itálico próprio).

associações vinculadas a essa denominação religiosa. Isso constitui, assim, um dos fatores explicativos – a par dos incentivos e das estratégias – do complexo contexto que explica o êxito das ARs em manterem-se enquanto atores fundamentais no seio da sociedade portuguesa.

Importa notar que é próprio do *modus operandi* da Igreja Católica portuguesa, durante as cinco décadas analisadas, uma preferência por posicionamentos menos conflitivos, promovendo repertórios públicos de negociação e não de confronto, em contraposição ao cenário visto em outros países europeus (Resende & Hennig, 2015). Isso corrobora com o diagnóstico de atuação em forma de uma vibração silenciosa, conforme analisado por Manuel e Glatzer (2019a, 2019b). Os autores salientam que essa escolha por uma atuação mais baseada em negociações e menor investimento em temáticas socialmente controversas busca a manutenção de sua posição privilegiada, por meio do investimento em uma área de maior reconhecimento diante da opinião pública: serviços sociais e provisão de bem-estar social, ações emergenciais, *lobbying* por políticas sociais no combate às desigualdades, e em áreas de apelo social como, atualmente, questões de refúgio e migração (Manuel & Glatzer, 2019a, p. 03).

Portanto, a persistência da relevância do associativismo religioso católico na provisão de serviços sociais em Portugal também se explica pela tese de Manuel e Glatzer (2019a; 2019b): o menor grau de pluralização religiosa, e, portanto, de competição, aliado a posicionamentos menos conflitivos, além de comprometimentos no sentido de uma atuação mais secular, oportunizaram a associações como Misericórdias, IPSS, associações da sociedade civil – Cáritas, Centros Paroquiais –, entre outras, manter sua relevância social e seu vínculo católico.

Essa herança católica de um *modus operandi* menos contencioso nas arenas públicas pode também estar atrelada à amplamente debatida (e controversa) concepção de ser a sociedade civil portuguesa adepta de “brandos costumes”. De fato, ao analisarmos os repertórios mobilizados pelas associações religiosas nas últimas cinco décadas, observamos a preferência por estratégias e práticas de atuação menos conflitivas, seja com Estados, governos, ou outras associações e movimentos sociais. Isso, em contrapartida, pode ser explicado menos como uma fragilidade, e mais como uma estratégia de atuação institucional das ARs. Cabe assim ressaltar serem as associações religiosas portuguesas muito ativas em muitas frentes, bem como muito efetivas nos propósitos de executoras de políticas sociais e de *advocacy* em diversas áreas.

Por fim, cabe a reflexão, tal como realizada por Manuel e Glatzer (2019b): de que forma a Igreja Católica portuguesa, em um regime democrático recentemente consolidado e marcado pelo relacionamento com o regime fascista, em meio a períodos de crise econômica, que já perdeu batalhas por pautas de relevante interesse público como divórcio, casamento *gay* e aborto, e que tem perdido mais e mais adeptos, teria algo a contribuir com o aprofundamento da democracia? Os autores argumentam que, apesar disso, dada a frágil trajetória de desenvolvimento da sociedade civil portuguesa, as obras sociais da Igreja Católica “tem sido tradicionalmente vistas como a personificação da sociedade civil portuguesa” (Manuel & Glatzer, 2019b, p. 103). Ou seja, pela vibração silenciosa, as associações religiosas católicas têm contribuído para o fortalecimento da vida associativa portuguesa, o que é

essencial à democracia e suas instituições. Além do mais, tem atuado em repertórios como aprovação e execução de políticas públicas, denúncias a violações de direitos humanos e na mitigação dos impactos da pobreza e de injustiças sociais nas populações vulneráveis. Acrescenta-se, ainda, que as associações católicas são um dos principais atores que contribuem no fortalecimento de vínculos e valores comunitários, em uma cultura de solidariedade.

Considerações Finais Parte II

Nesta segunda parte da presente tese, procurei avançar no sentido de compreender como os contextos histórico, político, econômico e social influenciaram as associações religiosas brasileiras e portuguesas desde o período da mudança de regime para a democracia, quanto a repertórios e estratégias de atuação adotadas. Seguindo a metodologia proposta por Capoccia e Kelemen (2007), identifiquei ter sido a transição democrática o momento crítico mais basilar para as associações religiosas na história recente de ambos os países. Em seguida, procurei elencar, de forma mais geral, por intermédio de revisão bibliográfica, as principais conjunturas políticas e econômicas, os marcos/eventos históricos, as temáticas, os atores da sociedade civil, arenas e relações com o poder estatal, e, ainda, estratégias e práticas que marcaram e influenciaram a atuação das ARs, conforme apresentado nos Quadros 3.1 e 4.2. Na segunda parte dos capítulos, procurei sintetizar e aprofundar a análise, ao discutir contextos históricos e os principais marcos, bem como ao mobilizar quais incentivos políticos, legais, financeiros e informacionais estiveram presentes nas cinco décadas.

Na última parte dos capítulos III e IV, discuti legados da transição e o ativismo católico. Ambos os casos aqui analisados têm em comum o fato de serem países com longos períodos autoritários/ditatoriais. A ditadura brasileira (1964-1985) foi uma das mais longas da América Latina. Já a ditadura do Estado Novo, em Portugal, vigorou por 41 anos (1933 e 1974). A forma como a transição democrática foi realizada, porém, em muito difere entre esses países. Em Portugal, o processo de transição ocorreu mediante processo revolucionário, em que os custos econômicos, políticos e humanos do regime salazarista foram publicamente escrutinados, de forma que, ao se lidar com o passado autoritário, o legado da transição democrática parece ter efeitos mais positivos, contínuos e profícuos para as instituições democráticas. Em contrapartida, no Brasil, o processo de transição ocorreu enquanto projeto de militares e elites dominantes, de forma que se estabeleceu um pacto de esquecimento dos crimes da ditadura, o que resultou em legados autoritários mal resolvidos que têm impactado as instituições democráticas brasileiras severamente, principalmente na última década.

Se diferentes formas de transição têm diferentes efeitos quanto à continuidade ou descontinuidade de atores mobilizados (Della Porta, 2016), compreende-se que isso pode ser apreendido nos casos aqui analisados: em Portugal, as ARs católicas apresentam menor instabilidade, política e jurídica, se comparadas com as brasileiras, que vivenciam desafios mais severos. Ou seja, em Portugal, as associações religiosas católicas têm um protagonismo e relevância institucional e pública que, embora

decrecente, ainda se impõe. Já no Brasil, a crise do catolicismo, a pluralização religiosa e associativa, assim como as disputas nas arenas públicas configuram cenários mais inóspitos. Em compensação, isso reafirma a agência das ARs católicas brasileiras, como veremos nos últimos capítulos desta tese: elas têm procurado se adaptar, tanto internamente quanto por meio de estratégias mobilizadas, para manter seu protagonismo e capacidade de atuação nas arenas públicas brasileiras.

Dessa forma, foi possível apreender que associações e movimentos religiosos católicos, tanto no Brasil como em Portugal, estão entre os atores com maior capacidade de atuação nas arenas públicas, com legados duradouros (Pleyers, 2020), desencadeando processos políticos e sociais múltiplos. As diferentes formas de ativismo católico e a promoção de uma cultura de participação com *ethos* católico evidencia-se em ambos os países, com similaridades e diferenças, seja pelo vínculo com a Igreja Católica, pelos impactos de movimentos católicos progressistas, pelo grau e tipo de pluralização religiosa, pelo aumento do protagonismo de grupos católicos conservadores, com disputas de pautas morais, seja pela consolidada rede de serviços públicos, resiliente às profundas mudanças vivenciadas desde os períodos de transição democrática.

Parte III

Resultados – As Cáritas e o associativismo religioso católico no Brasil e em Portugal: Contextos de interação associativa

Os casos estudados – Cáritas Portuguesa e Brasileira: históricos, contextos e repertórios de atuação

A Cáritas luta por um mundo em que as vozes dos pobres sejam ouvidas e atendidas, em que cada pessoa seja livre para florescer e viver em paz e dignidade e em que o nosso ambiente natural dado por Deus seja gerido de forma responsável e sustentável no interesse de toda a família humana (Cáritas Internationalis, 2021)⁸⁴.

Quero agradecer por sua compaixão com os mais vulneráveis do mundo, seu compromisso com a paz e a justiça e suas contribuições para combater a pobreza e a desigualdade. Seu trabalho é mais crítico do que nunca (Conferência Regional da Cáritas Europa 11 de maio de 2022 Mensagem de António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, dirigida à família Cáritas, tradução própria).

Apresentação – a rede Cáritas Internationalis

Inicialmente, cabe apresentarmos as Cáritas enquanto modelo organizacional e uma das mais bem consolidadas redes institucionais internacionais, tanto entre as articulações da cooperação internacional da sociedade civil como entre redes religiosas.

As Cáritas são organizações da Igreja Católica que, desde sua fundação, em 1897, em Friburgo, Alemanha, se tornaram em pouco mais de um século uma imensa rede coordenada pela Cáritas Internationalis (com sede em Roma), formada por mais de 170 organizações-membro nos cinco continentes e presentes em mais de 200 países/territórios. Se organizam de forma escalonada, do nível local (paróquias e igrejas), ao diocesano, estadual, regional, nacional e internacional. Mundialmente, a Rede Cáritas Internationalis reporta-se à Santa Sé, e, nacionalmente, às Conferências Episcopais, ou aos bispos nas dioceses. É, portanto, um órgão oficial da Igreja Católica, sendo referida como o coração da Igreja pelo Papa Francisco (Cáritas Internationalis, 2021). É o órgão central da ação da Igreja Católica no mundo, e não apenas um dos “braços”. Objetiva responder a desastres, promover o desenvolvimento humano integral e reivindicar soluções para as causas da pobreza e de conflitos (Cáritas Internationalis, 2021).

A Cáritas é a Igreja (*Caritas is Church*), cuja função é “institucionalizar o amor na Igreja”, e a função divina de ser “a atenção da Igreja ao seu povo, a atenção da Mãe Igreja aos seus filhos, a sua ternura e proximidade” (Cáritas Internationalis, 2021). Apesar das disputas internas das correntes

⁸⁴ <https://www.caritas.org/who-we-are/vision/> último acesso em 05/12/2023.

eclesiásticas, e do grande conjunto de associações católicas com práticas de ação social, coordenadas por um grande número de congregações, a Cáritas ocupa esse espaço central, no coração da Igreja.

O presente capítulo objetiva descrever, detalhadamente, os casos estudados nesta tese, quais sejam, a Cáritas Portuguesa e a Cáritas Brasileira, quanto a históricos, atuação nas últimas duas décadas, organização atual e repertórios de atuação. Esse descritivo possibilita perceber como, em ambos os casos, as Cáritas adaptaram repertórios visando fortalecimento institucional e adaptação em sua capacidade de atuação ao longo das décadas.

Cabe registrar que, apesar da procura por realizar uma minuciosa análise documental com o objetivo de mapear as ações das Cáritas Brasileira e Portuguesa, muitos projetos e atividades não foram aqui citados dada a enorme e complexa dimensão institucional. Por configurarem a Rede Cáritas, há certa complexidade entre as relações e competências das Cáritas Nacionais e suas entidades-membro, principalmente quanto a projetos e atividades realizados. O conjunto de projetos, atividades e estratégias de atuação aqui descritos e analisados são aqueles citados em relatórios, entrevistas e documentos coletados nas fontes oficiais das Cáritas nos âmbitos nacionais. O número mais amplo de iniciativas da rede Cáritas, no Brasil e em Portugal, é de uma extensão massiva e que foge aos objetivos e competências desta tese.

5.1 Cáritas Portuguesa

A Cáritas Portuguesa é a instituição que representa a Ação Social da Igreja Católica em Portugal (Mah et al., 2021), cuja missão é “o Desenvolvimento Humano Integral e a defesa do Bem-Comum intervindo em ordem à transformação da sociedade. Através da animação da Pastoral Social, fomenta a partilha de bens e a assistência em situações de calamidade e emergência” (Cáritas Portuguesa, 2021b). Os valores da instituição dividem-se em: A Centralidade e Dignidade da Pessoa Humana, A Misericórdia, Igualdade de Oportunidade, A Opção pelos Pobres, O Cuidado da Criação, O Destino Universal dos Bens da Terra, A Solidariedade, A Subsidiariedade, a Cooperação e Comunhão Fraternal. Atualmente, a atuação da Cáritas Portuguesa corresponde às seguintes áreas: Pastoral, Defesa e Investigação, Projetos e Emergências.

5.1.1 Histórico da Cáritas Portuguesa

A Cáritas Portuguesa (CP) foi criada em 1945, com a denominação de “União de Caridade Portuguesa – Cáritas”, após disputas internas entre membros da organização Cruz Vermelha, que levaram parte dos membros a fundarem uma nova instituição. A principal fundadora foi Fernanda Ivens Ferraz Jardim, que era secretária da Cruz Vermelha e estava insatisfeita com a associação por não atender ao pedido do Papa Pio XII de acolher crianças afetadas pela Segunda Guerra Mundial. Cria, então, a União de Caridade Portuguesa, com o objetivo de ajudar crianças desfavorecidas, conforme consta no primeiro Estatuto de 1946 (Castro, 2017). O Estatuto também estabelece que a direção deveria ser composta por

cinco mulheres, o que pode ser interpretado como indício da intenção de restringir interferências na organização por parte dos homens do clero português.

Fernanda Jardim, também conhecida como Condessa de Valenças, mantinha correspondência com o secretário de Estado do Vaticano, que futuramente seria o Papa Paulo VI, e, ainda, com o ditador nacionalista António de Oliveira Salazar, a quem a fundadora da Cáritas declarava apoio e admiração. O primeiro grande programa da Cáritas foi o de acolhimento e “organização de viagens para milhares de crianças virem passar 3 a 8 meses a Portugal após a II Guerra” (Castro, 2017). Essa ação ficou conhecida como “Crianças Cáritas”, e trouxe entre 1947 e 1958 mais de 5.500 crianças austríacas para serem acolhidas por famílias portuguesas (Pinho, 2019; 2020). Dada a situação de miséria e destruição em que a Áustria se encontrava no pós-guerra, a saúde e a vida das crianças estavam ameaçados, de forma que se avaliou ser benéfico o acolhimento provisório delas em Portugal. Apesar de polêmica, essa ação teve alta popularidade, sendo apoiada pelo regime ditatorial e, pessoalmente, por Salazar, que recebeu crianças em sua casa⁸⁵. O ditador português assinou, em 1948, um Despacho⁸⁶ em que determinava: “Há que activar a obra da Cáritas nos termos em que vem sendo desenvolvida e tentar canalizar para ela os fundos obtidos pelo Episcopado e pela Cruz Vermelha [...] Deve dar-se o máximo relevo à obra da Cáritas pela demonstração de que merece todo o carinho oficial” (Castro, 2017). Desde então, 75% dos recursos da Cáritas passaram a ter origem estatal. Esse favorecimento político e financeiro a uma organização recém-criada por uma mulher causou indignação por parte de lideranças católicas, principalmente de instituições antigas e consolidadas como a Acção Católica Portuguesa.

Apesar de não ter, de início, um vínculo formal com a Igreja Católica, a União de Caridade Portuguesa era “uma associação laica com base nas redes do catolicismo disseminadas pelo território” (Gago, 2022, p. 129). Ao longo dos anos, Fernanda Jardim desenvolveu sérios desentendimentos com lideranças do Clero e do governo ditatorial de Salazar. Em 1956, por recomendação do Vaticano, o cardeal-patriarca de Lisboa Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, conhecido por Cardeal Cerejeira, aprovou novos estatutos para a associação. A União tornou-se, então, Cáritas Portuguesa, passou a ter aprovação canônica e a ser subordinada à Igreja, de forma que a presidente da Cáritas precisava prestar contas aos bispos, em sua maioria críticos à instituição. Oficialmente, considera-se 1956 como o ano de fundação da Cáritas Portuguesa, por ser o ano de formalização da associação com essa nomenclatura e da vinculação como organismo à Conferência dos Bispos de Portugal. Nos anos de 1960, após sérios

⁸⁵ No período, havia muitas vozes críticas à vinda das crianças austríacas a Portugal. Apontavam, por exemplo, o fato de que as crianças portuguesas também se encontravam em situação pauperizada. A grande relevância pública que o programa das Crianças Cáritas obteve também causou conflitos internos no clero católico, por tomar maior visibilidade do que o trabalho de outras obras sociais católicas, como a Acção Católica (Pinho, 2020). Ver Pinho, 2020, para mais informações. Ainda, referente ao projeto Crianças Cáritas, foi realizado um documentário lançado em 2022, intitulado “Viagem ao Sol”, disponível em <https://caritas.pt/2022/noticias-noticias/viagem-ao-sol/>. Último acesso em março de 2023.

⁸⁶ Despacho de António de Oliveira Salazar sobre o financiamento da Caritas, 1948-04-08, Lisboa. Disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. ANTT – Arquivo Salazar, PC-3J, 2.ª subdivisão, documento n. 183-187.

enfrentamentos, intrigas e boatos, Fernanda foi demitida de seu cargo na Cáritas sem finalizar seu mandato que iria até 1968⁸⁷.

O segundo grande programa da Cáritas Portuguesa foi o de ajuda alimentar, desenvolvido entre 1956 e 1969 com o apoio das organizações estadunidenses Catholic Welfare Conference (NCWC) e Catholic Relief Services (CRS), com recursos provenientes dos Estados Unidos da América, destinados por recursos estatais, por intermédio da *Public Law 480* (Gago, 2022, p. 131). A Cáritas se encarregou de distribuir alimentos excedentes dos Estados Unidos, e, em 1958, distribuiu uma dose diária alimentar a 290 mil crianças portuguesas (Castro, 2017). Uma segunda fase desse programa de distribuição de alimentos ocorreu entre 1970 e 1990, então financiada pela própria Cáritas Portuguesa.

O trabalho da Cáritas, que de início ocorreu principalmente em Lisboa, estendeu-se aos poucos por todo o país. Nos anos 1970, “inicia-se o processo de autonomia jurídica civil e canónica das Cáritas diocesanas e a criação do serviço nacional – Cáritas Portuguesa” (Cáritas Portuguesa, 2022b), culminando nos Estatutos de 1976. Segundo estes, a Cáritas Portuguesa é uma “instituição oficial da Conferência Episcopal Portuguesa vocacionada para a promoção e dinamização da acção social da Igreja”, ação que contempla “não só a assistência social, mas também a promoção, o desenvolvimento e a própria transformação social” (Cáritas Portuguesa, 2022b).

O terceiro grande programa da Cáritas Portuguesa foi o de criação de postos de trabalho, desenvolvido entre 1975 e os anos de 1990, que apoiou monetariamente e por meio de consultorias 1.349 projetos de criação de pequenos negócios/empresas e de postos de trabalho (Cáritas Portuguesa, 2021a; 2021b). Este “foi financiado pelo Catholic Relief Services-United States Catholic Conference (UCRS-USCC), pela Misereor (Alemanha), pela CEBEMO (Holanda) e pelas Cáritas Austríaca, Suíça e Portuguesa” (Gago, 2022, p. 131). O objetivo era a integração de soldados que retornaram das guerras coloniais nas antigas colônias portuguesas na África. Segundo Almeida (2015), além disso, o projeto apoiou a “criação e funcionamento de equipamentos sociais, formação de agentes e preparação para a atuação estrutural nos domínios do desenvolvimento local e intervenção junto de centros de decisão política” (Almeida, 2015, p. 19). Em 1979, o projeto foi ampliado para toda a população portuguesa, até o início da década de 1990 (Gago, 2022).

⁸⁷ Informações sobre a vida e o legado do trabalho de Fernanda Jardim na Cáritas são escassas. Uma exceção é a obra *“As Crianças Caritas, entre a Áustria e Portugal (1947-1958)”* (2019), em que Ana Pinho apresenta cartas e documentos pessoais e institucionais escritos por Fernanda Jardim. Sua administração foi acusada de deixar enormes dívidas, entretanto, considerando o contexto de disputas que travou com elites religiosas e políticas, permanecem dúvidas sobre o real legado do trabalho da fundadora da Cáritas.

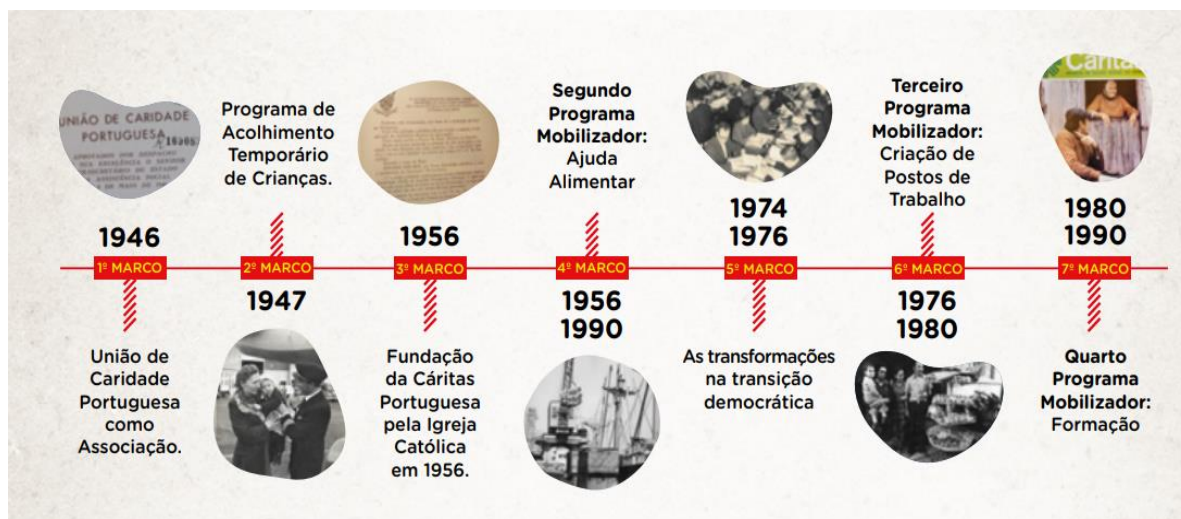


Figura 5.1 – Linha do tempo “Marcos históricos entre as décadas de 1950 a 1990”

Fonte: Cáritas Portuguesa, (2021b, p. 13).

Em 1999, dá-se início a uma nova Direção, sob a presidência de Eugénio da Fonseca (1999 a 2020)⁸⁸. Nesse período, o programa e a atuação apresentava seis eixos principais: Eixo 1 – Retomar a reflexão sobre a identidade e missão da Cáritas em Portugal; Eixo 2 – Apoiar as Cáritas Diocesanas na Animação da Pastoral Social; Eixo 3 – Programas de acção ‘sócio-local’ e de desenvolvimento; Eixo 4 – Consolidar as estruturas da Cáritas Portuguesa; Eixo 5 – Fortalecer a Cooperação Internacional; Eixo 6 – Outras actividades; Eixo 7 – Participação em diversos eventos; Eixo 8 – Património e situação financeira (Cáritas Portuguesa, 2004).

Nos anos 2000, a Cáritas Portuguesa passou por uma redefinição estatutária, o que inaugurou um novo período na instituição quanto à sua atuação. No novo estatuto, consolidou-se a autonomia das Cáritas Diocesanas ante a Cáritas Portuguesa e foi feita a “promoção da clarificação e actualização dos objectivos da Cáritas no contexto da igreja e da sociedade portuguesa” (Cáritas Portuguesa, 2001, p. 06). O estatuto apresenta quatro evoluções significativas: “Descentralização das diocesanas mediante a criação das respectivas Cáritas com personalidade própria; Criação de grupos de acção social nas paróquias; Transformação da Cáritas Portuguesa numa União de Cáritas Diocesanas; Integração mais explícita na Pastoral Social da Igreja⁸⁹” (Cáritas Portuguesa, 2001, p. 7).

⁸⁸ Eugénio José da Cruz Fonseca é licenciado em Ciências Religiosas, foi Presidente da Direção da Cáritas Portuguesa por 20 anos, Presidente-adjunto da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), membro do Conselho Económico e Social, além de ter integrado muitos organismos da Igreja Católica e da sociedade civil portuguesa, desde conselhos, comissões, fóruns e associações. Atualmente é presidente da Confederação Portuguesa do Voluntariado (Disponível em: <https://www.wook.pt/autor/eugenio-jose-da-cruz-fonseca/2101732> último acesso em 11/04 de 2023). É uma importante figura pública, especialista na questão da Pobreza e Desigualdades em Portugal, autor de livros sobre a temática e colunista nos jornais *Público*, *Sete Margens*, entre outros. No ano de 2007, foi agraciado com a Ordem de Mérito de Grande Oficial, pelo presidente da República.

⁸⁹ A Pastoral Social é um organismo da Confederação Episcopal Portuguesa (CEP), entidade representativa da Igreja Católica Apostólica Romana em Portugal. Trata-se de organismo denominado Comissão Episcopal da Pastoral Social e Mobilidade Humana, comumente designada como “Pastoral Social”, cuja função executiva é

Com o novo milénio, a alteração estatutária colocaria a Doutrina Social da Igreja, imperativos de solidariedade e a legislação civil e canónica como orientações da Cáritas Portuguesa. Como união das Cáritas Diocesanas, a Cáritas Portuguesa atribui prioridade às situações mais graves de pobreza ou exclusão social. Os objetivos inscritos nos estatutos de 2000 consistem na assistência, em situações de dependência ou emergência, na promoção social, no desenvolvimento solidário e na transformação social em profundidade, no domínio das relações sociais, dos valores e do ambiente. Para fazer face a situações de pobreza estrutural e de emergência, as prioridades assentariam a conjugação entre na formação profissional e cívica e a consolidação da Rede Cáritas (Cáritas Portuguesa, 2022a⁹⁰).

Esse processo de descentralização da Cáritas Portuguesa acarretou e ela desafios institucionais que são sentidos até os dias atuais, pois, mesmo com a autonomia de atuação das Cáritas Diocesanas, isso não significa o mesmo que a independência da Cáritas Portuguesa. Trata-se, assim, de uma relação delicada no nível institucional e pessoal entre os atores envolvidos. Dessa forma, “a maior dificuldade que a Cáritas Portuguesa tem é congregar as Cáritas Diocesanas”, isso “porque cada [uma] tem as suas razões, suas prioridades e é muito difícil conjugar todas em um movimento de prioridades comuns” (Entrevista 3 CP).

As áreas de atuação da Cáritas Portuguesa vão sendo ampliadas ao longo de sua trajetória, por meio de um conjunto de projetos e atividades, formações, eventos e cooperação internacional que são realizados pelas Cáritas Diocesanas conforme as prioridades locais. Ao realizar a análise dos relatórios de atividades (Cáritas Portuguesa, 2004, 2006, 2007, 2009, 2010), foi possível perceber como gradativamente, nos anos 2000, o conjunto de atividades e de áreas de atuação se expande.

A organização, participação e intervenção em eventos dos mais variados – reuniões, congressos, conferências, seminários, jornadas temáticas, encontros, regionais, nacionais e internacionais – é central no âmbito da CP. São organizadas, ainda, Semanas Nacionais da Cáritas e da Pastoral Social (desde 1983) e o Dia Nacional da Cáritas (todo terceiro domingo da quaresma). Esses eventos, tanto os religiosos como aqueles que envolvem a sociedade civil e o poder público, são essenciais para a articulação e organização do trabalho institucional, com o fortalecimento das redes e a manutenção do papel público desempenhado pela Cáritas Portuguesa.

responsabilidade do Secretariado Nacional da Pastoral Social. Em nível diocesano e paroquial, formam-se as respectivas pastorais sociais, com atuação orientada por essa Comissão Episcopal de nível nacional. Entre os serviços nacionais criados pela CEP e acompanhados por essa Comissão Episcopal estão: Comissão Nacional Justiça e Paz, Coordenação Nacional da Pastoral Penitenciária, Comissão Nacional da Pastoral da Saúde, Coordenação Nacional das Capelarias Hospitalares, Cáritas Portuguesa e Serviço Pastoral a Pessoas com Deficiência (Informações coletadas em: <https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/secretariado-nacional-da-pastoral-social/> último acesso em 20 de abril de 2023). Nos anos 2000, a Cáritas Portuguesa foi oficialmente incorporada à estrutura da Pastoral Social, com o objetivo de integrar as ações sociais da Igreja em Portugal e facilitar a coordenação estratégica nacional.

⁹⁰ Disponível em Arquivo Histórico da Cáritas Portuguesa: História Bibliográfica: <https://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/arquivos/index.php/caritas-portuguesa-2>. último acesso em 20 de abril de 2023.

Outra área que a Cáritas Portuguesa investiu nos anos 2000 foi a de formação de trabalhadores/as, voluntários/as e grupos assistidos, dando continuidade ao trabalho de formação iniciado nos anos 1980/1990. Nesse sentido, foram identificados nos relatórios alguns projetos com essa finalidade. O projeto “Envolver +”, desenvolvido entre 2003 e 2004, visava prover cursos de formação de agentes locais de apoio familiar e domiciliar, de “Técnicas de intervenção no abuso de substâncias psicotrópicas”, de “Cidadania e Co-responsabilidade”⁹¹ (Cáritas Portuguesa, 2004). Outro projeto foi o “Convergências – Comunicar para Valorizar”, que ocorreu entre 2002 e 2004, mantinha 14 parceiros nacionais e objetivava, com o trabalho das Cáritas Diocesanas e Paróquias, de associações e grupos de intervenção social, qualificar e formar os agentes para intervenção e inclusão social, estimular o trabalho em rede, as parcerias e avaliar a efetividade das práticas de atuação. Em Portugal, esse mesmo projeto faz parte de outro mais vasto, denominado Programa de Iniciativa Comunitária e de Parceria – “EQUAL”, em parceria com Espanha, Holanda e França, cuja finalidade é de qualificar as organizações e os profissionais da Economia Social (Cáritas Portuguesa, 2004 p. 09).

Na primeira década dos anos 2000, a Cáritas Portuguesa passou a investir em projetos de inclusão tecnológica, por exemplo, o “FORM@R em Rede”, que ofereceu cursos *on-line* de atendimento social, formação parental (para técnicos), Tecnologias de Informação e Comunicação, secretariado e arquivo. Em 2008, o projeto “E-Qu@lificação – Capacitar para Inovar” visava promover estratégias de aprendizagem a distância (*e-learning*) por meio da capacitação de agentes de ação social, tanto dirigentes como técnicos (Cáritas Portuguesa, 2009). A listagem de cursos oferecidos no plano de formação é extensa e diversa⁹². Outro projeto na modalidade de aprendizagem a distância e presencial é o “Equ@lificação – Capacitar para Inovar” (2005), descrito como “um processo de *empowerment* dos agentes da Acção Social, dirigentes e técnicos” (Cáritas Portuguesa, 2006), uma parceria entre Animar, Cáritas Portuguesa, Aksen, Proact, Ideia Alentejo, Cáritas de Portalegre e Castelo Branco. Ainda, a Cáritas investiu nesse período no Desenvolvimento de uma Plataforma Digital Colaborativa e Qualificadora (Cáritas Portuguesa, 2006).

⁹¹ No âmbito do projeto Envolver +, foi criado o Projeto Âncora, desenvolvido “em cinco regiões (Alentejo, Algarve, Braga, Guarda, Vila Real), marcadas pela interioridade e com problemas de falta de emprego, de empobrecimento, de dificuldade de acesso a bens e serviços fundamentais e de comportamentos marginais. Visava à promoção social e profissional de públicos desfavorecidos, por intermédio da formação e qualificação das entidades executoras para atuação junto de pequenos grupos como base para intervenção contínua e efetiva no plano social. A Cáritas Portuguesa coordenou o projeto, entre 2003 e 2005, com seis organizações: Fundação Frei Eurico de Mello (Évora), Cáritas Diocesana da Guarda, Centro Paroquial de Limões (1.^a Fase), Província Portuguesa da Ordem Franciscana (Comunidade de Montariol – Braga), Associação Tertio Millennio (Braga), Cáritas Diocesana do Algarve (2.^a Fase)” Fonte: Projeto Envolver +, Arquivo Histórico da Cáritas Portuguesa (2022a), Disponível em: <https://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/arquivos/index.php/projeto-envolver> último acesso em 03/03/2023.

⁹² Introdução à Doutrina Social da Igreja; Profetas: linhas gerais; Jesus Cristo: Identidade e Missão; Traços essenciais da História da Igreja na perspectiva da sua Doutrina Social; O cuidado da Igreja pelo mundo; Princípios de uma Espiritualidade Cristã, Acompanhamento de Crianças – Técnicas de Animação, Planificação de Actividades Pedagógicas e Gestão de Tempo; Saúde da Pessoa Idosa – Prevenção de Problemas; Deontologia e Ética Profissional; Cuidados Primários Saúde e Segurança da Criança; Saúde Mental na Terceira Idade (Cáritas Portuguesa, 2009).

Outro projeto de relevância, executado nos anos 2000, foi o “IGUALITAS”, plano para igualdade da rede Cáritas (2008 a 2010), que visou à intervenção transversal e multisetorial para trabalhadores/as, voluntários/as e público-alvo. Os objetivos do projeto eram a promoção de “conhecimento aprofundado da Igualdade de Género na rede Cáritas; Fomentar a mudança organizacional, promovendo a adaptação da Entidade às exigências da sociedade actual, mobilizando e envolvendo os/as actores-chave para a efectivação da Igualdade de Género;” e ainda “Promover, disseminar e transferir valores e práticas de carácter multidimensional subjacentes à promoção da Igualdade de Género em contexto de intervenção de proximidade;” (Cáritas Portuguesa, 2009, p. 22-23). Além disso, o projeto previu a criação e disponibilização de instrumentos facilitadores de procedimentos técnico-administrativos de promoção de Igualdade de Género, bem como um diagnóstico da Igualdade de género no âmbito institucional das Cáritas em Portugal.

5.1.2 Cáritas Portuguesa nos anos 2000: estratégias de atuação

A estrutura atual da Cáritas Portuguesa é composta por vinte Cáritas Diocesanas – organizadas no nível das paróquias em todo território nacional e ilhas, sendo também composta por “inúmeros grupos locais que atuam em proximidade, nas paróquias e em outras comunidades” (Cáritas Portuguesa, 2021b), de forma que o trabalho em rede é basilar para essa organização. Entre colaboradores/as e voluntários/as, somam-se 1.676 pessoas. O total de beneficiários diretos, por sua vez, soma 38.592 pessoas (Cáritas Europa, 2022). Os serviços sociais oferecidos variam segundo demandas regionais específicas. As principais áreas de atuação seriam: crianças e jovens em vulnerabilidade, dependentes químicos, moradores de rua, projetos de desenvolvimento local/comunitário, e psicossociais, além de atividades de *advocacy* dos âmbitos local a internacional (Cáritas Europa, 2022).

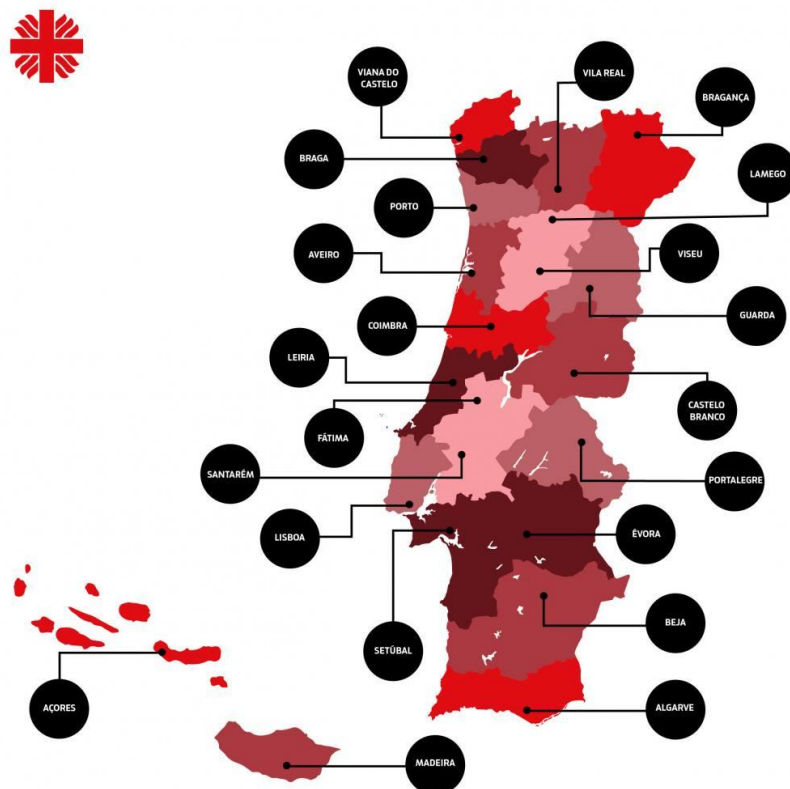


Figura 5.2 – Mapa distribuição geográfica Cáritas Diocesanas em Portugal. A Figura 7.1 apresenta a distribuição territorial das Cáritas Diocesanas, entre Portugal continental e ilhas. Fonte: <https://www.facebook.com/caritasportuguesa/photos/a.325191434924/10159668832189925/?type=3>

Toda a atuação da associação é baseada no modelo internacional estabelecido pela Cáritas Europa e seu Sistema de Proteção Social, sendo um guia para uma atuação mais estratégica na identificação dos problemas sociais nacionais. Nessas diretrizes, orienta-se que, inicialmente, deve-se fazer um diagnóstico do país baseando-se em estatísticas nacionais e considerando características próprias do Estado social português. Depois, avalia-se as possibilidades de resposta aos problemas identificados, para, por fim, refletir sobre os impactos nas diferentes facetas da proteção social (Knöpfel, 2016).

Uma das áreas em que a Cáritas Portuguesa tem investido, bem como colaborado, é a de levantamento de dados estatísticos, com a elaboração de relatórios e diagnósticos socioeconômicos e institucionais. No âmbito organizacional, documentos de trabalho são elaborados para servirem de guias e normativas para a atuação da instituição, como: os Planos Estratégicos das Cáritas em Portugal – “um conjunto de princípios orientadores da ação da Cáritas, na Igreja e na sociedade portuguesas” (Cáritas Portuguesa, 2006, p. 08); os Planos de Atividades (Anuais), aprovados pelo Conselho Geral, formado por lideranças da Igreja e diretorias das Cáritas Diocesanas, e sancionado pela Conferência Episcopal Portuguesa. Visando ao fortalecimento institucional e à atuação estratégica, a Cáritas Portuguesa participou da elaboração do *Social Policy Database* (Base de Dados de Políticas Sociais), cujo objetivo era criar uma base de dados com as atividades realizadas pelas Cáritas nacionais e diocesanas com vistas

a “melhorar a rede de comunicação que permita identificar as pessoas certas nas diversas áreas de trabalho”, assim como melhorar “a quantificação de dados estatísticos das actividades da rede Cáritas na Europa” (Cáritas Portuguesa, 2007, p. 33).

Já relatórios e diagnósticos socioeconômicos geralmente são realizados em parceria com outras organizações da sociedade civil, órgãos governamentais ou universitários. Por exemplo, em conjunto com a Cáritas Europa, a Cáritas Portuguesa colabora com a elaboração dos relatórios do Programa Cares – de enfrentamento à pobreza (Cáritas Europa, 2016b, 2020) – e do relatório “Portugal – Mercados de Trabalho Inclusivos: garantindo que ninguém é deixado para trás” (Cáritas Europa, 2021). A listagem de relatórios e diagnósticos tem se tornado extensa, e a importância da produção desses dados reside em informar autoridades locais, regionais, nacionais e internacionais sobre a gravidade dos problemas sociais encontrados por essas associações religiosas em sua atuação diária no âmbito local, além de prover recomendações de ações a serem tomadas. Assim, esses relatórios apoiam os esforços de *advocacy* da Cáritas tanto nacionalmente como na Europa e auxiliam no sentido de garantir que as vozes dos membros mais vulneráveis da sociedade sejam ouvidas (Cáritas Europa, 2020a)⁹³.

Esse investimento na produção de dados levou à criação, em 2008, do Núcleo de Observação Social, e, no âmbito deste, o Observatório da Pobreza e da Fraternidade, que tem por objetivos: “Conhecer os casos e problemas sociais registados nos serviços de atendimento social paroquiais e diocesanos; Contribuir para a solução desses problemas; Intervir, junto dos centros de decisão política ou outros, para a adoção de medidas consideradas necessárias” (Cáritas Portuguesa, 2021b). Esse Observatório analisa os dados dos atendimentos efetuados anualmente pelas Cáritas diocesanas, sendo este Atendimento Social um dos principais trabalhos realizados pelas Cáritas. Nele, é estabelecida uma conversa com famílias e indivíduos sobre suas demandas e carências, bem como são feitos encaminhamentos a órgãos responsáveis, conforme a necessidade. Os dados dos atendimentos possibilitam compreender o perfil dos atendidos, as demandas e estatísticas ao longo dos anos (sobre o aumento e diminuição de carências do público-alvo, ver Cáritas Portuguesa, 2020a). O Observatório também realiza o levantamento estatístico dos grupos paroquiais sociocaritativos, “com vista a se conhecer a realidade da acção social da Igreja na prática da caridade organizada nas comunidades paroquiais” (Cáritas Portuguesa, 2020a).

O Núcleo de Observação Social, além de realizar levantamentos estatísticos institucionais, tem por objetivo fornecer análises do contexto social nacional, com base em opiniões de especialistas e dados recolhidos nas Cáritas, com o propósito de mobilizar estratégias de publicização dos posicionamentos da Cáritas Portuguesa para responsáveis políticos e sociedade em geral. Exemplos são a preparação e o envio de documentos para intervenção sociopolítica, geralmente cartas remetidas a membros do governo

⁹³ Outros relatórios encontrados são Cáritas Europa 2015, 2016b, 2021, Cáritas Portuguesa, 2017a, 2017b, 2017c, 2018a, 2018b, 2018c, 2019 e 2020 e Catarino, Acácio 2019a, 2019b, 2019c. Grande parte está disponível na página do Núcleo de Observação Social <https://caritas.pt/observatorio-social/#1587317785087-d8b26335-012e> último acesso em março de 2023.

(ministros, secretários) salientando problemas sociais prioritários de intervenção, como também propostas de resolução desses problemas.

Uma das áreas de maior investimento da Cáritas Portuguesa é a da Ação Social Paroquial, que é um pilar da Igreja na formação de agentes pastorais. Por meio do programa de formação “+ Próximo”, iniciado em 2009, período de crise, as ações visavam fortalecer o envolvimento de leigos/as e voluntários/as e estruturar “um modelo nacional para a intervenção social de proximidade da Igreja em Portugal”, sendo possível “Reforçar competências, animar e promover a criação de grupos em todas as comunidades paroquiais e melhorar a cooperação entre os organismos e movimentos de ação social e caritativa já existentes” (Cáritas Portuguesa, 2010, p. 94). É, desse modo, uma ação estratégica em resposta à crise econômica e à crise das organizações católicas portuguesas no engajamento de pessoas, principalmente de jovens. Por meio da transversalidade, pretendeu-se sensibilizar o envolvimento dos cristãos e das organizações da Igreja, possibilitando a cooperação entre organismos sociais e pastorais, com a disponibilização de materiais de trabalho e a formação para as dioceses e paróquias.

Um programa nacional em execução desde 2008 é o “Toda Prioridade às Crianças”, lançado por meio de uma carta Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa, que recomendou a existência em nível paroquial de um grupo de ação social dedicado às crianças em vulnerabilidade, e que considerou as Cáritas “particularmente indicadas para o apoio às paróquias e respectivas instituições na criação, no funcionamento e no desenvolvimento destes grupos, e bem assim na qualificação dos voluntários”⁹⁵. Os objetivos do projeto são: atenção à situação de vida das crianças e famílias; identificar casos de crianças em perigo, pobreza, abandono, negligência e abuso; realizar acompanhamento e providenciar respostas adequadas de intervenção com encaminhamentos a instituições competentes; propor soluções para os problemas não resolvidos e denunciar omissões⁹⁶.

Para a angariação de fundos monetários que viabilizam a atuação da associação, todos os anos a Cáritas Portuguesa organiza campanhas de arrecadação de doações: em dinheiro, em bens alimentícios, roupas, materiais de limpeza, material escolar e outros itens básicos para a sobrevivência humana. No início do ano, na terceira semana da Quaresma, tem-se a iniciativa Semana Nacional da Cáritas, durante a qual se realizam muitas atividades, entre elas, o Peditório Público Nacional, em que voluntário/as vão às ruas coletar doações à Cáritas, ao mesmo tempo que campanhas em meios de comunicação pedem doações *on-line*. No encerramento da semana, domingo, é celebrado o Dia Nacional da Cáritas, sendo uma oportunidade para, em meio a muitas atividades ofertadas, evidenciar as ações da Cáritas, pedir doações e prestar contas à população da atuação da associação no último ano. A segunda grande campanha anual é a Operação “10 Milhões de Estrelas – um gesto pela paz”, campanha de Natal realizada em dezembro para conscientização sobre paz e justiça social, que, em 2022, completou 20

⁹⁴ Disponível em: <https://caritas.pt/maisproximo-2/> último acesso em 18/03/2023.

⁹⁵ Conferência Episcopal Portuguesa (2008) Toda Prioridade às Crianças. Fátima, 13 de Novembro de 2008. <https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/toda-a-prioridade-as-criancas/> último acesso em 13/03/2023.

⁹⁶ Disponível em <https://caritas.pt/criancas-e-jovens/> último acesso em 13/03/2023.

anos em solo português. No período, é realizada a venda de velas pelas Cáritas, paróquias e empresas parceiras. A Cáritas também realiza campanhas midiáticas para o repasse de 0,5% do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), além de Campanhas específicas localmente, bem como campanhas emergenciais.



Figura 5.3 – Charge publicada em jornal – Campanha doações Cáritas Portuguesa

Fonte: Cáritas Portuguesa, 2020b, p. 02

Uma das áreas de atuação com maior investimento por parte da Cáritas é a de Emergências, sejam estas de ordem climática ou humana. “A Cáritas Portuguesa integra o Sistema Nacional da Proteção Civil, assumindo as missões que lhes estão atribuídas no respectivo Plano Nacional de Emergência enquanto ‘organismo e entidade de apoio de cariz social’⁹⁷ com o dever de proteger e socorrer pessoas em perigo. A operação em períodos de emergências segue o “Plano Institucional de Resposta a Emergências e Catástrofes” (Cáritas Portuguesa, 2020c), que contém orientações sobre como agir em momentos trágicos. Nos documentos analisados, argumenta-se que a capilaridade da rede Cáritas nos diferentes níveis proporciona uma atuação estratégica e uma rápida resposta em casos de emergências, com atuação antes, durante e depois de uma situação de urgência e catástrofe. Quando da ocorrência de incêndios, a Cáritas procura realizar campanhas nacionais e encaminhar donativos e voluntários/as. Os relatórios atestam a extensão do trabalho realizado pelas Cáritas no apoio às populações atingidas pelos recorrentes incêndios nas muitas necessidades emergenciais que apresentam – imediatas e de reconstrução de suas vidas⁹⁸.

A atuação internacional da Cáritas Portuguesa também é de grande relevância. Nesse sentido, a associação toma parte e organiza campanhas internacionais, sejam aquelas que visam enviar donativos às populações atingidas por situações de emergências e catástrofes (*tsunamis*, terremotos, secas, incêndios, epidemias, fome), sejam aquelas de médio/longo prazo, que visam a intervenções em áreas e

⁹⁷ Disponível em <https://caritas.pt/emergencias-caritas/> Último acesso em 20/04/2023.

⁹⁸ Em 2017, um ano em que os incêndios em Portugal atingiram um nível de emergência sem precedentes, as campanhas realizadas pela CP possibilitaram a aplicação de quase 2 milhões e 700 mil euros na distribuição de alimentos e itens básicos de sobrevivência, ações de recuperação e reconstrução de casas e meios de subsistência da população, além da realização de eventos de conscientização sobre como evitar os incêndios (Cáritas Portuguesa, 2018d).

países/regiões específicas⁹⁹. Além das campanhas internacionais, a Cáritas Portuguesa apresenta dois projetos de âmbito internacional: o “MIND – Migrações. Interligação. Desenvolvimento” e o Projeto “Cáritas Lusófonas em Rede – Inovar para o Impacto”. O MIND – Migrações. Interligação. Desenvolvimento (2018 a 2020) visa oportunizar “o diálogo e encontro entre as pessoas para que tenham um melhor entendimento sobre as ligações complexas entre as migrações, o desenvolvimento sustentável e as respostas a estas questões com base na humanidade, dignidade e respeito”¹⁰⁰. Com o escopo europeu e parceria de 12 Cáritas Nacionais, foram realizados concursos e campanhas tentando principalmente a conscientização dos jovens para os desafios do desenvolvimento com inclusão e coesão social. Um dos principais produtos desse projeto foi o estudo “CASA COMUM – Migrações e Desenvolvimento em Portugal. Avançar nas práticas: rumo à inclusão e coesão social” (Góis et al., 2019), em que se realiza um diagnóstico detalhado sobre a situação dos migrantes em Portugal, o histórico das migrações no país, as legislações, além de fazer recomendações de ações necessárias a associações (Cáritas e outras) e agentes públicos.

No âmbito da cooperação internacional, a Rede Cáritas Lusófonas é uma experiência muito bem-sucedida de articulação e mútuo apoio entre as Cáritas dos países falantes da língua portuguesa, iniciativa desenvolvida no âmbito das atividades da Cáritas Internationalis. Por meio dessa rede, foi criada uma plataforma de projetos das Cáritas Lusófonas, na qual todos os projetos das Cáritas nacionais são mapeados e sistematizados para serem compartilhados com as Cáritas dos demais países de língua portuguesa, de modo a ser “instrumento de partilha e disseminação de boas práticas, permitindo também analisar tendências que facilitem os processos de *advocacy* junto de instituições públicas e na cooperação bilateral”¹⁰¹. No ano 2000, foi criado o Fórum das Cáritas Lusófonas, composto pelas Cáritas

⁹⁹ Em ambos os casos, os principais parceiros são instituições religiosas católicas, com destaque para outras Cáritas, a Cáritas Europa e Cáritas Internationalis (Programa SOA – Special Operations Appeals). Entre os países apoiados por projetos e campanhas, estão: Venezuela, Albânia, Servia, Grécia, Turquia, Moçambique, Iémen, São Tomé e Príncipe, Macau, Angola. Atualmente, as campanhas ativas e mais recentes são “Agir Hoje por um Amanhã melhor” (2022 a 2024 – campanha global da rede internacional da Cáritas que visa à conscientização para a Ecologia Integral e a Casa Comum); “Partilhar a Viagem” (2017 a 2021, que objetivou acolher, proteger e integrar migrantes e refugiados); “Nutrir com Esperança” (2018 – para garantir o acesso à saúde e apoio nutricional aos grupos mais vulneráveis da população venezuelana); “Cáritas Ajuda Moçambique” (2019 – ajuda às vítimas das cheias e do ciclone IDAI); “Cáritas Ajuda Ucrânia: Salvar e Proteger Vidas” (2022 – atual – ajuda às famílias atingidas pela Guerra da Ucrânia). Informações disponíveis em: <https://caritas.pt/projetos-internacionais/> Último acesso em 20/04/2023.

¹⁰⁰ Informações disponíveis em: <https://caritas.pt/mind/> Último acesso em 20/04/2023.

¹⁰¹ Informações disponíveis em: <https://rede.caritas.pt/>. Último acesso em 20/04/2023. Os projetos apoiados pela Rede Cáritas Lusófonas são: O “Projeto Cáritas Lusófonas em Rede – Inovar para o Impacto”, que visa à capacitação institucional para a atuação da Cáritas Angola, na implementação dos *standards* de gestão da Caritas Internationalis na associação angolana (De Assis, 2021). O Projeto “Melhoramento das Condições de Vida da População das áreas Rurais”, que visa a apoios à introdução de técnicas de agricultura sustentável em Moçambique. Já o Projeto “É tempo de cuidar” foi uma ação solidária emergencial que visou “atenuar o impacto causado pela insegurança alimentar e pela fome entre a população brasileira agravadas pela continuidade das medidas restritivas de enfrentamento à pandemia”. Outros projetos apoiados pela plataforma são: “Ekevelo” reforço na segurança alimentar na Angola; “Emanguluko”, promoção de resiliência para comunidades afetadas pela seca em Angola; “Nina”, apoio a idosos no contexto da pandemia em Cabo Verde; “Porta para Vida”, conscientização pública para não discriminação contra portadores do vírus da aids.

de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Portugal, de São Tomé e Príncipe e de Timor Leste. Anualmente, Encontros das Cáritas Lusófonas são realizados nos diferentes países, para a articulação de parcerias e projetos¹⁰².

Em síntese, nas duas décadas dos anos 2000, a Cáritas Portuguesa diversificou e ampliou suas áreas e estratégias de atuação. Um público-alvo que passou a ser prioritário foi o dos migrantes e refugiados. Nos documentos institucionais analisados, desde 2003, encontramos essa área listada como parte das ações estratégicas da associação. Nesse sentido, a Cáritas Portuguesa ofereceu capacitação de técnicos e voluntários/as para atendimento às populações migrantes, passou a desenvolver estratégias para acolhimento, bem como inseriu-se em redes de atuação desse público-alvo: integrou a parceria para assegurar o funcionamento do Centro de Acolhimento Temporário para Imigrantes, participou do Encontro de Apoio Social ao Imigrante, iniciativa da Cáritas Portuguesa, da Obra Católica Portuguesa de Migrações e da Agência Ecclesia (Cáritas Portuguesa, 2006). Além disso, tem participado anualmente dos encontros da Pastoral da Mobilidade Humana, pertencente à Comissão Episcopal da Pastoral Social e da Mobilidade Humana (CEPSMH), da Conferência Episcopal Portuguesa¹⁰³. Também colaborou com a elaboração do diagnóstico “*Migration, a journey into poverty: A Caritas Europa study on poverty and exclusion of migrants in Europe*”¹⁰⁴ (Cáritas Europa, 2006). A Cáritas Portuguesa integra o Fórum das Organizações Católicas para a Imigração (FORCIM)¹⁰⁵, a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR)¹⁰⁶ e a Plataforma Portuguesa das ONGD (Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento), que também desenvolve projetos com migrantes e refugiados¹⁰⁷. Essas redes de cooperação e de ações para os migrantes e refugiados estariam assim “motivadas a mudar a narrativa atual que insere as migrações no nicho dos graves problemas do mundo, para demonstrar que os desafios

¹⁰² Neste *link*, estão disponíveis os históricos dos Encontros das Cáritas Lusófonas entre 2000 e 2010: <http://forumdascaritaslusofonas.blogspot.com/> Último acesso em 20/04/2023.

¹⁰³ Informações disponíveis em: <https://sites.ecclesia.pt/ocpm/> Último acesso em 20/04/2023.

¹⁰⁴ “Migração, uma jornada para a pobreza: Um estudo da Caritas Europa sobre pobreza e exclusão de migrantes na Europa” (tradução própria).

¹⁰⁵ O Fórum de Organizações Católicas para a Imigração (FORCIM) tem como objetivos gerais: reflectir para que a Igreja Católica em Portugal fale de forma concertada, a uma só voz, sobre a problemática da Imigração; estar atento às políticas de imigração para se pronunciar e pressionar os decisores políticos para que as leis sejam justas, tenham em conta os direitos humanos fundamentais e a dignidade de cada ser humano, segundo os princípios evangélicos expressos na Doutrina Social da Igreja; contribuir para uma sensibilização da comunidade cristã para as questões ligadas à imigração, particularmente para a obrigatoriedade cristã de um acolhimento incondicional da pessoa do imigrante e para a necessidade de denunciar injustiças, racismos, xenofobias e todas as situações desumanas em que vivem os imigrantes. (Cáritas Portuguesa, 2010, p. 30).

“O Fórum de Organizações Católicas para a Imigração (FORCIM) é composto pelas seguintes instituições: Cáritas Portuguesa (CP), Capelania dos Imigrantes Ucrânicos (CIU), Capelania dos Imigrantes Africanos (CIA), Centro Padre Alves Correia (CEPAC), Comissão Justiça e Paz da Conferência dos Religiosos Portugueses (CIRP), Fundação “Ajuda à Igreja que Sofre” (FAIS), Liga Operária Católica – Movimento de Trabalhadores Cristãos (LOC/MTC), Obra Católica Portuguesa de Migrações (OCPM), Rede Hispano-Lusa das Mulheres Vítimas de Tráfico (RHLMVT), Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS). Essas organizações têm se empenhado na promoção do debate público em torno das questões da imigração e emigração, nomeadamente na necessidade de uma nova abordagem da imigração que incida mais sobre as suas causas do que sobre os seus efeitos ou consequências (Cáritas Portuguesa, 2006, p. 19).

¹⁰⁶ Informações disponíveis em: <https://www.refugiados.pt/> Último acesso em 20/04/2023.

¹⁰⁷ Informações disponíveis em: <https://www.plataformaongd.pt/> Último acesso em 20/04/2023.

que as mesmas colocam se podem converter em oportunidades de desenvolvimento para os países de origem, de trânsito e de acolhimento.” (Eugênio da Fonseca, em Góis et al., 2019, p. 06).

Outra área em que a Cáritas Portuguesa tem atuado é a de promoção do voluntariado social. Enquanto associação religiosa, em que o trabalho dos voluntários/as é central, a análise documental possibilita perceber que a Cáritas tem interesse no fomento da prática nacionalmente. Com esse fim, tem colaborado, desde 2003, junto do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado¹⁰⁸, contribuindo para a criação dos “Bancos de Voluntariado”, sendo também uma das subscritoras na criação da Confederação Portuguesa do Voluntariado (2009), atualmente ocupando a presidência da entidade (Cáritas Portuguesa, 2010).

Entre os projetos mais recentes implementados na Cáritas Portuguesa está o “Caminhos de Liberdade”, que visa implementar o protocolo estabelecido entre a Direção Geral da Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e a Cáritas Portuguesa em 2018, bem como contribuir para a inclusão de pessoas em situação de reclusão e pós-reclusão. Além disso, em 2020, a Cáritas Portuguesa criou o Sistema de Proteção de Crianças, Jovens e Pessoas Vulneráveis (SPCJ-PV), assim como um manual de procedimentos adequados para atuação estratégica junto desses grupos (Cáritas Portuguesa, 2021d)¹⁰⁹. A Cáritas vem investindo tanto no público-alvo infantil como nos jovens, com projetos escolares, de inclusão, integração e formação de jovens em risco, como atestam eventos como o Webinar “O papel e o contributo dos Jovens na Cáritas” (Cáritas Portuguesa, 2021d). Também o projeto “Cáritas na Escola”, implementado em 2021, é exemplo disso¹¹⁰.

Essencial para a estratégia de reconhecimento público e fortalecimento institucional da Rede Cáritas em Portugal é o investimento em comunicação e imagem. Visando consolidar os contatos privilegiados e os protocolos com a comunicação social, procuraram, nas últimas décadas, e com maior intensidade nos últimos anos, realçar a presença nos meios de comunicação e nas plataformas *on-line*. Além disso, a CP recentemente tem direcionado esforços no cuidado com seus arquivos, tanto que, em 2019, assinou um protocolo com o Centro de Estudos da História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa) com o propósito de organizar, digitalizar e preservar o Arquivo Histórico da Cáritas Portuguesa (Gago, 2022).

Outra estratégia de presença pública recentemente adotada pela Cáritas é o Editorial Cáritas, que realiza a publicação de livros, cadernos e relatórios com vistas ao desenvolvimento de um pensamento

¹⁰⁸ Criado pelo Decreto-Lei n. 389, de 30 de setembro de 1999, e extinto pelo Decreto-Lei n. 39/2017, quando foi integrado ao Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social nas atribuições de natureza consultiva e cabendo à Cooperativa António Sérgio a execução das políticas do voluntariado. Informações disponíveis em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/39-2017-106824980>. Último acesso em 20/04/2023.

¹⁰⁹ Informações disponíveis em: <https://caritas.pt/spcj-pv/> Último acesso em 20/04/2023.

¹¹⁰ Trata-se de projeto antes pontual das Cáritas, agora tornado contínuo. “Surgiu do desejo de aproximar a Cáritas à comunidade educativa, através dos estudantes do 1.º e 3.º ciclos até ao Secundário, consciencializar para os valores da paz, promover o debate e transformar o futuro” (Cáritas Portuguesa, 2022b, p. 78). Procura consciencializar os alunos para defesa da dignidade humana e promoção da paz, produção de recursos didáticos, visitas a escolas, partilha de conteúdos, dinâmicas, e produção de materiais pelos alunos. O Secretariado Nacional de Educação Cristã (SNEC) é parceiro do projeto.

social transformador da realidade. Concentra-se “nas temáticas sociais, com especial relação com a pastoral social, tendo a preocupação de publicar obras atuais, saídas das ações da rua ou de corredores universitários procurando fomentar ‘alianças’ entre o pensar e o fazer” (Cáritas Portuguesa, 2021b, p. 35). Entre 2011 e 2021, já foram publicados 73 títulos, 50 cadernos, como também foram realizadas 89 apresentações públicas e assinados 17 protocolos com instituições de ensino superior (Cáritas Portuguesa, 2021b). A CP também faz a tradução de materiais, relatórios e livros para a língua portuguesa, principalmente de materiais advindos das Cáritas Europa e Internacionais.

Nos últimos 20 anos, percebeu-se que a Cáritas Portuguesa tem crescentemente investido em práticas de responsividade e transparência, haja vista ter publicado relatórios com balanços financeiros detalhados, estratégias de atuação e justificativas. Segundo o Plano de Atividades, calendário e orçamento provisional (Cáritas Portuguesa, 2021c), os recursos da associação, em 2020, provieram *51% de donativos, 19,7% de subsídios, 1,1% de vendas e 28,2% de Outros Rendimentos (aluguéis, imposto de renda e campanhas)*. Assim, a transparência é, ao mesmo tempo: a) uma prestação de contas da associação quanto à origem dos recursos e à forma como são gastos; b) uma forma de diligência contra possíveis acusações de corrupção (que tem impactado a opinião pública portuguesa no que se refere às organizações da sociedade civil nas últimas décadas), e, ainda, c) uma forma de promoção e publicização da atuação da Cáritas Portuguesa, de forma que a transparência é utilizada como *marketing* institucional em campanhas, notícias e propagandas midiáticas, com o propósito de manter o seu reconhecimento social e angariar fundos.

5.1.3 Cáritas Portuguesa em períodos de crise: políticas de austeridade e pandemia de Covid-19

A segunda década dos anos 2000 foi marcada por uma severa crise financeira (2010 a 2014), derivada da crise econômica global. Portugal, desde 2008, registrava crescimento reduzido, contudo, com as quedas nos rendimentos das contas do Estado houve um aumento da dívida pública e a aplicação de medidas de austeridade econômica, que ficaram conhecidas como “Troika”, na procura por equilibrar as finanças públicas¹¹¹. Nesse contexto, a Cáritas Portuguesa precisou adaptar suas estratégias de

¹¹¹ A palavra “Troika”, de origem russa, foi usada para designar a conjunção de poderes composta por três partes, nesse caso, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). “No início de 2011, Portugal, numa situação de grande fragilidade financeira, viu-se obrigado a solicitar apoio ao Fundo Monetário Internacional (FMI), à Comissão Europeia e ao Banco Central Europeu (BCE), tendo este conjunto de entidades financiadoras ficado vulgarmente conhecido por Troika. O Memorando de Entendimento (MoU – *Memorandum of Understanding*), assinado em 17 de maio de 2011, impunha diversas reformas estruturais [...]” (Pinto et al., 2021, p. 2.226). Entre as principais medidas, estavam: revisão de salários de funcionários públicos e pensões, reestruturação e demissões na função pública, políticas trabalhistas de indenizações e subsídios, revisões fiscais, nas políticas de saúde, aumentos de contas (eletricidade, água) e rendas. (Disponível em: https://expresso.pt/dossies/dossiest_atualidade/dossie_maisausteridade/as-50-medidas-de-austeridade-entre-junho-de-2011-e-agosto-deste-ano=f757627 último acesso em: 22 de abril de 2023. Esse processo de implementação de medidas de austeridade não ocorreu sem resistências por parte da sociedade civil portuguesa, com massivos protestos e emergência de novos atores políticos. Ver Accornero e Ramos Pinto (2015) e Accornero (2017).

atuação, bem como fortalecer relações interinstitucionais, dando enfoque a ações de defesa e intervenção sociopolítica e ao desenvolvimento de projetos de resposta à crise.

Em 2009, os primeiros efeitos da crise passaram a ser sentidos, e essa realidade fez com que a Cáritas, em nível nacional e diocesano, revisse suas prioridades, precisando optar “por privilegiar as ações que contribuíssem para apoiar os portugueses e as portuguesas, em situação de maior privação de recursos, porque vítimas do desemprego que começou, em algumas regiões, a crescer a um ritmo assustador” (Cáritas Portuguesa, 2010, p. 04). Entre as ações adotadas estão campanhas de coleta e distribuição de recursos, como a “País Solidário” e “Ticket Solidário” (2009), e o “Programa do Microcrédito” (2009). Outros projetos implementados no período foram o “Fundo de Solidariedade”¹¹², o já citado “Prioridade às Crianças”, que foi expandido, além do projeto “In Spira – Rede de Competências” (2013), o qual visava “estreitar a distância entre as pessoas desempregadas com mais de 45 anos e as empresas que querem oferecer um emprego às pessoas com competências e experiência” (Leahy, Healy, Murphy, 2015, p. 09). Já o projeto “Cria(c)tividade” pretendeu apoiar e implementar iniciativas inovadoras para resolução da crise do trabalho e emprego, “permitindo a emancipação financeira de pessoas desempregadas e combatendo assim a pobreza e as desigualdades sociais” (Ibidem, p. 09).

Desde 2012, a Cáritas Europa e as Cáritas nacionais passaram a publicar os relatórios “Crisis Monitoring Report” (Leahy, Healy, Murphy, 2013, 2014 e 2015), com vistas a monitorar a situação de crise vivenciada e seus impactos nos níveis de desigualdade social e pobreza nos respectivos países, sugerir políticas e estratégias de enfrentamento a lideranças políticas e à toda a sociedade, bem como detalhar iniciativas das Cáritas para responder à crise. Em 2013, o relatório relatou as seguintes ações dos membros da Cáritas Portuguesa: reuniões com membros do governo, com representantes da *Troika*, em Portugal, e com outros líderes políticos.

Nesse cenário, além de atuar diretamente com vistas à mitigação dos impactos da crise, a Cáritas Portuguesa procurou assumir um posicionamento público enquanto especialista nos problemas sociais, e, para tanto, propôs políticas e criticou ações ou inações dos governos. Ainda, fez críticas ao Programa Social de Emergência¹¹³, pela sua incapacidade de informar e atender aos sofrimentos infringidos às populações mais pobres pela crise e medidas de austeridade, afirmando estarem estas em contraposição às realidades das famílias, que foram deixadas desesperançadas pelo governo (Leahy, Healy, Murphy, 2013). Com o intuito de construir diagnósticos sociais, a Cáritas Portuguesa realizou um estudo no qual analisou os “vários projetos financiados pelos fundos europeus nos últimos 20 anos com objetivos de inclusão social, procurando saber por que é que os resultados continuam a ser decepcionantes” (Leahy,

¹¹² “Fundo Social Solidário: o fundo de solidariedade é uma iniciativa da Conferência Episcopal Portuguesa; o seu objetivo é contribuir para a resolução de **graves problemas sociais provocados pela crise**. É gerido pela Caritas em conjunto com instituições da Igreja. No ano passado [2014] apoiou 3.957 pessoas confrontadas com dificuldades, como os custos da habitação, saúde e educação ou o emprego” (Leahy, Healy, Murphy, 2015 p. 08).

¹¹³ Disponível em: <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/747090/programa%20emergencia%20social.pdf> último acesso em 22 de abril de 2023.

Healy, Murphy, 2015, p. 09), destacando também os projetos que se configuraram como exemplos de boas práticas pela sustentabilidade.

Entre as ações que visavam à *advocacy* a grupos vulneráveis e à intervenção sociopolítica nesse período de crise, cabe destacar o Núcleo de Observação Social, que apresentou às autoridades políticas nacionais um conjunto de propostas como “publicação periódica de dados oficiais sobre questões relacionadas com a pobreza e apresentações regulares em fóruns especializados e no Parlamento nacional. [...] incluem melhor comunicação entre os grupos informais de voluntários e os serviços sociais oficiais”, além de “reformas da fiscalidade que incluam reduções das taxas para famílias numerosas e maior tributação das pessoas com elevados rendimentos ou em situação de riqueza” (Leahy, Healy, Murphy, 2015, p. 08).

A quantidade de atendimentos de pessoas pela Rede Cáritas, em Portugal, é um excelente indicativo da situação vivenciada pela Cáritas Portuguesa na segunda década dos anos 2000: em 2014 e 2015, os atendimentos chegaram a números recordes (160.608 e 161.379 atendimentos, respectivamente), sendo atendidas pelas Cáritas famílias que nunca antes precisaram de auxílios sociais. Após, houve uma tendência de queda, explicada pelo abrandamento da crise econômica, pela redução das taxas de desemprego e por melhorias das condições de vida. Já em 2020, essa tendência de diminuição nas demandas por atendimentos foi interrompida, em vista das 122.338 pessoas atendidas, número 20,6% superior a 2019, o que é justificado pelas demandas do período pandêmico (Cáritas Portuguesa, 2020a). No período das crises de austeridade, os pedidos de apoios foram principalmente relacionados à perda de rendimentos por parte das famílias, em decorrência do desemprego e do rendimento insuficiente.

Assim, todas as ações e iniciativas anteriormente citadas apresentam-se como produto de um planejamento institucional com vistas à atuação estratégica e proativa na intervenção social. Os Planos Estratégicos da Cáritas em Portugal (2017-2020 e 2021-2023) possibilitam atestar isso, por, neles, estarem alocadas três prioridades estratégicas (Cáritas Portuguesa, 2018d e 2022b):

- 1.^a A identidade da Cáritas, “Coração da Igreja no Mundo” – desenvolver processos formativos, capacitar para o exercício da caridade, contribuir para a expressão e o reconhecimento da Cáritas nas comunidades cristãs, “intensificar a presença da Ação Social da Igreja no mundo” (Cáritas Portuguesa, 2022b, p. 22).

- 2.^a Prioridade estratégica: a Rede “Somos Cáritas” – promover o apoio mútuo institucional, potenciar o reconhecimento público e a visibilidade da Cáritas, aprofundar relações e promover compromissos efetivos e regulares com pessoas e entidades que apoiam a Cáritas na sociedade portuguesa, além de “implementar os *Standards* de Gestão, o Código de Ética e o de Conduta da Caritas Internationalis como forma de melhorar a transparência, a organização e a sustentabilidade” (Cáritas Portuguesa, 2022b, p. 22).

- 3.^a Prioridade estratégica: a Missão “Atenção e Acompanhamento” e “Presença e Transformação” – com a promoção de respostas necessárias a emergências e a “situações de exclusão e vulnerabilidade procurando a autonomização e capacitação das pessoas” (Ibidem, p. 23), a intensificação de ações

promotoras de diálogo, de justiça e de desenvolvimento humano integral, o fomento, a inovação e o compromisso da Cáritas com outros países na cooperação, “prevenção, resiliência e resposta às emergências e [...] sensibilização para os grandes desafios globais” (Ibidem, p. 23); além, ainda, da intensificação da produção e divulgação dos diagnósticos da realidade social nos diferentes níveis, mobilizando “as comunidades e os parceiros assegurando que a voz dos excluídos e vulneráveis são ouvidas com vista à transformação da sociedade” (Cáritas Portuguesa, 2022b, p. 23).

Em 2020, com o início do período da Pandemia de Covid-19, as associações religiosas em Portugal se desdobraram para, além de manter suas atividades cotidianas, darem conta de demandas emergenciais. A situação limite de exigência de confinamento social trouxe um difícil impasse, dado que as principais estratégias de atuação dessas associações ocorrem por meio de atuação presencial e local. A resposta da rede Cáritas, em Portugal, dividiu-se entre o nível nacional e o local/diocesano.

As vinte Cáritas Diocesanas sofreram aumento das demandas nos grupos considerados prioritários: idosos, famílias, migrantes e crianças em situação de vulnerabilidade, além da população de rua. Diante disso, criou Planos de Contingência, com o intuito tanto de apoiar colaboradores com medidas de autoproteção e segurança, para diminuição de riscos de contágio, quanto de dar continuidade aos serviços essenciais executados pela rede Cáritas, em Portugal.

Os Planos de Contingência focaram tanto a Emergência Sanitária como a Social. Para enfrentamento da emergência sanitária, foram adotadas as seguintes medidas: asseguramento de resposta a pedidos de ajuda, abertura de “novos espaços de resposta para sem abrigo com fornecimento de higiene, alimentação e roupa”, abertura de canais de “respostas por telefone para vítimas de violência doméstica”, “articulação com as Câmaras Municipais e com as Juntas de Freguesia” e articulação com organizações da sociedade civil de resposta social (Cáritas Portuguesa, 2020b).

A emergência social é, assim, decorrente da sanitária, com o agravamento de situações de vulnerabilidade em razão de novas realidades vivenciadas pela população, com drástica ampliação dos pedidos de apoio e necessidade de resposta imediata. Assim, as seguintes medidas foram tomadas: “Distribuímos cabazes de alimentação essencial; Distribuímos vales de alimentação; Asseguramos alimentação para migrantes e estudantes deslocados; Apoiamos o pagamento de despesas urgentes e essenciais”. Além disso, “Apoiamos na compra e distribuição de medicamentos; Apoiamos alunos e famílias com equipamento informático para acompanhamento dos estudos e teletrabalho; Apoiamos na distribuição de equipamentos de higiene e proteção” (Cáritas Portuguesa, 2020b). Ainda, foi criada a campanha “Vamos Inverter a Curva da Pobreza em Portugal”, que buscou angariar verbas de apoio à atuação emergencial a mais de 24 mil pessoas, cuja arrecadação foi de quase meio milhão de euros.

Em síntese, a atuação da Cáritas Portuguesa no enfrentamento à Covid-19 compreendeu: a) apoios de primeira linha (linha de frente); b) apoio de recuperação socioeconômica inclusiva; c) apoio à capacitação da estrutura social da rede nacional Cáritas; d) apoio à rede Cáritas Internacional (Cáritas

Portuguesa, 2020b)¹¹⁴. Por intermédio do Programa Nacional de Resposta da Cáritas Portuguesa à Covid-19, foram apoiadas mais de três mil famílias com vales alimentares e apoios pontuais. Por apoios pontuais, consideram-se valores monetários repassados para pagamentos de rendas (aluguel), despesas de saúde e de eletricidade. De todas as famílias apoiadas durante o período pandêmico, é dado relevante que 60% destas eram novas beneficiárias da instituição.

Isso foi possibilitado pela grande capilaridade da Cáritas Portuguesa, por meio de sua rede interna, internacional¹¹⁵, e as parcerias com órgãos/instituições-chave, como no caso das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Segurança Social e os Bancos Alimentares¹¹⁶. Também foram essenciais as parcerias com empresas privadas para receber donativos ou auxílio com campanhas. No relatório das ações da Cáritas, em Portugal, no período pandêmico, também é ressaltada a importância da atuação estratégica junto de outras organizações da sociedade civil, principalmente no sentido de coordenar as estratégias de atuação para não se sobreporem às mesmas regiões e público-alvo (Mah et al., 2021, p. 49). Segundo o relatório “A rede Cáritas em Portugal e a resposta à Covid-19”, de Mah et al., (2021), a associação demonstrou resiliência no enfrentamento da crise de Covid-19, e “uma capacidade de atuação de emergência em rede inédita na história da organização, que se caracteriza por uma forte independência institucional e operacional ao nível das dioceses” (Mah et al., 2021, p. 70).

5.1.4 Redes e parcerias

A formação de redes, parcerias e projetos de cooperação em conjunto com outras organizações, instituições e empresas é algo essencial à continuidade e ao êxito do trabalho da Cáritas Portuguesa. Inicialmente porque o modelo institucional da Cáritas baseia-se em uma rede, a Rede Cáritas, com as 20 Cáritas Diocesanas. Como já dito, nos anos 2000 houve forte investimento na consolidação de redes por parte da associação:

¹¹⁴ A Cáritas Portuguesa elaborou um mapa destacando os enfoques de atuação da Resposta à crise emergencial de Covid-19 nas 20 Cáritas Diocesanas. O mapa está disponível em: https://caritas.pt/wp-content/uploads/2020/03/Mapa-Covid_26-marco.png, último acesso em janeiro de 2023.

¹¹⁵ É relevante mencionar a coordenação institucional e logística da Cáritas Internationalis no período pandêmico, responsável por criar criada uma plataforma para auxiliar na partilha de informações e de boas práticas entre as Cáritas dos diferentes países, e de repasses de guias, orientações e materiais de utilidade para as Cáritas sobre a atuação em contextos de epidemias de saúde pública (Cáritas Portuguesa, 2020b). Além disso, um Fundo de Resposta ao Covid-19 (Covid-19 Response Fund) foi criado no Dicastério para a Promoção Integral do Desenvolvimento Humano, com o objetivo de ser um fundo global de apoio a “projetos apresentados por organizações católicas, incluindo a Cáritas, para ajudar a conter a propagação da pandemia por meio de diferentes atividades preventivas” (Cáritas Portuguesa, 2020b), com especial enfoque em países de maior vulnerabilidade social, onde as consequências da pandemia têm potencial para serem mais devastadoras. A Cáritas Internationalis também orientou a criação de comissões de crise nacionais para coordenar medidas, promover formações internas para colaboradores responderem a situações emergenciais, como teletrabalho e centrais de atendimento telefônico. Ainda, coordenou a distribuição de materiais de higiene e limpeza, dado que a carência desses materiais foi um dos problemas sérios enfrentados.

¹¹⁶ “Os Bancos Alimentares são Instituições Particulares de Solidariedade Social que lutam contra o desperdício de produtos alimentares, encaminhando-os para distribuição gratuita às pessoas carenciadas”, disponível em: <https://www.bancoalimentar.pt/quem-somos/faqs/> Último acesso em janeiro de 2023.

a Cáritas Portuguesa tem vindo a intensificar a sua participação em todas as instâncias de trabalho em rede, desde logo na rede animada pela Cáritas Internationalis, nas redes internas da Igreja Católica, como também em todas as outras, e esteve na origem do Fórum das Cáritas Lusófonas. Destacamos em particular a importância das relações que se têm vindo a aprofundar entre a Cáritas Portuguesa e outras organizações da Igreja Católica que desenvolvem ações de cooperação.” (Cáritas Portuguesa, 2007, p. 32)

O trabalho em rede com instituições católicas é prioritário, no qual há investimento contínuo na intensidade das relações e parcerias com a Cáritas Internationalis, Cáritas Europa, as Cáritas Diocesanas e demais órgãos católicos portugueses e internacionais. Essa rede é um diferencial na associação em comparação com outras associações, dado que “a Cáritas tem algo que outras organizações não têm, ou não tem tanta facilidade em ter que é ter uma rede em nível nacional, uma rede em nível internacional, e ter uma grande capacidade de colocar temas na agenda política, pública” (Entrevista 1, CP).

Nos planeamentos institucionais da CP, as redes são apresentadas como estratégia de extrema prioridade para o fortalecimento institucional e da atuação. Assim, visam formar redes com todos os tipos de organizações, de modo a fortalecer “a credibilização de todas as entidades e de cada uma, face à sociedade, aos Estados, às Organizações Internacionais e aos potenciais doadores em geral [...] quer na fase de identificação e concepção de projectos em rede, quer na fase de apresentação destes às entidades financiadoras e às comunidades cristãs, bem como na fase de implementação, monitorização e avaliação” (Cáritas Portuguesa, 2007, p. 31).

Procuro, no quadro a seguir, com base nos dados coletados na pesquisa documental referentes às duas primeiras décadas dos anos 2000, listar as instituições com quem a Cáritas Portuguesa estabelece parcerias. Entre redes e articulações, estão: ministérios, secretarias de Estado, institutos públicos, governos regionais, autarquias ou freguesias, entre outras entidades públicas; universidades e institutos académicos, escolas, associações, ONGDs, entre outras organizações e fundações sem fins lucrativos e empresas.

Quadro 5.1 – Redes da Cáritas Portuguesa nas duas primeiras décadas dos anos 2000

Fonte: autoria própria com base em dados coletados nesta tese.

<i>Instituições e associações católicas ou religiosas</i>	<i>Entidades/associações de sociedade civil</i>
Conferência dos Bispos de Portugal	Plataforma Portuguesa de ONGD
Cáritas Diocesanas e Paroquiais	Confederação Portuguesa do Voluntariado
Cáritas Internationalis	Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS)
Cáritas Europa	Plataforma de Apoio aos Refugiados
Rede Cáritas Lusófonas (e respectivas Cáritas Nacionais)	Fórum de Finanças Éticas e Solidárias ao Serviço do Bem Comum, Portugal
Fórum das Organizações Católicas para a Imigração	Fórum Não Governamental para a Inclusão Social
Obra Católica Portuguesa das Migrações	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – ANIMAR
Secretariado Nacional da Pastoral Social	Oikos Cooperação e Desenvolvimento
Pastoral Penitenciária	Associação Portuguesa de Certificação APCER
Obra Católica Portuguesa das Migrações	
Comissão Nacional Justiça e Paz	

<p>Serviço Pastoral a Pessoas com Deficiência Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura Liga Operária Católica Juventude Operária Católica Agência Ecclesia – portal da comunicação católica portuguesa Sociedade de São Vicente de Paulo Cruz Vermelha Portuguesa Fórum Abel Varzim Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena Fundação Ajuda à Igreja que Sofre Focolares Obra de Santa Zita Comissão Justiça e Paz dos Religiosos Coordenação Nacional da Pastoral Penitenciária Associação Cristã de Empresários e Gestores – ACEGE Ação Católica Rural – ACR Corpo Nacional de Escutas Rede de Arquivos das Instituições Religiosas Rádio Renascença – para campanhas de recolha de fundos Fundação Evangelização e Culturas – FEC Santa Casa da Misericórdia de Lisboa Conselho Português de Igrejas Cristãs União das Misericórdias Portuguesas Aliança Evangélica Portuguesa</p>	<p>Federação Portuguesa de Bancos Alimentares Contra a Fome Assistência Médica Internacional Fundação Calouste Gulbenkian Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – DECO Fundação Francisco Manuel dos Santos Fundação Manuel Violante Montepio Geral Associação Nacional do Direito ao Crédito – ANDC Associação Dignidade Estratégia Nacional de Erradicação da Pobreza – ENEP Pobreza Infantil e Rede Europeia de Rendimento Mínimo – EMIN</p>
<i>Instituições governamentais</i>	<i>Instituições universitárias</i>
<p>Camões Instituto da Cooperação e da Língua Ministérios Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social Secretarias Institutos públicos Governos regionais, autarquias ou freguesias</p>	<p>Universidade Católica Portuguesa: Faculdade de Teologia da Universidade Católica, e Centro de Estudos da História Religiosa Instituto Politécnico de Castelo Branco, Escola Superior de Educação do (IPCB) Instituto Politécnico de Viseu Escola de Tecnologia e Gestão de Lamego Instituto Politécnico de Beja (IPB), Escola Superior de Educação Universidade do Minho, Centro de Estudos Comunicação e Sociedade</p>
<i>Empresas:</i>	
<p>Energias de Portugal – EDP /Fundação EDP Canal SIC e SIC Notícias Canal RTP Jornal Público Jornal Diário de Notícias Jornal Correio da Manhã Banco Milenium (Iniciativa Microcrédito, 2008) Banco Português de Investimento – BPI FormAjuda Empresa Busquets Esp Sociedade Editora de Artes Gráficas</p>	<p>Cooperativas Agrícolas – CONFAGRI TAP Air Portugal Santo e Vale Logística, Distribuição e Transporte Delta Continente Liga Portuguesa de Futebol Lift – Agência de comunicação ONI – Empresa de telecomunicações Imaginarium Espaço e Desenvolvimento e Duvídeo Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola – FENACAM</p>

Convém apontar algumas observações com base nessa listagem de instituições religiosas, associações, fundações e empresas com quem a Cáritas Portuguesa tem procurado estabelecer parcerias. Inicialmente, sobre os fortes vínculos da CP com atores católicos variados, além de isso ser condizente

com os propósitos das Cáritas de serem atores-ponte das obras sociais da Igreja Católica, também atesta a capacidade de articulação e a capilaridade da rede Cáritas, enquanto o coração da Igreja. Em contrapartida, a manutenção de um conjunto extenso de redes das OSCs com a CP demonstra a sua integração na sociedade civil portuguesa com entidades e associações laicas, e aquelas protagonistas do campo associativo português. Já no que se refere às parcerias com universidades, órgãos governamentais e empresas, além de apontar para a geração de conhecimento e informação, atestam não somente o volume de parcerias em projetos e apoios financeiros, mas também o reconhecimento público e a capacidade de engajamento e mobilização da Rede Cáritas. Assim, com base no diagnóstico das parcerias e redes da Cáritas Portuguesa e sua rede nacional, pode-se perceber como a associação apresenta extensas redes de articulação entre atores diversificados, em todo o território português e internacional, com destaque para as redes com atores católicos.

5.1.5 Estratégias de atuação nas arenas públicas: incidência política

Entre 2001 a 2020, com maior destaque para a segunda década, as estratégias de intervenção sociopolíticas da Cáritas Portuguesa se tornaram mais públicas e politizadas. Isso se deve a um planejamento estratégico da instituição, diante de normativas e a influências internacionais, seja da Cáritas Internationalis, de outras organizações e lideranças católicas, do início do pontificado do Papa Francisco, do crescimento e da pluralização do associativismo em Portugal e, ainda, do contexto geopolítico nacional e internacional (principalmente crises, econômicas, pandêmicas, sociais, entre outras).

O *Advocacy* passou a ser assumido como estratégia central de intervenção, ou incidência, na busca por influenciar os processos de tomada de decisões políticas. Embora prática já existente, foi assumido na década de 2010 como método fundamental para romper com o papel da Cáritas de mera executora de políticas e ação social, concretizando seu papel de promotora e defensora de direitos. O relatório da Cáritas Europa sobre a crise (Leahy, Healy, Murphy, 2015) defende que as ONGs, ou seja, as organizações da sociedade civil, e as Cáritas, em particular, devem contestar narrativas oficiais sobre a pobreza e as desigualdades, desenvolvendo capacidades de análises, produção de diagnósticos e intervenções independentes¹¹⁷.

Com vistas a esse fim, a Cáritas Europa, em parceria com as Cáritas nacionais, produziu *handbooks* de *Advocacy* (Cáritas Europa: *Advocacy Handbook*, 2016a; *Institutional Advocacy*, 2018, *Institucional Advocacy Handbook*, 2020b) com o propósito de informar sobre a prática e capacitar as Cáritas para fortalecerem essa estratégia de atuação. Durante os últimos 15 anos, as Cáritas coordenaram “esforços

¹¹⁷ “As ONG devem procurar contrariar a abordagem oficial para a crise em que aqueles que são vulneráveis estão a pagar o preço mais elevado. Tal pode exigir o empenhamento em desenvolver uma capacidade de análise e de defesa independente e rigorosa, por vezes considerada secundária em relação ao trabalho de prestação de serviços. No entanto, é um importante meio para atacar as causas do problema e não apenas os seus sintomas. Isto é especialmente válido quando as principais entidades que fornecem análises sociais na prática não incluem dados, análises ou propostas que visem a situação das pessoas vulneráveis” (Leahy, Healy, Murphy, 2015, p. 21).

de *advocacy* em relação aos governos nacionais e às instituições europeias, em especial em questões como a pobreza, a exclusão social, a desigualdade, a migração e o asilo, o desenvolvimento, o direito à alimentação e os princípios humanitários” (Cáritas Europa, 2016a, p. 03, tradução própria). Os *handbooks* pretendem compartilhar o que a Cáritas compreende por *advocacy*¹¹⁸, e, ainda, como a tem implementado, procurando estabelecer relações estruturadas com governos para fortalecer a sustentabilidade das próprias Cáritas, com vistas a, em longo prazo, “mais bem situadas legalmente, financeiramente e politicamente [...] realizar ações eficazes de *Advocacy* Político em benefício das pessoas necessitadas” (Cáritas Europa, 2020b, p. 04, tradução própria).

Outros *handbooks* produzidos foram o *Grassroots participation handbook* (Cáritas Europa, 2019) e o *Poverty Observatory Handbook* (Cáritas Europa, 2017). Esse último descreve as duas principais formas de *advocacy* da Cáritas Portuguesa: “1. Contatos e reuniões com decisores políticos nacionais e/ou partidos políticos, representantes da Comissão Europeia e outras entidades importantes para apresentar as recomendações da organização sobre habitação, revisão da nova legislação sanitária, rendimento mínimo etc.”; e “2. A divulgação dos relatórios anuais, em conjunto com a Caritas Europa, que fornecem informações sobre as principais questões sociais em Portugal (Cáritas Europa, 2017, p. 16).

Em 2020, o Núcleo de Observação Social da Cáritas Portuguesa publicou o *1.º Caderno de Intervenção Sociopolítica*, organizado pelo Dr. Acácio Catarino¹¹⁹ e escrito a muitas mãos (Cáritas Portuguesa, 2020d). O caderno traz diagnósticos da situação nacional, para a qual são propostas medidas e estratégias de intervenção com base na experiência de atuação das Cáritas no terreno. As áreas tratadas no Caderno são: Dados sobre a Ação Social de Proximidade, Voluntariado Social, Pobreza e Exclusão Social, Violência Doméstica, Trabalho e Emprego, Saúde e Habitação Social.

Considerando o contexto político e social português, a CP desenvolveu estratégias de intervenção diferenciadas, a depender tanto de objetivos quanto dos níveis da intervenção, local ou nacional:

“Para mapear, para fazer o diagnóstico, do que é que está, o que pode ser melhorado, o que é que está mal, fomos mais para a base, mais para as direções gerais para as pessoas técnicas, técnicas superiores etc. Que trabalham. Depois deste diagnóstico feito e mesmo

¹¹⁸ “Queremos influenciar os aspectos estruturais e as causas relacionadas, a fim de alcançar resultados positivos para as pessoas afetadas. Isso é *advocacy*. O *Advocacy*, a reivindicação de justiça para os pobres e excluídos, é a consequência natural e uma dimensão intrínseca da ação da Cáritas” (Cáritas Europa, 2016a, p. 03, tradução própria).

¹¹⁹ Acácio Catarino (1935-2021) foi sociólogo, um dos “grandes especialistas portugueses na área da política social e do voluntariado”, presidente da Cáritas Portuguesa entre 1982 e 1999 (por 17 anos). Produziu diversos estudos e documentos de temáticas sociais, com sugestões de intervenção social para esta instituição e poderes políticos (Catarino, 2019a, 2019b, 2019c e Catarino Sem data, 1; 2; 3; 4). Foi consultor da Casa Civil do Presidente da República (2001 a 2006), docente universitário, ocupou cargos técnicos e de direção em órgãos governamentais, foi membro da Comissão de Justiça e Paz, de organismos das IPSS e das Misericórdias, presidente do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, entre as muitas funções desempenhadas em organizações ligadas à Igreja, à sociedade civil e a órgãos governamentais. Fontes disponíveis em: <https://caritas.pt/2021/noticias-noticias/acacio-catarino-um-defensor-dos-direitos-humanos/> e <https://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/arquivos/index.php/acacio-ferreira-catarino>, último acesso em 26/04/2023.

simultaneamente, com o Pacto das Migrações, por exemplo etc., envolvemos também o Primeiro Ministro, envolvemos o presidente da República, ou seja, mas aí numa perspectiva institucional, ou seja aí já com alguma coisa para dizer. Por isso temos feito o trabalho com as instituições públicas dessas duas formas: quando temos alguma coisa para dizer vamos ao ministro, vamos ao *Primeiro Ministro, vamos ao presidente da República e temos muita facilidade em ir, temos muita facilidade em ir, ou aos partidos políticos por exemplo*. Com reuniões com os líderes dos partidos, na altura das eleições nos reunimos com quase todos, e aí mostramos já o que que nós temos para dizer. *Quando queremos trabalhar ao nível da base, ao nível do diagnóstico, ao nível de implementação das atividades nossas, de organização de eventos etc., aí vamos para os técnicos porque são eles que despacham o trabalho*” (Entrevista 1 CP, itálico próprio).

Ao analisar as estratégias de incidência política da Cáritas Portuguesa com base nos dados da análise documental (Caderno, Relatórios, Planos etc.) e das entrevistas, foram identificadas as seguintes formas de incidência, geralmente descritas enquanto *advocacy*, considerando apenas aquelas direcionadas a órgãos e lideranças políticas (local e nacional) e à sociedade portuguesa (Quadro 5.2).

Quadro 5.2 – Estratégias de incidência política da Cáritas Portuguesa

Fonte: autoria própria com base em dados coletados nesta tese.

Tipo de estratégia	Descrição – exemplos
Manifestações públicas	Participam de repertórios de participação política não institucional – <i>Manifestações e marchas</i> , com destaque para aquelas organizadas por redes católicas, como a Marcha Contra a Fome (2006) e Marcha Mundial Contra a Fome (2008) (Cáritas Portuguesa, 2008).
Formulação, execução, monitoramento e implementação de políticas públicas	Colaborar com a <i>elaboração e execução de políticas públicas</i> . Entre estas, planos nacionais como o Plano Nacional de Acção para a Inclusão – PNAI (2007), que teve a colaboração da Cáritas no desenvolvimento e na implementação (Cáritas Portuguesa, 2008).
Cartas	A escrita e o envio de <i>Cartas</i> a órgãos e lideranças políticas. Apenas no âmbito do Núcleo de Observação Social, em seu “1.º Caderno” constatamos a menção a 23 cartas enviadas no período entre 2009 e 2018. Estas tinham por destinatários majoritariamente o ministro do Emprego, Solidariedade e Segurança Social ou ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, seguido do Primeiro Ministro, do presidente da República, da secretária de Estado da Cidadania e Igualdade, do secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, da assessora da Comissão de Saúde da Assembleia da República, da secretária de Estado da Habitação, além do Conselho de Curadores da Fundação Francisco Manuel dos Santos e Caixa Geral de Depósitos. Cartas também foram endereçadas aos partidos políticos, com sugestões de propostas de políticas sociais, de programas de campanha e de governo. Algumas cartas são divulgadas no <i>site</i> , em redes sociais das Cáritas, ou em mídias de comunicação, mas a maioria delas não são oficialmente respondidas.
Notas, cartas e documentos públicos	Além de cartas, <i>outras comunicações oficiais</i> – notas, documentos, ofícios, manifestos, memorial, comunicados – endereçados às autoridades competentes e à sociedade.
	<i>Presença pública</i> – propagandas e campanhas de engajamento, comparecimentos públicos de lideranças da Cáritas em prol de uma demanda

Campanhas de conscientização	ou causa. Exemplo: campanhas de erradicação da pobreza, participação em eventos para publicizar projetos da rede Cáritas. Também são produzidas <i>comunicações</i> institucionais e de opinião de representantes veiculadas em mídias de comunicação <i>on-line</i> , impressa, televisiva e de rádio.
Lobbying nos poderes Legislativo e Executivo quanto à promulgação de legislações e previsões orçamentares para a sociedade civil	<i>Propõem projetos de leis</i> , despacho, portarias e diplomas legais a serem apresentados a autoridades legislativas competentes. <i>Provêm pareceres</i> , quando requisitado a Cáritas Portuguesa, por parte de órgãos legislativos. Exemplos: a CP foi uma das entidades ouvidas para a promulgação da Lei n. 30/2013, “Lei de Bases da Economia Social” ¹²⁰ . Além disso, realizam <i>campanhas/lobbying, pela não aprovação de projetos de lei a que são contrários</i> . Exemplo: entre 2020 e 2023, esteve em tramitação o projeto popularmente conhecido como “Lei de Eutanásia” (Lei n. 22, de 25 de maio de 2023). A Cáritas, suas lideranças, outras ARs e movimentos católicos mobilizaram-se para barrar a aprovação da Lei ¹²¹ .
Consultorias	São chamadas a prestar <i>consultorias</i> , promover o debate público e oferecer posicionamento sobre diferentes assuntos e competências, na condição de especialistas, em consultas públicas, eventos, conselhos e audiências. Exemplo: em 2020, no Segundo Concurso do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, foi realizado um pedido de consulta por parte dos promotores quanto à opinião da Cáritas sobre a melhor forma de distribuir gêneros alimentícios (Cáritas Portuguesa, 2020d).
Audiências e reuniões	Solicitam <i>audiências</i> e realizam <i>reuniões</i> com lideranças políticas e órgãos públicos.
Tomadas de posição pública	Quanto a temas e questões socioeconômicas: Rendimento Básico de Inserção, habitação, solidariedade, pobreza e exclusão social e incidência política, entre outros (Cáritas Portuguesa, 2020d). Também são produzidas <i>comunicações</i> institucionais e de opinião de representantes veiculadas em mídias de comunicação <i>on-line</i> , impressa, televisiva e de rádio.
Representação institucional	Conselho Económico e Social (consultivo) Comissão de Políticas Sociais e da Família Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social (de 2017) Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado Confederação Portuguesa do Voluntariado (integra e preside) Plataforma das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento – ONGDs (desde 2007, já tendo feito parte da direção) Direção da Associação Dignidade Comissão Executiva da PAR Plataforma de Apoio aos Refugiados Fórum Não Governamental para a Inclusão Social – FNGIS (2010) Fórum Abel Varzim (2019) Finanças Éticas e Solidárias ao Serviço do Bem Comum – FESCOOP.
	Interlocação com <i>lideranças políticas e partidos</i> – colaborações e críticas a programas eleitorais e de governo, bem como colocação de demandas.

¹²⁰ Outro exemplo seria o Projeto de Lei n. 857/XII (44.) de 2015, que “Estipula que nenhuma criança fica privada de médico da família”, por meio do qual a Comissão de Saúde da Assembleia da República pediu parecer a um conjunto de entidades¹²⁰. Outros projetos de lei que a CP deu parecer são de temas como eutanásia (Projeto de Lei n. 74/XV/1.^a (PS) 2022) e realização de referendo sobre despenalização de morte medicamente assistida (Projeto de Lei n. 95/XV/1.^a (CH) 2022).

¹²¹ O processo de tramitação da Lei n. 22/2023 (Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/22-2023-213498831>) teve intenso debate público e disputas entre atores políticos e religiosos. O então presidente da Cáritas Portuguesa publicou uma Carta Aberta às Deputadas e Deputados (Disponível em: <https://caritas.pt/2020/noticias-noticias/carta-aberta-de-eugenio-fonseca-as-deputadas-e-deputados/> último acesso 01/12/2023). Nove associações católicas, entre elas a Cáritas, publicaram um Comunicado pedindo ao presidente da República para barrar a aprovação da Lei (Disponível em: <https://agencia.ecclesia.pt/portal/eutanasia-instituicoes-da-sociedade-civil-pedem-que-lei-seja-declarada-inconstitucional/>).

Interações diretas entre lideranças	Além disso, a pesquisa de terreno realizada nas Cáritas Portuguesa possibilitou identificar uma estratégia de atuação e de relacionamento entre as lideranças das Cáritas em Portugal e lideranças políticas não publicizada institucionalmente: <i>as interações diretas</i> . Nas entrevistas realizadas, foi possível perceber que é lugar comum as lideranças da Cáritas cultivarem relações pessoais e profissionais de longa data com políticos e técnicos governamentais, o que oportuniza negociações e práticas de <i>advocacy</i> por meio de ligações, <i>e-mails</i> , reuniões oficiais e extraoficiais. Assim, relações cultivadas entre figuras públicas e redes de contatos e de referências são essenciais como estratégia de atuação da Cáritas Portuguesa, embora isso ocorra de forma não anunciada, como prática normalizada e mesmo histórica de como as relações pessoais e institucionais ocorrem e mesclam-se.
--	---

Quanto à efetividade dessas estratégias de atuação, trata-se de dimensão que foge ao escopo desta pesquisa. Porém, com base na pesquisa documental realizada por meio da análise de relatórios e documentos, foi possível perceber como lugar comum as solicitações e demandas encaminhadas, principalmente a figuras e órgãos públicos, ficarem sem resposta. Ou ainda: que órgãos governamentais consultem e implementem sugestões provindas de organizações da sociedade civil como a Cáritas, sem reconhecerem isso publicamente por alguns motivos, entre os quais, o não interesse em demonstrar como atores governamentais precisam ceder, em alguns momentos, a pressões da sociedade civil. Ou seja, mesmo como uma das organizações da sociedade civil mais reconhecidas publicamente no país em razão de sua atuação e histórico, a Cáritas Portuguesa precisa ser resiliente e insistente para ser ouvida, bem como suas sugestões consideradas na condição de especialistas nas áreas e territórios em que atua.

Quadro 5.3 – Síntese do histórico e repertório de atuação da Cáritas Portuguesa ao longo das décadas

Fonte: autoria própria com base em dados coletados nesta tese.

Anos	Fases	Áreas de atuação/ público-alvo	Estratégias de atuação
1956 a 1974	1. ^a fase – <i>marcada pela centralização da instituição – direção nacional e comissões em nível diocesano</i>	+ Apoios a populações vulneráveis, guerras (ex. pobres, crianças)	+ Distribuição de alimentos e acolhimento de crianças refugiadas da Europa Central (Áustria). + Relações interpessoais entre dirigentes e autoridades políticas e religiosas.
1975 a 2000	2. ^a fase <i>Implementação da promoção social</i>	+ Trabalhadores/as desempregados e soldados retornados da guerra + Investimento na expansão da instituição no interior do país (capilaridade)	+ Apoios à criação de postos de trabalho e abertura de pequenos negócios. + Fortalecimento institucional: equipamentos sociais e formação de agentes. + Desenvolvimento local e incidência nos centros de decisão política (Cáritas Portuguesa, 2001). + Relações interpessoais entre dirigentes e autoridades políticas e religiosas.
2000 a 2010	3. ^a fase <i>Revisão estatutária, descentralização e fortalecimento institucional</i>	+ Prestação serviços a populações vulneráveis (ex. pobres, crianças, migrantes)	+ Formações. + Campanhas, projetos. + Investimento ação Social Paroquial. + Organização de redes e grupos de atuação estratégica pelo país.

		+ <i>Advocacy</i> + Cooperação internacional	+ Parcerias internacionais, com ênfase em países lusófonos. + Relações interpessoais entre dirigentes e autoridades políticas e religiosas. + Emergências.
Anos	Fases	Áreas de atuação/ público-alvo	Estratégias de atuação
2010 a 2020	4. ^a fase <i>Investimentos, incidência política e resiliência institucional</i>	+ Crises, adaptação de repertórios, resposta rápida; + Prestação de serviços a populações vulneráveis (ex. pobres, crianças, migrantes) + <i>Advocacy</i> + Cooperação internacional: Pandemia de Covid-19: emergência	+ Investimento em ampliação do <i>advocacy</i> político e institucional. + Eleições – contatos com candidatos e partidos. + Formação de redes. + Pastoral – grupos de ação social da Igreja, Dia da Cáritas, Projeto +Próximo. + Campanhas como a de Natal, “10 milhões de Estrelas”. + Defesa e investigação, Núcleo de Observação Social, estatísticas, atendimentos, análise do contexto social, tomada de parte em ações de defesa e incidência política. + Projetos: Fundo Social Solidário “Prioridade às Crianças”. + Emergências. + Cooperação internacional. + Relações interpessoais entre dirigentes e autoridades políticas e religiosas.

Dessa forma, considerando em síntese as estratégias da Cáritas Portuguesa nas diferentes décadas e fases de seu histórico de atuação, foi possível observar que a CP tem sido bem-sucedida em se fortalecer institucionalmente, sobretudo ao longo das últimas décadas. Isso tem sido possível em razão dos investimentos na constituição e manutenção de redes internas (Cáritas) e externas (interpessoais, com outras organizações católicas, da sociedade civil, órgãos governamentais, empresas), e adaptação/mudanças de estratégias e repertórios de atuação. Assim, cabe ressaltar ainda dois aspectos centrais quanto ao percurso institucional da Cáritas Portuguesa nas últimas duas décadas:

I – Em sua trajetória, tem alterado e ampliado suas estratégias e áreas de atuação:

a) Investimento na consolidação da rede Cáritas, em Portugal, e nas relações interinstitucionais, redes e parcerias com instituições católicas, religiosas, da sociedade civil, estatais, universitárias, empresariais.

b) Planos estratégicos para cuidar da imagem pública das Cáritas, tornando-se crescentemente uma associação de confiança da opinião pública, comunicação social e autoridades políticas. A divulgação do trabalho e a transparência renderam reconhecimentos múltiplos, como o Prêmio Nacional de Direitos Humanos da Assembleia da República Portuguesa (2012).

c) *Advocacy*: crescente enfoque na incidência política e na defesa de direitos – atuação pública da Cáritas Portuguesa em práticas de *advocacy*, interlocução com lideranças políticas, posicionamento enquanto especialista de demandas sociais, produção de diagnósticos, publicações científicas.

Contribuem na elaboração e implementação de políticas sociais, fazendo sugestões sobre governança: “Recomenda-se que o governo se afaste do modelo tradicional de governação descendente para um modelo participativo de governação horizontal, baseado na confiança, no diálogo e no envolvimento de diferentes atores” (Cáritas Europa, 2020a, p. 20).

II – Em momentos de crise, a Cáritas Portuguesa tem demonstrado resiliência em adaptar seus repertórios de atuação diante de realidades adversas que exigem maior criatividade e competência, o que a destaca como instituição capaz de prover respostas e atendimento imediato para suprir carências e advogar em prol daqueles grupos mais vulneráveis, de modo a ter passado, nas últimas décadas da perspectiva da caridade para a de defesa de direitos.

Desse modo, a Cáritas tem atuado na busca por inverter a curva da pobreza em Portugal; destaca-se que a análise de sua trajetória deixa clara sua resiliência institucional. Conforme já reiterado anteriormente nesta tese, os impactos da crise iniciada em 2008 acabaram por influenciar mudanças de posicionamento público das associações religiosas católicas em Portugal, bem como um distanciamento de posicionamentos mais conservadores da Igreja Católica (Giorgi & Accornero, 2018). Há, assim, aumento e aceleração de um processo já em construção desde os anos 1990, de profissionalização das ARs, como também aproximação com discursos e práticas mais baseados na defesa de direitos e no bem-estar social em múltiplas áreas do que em princípios religiosos de caridade. Portanto, a trajetória da Cáritas Portuguesa parece reproduzir essa tendência mais ampla das ARs portuguesas.

5.2 Cáritas Brasileira

5.2.1 Histórico da Cáritas Brasileira

A Cáritas Brasileira foi fundada em 12 de novembro de 1956 e é uma das 170 organizações-membro da Caritas Internationalis. Foi criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, fundada em 1952) e por Dom Helder Câmara, então secretário geral da CNBB, e o primeiro presidente da Cáritas Brasileira. Até 1966, a associação fazia parte do Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB, do qual se desligou para se tornar entidade juridicamente autônoma (Puzzi, 2013). Foi reconhecida pelo Estado brasileiro como de Utilidade Pública Federal pelo Decreto n. 61.155, de 14 de agosto de 1967 (Forte, 2008).

O primeiro programa da Cáritas Brasileira foi a distribuição dos “Alimentos para a paz”, entre 1956 e 1963. Com a finalidade de gerenciar esse projeto de alimentos, foi criada por Dom Helder Câmara, que estava a cargo da CNBB¹²². Em 1957, a Cáritas passou a distribuir alimentos em todas as regiões do Brasil, por intermédio de dioceses e paróquias, ao mesmo tempo que se expandia institucionalmente,

¹²² Os alimentos provinham dos Estados Unidos, sob coordenação da Catholic Relief Services (CRS, Cáritas da Igreja Católica estadunidense), de parte de um programa de distribuição de alimentos excedentes para o mundo no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, para atender a refugiados e regiões subdesenvolvidas (Adams, 1998). Na América Latina, a distribuição ficou a cargo das igrejas, e entre as exigências do programa estava que, aliado à distribuição dos alimentos, deveriam oferecer cursos profissionalizantes e de alfabetização (Puzzi, 2013).

com a criação de escritórios regionais (Cáritas Brasileira, 2006, p. 3). Assim, “a Cáritas se legitimou na Igreja e na sociedade e foi reconhecida como distribuidora de mantimentos” (Adams, 1998, p. 66).

Essa primeira fase da Cáritas Brasileira é marcada pela “*caridade assistencial*” (conforme autocrítica realizada pela própria associação), por práticas assistencialistas cujo alvo eram pessoas e grupos tidos como necessitados e indefesos (Souza, 2011). Em contrapartida, nesse período, ocorreram os primeiros passos na direção de um trabalho de educação popular e fortalecimento dos movimentos da Igreja Católica, em meio a um regime militar autoritário¹²³.

Nos anos 1970, a Cáritas Brasileira passou por um processo de “renascimento”, com fortes influências das orientações do Concílio Vaticano II (1961-1962) e das Conferências de Bispos Latino-Americanos de Medellín (1968) e Puebla (1979), de opção preferencial pelos pobres e atuação para promoção humana e educação de bases, em contraponto a perspectivas assistencialistas (Puzzi, 2013)¹²⁴. Na ditadura cívico-militar, a Cáritas foi monitorada pelo regime, por sua atuação em organizações populares e revolucionárias (Cáritas Brasileira, 2017). O contexto de crise política que se acentuou nos anos 1980 influenciou a Cáritas a passar “por mudanças organizacionais, bem como por mudanças na sua forma e nas suas prioridades de ação” (Gonçalves & Forte, 2013, p. 1508).

Telmo Adams (1998) cita alguns elementos que incentivaram essa ruptura e reorganização da associação: para além do Concílio Vaticano II e das Conferências, outros eventos de ordem nacional e internacional, como os Congressos da Cáritas e de outros organismos da igreja; o encerramento do programa de alimentos, abrindo espaço para novas formas de trabalhos sociais; a contratação de profissionais e técnicos, principalmente assistentes sociais; a elaboração de documentos e planos de atividades (Adams, 1998). Assim, se nos anos 1970 predominou uma perspectiva de “integração social” na Cáritas, nos anos 1980, os profissionais da área social que assumiram cargos de direção, “apoiados numa metodologia participativa e nas afirmações atualizadas do magistério da Igreja, tiveram uma ação

¹²³ “Contudo, em meio a relações contraditórias de disputa entre as diferentes forças do campo do poder, começou a se fortalecer um trabalho de educação popular. Surgiram movimentos sociais de caráter popular de toda ordem. Com o aval da instituição maior da Igreja, surgiram o Movimento de Educação de Base (MEB), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as diversas pastorais sociais para enfrentarem problemas específicos (indígenas, terra, operários, criança, saúde). Justamente durante o complicado período da ditadura militar surgiram as condições favoráveis para as maiores rupturas nas práticas sociais de agentes de Igreja e assistentes sociais que tomaram posição em favor da defesa da cidadania e da luta pela democratização da sociedade brasileira. Contudo, a Cáritas, enquanto proposta institucional, chegou à perspectiva da transformação social um pouco mais tarde, a partir da década de [19]80” (Adams, 1998, p. 67).

¹²⁴ A CNBB chama esse processo de “conversão”: “Ela passou por um longo processo de conversão que se materializou em mudanças no seu modo de ser e agir. Os problemas da vida das pessoas, das comunidades e de todo o povo não podem ser solucionados com práticas assistencialistas; elas transformam as pessoas em objeto da ação de quem tem recursos e/ou poder de tomar iniciativa, aprofundam a dependência e consagram as estruturas que provocaram a pobreza. Por isso, sem tristezas, com espírito sincero, a Cáritas fez e faz autocrítica das práticas assistencialistas em que esteve envolvida, procurando aprender delas como realizar de forma bem mais coerente sua missão. A Cáritas levou a sério a perspectiva da democracia, onde todas as pessoas têm direito a uma vida digna e descente. Na verdade, elas são os sujeitos dos direitos, inclusive da participação igualitária que constitui a democracia. Por isso, cabe-lhes construir condições de luta para fazer valer seus direitos. E isso deve ser garantido para todas as pessoas através de políticas públicas – políticas de governo assegurem a todas as pessoas os direitos reconhecidos, bem como o seu direito de lutar pelo reconhecimento de novos direitos” (CNBB, 2006, p. 53-4).

decisiva no sentido de fazer do trabalho social um instrumento de organização comunitária e de formação para a cidadania” (Adams, 1998, p. 68).

Nessa segunda fase da Cáritas Brasileira, houve uma procura pela ruptura com práticas caritativas e aproximação de uma perspectiva de promoção humana ou social. Isso foi impulsionado pelo contexto de expansão das pastorais sociais, dos movimentos religiosos e das Comunidades Eclesiais de Base, forçando a Cáritas a uma autocrítica ao seu modelo anterior, assistencialista (Souza, 2011). Isso ocorre em razão de um contexto em que muitas disputas históricas de interesses entre Estado e Igreja Católica se acirram, de forma que as organizações católicas buscaram reconstruir sua legitimidade social (Adams, 1998). O trabalho de base, por meio de associações e movimentos da Igreja, foi uma das principais apostas nesse período para manter o protagonismo católico nas arenas públicas. Na procura por superar práticas assistencialistas e paternalistas, tidas como reprodutoras das desigualdades sociais e do *status quo*, houve intenso investimento em práticas e cursos de formação dos “agentes Cáritas”, termo utilizado institucionalmente para descrever trabalhadores/as contratados/as e voluntários/as vinculados à associação em todo o país. Nessas formações e nas ações desenvolvidas pelas Cáritas, buscou-se o desenvolvimento de metodologias participativas de trabalho do público-alvo.

Em 1986, após o 12.º Congresso Latino-americano da Cáritas, tem-se início oficialmente a uma terceira fase da associação, com o desenvolvimento de um modelo de “*caridade libertadora*” (Souza, 2011) na qual, para além da denúncia das injustiças sociais, procurava-se estimular “empreendimentos e processos de organização dos empobrecidos, estimulando a que eles mesmos lutem pela sua emancipação ou libertação integral”, propondo uma “formação para a cidadania solidária, onde os excluídos se tornem agentes políticos individuais e coletivos, na conquista de direitos negados” (Adams, 1998, p. 68). A formação para a cidadania, com práticas sociais educativas e alternativas nas áreas de trabalho, saúde, educação e moradia tornaram-se prioridades de ação (Adams, 1998).

Sendo assim, a Cáritas Brasileira foi profundamente influenciada pela Teologia da Libertação, ao mesmo tempo que integrou e influenciou esse “movimento”, com vistas a colocar em prática seus postulados. Entre os anos 1980 e 1990, com o processo de redemocratização brasileira em curso e a força dos movimentos religiosos, das Comunidades Eclesiais de Base, da educação popular, da reorganização da sociedade civil e das novas personagens em cena (Sader, 1988), enraizava-se a perspectiva de que a pobreza e a fome resultavam de processos estruturais, econômicos e políticos do capitalismo e do neoliberalismo, e que apenas com transformações estruturais se poderia romper com esse sistema (CNBB, 2006). Assim, a concepção de que essas mudanças são possíveis por intermédio da emancipação e do protagonismo dos excluídos passou a ser a perspectiva oficial da Cáritas Brasileira, com a elaboração de materiais educativos que visavam conscientizar os agentes da Cáritas quanto a isso. “Em vez de distribuir bens materiais, previamente doados por pessoas ou instituições, para pessoas que deles têm carência, o que cabe à Cáritas é despertar as pessoas em relação aos seus direitos e apoiar sua organização para exigir sua realização” (CNBB, 2006, p. 54).

Desse modo, o próprio significado historicizado da palavra “caridade” é redefinido, aproximando-se do sentido de solidariedade (conforme discutiremos no Capítulo VII). A libertação é compreendida como protagonismo dos sujeitos das ações da Cáritas na transformação social, bem como superação das situações de exploração e domínio que perduram (Rodrigues, 2007). Segundo documentos institucionais, na Cáritas Brasileira “a caridade, o amor libertador se faz presente em todas as formas de solidariedade, mesmo nas de socorro imediato, desde que realizadas como reconhecimento de um direito das pessoas e como um convite para uma prática maior de cidadania”, estendendo-se “até as ações que têm como objetivo a transformação profunda das estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais de uma sociedade” (Caritas Brasileira, 2003, p. 22).

Nos anos 1990, com a promulgação da nova Constituição brasileira de 1988 e o processo de redemocratização, houve a institucionalização de espaços participativos e deliberativos, como os conselhos de políticas públicas, fóruns e comitês. Nessa direção, a Cáritas Brasileira, além de manter sua atuação comunitária e emergencial, passou a incluir enquanto área prioritária de ação esses espaços de articulação, monitoramento e execução de políticas (Adams, 1998).

Em síntese, nas primeiras décadas de existência institucional, a Cáritas Brasileira atravessou diferentes fases, passando de uma perspectiva assistencialista para um discurso institucional cujas estratégias de atuação se voltavam para a promoção humana e uma “caridade libertadora”. Apesar desse esforço institucional para atuar de modo mais progressista, sendo a Cáritas Brasileira um organismo da CNBB que tem autonomia jurídica, mas não independência da Igreja, nela se reproduzem as contradições características das instituições católicas:

Contudo, dentro da Cáritas estão reproduzidas as contradições da Igreja. Devido a isso, em muitos locais, a sua ação esteve e continua dependente e aprisionada por uma orientação tradicional dos dirigentes da Igreja. O social é uma trama complexa de conflitos. Mas a visão hegemônica no campo católico é a de medo do conflito, vendo-o, inclusive, como pecaminoso porque quebra a harmonia das relações de fraternidade. Em decorrência, continua-se reforçando uma prática assistencialista de adaptação dos indivíduos à sociedade. Não se trata aqui de aprofundar essa questão que é relevante e constituinte do campo religioso, onde a disputa de interesses está presente, mesmo que de forma velada. De outra parte, é no contraponto da contradição que se criam as condições para as rupturas. É esse processo dinâmico, especialmente dos últimos 10 anos, que faz com que a Cáritas venha desempenhando uma inegável contribuição na formação da cidadania. A ação direta de muitos agentes na organização de grupos de base em comunidades de periferia, a articulação com movimentos e organizações populares, o engajamento em conselhos paritários municipais e estaduais em vista da luta por políticas públicas, são alguns exemplos de práticas que garantem a legitimidade e atualidade da instituição. (Adams, 1998, p. 68-69).

5.2.1.1 Cáritas e Economia Popular Solidária

A partir dos anos 1980, a Cáritas passou a apoiar e incentivar, bem como dar suporte a iniciativas de caráter associativo e cooperativo de grupos comunitários, os quais tivessem capacidade de prover mudanças positivas na vida das pessoas por meio de práticas solidárias e coletivas (Bertucci & Silva, 2003, p. 13).

Os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) foram, durante os anos 1980, concebidos como instrumentos na busca de “alternativas de sobrevivência”, tornando-se uma das principais estratégias de ação da Cáritas dentro da perspectiva de “caridade libertadora”. Iniciado na região Nordeste, marcada pela seca e pobreza, os PACs visavam prover recursos de atividades produtivas e de consumo para famílias da zona rural, que, organizadas e assessoradas, pudessem construir comunitariamente saídas com autonomia e dignidade para a condição de miséria (Bertucci & Silva, 2003, p. 14). Os PACs fizeram parte de um contexto mais amplo de enfrentamento das graves crises dos anos 1980, sendo adotados por muitas organizações da sociedade civil (ou não governamentais, conforme terminologia da época; ver Landim, 1993b) como estratégia de atuação. Embora não tenham sido um projeto exclusivo de associações/instituições da Igreja Católica, a Cáritas obteve o protagonismo nacional no desenvolvimento desse programa.

As Cáritas regionais e diocesanas apoiavam os PACs por intermédio de financiamento, assessoria e acompanhamento da implementação dos projetos, com a finalidade de promover a ajuda mútua, o fortalecimento de vínculos comunitários, como também a educação popular e a formação sociopolítica. As iniciativas compreendiam principalmente a produção e comercialização de alimentos, produtos agrícolas, criação de animais e captação de água (Bertucci & Silva, 2003, p. 14/15), o que viabilizava a pequena produção e o fortalecimento das organizações de base (Silva, 2020b, p. 406). Entre os tipos de projetos apoiados, figuravam os produtivos, de infraestrutura, de prestação de serviços, de formação educativa e de apoio a movimentos populares (Silva, 2020b). Segundo pesquisa realizada por Bertucci e Silva (2003), apenas entre 1995 e 2000, a Cáritas Brasileira, por intermédio das Cáritas regionais e diocesanas, apoiou 1.004 PACs, o que envolveu diretamente 57 mil pessoas e mais de sete milhões investidos segundo áreas prioritárias de intervenção.

Nos anos 1990, a Cáritas avaliou os impactos do projeto dos PACs por intermédio de metodologias participativas, com rodadas de discussão entre agentes Cáritas, participantes dos PACs e parceiros (Bertucci & Silva, 2003). Com isso, foram identificados os potenciais de articulação das PACs quanto a proverem formas alternativas e sustentáveis de sobrevivência; ainda, não tinham sentido em si mesmas, o que contribuiu com o fortalecimento comunitário, práticas de solidariedade e protagonismo das populações excluídas. Assim, os PACs “tinham uma orientação estratégica emancipatória para além da resistência, se constituindo em instrumentos de mobilização, formação crítica e fortalecimento de

organizações populares para conquista e garantia de direitos” (Silva, 2020b, p. 411), indo além, portanto, de objetivos econômicos e produtivistas¹²⁵.

Os projetos eram financiados por intermédio de Fundos de Apoio aos PACs, principalmente por entidades da cooperação internacional¹²⁶, sendo os repasses acompanhados de processos continuados de capacitação e planejamento participativo. Como um microcrédito, previa-se a devolução dos recursos por meio de acordos celebrados para que fossem aplicados em outros projetos, de modo a serem experiências educativas de autonomia e superação de paternalismo/assistencialismo (Bertucci & Silva, 2003). Visavam, ainda, apoiar a articulação em fóruns e redes, espaços de fortalecimento, de trocas de experiências e de proposição de políticas públicas (Bertucci & Silva, 2003).

Dessa forma, os PACs tornaram-se sementes de um projeto ambicioso que encontrou terra fértil em solo brasileiro: a economia popular solidária (EPS). A EPS é impulsionada como resposta às crises de trabalho e renda e de proposição de políticas públicas, enquanto perspectiva e ideologia alternativas ao capitalismo, com vistas a um novo projeto de sociedade¹²⁷. “Nasce de uma postura crítica frente ao atual modelo de exclusão e se guia por um mercado solidário” (Bertucci & Silva, 2003, p. 70). Na Cáritas Brasileira, a concepção de EPS implementada tinha caráter integrador, “no sentido de que, indo além do econômico, busca[va] viabilizar instrumentos de organização, cidadania e educação popular” (Bertucci, Silva, 2003, p. 72)¹²⁸.

¹²⁵ “A Cáritas reconhece que sua intervenção não deve estar restrita nem centralizada no fornecimento de crédito e/ou de assistência técnica nas iniciativas produtivas. A sua grande contribuição deve ser formativa dos sujeitos para uma nova forma de construir relações solidárias. Cabe à Cáritas animar e estimular a prática da solidariedade coerente com uma alternativa de desenvolvimento humano, sustentável e solidário. Esse processo passa necessariamente por uma mudança cultural no rumo da solidariedade. Por isso, estimular a produção de bens e a sua comercialização é importante, mas não suficiente para a Cáritas. As redes de EPS devem ser de produção, comercialização, consumo, mobilização, construção de políticas, fortalecimento de cidadania e construção de um novo modelo de desenvolvimento” (Bertucci & Silva, 2003, p. 94).

¹²⁶ “Várias entidades e organismos estrangeiros têm apoiado financeiramente os PACs, entre os quais se destacam: Cáritas (Suíça/Alemã); Misereor, Zentrastelle Fur Entwicklungshilfe, Cordaid (Holanda) e Entraide et Fraternité (França)” (Bertucci & Silva, 2003, p. 20).

¹²⁷ A construção de uma economia diversa, para além da acumulação de lucros, tem sido estudada segundo muitas perspectivas teóricas: economia solidária, economia social, outras economias, bens comuns, economia popular, entre outras (Diniz, 2019). No Brasil, a partir dos anos 1990, destaca-se o termo “economia popular solidária” (EPS), cujo principal estudioso no país é o economista Paul Singer. O termo é utilizado “para abranger um conjunto heterogêneo de práticas econômicas realizadas pelos trabalhadores a partir de sua própria força de trabalho, com o objetivo de assegurar a reprodução da vida social” (Diniz, 2019, p. 963). A EPS tornou-se tanto uma perspectiva econômica alternativa, a que muitos intelectuais se dedicaram a desenvolver e debater, quanto um movimento social com múltiplas formas de ativismo, por parte de atores da sociedade civil, religiosos, governamentais, por meio de financiamento e apoio a experiências alternativas como os PACs. Constituiu-se, assim, como instrumento de grande esperança e aposta no futuro nas últimas décadas, dando ênfase a práticas de solidariedade e cooperação, visando a uma nova concepção de sociedade e economia.

¹²⁸ “[...] a partir de 2000, entra no vocabulário dos Agentes de Cáritas a expressão Economia Popular Solidária (EPS), que passaria a designar os antigos PACs, que constituíram o Programa criado para forjar uma economia não capitalista, de acordo com os princípios da cooperação, da autogestão, da igualdade, da democracia e da preservação do meio ambiente” (Forte & Gonçalves, 2013, p. 1.513).

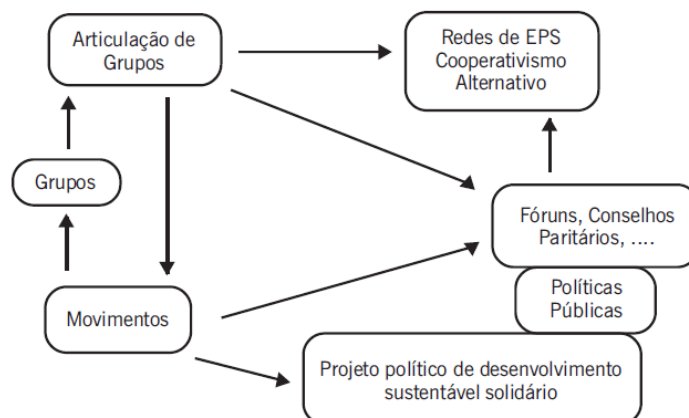


Figura 5.4 – *Articulação da Economia Popular Solidária na Cáritas Brasileira*. Fonte: Bertucci & Silva (2003, p. 71).

Segundo Paul Singer, a experiência de economia popular solidária da Cáritas como os PACs é, no Brasil, “uma das mais importantes experiências de autolibertação coletiva patrocinada pela Igreja e protagonizada por comunidades das classes populares” (Singer, 2003). Com base nos princípios de autogestão, solidariedade, democracia, cooperação e do bem viver, fundamentados nos direitos humanos e da natureza, há quatro décadas a Cáritas apoia experiências de EPS, enquanto estratégia de atuação institucional, com o propósito de mediar e influenciar social e politicamente a construção de novos paradigmas do que compreendem por desenvolvimento humano, local e sustentável no Brasil. Assim, a procura pela “transformação dessas alternativas econômicas solidárias em políticas públicas” (Bertucci & Silva, 2003, p. 84) constituiu o principal desafio da Cáritas, que visou assegurar às EPS que se proliferassem e fossem bem-sucedidas em solo brasileiro¹²⁹.

Nesse sentido, a Cáritas tem apoiado o fortalecimento e a articulação de fóruns de economia solidária e outros espaços de formação, informação e planejamento no âmbito estadual quanto às políticas públicas (Cáritas Brasileira, 2020b). A CB “reconhece a necessidade de atuar na incidência política, buscando alternativas econômicas solidárias, pautadas em políticas públicas estruturantes, para o ‘desenvolvimento’ sustentável dos territórios através do empoderamento das pessoas inseridas nos empreendimentos” (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 24). Exemplos de fóruns e conselhos que a Cáritas Brasileira integra são o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), o grupo de responsabilidade social do Conselho Federal de Economia (COFECON), a Articulação Brasileira para Economia de Francisco e Clara (ABEFC) e a coordenação executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

¹²⁹ “A Cáritas atua há 40 anos no campo da Economia Solidária, acompanhando grupos de base, fóruns locais, estaduais e nacionais e desenvolvendo projetos em diversas escalas. Integra uma ampla rede de entidades de apoio e fomento aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que promove um conjunto de iniciativas, com recursos públicos e privados, no propósito de ampliar a capacitação, a articulação e o empoderamento desses empreendimentos, para que assumam o protagonismo político e desenvolvam ações de incidência nas políticas públicas. Tais iniciativas, no entanto, ainda não conseguem dar conta da estruturação e consolidação dos EES, do ponto de vista gerencial e do ponto de vista econômico” (Cáritas Brasileira 2020b, p. 32).

(FEBS). Tem investido, ainda, no apoio e fomento das redes de entidades de apoio às iniciativas de economia solidária.

Dados mais atuais, de 2021, informam que aproximadamente 600 agentes Cáritas das 187 entidades-membro trabalhavam em empreendimentos solidários em todo o país, constituídos por “jovens, grupos de cultura, catadores e catadoras de materiais recicláveis, mulheres, população em situação de rua, populações rurais e urbanas, migrantes, comunidades em situação de risco, famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família”, além, ainda, de “quilombolas, indígenas, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária” (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 28). Desde 2004, a Cáritas apoiou mais de 100 mil pessoas de forma direta ou indireta apenas nessa área da economia solidária. Assim, a associação considera a economia solidária enquanto “resposta profética e um ressoar de esperança do local para o global, desencadeando microrrevoluções” sendo isso possível “por meio das pessoas que fazem parte dos grupos, coletivos e redes de EPS e que conjuntamente colaboram para o fortalecimento da sociedade do Bem Viver e do cuidado com a Casa Comum” (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 28).

Embora fortalecer as iniciativas de EPS tenha sido uma das principais prioridades da rede Cáritas nas últimas quatro décadas, muitos desafios persistem: limites de acompanhamento por parte dos agentes Cáritas dos agora denominados “empreendimentos econômicos solidários” (EES), em função de quadros reduzidos, insuficiência dos recursos e dificuldades de gestão dos fundos; “o acesso e protagonismo dos excluídos/das que integram os EES; as dificuldades de acesso e controle social das políticas públicas para o fortalecimento das iniciativas de EPS e a pouca visibilidade e difusão das iniciativas de EPS e de seus resultados” (Cáritas Brasileira, 2020b, p. 24-25).

Segundo Roberto Silva (2020b), a principal contribuição da Cáritas Brasileira seria seu apoio e fomento ao “movimento da economia popular solidária”, que colabora para que a EPS se expanda tanto territorialmente quanto política e economicamente, existindo enquanto práticas econômicas alternativas reais e estratégicas, bem como políticas públicas de desenvolvimento sustentável e solidário (Silva, 2020b, p. 411). Entretanto, essas iniciativas de economia solidária, por visarem a uma economia alternativa às lógicas de acumulação capitalistas, sofrem as represálias e as barreiras de sua natureza antissistema ao procurar romper com a economia capitalista desde o seu interior, entre elas, a dimensão de precariedade e da possibilidade sempre iminente de desaparecimento ou cooptação (Diniz, 2019). Nessa direção, uma das principais estratégias utilizadas para lutar contra as fragilidades organizativas inerentes a essas iniciativas de economia solidária foi a sua articulação em redes e fóruns, para romper com o isolamento de pequenos projetos, o que tem sido bem-sucedido nas últimas décadas (Silva, 2020b).

5.2.2 Cáritas Brasileira nos anos 2000: estratégias de atuação

No Brasil, a primeira década dos anos 2000 foi marcada pelo processo de consolidação das instituições participativas (conselhos de políticas, conferências de políticas, orçamento participativo) como inovações democráticas em todo o território brasileiro. Os investimentos da Cáritas nesses espaços de

articulação em redes e em instituições participativas dobram, por ser um período de incentivos políticos e financeiros.

“Nas últimas décadas, de 2000 para cá, nós tivemos, vamos dizer, duas fases: *uma fase de muito acesso as políticas públicas, se a gente olha de 2000 a 2010, 2015*, nós tivemos uma parceria muito forte com as políticas públicas, voltadas sobretudo para as grandes áreas de pobreza do Brasil, sobretudo o povo de rua, o semiárido, que é um bolsão de pobreza, nós tivemos muito, voltado para a questão do trabalho voltado para as mulheres, a juventude, e aí foram muitos projetos que fortaleceram essa perspectiva da economia popular solidária, e tinham estes eixos, economia popular solidária e agricultura familiar, geração de trabalho e renda. Nós podemos avaliar que foi um período de muita conquista, de muitos projetos, de muitas parcerias e havia uma aproximação muito forte com os órgãos governamentais: Ministério da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Social, e nesse período também houve um fortalecimento muito grande dos conselhos de direitos, conselho da segurança alimentar, conselho da Assistência Social, conselhos voltados pros direitos das mulheres da Juventude e adolescência, então nós tivemos nesse período inclusive uma incidência muito forte nas grandes conferências, voltadas para saúde, para educação, para moradia, para conquista de direito. Então nesse período também, como a Cáritas tem uma relação muito forte com a cooperação internacional, houve uma saída do apoio de muitas entidades da cooperação internacional, E nesse período também a gente observava que realmente as políticas públicas sociais elas chegaram à ponta, porque havia uma inserção muito forte da sociedade civil, porque a Cáritas a gente tem o nosso caráter, é religioso, mas a Cáritas tem um braço muito forte na articulação com os movimentos sociais” (Entrevista 3 CB, itálico próprio).

Essa capilaridade e essa capacidade de articulação foram essenciais para que a Cáritas conseguisse lidar com o outro lado da moeda nessa primeira década dos anos 2000: o crescimento de processos de investigação e criminalização das organizações da sociedade civil no Brasil, principalmente daquelas que receberam fundos durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011). Ao longo das duas primeiras décadas dos anos 2000, essa criminalização de organizações e movimentos da sociedade civil, principalmente daqueles de esquerda e com algum tipo de vínculo ao Partido dos Trabalhadores, cresce, tendo ápice no governo de Jair Bolsonaro (2019 a 2022), como veremos adiante. Em 2007, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) voltada para as ONGs é aberta com o objetivo de investigar repasses a OSCs brasileiras (Congresso Nacional, 2010). Na Figura 6.5, é possível observar que associações/entidades católicas, como a Cáritas Brasileira e a Pastoral da Criança, estão entre aquelas com maior quantitativo de repasses entre 2002 e 2006.

CNPJ/Favorecido	Mod. 50	%
05080329000123 - ASSOCIACAO PROGRAMA UM MILHAO DE CISTERNAS PARA O SEMI-ARIDO	170.068.005,95	82,29
69270486000184 - INSTITUTO PAULO FREIRE	6.600.000,00	3,19
33654419000116 - CARITAS BRASILEIRA	5.516.748,40	2,67
33641358000152 - SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA SESI	4.140.966,77	2,00
16439002000111 - FUNDACAO DE APOIO AO MENOR DE FEIRA DE SANTAN	3.197.650,00	1,55
05653393000156 - GERAR - GERACAO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVI	3.000.000,43	1,45
55492425000157 - ASSOCIACAO NACIONAL DE COOPERACAO AGRICOLA	2.242.790,00	1,09
03151583000140 - FUNDACAO UNIVERSITARIA DE BRASILIA	2.000.000,00	0,97
00975471000115 - PASTORAL DA CRIANCA	1.591.850,00	0,77
33654419001198 - CARITAS BRASILEIRA	1.399.562,27	0,68
73471989000195 - SEST SERVICO SOCIAL DO TRANSPORTE	1.008.000,00	0,49
TOTAL	200.765.623,82	97,15

Figura 5.5 – Relatório da CPI “das ONGs”: gastos do programa de Acesso à Alimentação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, governo Lula (2002 a 2006). Entidades sem fins lucrativos com maior volume de recursos recebidos na modalidade 50, entre 2001 e 2006. Fonte: Congresso Nacional (2010, p. 418). Relatório final da “CPI das ONGs”.

A segunda década dos anos 2000, no Brasil, foi marcada por retrocessos das organizações da sociedade civil, que vivenciaram perseguições, críticas, redução de recursos e desincentivos à atuação, principalmente na área de *advocacy*. A Cáritas procurou apoio com a cooperação internacional para manter projetos e a sustentabilidade da associação.

“E depois em 2014, 2015, começando a crise e depois com a queda do Governo da Dilma né, aí houve praticamente uma paralisação geral no acesso a recursos, a políticas públicas, e o governo Temer já sinalizou muito isso né, e depois com o governo Bolsonaro aí realmente foi zerado. Hoje praticamente nós não temos nenhum apoio, nenhuma política pública voltada do governo federal, no sentido de políticas públicas. E aí *nós estamos retomando o discurso com a cooperação internacional. E retomando também o processo da articulação com a sociedade civil*, foram desarticulados os Conselhos, o Conselho de Segurança Alimentar Nacional, todos os conselhos praticamente foram desativados, e nós tínhamos uma incidência muito forte né, com outros parceiros nessa perspectiva da conquista de direitos, na articulação dos conselhos regionais, estaduais até Federal.

[...] Então *essa rede foi muito abalada pela nova política governamental que praticamente desmobilizou esses espaços de conquista de direitos*. E aí hoje nós estamos sobrevivendo né, sobrevivendo de pequenos apoios da cooperação internacional, campanhas internas que nós realizamos, e pequenos projetos de parceiros locais no Brasil. É um pouco isso, mas com muitos desafios e dificuldades” (Entrevista 3 CB, itálico próprio).

5.2.2.1 Organização atual da Cáritas Brasileira

Com base em dados atualizados, a Cáritas Brasileira é composta atualmente pelo secretariado nacional, 12 secretariados regionais e 5 articulações, sendo a Rede Cáritas um conjunto de associações constituído por 187 entidades-membro.

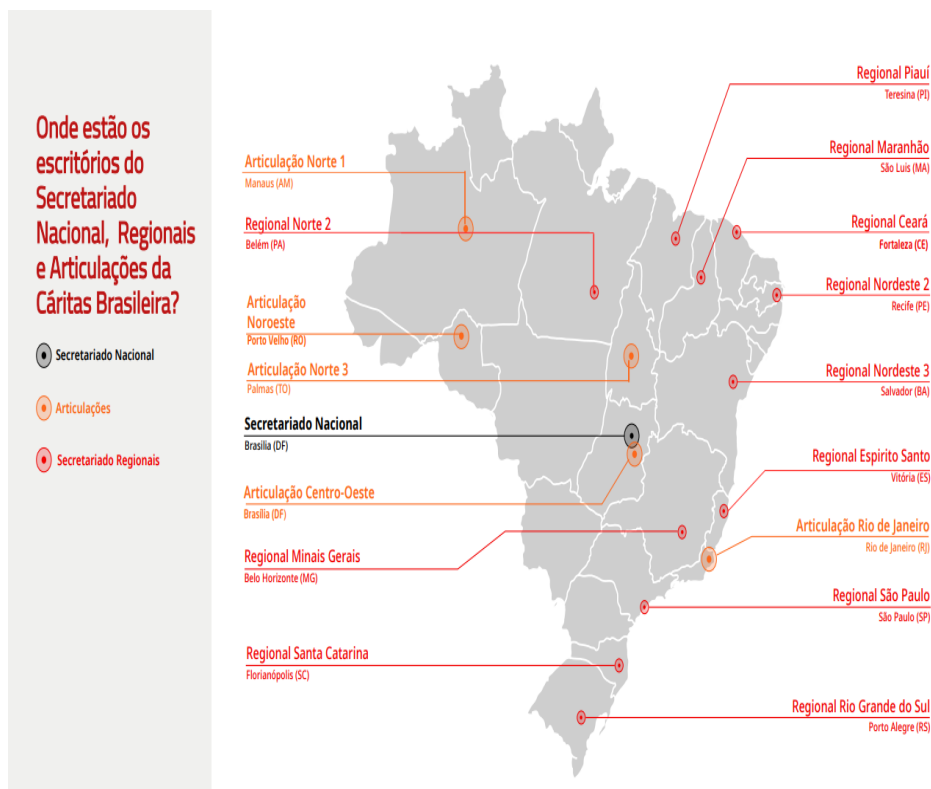


Figura 5.6 Mapa de distribuição da Rede Cáritas Brasileira. Fonte: Cáritas Brasileira (2022a, p. 06).

A Cáritas Brasileira é organizada hierarquicamente por: assembleia Nacional geral (reúnem-se anualmente, como também a cada quatro anos para eleições dos membros da diretoria e representantes das entidades-membro); Diretoria Nacional, Secretariado Nacional (eleitos pela assembleia geral), Espaços Auxiliares de Gestão¹³⁰, Assembleias Regionais, Entidades-Membro (Cáritas regionais, diocesanas, bem como outras associações vinculadas). Segundo seu Estatuto de 2016, a Cáritas Brasileira “orientará sua política de ação sempre de acordo com as diretrizes da CNBB e a Doutrina Social da Igreja” (Cáritas Brasileira, 2016, p. 07). Nas assembleias nacionais, são definidas pelas entidades-membro as áreas prioritárias em que a rede atuará nos próximo quatro anos (Forte, 2008)¹³¹.

Quanto ao perfil dos agentes Cáritas, em 2019, do total de 7.258 pessoas em todo o território nacional, 73% são voluntários/as e 33% contratados/as (Cáritas Brasileira, 2020a). A presença feminina se sobressai, com 60% de agentes mulheres, que também eram 60% das secretárias regionais em 2019

¹³⁰ “Mas a Caritas tem vários espaços auxiliares de gestão, que são grupos de trabalho, comissões, comitês que se encarregam de uma articulação entre os escritórios regionais com uma instância nacional para discutir aquelas temáticas de caráter mais estratégico, ou mesmo de caráter mais conjuntural” (Entrevista 1 – CB).

¹³¹ “Já em relação à estrutura da CB, temos (Estatuto CB, 2016, p. 3): (a) a Assembleia Geral, (b) a Diretoria; (c) o Conselho Fiscal; (d) o Conselho Consultivo; (e) o Secretariado Nacional. A Assembleia Geral é o órgão da CB que inclui todos os membros (Cáritas locais) e um membro da diretoria geral. Este órgão tem como função criar novas Cáritas, definir linhas de atuação, eleger membros para outros órgãos. A Diretoria, por sua vez, é o órgão executivo responsável por organizar as atividades desenvolvidas a partir das linhas gerais estabelecidas na Assembleia Geral. O Conselho fiscal examina a aplicação de recursos da instituição e faz a contabilidade; o Conselho Consultivo, por outro lado, é responsável por fiscalizar a aplicação das linhas gerais e os programas da CB. Por último, o Secretariado Nacional tem como função realizar a administração burocrática da instituição” (Lima Filho, 2020, p. 23).

(Cáritas Brasileira, 2020a). Um total de 10% dos agentes Cáritas têm vínculo com a vida religiosa (sacerdotes, diáconos, freiras). Nas entrevistas realizadas, evidencia-se também o processo de profissionalização dos trabalhadores/as dentro da associação:

“Nos últimos anos, como eu te falei, se antes eu acho que talvez a gente tinha muito mais pessoas que vinham em um perfil de igreja, das pastorais, que contribuem muito nas articulações, hoje a gente tem muita qualificação técnica da equipe. Eu vejo isso nos últimos dois, três anos na Cáritas, que a gente percebeu que precisava ter pessoas que tivessem essa capacidade de fazer um diálogo com os movimentos sociais, com as outras organizações da Igreja, mas que também tivesse conhecimentos técnicos ali, pelo menos, assim, em algumas posições que são chave; que hoje eu vejo que tem mais e que a gente tem uma equipe qualificada e que está se qualificando também. Olhando, observando esses dois aspectos tanto pessoas que conseguem fazer esse diálogo para dentro da Igreja, mas também que tenha essa qualificação técnica para pensar estrategicamente alguns pontos” (Entrevista 2 CB).

Dessa forma, “a história da Caritas no Brasil é uma história vinculada à história da Igreja Católica no Brasil, uma história das organizações de base, dos movimentos eclesiais, de luta contra a ditadura” (Entrevista 1 CB), em que esse “aspecto místico” religioso se faz muito presente na organização. Formou-se, assim, uma cultura institucional-religiosa particular dentro da Cáritas, na qual trabalhadores/as com vínculos religiosos (voluntários/as e membros da diretoria) e outros contratados/as enquanto técnicos, vivenciam conflitos e estranhamentos, de forma que “se o trabalhador é mais ou menos religioso, mais ou menos espiritual, tem mais ou menos fé, tem todo um processo de adaptação a rotina da instituição” (Entrevista 1 CB).

Conforme é destacado na Figura 5.7, os princípios, a missão e a diretriz da Cáritas Brasileira fundamentam-se tanto por princípios religiosos de “testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus Cristo” quanto pela defesa e promoção da vida mediante práticas de democracia participativa, de justiça e de uma cultura de solidariedade transformadora.

PRINCÍPIOS

- ✓ Defesa e promoção da vida para a construção da sociedade do Bem Viver;
- ✓ Mística e espiritualidade libertadora, ecumênica e inter-religiosa;
- ✓ Cultura de solidariedade transformadora;
- ✓ Protagonismo das pessoas em situação de vulnerabilidade, de risco e/ou exclusão social;
- ✓ Democracia participativa e justiça socioambiental;
- ✓ Relações de equidade étnico-raciais, de gênero e geração;
- ✓ Projeto popular de sociedade justa, solidária e sustentável;
- ✓ Pastoralidade e transformação social;
- ✓ Cáritas no coração da Igreja e na sociedade, no serviço com os pobres.

Missão da Cáritas Brasileira

Testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo e promovendo toda forma de vida e participando da construção solidária da sociedade do Bem Viver, sinal do Reino de Deus, junto com as pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Diretriz Geral de Ação

Construção solidária, sustentável e territorial de um projeto popular de sociedade democrática e de direitos.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

- Promoção e fortalecimento de iniciativas locais e territoriais na construção da sociedade do Bem Viver;
- Defesa e promoção de direitos, construção e controle das políticas públicas;
- Organização, fortalecimento e sustentabilidade da Rede Cáritas;
- Formação permanente do voluntariado.

Figura 5.7 – Princípios, missão e diretriz geral de ação da Cáritas Brasileira. Fonte: Cáritas Brasileira (2022a, p. 06).

A Cáritas Brasileira tem uma particularidade em comparação com outras Cáritas (como a Portuguesa, por exemplo): a realização de eleições, a cada quatro anos, para a escolha dos membros da diretoria (Cáritas Brasileira, 2021b). Mesmo que o estatuto defina que a presidência da Cáritas deva ser ocupada por um dos bispos da CNBB, as 187 entidades-membro votam para escolher o presidente e a chapa de membros da diretoria. A decisão é, então, referendada pela CNBB. Os entrevistados apontam que há um esforço de articulação nas eleições para que chapas e membros da diretoria contemplem diferentes regiões do país, “para que todo o Brasil se veja representado na diretoria” (Entrevista 3 CB).

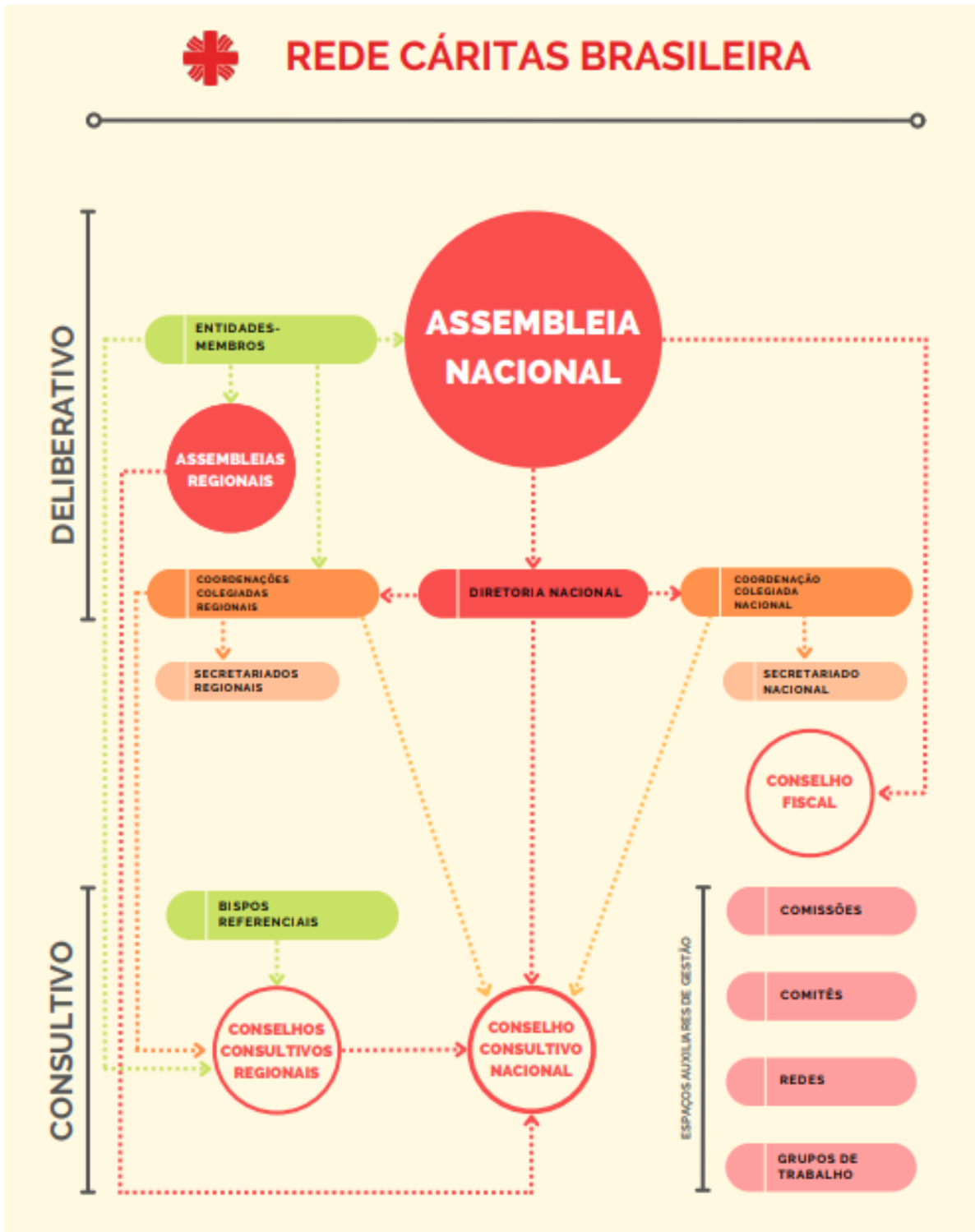


Figura 5.8 – Organograma da Cáritas Brasileira. Fonte: Cáritas Brasileira (2023, p. 37).

Segundo documentos institucionais, a Cáritas Brasileira adotou um modelo de “Gestão Compartilhada” desde o “final da década de 1990, após um processo de reflexão e atualização da sua forma e maneira de ser e estar na igreja e na sociedade”, sendo uma “Rede de entidades ímpares, diversas e culturalmente enraizadas em praticamente todo o território do país continental que é o Brasil” (Cáritas Brasileira, 2023, p. 36).

Em 2022, a Cáritas Brasileira tinha sete áreas prioritárias de atuação:

1) **Infância, adolescência e juventude** – proteção social e defesa de direitos da infância, adolescência e juventude. “Ações diversas de incidência política contra violências e violações de direitos contra crianças e adolescentes” (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 13). *Projetos*: Programa de Infância, Adolescência e Juventude PIAJ, desde 2000.

2) **Economia Popular Solidária (EPS)** – “Seja no campo, na floresta ou na cidade, a Cáritas vem semeando e fortalecendo um outro modelo de produção, distribuição, comercialização e consumo. Vem promovendo a organização coletiva e desencadeando processos libertários” (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 27) *Projetos*: Redes de cooperação solidária, Projeto Nossa Feira Popular e Solidária, Projeto Fortalecimento da Economia Solidária no Brasil (2014 a 2019) – coordenado pela Cáritas Brasileira, fomentou 166 empreendimentos em todas as regiões brasileiras é financiado pela União Europeia. Desses empreendimentos, 70% participam de espaços de controle de políticas públicas.

3) **Migração e refúgio** – Desde 2016, tornou-se área prioritária. Com 71 mil pessoas atingidas em 2021, “a Rede Cáritas se empenhou no apoio aos migrantes com atendimento psicossocial, orientação jurídica, assistência para acesso serviços públicos”, além de “entregas de cestas básicas, cartões de débito para alimentação, bolsas de subsistência, kits de higiene e de limpeza, entre outros” (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 41). *Projetos*: Casa de Direitos, Projeto Europana, Plataforma MigraSegura, Projeto de Fortalecimento da Rede Cáritas, Projeto Orinoco “Águas que Atravessam Fronteiras”, Plataforma Novos Rumos – Migrantes.

4) **Convivência com os biomas** – “A temática da convivência com os biomas tem grande importância para a Cáritas Brasileira, pois faz parte de sua missão defender a vida e os territórios”, sempre “tendo como perspectiva a proteção social, a garantia de direitos e a promoção de acesso a um conjunto de políticas públicas por parte dos povos incluídos em distintos ecossistemas” (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 49). *Projetos*: específicos das Cáritas das regionais.

5) **Meio ambiente gestão de riscos e emergências** – “A entidade promove ações de solidariedade nacionais e internacionais de atendimento a comunidades afetadas por desastres socioambientais ou que estão em situação de vulnerabilidade em áreas de risco” e, somado a isso, “também desenvolve ações de prevenção a desastres, incidindo junto ao poder público municipal, estadual e federal de modo a fortalecer a gestão de riscos integral no Brasil” (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 60). *Projetos*: Ação solidária emergencial “É tempo de cuidar”; curso “Incidência e monitoramento de políticas públicas de proteção socioambiental”.

6) **Segurança alimentar e nutricional** – essa área visa “garantir e assegurar a todos e todas as condições de acesso a alimentos saudáveis básicos, seguros e de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares culturalmente adaptadas e saudáveis” (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 72). A principal forma de atuação nessa área é por *incidência política*: a rede

Cáritas, nacionalmente e localmente, tem atuado “em conselhos estaduais, contribuindo nos processos de proposição e monitoramento de políticas na perspectiva da garantia de direitos às populações mais pobres do Brasil, seguindo no restabelecimento desta política e de seus espaços institucionais de participação e controle social” (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 73).

7) **Povos e comunidades tradicionais**¹³² – por sua histórica atuação junto de comunidades vulneráveis, e Rede Cáritas sempre desenvolveu ações com povos e comunidades tradicionais em todo o território nacional. Em 2020, tornou-se área prioritária de atuação, com “reconhecimento às suas lutas, culturas e diferentes formas de organização social e política, respeitando as suas formas de ser e de existir, [...] com iniciativas de atendimentos diretos e indiretos por via dos programas, projetos, campanhas e mobilizações” (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 76). Esses povos e comunidades constituem aproximadamente cinco milhões de brasileiros e ocupam 25% do território nacional (Cáritas Brasileira, 2020b). Projeto Nhandereko-Há – “Com quase 10 anos de história, o projeto Nhandereko-Há de Convivência com a Amazonia – Jeito de ser na nossa casa, busca “impulsionar a organização e fortalecimento da Rede Caritas na região e o desenvolvimento de ações nas dioceses, prelaças, paróquias e comunidades”, além de “garantir dois grandes objetivos: Consolidar a perspectiva de Convivência com a região amazônica e a organização e fortalecimento das caritas nas dioceses, prelaças e paróquias” (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 95).

Outras áreas de atuação de relevância da Cáritas Brasileira seriam:

A) **Formação** – é uma importante ferramenta no processo organizativo de gestão e de atuação da CB. Segundo os documentos consultados, ao longo de sua história foi desenvolvido um processo formativo institucional por meio de “metodologias permeadas pela vivência da ação libertadora comprometida com a transformação social, a perspectiva de processos participativos e emancipatórios, numa perspectiva humana integral” (Cáritas Brasileira, 2019, p. 16);

B) **Voluntariado** – considerando a importância do trabalho voluntário no cotidiano da Cáritas Brasileira (somando 70% dos colaboradores), no qual “A ação voluntária é dirigida para a efetivação dos referenciais institucionais da Rede Cáritas e da Pastoral Social da Igreja, junto com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), [...] a fim de potencializar boas práticas de transformação social” (Cáritas Brasileira, 2019, p. 16), a Cáritas desenvolveu dois documentos de referência para organização do trabalho voluntário em sua rede: a Política Nacional do Voluntariado e o Manual de Gestão do Voluntariado.

¹³² Segundo o Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm último acesso em 10 de maio de 2023.

C) **Mundo urbano** – o contexto urbano brasileiro é marcado pelo desenvolvimento acelerado e desordenado, o que contribui para que a ocupação das cidades e o acesso a elas seja injusto e desigual. Nesse sentido, a “Cáritas vem atuando e contribuindo com pessoas, comunidades e famílias que vivenciam o cotidiano perverso da realidade urbana, operando junto a movimentos sociais pelo direito à cidade” (Cáritas Brasileira, 2019, p. 17).

D) **Gestão de Resíduos Sólidos com Ênfase em Catadores** – os/as catadores/as de materiais recicláveis são um segmento da população brasileira com sérios níveis de exclusão social. Com vistas a mitigar essa realidade, a rede Cáritas tem assessorado “grupos informais na formação de cooperativas e associações, na organização dos processos de trabalho e em aquisições”, atuando ainda “pela inserção deste sujeito social nos processos de gestão de políticas locais de gerenciamento dos resíduos sólidos, fortalecendo sua participação na elaboração de planos estaduais e municipais” (Cáritas Brasileira, 2019, p. 17).

E) **Mulheres e equidade de gênero** – sendo as mulheres historicamente um segmento da população que sofre altos percentuais de violações de direitos, de estigmas sociais e de violências de gênero e dos mais variados tipos, a “Cáritas Brasileira em sintonia com a Rede Cáritas Internacional, há quase duas décadas, incluiu a transversalidade de gênero, seja na dinâmica de organização da instituição, seja no desenvolvimento das suas ações” (Cáritas Brasileira, 2019, p. 17), visando denunciar as formas de violências e injustiças, fortalecendo dentro da Igreja e em suas ações a reflexão e atuação para a emancipação das mulheres. Entre as ações identificadas, figuram: grupos de trabalho – “Mulheres de Equidade de Gênero da Cáritas Brasileira”, construção da política de gênero da Cáritas, rodas de conversa sobre “Mulheres na Política”, “Participação Política das Mulheres: das cotas à efetiva paridade na representação”, e “A afirmação da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha”, sobre “Raça, Gênero e Direitos: A Luta Antirracista e de Mulheres na Construção de Novos Caminhos”; Campanha pelo Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher (Cáritas Brasileira, 2020c, 2021c, 2022a).

Quanto ao financiamento da associação, em 2019, os recursos utilizados provinham: *45% de convênios públicos, 24% de parcerias nacionais (acordos e campanhas), 18% da cooperação internacional, e 12% de outros acordos* (doações de pessoas físicas e jurídicas, campanhas, bazares). Do total de recursos, 40% são gastos com o secretariado nacional, sendo o restante distribuído entre as regionais¹³³. Já as despesas referem-se a: 31%, defesa e promoção de direitos e políticas públicas; 10%, gestão e fortalecimento institucional (administrativo); e, 58%, desenvolvimento solidário e sustentável (Cáritas Brasileira, 2020c). A questão de recursos e financiamentos é um dos principais desafios da Cáritas Brasileira, desafios comuns às organizações da sociedade civil: procuram captar recursos sem cair em amarras de dependência e clientelismo com as entidades doadoras. Conforme pontuam Bertucci

¹³³ Em 2019, o montante de receitas da Cáritas Brasileira foi de R\$ 75.615.938,67. Cabe destacar que esse valor se refere apenas aos recursos arrecadados diretamente pela Cáritas Brasileira. Considerando a rede Cáritas, ou seja, as 186 entidades-membro de todo o território nacional, o volume de recursos é substancialmente superior, embora não estejam disponíveis dados que conjuguem o total de receitas da rede Cáritas.

e Silva (2003), desde os anos 1990, a Cáritas debate e negocia com a cooperação internacional mudanças que são propostas para áreas prioritárias e formas de atuação, por exemplo, buscando manter sua identidade institucional.

Historicamente, a Cáritas Brasileira teve como uma das principais fontes de financiamento o Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) e o Fundo Diocesano de Solidariedade (FDS), instituídos pela CNBB em 1998, criados para financiar as iniciativas de Ação Social da Igreja Católica no Brasil. Até 2014, a Cáritas Brasileira foi a entidade responsável por gerir esse fundo, que, em 2015, passou a ser gerido diretamente pela CNBB. A principal fonte monetária do Fundo é a Campanha da Fraternidade, criada pela Cáritas Brasileira, em 1961, que é a maior campanha de angariação de doações da Igreja Católica no Brasil. Quando estava sob responsabilidade da Cáritas, aproximadamente 300 iniciativas de mobilização social, de formação e de apoio a projetos produtivos eram apoiadas anualmente (Cáritas Brasileira, 2020b).

Campanhas são uma das principais fontes de recursos da Cáritas, das quais se destacam as de caráter emergencial para causas específicas (desastres ambientais, catástrofes urbanas e rurais como enchentes, rompimento de barragens), ou por crises de saúde, como a campanha “É tempo de cuidar”, da pandemia de Covid-19. Uma campanha permanente da Cáritas Brasileira desde 2014, assim como a de Portugal, é a “10 Milhões de Estrelas”, realizada todo ano no período do Natal para a conscientização de um tema social específico. Em 2022, a temática escolhida foi “O pão nosso de cada dia nos dai hoje! (Mateus 6,11)”, com ações de conscientização sobre a fome e a insegurança alimentar na população brasileira.

Embora as dificuldades de medir os impactos de sua atuação, na última década, o trabalho da Cáritas Brasileira, de suas regionais e diocesanas, conseguiu alcançar 300 mil indivíduos e famílias por meio do trabalho social realizado com crianças, jovens, mulheres, migrantes “e refugiados, catadores de materiais recicláveis, trabalhadores da agricultura familiar, acampados e assentados de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de risco e afetadas por desastres socioambientais” (Cáritas Brasileira, 2021c, p. 02).

5.2.2.2 Cáritas Brasileira em períodos de crise

Na última década, a Cáritas Brasileira vivenciou sérias crises: o contexto de insegurança institucional dado por questões políticas e econômicas no país, o governo de Jair Bolsonaro, crítico do trabalho das ONGs brasileiras, e sobrepondo-se a isso, a pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2023¹³⁴. Esse período de crises influenciou a Cáritas Brasileira no sentido de fazê-la articular um *movimento de retorno às bases*, com o objetivo de fazer avaliações e organizar estratégias de resistência que possibilitem a sobrevivência da associação e das muitas frentes de trabalho:

¹³⁴ Em março de 2023, a Organização Mundial de Saúde declarou o fim do estado de emergência de saúde pública para a Covid-19. Ver <https://jornal.unesp.br/2023/05/09/fim-da-emergencia-de-saude-publica-para-a-covid-19-decretado-pela-oms-nao-implica-termino-da-pandemia-alerta-pesquisadora-da-unesp/> último acesso em 19 de maio de 2023.

“Hoje nós temos muitas dificuldades do ponto de vista de trabalhar a perspectiva da sustentabilidade, e *aí a sustentabilidade compreendendo não só a sustentação financeira, mas também a sustentação política né, de articulação e mobilização, porque esse caráter da organização e do movimento que a sociedade civil gira, ela produz também muita sustentação política, e isso foi desmobilizado*, e todos os movimentos sociais praticamente se desestruturaram por conta disso. E aí o que é que nós estamos fazendo, estamos retomando de maneira articulada com as comunidades com os grupos, hoje nós criamos a articulação das pastorais do campo, que tem uma atuação muito voltada para as comunidades indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais, comunidades pesqueiras, comunidades migrantes, e aí nós estamos mobilizando para que a gente retome né esta caminhada” (Entrevista 3 CB, itálico próprio).

Durante a presidência de Jair Bolsonaro, a Cáritas Brasileira trabalhou para travar o desmonte de políticas públicas e a extinção de conselhos e colegiados de discussão e decisão, de modo a articular com a cooperação internacional por meio de denúncias de violações de direitos humanos cometidas e o contexto de perseguição às organizações da sociedade civil e movimentos sociais. As políticas da área de economia solidária foram também bastante prejudicadas, com a extinção de órgãos públicos voltados para essa área. Além do discurso de criminalização, a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro procurou tramitar Projetos de Leis que abriam brechas jurídicas para a perseguição das OSCs¹³⁵.

Segundo Luise Villares e Igor Ferrer (2021), os dois principais desafios enfrentados pelas OSCs brasileiras no período pandêmico foram a manutenção das atividades e a criminalização do setor por atores governamentais e opinião pública.

Diante do cenário pandêmico, a Cáritas criou um “Plano de Contingência da Cáritas Brasileira”, com orientações de saúde para os agentes da Rede Cáritas. Além disso, a associação criou a campanha “Ação Solidária Emergencial: É Tempo de Cuidar”, iniciada em 2020, que objetivava “apoiar famílias em situação de vulnerabilidade – por meio da distribuição de alimentos, roupas, itens de higiene e limpeza, entre outros –, bem como fortalecer a solidariedade das igrejas no Brasil” (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 61). Em 2020, foram arrecadadas 30,7 mil toneladas de alimentos, e atendidas 1,7 milhões de pessoas em todo território brasileiro (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 05). Ainda, a Cáritas promoveu ações de incentivo à vacinação contra a Covid-19 em áreas estratégicas do país e de conscientização sobre a

¹³⁵ “Neste mesmo sentido, o presidente também culpabilizou as Organizações por queimadas na Amazônia e no Pantanal, comparando, inclusive, sua atuação a um ‘câncer’ que não conseguiu matar, reproduzindo e executando seu discurso eleitoral de que as ONGs não teriam mais espaço durante seu governo. Neste contexto de criminalização, soma-se a tramitação de diversos PLs que buscam aumentar o controle sobre as Organizações, como o PL n. 67/2021, ou ainda a criação de tipos penais abertos e genéricos que poderiam inclusive ser aplicados a determinadas atividades das OSC e movimentos sociais, a exemplo do PL n. 6.764/2002, que visa a alteração da Lei de Segurança Nacional” (Entrevista 1 – CB).

necessidade de tomá-la, que demandaram a realocação de projetos para as necessidades do período pandêmico¹³⁶.

Apesar de, em 2015, o Brasil ter conseguido deixar brevemente o Mapa da Fome da ONU, durante o período pandêmico e da gestão necropolítica do governo Bolsonaro, “o número de domicílios com moradores passando fome saltou de 9% (19,1 milhões de pessoas) em 2020 para 15,5% (33,1 milhões de pessoas) em 2022. São 14 milhões de novos brasileiros/as em situação de fome” (Cáritas Brasileira, 2022a, p. 72).

Nesse cenário emergencial, a atuação por intermédio de *advocacy*/incidência política por parte da Cáritas é intensificada, com vistas a denunciar políticas discriminatórias e negacionistas aos órgãos jurídicos, à cooperação internacional e à opinião pública, além de pressionar os poderes Legislativo e Executivo para aprovação de legislações que dissessem respeito a normativas para as OSCs brasileiras, ou para populações socialmente vulneráveis. Exemplos são o *lobbying* para aprovação da Lei n. 14.215, que trata de normativas específicas para a prestação de contas das OSCs ao Tribunal de Contas da União no período pandêmico¹³⁷. Essa Lei foi vetada pela presidência da República, o que exigiu intensa mobilização para a derrubada do veto presidencial por parte do Congresso Nacional (Villares & Ferrer, 2021).

“Quais são os problemas que foram agravados durante a pandemia? As pessoas que acabaram perdendo o emprego. Ou, então, quantas pessoas que retomaram para baixo da linha da pobreza também? E aí assim, é isso, não sendo uma política prioritária do governo, que acaba fazendo o que: reduzindo a participação social na implementação das políticas públicas; adota um modelo de privatização dentro dos serviços e das públicas também, então, aí a gente tem Petrobras, Eletrobras, tem Correios. Então de que maneira que a política que o governo adota é uma política que afasta a população do fornecimento dos serviços básicos e como que isso acaba violando mais direitos humanos, e como que isso acaba trazendo à tona necessidades que são dessa

¹³⁶ **“E reagimos.** A Cáritas Brasileira esteve presente em 2020 especialmente fortalecendo medidas de sensibilização da população e das equipes, medidas de resposta à emergência sanitária e medidas de incidência e articulação. Através de seu Plano de Contingência, organizou um conjunto de orientações e ações que foram adotadas por toda a Rede Cáritas, envolvendo as entidades membro, os escritórios regionais, as articulações e o escritório nacional. Através da Ação Solidária Emergencial: É Tempo de Cuidar, em conjunto com a CNBB, impulsionou diversas articulações locais de doação de alimentos para apoio aos que mais precisavam. Além disso, fortaleceu estratégias em diversas áreas, como apoio à economia popular solidária, fortalecimento da atuação e atenção aos migrantes e aos refugiados, e o apoio direto a milhares de famílias no Amazonas no combate à pandemia (através de distribuição de *kits* e de ações educativas nas comunidades). Infelizmente, *as tragédias combinadas em 2020, da pandemia e da fome*, não se desfizeram com o ano novo” (Cáritas Brasileira, 2020c, p. 02, itálico próprio).

¹³⁷ “A Lei n. 14.215, de 2021, antigo PL n. 4.113/2020, é uma colaboração da Plataforma MROSC com a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil (FPOSC). Tendo como autor o deputado federal Afonso Florence e mais 53 parlamentares em coautoria, de distintos partidos, a recente lei promulgada busca trazer maior segurança jurídica para as parcerias entre a Administração Pública e as OSC, tanto na continuidade da execução dos recursos públicos, com eventuais ajustes nos planos de trabalho e metas, quanto no planejamento e seleção para novas ações necessárias diante da atual crise. Além disso, a lei ajuda no processo de prestação de contas futuras, tanto para as OSC quanto para os gestores públicos, na medida em que orienta as parcerias previstas na Lei n. 13.019/2014” (Villares & Ferrer, 2021).

população. *Porque o governo não apoia, quem que vai apoiar? as organizações e a sociedade civil.* Então, assim, as organizações que estão nessa linha de frente, que vão estar lidando com essa questão do aumento da pobreza extrema, do aumento da fome, do aumento das próprias questões relacionadas à violência também, contra a mulher; para não entrar na questão de LGBTfobia, da transfobia, da própria violência, a migração também que é o que a gente tem lidado. O governo ele não cria um ambiente favorável, então, assim, *as organizações têm que fazer essa defesa do que já foi e ainda tentar ser propositiva.* E aí também tem a própria questão dos conselhos que a gente coloca, então, que teve, que tem a própria política dos desmontes dos conselhos; e a sociedade civil se coloca nessa situação de defesa do que a gente já tem” (Entrevista 1 CB, itálico próprio).

5.2.3 Redes e parcerias

No site da Cáritas Brasileiras, são citadas as principais organizações nacionais e internacionais com que a associação tem colaborado diretamente segundo princípios de cooperação solidária. A CB procura “estabelecer pontes de ajuda mútua, nos mais variados níveis, para organizar a solidariedade, constituiu-se como um dos componentes referenciais da gestão na Cáritas Brasileira. Hoje, a instituição segue segura de que é preciso atuar fortalecendo redes e articulações colaborativas”¹³⁸.

Além destes, por meio de nossa pesquisa documental no acervo da Cáritas Brasileira e das organizações citadas nas entrevistas realizadas, procurei listar as entidades com que a Cáritas Brasileira atua em parcerias para execução de projetos, bem como a formação de redes com vistas à articulação, fortalecimento institucional, e incidência política.

Quadro 5.4 – Redes e parcerias Cáritas Brasileira nas duas primeiras décadas dos anos 2000

Fonte: autoria própria com base em dados coletados nesta tese.

<i>Instituições e associações católicas ou religiosas</i>	<i>Entidades/associações de sociedade civil</i>
Conferência Nacional do Bispos do Brasil	Fundação Banco do Brasil
Cáritas Internationalis	OIM Organização Internacional para as Migrações
Cáritas América Latina e Caribe	ONU Migração
Conselho Indigenista Missionário	Adveniat
Campanha da Fraternidade	Fundação Marie Eberth
CPT Comissão Pastoral da Terra	Fundação Ein Hertz fur Kinden
Caritas Suíça (<i>Suisse</i>)	Cafod
CRS Catholic Relief Services	Abong
Cáritas Espanha	Fundação Interamericana (IAF)
Cáritas Alemanha	Organizações da Red Clamor
Fundação Cáritas Luxemburgo	Articulação do Semiárido Brasileiro
Cáritas Portuguesa	Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social (FMCJS)
Cáritas de Angola	Comitê de Energia Renovável do Semiárido (CERSA)
Cáritas Moçambicana	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, desde 1977)
Rede Cáritas Lusófonas	Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil
Misereor (Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha)	

¹³⁸ <https://caritas.org.br/parceiros> último acesso: 8 de maio de 2023.

Conferência Episcopal Italiana (CEI) Rede Eclesial Pan-Amazônica Pastorais da Igreja (do campo, da terra etc.) Rede KoBra – Kooperation Brasilien e.V. na Alemanha Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC	Plataforma OSC Legal
<i>Instituições governamentais</i>	<i>Instituições de pesquisa e universitárias</i>
União Europeia (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) Governo do Distrito Federal – GDF Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Pátria Amada, Brasil – governo federal Ministério Público do Trabalho – MPT Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID Ministério da Cidadania – Pátria Amada, Brasil – governo federal Ministérios Órgãos estaduais e municipais	IPEA Universidades católicas Universidades públicas (federais, estaduais, rurais) <p style="text-align: center;"><i>Empresas:</i></p> Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Em uma análise das instituições/associações com que a Cáritas Brasileira mantém redes de cooperação, destacam-se tanto as organizações católicas como aquelas de caráter internacional. Também é possível perceber que as organizações protagonistas são de grande envergadura e com relevante capilaridade e recursos. Atuam, portanto, como redes estratégicas para a CB, de modo a potencializar sua inserção, reconhecimento e seus repertórios de atuação.

A atuação em rede se destaca como estratégia de atuação mobilizada pela Cáritas Brasileira ao longo de toda sua trajetória. Na década de 1990, quando formas de articulação interorganizacionais (Scherer-Warren, 2006) passaram a ser consideradas essenciais para os diferentes atores da sociedade civil brasileira, também a Cáritas passou a investir mais intensamente nessa prática. No contexto dos movimentos religiosos progressistas influenciados pela Teologia da Libertação, a atuação em rede tornou-se metodologia de atuação essencial e estratégica para ações de defesa de sujeitos plurais e de fortalecimento das associações/movimentos e de suas causas: redes de Comunidades Eclesiais de Base, redes de movimentos sociais, fóruns, redes de redes (Scherer-Warren, 1993). Como já mencionado anteriormente, a Cáritas Brasileira, que se caracteriza institucionalmente como uma rede de 187 entidades-membro distribuídas pelo território nacional, busca articular e integrar redes de atuação nas diferentes áreas de trabalho da associação. Contudo, por ser uma rede específica, a “Rede Cáritas” apresenta um diferencial com potencialidade de inserção nos territórios:

“Mas ela consegue dar uma dimensão da atuação da Cáritas, quando a gente vai falar de incidência política, porque a gente consegue ter tanto uma atuação perto dos atingidos, dos beneficiários dessa ação, mas acessando também espaços estratégicos tanto em nível local, em nível estadual, nacional e internacional. A gente está fazendo esse acionamento com as

comunidades que são atingidas, então, tem ali uma articulação tanto á nível das Cáritas, que é regional, também entre as Cáritas regionais; e a gente levou isso para um cenário internacional, para mobilizar a comunidade internacional, essa articulação com a Cáritas internacional também. Então, foi, assim, um trabalho em rede, que eu acho que vale a pena dar esse destaque, que acaba sendo uma característica da Cáritas. *Como a gente é uma rede que tem o secretariado nacional, tem os escritórios regionais, tem as Cáritas diocesanas e tem a Cáritas internacional, a gente consegue fazer essa articulação para levar e acessar diversas áreas também de espaços estratégicos*, para que a gente consiga promover a defesa dos direitos que a gente está defendendo ali” (Entrevista 2 CB, itálico próprio).

5.2.4 Estratégias de atuação nas arenas públicas: incidência política

A Cáritas Brasileira procurou progressivamente ao longo de sua trajetória realizar atividades de *advocacy*, ou incidência política, de modo a obter nas décadas mais recentes visibilidade enquanto uma das organizações da sociedade civil mais reconhecidas no Brasil, atuante em redes, fóruns, comissões e conselhos de políticas. Esse processo é bem ilustrado pelo fato de, no final dos anos 1980, a sede da Cáritas Brasileira ser transferida para Brasília, com o intuito de, pela proximidade geográfica, facilitar a incidência da associação sobre a Assembleia Nacional Constituinte (Cáritas Brasileira, 2017). Houve assim um projeto institucional para fortalecer o que nos documentos é chamado de “incidência política” (Cáritas Brasileira, 2021b, 2021c, 2019, 2020c; Forte, 2008).

“Então é uma rede muito capilarizada que consegue chegar em muitos locais também que o Estado não está, então tem essa presença. E o que facilita, inclusive, a realização desse processo de incidência, como eu falava, porque a gente entende que se realizar incidência, que a Cáritas ela não realiza incidência por ela mesma, é sempre em favor de uma luta que é apoiada pela Cáritas, que é defendida. Então, a gente sempre fala que o primeiro passo é a articulação com a comunidade, com o grupo, para a gente conseguir identificar qual é o problema que está sendo colocado. A partir disso, mapear quais são os espaços estratégicos para a gente conseguir resolver esse problema, para então, a gente, enquanto Cáritas, fazer essa articulação e trazer esses espaços para ir atrás e tentar resolver esses problemas que são colocados e sempre pensando de uma maneira mais estratégica, então: vou acessar é o Legislativo, é o Judiciário, é, não sei, o próprio Executivo também. Então, um pouco desse caminho que a gente, para todas essas áreas, tem tentado fazer” (Entrevista 2 CB).

Esse *advocacy* está voltado principalmente à “implementação de políticas públicas não estatais para os excluídos” e para o “monitoramento das políticas públicas estatais” (Forte, 2008, p. 48). Além disso, a Rede Cáritas toma parte em mobilizações sociais como manifestações públicas e marchas, a exemplo

do “Grito dos Excluídos”¹³⁹, além de denúncias e judicialização, realização de eventos e campanhas, *lobbying* no Poder Legislativo e Executivo sobre a promulgação de legislação, previsões orçamentárias e garantia de emendas parlamentares. Ainda, produzem documentos informativos, como cartilhas e livros, realizam campanhas de conscientização para questões de relevância pública, participam e organizam eventos, tomam parte na organização e em campanhas para plebiscitos, publicam notas, cartas e documentos públicos, participam e pressionam para a realização de audiências públicas e reuniões, acionam o Judiciário para denúncias e garantia de direitos, realizam e defendem ações de economia popular solidária. Por fim, também se fazem presentes institucionalmente em fóruns, comitês, comissões, frentes, plataformas, participam de conferências municipais, estaduais e nacionais, bem como ocupam assento e acompanham os Conselhos de Políticas Públicas em âmbito municipal, estadual e nacional.

Quadro 5.5 –Estratégias de incidência política da Cáritas Brasileira

Fonte: autoria própria com base em dados coletados nesta tese.

Tipo de estratégia	Descrição – exemplos
Manifestações públicas	Grito dos Excluídos; Caravanas e atos públicos.
Formulação, execução, monitoramento e implementação de políticas públicas (Assistência social, saúde, educação, moradia, emprego, migrações etc.)	Por meio de representação institucional em colegiados e programas de execução de políticas.
Produzem documentos informativos	Cartilhas para informar sobre assuntos de interesse público em plebiscitos, nas eleições (em 2022, caderno “Campanha Encantar a Política”), textos informativos (“Meu voto é potente contra o racismo ambiental”, 2022; “Boletim Voz Migrante”, 2022; Manual de Identidade Visual para campanha – “Meu Voto é potente”, 2022). Relatórios: “Relatório Criminalização Burocrática” (2022).
Plebiscitos	Organização do plebiscito contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA, 2002); plebiscito contra a dívida externa (2000).
Denúncias	Denúncias sobre violações de direitos e de legislações.
Economia popular solidária	Apoio a iniciativas de economia popular solidária e sua formação – trabalho e produção cooperativa e autogestionária. - Representação institucional em conselhos e fóruns de EPS.
Intervenção em populações em vulnerabilidade social	Ações de atendimento às populações vulneráveis.
Eventos	Semanas Sociais Brasileiras, Rodas de Conversa, Tribunal da Dívida Externa (1999), Conferência da Terra e da Água (2004), Assembleia Popular: mutirão por um novo Brasil (2005), Jornada Mundial dos Pobres (2021), Feira Internacional do Cooperativismo (Feicoop); Romaria das águas e da terra da bacia do rio doce.

¹³⁹ Instituído em 1995 e promovido pela CNBB, a Cáritas Brasileira tomou parte na concepção do Grito, integrando atualmente a Coordenação Nacional. Mais do que um evento/manifestação, pretende-se uma articulação e um processo de construção coletiva daqueles indivíduos e coletividades comprometidos com os excluídos socialmente. Ver mais em <https://www.gritodosexcluidos.com/sobre-grito-dos-excluidos-e-excluidas> último acesso em 16 de maio de 2023.

Campanhas de conscientização	Campanha Jubileu 2000 (Plebiscito dívida externa); Campanha Nacional contra a ALCA, visando informar os brasileiros quanto ao voto no Plebiscito (2002); Campanha Encantar a Política e nosso Voto é Potente “Voto Consciente em defesa da Democracia e na luta pelos direitos dos povos!” (2022); Campanha Nacional Contra Violência no Campo (2022); Campanha “FAÇA BONITO” (anual em preparação ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes, em 18 de maio).
Lobbying nos poderes legislativos e executivos quanto à promulgação de legislações, previsões orçamentares e garantia de emendas parlamentares	Durante a Assembleia Constituinte, coletaram dois milhões de assinaturas de apoio a emendas populares (Cáritas Brasileira, 2017). Pressões sobre governos municipais e estaduais. Exemplo: para garantir orçamento público para ações de EPS. <i>Lobbying</i> para aprovação da Lei n. 14.215/2021 ¹⁴⁰ .
Notas, cartas e documentos públicos	Carta da Cáritas Brasileira em Defesa da Democracia (2022).
Audiências públicas e reuniões	Presença em audiências públicas nos diferentes níveis.
Judicialização	Ação Civil Pública em favor das comunidades tradicionais de Abaetetuba contra a instalação do porto da empresa Cargill (Cáritas Brasileira, 2022a).
Representação institucional:	
Fóruns, comitês, comissões, frentes, plataformas	Fórum Social Mundial Fórum Brasileiro de Economia Solidária Articulação Brasileira para Economia de Francisco e Clara (ABEFC) Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FEBS) Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental Plataforma MROSC Comitê Facilitador da Plataforma MROSC Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil (FPOSC, desde 2019) Frente Parlamentar da Economia Solidária Comissão Nacional sobre Áreas em Processo de Desertificação Elaboração de Planos Municipais e Estaduais de Proteção e Defesa de Direitos Secretaria de Nacional de Economia Solidária (SENAES, governo Dilma Roussef) Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas (2014) ¹⁴¹ ; Comitê Nacional para os Refugiados (Conare, assento desde fundação em 1997; Souza e Ruseishvili, 2020) Frente Ampla Nacional pelas Diretas Já (2017) Uma das fundadoras da Articulação do Semiárido (ASA) Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil (FPOSC) Fórum Social Pan-Amazônico Plataforma Casa Comum
Conferências municipais, estaduais, nacionais	Coordenação da 1º Conferência de Segurança Alimentar
Ocupa/ou assento nos Conselhos de Políticas Públicas de âmbito nacional nos últimos 20 anos	Conselho Nacional de Assistência Social (2003-2006; 2012/2014; 2020-2022) Conselho Federal de Economia (COFECON) Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC) Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) Conselho Nacional de Segurança Alimentar e nutricional Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)

¹⁴⁰ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/114215.htm último acesso em 17 de maio de 2023.

¹⁴¹ https://conic.org.br/portal/files/CARTILHA_PIP.pdf último acesso em 17 de maio de 2023.

Infelizmente, foi impossível, no âmbito desta pesquisa, identificar a totalidade de arenas e formas de incidência realizadas pela Cáritas Brasileira ao longo das últimas décadas. Entretanto, procurei apresentar no quadro anterior todas aquelas identificadas na pesquisa documental e citadas nas entrevistas. Cabe reiterar que não foram aqui citados repertórios de atuação nos âmbitos estadual e municipal da qual a Rede Cáritas, ou seja, as entidades-membro tomam parte/iniciativa, por fugir ao escopo desta tese. Porém, ressalta-se a considerável presença da rede Cáritas em centenas espaços de representação institucional em todo o território nacional, entre conselhos de políticas, fóruns, comitês, comissões, frentes, plataformas, nos níveis comunitário, local, municipal, estadual¹⁴², nacional e internacional.

Vê-se, assim, intenso investimento institucional da Cáritas Brasileira para incidir em colegiados participativos. Os conselhos gestores de políticas estão entre as principais instituições participativas e decisórias em que a CB tem procurado ocupar cadeiras. Segundo inquérito realizado pela Cáritas entre as entidades-membro em 2019, ela está presente em 305 conselhos brasileiros, nos diferentes níveis (federal, estadual e municipal), em 11 áreas. Os principais conselhos em que a rede Cáritas ocupa cadeiras são assistência social (53), direitos da criança e do adolescente (45), segurança alimentar e nutricional (38). Das entidades-membro que responderam ao questionário (104 das 187), apenas 32,6% declararam não ocupar, em 2019, assento em conselhos¹⁴³.

¹⁴² A análise documental possibilitou identificar a presença da Rede Cáritas nos seguintes espaços de representação política institucional de políticas de ordem estadual:

Minas Gerais: Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) (MG), Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra as Crianças Frente de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente Fórum de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Fórum Mineiro e no Conselho Estadual de Economia Popular Solidária. Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, ao Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e à Erradicação do Trabalho Escravo (COMITRATE). Comitê Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT), o Conselho de Igualdade Racial.

Bahia: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente da Bahia Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Banzaê Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente da Bahia Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador Conselho Estadual da Juventude da Bahia. Conselho Estadual da Economia Solidária da Bahia, no Fórum Baiano de Economia Solidária.

Sergipe: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Estância (SE); Fórum Sergipano de Economia Solidária. Fórum das Comunidades Tradicionais de Sergipe.

Amapá e Pará: Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente Fórum Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Comitê de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Piauí: Conselho da Criança e do Adolescente de Teresina.

Santa Catarina: Conselho Estadual da Juventude.

São Paulo: Rede contra Tráfico Humano e Trabalho Escravo, Conselhos de Direito, Secretarias de Assistência Social e Direitos Humanos, Fórum Paulista de Economia Solidária, Ministério Público, Pastoral do Menor e Pastoral da Juventude.

Maranhão: Fórum Estadual de Economia Solidária (FEESMA). Rede Agroecológica do Maranhão (RAMA), Comitê Estadual de Combate à corrupção Eleitoral e Administrativa.

Nem todos os estados estão contemplados, provavelmente pela falta de envio de dados para os relatórios anuais da Cáritas Brasileira (2019, 2020c, 2021c, 2022a), principais fontes dos dados anteriormente citados.

¹⁴³ Trata-se de inquérito interno da Cáritas Brasileira de 2019 sobre o Perfil das Entidades-Membro, respondido por 104 das 187 entidades da CB. Uma das perguntas referiu-se à participação em Conselhos Deliberativos. Esses dados foram cedidos pela Cáritas Brasileira para a presente pesquisa de tese, por meio de arquivo de apresentação

Dessa forma, é possível perceber que a atuação da Cáritas Brasileira nas últimas décadas tem sido assim ao mesmo tempo *produto e produtora das inovações democráticas em solo brasileiro*, com destaque para práticas de representação institucional e de ações da economia popular solidária. Nos últimos anos, a associação vem se tornando mais ativa em temáticas como migrações, questões de raça¹⁴⁴ e gênero, além de publicizar posições políticas buscando conscientizar e informar a população brasileira principalmente quanto a temas legais e de defesa de direitos.

Por exemplo, nas eleições de 2022, a Cáritas Brasileira realizou a Campanha “Nosso Voto é Potente – Voto Consciente em defesa da Democracia e na luta pelos direitos dos povos!”, na qual se propôs a dar “unidade visual e narrativa” às iniciativas locais das Cáritas, o que possibilita fortalecer ações e potencializar conteúdos para o voto consciente¹⁴⁵.

Com o intuito de fortalecer as ações de conscientização do voto para as eleições deste ano, articulando a divulgação das ações em rede que têm incidência sobre a temática de Fé e Política, que no período eleitoral tem maior intensidade, foi sugerida a criação da campanha Nosso Voto é Potente, que é pensada para ser uma agregadora de conteúdo, uma ação “guarda-chuvas” promotora das campanhas e eventos locais e regionais em uma base narrativa comum, que represente a rede Cáritas Brasileira na temática das eleições e do voto consciente. (Cáritas Brasileira, 2022b, p. 03).¹⁴⁶

As estratégias de incidência política da Cáritas Brasileira nos anos 2000 tem se concentrado mais especificamente em processos de construção participativa de projetos de leis de âmbito nacional, e no *lobbying* para aprovação dessas leis no Executivo e Legislativo. O principal exemplo é a Lei n. 13.019/2014, conhecida como “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)”, que resulta de intenso processo de debates e articulação política. A Cáritas integra a “Plataforma

de diapositivos intitulado “Incidência Política. Cáritas Brasileira”, de autoria de Perotti, Andrea; Ferrer, Igor (2020).

¹⁴⁴ Ver a dissertação de Marques (2011) sobre “Percurso e desafios do uso da transversalidade de raça/etnia nas práticas sociais da Organização Cáritas Brasileira”.

¹⁴⁵ Informações disponíveis em: <https://caritas.org.br/noticias/campanha-nosso-voto-e-potente> último acesso em 17 de maio de 2023.

¹⁴⁶ Tanto em publicações institucionais como em posicionamentos públicos, bem como nas entrevistas realizadas, embora não seja assumido expressamente, fica clara a maior simpatia e concordância política da associação e de seus agentes com governos e partidos da política brasileira de esquerda e centro-esquerda, com destaque para o Partido dos Trabalhadores. Isso se justifica tanto por aproximações em posições político-ideológicas quanto pela histórica interligação entre o Partido dos Trabalhadores e movimentos/associações da Igreja Católica (ver Sader, 1988; Barbosa, 2007). A mensagem publicada nas redes sociais da Cáritas Brasileira no dia das eleições nacionais de 2022 abre interpretação para a crítica ao candidato Jair Bolsonaro, acenando para o fato de o Papa ter se posicionado sobre a situação polarizada enfrentada pelo país: “Neste domingo, que o NOSSO VOTO SEJA POTENTE, que seja o voto da verdade! Retomemos João 8:32 – “e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.” Fiquemos, por fim, com o pedido de amor do Papa Francisco para esse momento: “que Nossa Senhora Aparecida livre o brasileiro do ódio, intolerância e violência!” Disponível em: https://www.instagram.com/p/CkUWPbAsrdE/?utm_source=ig_web_copy_link, último acesso em 17 de maio de 2023.

MROSC”¹⁴⁷, que foi criada em 2010 para agregar uma rede de OSCs, com o propósito de promover ações de incidência política para a promulgação e implementação de legislações de interesse das associações em território brasileiro.

“Na plataforma, a gente costuma dizer, a Lei 13.019, ela é uma luta política, *o Marco Regulatório é uma luta política. Por quê? Porque ele não surge do nada, as organizações precisaram ter essa conscientização de que elas precisam daquilo ali, ir atrás e se mobilizar*, teve seminários. Então, em 2010, teve essa articulação, apresentou, como se fosse assim, pontos principais, uma pauta política e fomos lá negociar com os dois presidentes, com Dilma e Serra, e os dois defenderam a pauta. [...] Então, a gente divide, quando a gente fala de agenda MROSC, a gente fala de três aspectos; a gente tem dois eixos grandes que seria um eixo normativo e um eixo de conhecimento. Então, o normativo, a gente divide ele em três áreas, que seria a contratualização, que tem a [Lei] 13.019, por isso que a *gente tenta não chamar a 13.019 de MROSC, porque entende que é algo muito maior do que só essa lei*. O eixo de sustentabilidade, então, entendendo a sustentabilidade como política, econômica e técnica, social também de certa maneira, então, com essas quatro dimensões da sustentabilidade. E o eixo da certificação, que são todas as titulações, as certificações, as nomenclaturas que a gente tem também, quando falo em organizações da sociedade civil. No eixo de conhecimento, *a gente tem a questão de pesquisas, como a sua no caso*, acho que entra dentro desse aspecto; formações também, a disseminação de conteúdo” (Entrevista 2 CB, *italico próprio*).

Embora a incidência política, a exemplo do *lobbying* com membros do Legislativo e Executivo nacional, não seja novidade no âmbito da atuação da Cáritas (nos anos 1980, como já mencionado, a associação se organizou para pressionar o processo da Assembleia Constituinte), isso tem sido assumido principalmente na última década enquanto estratégia de atuação prioritária da associação. A Cáritas considera a incidência política como “a mobilização, não só no Legislativo, mas no próprio Executivo também, de poder tentar fomentar que o espaço para a atuação das organizações seja mais favorável; então, a gente tem várias ações que pensa nesse fortalecimento desse espaço” (Entrevista 2 CB). Procuram pressionar para aprovar ou para barrar projetos de leis (PLs) discriminatórios com as OSCs. Além disso, propõem textos-base para legislações, por meio de debates e construção coletiva, como o caso da Plataforma MROSC, e, ainda, integram a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil (FPOSC, desde 2019). Sendo a política institucional espaço de disputas no Executivo, Legislativo e Judiciário, a Cáritas tem procurado se inserir e mobilizar para a aprovação de políticas em prol da defesa de direitos e das condições de atuação das OSCs. No contexto do governo:

¹⁴⁷ A Plataforma MROSC tem atualmente mais de duas mil entidades signatárias em todo o território brasileiro e vem obtendo sucesso na articulação com as diferentes regiões do Brasil. Ver <https://plataformaosc.org.br/> último acesso em 12/09/2023. As associações religiosas têm sido bastante ativas, como o caso da Cáritas Brasileira, figurando entre as fundadoras e presente no Comitê Facilitador da Plataforma.

“A gente tem acompanhado bastante também a questão da criminalização das organizações, tentando acompanhar mais a PLs [Projetos de Leis], que estão relacionadas a essa questão da criminalização, seja pela questão do terrorismo também, que a gente tem tentado acompanhar mais; mas também essa pauta regulatória das organizações, então, seja na reforma tributária, acompanhando a reforma diretamente [...] Então, essa ação ela acaba sendo muito direcionada para as pautas e acaba que, durante o governo Bolsonaro, ele tem sido muito mais talvez de defesa do que a gente tem, de tentar barrar muitas iniciativas, do que tanto mais para o positivo, mas ainda assim a gente conseguiu ter êxito nessa parte propositiva” (Entrevista 2 CB).

Outra estratégia de incidência política tem sido a articulação com a cooperação internacional, tanto para a formação de redes de apoio para repasses de recursos como para interlocução e realização de denúncias de desrespeito a direitos humanos, populações originárias e desastres ambientais, principalmente. Por intermédio da cooperação internacional, com organizações da sociedade civil, entidades católicas, veículos midiáticos e pessoas influentes, também conseguem denunciar a redução da participação social e a perseguição a associações e movimentos da sociedade civil brasileiros, com o cerceamento das arenas públicas e criminalização desses atores¹⁴⁸.

“A gente está tentando, assim, começar a acessar espaços internacionais para poder levar esses temas que são regulatórios principalmente na questão da redução da participação social, também, nos processos, nos ciclos de políticas públicas. Queremos cada vez mais mobilizar essa comunidade internacional justamente para conseguir que as organizações consigam sobreviver e consigam continuar realizando essa resistência. E acho que se voltam a isso, o internacional se torna muito importante nessa perspectiva mais de comunidade, de fazer pressões também entendendo a posição que a gente tem do internacional, para que ele serve também, mas que precisa ser feito” (Entrevista 2 CB).

Quadro 5.6 Síntese do histórico e repertório de atuação da Cáritas Brasileira ao longo das décadas

Fonte: autoria própria com base em dados coletados nesta tese.

	Fases	Áreas de atuação/ público-alvo	Estratégias de atuação
1956 a 1974	1. ^a fase – <i>Fundação: práticas assistencialistas</i> <i>“Caridade assistencial”</i>	+ Assistência	+ Distribuição de alimentos + Cooperação internacional + Articulação das obras sociais católicas + Cursos profissionalizantes e de alfabetização + Cursos de afazeres domésticos e artísticos + Cooperação internacional

¹⁴⁸ Por exemplo, no governo Bolsonaro, o contato com a cooperação internacional foi essencial para denunciar a perseguição que o ex-presidente e membros de seu governo fizeram com as ONGs. Ver o Relatório “Criminalização Burocrática Estratégias político-jurídicas, neoliberalismo e a atuação das organizações da sociedade civil”, de 2022, elaborado pela Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) em parceria com a Cáritas Brasileira e o ELO Ligação e Organização. Disponível em: <https://abong.org.br/wp-content/uploads/2022/07/CriminalizacaoBurocratica.pdf>, último acesso em 30 de maio de 2023.

1970 a 1980	2. ^a fase – <i>Promoção humana:</i> “ <i>Caridade libertadora</i> ”	+ Assistência + Promoção humana	+ Pastorais sociais + Comunidades eclesiais de base + Trabalho de base + Educação popular + Metodologias participativas + Cooperação internacional + Redes
1980 a 1990	3. ^a fase – <i>Organização comunitária e popular, articulação de bases:</i> “ <i>Caridade libertadora</i> ”	+ Assistência + Promoção humana	+ Cooperação internacional + Redes + PACs + Pastorais sociais + Comunidades eclesiais de base + Trabalho de base + Educação popular + Metodologia participativa + Cooperação internacional + Formulação, execução, monitoramento e implementação de políticas públicas (assistência social, saúde e educação).
Anos	Fases	Áreas de atuação/ público-alvo	Estratégias de atuação
2000 a 2020	4. ^a Fase – <i>Fortalecimento institucional e defesa de direitos</i>	+ Assistência + Promoção humana + Defesa de direitos	+ Redes + Manifestações públicas + Formulação, execução, monitoramento e implementação de políticas públicas (assistência social, saúde, educação, moradia, emprego, migrações etc.) + Emergências + Produção de documentos informativos: cartilhas, livros + Plebiscitos + Denúncias + Economia popular solidária + Intervenção nas populações em vulnerabilidade social + Eventos + Campanhas de conscientização + <i>Lobbying</i> nos poderes Legislativo e Executivo quanto à promulgação de legislações, previsões orçamentares, garantia de emendas parlamentares + Notas, cartas e documentos públicos + Audiências públicas e reuniões + Judicialização + Representação institucional + Fóruns, comitês, comissões, frentes, plataformas + Conferências municipais, estaduais, nacionais + Ocupa/ou assento nos Conselhos de Políticas Públicas de âmbito nacional

Em sua trajetória institucional, a Cáritas Brasileira passou por muitas fases desde a sua criação, em consonância com processos de expansão e consolidação próprios da ação social católica em solo brasileiro (Rodrigues, 2007). No quadro anterior, além dos documentos institucionais analisados, é adaptada a perspectiva de Adams (1998), que organiza o histórico das primeiras décadas da Cáritas em diferentes fases, até os anos 1990, em um movimento da passagem de uma visão de ajustamento social para uma de transformação social. Às três fases iniciais, identifiquei uma quarta fase, marcada pelos processos vivenciados nas duas décadas dos anos 2000, com destaque nas ações voltadas para a defesa

de direitos, a ocupação de espaços de participação e a luta por políticas públicas, além da resiliência em períodos de crise.

Por meio dessa análise sobre a trajetória/histórico institucional da Cáritas desde a sua fundação, evidencia-se uma dimensão muito relevante: a Cáritas Brasileira ocupa uma dupla posição, pois ao mesmo tempo que é produto da “cultura de participação política” construída no Brasil, é também um dos principais atores que impulsionaram as inovações democráticas em solo brasileiro. Em razão dessa trajetória histórica e do perfil dos atores envolvidos na associação, a Cáritas Brasileira tem sido bem-sucedida em inserir/adaptar, em sua estrutura institucional, tanto práticas de incidência política participativo-democráticas (representação institucional em conselhos e outras formas de articulação da sociedade civil, economia popular solidária) quanto processos de democratização interna, conforme será melhor discutido no próximo capítulo.

Assim, o conjunto de associações que constituem a rede Cáritas Brasileira tem colaborado para a criação e a continuidade de inovações democráticas em solo brasileiro, principalmente quanto à articulação de redes de organizações e movimentos, atuação em conselhos e outras formas de incidência política com os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). A área de economia popular solidária também é um dos melhores exemplos: é uma inovação democrática e uma economia alternativa de mercado que tem se proliferado em todo o mundo, e que o trabalho da Cáritas tem sido essencial para sua difusão em território brasileiro.

Entende-se que essa postura institucional da Cáritas está relacionada às influências da Teologia da Libertação e de sua “utopia da libertação” (Scherer-Warren, 1993). No âmbito de uma “mística institucional”, as metodologias de trabalho da associação assentam-se em postulados da participação política, deliberação e democracia, o que resulta do processo histórico de estreitamento dos laços entre a Igreja Católica e grupos alinhados “à esquerda” desde o contexto da ditadura civil-militar.

Em entrevista realizada com um trabalhador da Cáritas com perfil bastante particular, por identificar-se como evangélico, ele afirmou que “a Cáritas é seu próprio incentivo”, ou seja, a estrutura e a capilaridade que a Cáritas tem, somadas ao apoio da Igreja Católica, possibilitaram-lhe construir essa mística institucional, com metodologias próprias de atuação (assembleias, discussões, planejamentos, reuniões), as quais resultam na produção de saberes e de posicionamentos institucionais, práticas de formação políticas, *advocacy* nas políticas públicas.

Em síntese, tanto o histórico como o conjunto de estratégias que formam o repertório de atuação da Cáritas Brasileira demonstram continuidades e mudanças institucionais. Atestam, também, como a CB tem procurado adaptar a sua atuação com vistas a manter as condições de continuidade de sua existência e de sua atuação nas arenas públicas.

CAPÍTULO VI

O coração da Igreja: A atuação nas arenas públicas das Cáritas no Brasil e em Portugal, em perspectiva comparada

Quando dou comida aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto por que eles são pobres, chamam-me de comunista e subversivo. (Dom Hélder Câmara)

Apresentação – Contexto de Interação Associativa – Incentivos e Repertórios de atuação das Cáritas no Brasil e em Portugal

No capítulo anterior, foi apresentado tanto o histórico da rede Cáritas no Brasil e em Portugal quanto aos repertórios de atuação adotados ao longo das diferentes décadas pelas respectivas associações. Nesse momento, procuro realizar uma síntese e uma comparação pareada, voltada para ambos os países no que se refere aos casos estudados, por meio da aplicação da estratégia analítica de apreender os incentivos exógenos, ou externos, à atuação dessas associações, como também os seus repertórios. Dessa forma, ao procurar atender ao que considero uma exigência empírica, mobilizo a ideia de Contexto de Interação Associativa, por compreendê-la como a estratégia analítica mais coerente ao estudo do campo associativo religioso.

Retomando a descrição do primeiro capítulo, os elementos exógenos, ou externos, seriam aqueles que influenciam os objetivos, as capacidades de atuação, a sobrevivência e a articulação das associações. Conforme apresentado no Diagrama da *Figura 1.3*, no Capítulo I desta tese, os elementos exógenos constituem os *incentivos* para a atuação das ARs estudadas, classificados segundo quatro tipos principais: *financeiros, políticos, legislativos e informacionais*. Os elementos endógenos seriam as *estratégias de atuação, que, em seu conjunto, constituem os repertórios das associações religiosas*. Para estes, também identifiquei, na pesquisa, quatro tipos principais: *execução de serviços públicos/políticas públicas, formação de redes, produção de informações/diagnósticos, e incidência política*.

Por intermédio de um enquadramento relacional, dado que esses elementos exógenos e endógenos se influenciam mutuamente, almeja-se ter uma compreensão das dinâmicas e reconfigurações das redes Cáritas nas últimas décadas em ambos os países.

Cabe ressaltar, antes de iniciarmos a comparação pareada, um elemento identificado enquanto transversal no comparativo de casos: a questão de escala. Ou seja, a enorme diferença territorial de ambos os países (Brasil 8.510.000 km² e Portugal 92.152 km²), traduz-se em níveis de complexidades diferenciados para as Cáritas Brasileira e Portuguesa. Desafios, demandas e pautas diferenciam-se grandemente, embora possamos identificar algumas semelhanças. Portanto, além dos impactos dos

legados políticos e históricos de cada respectivo país, também a dimensão territorial foi considerada enquanto influenciando as Cáritas, quanto a incentivos e repertórios adotados.

Este Capítulo está dividido em três partes principais. Na primeira sessão, são apresentados inicialmente os incentivos identificados, para então, na segunda sessão, serem abordadas as estratégias de atuação que compõem os repertórios das Cáritas, discutindo também como há um movimento interrelacional presente. Na terceira sessão, procuro discutir as principais diferenças relacionadas às estratégias adotadas pelas Cáritas Brasileira e Portuguesa, no que se refere ao histórico e aos contextos particulares de atuação.

6.1 Principais incentivos externos às Cáritas

Antes de listar os incentivos externos, cabe considerar a existência de um incentivo “original”, tanto externo quanto interno, no contexto das Cáritas: o *incentivo religioso*. Durante a realização de uma das entrevistas, quando solicitado ao interlocutor que apontasse quais desses quatro tipos de Incentivos externos ele considerava que influenciavam o cotidiano da Cáritas, ele respondeu que eu estava esquecendo o incentivo principal: o religioso. Salientou que, antes de outros incentivos externos, o trabalho da Cáritas é incentivado pelo chamado divino, pelos preceitos religiosos, pelos valores cristãos de prestar serviço aos necessitados. “[...] é, nós temos mais um que é talvez pra nós, é o que isso tudo faz sentido, que é o sentido mesmo do chamado evangélico, da questão da nossa própria natureza, uma entidade vinculada à Igreja Católica vinculada a essa questão da promoção social” (Entrevista 5 CB). Além disso, outro entrevistado aponta como, antes desses incentivos elencados, está a Igreja Católica, o principal incentivador, não tão externo, mas cuja relevância é inegável como incentivo:

“Isto, e como a gente estava tratando uma questão que é da Igreja Católica, eu acho que a Igreja Católica não precisa de nenhum destes incentivos pra iniciar. Porque a Igreja Católica inicia seu trabalho antes mesmo destes incentivos. Eles criaram suas próprias organizações, antes mesmo de qualquer um destes incentivos que você possa citar. *Eu acho que o primeiro incentivo, por mais que a gente fale muito de tentar separar estas organizações da Igreja Católica, mas a gente sabe que é difícil também. Eu acho que o maior incentivos deles é a questão de amor e Jesus Cristo, precisa amar o próximo, acho que o incentivo maior é fazer o bem.* Acho que essas organizações, se você pegar por exemplo a pastoral do imigrante, quando começo a receber os imigrantes num espaço bem pequenininho, sem estrutura, não para competir com o Estado ali, é com a Igreja Católica, uma responsabilidade do cristão, de o que Cristo faria. ***Eu acho que é o maior incentivo destas organizações da Igreja Católica.*** E acho que além deste lado financeiro, o que está chegando acho que é a parte *da visibilidade, é uma questão de reconhecimento do trabalho deles.* Até a questão política também, as graças que começam a ter com os políticos é porque eles já estão... ganharam confiança. Mas outra coisa que eu quero dizer, eles não precisam muito, porque a Igreja Católica tem uma história muito rica, conseguem

angariar muito dinheiro, *é um superpoder por si só, a Igreja Católica*. Eles têm muito dinheiro, se você for ver, os espaços que eles têm, construções deles, têm um dinheiro, os fiéis estão injetando dinheiro dentro da igreja católica. Então se a Igreja Católica quer executar um projeto, não vai esperar por um financiador, se quer realmente fazer vai fazer, sem apoios políticos e destas organizações, *é a minha percepção*” (Entrevista 8 CB, *itálico e negrito próprio*).

Desse modo, o incentivo religioso seria primário no âmbito das Cáritas. Por estarem inseridas em um contexto institucional religioso bem consolidado, as justificativas religiosas, no discurso e na prática, são transversais às Cáritas. Além disso, o incentivo religioso pode ser compreendido enquanto a própria Igreja Católica, que ocupa a posição de mediadora e de estrutura de amparo da Cáritas, dando-lhe razão de existência. Nesse sentido, pode-se argumentar que a atuação voltada para a defesa de direitos na arena pública segue o chamado evangélico de promover toda forma de vida, e de que a “fé sem obras é morta” (Bíblia, 2001, São Tiago, 2, 26).

6.1.1 Incentivos financeiros

Na pesquisa realizada, os interlocutores entrevistados apontaram que os recursos financeiros, ou, ainda, a falta destes, é um dos elementos que mais impacta as associações religiosas. Assim, em contexto de maior presença de incentivos financeiros, as ARs conseguem atuar de forma mais estratégica, ampliando formas de atuação e grupos/pessoas atendidas. Historicamente, a presença ou ausência de incentivos financeiros tem tido grande influência sobre as ARs, principalmente considerando a maior ou menor oferta de recursos da cooperação internacional e das instituições religiosas católicas (outras associações nacionais ou internacionais, igrejas).

“E aí hoje nós estamos sobrevivendo né, sobrevivendo de pequenos apoios da cooperação internacional, campanhas internas que nós realizamos, e pequenos projetos de parceiros locais no Brasil” (Entrevista 3 CB).

“Para mim, o grande problema neste momento dessas instituições é de fato a questão da sustentabilidade. É sustentabilidade financeira, é o grande problema” (Entrevista 7 CNIS PT).

Recursos da cooperação têm sido essenciais, e a maior ou menor presença desses incentivos causa impactos, sobretudo no caso brasileiro. Nos anos 2000, os repasses de organizações internacionais, principalmente religiosas, foram diminuindo consideravelmente na maior parte do território brasileiro. As lideranças apontam essa diminuição de recursos da cooperação internacional como um dos elementos causadores de crise para a atuação e continuidade das ARs, que passaram a ficar mais dependentes de recursos estatais, vivenciando, com isso, mais instabilidades institucionais por precisarem se adequar ou mesmo diminuir ofertas de serviços públicos. Como vimos no capítulo anterior, na Cáritas Brasileira, em 2019, 18% dos recursos provinham da cooperação internacional, e 45% de convênios públicos. Já no caso português, verificou-se menor dependência desses recursos, visto que, em 2020, apenas 19,7%

dos recursos provinham de subsídios públicos. Convém destacar que a Cáritas Portuguesa mobiliza grande parte de suas ações para captar recursos destinados a organizações de outros países, principalmente Cáritas e, sobretudo, lusófonas.

Considerando a transferência de recursos estatais, percebe-se que as normativas e exigências em contratos de parcerias para a execução de políticas públicas impactam as associações religiosas, dado que estas buscam adaptar repertórios e áreas prioritárias de acordo com recursos disponíveis, conforme aponta o excerto de entrevista a seguir.

“Eu acho que isso faz parte da trajetória das ONGs. *Acabam adequando a sua estrutura programática, vamos dizer assim, o seu marco conceitual e sua estrutura programática às tendências da política pública, às tendências conjunturais da política pública.* Porque eu acho que esse é um caráter que não pode deixar de ser percebido, que as entidades da sociedade civil são coexecutoras de políticas públicas, elas raramente executam políticas próprias, elas estão sempre executando, coexecutando, predominantemente coexecutando política pública. *Então, ela tem que se adaptar aonde há a maior oferta de recursos*” (Entrevista 1 CB, itálico próprio).

As/os entrevistadas/os reiteram que as Cáritas procuram traçar estratégias de resistência, visando à continuidade de atuação em áreas que consideram prioritárias. Apesar disso, as áreas prioritárias de atuação e os repertórios acabam por ser bastante influenciados pelos recursos providos de projetos da cooperação internacional e de agências públicas¹⁴⁹.

Dados apresentados no capítulo anterior demonstram que 45% das receitas da Cáritas Brasileira (em 2019) é oriunda de subsídios públicos, contra 20%, no caso da Cáritas Portuguesa (2020). Cabe reiterar que esses dados se referem apenas às Cáritas em nível nacional. Os entrevistados apontaram tendências de esses percentuais serem maiores nos níveis das Cáritas Regionais, Arquidiocesanas e

¹⁴⁹ “Eu acho que isso faz parte da trajetória das ONGs. Acabam adequando a sua estrutura programática, vamos dizer assim, o seu marco conceitual e sua estrutura programática às tendências da política pública, às tendências conjunturais da política pública. [...] Por exemplo, a Cáritas atuou muito forte na economia popular solidária e na segurança alimentar e nutricional no momento em que essas eram políticas de grande relevância para o estado brasileiro. A Cáritas foi um cooperador dessas políticas e desenvolveu ações em vários territórios. *No momento que essas deixam de ser políticas prioritárias para o país e não porque a fome acabou, e não porque o desemprego acabou, mas por outros motivos, motivos de ordem ideológica, o programa dentro da instituição é esvaziado também, porque há um esvaziamento de recursos, de falta de financiamento para essas ações.* Aí, simultaneamente, por exemplo, começa a acontecer os movimentos migratórios, os fenômenos migratórios para o país; e aí começa a surgir políticas públicas e linhas de financiamento de atenção ao migrante e refugiado em situação de vulnerabilidade. Aí as instituições fazem todo um movimento para se apropriar disso e para atuar também nesse campo, por vocação e por disponibilidade de recursos. Hoje, migração e refúgio é uma das áreas prioritárias da atuação da Cáritas, mesmo ela já tendo um passado de atuação nesse campo, mas nunca foi tão forte, porque agora tem muito recurso para isso. E não só políticas nacionais, mas recurso internacional, muito recurso internacional. [...] Muito recurso internacional para esse processo de atenção ao migrante. Europa, vamos dizer assim, *Estados Unidos da América e Europa produzem refugiados, mandam refugiados para o mundo e depois mandam o dinheiro para o mundo atender aos refugiados.* [...] Para você ter ideia, um dos financiadores, um dos grandes financiadores, agora, na atuação com migração e refúgio, é o USAID, OFDA, governo norte-americano e União Europeia” (Entrevista 1 – CB).

Diocesanas, já que são elas que atuam mais diretamente na provisão de serviços públicos localmente, de forma que o repasse de recursos estatais é realizado diretamente para essas Cáritas.

Apreendeu-se que ambos os países apresentam formas inversas de realizar transferências estatais, o que pode ser explicado pela questão da escala. Em Portugal, os repasses ocorrem nacionalmente. Isso porque, desde os anos 1990, as lideranças associativas e políticas entendem que pode haver maior dependência política e clientelismo se decisões sobre os recursos forem para o nível autárquico¹⁵⁰. As negociações também ocorrem nacionalmente: lideranças das famílias associativas (no caso das IPSS, por exemplo, é a CNIS) negociam diretamente com lideranças estatais. Já no Brasil, ocorre o inverso, visto que os principais montantes de transferência ocorrem nos níveis estadual e municipal. Os dados disponíveis demonstram que, entre 2002 e 2016, os repasses de recursos vêm se concentrando ainda mais nesses níveis, com crescimento percentual de 140% nas transferências estaduais, e de 555% nos municípios (Lopez & Andrade, 2019, p. 87). O que isso implica para associações como a Cáritas? Se a maior presença de incentivos financeiros governamentais depende da porosidade governamental local, as ARs precisam, por um lado, cultivar relações próximas, de cooperação, com governos e atores locais (vereadores, deputados estaduais), e por outro, investir fortemente em repertórios (presença em fóruns, colegiados, redes de articulação) localmente. A forte presença das Cáritas nos conselhos estaduais e municipais das áreas sociais, no Brasil, é um exemplo neste sentido.

6.1.2 Incentivos políticos

Percebeu-se que a maior porosidade estatal também constitui incentivo para as ARs. Quando, porém, governos no nível nacional, estadual ou municipal assumem posições rígidas ou persecutórias, por razões políticas, religiosas ou pessoais (tensões entre lideranças), as ARs encontram maiores dificuldades para atuarem. Em nível municipal e estadual, também as lideranças relataram que isso se replica: a depender do perfil de gestão e ideológico do governo executivo, e do perfil identitário e de atuação das ARs, os poderes Executivo e Legislativo se constituem em potenciais elementos de incentivo ou desincentivo à atuação das associações religiosas.

No Brasil, depois de 2015, o cenário de crise política repercutiu severamente sobre as ARs, dada a menor porosidade estatal para a atuação das organizações da sociedade civil, configurando assim um contexto de desincentivos políticos. No governo Bolsonaro, somaram-se declarações do presidente e de seus ministros de teor persecutório às ONGs com ações de seu governo visando ao boicote das ações de incidência da sociedade civil, como o Decreto 9.759/2019, que estabelecia a extinção dos Conselhos

¹⁵⁰“ E nota-se que, por exemplo, quando as instituições, diria, reagem mal a uma cooperação com as autarquias e preferem de facto cooperação com o Estado central, assim, apesar de tudo, há maior autonomia, há mais independência, há menos sujeição, diria, aos poderes locais. Há menos sujeição e há mais independência e isto é importante. Pronto, há uma maior universalização da proteção social do que se for com a autarquia, porque com a autarquia, automaticamente, iríamos cair naquela coisa do clientelismo” (Entrevista 7 CNIS PT).

Gestores de políticas¹⁵¹. O contexto de polarização política também resulta em mudanças na atuação das Ars, que passam a priorizar suas ações na execução de serviços sociais, diminuindo sua incidência política e direcionando processos voltados à sobrevivência e reordenamento interno. Na pesquisa realizada, vimos que isso foi sentido no caso da rede Cáritas do Brasil, mais engajada politicamente com redes de ativismo e atores do espectro progressista. Nesse período, retomaram redes com a cooperação internacional e a articulação com a sociedade civil (Entrevista 3 e 6, CB).

Em Portugal, verificou-se que boas interações entre lideranças associativas e políticas são frequentemente citadas, as quais são uma base importante no tocante aos incentivos políticos. Apesar de aparentemente contraditório, foi identificado que, no caso português, períodos de crise (financeira, como a crise da *Troika*, ou de saúde, como a Covid-19, por exemplo) amplificaram a vontade política de realizar acordos com as instituições de provisão de serviços, o que estaria relacionado à grande dependência por parte do Estado português dos equipamentos de provisão de serviços públicos de organizações da sociedade civil. Em contrapartida, os entrevistados declaram ainda existir baixa porosidade estatal e reconhecimento do trabalho das associações, principalmente quando os partidos no governo consideram as associações enquanto pertencentes à “oposição”, por estas fazerem críticas às políticas governamentais. Ou, ainda, como no caso dos partidos do Bloco de Esquerda, por avaliarem de forma crítica o fato de o “modelo” português de segurança social ser “muito dependente” das IPSS, Misericórdias e outros tipos de organizações.

“Há ativamente uma vontade das associações, conheço outros casos que não é só o da Cáritas, não é a Cáritas a única que faz isso há outras também que tiveram muita dificuldade de o governo estar à disposição e valorizá-las. Eu acho que os governos não têm dado a importância devida pela representatividade que tem, pelos trabalhos que fazem, pelo contributo que dão para o crescimento do país. Estão mais ligados a associações comerciais e empresariais, relações laborais. Portanto, ainda estão mais focalizadas, e o desenvolvimento se faz fundamentalmente no movimento associativo” (Entrevista 3 CP).

6.1.3 Incentivos legislativos

Quanto aos incentivos de ordem legislativa, são listadas, no Quadro 7.2 a seguir, as legislações identificadas nas entrevistas e na pesquisa documental como aquelas que mais impactaram a atuação das Cáritas Brasileira e Portuguesa nos últimos 20 anos.

Averiguou-se que as ARs ocupam posição privilegiada em relação ao conjunto mais amplo de organizações da sociedade civil, por dois motivos: a) por apresentarem legislações específicas quanto à questão da liberdade religiosa e de formalização de associações com vínculos ou fins religiosos; b) pelas instituições religiosas terem historicamente investido em pressionar e elaborar legislações de seu

¹⁵¹ Texto do Decreto de Lei n. 9.759/2019, disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9759&ano=2019&ato=279oXW65keZpWT12c> último acesso em 01/09/2023.

interesse, o que, nos anos 2000, com o cenário de pluralização religiosa e maior competição, tem se acentuado.

Tanto no Brasil como em Portugal, as Cáritas têm sido bastante influenciadas por legislações e diretrizes, de modo que buscam adequar sua atuação para atender a exigências legais. Isso parece ser um dos principais fatores que impulsionam a profissionalização do campo associativo religioso. Em contrapartida, as exigências legais também se apresentam frequentemente como obstáculos, principalmente para associações de âmbito local, e que apresentam menores condições institucionais de atender a essas normativas.

“A Caritas e também a última instituição que eu trabalhei que era religiosa também, que era uma instituição protestante, ligada à Igreja Luterana Internacional. Tem um esforço muito grande dessas instituições de corresponder ao que a legislação espera delas” (Entrevista 1 CB).

“Identifico já alguns problemas que deveriam ser calculados por parte do legislador para as IPSS, designadamente em nível fiscal. Outro grande problema é que as leis são feitas como a não pensar numa visão do futuro, mas no imediato há muita burocracia. Por quê? Porque as IPSS por força da sua legislação tem que interagir com, por exemplo, a Segurança Social, que é uma entidade extraordinariamente difícil de lidar. Há muita burocracia, muita complexidade ainda, portanto, há um caminho para desbravar” (Entrevista 8 CSPA PT).

As legislações que têm mais impactado a rede Cáritas no Brasil, assim como todo o campo das OSCs brasileiras, são os processos normativos para a concessão de titulações e certificações (nos níveis municipais, estadual e federal). Isso porque, para atuarem em áreas e com seus públicos-alvo, as ARs precisam ter reconhecimentos legais específicos (como título/certificação de utilidade pública e Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS), que são exigidos para a realização de convênios públicos e regularização do funcionamento dos serviços. No âmbito das organizações da sociedade civil brasileira, a legislação da Assistência Social é a que mais tem impactado o cotidiano associativo. Na última década, com a Lei n. 12.435/2011 que alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), muitas mudanças e exigências foram implementadas, às quais as OSCs precisaram adequar-se. Diante disso, a Cáritas Brasileira proveu assessoria para a Rede Cáritas e outras OSCs, tendo em vista a necessidade do atendimento a essas normativas e exigências.

Em Portugal, da mesma forma, são as normativas próprias das famílias associativas e de exigências para parcerias aquelas que mais impactam as Cáritas. Por exemplo, no caso das IPSS, principal agrupamento de ARs portuguesas, continuamente são aprovadas novas normativas que impactam essas organizações, a depender do trabalho realizado. Mesmo legislações de âmbito mais abrangente também influenciam as ARs. Uma das mais recentes foi o Regulamento Geral de Proteção de Dados (Resolução do Conselho de Ministros n. 41/2018), que exigiu que todas as instituições implementassem medidas de proteção de dados dos utentes (público-alvo).

6.1.4 Incentivos informacionais

Por fim, e não menos importante, observou-se que a presença de incentivos informacionais também impactou as associações religiosas brasileiras e portuguesas. Esforços de produção de conhecimento, diagnósticos e informações sobre uma extensa gama de temas de interesse das ARs têm as impactado positivamente. Quanto mais essas associações e suas lideranças estão informadas sobre legislação, notícias e contextos mais amplos de conjuntura política, econômica, internacional, mais conseguem atuar de forma estratégica, visando ao fortalecimento institucional, à ampliação de capacidade de atuação e ao reconhecimento político e social. Nas últimas duas décadas, pode-se identificar que a produção de estudos sobre as OSCs e seus contextos de atuação (por institutos de pesquisa, estudos acadêmicos e de OSCs) tem constituído incentivo de grande relevância à atuação das ARs.

No Brasil, institutos de pesquisa, em parceria com redes de articulação de OSCs, têm visado construir uma “agenda de conhecimento” no contexto do MROSC para responder ao cenário de insegurança institucional existente: falta de dados sistematizados, capacitação, planejamento e dificuldades de adaptação e normas (Buonafina, 2020). A Cáritas Brasileira tem sido uma das principais organizações envolvidas nesse esforço, concretizado na Plataforma MROSC e em múltiplas ações de conscientização e de *lobbying* nos poderes públicos. Outro exemplo de incentivo informacional seriam os dados das FASFIL que, desde 2002, possibilitaram às associações religiosas ter comprovação estatística de sua relevância numérica e territorial no Brasil (IBGE, 2004, 2008, 2012, 2016). Ainda, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) tem, nas últimas décadas, somado esforços para realizar estudos e diagnósticos sobre o campo associativo brasileiro, além de gerir o Mapa das OSCs, plataforma *on-line* que agrega dados sobre o campo¹⁵².

Do mesmo modo, em Portugal, estudos e diagnósticos de INE Cases (2011; 2013; 2019), Franco (2015), Mendes (2018), Martins & Pinto (2021), além de inúmeros trabalhos acadêmicos, midiáticos, ou mesmo de organizações da sociedade civil nacionais e internacionais (como Caritas Europa) têm provido informações valiosas que se configuram como incentivos informacionais que contribuem com a atuação das Cáritas e suas lideranças. Como no caso da CB, a Cáritas Portuguesa também tem sido protagonista em promover esses incentivos informacionais, ao realizar, em parceria com universidades, institutos de pesquisa e outras associações, estudos e diagnósticos sociais sobre o campo associativo e iniciativas de *advocacy*, tal como citados no Capítulo anterior.

No Quadro 6.1 a seguir, apresento uma síntese dos principais incentivos exógenos provenientes de diferentes contextos e conjunturas (religioso, político, midiático, internacional) que, nesta pesquisa, apresentaram impactos importantes na atuação das Cáritas estudadas em ambos os países.

¹⁵² Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/#>, último acesso em 15/01/2024.

Quadro 6.1 – Cáritas e principais incentivos à sua atuação nas duas primeiras décadas dos anos 2000

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa realizada.

<p style="text-align: center;">Incentivos financeiros Brasil/Portugal</p> <ul style="list-style-type: none">+ Repasses da Cooperação Internacional.+ Repasses estatais.
<p style="text-align: center;">Incentivos políticos Brasil</p> <ul style="list-style-type: none">+ Início dos anos 2000 – Maior porosidade do Poder Executivo, impulsionando cooperação e ativismo institucional. Já no Legislativo, menor porosidade, com abertura de inquéritos legislativos (CPIs das ONGs, 2002 e 2010) e criminais (Operação Fariseu).+ Na última década (2011 – 2020) – Menor porosidade estatal, menor cooperação e mais conflitos.+ Consolidação de Instituições Participativas (IPs) – e da presença das ARs nos conselhos gestores e outros espaços participativos.+ Nos níveis municipais e estaduais – a depender de contextos específicos (governos e perfil ARs existentes no território).+ Durante a crise da pandemia de Covid-19 e necropolítica do governo federal, ARs contaram com maior apoio e interlocução de governos municipais e estaduais. <p style="text-align: center;">Portugal</p> <ul style="list-style-type: none">+ Início dos anos 2000 – Concertação social – acordos públicos.+ Interações entre lideranças associativas e políticas.+ Na última década – Período de crises (financeira, como a crise da <i>Troika</i>, de saúde, como a de Covid-19). Presença de maior vontade política por parte de atores governamentais voltada para associações religiosas.
<p style="text-align: center;">Incentivos legislativos Brasil</p> <ul style="list-style-type: none">+ Lei n. 10.825/2003 – Alterações ao Código Civil, reconheceu as organizações religiosas como pessoas jurídicas de direito privado.+ Decreto n. 7.107/2010 – Acordo Brasil-Vaticano; “Concordata” entre o Estado brasileiro e a Santa Sé.+ Projeto de Lei Geral das Religiões (PL n. 160/2009 – arquivada).+ Lei n. 12.435/2011 – Altera a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).+ Lei n. 13.019/2014 – Marco Regulatório OSCs – MROSC.+ Lei n. 14.150/2021 - Lei Aldir Blanc – apoio ao setor cultural.+ Lei n. 14.215/2021 – Medidas Restritivas – pandemia de Covid-19.+ Legislações de encerramento e regulação de atividades presenciais.+ Legislações estaduais e municipais (MROSC e outras).+ Normativas/resoluções de Conselhos Gestores e outros órgãos.+ Processos normativos para conseguir títulos ou certificações (Utilidade Pública, Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS). <p style="text-align: center;">Portugal</p> <ul style="list-style-type: none">+ Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, de 1996.+ Lei n. 16/2001 – Lei de Liberdade Religiosa.+ Decreto-Lei n. 134/2003 – Registo de Pessoas Colectivas Religiosas.+ Nova Concordata do Estado Português com a Santa Sé, de 2004.+ Lei n. 30/2013 de Bases da Economia Social.+ Lei n. 120/2015 – Regulamenta a Cooperação entre o Estado e as entidades do setor social e solidário e cria a Comissão Permanente do Setor Social e Solidário.+ Resolução do Conselho de Ministros n. 41/2018 – Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).
<p style="text-align: center;">Incentivos informacionais Brasil e Portugal</p> <ul style="list-style-type: none">+ Pesquisas/diagnósticos realizados por institutos de pesquisa, OSCs, Igrejas, próprias ARs ou redes que integram;+ Catálogos e diagnósticos realizados por organizações da sociedade civil e institutos de pesquisas de opinião.+ Eventos – Produzidos pelas (ou para) as OSCs – Conferências, Debates, espaços de discussão.+ Plataformas, grupos e cursos de formação.

Assim, esse conjunto de incentivos financeiros, políticos, legislativos e informacionais têm impulsionado de forma mais geral tanto os objetivos e estratégias de atuação das Cáritas quanto o seu maior ou menor protagonismo nas arenas públicas, como veremos adiante. Outra constatação importante diz respeito ao fato de que a maior presença de incentivos no âmbito das Cáritas relaciona-se às características dessas associações: são antigas, tradicionais, com trajetórias, redes, atuação e lideranças reconhecidas e consolidadas publicamente, que apresentam vínculos e capilaridade com o clero católico e com atores políticos. Ocupam, assim, uma posição privilegiada, tanto no campo associativo como no âmbito das associações católicas.

Percebe-se, também, considerando ambos os casos das Cáritas analisados, um caráter de influência mútua entre esses diferentes incentivos. Ou seja, é comum que se apresentem em diferentes combinações: se há maior presença de incentivos políticos, isso pode atrelar-se à presença de incentivos legislativos ou financeiros, por exemplo.

Por fim, convém ressaltar que esses incentivos não são apenas exógenos às associações religiosas. No Contexto de Interação Associativa, os incentivos influenciam as Cáritas, mas estas também apresentam domínios de agência. *Os repertórios adotados não são apenas reações a esses incentivos, mas principalmente produtos de capacidades próprias de agência, bem como das muitas intencionalidades e disputas internas dessas associações.* Daí a importância de analisarmos os repertórios adotados pelas Cáritas, e como se diferenciam, ao longo das décadas, a depender de contextos específicos.

6.2 Principais repertórios das Cáritas

No capítulo anterior, foram apresentados os repertórios das Cáritas Portuguesa e Brasileira de forma detalhada. Aqui, procuro sintetizar as principais estratégias de atuação, considerando ambas as Cáritas, elencando assim algumas similitudes entre os repertórios. Organizei as estratégias de atuação das Cáritas Brasileira e Portuguesa segundo quatro tipos principais: execução de serviços públicos/políticas públicas, redes, produção de informação e incidência política, conforme apresentado no Quadro 6.2, ao final desta sessão. Para a maior parte das ARs, principalmente as de âmbito local, sua forma prioritária de atuação geralmente é a *Provisão de serviços públicos* em diferentes áreas e de diferentes formas. É comum que se identifiquem enquanto executoras de políticas públicas, principalmente quando recebem ou visam receber recursos estatais para tal. As áreas de atuação e as práticas mobilizadas são adaptadas pelas ARs, a depender de demandas conjunturais, locais, ou recursos disponíveis. Isso se explica também por metodologias e orientações advindas da Cáritas Internacionalis: “Sim, estamos todas em reorganização, estamos todas sempre porque temos que estar, exatamente é esta metodologia da Cáritas Internacionalis. É muito boa por isso, porque é um ciclo de quatro anos em que todas as Cáritas em nível mundial estão a trabalhar” (Entrevista 1 CP).

“Mas pelo menos na Cáritas e outras organizações a gente trabalha muito na perspectiva do *planejamento estratégico*. Por exemplo, nós temos um planejamento que ele é decimal, dez anos. E ele é constantemente atualizado a partir da leitura da conjuntura atual. [...] *todas as organizações de igreja que têm um braço voltado para o social têm essa facilidade porque há essa preocupação de estar se atualizando com os fatos e uma leitura da realidade que nos fornecem* isso. Eu acho que é isso. Mas, tem o elemento também do planejamento estratégico” (Entrevista 3 CB).

Um exemplo disso é a área de migração e refúgio, em que, nas últimas décadas, Cáritas tanto brasileira como portuguesa passaram a atuar e que, para estas, se tornou campo prioritário. “E a área das migrações por exemplo é que nós não éramos nem tidos nem achados como parceiros que faziam algo na área das migrações, e hoje em dia já temos coisas bastante desse gênero” (Entrevista 1 CP). Existe, logo, um contexto de incentivos (financeiros, políticos) para atuarem nessa área.

Foi possível identificar que a formação de *redes de cooperação* é uma das estratégias de atuação mais basilares mobilizadas pelas Cáritas. As redes têm sido um repertório adotado pelas associações católicas em perspectiva histórica, bem como têm sido aperfeiçoadas segundo finalidades específicas. Isso parece estar relacionado ao fato de que lideranças de ARs católicas sejam também, com frequência, lideranças de redes, movimentos, fóruns, ou seja, de articulações de diferentes naturezas. Essas lideranças associativas acabam por ter ou adquirir altos níveis de engajamento e ativismo em diferentes arenas públicas, tornando-se assim especialistas em se articular, mesmo com atores de outras religiões, ou com OSCs diversas. Os atores das Cáritas circulam, portanto, por diferentes arenas, o que possibilita à Rede Cáritas se fortalecer institucionalmente, assegurar recursos e obter reconhecimento público. Desse modo, o trabalho em rede é uma característica central das Cáritas, cuja proximidade – local, regional e nacional – proporciona atuarem estrategicamente nos territórios (Cáritas Portuguesa, 2021b).

“A gente estar fazendo esse acionamento com as comunidades que são atingidas, então, tem ali uma articulação tanto no nível das Caritas, que é regional, também entre as Caritas regionais; e a gente levou isso para um cenário internacional, para mobilizar a comunidade internacional, essa articulação com a Caritas Internacional também. Então, foi assim, um trabalho em rede, que eu acho que vale a pena dar esse destaque, que *acaba sendo uma característica da Caritas*. Como a gente é uma rede que tem o secretariado nacional, tem os escritórios regionais, tem as Caritas diocesanas e tem a Caritas internacional, a gente consegue fazer essa articulação para levar e acessar diversas áreas também de espaços estratégicos, para que a gente consiga promover a defesa dos direitos que a gente está defendendo ali” (Entrevista 2 CB, *italico próprio*).

Em contrapartida, lideranças citam grandes desafios, tanto para integrar e coordenar o trabalho das redes Cáritas como para aproveitar potencialidades da capilaridade que as Cáritas apresentam:

“E a grande fragilidade das associações está na capacidade de superar o social, e aí divididas, aquelas que não valorizam a dinâmica associativa reinam melhor. Porque na própria Cáritas nós somos uma união de 20 Cáritas que temos existentes em Portugal e temos muita dificuldade porque essas Cáritas diocesanas tem a sua autonomia, nós não somos órgão de comando das Cáritas diocesanas, elas são autônomas de redes de relacionamentos. A Cáritas Portuguesa existe, como a Brasileira, para congregar os diferentes esforços das diferentes Cáritas. É um drama porque cada tem as suas razões, suas prioridades e é muito difícil conjugar todas em um movimento de prioridades comuns. [...] *A maior dificuldade que a Cáritas Portuguesa tem é de congregar as Cáritas diocesanas*”

“*A Cáritas tem uma potencialidade que não aproveita, é única que tem essa potencialidade, nem a confederação nacional das coletividades tem, que é a capilaridade*” (Entrevista 3 CP, itálico próprio).

Nessa direção, a formação de redes é vista pelos atores principalmente como algo positivo para as Cáritas, e, em contrapartida, em alguns momentos, como parcerias “interesseiras” e pontuais visando a fins específicos, o que poderia ser revisto, bem como os potenciais da rede mais bem aproveitados. Compreende-se que a formação de redes é uma das estratégias pelas quais as Cáritas exercitam sua agência e procuram influenciar o contexto, visando ao fortalecimento institucional e melhores condições de atuação. Por exemplo, uma das principais formas com que ambas as Cáritas atuam é provendo apoios (financeiros, humanos) a emergências (desastres naturais e humanos, como incêndios, terremotos). A Cáritas Portuguesa realiza campanhas de arrecadação visando atender emergências nacionais e de países lusófonos (Cabo Verde, Angola, Moçambique etc.). Ao enviar esses recursos, contribui financeiramente, mobiliza amplas redes de angariação de fundos e de execução de ajuda humanitária, além, ainda, de realizar ações de conscientização das populações e de incidência política voltada para intervenções estatais na redução de danos.

“nós trabalhamos, temos que nos posicionar. Até porque a Cáritas tem algo que outras organizações não têm, ou não tem tanta facilidade em ter, que é ter uma rede em nível nacional, uma rede em nível internacional e ter uma grande capacidade de colocar temas na agenda política, pública” (Entrevista 1, CP).

Ainda, as associações religiosas estudadas têm investido crescentemente na procura por serem referenciais públicos de *produção de informações*, dados, diagnósticos, visando a populações atendidas, a outras OSCs, sensibilizar atores políticos ou empresariais, ou a sociedade de forma mais ampla. Isso é ainda mais presente dado se tratarem de ARs protagonistas, no Brasil e em Portugal, que buscam ser reconhecidas enquanto especialistas e referência em diferentes arenas públicas, interna e externamente a círculos religiosos e associativos. A Cáritas tem investido em elaborar materiais informativos, cadernos, diagnósticos, assim como tem estabelecido na estrutura institucional órgãos como o “Núcleo

de Observação Social” (Cáritas Portuguesa) ou departamentos de comunicação (Caritas Brasileira), por meio da contratação de técnicos para elaborarem especificamente materiais. Além disso, tem estabelecido parcerias com universidades e institutos de pesquisas para realizar estudos e diagnósticos, de modo a aproveitar a proximidade e a *expertise* da rede nas realidades locais para produzir dados que possibilitam realizar incidência política tendo por base essas informações. Com frequência, o próprio Estado não tem acesso aos dados produzidos pelas Cáritas, que, principalmente em períodos de crise, podem orientar atores das Cáritas, sociedade civil e políticos a agirem de forma mais estratégica.

“Tem estudos e pesquisas, inclusive. E também muita comunicação, um investimento grande em comunicação. Por exemplo, a equipe, a assessoria: na Cáritas tem um assessor nacional por tema, e de comunicação tem uns cinco ou seis [...] *Produzir informação, divulgar informação, se comunicar com a sociedade, faz parte do posicionamento institucional na sociedade*” (Entrevista 1 CB).

As estratégias voltadas para a *incidência política* foram se intensificando ao longo das duas décadas dos anos 2000. Percebe-se que as Cáritas procuram atuar principalmente em cooperação com atores políticos variados. Lógicas conflitivas de atuação são mobilizadas principalmente em contextos em que atores estatais mostram-se avessos ou persecutórios às associações. Em uma terceira via, no Brasil, pode-se perceber que a rede Cáritas parece ter desenvolvido estratégias de interação com atores estatais que combinam, muitas vezes em um mesmo contexto, práticas de cooperação e de enfrentamento, fenômeno que Euzeneia Carlos (2012) argumenta ser efeito da institucionalização da participação no Brasil¹⁵³. Em Portugal, vemos dinâmicas parecidas com apostas em estratégias de “*advocacy* amigável” ou “*construtivo*”, que visam ao estabelecimento de parcerias com atores estatais:

“E começamos também a desenvolver alguns documentos de posicionamento político, em parceria com essas entidades para *apresentar junto do governo dos ministérios, da Presidência da República etc.* Portanto, fomos fazendo assim um trabalho de *advocacy* de começar a criar uma rede” [...]

“Por exemplo, para nós, na área das migrações, temos trabalhado e conseguido trabalhar bem, a nossa postura tem vindo sempre a ser numa *crítica construtiva*. Ou seja, fazemos *advocacy*, mas não fazemos um *advocacy* agressivo tipo Anistia Internacional. Por quê? *Porque para já não tem muito a ver uma organização da Igreja a fazer assim uma coisa muito ativista demasiado*. E depois, porque *assim o que é que nós conseguimos fazer, conseguimos ter boas*

¹⁵³ Também Della Porta & Steinhilper (2021), ao estudarem a solidariedade migrante (*migrant solidarity*), apontam combinações dessas dinâmicas que chamam de “*solidariedade contenciosa*” (*Contentious Solidarity*), quanto à reação de organizações da sociedade civil: por vezes moderadas, em outras, com ações contenciosas. Os autores avaliam ser duas tendências de relacionamentos entre sociedade civil e Estado em escala global, e em contextos neoliberais em geral, principalmente após a última crise financeira global.

relações, conseguimos que nos percebam com um parceiro relevante e conseguimos que nos peçam ajuda quando é preciso” (Entrevista 1 CP, itálico próprio).

Em Portugal, identificou-se o cenário de intensas negociações entre representantes das famílias associativas e o Estado. Visando à concertação social e acordos, bem como a reajustes de repasses e exigências, as negociações duram períodos prolongados de tempo, de forma anual ou segundo situações específicas (projetos, recursos). A incidência é mais significativa em algumas áreas/temas de interesse, com atores específicos, como nas políticas de migração e refúgio do Ministério dos Negócios Estrangeiros: “sempre foi a nossa perspectiva neste campo das migrações, foi *colocar-nos ao serviço* para... Também um objetivo da própria Igreja, nos colocarmos ao serviço, para facilitar e para apoiar” (Entrevista 1 CP, itálico próprio).

Os entrevistados das Cáritas Portuguesa e Brasileira destacam como faz parte da cultura institucional de trabalho dessa organização ser propositiva, com vistas a menos pressionar e a mais cooperar, dialogar:

“A forma como tu influencias, tentar ser o mais positivo possível, porque assim nunca vais criar uma resistência a Cáritas ou quando eles precisarem de ajuda eles vão te ligar a ti porque sabem que tu vais ajudar” (Entrevista 3 CP).

“Eu acho que a Igreja Católica tem uma postura de não pressionar, de dialogar mesmo. Então essa postura talvez às vezes vão pressionar sim, mas eles não têm postura de pressionar” (Entrevista 9 CB).

“Mas pronto, é assim que nós temos vindo a trabalhar, mas é sempre muito complicado perceber, perceber até onde é que tu podes ir criticando-os. Não é que nós não critiquemos porque temos medo de perder financiamentos porque nós nem sequer dependemos do Estado. Nós, Cáritas Portuguesa, é doadores privados. Portanto, não é por aí, mas para IPSS, para ONGDs, é sempre difícil perceber qual é que é o limite, onde tu podes entrar sem depois seres prejudicado por isso, porque normalmente és prejudicado por isso” (Entrevista 1 CP).

Repertórios de incidência política ou *advocacy* também são mobilizadas de forma estratégica nos diferentes níveis. Cáritas Nacionais ocupam-se de atores políticos do governo central, e Cáritas Regionais nos Estados, Cáritas Diocesanas, no âmbito local.

“Mas, as que têm uma propensão para intervenção sociopolítica são mais de âmbito nacional, ou de âmbito de conselhos. Dos conselhos se ocupam a governação do município em que vive e as de âmbito nacional se posicionam mais perto do governo central. A Cáritas tem como um dos seus fins primordial, portanto, não é uma tarefa ocasional, por isso são prejudicados. Nós aqui na Cáritas temos o funcionamento com os voluntários, clérigos, representantes da academia, de empresas. E quando queremos tratar de um tema mais específico, essas pessoas que fazem parte desse Núcleo de Observação Social chamam pessoas para se juntar aos grupos

enquanto discutimos aquele tema, como solidariedade, vamos agora a princípio do próximo ano editar cadernos sobre os temas, que apresentamos ao governo e que o governo deu seguimento” (Entrevista 3 CP).

As associações religiosas estudadas buscam publicizar suas posições institucionais quanto a determinados temas de interesse público, por meio de diferentes tipos de documentos (cartas, notas, relatórios, publicações em redes sociais, entrevistas), sendo comum que tomem parte em documentos assinados conjuntamente com outras OSCs que formam suas redes de atuação ou não. Têm crescentemente participado ou contribuído na organização de manifestações e protestos públicos, com vistas a temas, geralmente legislações, ações governamentais, da política externa, ou protestar publicamente contra ataques a populações tradicionais e marginalizadas, entre outros.

Uma das estratégias que tem se consolidado no arcabouço de atuação das associações religiosas brasileiras é a representação institucional em conselhos gestores de políticas, a fóruns, outros conselhos, comissões, comitês, plataformas, movimentos, redes e conferências de políticas públicas. De fato, a representação no interior das experiências de participação (Lüchmann, 2007), desde a Constituição Cidadã de 1988, tomou proporções muito relevantes no Brasil. Inovações democráticas de muitos tipos foram sendo dinamizadas em todo o território brasileiro, e as associações religiosas fizeram-se muitos ativas nesse processo, contribuindo para a proliferação e fortalecimento político desses espaços participativos, sendo ao mesmo tempo beneficiadas por estes (recursos, reconhecimento, redes, aprendizado político).

Os conselhos gestores de políticas públicas são um dos principais espaços político-institucionais em que as ARs buscam estar presentes, no caso brasileiro. Lüchmann e Taborda (2023) realizaram uma pesquisa sobre a presença de ARs que compõem conselhos gestores de políticas das áreas de assistência social e criança e adolescente em 11 capitais de todas as regiões brasileiras, e nos dois conselhos nacionais. Os resultados apontam que as associações religiosas somam 29,5% do total de entidades, considerando ambos os conselhos nas capitais brasileiras, e estão mais presentes nos conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente (38,8%).

Em Portugal, também a Cáritas Portuguesa tem procurado ocupar espaços representativos, sejam estes governamentais ou da sociedade civil. Por exemplo, ainda que a Cáritas não tenha assento nominal no Conselho Económico e Social, um dos gestores da Cáritas Portuguesa foi membro durante uma década desse conselho, como representante da CNIS. Nesses espaços, procuram tanto opinar sobre propostas do governo como propor e construir novas propostas de leis e políticas:

“Os vários setores estão lá representados [Conselho Económico e Social], aí podemos influenciar porque a conta geral do Estado passa por lá, determinados diplomas passam por lá para serem contributos, podem se pedir pareceres, o governo pede pareceres ao Conselho Económico e Social. O próprio Conselho Económico e Social pode emitir pareceres próprios para o governo” (Entrevista 3 CP).

“Portanto, nada que, qualquer legislação que seja publicada, que tem a ver com o social, tem que passar também pelo nosso crivo [da Comissão Permanente do setor social], portanto, nós nos pronunciamos sempre sobre todas” (Entrevista 7 CNIS PT).

Outras modalidades de participação política que as associações religiosas adotam são plebiscitos, audiências públicas, mesas de negociação, ouvidorias, consultas públicas, além de, novamente, conselhos, fóruns, movimentos, redes, enquanto participantes (ou seja, não enquanto representantes). Tanto em espaços de representação política institucional quanto nos variados espaços de participação política, buscam principalmente formular, deliberar, consultar, normatizar e fiscalizar políticas públicas e ações governamentais nos diferentes níveis.

Outra forma de incidência política identificada é o que se convencionou chamar de “*lobbying*”, ou seja, diferentes formas de interlocução e/ou pressão com representantes do Executivo, Legislativo ou mesmo do Judiciário. É comum que as Cáritas rejeitem o termo “*lobbying*”, e prefiram utilizar “*advocacy*”, “*incidência*”, ou “*interferência sociopolítica*” para referirem-se a práticas de interlocução com representantes políticos. De qualquer forma, essas práticas estão presentes na atuação dessas ARs nos diferentes níveis, visando tanto estratégias de cooperação como tensões e pressões no campo político institucional. Em contextos em que as ARs estão em conflito com membros do governo executivo, procuram recorrer a alianças ou a denúncias a representantes do Legislativo e do Judiciário. Assim, vemos que, embora as Cáritas priorizem cooperar, também pressionam atores políticos:

“E tentar influenciar políticas [...] que a Cáritas também faz isto através de, através da sua Unidade de estudos em instrumentos sociais, mas fazê-lo de uma forma mais sistemática, mais organizada.

No Pacto Global para as migrações, que foi adotado no final de 2017, 2018 aliás. Então fizemos uma formação sobre o pacto sobre *advocacy* e sobre comunicação para as associações de migrantes, para *que elas possam melhor fazer representar nos fóruns em que participam junto a decisões políticas*. Portanto, começar a *chamá-las para serem mais capacitadas e chamá-las depois, por exemplo, depois que os capacitamos fizemos um grande evento na Assembleia da República, em janeiro do ano passado, em que participou o presidente da Assembleia da República na altura, o Garcia Rodrigues. A diretora geral da OIM e vários partidos políticos, empresas, universidades etc. E nós e as associações de migrantes, para elas próprias, darem seu ponto de vista sobre o que é que era preciso fazer para a implementação do Pacto Global para as migrações*. Portanto, tivemos sempre a trabalhar muito na vertente da adoção do pacto. E depois de OK ele já foi adotado pelo governo, vamos fazer pressão para que haja uma verdadeira implementação. E somos o primeiro país no mundo em que temos um Plano Nacional de implementação do Pacto, feito pelo nosso governo. Portanto, não vamos dizer que fomos nós que conseguimos esse objetivo, *mas com certeza contribuimos para pressionar o governo e para eles*, depois da assinatura do pacto, fazerem um Plano nacional de implementação do Pacto

Global. E o que estamos a fazer agora *é acompanhar, ver como é que nós podemos ajudar e reunir outros parceiros para garantir que isso seja feito*” (Entrevista 1 CP, itálico próprio).

Além disso, vê-se que há diferentes estratégias para acessar os atores públicos: “Por isso temos feito o trabalho com as instituições públicas dessas duas formas: quando temos alguma coisa para dizer vamos ao ministro, vamos ao Primeiro Ministro, vamos ao presidente da República e *temos muita facilidade em ir*” (Entrevista 1 CP, itálico próprio). Já no âmbito local, as estratégias diferenciam-se: “Quando queremos trabalhar no nível da base, no nível do diagnóstico, no nível de implementação das atividades nossas, de organização de eventos etc., *aí vamos para os técnicos porque são eles que despacham o trabalho*” (Entrevista 1 CP, itálico próprio).

Em períodos de eleições, é comum que as Cáritas procurem elaborar documentos de compromisso, em conjunto com outras organizações, bem como contatem candidatos e partidos para que assinem e se comprometam com pautas de interesse das associações ou das populações atendidas. Além disso, procuram organizar campanhas e documentos públicos com a finalidade de informar e engajar a população para participarem do pleito eleitoral e exercerem o “voto consciente”.

“E portanto estamos a trabalhar nesta vertente de fazer pressão, que nós fizemos também antes das eleições, que houve agora em outubro, nas eleições para o governo, reunimos com praticamente todos os partidos políticos e entregamos este estudo e demos a conhecer aquilo que eram as nossas recomendações para a área das migrações, porque é um tema que se vai meter na agenda e que para o bem ou para o mal. Alguns poderão usar como instrumento político e a nossa ideia é que seja pelo menos utilizado da melhor forma possível e defendendo aquilo que é preciso defender” (Entrevista 1 CP, itálico próprio).

“Então, em 2010, teve essa articulação, apresentamos, como se fosse assim, pontos principais, uma pauta política e foi lá negociar com os dois presidentiáveis, com Dilma e Serra, e os dois defenderam a pauta. Então, tem a carta da Dilma de resposta também, dessas propostas e a carta esteve presente desde o início dessa construção” [falando sobre o contexto de construção da Plataforma MROSC] Entrevista 2 CB).

Por fim, uma forma de incidência política que tem se tornado mais central, principalmente no contexto brasileiro, nas últimas décadas, diz respeito ao acionamento de recursos jurídicos variados: fazem denúncias, entram com processos judiciais, ações civis públicas, mandados de segurança com diferentes fins, principalmente mirando órgãos e atores governamentais (Lüchmann et al., 2017). Se essa mobilização do direito enquanto estratégia de atuação associativa tem se intensificado, isso parece estar relacionado ao fato de associações religiosas e organizações da sociedade civil, de forma mais ampla, estarem adotando crescentemente a defesa de direitos enquanto finalidade prioritária de atuação.

Além disso, essas associações religiosas têm se articulado para a aprovação de novas legislações/marcos normativos, como o citado exemplo do Marco Regulatório das OSCs (MROSC), de

2014¹⁵⁴. Além da aprovação, também visam intermediar e intensificar o processo de implementação desses marcos legislativos, conforme o exemplo da articulação nacional da Plataforma MROSC possibilitou compreender. Em Portugal, da mesma forma como o exemplo supracitado do processo de monitoramento e cooperação da Cáritas para com o Pacto Global das Migrações, também tem havido por parte da associação estratégias com foco em novas legislações e marcos regulatórios, além de pressões para a sua implementação.

“Plataforma MROSC, que é essa ação mais específica de fortalecimento desse espaço cívico, para a atuação das organizações na sociedade civil também. Um dos eixos principais que a gente tem dentro desse projeto é, justamente, a questão da incidência política, então, *a mobilização, não só no legislativo, mas no próprio executivo também, de poder tentar fomentar que o espaço, para a atuação das organizações, seja mais favorável*; então, a gente tem várias ações que pensam nesse fortalecimento desse espaço” (Entrevista 2 CB, itálico próprio).

“Não só fazendo *a incidência a uma proposta que vem do governo, mas apresentando a proposta, defendendo, construindo a proposta junto*” (Entrevista 1 CP, itálico próprio).

Quadro 6.2 – Cáritas e principais repertórios de atuação nas duas primeiras décadas dos anos 2000

Fonte: Elaboração própria com base em coletados na pesquisa realizada.

<p style="text-align: center;">Atuação na Provisão de serviços públicos a populações vulnerabilizadas</p> <ul style="list-style-type: none">+ Atuam na prestação de serviços sociais variados, em sua maioria, compreendidos como execução de políticas públicas.+ Por intermédio de projetos financiados por órgãos públicos, pela cooperação internacional, ou por recursos próprios (ou provenientes de instituições religiosas), interveem nas populações em vulnerabilidade social.Escolhem áreas e público-alvo prioritários e estratégicos para atuação – segundo demandas regionais, locais e emergenciais.+ Cáritas Brasileira: Ênfase área da economia popular solidária.+ Cáritas Portuguesa: Ênfase em emergências (nacionais e internacionais).
<p style="text-align: center;">Redes</p> <ul style="list-style-type: none">+ Fortalecimento institucional – articulação de redes internas (Cáritas Regionais, Diocesanas)+ Se articulam com atores religiosos e da sociedade civil.+ Redes de relacionamentos institucionais e pessoais.+ Lideranças de ARs com bastante frequência são também lideranças de movimentos e redes de articulação.

¹⁵⁴ Além de uma legislação, o MROSC foi um processo político organizado por OSCs protagonistas brasileiras, entre elas, a Cáritas Brasileira, que, desde 2010, buscaram identificar os principais desafios e soluções para estes quanto às diferentes modalidades de parcerias existentes no Brasil. Após anos de discussões, eventos, criação de plataforma de articulação, grupos de trabalho em conjunto com o órgão executivo federal (Secretaria Geral da Presidência da República), foi redigida e sancionada a Lei n. 13.019/2014 (Brasil, 2014b).

Produção de informação

- + **Campanhas de conscientização** (temas políticos, de saúde pública, de vulnerabilidade e injustiças sociais, de informação sobre temas de interesse da população).
- + **Produção de diagnósticos** (ARs conduzem pesquisas e produzem relatórios sobre problemas sociais, bem como sua atuação/respostas sociais a estes).
- + **Produção de materiais informativos** (Boletins, cartilhas, notas técnicas, livros, publicações em sites/redes sociais).
- + **Organização e participação em eventos** (institucionais, promovidos pelas Igrejas, por outras OSCs ou por órgãos governamentais e empresas), visando à formação ou articulação em redes.
- + **Comunicação e ativismo nas redes – por intermédio de sites e redes sociais digitais** (Ex. páginas institucionais em que são publicados conteúdos informativos/de prestação de contas, e de engajamento de pessoas para ações e necessidades diversas).

Incidência política

Cooperação – Diferentes formas de interlocução com órgãos e lideranças estatais.

Conflitivos – Disputas de discursos, denúncias, ativismo.

- + **Posicionamentos públicos** – Notas, cartas, relatórios, documentos públicos, publicações em redes sociais, entrevistas concedidas a meios de informação.
- + **Integram grupos de trabalho – Informar e aconselhar governos quanto a políticas.**
- + Participam e organizam – **Manifestações e protestos públicos.**
- + **Representação institucional:** Em Conselhos Gestores de Políticas, Conferências de Políticas, Movimentos e Fóruns, Comitês, Comissões, Frentes, Plataformas.
- + **Outras modalidades de participação política:** Plebiscitos, audiências, mesas de negociação, colegiados, redes, ouvidorias, consultas públicas.
 - + Nestas: *formulam, deliberam, consultam, normatizam e fiscalizam políticas públicas.*
- + **Lobbying/advocacy – Interlocuções com representantes do Executivo** – presidente/a, governadores/as, ministros/as, prefeitos/as, candidatos/as e eleições, partidos, e servidores/as de órgãos executivos) –, **Legislativo** – deputados/as; senadores/as, vereadores/as – **ou mesmo Judiciário** – juízes/as, procuradores/as, burocratas do judiciário em diferentes níveis e órgãos como o Ministério Público.
- + **Acionam estratégias jurídicas – Fazem denúncias, entram com processos judiciais, ações civis públicas, mandados de segurança.**
- + **Novas legislações** – Organizações religiosas têm se mobilizado para propor e pressionar a aprovação e implementação de leis e marcos regulatórios de seu interesse (principalmente em frentes parlamentares católicas/religiosas).

Assim, percebe-se que a prestação de serviços públicos é geralmente a principal forma de atuação das associações religiosas. Contudo, estratégias de articulação em redes, produção de informação e de incidência política também têm sido crescentemente mobilizadas, com vistas tanto às garantias de atuação na execução de políticas públicas como à defesa de direitos das populações atendidas e fortalecimento institucional das próprias ARs mediante reconhecimento estatal, da opinião pública, e dos pares religiosos e da sociedade civil.

Conforme já dito anteriormente, uma das principais apreensões da presente pesquisa é a de que as associações religiosas são influenciadas pelos incentivos externos, que acabam por impactar em alguma medida os repertórios por estas adotados. Porém, em contrapartida, percebeu-se, mediante a comparação pareada, que associações protagonistas como as Cáritas, em ambos os países, têm impactado as arenas públicas exercendo sua agência por intermédio de repertórios estratégicos de atuação, para fins institucionais variados. Essa articulação para incidirem politicamente em legislações de seu interesse é um dos principais exemplos disso. Visando à aprovação ou não aprovação de legislações (como no caso

da legislação sobre eutanásia, em Portugal), as Cáritas aliam-se a lideranças de instituições religiosas e da sociedade civil, a depender do contexto e da temática em questão¹⁵⁵.

Cabe ainda mencionar ter identificado, embora de forma pouco expressiva, casos de pessoas ligadas as Cáritas, em ambos os países, que passam a atuar junto a governos e estrutura estatal, com colaborações como consultores, ou ocupando cargos públicos. Por um lado, trata-se de um reconhecimento da expertise destas lideranças associativas, e por outro, é fruto de redes de relações cultivadas, ao nível pessoal e institucional. É o que a literatura sobre *ativismo institucional* no Brasil tem discutido com maior centralidade recentemente (Abers, 2021). Embora não seja novidade o fato de que trabalhadores de associações sejam convidados a assumirem cargos públicos, vê-se com mais frequência movimentos de pessoas indo das associações para o Estado, do que vice-versa. Ao ocuparem cargos públicos, muitas vezes assumem posições de ativismo institucional, ou do que Verhoeven, I. & Bröer, (2015) intitulam de “*Contentious Governance*”, por atuarem mobilizando repertórios característicos do campo dos movimentos sociais.

6.3 Comparação pareada: Em que as Cáritas Brasileira e Portuguesa se diferenciam?

Nas sessões anteriores deste capítulo, procurei apresentar os incentivos e repertórios que foram identificados para a compreensão da atuação das Cáritas Brasileira e Portuguesa. Alguns fatores explicam semelhanças na atuação entre ambas, nas últimas duas décadas. O principal parece ser o fato de fazerem parte da “mesma organização”, ou seja, as Cáritas, que seguem orientações da Cáritas Internacionais, vinculada à estrutura da Igreja Católica. Verificou-se, porém, alguns pontos em que as Cáritas de ambos os países se diferenciam em sua atuação. Muitos destes se explicam por tendências institucionais e históricas próprias. Outros, por questões próprias dos respectivos países, dos campos associativo e político, bem como das dinâmicas da própria Igreja Católica. Passo agora a elencar em que as Cáritas estudadas se diferenciam.

Percebeu-se que as diferenças nas estratégias de atuação de ambas as Cáritas advêm desde a fundação, embora ambas tenham sido criadas inicialmente para responder a demandas imediatas de acolhimento e alimentação dos pobres, por meio da destinação de recursos advindos da cooperação internacional (principalmente Estados Unidos). No entanto, foi durante as décadas de 1980 e 1990 que as associações passaram por mudanças institucionais particulares, quando suas áreas e formas de atuação foram adaptadas conforme demandas nacionais, regionais, internas do catolicismo e de lideranças do clero católico.

¹⁵⁵ Ver Scola e Giumbelli (2016), que analisaram os três principais marcos legislativos de regulação do religioso no Brasil nas últimas décadas (quais sejam, Estatuto da Igualdade Racial, Acordo Brasil-Vaticano e o projeto conhecido como Lei Geral das Religiões), e, ainda, como atores religiosos se mobilizaram para concebê-los/aprová-los, principalmente por intermédio de articulação de frentes parlamentares.

Nas duas últimas décadas do século XX, ambas as Cáritas trabalharam com vistas à inserção no mercado de trabalho de indivíduos e famílias provenientes de classes baixas, em situações de extrema pobreza. Entretanto, fizeram isso de formas muito diferenciadas. A Cáritas Portuguesa visou criar “cargos”, postos de trabalho, influenciar comerciantes a contratarem ou realizarem empréstimos para que as pessoas (majoritariamente homens, e, no início do programa, soldados retornados) criassem pequenos negócios. Já a Cáritas Brasileira, por sua vez, procurou a resolução dos problemas de miséria, fome e desocupação por outra lógica de atuação: por intermédio dos Projetos Alternativos Comunitários, cuja finalidade era criar, conjuntamente com as populações interessadas, atividades produtivas conforme especificidades e recursos regionais e climáticos. Os PACs tinham uma lógica tanto participativa – conceber e aplicar, em conjunto com as populações, provendo recursos – quanto de integração cooperativa e comunitária das famílias/populações envolvidas, com forte influência da Teologia da Libertação (ver Souza, 2007).

Assim, embora ambas se dediquem à promoção humana e social, interessa notar, conforme os documentos analisados, como as orientações institucionais e estratégias de atuação têm se diferenciado ao longo da trajetória das associações. De forma que, nos anos 2000, pode-se observar que essas “tendências” permanecem. Na Cáritas Portuguesa, identificou-se uma ênfase mais “*individual*”, em oposição a Cáritas Brasileira, que desenvolve estratégias mais voltadas a lógicas “*coletivas*” de ação.

Verificou-se, outrossim, que a Cáritas Portuguesa alimenta uma cultura institucional muito forte de cultivo de relações interpessoais e diretas entre dirigentes e autoridades políticas e religiosas. Inclusive, no âmbito da realização da pesquisa de campo desta tese, percebi ser esta uma das principais diferenças em relação ao caso brasileiro: as relações pessoais de lideranças nas arenas públicas, associativas, políticas, patronais, são bastante enraizadas, de forma que as interlocuções do campo associativo assentam-se primariamente nessas relações, principalmente masculinas, em que o âmbito privado e público mesclam-se. Nas entrevistas em Portugal, não apenas no âmbito da Cáritas, percebi que o ato de apanhar o telefone e ligar para as pessoas é uma das principais estratégias mobilizadas por lideranças. Parece, portanto, um hábito bastante difundido o de falar diretamente e imediatamente, inclusive, isso também atesta graus de intimidade e proximidade. A dimensão territorial pode ser um dos fatores explicativos: lideranças associativas e políticas cultivam relações mais próximas ao longo das trajetórias de vida pessoal e profissional. O excerto de entrevista a seguir atesta isso, considerando um dos gestores da Cáritas Portuguesa:

“O [nome do dirigente] já está a muito tempo na Cáritas também, e, portanto, já tem uma rede de contactos bastante grande, e por isso que já tem grande facilidade em contratar com os... e depois os políticos são sempre os mesmos [risos]. Mais ou menos. [...] mas o nosso presidente tem uma coisa boa, que tem uma relação muito próxima com diversos políticos e, portanto, vai fomentando... Ou seja, estando ali ele, parte desta perspectiva do *advocacy* construtivo e vai

fomentando a relação que é pra... pegar o telefone e ligar, portanto isto tem que se ganhar”
Entrevista 1 CP).

Essa estratégia de atuação, baseada nas relações interpessoais entre lideranças, pode ser descrita enquanto “política invisível”, ou “silêncio estratégico”, e geralmente não era apontada nas primeiras entrevistas que realizei. Apenas após certo tempo de observação e estudo dos repertórios, e com alguma insistência, compreendi o quão central essa estratégia de atuação é no contexto das ARs em Portugal e da CP em particular.

Outro elemento interessante percebido na pesquisa foi o fato de a Cáritas Portuguesa tomar a Brasileira como “modelo”¹⁵⁶ institucional. O Fórum das Cáritas Lusófonas (criado em 2002) é um espaço de troca de saberes e estratégias, e de compartilhamento de boas práticas. Ao final das entrevistas, perguntei aos interlocutores de ambas as Cáritas como veem o trabalho da outra Cáritas (se Portuguesa, como veem a Brasileira, e vice-versa). No âmbito da Cáritas Portuguesa as respostas foram majoritariamente no sentido de admirar o trabalho da Cáritas Brasileira, tanto pelo histórico quanto por iniciativas de economia solidária, por uma cultura participativa, e pela capacidade de organizar a rede Cáritas em um contexto tão complexo (escala territorial e particularidades regionais). Já os atores da CB entrevistados declaram haver trocas com a Cáritas Portuguesa, principalmente no âmbito de compartilhamento de experiências e do Fórum das Cáritas lusófonas.

“Agora, não se consegue tirar benefícios maiores dessa relação [entre CP E CB] porque a *dinâmica brasileira é muito mais participativa e mais engajada nos problemas das populações do que a Cáritas Portuguesa*. A Cáritas em Portugal é mais conservadora, tem fortes resistências à mudança, e eu sinto, toda vez que eu estou em encontros, o povo participa, os municipais [sic] participam, os sem-terra estão lá e então aqui, são só os dirigentes de Estado. Em Portugal, não só a Cáritas, mas ainda não se faz um trabalho com os povos, faz-se ainda para uns poucos. E o que me encanta no Brasil é a dinâmica de envolver os povos nas ações em assembleias em que tomam a palavras e dão poder” (Entrevista 3 CP, itálico próprio).

“Em termos das diferenças que eu acho que possa ter a Cáritas no Brasil comparativamente a Cáritas Portuguesa, a ideia que eu tenho da Caritas do Brasil e que é uma organização bastante grande. Bastante, mas pelo menos na minha perspectiva, mas isto é uma perspectiva muito pessoal, na minha perspectiva, muito bem-organizada naquilo que é economia social, de inovação social que nós aqui não. Nós aqui não temos essa parte desenvolvida, porque estrategicamente ainda não foi considerada relevante, apesar de eu pessoalmente achar que é a maior prioridade que nós deveríamos ter” (Entrevista 1 CP).

¹⁵⁶ Por exemplo, o projeto “Mala da Partilha”, criado no Brasil e adotado por Portugal, em que cartas de refugiados foram elaboradas e compartilhadas em todo o país, e que posteriormente foram reunidas no livro intitulado *Mala da Partilha: Testemunhos de vida de migrantes*, publicado em 2019 pelo Editorial Cáritas, coordenado por Filipa Abecasis.

Se as Cáritas em Portugal estão mais voltadas para redes internas e das Cáritas da Europa e de países lusófonos, no Brasil, a ênfase é principalmente em redes internas e na América Latina. Se os desafios das Cáritas nacionais são diferentes, também “em todo o mundo, em todas as Cáritas. E como também digo: que a Cáritas do Porto tem desafios e a Cáritas de Leiria tem outros” (Entrevista 3 CP).

Já no caso brasileiro, por sua vez, observa-se investimentos institucionais em discursos e práticas orientados para *estratégias coletivas e participativas de atuação*. Formas de atuação visam influenciar o fortalecimento de laços comunitários, associativos, de cooperação, de solidariedade, fortalecer as organizações de base, valorizar aprendizados, com uma ênfase emancipatória nos povos e populações – ao menos no discurso institucional. Ou seja, embora práticas de cunho personalista persistam, procura-se promover orientações e ações menos baseadas em lógicas pessoais e hierárquicas, e mais em lógicas coletivas e horizontais. Isso parece estar relacionado a contribuições e legados que a rede Cáritas no Brasil obteve dos movimentos populares, das comunidades eclesiais de base, ou seja, de projetos dominantes da segunda metade do século XX na sociedade civil brasileira, da Teologia da Libertação, da metodologia de Paulo Freire. Discutiremos isso com mais detalhe no próximo capítulo.

Desse modo, a Cáritas Brasileira parece ser uma das “sucessoras” desse projeto participativo/democratizante (Dagnino, 2004), do qual movimentos, organizações e lideranças com diferentes vinculações à Igreja Católica foram protagonistas na segunda metade do século XX. É comum que lideranças da Cáritas Brasileira tenham sido formadas, e/ou tenham atuado nesses espaços, segundo esses “ideários” e metodologia. Essa cultura da participação evidencia-se pelo processo de *democratização interna* da rede Cáritas no Brasil, e pela implementação de metodologias participativas com o público-alvo.

Durante a pesquisa realizada, verificou-se que, diferentemente da Cáritas Portuguesa, em que os gestores (presidentes) permanecem nos cargos por décadas e são indicados pela Conferência episcopal, no Brasil, realizam-se eleições periódicas, com “chapas” indicadas em assembleias. A “Gestão Compartilhada” é uma estratégia interna adotada pela Cáritas Brasileira. No nível nacional, um gestor da Cáritas Brasileira apontou que as eleições ocorrem desde a fundação da associação, mas que foram ao longo do tempo sendo acrescentadas instâncias, órgãos, que também passaram a ser eleitos (Conselho e Coordenação Colegiada). Já no nível regional, existe um conselho consultivo, que é indicado e eleito pelas entidades-membro (no nível diocesano, daquela região). Também no âmbito das entidades-membro, geralmente as Cáritas Diocesanas ou Arquidiocesanas (Ação Social Arquidiocesana – ASA) promovem as eleições. Nos excertos a seguir, os entrevistados descrevem como ocorrem os processos de eleições na rede Cáritas:

“As eleições da diretoria sempre teve, a presidência. Sempre teve, desde o começo. *O processo, com o crescimento, é que ele foi criando outros instrumentos*. Por causa do regimento interno, que é reformulado constantemente. Essa é uma preocupação que a gente tem também. Tem *o estatuto e o regimento interno que é muito flexível. Por conta das conjunturas a gente adapta*

muito eles. Agora, esse instrumento de conselhos e colegiado foi na década de 1990, que foram criados o conselho nacional, conselho estadual, colegiada nacional, colegiada regional” (Entrevista 3 CB, itálico próprio).

“Pelos princípios institucionais, a Cáritas ela também entende que os próprios lugares de gestão, eles têm que ser lugares que prezam pela horizontalidade. Então acaba que a gestão institucional é feita sempre por três pessoas, que é esta chamada coordenação colegiada, que é composta pelo Secretário, que é esta pessoa que a gente coloca como dirigente, e mais duas pessoas” (Entrevista 7 CB, itálico próprio).

“Então vou te dizer como que a gente se organiza aqui no secretariado regional. Nós temos um conselho consultivo que é eleito também em assembleia, junto com o secretário. O conselho consultivo é indicado também pelas entidades-membro e votado em assembleia” (Entrevista 5 CB).

[Em resposta à pergunta: Todas as Cáritas regionais trabalham desta forma com votação?]

“Todas trabalham com formato de assembleia, mesmo padrão, nós temos um regimento e um estatuto único nacionalmente [...]. E aqui no Secretariado Regional daí a gente tem uma equipe que é a gente chama de “equipe colegiada”, então as decisões um pouco mais estruturantes de gestão passam pela aprovação no conselho, né. E aí essa equipe colegiada que é composta pelo secretário que, no caso hoje sou eu, e daí mais duas pessoas que a gente escolhe dentro do conjunto da equipe dos projetos que a gente executa” (Entrevista 5 CB).

No nível regional, a coordenação colegiada reporta-se assim ao conselho e assembleia regional.

[Em resposta à pergunta: E qual é o papel desse conselho consultivo?]

“Aqui passa tudo. Passa por aí se a gente determinar que tem um projeto com a OIM, por exemplo, tem que passar por aprovação deles para a gente poder fazer o convênio com a OIM. É um espaço consultivo, mas é para nós entendido como espaço gestor [...] O conselho é estratégico porque você não toma decisão de cima para baixo, você escuta as entidades-membro lá, porque eles estão na entidade-membro. Outra coisa que queria dizer é que além do Conselho a gente tem um espaço estratégico nosso de articulação com todas as entidades que se chama o Fórum Regional da Cáritas regional de Santa Catarina que a gente se reúne no começo do ano, na metade do ano e no final. E aí a gente tem um ciclo que a gente chama de PMAS que é o planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização, três vezes ao ano. No começo do ano, a gente faz o planejamento do ano inteiro com todas as diocesanias. Na metade do ano, a gente faz o primeiro monitoramento para saber o que que avançou dessas ações que a gente planejou e o que que tem que ressignificar pro segundo semestre, e no final do ano a gente faz avaliação e sistematização dessas ações que aí depois todo ano a gente tem que apresentar em nível

nacional para eles, apresentar no Conselho Nacional, inclusive para prestação de contas sobre as ações que a gente desenvolveu em cada ano” (Entrevista 5 CB).

Vê-se, portanto, um contexto em que essa cultura da participação não se manifesta somente nas eleições e na procura por implementar formas de atuação mais participativas no público-alvo, mas também no âmbito das assembleias nacionais, em que áreas prioritárias e estratégias de atuação são decididas, periodicamente, pelas 187 entidades-membro que têm direito à voz e à voto. Ou seja, por dirigentes dessas entidades-membro, que, por sua vez, também foram eleitos. Assim, apesar de estar submetida a normativas da CNBB, a Cáritas conseguiu estabelecer processos eleitorais regulares para escolha de suas lideranças, tanto no nível nacional como regional/estadual. Dada essa forma de organização institucional ser de alguma forma uma “exceção” no contexto católico, em que predominam formas hierárquicas de gestão e atuação, perguntei a um dos gestores da Cáritas Brasileira em que isso diferencia essa organização de outras da Igreja (ou de outras igrejas), e quais os desafios:

“Sim, é uma exceção. E isso, muitas vezes, nos causa bastante dificuldades. Você tem em muitos organismos e espaço das igrejas uma estrutura muito piramidal, é piramidal. E isso dificulta o processo. E a gente procura transformar essa estrutura, essa estrutura piramidal o mais horizontal possível. Através de que? Aí entra todo o processo de construção. Todo o processo de participação. Às vezes, no planejamento nosso nacional, tem coisas que vem lá de uma comunidade do interior, que foi lá no regional, participou, contribuiu, pessoal captou, achou interessante. Isso nos dá essa flexibilidade, até mesmo do nosso planejamento estratégico” (Entrevista 3 CB).

É, portanto, algo muito relevante o fato de que a Cáritas Brasileira, enquanto organismo da CNBB e órgão da Igreja Católica Apostólica Romana, “o coração da Igreja”, de uma das instituições historicamente mais hierárquicas, tenha conseguido estabelecer certo nível de “democracia interna” em sua política institucional. Processos de democratização interna em diferentes frentes (dirigentes, prioridades de atuação e metodologias participativas) não são lugar comum nas práticas associativo-religiosas. Vê-se, nesse campo, a prevalência de práticas hierárquicas e engessadas, com pouca renovação das equipes de gestão, com lideranças (religiosas ou não) que ficam, por décadas, em posição de tomadores de decisões, o que aumenta possibilidades de corrupção e práticas imorais ou autoritárias. Inversamente, a adoção dessa democratização interna tem possibilitado, por exemplo, maior paridade de gênero entre os dirigentes da Cáritas Brasileira, que, em 2019, eram 60% das secretarias regionais (Cáritas Brasileira, 2020a).

Isso reforça o protagonismo e o diferencial da Cáritas Brasileira, por conseguir articular-se enquanto associação reconhecida por sua atuação nas arenas públicas brasileiras, ao mesmo tempo que implementa processos internos de horizontalidade e metodologias participativas, em que pesem os desafios relacionados aos investimentos institucionais para democratizar internamente a rede Cáritas, em diferentes níveis. Estudos comparativos futuros podem nos ajudar a determinar se essa característica

da Cáritas Brasileira é singular e referente ao contexto, legados e conjunturas críticas históricas de atores coletivos vinculados à Igreja Católica no Brasil, ou se pode ser identificada em outros contextos nacionais (Cáritas da América Latina ou de outros continentes).

Por fim, nesse comparativo entre os casos português e brasileiro, um dos gestores da Cáritas Portuguesa bem resume diferenças e semelhanças entre os países quanto a problemas sociais e ao engajamento associativo, ao destacar que considera haver um associativismo católico mais fortalecido e menos hierarquizado no Brasil:

Aproximamos os problemas. A questão da escala nós temos praticamente os problemas idênticos que é o grande poder econômico e o poder político subjugar os mais fracos. Agora, *em termos sociológicos, se falarmos da consciência coletiva dos problemas, é maior no Brasil, os níveis de participação são maiores.* A participação relativamente na escala é maior que em Portugal, colocando em patamar e escalas diferentes o Brasil torna-se maior mesmo assim. E depois *a forma do associativismo que tem, se enfraqueceu nos últimos anos que a situação que chega no atual Brasil, mas que continua presente e precisa apenas reanimar.* Ao nível da Igreja, a diferença é que subsiste um problema hierárquico mais visível e operante que no Brasil, em que *os bispos se veem mais próximos do povo*” (Entrevista 3 CP, itálico próprio).

CAPÍTULO VII

Associações religiosas entre a caridade e a defesa de direitos: ambivalências, secularização e crise do catolicismo

O católico mediano pode ser conservador nos costumes, mas possui uma visão solidária quanto à questão social (Camurça, 2023, p. 231)

Apresentação – Diagnóstico das associações religiosas católicas no Brasil e em Portugal

Ao longo do processo de pesquisa da presente tese, compreendi que existe um “espectro de mal-estar” em torno das associações religiosas, principalmente no campo acadêmico, em que o associativismo religioso geralmente não é valorizado como temática de maior interesse por parte de pesquisadores e pós-graduandos. Contudo, diria, de forma mais ampla, que há um mal-estar socialmente incrustado no imaginário coletivo sobre as associações religiosas, que as próprias nomenclaturas utilizadas para as denominar trazem à tona. Ao longo do processo de pesquisa, compreendi que esse mal-estar se deve ao fato de as associações religiosas serem, pela sua própria (ainda) existência, evocativas e comprovativas da ineficácia dos projetos de modernidade, democracia e de erradicação das desigualdades. Se essas associações, instituições de caridade, beneficência, filantrópicas, entre tantas terminologias, ainda precisam existir para atender aos pobres, é porque ainda há pobres, porque ainda há desassistidos pelo Estado, porque níveis de desigualdade não diminuem, ao contrário, a concentração de recursos e capitais entre alguns poucos tem aumentado consideravelmente. Em termos Durkheimianos, ainda apresentam uma função social. São instituições históricas, antigas, centenárias (em ambos os países), que acompanham a história das civilizações modernas, a história do catolicismo, e ainda existem, e precisam existir¹⁵⁷. Portanto, assombra, porque evocam as falhas no âmago das sociedades.

Durante todo o processo de pesquisa, alguns questionamentos foram se colocando em plano de fundo, no contexto de investigação da presente tese, em ambos os países: e se as associações católicas deixassem de existir? Quais os impactos sociais, econômicos, políticos, da não existência dessas organizações? Quais os impactos para a Igreja Católica? E, principalmente, quais os impactos para

¹⁵⁷ Esse mal-estar parece reverberar ainda de contestações à presença pública das religiões, considerando embates entre secularização e laicidades discutidos anteriormente. Joanildo Burity (2015, p. 89) bem resume isso ao explorar “o caráter contestado da presença pública das religiões, questionando a autoevidência do fenômeno e perguntando-se sobre a cena que ele instaura. Essa cena perturba um imaginário político solidamente constituído, revelando não somente suas fraturas, mas também a multiplicidade (e portanto, a contingência) de caminhos por meio dos quais tal imaginário (o moderno ocidental) se constituiu.”

populações social e economicamente vulneráveis? Ao questionarmos os impactos da não existência, é possível melhor apreender os espaços ocupados e a relevância socialmente imputada a essas associações.

Compreendi, considerando tanto os casos das associações católicas no Brasil como em Portugal, que estas vivenciam profundas crises identitárias. Isso porque estão atualmente situadas entre lógicas próprias de múltiplos campos, como o religioso, o da sociedade civil, o político e o econômico. Respondem, assim, a incentivos e desincentivos de todos. Porém, em nível identitário, apreendi que as associações religiosas procuram responder a demandas tanto *religiosas* (porque são vinculadas à Igreja, criadas pelas Igrejas, por lideranças religiosas e leigas, com vinculações e fins baseados em motivações e valores religiosos) como da *sociedade civil* (e, portanto, precisam seguir também lógicas próprias do campo associativo). Desse modo, vivenciam uma situação de *dualidade*, que gera internamente uma *crise identitária* nas associações, causando disputas e as obrigando a *se adaptarem* a múltiplas demandas e projetos de atores variados. Lester Salamon (2012) aponta que essa condição de dualidade, ou de identidades múltiplas e conflitantes, não é algo novo no âmbito das organizações sem fins lucrativos, embora tenha se complexificado:

não é uma luta totalmente nova, com certeza. Desde os tempos mais remotos, as organizações sem fins lucrativos têm sido o que os sociólogos chamam de “dupla identidade”, ou mesmo “identidade múltipla conflitante”. Elas são organizações sem fins lucrativos obrigadas a operar em uma economia de mercado orientada para o lucro. Elas se baseiam fortemente em contribuições voluntárias de tempo e dinheiro, mas espera-se que atendam aos padrões profissionais de desempenho e eficiência. Fazem parte do setor privado, mas servem a importantes propósitos públicos. Nos últimos anos, no entanto, essas identidades têm se tornado cada vez mais variadas e cada vez mais difíceis de serem superadas, tanto na mente do público [*public's mind*] quanto nas operações cotidianas de organizações individuais” (Salamon, 2012, p. 03, tradução própria).

Janine Mello (2019, p. 06) denota, considerando o caso brasileiro, que a dualidade (entre a provisão de serviços e o *advocacy*) é uma “característica marcante do ideário construído em torno das OSCs”. Portanto, pode-se considerar que, no caso das organizações da sociedade civil religiosas, essa dualidade apresenta-se de forma mais complexa: dualidade quanto à “natureza” institucional (religiosa *versus* sociedade civil); e quanto à atuação (caridade *versus* defesa de direitos, provisão de serviços *versus* incidência política). Quais os impactos dessa dualidade, ou ambivalência? É o que discutiremos no presente capítulo, que concentra esforço em três direções: a) com base nos casos das Cáritas, procura apreender as dinâmicas que têm influenciado essas associações religiosas a se articularem entre a caridade, a solidariedade e a defesa de direitos; b) partindo da ideia de religião pública, procura discutir como as associações religiosas atuam mobilizando repertórios publicizados ou não anunciados, de

vibração silenciosa, nas arenas públicas, e considerando como contribuem ou não com as instituições democráticas; c) por fim, discuto o papel das associações católicas no contexto de crise do catolicismo.

7.1 Cáritas entre caridade, solidariedade e defesa de direitos

“Para a Igreja, a caridade não é uma espécie de atividade de assistência social que se poderia, mesmo, deixar aos outros, mas pertence à sua natureza, é expressão irrenunciável da sua própria essência”. (Papa Bento XVI)

Se as democracias modernas vivenciam atualmente contextos de crescente polarização (Carothers & O’Donohue, 2019; Reiljan et al., 2023), esse cenário também se faz presente na realidade brasileira (Fuks & Marques, 2022; Ortellado et al., 2022) e na portuguesa (Pinto et al., 2017). Um questionamento que se impõe é: como essa polarização também afeta o campo associativo? E o associativo religioso? Uma hipótese explicativa reside justamente nessa apreensão de alinhamentos a repertórios de atuação e discursos mais tradicionais (caritativos, ou de pautas morais) ou mais voltados à defesa de direitos (de minorias). Discutirei nesta sessão como, no âmbito da comparação pareada das Cáritas Portuguesa e Brasileira, se percebe, entre 2001 e 2020, movimentos de crescente identificação pela defesa de direitos em detrimento de valores caritativos.

Essa dinâmica tem sido apontada por estudiosos, ao longo dos anos 2000, tanto no Brasil (Ganança, 2006; Lima Neto, 2019; Pinto, 2005) como em Portugal (Giorgi & Accornero, 2018). Em um contexto bastante perceptível na história recente do associativismo religioso, no debate sobre perspectivas mais conservadoras ou mais progressistas (Doimo, 2004), observamos muitas concepções de caridade, solidariedade e defesa de direitos.

“Então, é essa capacidade das organizações irem se adaptando à realidade. Isso, para nós foi muito bom. Por que, isso que você traz, é desde a criação da Cáritas. Foi, em 1956, criada por Dom Helder. A função dela era essa, era o combate á pobreza, à fome, e à miséria. Isso ainda permanece, mas só que com outros vieses. Que é olhando o porquê, se a gente dá de comer aí é, sou um santo, mas se eu pergunto por que que estão com fome aí eu sou comunista. É essa história. E isso que faz com que a gente evoluía e faz que a gente vai se adaptando para todo esse projeto de contexto que a gente vive” (Entrevista 3 CB).

Como apresentado no Capítulo V, no contexto das Cáritas estudadas, e também considerando mudanças em orientações do catolicismo, à noção de caridade são atribuídos muitos sentidos. No âmbito do associativismo religioso, caridade parece estar bastante atrelada à dimensão do voluntariado (Entrevista 5 CP). Os voluntários/as, em grande parte com motivações religiosas, de caridade e assistência, atuam nas ARs conforme suas disponibilidades. Há uma dimensão de doação, tanto de tempo como de compartilhamento de saberes. Logo, o voluntariado está em polo oposto ao da profissionalização das ARs, ainda que essas associações dependam tanto de trabalhadores/as técnicos/as

como de voluntários/as para proverem serviços públicos. Nessa perspectiva, o conjunto de atores das Cáritas, formado por pessoas com diferentes motivações (religiosas, econômicas, éticas e morais) é um dos elementos que explica a multiplicidade de projetos, agências e interesses quanto à atuação dessas associações. Henrique Joaquim (2012) descreve haver, no âmbito da ação social católica em Portugal, um processo de laicização da caridade:

“Ou seja, por um lado, *os próprios grupos de actores usualmente mais conotados como caritativos vivem hoje fenómenos que lhes exigem mais sistematização e estratégia na acção*; por outro, o próprio contexto, aqui entendido como eclesiosfera é, cada vez mais, *habitado por actores diferentes, com percursos diferentes, mas igualmente envolvidos e comprometidos na acção e no cuidado ao outro, actores que, embora agindo com intencionalidades de partida diferentes, concorrem para as mesmas finalidades*. A acção caritativa é entendida como sendo, cada vez menos, património exclusivo dos actores individuais e colectivos directamente relacionados com as Igrejas, designadamente as cristãs, pois é hoje uma lógica de acção apropriada por outros tipos de actores, como organizações de cariz laico” (Joaquim, 2012, p. 260, itálico próprio).

Um dos entrevistados da Cáritas Portuguesa enfatiza que há uma *missão política da caridade*, mais próxima da intervenção política, que não tem sido compreendida no âmbito do catolicismo:

“Mesmo o João XXXIII já falava da caridade política, da obrigação que nós temos porque a caridade é o vetor fundamental da igreja e exercer a caridade através da ação política é dar uma nobreza à caridade no sentido de pôr no seu lugar, e não conduzir a esmola, ninguém fala isso. Os nossos católicos não seguem o pensamento social da Igreja, vão à missa, mas não conhecem o pensamento social da Igreja. O clero precisa conhecer esse sentimento para poder abordar isso nas homilias e educar as pessoas para uma maior participação cívica” (Entrevista 3 CP).

Nesse sentido, caridade e política são frequentemente consideradas como perspectivas antagônicas. A pesquisadora brasileira Celi Pinto (2005), ao estudar dinâmicas da sociedade civil na luta contra a fome, afirma que “a caridade, por definição, é hierárquica e autoritária, ela escolhe a quem ajudar. O próprio verbo ‘ajudar’, presente em vários textos das ONGs examinadas, concorre para reforçar a ideia de poder” (Pinto, 2005, p. 222). Enquanto conceito em disputa, a caridade tem sido, a depender de conjunturas críticas e interesses, ressignificada.

Nos anos 2000, é possível uma percepção, nas Cáritas, da substituição da palavra “caridade” por “solidariedade”, palavra/conceito que parece ter retomado uma centralidade em múltiplos campos. Nas ciências sociais, solidariedade tem sido discutida e teorizada desde os textos clássicos de sociólogos, cientistas políticos e antropólogos¹⁵⁸. Nos estudos sobre movimentos sociais e ações coletivas

¹⁵⁸ Para uma discussão mais aprofundada sobre sentidos históricos de solidariedade na sociologia, teoria política e no pensamento cristão, ver Nicoladeli (2004).

contenciosas (Della Porta, & Steinhilper, 2021) essa palavra parece ser crescentemente mobilizada¹⁵⁹. Movimentos e organizações de solidariedade internacional, iniciativas solidárias, redes e grupos solidários, campanhas solidárias, são alguns dos termos mobilizados em estudos e nas arenas públicas. Em períodos de crise, como a do período pandêmico recente, práticas solidárias se tornam ainda mais centrais. Entretanto, no âmbito das organizações católicas, posicionamentos do papado de João Paulo II explicariam essa passagem da caridade para a solidariedade. Na Igreja Católica, esse papado é identificado com o combate ao comunismo, a defesa da família, o estímulo ao diálogo interreligioso e a promoção da paz (Abreu, 2023), além das represálias a vertentes mais revolucionárias no âmbito do catolicismo, como a Teologia da Libertação.

“Na Cáritas, a palavra caridade foi substituída pela palavra solidariedade. E João Paulo II teve uma influência muito grande nisso, porque João Paulo II vinha marcado por uma dinâmica associativa, sobretudo sindical, que tinha esse título na Polônia, o movimento religioso da solidariedade. De forma que o papa publicita só a solidariedade e o próprio passou a falar mais de solidariedade do que caridade era uma matriz cultural que ele tinha e a Igreja pegou isso” (Entrevista 3 CP).

“Então, de alguma maneira, na área católica, com o grande pontificado de João Paulo II, que ocupa estes anos até os anos de 2003, há como que um decréscimo de compromisso da transformação da realidade, e um acréscimo de espiritualidades mais desencarnadas (Entrevista 5 CP, itálico próprio).

Helena Vilaça (2008) afirma ter havido, naquele contexto, uma “reconversão” do termo caridade para solidariedade. Nos documentos das Cáritas analisados, nos anos 2000, nota-se o emprego de termos como “promoção da solidariedade” e “solidariedade que transforma”, ações que visam à construção de uma “cultura de solidariedade”, “solidariedade libertadora”. Há uma compreensão de solidariedade enquanto oposta ao individualismo, que causaria as injustiças sociais (Cáritas Brasileira, 2005). Portanto, uma solidariedade mais voltada para um sentido político¹⁶⁰.

Para Lima Neto (2019, p. 311), houve, na segunda metade do século XX, uma transformação no campo associativo brasileiro, quando as ONGs passaram da caridade cristã ao profissionalismo

¹⁵⁹ Percebe-se, então, que no âmbito internacional dos estudos sobre as organizações da sociedade civil e voluntárias, ações caritativas e humanitárias são geralmente vistas enquanto diferenciadas do ativismo social, por serem consideradas práticas despolitizadas, que não visam a mudanças sociais e políticas, como o ativismo (Anheier & Scherer, 2017). Sobre a discussão entre caridade, solidariedade e ativismo, ver literatura sobre “*solidarity movements*”, “*politics of care*” e “*solidarity economy*”: Dearden (2006); Arampatzi et al., (2022), Monforte & Maestri (2022), Kousis et al., (2021).

¹⁶⁰ “[...] hoje, a solidariedade se expressa em práticas de democracia radical, em que cada pessoa e todas as pessoas são fonte de todas as formas necessárias para conviver com liberdade e justiça. Por isso, trata-se de uma solidariedade sempre em aberto, capaz de ser fonte de novas formas de organização e de exercício do poder. Capaz, também, de provocar avaliações: críticas do exercício do poder em vista de sua transformação, sempre em busca da prática de relações mais democráticas possíveis. É fundamental que seja assumido esse caráter histórico e essa dimensão política da solidariedade” (CNBB, 2006, p. 85).

engajado. Nos anos 2000, percebeu-se que a principal transformação se concentrou em uma mudança de postura por meio de justificativas de atuação institucional cuja finalidade era a defesa de direitos. Joaquim (2012) também identifica essas mudanças nas “lógicas de ação social” no contexto católico português, em que a maior profissionalização estaria atrelada a repertórios mais secularizados¹⁶¹. Isso não quer dizer, evidentemente, que justificativas/práticas de caridade cristã e de profissionalismo/provisão de serviços públicos não estejam *coexistindo nas associações religiosas católicas*, nos diferentes níveis, porque nossa pesquisa possibilitou perceber, justamente, que estão. Foi possível perceber que a solidariedade não se apresenta no contexto das Cáritas como oposta a dimensão de defesa de direitos. Diferentemente da lógica caritativa, a solidariedade não está em contraposição mais aparente com defender direitos, sendo possível desta forma uma conciliação, entre o religioso e o político/cívico, para que ambas estejam presentes nos discursos institucionais.

Assim, tem-se um contexto em que, embora a Cáritas tenha rompido discursivamente com a perspectiva caritativa e assistencialista, promovendo uma cultura institucional de formação para uma atuação com vistas à emancipação das populações atendidas e para a defesa de direitos, ainda persistem essas práticas e perspectivas “antigas”. Isso porque existem disputas e conflitos internos entre os atores das Cáritas, que refletem e se entrelaçam com aqueles próprios do catolicismo brasileiro. Tanto o clero quanto os fiéis católicos se dividem entre aqueles mais conservadores, e aqueles mais progressistas. Geralmente, os primeiros apresentam severas críticas à atuação mais politizada da ação social católica, considerando que associações como a Cáritas deveriam se distanciar de espaços e agentes políticos e atuar de forma mais “caritativa”, respondendo às demandas imediatas da população. Assim, ocorrem choques de percepção, formas de atuação e dissonâncias na rede Cáritas quanto a como a associação deve atuar.

Lideranças apontam que, embora haja orientações das Cáritas Nacionais em ambos os países, há grande dificuldade em mudar formas de atuação nas bases, de modo a romper com práticas filantrópico/caritativas e voltadas apenas para prestação de serviços. No âmbito da Cáritas Brasileira, em decorrência da questão de escala, da dimensão territorial continental do país, além de disputas do campo religioso, percebeu-se mais explicitamente essa diferença de discursos e práticas em nível macro (nacional) e micro (local).

“Nós fazemos um esforço enorme para que os grupos da ação social que estão nas paróquias não se limitem a dar roupas e bem alimentares, mas que estudem os problemas da paróquia,

¹⁶¹ “A crescente profissionalização, acompanhada de lógicas de ação baseadas numa racionalidade centrada em critérios de eficiência e de eficácia, mas também a entrada no contexto de actores, que se situam mais em mundos de cariz industrial e cívico, parece estar a colocar de lado lógicas de ação mais centradas nos princípios e lógicas caritativos, dando lugar a repertórios de ação nesta medida mais secularizados. Um destes sintomas é a, cada vez maior, afirmação dos actores enquanto peritos e não tanto enquanto militantes” (Joaquim, 2012, p. 252, *itálico próprio*).

que exponham os problemas da paróquia às pessoas que vão à missa, que vão junto da freguesia e coloquem essas questões. São muito poucas que fazem isso” (Entrevista 3 CP).

“Eu vejo a Cáritas com um discurso muito politizado, muito colocado nacionalmente. Alinhado com as principais correntes teóricas, se a gente for discutir economia solidária, alinhado com as principais correntes teóricas com a economia solidária, que não são religiosas. Se a gente entra para discutir assistência social, por exemplo, está alinhado com o que diz os marcos contextuais e políticos. Então, um esforço de se adequar e de tomar parte nesse meio institucional e societário para garantir direitos e para atender à população. *E isso em nível macro, nível estrutural. Agora, quando você vai descendo para o nível da atuação local, territorial você encontra resistência.* Por exemplo, eu nunca ouvi isso diretamente, eu ouvi indiretamente. Que tem padres que cuidam de Cáritas paroquiais que não entendem, que não aceitam que tenha um profissional contratado, pois a vocação da instituição é voluntária. Algo, como ‘isso vai descaracterizar nossa prática, nós somos igreja’. Então, eu acho que tem esse conflito, as contradições desse processo. Então, de manter o posicionamento de igreja e ao mesmo tempo, manter o posicionamento de uma entidade civil” (Entrevista 1 CB, itálico próprio).

Portanto, *em níveis discursivos*, institucionais e nacionais, a perspectiva de defesa de direitos tem se sobreposto ao longo das duas décadas dos anos 2000. Podemos ver isso no âmbito das duas Cáritas estudadas, conforme largamente discutido no Capítulo V. Na Cáritas Brasileira, mudanças institucionais da “caridade assistencial” para a “caridade libertadora” (Souza, 2011), e, atualmente para a solidariedade, defesa de direitos e incidência política¹⁶²; já na Cáritas Portuguesa, da caridade e do fortalecimento institucional para estratégias de *advocacy* e investimentos na formação de redes de cooperação.

Na Cáritas Brasileira, tem-se a perspectiva de ser necessário tanto matar a fome, ou seja, prover bens e serviços essenciais, quanto promover a consciência política e a conquista de direitos.

“Essa é, inclusive, uma pecha que a Cáritas pega, como muitas organizações. Porque, na história, na memória dos movimentos e das organizações, *aquele militante político ele não admite que você faça caridade, assistência, né. Porque diz que acomoda. Mas assim, é aquilo que depois que a fome foi realmente revelada como um problema político, um problema social, mudou-se muito essa característica de que as entidades trabalhariam apenas a consciência*

¹⁶² Também a dissertação de Lima Filho (2019, p. 86) objetiva “oferecer uma compreensão da transformação da Cáritas de uma instituição de redistribuição de alimentos, representada como ‘assistencialista’, em uma instituição autointitulada de defensora dos direitos humanos”. Ao estudar a trajetória de Cândido Neto, liderança da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, percebeu como a trajetória e perspectivas individuais (de Cândido Neto), relacionam-se as da Cáritas e com reconfigurações no interior da própria Igreja. Segundo ele, ‘podemos observar mudanças na autoimagem da Igreja Católica que passou, gradualmente, com a abertura aos ‘leigos’, a uma posição de luta pela promoção da pessoa humana’” (Lima Filho, 2019, p. 72).

política e a conquista de direitos para quem está com fome. [...] Mas, é aquela história: não dê o peixe, não dê só o peixe, ensine a pescar também. Então é essa a metodologia que a Cáritas muito trabalha” (Entrevista 3 CB, itálico próprio).

Nesse sentido, uma iniciativa em implementação da Cáritas Brasileira é a de não entregar cestas básicas para populações vulneráveis. Ao invés disso, valores monetários (em real, moedas de bancos comunitários ou colocados em cartões) são distribuídos, para que as pessoas possam comprar o que quiserem, rompendo estigmas sociais e promovendo negócios locais. Assim, buscam “que a própria distribuição de alimentos seja uma estratégia de conquista de direitos, não só de alimentos. [...] E inserir na assistência o protagonismo das pessoas, que elas mesmo tenham” (Entrevista 3 CB).

A presente pesquisa também possibilitou perceber que, embora tenham, nas últimas décadas, visado crescentemente estratégias de incidência política e defesa de direitos, interlocutores apontam que as Cáritas ainda precisam avançar muito no sentido de, para além de mitigar, contribuir para a resolução dos problemas sociais:

*“E a Cáritas também têm uma identidade muito própria. Temos uma identidade dentro da Igreja, uma missão que extravasa aquilo que é a prestação de serviços sociais por si só, porque isso tanto nós podemos fazer como outra organização qualquer [...]. *O que eu acho é que nós deveríamos refletir para uma verdadeira resolução dos problemas sociais. Ou seja, a Cáritas muitas vezes atua muito na resposta imediata. [...]**

Se nós pensarmos, ou atuarmos de uma forma mais de inovação social, nós vamos estar a atuar na base do problema. Ou seja, não vamos estar a resolver o problema, mas vamos estar a preveni-lo e mitigá-lo. E isto é um pensamento que ainda não está muito... *ou seja, na Cáritas Brasileira já está mais interiorizado*, até por já ter um grande historial de muitos anos, nós temos aí materiais da Cáritas Brasileira de Economia Social etc. já antiquíssimos, portanto, eles já trabalham isto há muitos anos. Não sei como é que estão agora, mas imagino que estejam melhor do que estavam, não é? Porque já tinham materiais de qualidade, já tinham manuais de tudo e mais alguma coisa. E nós aqui, ainda nos falta mudar o *chip* para essa realidade” (Entrevista 1 CP, itálico próprio).

O mesmo entrevistado reconhece que, em alguma medida, as estratégias de atuação da Cáritas Portuguesa têm visado responder a isso: “E isto que nós podemos fazer é o que temos vindo a fazer nesses projetos, que é seja capacitação, seja perceber qual é que é o problema e ir aos decisores políticos e tentar influenciar políticas” (Entrevista 1 CP).

No mesmo sentido, uma autocrítica que um gestor da Cáritas Brasileira tece com relação ao trabalho da organização nos anos 2000 refere-se à questão do protagonismo e dos desafios em materializar objetivos como os de “emancipar” e “liberar” os assistidos. Ou seja, para além do discurso, aplicá-lo na prática:

“Mas, agora eu acho que teve um erro estratégico nosso dos movimentos e das pastorais, que foi talvez a questão do protagonismo. Eu acho que o erro foi esse. Pois, veja bem, quem é o protagonista do movimento indígena? São eles. Ninguém faz pelos indígenas. Olha, agora do dia 4 a 12 de abril vai ter o novo acampamento em Brasília, a terra livre. O assentamento terra livre, ATL. São eles. A gente apoia. Então, talvez o erro estratégico foi esse. *A gente tem que trabalhar fazendo com que os sujeitos sejam os protagonistas da história deles.* [...] Então, faltou. *Mesmo a gente tendo isso como perspectiva, não houve o envolvimento e uma estratégia adequada para a mobilização.* Então, trabalhar com a agricultura familiar é fazer dos agricultores os protagonistas. *Não é a Cáritas que vai ser protagonista. Não é o agente de Cáritas, são os agricultores e as agricultoras.* Trabalhar com os povos indígenas. Não é o CMI, o conselho indigenista missionário que vai ser o protagonista. Não, são os indígenas. Da mesma forma, quando são os quilombolas. Então, faltou esse protagonismo de trabalhar e dar mais ênfase nisso. Consolidar isso. De que forma isso pode ser de fato das pessoas. Às vezes, por exemplo, a comunicação. Como construir uma comunicação, que é um elemento que pode ajudar muito nisso. Para que *ela não seja simplesmente um instrumento de informação, mas de formação política.* E essa comunicação tem que partir e ser construída com eles, com elas, que são os protagonistas do processo. Então, esses elementos que eu acho que nós erramos nessa trajetória, *que hoje a gente não tem a devida mobilização para responder às coisas que estão aí tão feias para nós*” (Entrevista 3 CB).

Assim, a Cáritas Brasileira tem dificuldades em materializar a “caridade libertadora” ou “solidariedade libertadora” (Forte, 2008). Se, para a Cáritas, “a caridade está vinculada à libertação como forma de justificar o caráter evangelizador da entidade, considerando a sua vinculação à hierarquia católica, pois, é através da caridade que se expressam os valores cristãos presentes na doutrina da instituição” (Rodrigues, 2007, p. 07-08), há então uma perspectiva de que a Cáritas promoverá essa libertação. Nas últimas décadas, essa perspectiva “salvacionista” passou a ser muito criticada, não apenas no âmbito da Cáritas, mas de forma mais ampla na sociedade brasileira e, principalmente, no contexto do trabalho social das associações religiosas.

Em contrapartida, a Cáritas Brasileira tornou-se referência para outras Cáritas (como a Portuguesa), por, além da incidência política, estar há muitas décadas investindo em outra área de atuação que tem contribuído para a defesa de direitos e para impactar as desigualdades sociais: a economia popular solidária¹⁶³. Certamente, nas últimas décadas, discussões sobre economias alternativas, social, solidárias, bens comuns, têm tomado maior centralidade e ímpeto no contexto dos estudos sobre ação coletiva (Laville, 2009). Após as crises da última década e a pluralização de ativismos e movimentos,

¹⁶³ “A Economia Popular Solidária (EPS) é um caminho construído em 41 anos de atuação da rede Cáritas no Brasil. Por meio dos processos de organização coletiva local, na perspectiva de consolidar um modo diferente de produzir, vender, trocar, consumir e de relacionar com as pessoas em prol da sociedade do Bem Viver” (Cáritas Brasileira, 2023, p. 24).

a economia solidária tem sido reconhecida como alternativa e instrumento de luta contra a acumulação capitalista e as injustiças sociais (Esteves, 2021; Laville & Eynaud, 2019)¹⁶⁴.

Assim, considerando a experiência da Cáritas Brasileira, podemos afirmar, como Itçaina (2019), ao analisar o caso da Cáritas Espanhola, que, ao buscar promover iniciativas de economia solidária, “a Cáritas recusa ficar restrita ao seu papel puramente caritativo, mas em vez disso promove o empoderamento pessoal e uma crítica mais estrutural tanto à contenção do estado de bem-estar social como à virada neoliberal das políticas económicas” (Itçaina, 2019, p. 86, tradução própria).

Por fim, podemos considerar que esse processo de “adaptação” de repertórios e discursos ao longo dos anos 2000, nos casos das Cáritas do Brasil e de Portugal, parece estar *atrelado a um contexto mais amplo de secularização dessas organizações da sociedade civil católicas*, que, por sua vez, relaciona-se a contextos e disputas em torno da secularização ou laicização do catolicismo e suas instituições (Vilaça, 2008; Sell et al., 2017).

Um exemplo disso é o livro organizado por Paul Manuel e Miguel Glatzer (2019), que atesta os impactos das tendências de secularização no campo associativo religioso no Oeste Europeu. Seja nas Cáritas (Alemanha – Hien, 2019; Portugal – Manuel & Glatzer, 2019b), seja no contexto das associações religiosas de forma mais ampla (Irlanda – Dillon, 2019; Espanha – Itçaina, 2019), as associações católicas estão vivenciando tendências de secularização de suas práticas. Xabier Itçaina (2019) avalia, tomando por base o caso espanhol, que, contrariando o que abordagens clássicas da secularização assumiriam, as associações religiosas (*faith-based*) não foram relegadas à esfera privada, mas, sim, assumiram novos papéis em regimes de bem-estar, como o *advocacy* político, a elaboração de políticas, a articulação em redes e movimentos, antecipando e substituindo autoridades públicas¹⁶⁵. Ainda, segundo o autor, influências dessa secularização são sentidas quando se considera como “a dimensão religiosa, nestes casos, torna-se mais discreta e desaparece no pano de fundo da estreita coligação formada em torno da causa comum” (Itçaina, 2019, p. 93, tradução própria).

Dessa forma, a presente tese insere-se nessa agenda de pesquisas, com o objetivo de dimensionar o papel das organizações religiosas e os repertórios mobilizados por estas na história recente. Em acordo com outros estudos (como Manuel & Glatzer, 2019b), percebe movimentos, de discursos e repertórios, em direção a uma atuação de incidência política, seja na elaboração e no controle de políticas públicas, no *lobbying* para aprovação de leis, ou, ainda, na economia solidária. Deslocamentos entre a caridade

¹⁶⁴ A “economia solidária” é reconhecida como uma forma de “empreendedorismo social” que visa promover o reconhecimento simbólico e institucional, bem como a articulação e o apoio, de “espaços públicos autônomos e intermediários” em que a atividade econômica é realizada como meio para pessoas que “reúnem-se para definir as regras que regem o seu mundo comum.” (Laville & Eynaud, 2019, p. 54, apud Esteves, 2021, tradução própria). ”

¹⁶⁵ “Mais especificamente, o envolvimento dos atores religiosos no bem-estar, para além da sua atividade orientada para a caridade, estende-se à economia solidária e ao empoderamento das populações mais vulneráveis. Estas articulações entre caridade e solidariedade tendem a aprofundar as ligações entre os setores civis, *à medida que geram novas interações entre organizações religiosas, movimentos sociais e decisores políticos*” (Itçaina, 2019, p. 75, tradução e itálico próprio).

e a defesa de direitos seriam assim resultantes de processos de secularização interna das associações religiosas católicas, relacionadas a processos locais, nacionais e globais entre a Igreja Católica, governos democráticos e disputas entre múltiplos atores e arenas.

A fala de um dos interlocutores entrevistados, trabalhador de uma Cáritas de âmbito local no Brasil, imigrante, evangélico, contratado para trabalhar em projeto da Cáritas com imigrantes, possibilita perceber como estão presentes cuidados institucionais para que o religioso não esteja posto no contexto dos serviços executados, o que considera ser uma estratégia para que, nas arenas públicas, o trabalho da Cáritas não seja associado com o cariz religioso:

“Mas uma coisa interessante que eu quero salientar é que essas organizações, eles falam que são entidades, eles querem se desconectar com a questão da religião, isto é interessante. A gente sabe que tem uma relação, mas na atuação deles eles não querem, tipo, se apresentar como se fosse uma entidade da Igreja Católica, sabe, é como uma organização sem fins lucrativos, sabe, independente, que trabalha com projetos sociais, mas a gente sabe que eles tem cobertura da igreja católica.

[Em resposta à pergunta: Por que você acha que é isso?]

“Eu não pensei nisso... porque os serviços pastorais eles deixam claro que tem uma ligação com a Igreja Católica, isto é claro. Mas quando eu pego o serviço dos jesuítas, mas o serviço não que é uma Igreja Católica, que isto apareça no lugar, porque as pessoas que estão trabalhando nestas entidades geralmente não fazem parte da Igreja Católica, são pessoas que são contratadas, técnicos, para fazer um serviço e a entidade...e apresentam-se, veem eles mesmo como de trabalhos sociais. Mas é difícil fazer essa separação, porque quando você entra na página desses serviços, você vai ver, vai lendo os textos as coisas, *você vê claramente a presença da Igreja Católica ali*. Eu não sei por que esta ideia de não apresentar a Igreja Católica, *mas deve ser pra mostrar que o foco não é a Igreja, não tem a intenção de evangelizar, levar Jesus Cristo para as pessoas, há uma intenção de atender às necessidades básicas das pessoas, necessidades emergenciais, para não pensar que tem uma questão de evangelizar. Quando você fala Igreja, daí... já está ali uma ideia de ganhar almas, pessoas. Acho que é uma estratégia neste sentido, de separar, acho que é isso*” (Entrevista 8 CB, itálico próprio).

Um fato registrado no caderno da pesquisa de campo, relativo à visita presencial a uma associação religiosa originalmente selecionada para a pesquisa da tese, possibilita apreender essa procura por negar o religioso. Na realização da entrevista, foi visível o incômodo e as estratégias discursivas para não apresentar a associação e o trabalho realizado enquanto “da Igreja”, embora o prédio fosse anexo às instalações da Igreja. Na saída, me detive a ver o painel com o cronograma de atividades providas ao público-alvo. Uma delas tinha a denominação de “Hora da Espiritualidade”, termo que tem sido muito

utilizado no âmbito das ARs, por prover algum distanciamento com alcunhas religiosas específicas de denominações (ver Cortez & Barroso, 2023).

Digno de nota são os incentivos legais, uma vez que, a exemplo da realidade brasileira, um dos critérios de participação institucional (nos conselhos gestores) está relacionado com o compromisso com a defesa de direitos sociais.

7.2 Religiões públicas e instituições democráticas – Publicização versus vibração silenciosa nas arenas públicas

Conforme apresentado no Capítulo I, o conceito de “religião pública” possibilita compreender como a presença das religiões nas arenas públicas tem se alterado. Historicamente, as instituições religiosas mantiveram formas de atuação publicizadas e não publicizadas. No âmbito da Igreja Católica, além de questões internas e institucionais, várias formas de intervenção política não vinham (vêm) a público¹⁶⁶. Como discutido nos últimos capítulos, no caso das Cáritas, incentivos externos têm influenciado, nas últimas décadas, movimentos contínuos com vistas ao reconhecimento público e à transparência. Isso parece ser um contexto mais amplo no âmbito das associações religiosas católicas, que buscam ser reconhecidas como executoras de políticas públicas, defensoras de direitos, essenciais às sociedades. É um dos elementos que explica essa “passagem” da caridade para a defesa de direitos, para o ativismo, o *advocacy*.

As associações religiosas definem-se, assim, pela dualidade, ou ambivalência, quanto à sua atuação nas arenas públicas. Por um lado, promovem a coesão social (Burity, 2007), a ajuda humanitária, a execução de políticas, o *advocacy*, e, por outro, reproduzem práticas assistencialistas, proselitistas, coloniais e sexistas. Os primeiros são, com maior frequência, publicizados, são o que podemos considerar como *repertórios formais*, enquanto os últimos são com frequência não anunciados, *repertórios informais*, geralmente mais difíceis de serem estudados.

Esses repertórios informais das ARs (em geral, assim como de outros tipos de associativismo) são mais difíceis de serem apreendidos porque tendem a reverberar negativamente as associações, que realizam esforços institucionais para que não sejam tornados públicos. Embora não sejam objeto dessa investigação, podemos elencar alguns desses repertórios, a exemplo das redes de cooperação não anunciadas: práticas de *lobbying* (nos poderes Legislativo e Executivo, quanto à promulgação de legislações, previsões orçamentares, garantir emendas parlamentares etc.); atividades ilícitas; práticas

¹⁶⁶ Por exemplo, considerando o caso português, Sousa e Silva, em artigo recente (2023, p. 315-316), analisaram como a Conferência Episcopal Portuguesa tem interferido nas políticas e na opinião pública, concluindo que, “apesar da narrativa existente sobre a cooperação e negociação entre a Igreja e as estruturas políticas, nos debates sobre políticas de moralidade, a Igreja Católica portuguesa tende a concentrar os seus esforços em mecanismos de intervenção indiretos, tirando partido de um contexto social caracterizado por uma elevada vitalidade religiosa [...] A sua ação, com vista a influenciar políticas públicas, decorre, assim, na sombra, permitindo à IC reter a sua autoridade moral, a legitimidade institucional e a sua reputação como ator protetor dos interesses nacionais e do bem comum.”

com vistas a influenciar eleições; corrupção; incitação à práticas/crimes discriminatórios ou persecutórios; procura por dificultar atuação ou extinguir outras ARs ou OSCs, entre outros.

Como observado no caso das Cáritas, identificou-se a presença, nas últimas décadas, de orientações institucionais para uma atuação mais publicizada e “politizada” nas arenas públicas. Procuraram mais cooperar com outros atores, principalmente estatais, do que aderir a lógicas conflitivas. Porém, a pesquisa apreendeu que essa forma de atuação trouxe importantes custos, principalmente para a Cáritas Brasileira: a atuação mais voltada para a incidência política, aliada a tendências de crise no catolicismo, impulsionou um distanciamento com “as bases” e um processo de desestruturação, principalmente em nível local. Com a finalidade de reverter crises institucionais, recentemente a rede Cáritas no Brasil tem procurado realizar reordenamentos institucionais, de modo a reavivar as bases e as redes de engajamento nos territórios, além de rever prioridades de atuação (focando na provisão de serviços, mais do que na incidência política).

“A gente está passando também por um processo de planejamento estratégico agora e vamos fazer avaliação do primeiro ano no nosso planejamento agora é isso, *também de uma certa forma tem nos tirado um pouco desse campo das políticas públicas, né*, então a gente tem conseguido participar, mas muito menos do que participávamos um tempo atrás. Então é um processo de reordenamento institucional, *não que a gente deixou de acreditar na importância da participação*. [...] por fazer essa organização interna e poder ter fôlego para poder atuar nesses espaços também, *faltou fôlego, na verdade*. Isso tudo também, vamos dizer tu tá pesquisando essa área, tem muito a questão do financiamento também, que é um ponto sensível que as entidades sociais passam [...] *quando a gente estava com a atuação muito voltada para o campo das políticas públicas, a gente tinha financiamento internacional*” (Entrevista 6 CB).

Há, assim, um investimento institucional das ARs em estarem presentes nesses espaços, em decorrência de benefícios e reconhecimento público que essa incidência política pode significar. Porém, faz-se necessário considerar, em contrapartida, os custos relacionados a essa participação, que estão relacionados a questões de *cunho operacional* às associações – pessoas, recursos, tempo, projetos – que a presença ativa nesses espaços demanda. Ocorrem desgastes político-institucionais, dado que a atuação em espaços de incidência política muitas vezes acarreta conflitos internos às ARs. Repertórios de atuação voltados a defesa de direitos resultam frequentemente em afastamentos de lideranças religiosas, e com bases de engajamento (voluntários/as provenientes das igrejas e católicos de forma mais ampla). Também, dada a importância das redes de associações católicas, podem significar custos as relações institucionais, onde associações afiliadas distanciam-se, por discordâncias. Quando as ARs católicas se afastam da Igreja e lideranças religiosas, isto tem impactos nas suas capacidades de atuação, dada a diminuição de recursos sociais e financeiros.

De fato, a Igreja Católica perdeu a capacidade de engajamento que apresentava nas últimas décadas do século XX, e são hoje as igrejas evangélicas aquelas mais presentes em contextos periféricos, com

maior capacidade de agregar as massas, principalmente no Brasil¹⁶⁷, como também, em menor escala, em Portugal. Aliado a isso, a “disputa pelo acesso ao Estado e aos recursos públicos, fundamental para a [...] cidadania, muitas vezes acaba resultando numa sobredeterminação dos aspectos instrumentais e estratégicos da ação, relegando ao segundo plano a comunicação dos movimentos com suas bases” (Tatagiba, 2010, p. 69). Soma-se o fato de as associações religiosas terem recursos limitados, de forma que, ao procurarem atuar em muitas frentes – Provisão de serviços, Redes, Provisão de informações e Incidência política –, amplificam seus custos institucionais.

“Eu, como espectador, e com os contatos que tenho com a Cáritas do Brasil eu acho que o Brasil buscou essa situação onde está em todas as razões que levam às ações políticas. Mas só se chegou essa situação pelo enfraquecimento que os dirigentes da Igreja do Brasil, com certeza guiados pelas orientações do Vaticano, levaram ao enfraquecimento das comunidades de bases porque se as comunidades de base tivessem mantido os vínculos que tinham, porque além da capilaridade eram intrinsicamente participativas pela base. Eu digo muitas vezes que *a situação do Brasil em que está hoje deve-se ao enfraquecimento desse poder associativo de base*” (Entrevista 3 CP, itálico próprio).

O entrevistado refere-se ao processo de declínio do cristianismo de libertação e da centralidade das associações religiosas católicas, que perderam a relevância que tinham, na segunda metade do século XX, nas bases, principalmente em regiões periféricas e rurais brasileiras. Nas últimas décadas, movimentos como a Renovação Carismática Católica têm se tornado protagonistas no campo católico, tencionando incidir nas arenas públicas, privilegiando formas de atuação pentecostalizadas, com ênfase em presença midiática, incidência em pautas morais e formação de movimentos eclesiais. Dão, assim, menor ênfase a formas de associativismo visando à defesa de direitos sociais, privilegiando a formação de grupos identitários, comunitários, e em torno de pautas morais e de defesa da família, conforme tratado no capítulo III.

Portanto, segundo argumentado por Manuel & Glatzer (2019a), a atuação associativa nas áreas sociais é estratégica para as religiões, por serem menos controversas do que as pautas morais. Considerando as associações religiosas analisadas, parece haver um silêncio estratégico quanto a

¹⁶⁷ Embora ainda sejam escassos os dados sobre o associativismo evangélico no Brasil, alguns estudos nos ajudam a compreender as estratégias dos evangélicos nesse campo. *A priori*, parece haver, entre os evangélicos de denominações protestantes históricas, maiores investimentos em criar associações e organizações representativas, muitas interdenominacionais, atuando em rede e com recursos internacionais. Muitas destas têm vivenciado crises institucionais e identitárias, tais como as ARs católicas, dadas as disputas internas e externas, bem como o fenômeno de aproximação dos evangélicos com a política institucional. É o caso de organizações como a Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS), criada em 2000, que, conforme a tese de Cleto Junior Abreu (2021) demonstra, tem atuado com vistas à defesa e à implementação de direitos sociais, aderindo a discursos cívicos, e, atualmente, vivenciando o contexto de crise institucional. Já a tese de Eva Scheliga (2010) estuda as aproximações e diferenciações entre as práticas assistenciais realizadas pelas RENAS e pela Igreja Universal do Reino de Deus. Também a tese de Hélio Teixeira (2014) analisa, sob a luz da teologia, a publicidade cívica da prática social cristã, apontando como, entre os pentecostais, as obras sociais têm estado predominantemente relacionadas a um viés proselitista.

assuntos polêmicos e politicamente divisórios, privilegiando politizar publicamente questões sobre necessidades humanas básicas. Mesmo assim, em relação às dinâmicas internas da Igreja Católica, de forma mais ampla, pautas morais têm tido maior preponderância nas discussões nas arenas públicas nos últimos anos, alimentando ainda mais as crises perpassadas por essa instituição religiosa.

No capítulo I, foi introduzida a discussão sobre as relações entre associações e a democracia, considerando pressupostos conceituais e argumentativos sobre como relacionam-se intrinsecamente (Tocqueville, 1977; Cohen e Rogers, 1995; Hirst, 1995; Warren, 2001; Dahl, 2012; Lüchmann, 2014; Arikan & Ben-Nun Bloom, 2020). Arikan & Ben-Nun Bloom (2020) apontam como as religiões são fenômenos multidimensionais, que podem impactar as democracias tanto positiva quanto negativamente. Com base na literatura especializada e em estudos empíricos, apontam ser lugar comum que as religiões sejam ambivalentes, uma vez que, se no nível individual a crença religiosa tende a reforçar valores de tradição e pautas morais, no nível coletivo, a tendência direciona-se para a promoção de interesses coletivos, de engajamento e confiança interpessoal e institucional.

No contexto contemporâneo de crise das democracias, ou desdemocratização, faz-se necessário considerar como as instituições democráticas têm sido desmanteladas desde dentro (Levitsky e Ziblatt, 2018), “ora com a retirada de dispositivos jurídicos, ora com práticas caluniosas travestidas de argumentos plausíveis. Essas práticas vão sendo toleradas pela sociedade, largamente aceitas e perigosamente naturalizadas” (Carranza & Teixeira, 2023, p. 65). As religiões têm sido importantes atores nesse processo. Se, para setores conservadores católicos, a violência (discursiva, militante, moral, física; ver Carranza & Teixeira, 2023), assim como a incidência sob pautas morais, é estratégica, para setores progressistas, a estratégia parece ser a ênfase na cooperação, em redes, em repertórios menos conflituos e mais dialogados – *a vibração silenciosa e o silêncio estratégico*. Os casos das Cáritas Brasileira e Portuguesa atestam esses esforços dos campos progressistas da Igreja Católica em contribuir com as instituições democráticas, em instituir e executar políticas públicas. Ao mesmo tempo, mantêm silêncios estratégicos com o intuito de abster-se de posicionamentos públicos sobre temáticas de pautas morais, como aborto e a união civil homossexual.

O posicionamento institucional adotado pela Igreja Católica em ambos os países parece ser o de não contrariar regras democráticas, legislações, de modo a manter perfil de menor confronto com lideranças políticas. Em acordo com orientações sociopolíticas e teológicas da Igreja, buscam atuar principalmente nas áreas sociais, por fora da política eleitoral, mas em outros espaços, também políticos, de tomada de decisões de políticas públicas, por meio de formas de incidência política baseadas em concertação social, em vibração silenciosa, visando manter instituições ativas e a presença pública que culturalmente arraigou nas sociedades. Um exemplo, advindo das minhas experiências de pesquisas anteriores, pode melhor ilustrar isso.

Em 2017, enquanto realizava pesquisa de campo para minha dissertação de mestrado, acompanhei o processo das organizações da sociedade civil (OSCs) de Florianópolis (Santa Catarina, Brasil) que estavam em conflito com o recém-instituído governo executivo municipal, em razão das legislações

aprovadas e do tratamento discriminatório dispensado à sociedade civil. As OSCs organizaram um protesto em frente à prefeitura, e as lideranças associativas foram convidadas para uma mesa de negociação com secretários e representantes governamentais. Eu fui convidada a participar para acompanhar a reunião enquanto pesquisadora. Entramos na grande sala de reunião com uma enorme mesa retangular, sentamos, e, em seguida, entraram meia dúzia de policiais fortemente armados com fuzis, que se colocaram no canto da sala. Só depois entraram os representantes governamentais. O clima da reunião foi de muita tensão, mas um momento, uma fala de uma liderança de uma associação religiosa da cidade, até hoje permanece fortemente em minha memória: com trinta e poucos anos, a jovem começou a explicar com alguma calma e muita firmeza aos representantes governamentais que eles não estavam entendendo como a administração municipal funcionaria em seu mandato. Disse: “Vocês não vão governar sozinhos”, e procedeu a explicar que a rede de OSCs existente em Florianópolis era o principal equipamento de execução de serviços públicos, entre assistência, educação, cultura, saúde etc. Que, por intermédio do Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis, estavam organizados, em Conselhos, mantinham fortes relações com a Câmara de Vereadores, e que, portanto, não seria possível, como o novo governo executivo municipal parecia tensionar, aniquilar as OSCs ou controlá-las. Tanto que, tempo depois, essa cena permanece, e pode ser compreendida como expressão do potencial político e da contribuição social da atuação das organizações da sociedade civil nas arenas públicas, em muitos níveis.

As associações religiosas católicas alocam-se entre os atores da sociedade civil protagonista, no Brasil e em Portugal. Em diferentes contextos, é visível como as ARs católicas destacam-se entre os atores mais ativos na incidência política em muitas arenas, com destaque para as políticas públicas. Têm, assim, muito contribuído tanto com processos de exercício de controle democrático e de contrapeso a poderes estatais, como com a instituição de inovações democráticas.

Porém, reitera-se que o universo das ARs é composto por associações que impactam as instituições democráticas de formas múltiplas ou ambivalentes. Associações e movimentos podem ser tanto “celeiros” de inovações democráticas (Pogrebinschi, 2021) quanto espaços de propagação de ideias e ações discriminatórias e violentas (Warren, 2001; Lüchmann, 2014).

No caso brasileiro, desde a democratização, como vimos no capítulo III, houve investimentos na criação e institucionalização de inovações democráticas (Pogrebinschi, 2021). A atuação de movimentos e organismos da Igreja Católica foi determinante para esses processos participativos e de abertura democrática. Inclusive, podemos considerar que, indiretamente, o ativismo de setores progressistas da Igreja Católica contribuiu para a pluralização religiosa, que hoje impacta tanto as bases do catolicismo quanto o campo associativo religioso católico. Hoje, o cenário é de crescimento acelerado dos evangélicos, o que acarreta profundas mudanças nas arenas públicas brasileiras, nos níveis cultural e de polarização social e política. Vive-se atualmente, no Brasil, contextos de “guerra espiritual”, em que pautas socialmente polêmicas para as religiões (aborto, família, sexualidade) são vivamente disputadas. Os evangélicos (principalmente pentecostais e neopentecostais) têm sido bem-

sucedidos em ocupar espaços políticos (tornando-se lideranças do Executivo, Legislativo e Judiciário). Baseados na teologia da prosperidade e do domínio, têm adotado perspectivas de responsabilização individual, tanto em aspectos discursivos como de atuação¹⁶⁸.

“Porque tem os movimentos históricos. A gente vê, por exemplo, é notável, e quanto mais democrática é a sociedade ou o tempo histórico dessa sociedade, mais ela avança no sentido da garantia de direitos. Quanto menos democrática, mais ela retrocede. Nesse momento, que a gente vive uma *anomia democrática*, vamos dizer assim, *há uma presença muito forte das igrejas nesse campo de atuação, nesse campo de atuação novamente*. Igreja principalmente de uma matriz, *mas há um discurso religioso que, de alguma maneira, nega a pobreza como um fenômeno político, como um fenômeno social*. E coloca essa questão no campo das vontades individuais, das capacidades individuais também. Isso é utilizado para negar direitos também” (Entrevista 1 CB).

Outro elemento muito relevante no debate sobre as relações entre as associações religiosas e a democracia diz respeito à dimensão do que Carole Pateman (1992) denomina “aprendizado da participação”. Como observado no caso das Cáritas, as associações religiosas tendem a acumular aprendizados, tanto no nível institucional quanto pessoal, dos atores envolvidos, com base nos quais conseguem tornar-se especialistas em sua atuação, seja na provisão de serviços públicos, na articulação em redes, na produção de conhecimentos, nas diferentes formas de incidência política e na resolução de problemas públicos (Cefaï, 2017). Como especialistas, contribuem com a produção e execução de políticas, apresentando críticas e atuando nos espaços de fiscalização dos atores governamentais. São um elo representativo entre o nível comunitário e órgãos políticos e internacionais. No plano individual, é comum que lideranças e trabalhadores/as de ARs acumulem aprendizados e trajetórias de atuação nas arenas públicas, circulando entre arenas, sendo comum que as carreiras se iniciem em ARs (provenientes de vínculos com a Igreja, desde a juventude), e, posteriormente, sigam para arenas políticas nacionais e internacionais.

Desse modo, mesmo considerando que as associações religiosas sejam organizações transpassadas por interesses da Igreja Católica, do Estado, e do “mercado de atuação social”, elas também contribuem para a criação de valores comunitários. Essas associações, pela proximidade com a Igreja, apresentam grande capacidade de engajamento, geralmente superiores a outras associações não religiosas. O que

¹⁶⁸ Carranza e Teixeira (2023), ao analisarem a atuação política de grupos conservadores cristãos no Brasil atual, exemplificam, considerando a temática de gênero e educação, como estes têm atuado visando o desmonte de direitos sociais e desestruturação democrática: “De modo que, os setores conservadores (religiosos ou não) ao confrontar a ‘ideologia de gênero’, por meio de estratégias de militâncias em diversas frentes, legislativas e judiciárias, capilarizaram a obstrução de mecanismos que negam direitos à população. Eles se opõem, sistematicamente, a uma agenda pró-direitos reprodutivos, de reconhecimento das identidades sexuais, étnico-raciais, liberdade religiosa, das questões de gênero e orientação sexual, buscando impor uma moral particular, a do cristianismo, como parâmetro de moralidade pública para toda a sociedade.” (Carranza & Teixeira, 2023, p. 70).

comprova isso é o fato de o número de voluntários/as nessas associações ser geralmente superior ao número de contratados/as. Isso se explica pelo “incentivo religioso”, pelas visões de mundo (Pleyers, 2020), pelo apelo emocional e moral dado pela atuação junto dos “desfavorecidos”, respondendo ao “chamado” de agir, ajudar, solidarizar-se, importar-se, ter compaixão. As ARs aderem a discursos religiosos fraternos, motivadores, de dever. Assumem uma “mística” específica, com músicas, *performances*, rituais, que evocam emoções. Estes fazem parte do que poderíamos chamar de repertório simbólico, termo utilizado com alguma frequência em estudos sobre religião, para descrever o conjunto de elementos entorno de alguma manifestação religiosa (ver Oro, 2012). Estes repertórios simbólicos possuem uma função de integração, além de distinção com outras ARs. O engajamento comunitário, a sensação de pertencimento, de ter um propósito, de acolhimento, não é algo pequeno, considerando o contexto crítico de desesperança presente nas sociedades contemporâneas. Legados produzidos pelas ARs verificam-se em longo prazo, localmente e globalmente, em diferentes contextos.

Dessa forma, mesmo em contextos em que os percentuais de pertencimento associativo são baixos, o associativismo religioso é “vibrante”, ou seja, provê estrutura, continuidade e segurança existencial (Norris & Inglehart, 2004). É o exemplo dos casos português e brasileiro. No primeiro caso, tanto o índice de participação eleitoral como o do associativo são baixos, mas as associações religiosas (Cáritas, IPSS, Misericórdias, Centro Paroquias) contribuem para fortalecer a vida associativa (Manuel e Glatzer 2019b), e em decorrência disso, alcançam relevância nas arenas públicas.

“Eu digo que, se *não fosse essas associações, não deveríamos falar em democracia*, até a democracia representativa está complicada, nas últimas eleições tiveram 46% de abstenção. E, portanto, a população não participou quase nada, a população não participou do processo democrático que é eleger os governantes. Então, *eu costumo dizer que o que segura a democracia nesse país é movimento associativo.*” (Entrevista 3 CP, itálico próprio).

No caso brasileiro, como vimos, grande parte das organizações da sociedade civil é formada por associações religiosas; muitas delas, a exemplo da Cáritas, atuam no campo da promoção de direitos sociais.

Desse modo, em síntese, esses processos de publicização da religião parecem influenciar secularizações internas ao catolicismo. Mudanças de discursos e estratégias de atuação entre a caridade e a defesa de direitos demonstram como as associações religiosas católicas têm procurado se adaptar aos sinais dos tempos, buscando não perder protagonismo público. Se conjunturas nacionais e internacionais têm favorecido novas modalidades de religião pública, com ênfase na variante cívica, na provisão de serviços sociais e no diálogo interreligioso (Burity, 2015, p.51) as ARs católicas têm procurado se adaptar a isso, não somente como respostas a contextos externos, mas também como agentes de produção de inovação e de influência nas instituições políticas, legislações e arenas democráticas, mesmo que de formas ambivalentes.

7.3 Crises do catolicismo e papel das associações católicas

Durante os anos que residi em Lisboa, Portugal, procurei frequentar missas nas igrejas locais, com vistas tanto a participar das celebrações como uma forma de me aproximar e conhecer melhor o contexto católico português. Procurei ir sempre em diferentes igrejas, e minha impressão foi de estarem bastante esvaziadas. Em contraponto, também estive nas associações católicas em Portugal (Cáritas, IPSS, Misericórdias, Centros Paroquiais), as quais, por sua vez, estavam cheias, tinham estruturas enormes (creches, jardins de infância e atividades de tempos livres – ATL, lares de crianças e idosos etc.), além de significativo número de trabalhadores/as e centenas de utentes. Em uma das entrevistas realizadas, a liderança associativa apontou que a relevância da Igreja Católica atualmente, em Portugal, está relacionada principalmente à sua historicidade:

“O que que vale a Igreja? Portanto, quando se fala a Igreja em Portugal, se fala para os ministros e a diminuta participação dos não clericais. Portanto, quando se fala em Igreja são os pronunciamentos dos padres e dos bispos. Muitos dos católicos, se não é a maioria, têm intervenção mais em espaços fora da igreja, nos bairros, nas associações, mas não deixam de ser cristãos católicos quando estão lá. Mas também não são conduzidos pela Igreja, não são conduzidos pela Igreja, nem os políticos católicos [...]

Portanto, *a Igreja vive nesse momento, o respeito que se ainda tem pela Igreja é pela sua dimensão e pela sua historicidade*. Mas dizer que influencia... como é que 80%, eu não sou contra o aborto, mas respeito essas igrejas. Mas, em países católicos, como esse, como se aprova esse tipo de coisa? Como é que tem a abstenção que se tem?” (Entrevista 3 CP, itálico próprio).

Essas observações pactuam com o argumento evidenciado por Manuel e Glatzer (2019b) de que, se a Igreja Católica em Portugal parece ter perdido influência na formulação de políticas públicas em algumas áreas (aborto e casamento homossexual, por exemplo); em áreas de provisão de serviços sociais ela mantém ainda importantes níveis de incidência. O fato de as associações católicas serem um dos principais atores da sociedade civil nessa área lhes confere *status* de relevância social que obriga atores estatais a ouvirem suas sugestões e exigências, em algum nível¹⁶⁹.

¹⁶⁹ Cabe destacar que, em Portugal, os evangélicos têm aumentado consideravelmente sua presença, tanto em termos de identificação religiosa quanto na criação de ARs evangélicas. Dados da Aliança Evangélica Portuguesa (AEP), principal organização representativa dos evangélicos em Portugal, apontam trajetórias de crescimento das igrejas e associações de cariz evangélico, principalmente após a pandemia. Segundo o Relatório de 2023, 38,1% das Igrejas filiadas à AEP foram fundadas entre 2001-2020, e 61,3% dos frequentadores das igrejas nos últimos três anos tinham origem brasileira, sendo que 38,1% dos pastores também tinham nacionalidade brasileira. Ainda, outro dado relevante é o de que tem diminuído a ação social realizada diretamente pelas igrejas evangélicas (48% em 2020, 37% em 2023), sendo criadas associações e fundações que trabalham em parceria com igrejas e outras entidades. Tem diminuído também as Igrejas não envolvidas com práticas de ação social (19% em 2020, 11% em 2023), o que atesta o crescimento dos investimentos das Igrejas nessa área. As lideranças que responderam ao estudo em 2023 afirmaram que 29% do trabalho social é realizado por meio de associação/fundação criadas para

Resende (2022) argumenta haver uma cultura de consenso e de cumplicidade ambígua nas relações entre elites católicas e políticas em Portugal, privilegiando acordos e evitando confrontos públicos. Resende e Hennig (2015), por sua vez, afirmam que as lideranças clericais portuguesas adotaram posturas mais liberais, souberam aceitar mudanças culturais e escolher “batalhas” (no âmbito das pautas morais). Justificam que isso se deveu ao fato de essas elites católicas terem compreendido que, apesar de ser a religião com maior número de adeptos, a IC em Portugal não seria vibrante, apresentando baixa capacidade de engajamento para vencer batalhas públicas (como o caso dos referendos sobre o aborto evidenciou). Assim, investiram na continuidade das estruturas institucionais (igrejas, movimentos, associações católicas), e em posicionamentos menos controversos como a adoção de silêncios estratégicos com vistas a se esquivar de guerras políticas, culturais e espirituais.

A Igreja Católica no Brasil também enfrenta, por sua vez, contexto de sérias crises (Neris & Seidl, 2017), causadas por contextos de pluralização religiosa, por maior competição mediante a “emergência” de um mercado religioso e pela diminuição da capacidade de transmissão cultural e geracional, levando a uma menor centralidade social do catolicismo em terras brasileiras¹⁷⁰. Segundo Steil & Toniol (2021), trata-se de uma crise do catolicismo, mas não da Igreja Católica. Isso porque esta continua em trajetória de crescimento institucional nas últimas décadas no tocante ao número de paróquias e de padres, o que se explica por um projeto institucional de investir na formação de religiosos (padres, diáconos) e na expansão territorial. Além disso, a maior competição do campo religioso exigiu que a Igreja se reformulasse, aumentando sua presença em mídias de massa (televisão, rádio, internet), bem como sua “articulação política em defesa de seus interesses e de suas causas nas estruturas governamentais e promoção de lideranças carismáticas capazes de mobilizar grandes multidões” (Steil & Toniol, 2021, p. 06, tradução própria). Assim, os autores avaliam que o caso brasileiro tem sido marcado, nas últimas décadas, por esses movimentos inversos: vivenciam crises na filiação, no reconhecimento e na

esse fim, número bastante superior ao último estudo de 2020, em que apenas 16% do trabalho social era realizado por associações. Dados disponíveis em: <https://aliancaevangelica.pt/site/igreja-evangelica-em-portugal-vista-de-perto/>, último acesso em 24/11/2023. Cabe ressaltar que, embora a grande envergadura e representatividade da Aliança Evangélica Portuguesa, nela estão presentes principalmente as igrejas protestantes históricas. Há, ainda, um grande conjunto de igrejas evangélicas em Portugal não conveniadas a essa organização, igrejas pentecostais, neopentecostais, entre outras evangélicas não classificadas, que também tem aumentado significativamente em Portugal e realizado investimentos na área social, criando associações e procurando se organizar em redes (ver Cartaxo, 2020). É o caso da Igreja Universal, que, por meio da UniSocial, tem expandido sua presença em diferentes áreas e territórios (ver Swatowski, 2010).

Há um inequívoco fluxo entre Brasil e Portugal, com investimentos das igrejas e lideranças brasileiras no sentido de expandir a presença em Portugal, enviando pastores e missionários para criar igrejas e associações para ação social. O intenso processo de migração brasileira relaciona-se com esse fenômeno de pluralização religiosa em terras lusitanas. Essas igrejas traçam estratégias para melhorarem seu reconhecimento público com a opinião pública e para aproximarem-se de lideranças políticas. Essas estratégias passam pela atuação de base em territórios socialmente vulneráveis, com populações migrantes, em locais como penitenciárias, ou seja, em áreas, territórios e espaços em que a Igreja Católica portuguesa está menos presente. A ação social evangélica parece estar intrinsecamente relacionada a estratégias de expansão dessas igrejas, o que precisa ser mais bem estudado.

¹⁷⁰ “Enfim, a crise do catolicismo não se reduz ao desmantelamento de um universo de representações, mas acompanha a destruição de um consenso no nível da crença e das relações sociais que, até a década de 1970, estava assegurado pela maioria absoluta de católicos no meio popular” (Steil & Toniol, 2013, p. 226).

legitimidade social e política, ao mesmo tempo que institucionalmente buscam se expandir e manter sua presença nas arenas públicas.

A crise do catolicismo parece estar atrelada, ainda, a disputas no âmbito do mercado religioso quanto a posicionamentos ideológicos, entre grupos atrelados a ideais progressistas e conservadores. Pleyers (2020, p. 13), considerando o caso brasileiro, argumenta existir uma “guerra dos deuses”, demonstrando como mudanças no mundo religioso acarretam consequências políticas com legados de longa duração:

Nas últimas quatro décadas, o Brasil tem sido um dos principais campos de batalha de uma “*guerra dos deuses*”. Os campos em confronto nessa batalha não seguem os limites das religiões oficiais. Não se trata de uma competição entre católicos e evangélicos buscando atrair o máximo de fiéis no país, que continua, aliás, sendo o mais católico do planeta. *A batalha é entre um conjunto de visões progressistas do cristianismo, realizadas por católicos e protestantes que colocam as questões sociais no âmago de seu compromisso, e visões conservadoras, para as quais os assuntos morais, principalmente relacionados à sexualidade (homossexualidade, aborto, divórcio) estão no centro do compromisso cristão* (Pleyers, 2020, p. 10, tradução e itálico próprio).

Outro elemento de relevância que explica a crise do catolicismo contemporâneo seria o engessamento relacionado à maior integração das mulheres em posições de poder hierárquicos eclesiais. Embora as mulheres sejam maioria tanto nos percentuais de pertencimento quanto nas fileiras de leigos e voluntários nas Igrejas, grupos, movimentos e ARs católicas, há enorme resistência das elites católicas masculinas em delegar real poder a elas. Mais que isso, Steil e Toniol demonstram, considerando o Brasil, que a IC tem se tornado internamente ainda mais masculina em razão da drástica redução do número de freiras e congregações femininas em décadas recentes, e o aumento no número de padres e diáconos (Steil & Toniol, 2021). “Poderíamos afirmar, portanto, que o catolicismo não pode responder à sua crise sem levar em conta as questões de gênero que emergem” (Steil & Toniol, 2021, p. 20).

Assim, de muitas formas, percebe-se as ambivalências do catolicismo quanto a práticas, discursos e principais disputas de forças no interior do campo católico. A afirmação de Camurça (2023, p. 231), de que “o católico mediano pode ser conservador nos costumes, mas possui uma visão solidária quanto à questão social”, bem exemplifica a complexidade do campo católico.

Dessa forma, os diagnósticos referentes ao catolicismo no Brasil e em Portugal parecem, em muitos aspectos, confluírem. Embora tenham diminuído os percentuais de filiação religiosa católica, há investimentos, por parte de atores e organizações católicas, para manterem sua presença institucional (igrejas), territorial, social (provisão de serviços públicos) e na cultura política.

O catolicismo seria, assim, “permeável à modernidade, adequando-se ativamente à nova paisagem religiosa que se estabelece no país com o processo de secularização e diferenciação religiosa” (Steil, Herrera, 2010, p. 354). Após o Concílio Vaticano II, com as orientações sociopolíticas da Igreja de

voltar-se ao campo da sociedade civil (ao invés do político), visando encontrar “novos meios de inculcação moral, religiosa e ideológica” (Vilaça, 2008, p. 27), pode-se dizer que ARs católicas (como as Cáritas) têm sido atores importantes nas disputas pela manutenção da relevância da presença pública católica enquanto provedoras de respostas a esse processo de secularização. Assim, é possível afirmar, por um lado, que a forma como as associações católicas têm atuado no Brasil e em Portugal nas últimas décadas tem sido *efeito da secularização e da publicização da religião*. Por outro, e ao mesmo tempo, que essas ARs têm sido reprodutoras desse processo de secularização. Tanto internamente, por meio da secularização de discursos e repertórios, quanto em sua atuação nas arenas públicas, ao adotarem estratégias de defesa de direitos e diferentes formas de incidência política.

Neste sentido, o campo associativo é um dos espaços institucionais que a Igreja Católica procura investir. No Brasil, embora sejam necessários estudos quantitativos para melhor apreendermos a presença das associações católicas entre as OSCs brasileiras, esta pesquisa possibilitou perceber como as associações católicas protagonistas no Brasil (como Cáritas, Associações vinculadas aos Salesianos/Dom Bosco, Associação Fé e Alegria do Brasil – Jesuítas, Associações Maristas, Ações Sociais Arquidiocesanas, entre outras), apesar de desafios e crises, mantêm-se entre os atores mais relevantes no campo associativo brasileiro, em se considerando seus objetivos, porte, recursos, sua presença em redes e articulações, e ocupação de espaços representativos/participativos (conselhos, fóruns etc.).

Em Portugal, como vimos, há uma contradição: mesmo que o catolicismo esteja em declínio, considerando percentuais de fiéis praticantes, a opinião pública portuguesa parece aprovar as ações da Igreja Católica (Teixeira, 2013), e a rede associativa de provisão de serviços públicos com vínculos com a Igreja Católica mantém seu protagonismo (Manuel, 2016; Manuel & Glatzer, 2019b). Entre as associações católicas protagonistas em Portugal que têm sido bem-sucedidas em manter sua relevância pública e capacidade institucional destacam-se, além da Cáritas, as IPSS canônicas, os Vicentinos, Jesuítas, Misericórdias, Centros Paroquiais etc. Uma das principais lideranças associativas, Padre Lino Maia, considera que a atuação social das organizações da Igreja possibilita que “pecados” da Igreja sejam esquecidos¹⁷¹.

Ou seja, a provisão de serviços públicos, além de se constituir, historicamente (para a Igreja Católica), como uma das formas pelas quais procura conservar a sua relevância social, em contrapartida, torna-se também uma estratégia para que polêmicas, injustiças e ações preconceituosas da Igreja sejam “minimizadas”, diante do “bem” social que produz. Dessa forma, a “Igreja teve que se adaptar para poder estar e fazer-se ouvir, teve que se adaptar” (Entrevista 3 CP).

¹⁷¹ “Talvez pelo grande envolvimento da Igreja Católica e das suas IPSS (no combate à pobreza), há um apreço geral pela Igreja Católica, que *tem ajudado as pessoas a esquecer alguns ‘pecados’ da Igreja*. É geralmente reconhecido que quem mais tem feito para que os problemas não sejam tão onerosos para os portugueses, particularmente nesta crise (de austeridade), tem sido a Igreja e as suas instituições – não só as estruturas canônicas nas IPSS, mas também os vicentinos e a Cáritas (Lino Maia, CNIS, apud Manuel & Glatzer, 2019b, p. 125, tradução própria).

O caso das Cáritas, tanto no Brasil como em Portugal, possibilita atestar por que a Igreja Católica continua a investir nas associações, na provisão de serviços públicos e na incidência política. Se a Cáritas é o coração da igreja, sua função é manter o catolicismo vivo, oxigenando práticas e garantindo relevância social e cultural dessa denominação religiosa. É, assim, parte essencial da Igreja, porque a Igreja sem a caridade não existe¹⁷², porque a fé sem obras é morta.

Desse modo, faz sentido compreender, como Adams (1998, p. 68), que “dentro da Cáritas estão reproduzidas as contradições da Igreja”. As disputas internas dessa instituição religiosa também estão ali alocadas. *Grosso modo*, essas disputas se dão entre orientações e projetos mais tradicionais e conservadores e outros defensores de demandas de modernidade e cidadania. Esses conflitos geram rupturas, crises institucionais. Assim, se a Igreja Católica é uma instituição em histórica contradição, interna e externa, talvez também faça sentido pensarmos que, para as Cáritas, a contradição seja o *eixo zero*, um ponto central para essa associação, e não uma exceção. Portanto, as Cáritas refletem, em ambos os países, tanto direcionamentos e disputas no interior da Igreja quanto da conjuntura dos campos da sociedade civil, da política e economia.

Dessa forma, as crises do catolicismo mediante os cenários de publicização da religião e de secularização também podem ser identificadas no âmbito das associações católicas, como demonstramos nesta tese. O diagnóstico de crise das associações católicas evidencia-se de muitas maneiras. Embora sejam resilientes pelos seus elevados níveis de capilaridade social, as ARs católicas têm enfrentado importantes desafios. Um dos principais seriam as dificuldades de renovação de corpos sociais voluntários. O perfil das lideranças tem envelhecido, e há grandes dificuldades em renovar quadros. Essa é uma dimensão mais ampla no campo associativo, em ambos os países, que pode ser explicada pelo maior interesse dos jovens, nas décadas mais recentes, em outras modalidades de participação política (ativismo *on-line*, protestos e participação não religiosa), e no âmbito da IC, por estarem mais presentes em grupos como a Renovação Carismática Católica.

Outro elemento que considero de relevância na crise das associações católicas seria a menor visibilidade do trabalho feminino. Se a Igreja Católica consegue se adaptar, se reordenar para atender a demandas da modernidade e do mercado religioso, então o fato de não atuar de forma efetiva para extinguir seu sexismo institucional, ou seja, deliberadamente não aceitar mulheres em posições de maior protagonismo, principalmente enquanto membras do clero, só pode ser explicado por um posicionamento extremamente patriarcal e sexista, mantendo suas estruturas e normas engessadas. Infelizmente isso se estende ao contexto das associações católicas, em que é visível a ainda menor valorização do trabalho feminino. Nos documentos analisados e nas entrevistas realizadas, percebi que as mulheres são parcamente citadas. Assim, a cultura patriarcal católica reflete-se no cotidiano associativo, amplificando os desafios democráticos desse campo.

¹⁷² Frase dita pelo Papa Francisco, disponível em: <https://www.caritas.org/who-we-are/caritas-is-church/> último acesso em 04/10/2023.

Conclusões

Um dos debates mais clássicos da sociologia é o impasse entre agência e estrutura. Do mesmo modo, no âmbito dos estudos sobre movimentos sociais e ações coletivas, estiveram em disputa nas últimas cinco décadas postulados mais alinhados a considerar o peso das estruturas sobre os agentes coletivos, bem como outros que procuram destacar a força da agência de atores individuais e coletivos. Recentemente, há maior consenso entre os estudiosos da necessidade de se considerar intersecções entre ambos, entre agência e estrutura, entre a ação e impactos das conjunturas exteriores. Ao longo da realização da pesquisa da presente tese, foi possível perceber como, no âmbito das associações religiosas, essas dimensões também se impunham empiricamente. A perspectiva de Jogadores e Arenas (Duyvendak & Jasper, 2015) possibilita, assim, apreender como, no Contexto de Interação Associativa, incentivos externos influenciam as associações por um lado, e, por outro, os atores associativos (nas associações e indivíduos), *(re)criam e adaptam* estratégias de atuação visando influenciar “as regras do jogo” nas arenas públicas, mantendo-se como atores protagonistas do campo associativo.

Nesse sentido, foi possível apreender que, embora as Cáritas e outras ARs católicas sejam criadas institucionalmente pelo clero e por outros atores católicos para executarem as obras sociais que são o coração da Igreja, sua atuação e impactos não se resumem às intencionalidades provenientes do contexto católico. No Brasil e em Portugal, as ARs são, no formato institucional que apresentam atualmente, organizações da sociedade civil com vínculo religioso que têm enfrentado processos de secularização interna, respondendo a demandas de laicização pela sua presença pública na provisão de serviços à população. Têm se profissionalizado, tanto nas normativas institucionais/internas como na atuação nas arenas públicas, com vistas a manter relevância pública.

Como o estudo das Cáritas possibilitou perceber, a atuação das associações católicas resulta das muitas intencionalidades dos diferentes atores (técnicos, voluntários, leigos, religiosos etc.). Resulta também de contextos exteriores, conjunturas críticas, incentivos, demandas. As associações religiosas são um tipo associativo perpassado por importantes disputas, entre diferentes campos, com destaque para o religioso e o secular. Apesar disso, as configurações institucionais e os repertórios de atuação não se resumem a demandas externas, mesmo aquelas da Igreja Católica. Em síntese, são associações que se definem pela ambivalência, tanto na sua natureza como na sua atuação.

No processo de pesquisa e escrita deste trabalho, obteve-se a compreensão de que as obras sociais constituem o coração da Igreja Católica em muitos sentidos. O coração é tido enquanto o *centro*, a parte mais essencial do organismo humano. Se a fé sem obras é morta, a caridade, enquanto ação, movimento, é elemento essencial à Igreja, na construção identitária do cristianismo e do “ser cristão”. Em um sentido figurativo, poderíamos dizer que são o coração da Igreja porque, nas obras sociais, evidenciam-se os *sentimentos*, religiosos, de ligação com a Igreja, com seus preceitos e com o outro. É esse sentimento que impulsiona o engajamento, a atuação dos católicos nas obras sociais de forma mais ampla, e nas

associações católicas, mais especificamente. Em um sentido valorativo, ao coração é comum ser atribuída a conotação positiva “ter coração”, é ser uma boa pessoa, que se importa. Logo, se a Igreja tem um coração, as obras sociais expressam a *bondade* dela, sua contribuição para o mundo, para as sociedades, para as populações mais vulneráveis. A Igreja se importa, age.

Assim, o presente estudo visou compreender as principais dinâmicas no campo do associativismo religioso católico, no Brasil e em Portugal. Para isso, decidiu-se por estudar o “organismo” oficial de coordenação das obras sociais da Igreja católica, as Cáritas. As Cáritas organizam-se em redes internas, com coordenação nos diferentes níveis, e têm autonomia local. Expressam, assim, tanto a complexidade e as dinâmicas do campo associativo, em ambos os países, quanto da Igreja e entidades a elas vinculadas. Mediante análise realizada por meio de comparação pareada, foi possível perceber alguns elementos – tanto comuns como diversos – que influenciam suas trajetórias, dinâmicas e repertórios de atuação, com destaque aos elementos institucionais e contextuais.

O desenho de pesquisa visou trazer contribuições à agenda de investigação sobre o fenômeno associativo e a atuação das religiões nas arenas públicas, nos diferentes níveis, sejam *analíticas*, *metodológicas* e, principalmente, *empíricas*. Tomando por base pressupostos teóricos de autores reconhecidos, clássicos e contemporâneos, além de estudos empíricos sobre o objeto de pesquisa com vistas a adequar instrumentos metodológicos e analíticos vislumbrando uma melhor compreensão do campo associativo religioso católico em ambos os países.

Portanto, a presente investigação objetivou estudar a atuação, nas últimas duas décadas, das associações religiosas católicas com o foco em seus repertórios e estratégias diante de processos e contextos de mudanças, mediante a compreensão da necessidade de se olhar para conjunturas, eventos e poderes exteriores, principalmente dos campos religioso, político e econômico. Por meio de uma perspectiva interacional, que considera as relações entre agentes e estruturas, ou de “*players* e arenas”, enquanto atores engajados em interações estratégicas, que denominei de Contexto de Interação Associativa, identifiquei quatro tipos principais de incentivos exógenos, ou externos, que influenciam as associações religiosas, em ambos os países, quais sejam: Financeiros, Legais, Informativos e Políticos. Embora seja necessária maior maturação teórica e crítica, entendo que esse modelo analítico tem potencial para contribuir com o avanço nos enquadramentos (*framings*) dos estudos sobre o associativismo civil.

Partindo de uma análise interacional, compreende-se que, se os incentivos exógenos às associações religiosas influenciam os repertórios mobilizados, estas também impactam o contexto existente (associativo e político), visando melhores condições de atuação e fortalecimento institucional, nos diferentes níveis (nacional e local). Ou seja, são influenciadas pelo contexto externo (seja político, econômico, social e religioso), como também apresentam níveis de agência consideráveis, e o influenciam.

As diferentes etapas e técnicas de pesquisa de campo foram sendo ajustadas com adequação do recorte de pesquisa, atendendo, além das dinâmicas encontradas no campo e no interior das associações,

a exigências do período pandêmico. Com isso, compreendeu-se como metodologias de pesquisa “engessadas” podem ser prejudiciais em estudos sobre o campo associativo.

Na Parte II, composta pelos Capítulos III e IV, procurei, por intermédio de pesquisa bibliográfica e das fontes primárias desta pesquisa (dados documentais e entrevistas), apresentar e discutir os principais aspectos históricos e políticos do associativismo religioso católico na história recente, desde os processos de transição democrática em ambos os países. Busquei discutir legados do momento crítico da transição, além dos impactos do ativismo católico nas arenas públicas brasileiras e portuguesas.

Na última parte desta tese, foram apresentados os principais resultados da pesquisa realizada. Os Capítulos V e VI apresentaram históricos, incentivos e repertórios de atuação das Cáritas Brasileira e Portuguesa, culminando, por meio da proposta de comparação pareada, na identificação de semelhanças e diferenças entre os dois casos investigados. O Capítulo VII, por sua vez, discutiu as associações religiosas com o foco nas ambivalências dadas, entre outros, pelo fenômeno da secularização e das crises do catolicismo, e como esses processos influenciaram as mudanças de repertórios de atuação dessas instituições, considerando os casos brasileiro e português. Passo, agora, a uma descrição mais minuciosa das conclusões da presente tese.

Com base no estudo realizado, percebi que, nas duas primeiras décadas dos anos 2000, o contexto vivenciado pelas Cáritas no Brasil pode ser dividido em duas fases: a primeira, de 2000 a 2014, foi marcada por um cenário de fortalecimento institucional, com investimentos em incidência política e presença em conselhos gestores e outros espaços de participação e ativismo; já a segunda fase, situada entre 2015 e 2022, foi marcada por retrocessos, com perseguições, críticas, redução de recursos e desincentivos à sua atuação, somando custos institucionais, principalmente na área de *advocacy*.

A rede Cáritas, no Brasil, que historicamente cultivou relacionamentos e alinhamentos ideológicos próximos com lideranças do Partido dos Trabalhadores, sentiu mais duramente os efeitos da troca de governo no âmbito federal, desde 2016. Como estratégias de sobrevivência e continuidade, realizou um movimento de realinhamento para dentro, buscando fortalecer e reordenar internamente suas associações e suas redes. Na última década, balanços institucionais foram necessários, com autocríticas quanto às estratégias de atuação mobilizadas, e que relevaram a necessidade de um retorno às bases, de caráter territorial e de recomposição da capilaridade social.

Em contrapartida, embora tenham revisto repertórios de incidência política, também atuaram de forma combativa às políticas estatais (federais, nos governos Temer e Bolsonaro, e, ainda, nos níveis estadual e municipal) que atacavam o trabalho das OSCs e das Cáritas. Buscaram denunciar e frear políticas e ações governamentais que apontavam retrocessos tanto nas dinâmicas associativas quanto nos direitos das populações socialmente vulneráveis. Assim, percebeu-se como a atuação das Cáritas “é fruto de um momento atravessado pela Igreja em conjunto com uma reformulação geral da sociedade brasileira” (Lima Filho, 2019, p. 74).

Em Portugal, também foram identificadas duas fases de atuação no período analisado. Na primeira década dos anos 2000, destaca-se a realização de acordos entre o Estado português e entidades da

economia social, em especial as IPSS, provendo incentivos para a atuação de associações religiosas. Naquele contexto, a rede Cáritas investiu em fortalecimento institucional, com vistas a ampliar redes e estratégias de atuação. Já a segunda década foi marcada por um cenário de crise econômica, de medidas de austeridade governamentais, que impactou as Cáritas de duas formas inversas. Por um lado, ampliou a insegurança e precariedade social, e, por outro, reiterou a relevância pública das ARs católicas na provisão de serviços públicos diante de estruturas estatais insuficientes e inertes. Com isso, novos acordos e legislações foram combustíveis para que as ARs, apesar dos desafios, se mantivessem enquanto atores de relevância nas arenas públicas portuguesas.

Em que pesem as especificidades da atuação das Cáritas estudadas, a depender de conjunturas e ordenamentos institucionais próprios, algumas semelhanças entre os casos foram identificadas. A principal refere-se ao diagnóstico do catolicismo em declínio, em especial pelo registro, percentualmente e numericamente, da diminuição nos níveis de filiação católica nas últimas décadas, em ambos os países. Diante disso, as elites católicas parecem investir na manutenção de estruturas e na distribuição territorial (Igrejas, terrenos, imóveis, centros paroquiais, congregações, e organismos como pastorais, movimentos, misericórdias, hospitais e associações civis, além de apostarem na renovação do clero). As associações religiosas católicas aqui estudadas, e que integram a rede Cáritas, são, portanto, estratégicas para a manutenção do reconhecimento e da presença pública do catolicismo diante das dinâmicas de pluralização e acirramento da competição religiosa.

Conforme discutido nos últimos capítulos, a provisão de serviços públicos é uma das principais estratégias de demonstração de sua relevância pública. Logo, embora processos de laicização decorrentes da democratização tenham trazido exigências de profissionalização e de distanciamento, ao menos discursivamente, de justificativas caritativas de atuação, os vínculos com a Igreja Católica mantiveram-se. Assim, muitas crises enfrentadas pelas Cáritas refletem as crises do catolicismo. Em contrapartida, a aproximação com a Igreja garante recursos e capilaridade, elementos essenciais para que as Cáritas continuem seu trabalho e sejam reconhecidas enquanto um dos principais atores da sociedade civil, em escala global.

Portanto, nas duas primeiras décadas dos anos 2000, as associações religiosas brasileiras e portuguesas estudadas adaptaram seus repertórios de atuação de modo a responder a demandas externas (principalmente políticas), institucionais (disputas internas) e a contextos de crise. Assumindo a sua importância como executoras de políticas públicas, procuraram se distanciar das históricas lógicas caritativas de atuação, aderindo a discursos e práticas de defesa de direitos de populações vulneráveis e a estratégias de atuação em acordo com as respectivas normativas legais. Destaca-se, portanto, a resiliência institucional das ARs católicas enquanto *Novos Velhos atores*, que são mais tradicionais no campo associativo, ao mesmo tempo que demonstram uma presença vibrante (silenciosa ou não) decorrente de sua capilaridade social e da capacidade de revisão e renovação institucional, recriando e ampliando repertórios, em especial em períodos de crise.

Mediante um cenário de crise identitária resultante de disputas e de contestação de sua presença nas arenas públicas, as associações católicas estudadas navegam entre lógicas próprias dos campos associativo, religioso e político, procurando responder a demandas variadas. Como vimos, muitos projetos coexistem dentro das Ars, e disputam cotidianamente o reconhecimento, os rumos e os recursos disponíveis, adaptando repertórios e discursos, a depender de contextos específicos. Percebe-se que, mesmo sendo um dos atores mais tradicionais da sociedade civil, as associações religiosas vivenciam cenários de mudanças institucionais intensas, procurando responder a intrincadas conjunturas críticas e disputas entre atores, em ambos os países. Ou seja, trata-se de cenário complexo no qual inovações institucionais coexistem com lógicas tradicionais e trajetórias específicas de atuação.

Por fim, uma última apreensão da presente pesquisa que cabe aqui ressaltar diz respeito ao fato de que as associações religiosas buscam, primariamente, a sua *sobrevivência*. Enquanto instituições sociais, cujas instabilidades e precariedades podem ser compreendidas como condições “naturais”, sempre presentes em níveis mais ou menos agravados, o fim principal é marcado pela viabilização da continuidade de sua existência. Visto a sobrevivência ser o objetivo central, buscam sempre adaptar-se aos “sinais do tempo”, seja adotando repertórios publicizados de ação (formais), seja se valendo de estratégias informais, e que se aproximam, em alguns casos, da ideia de vibração silenciosa.

Assim, mesmo diante dos limites metodológicos e do grau de complexidade analítica envolvendo países e contextos tão diferentes, esta tese se coloca como “precursora”, se considerarmos a ausência de estudos com recorte no associativismo religioso que traçam um comparativo entre Brasil e Portugal. Diante das limitações características de estudos dessa natureza, esta pesquisa encontrou desafios considerados relevantes para a ampliação e o aprofundamento do conhecimento nessa área temática, em muitos níveis, cabendo citar aqui alguns deles. Inicialmente, o fato de que estudar o fenômeno religioso, e que seria, de alguma forma, um movimento de profanar o sagrado, gera incômodos por parte dos atores envolvidos, o que ocasiona, portanto, dificuldades na realização de pesquisas empíricas. Em segundo lugar, o grande desafio de estudar e comparar o associativismo religioso de dois contextos nacionais com dinâmicas políticas, econômicas, sociais, culturais e territoriais (escala) tão diferenciadas. Em terceiro lugar, o fato de não existirem dados suficientes que possibilitem mapear as configurações gerais do associativismo católico de forma mais apurada, de modo a proporcionar uma melhor compreensão da extensão e da relevância desses atores no Brasil e em Portugal.

A comparação pareada realizada considerando os casos das Cáritas possibilitou gerar algumas questões de pesquisa para estudos futuros. Entre estas, a apreensão da necessidade de se estudar as dinâmicas das associações religiosas nos níveis micro, no “chão de fábrica”, considerando os contextos locais, dado que a provisão de serviços e parcerias com órgãos públicos ocorre, primariamente, no âmbito das associações locais, de forma que estudos com metodologias quantitativas e qualitativas (para além de estudos de casos) propiciariam alargar a compreensão sobre a pluralidade e os reais contornos das dinâmicas associativas existentes. Outra questão relevante diz respeito à necessidade de se compreender como os fluxos migratórios, principalmente de migração brasileira para Portugal, têm

influenciado o campo associativo religioso em ambos os países. Percebeu-se, assim como no caso dos orçamentos participativos, um movimento de “retorno das caravelas” (Allegretti e Herzberg, 2004) nas relações entre Brasil e Portugal, dado os fluxos de religiosos e leigos brasileiros, principalmente evangélicos, na fundação de igrejas e associações em Portugal. Como os fluxos religiosos são históricos entre Brasil e Portugal, compreender as dinâmicas atuais e seus impactos é de extrema relevância.

Finalmente, com base nos casos estudados, vimos como as organizações da sociedade civil com vínculos religiosos são múltiplas e complexas, embora alguns fenômenos impactem-nas de forma mais transversal. Considerar como dinâmicas emergentes entre atores religiosos e políticos têm ocorrido nas arenas públicas, como interagem e impactam as instituições políticas, é um desafio que se põe no horizonte das ciências sociais no Brasil e em Portugal, em especial diante das revisões acerca da ideia de secularização e dos desafios dados pelo fenômeno da pluralização religiosa. Além disso, compreender como atores tradicionais, como as associações religiosas católicas, têm atuado e impactado as diferentes áreas e as políticas públicas parece ser contribuição relevante no âmbito dos estudos sobre as novas dinâmicas da sociedade civil, seja no Brasil, em Portugal, e alhures.

Referências Bibliográficas

- Abers, R. N., (2021). *Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira*. Brasília: Editora UnB. <https://doi.org/10.7476/9786558461593>.
- Abers, R. N., Rossi, F. M., & von Bülow, M. (2021). State–society relations in uncertain times: Social movement strategies, ideational contestation and the pandemic in Brazil and Argentina. *International Political Science Review*, 42(3), 333–349. <https://doi.org/10.1177/0192512121993713>
- Abers, R. N., Silva, M. K., & Tatagiba, L. (2018). MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: REPENSANDO ATORES E OPORTUNIDADES POLÍTICAS. *Lua Nova: Revista de Cultura E Política*, 105, 15–46. <https://doi.org/10.1590/0102-015046/105>
- Abers, R. Serafim, L., & Tatagiba, L. (2014). Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, 57(2), 325-357. <https://doi.org/10.1590/0011-525820141>.
- Abreu, C. A. M. de. (2023). *João Paulo II : síntese de um pontificado* [Tese de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. Repositorio UCP. <http://hdl.handle.net/10400.14/40703>
- Abreu, C. J. P. de (2021). *Os Pobres, Os Públicos E O Reino De Deus: Uma Sociologia Do Engajamento De Organizações Evangélicas Na Arena Dos Direitos Sociais* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório USP. doi:10.11606/t.8.2021.tde-24092021-181250.
- Accornero, G. (2017). The mediation of the Portuguese anti-austerity protest cycle: Media coverage and its impact. Em: Papaioannou T., Gupta S. (Eds) *Media Representations of Anti-Austerity Protests in the EU: Grievances, Identities and Agency* (pp.188–205). London: Routledge, <https://www.routledge.com/Media-Representations-of-Anti-Austerity-Protests-in-the-EU-Grievances/Papaioannou-Gupta/p/book/9781138685932>
- Accornero, G. (2019a). “I wanted to carry out the revolution”: activists’ trajectories in Portugal from dictatorship to democracy. *Social Movement Studies*, 18(3), 305–323. <https://doi.org/10.1080/14742837.2018.1560258>
- Accornero, G. (2019b). “EVERYTHING WAS POSSIBLE”: EMOTIONS AND PERCEPTIONS OF THE PAST AMONG FORMER PORTUGUESE ANTIFASCIST ACTIVISTS*. *Mobilization: An International Quarterly*, 24(4), 439–453. <https://doi.org/10.17813/1086-671x-24-4-439>
- Accornero, G. (2021). Contentious buildings: The struggle against eviction in NYC’s Lower East Side. *Current Sociology*, 70(7), 1066–1084. <https://doi.org/10.1177/00113921211012738>
- Accornero, G., & Ramos Pinto, P. (2015). “Mild Mannered”? Protest and Mobilisation in Portugal under Austerity, 2010–2013. *West European Politics*, 38(3), 491–515. <https://doi.org/10.1080/01402382.2014.937587>
- Accornero, G., & Ramos Pinto, P. (2020). Politics in Austerity: Strategic Interactions between Social Movements and Institutional Actors in Portugal, 2010-2015. Em M. Lisi, A. Freire & E. Tsatsanis (Eds.), *Political Representation and Citizenship in Portugal: From Crisis to Renewal* (pp. 45-60). Lexington: Lanham.
- Adams, T. (1998). Cáritas e a Formação Histórica. *Veritas*, 43, 65-70. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/veritas/article/view/35520/18663>
- Allegretti, G., & Herzberg, C. (2004), El 'retorno de las carabelas'. Los presupuestos participativos de america Latina en el contexto europeo. *Transnational Institute Transnational Institute y Fundación de Investigaciones Marxistas*.

- Almeida, C. (2006). O marco discursivo da "Participação Solidária" e a nova agenda de formulação e implementação de ações sociais no Brasil. Em: Dagnino, E.; Olvera, A. J.; Panfichi, A. (Eds). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. Paz e Terra.
- Almeida, C. V. (2015). *Marketing social & responsabilidade social em organizações sem fins lucrativos*. Vida Económica.
- Almeida, J. (2004). A oposição católica ao marcelismo (1968-1974). *Lusitania Sacra*, 16(16), 273–293. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2004.7075>
- Almeida, R., & D'Andrea, T. (2004). POBREZA E REDES SOCIAIS EM UMA FAVELA PAULISTANA. *Novos Estudos*, 68, 109-130.
- Almeida, R., D' Andrea, T., & De Lucca, D. (2008). Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. *Novos Estudos - Cebrap*, 82, 109–130. <https://doi.org/10.1590/s0101-33002008000300006>
- Alonso, A. (2012). REPERTÓRIO, SEGUNDO CHARLES TILLY: HISTÓRIA DE UM CONCEITO. *Sociologia & Antropologia*, 2(3), 21–41. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>
- Alonso, Â. (2019). A comunidade moral bolsonarista. *Em Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje* (pp. 52-70). Companhia das Letras.
- Anheier, H. K. & Salamon, L. M. (eds) (1999). *Global civil society: dimensions of the nonprofit sector*. Johns Hopkins Institute for Policy Studies
- Anheier, H., & Scherer, N. (2017). Voluntary actions and social movements. In D. Della Porta & M. Diani (Eds.), *The Oxford handbook of social movements* (pp. 494–510). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Antunes, H. F. (2020). Sobre momentos críticos, problemas públicos e arena pública. *Revista Aurora*, 13(2), 53–76. <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2020.v13n2.p53-76>
- Arampatzi, A., Kouki, H., & Pettas, D. (2022). Re-thinking solidarity movements as infrastructure during the COVID-19 pandemic crisis: insights from Athens. *Social Movement Studies*, 1–17. <https://doi.org/10.1080/14742837.2022.2134108>
- Araújo, V. (2023). Surgimento, trajetória e expansão das igrejas evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). *Nota Técnica do Centro de Estudos da Metrópole, Universidade de São Paulo* 17 maio 2023 <https://doi.org/10.55881/CEM.doc.NTe020>
- Arduini, G., & Wohnrath, V. (2018). As atuações das igrejas cristãs em duas constituintes democráticas brasileiras. Anais do 42º Encontro anual da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em ciências sociais, Caxambu, Minas Gerais, Brasil.
- Arikan, G., & Ben-Nun Bloom, P. (2020). Democratic norms and religion. Em P. A. Djupe, M. J. Rozell, & T. Jelen (Eds.), *The Oxford encyclopedia of politics and religion* (pp. 241–261). New York, NY: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acref/9780190614379.001.0001>
- Avritzer, L. (2004) *A participação em São Paulo*. Editora UNESP.
- Avritzer, L. (2021). Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. Em Avritzer, L., Kerche, F., & Marona, M. (ed.). *Governo Bolsonaro, Retrocesso democrático e degradação política* (pp. 13-20). Autêntica.
- Barbosa, I. A. (2007). *A esquerda católica na formação do PT* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório UEP. <http://hdl.handle.net/11449/88833>

- Barreto Junior, R. C. (2020). The COVID-19 Pandemic and the Ongoing Genocide of Black and Indigenous Peoples in Brazil. *International Journal of Latin American Religions*, 4(2), 417–439. <https://doi.org/10.1007/s41603-020-00126-y>
- Baumgarten, B; Lüchmann, L. H. H., & Ayres, C. (2018). Associativismo e movimentos sociais no Brasil e em Portugal: esboço de um panorama comparativo. Em: Lüchmann, L. H. H & Baumgarten, B.. (Org.) *Modalidades e trajetórias de participação política no Brasil e em Portugal*. 1. ed. Florianópolis: Insular.
- Berger, P. L. (2000). A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião & Sociedade*, 21 (1), 9-23.
- Berger, J. (2003). Religious Nongovernmental Organizations: An Exploratory Analysis. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 14 (1), 15–39. <http://www.jstor.org/stable/27927824>
- Berger, P. (2014). *The Many Altars of Modernity: Toward a Paradigm for Religion in a Pluralist Age*. De Gruyter.
- Bertucci, A. de A.; & Silva, R. M. A. da. (Orgs.) (2003). *20 anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS (1ed)*. Cáritas Brasileira, 1ª ed. https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-2029_pt.html
- Betto, F. (1981). *O que é comunidade eclesial de base*. Brasiliense.
- Bíblia (2001). *Bíblia Sagrada Ave-Maria*, 141.ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1959.
- Blanes, R. L. (2007). Sociologia dos Novos Movimentos Eclesiais: Foculares, Carismáticos e Neocatecumenais em Braga [Resenha de Sociologia dos Novos Movimentos Eclesiais. Foculares, Carismáticos e Neocatecumenais em Braga, de Costa, J.]. *Análise Social*, 184, 948-951.
- Boff, L. (1982). *Igreja, Carisma e Poder*. Vozes.
- Bolda, B. S., & Machiavelli, M. (2020). O Legado de Max Weber 100 anos depois: Entrevista com o Professor Carlos Eduardo Sell (UFSC). *Blog do Sociófilo*. <https://blogdosociofilo.com/2020/06/15/o-legado-max-weber-100-anos-depois-entrevista-com-o-professor-dr-carlos-eduardo-sell-ufsc>
- Boscatti, A. P. G., & Amorim, A. C. H.. (2021). Economia moral da saliva: Bolsonaro, Covid-19 e as políticas do contágio no Brasil. *Religião & Sociedade*, 41(2), 23–48. <https://doi.org/10.1590/0100-85872021v41n2cap01>
- Bourdieu, P. (1996). É possível um ato desinteressado?. In: *Razões Práticas*. Papirus.
- Bourdieu, P. (2001). Gênese e estrutura do campo religioso; Uma interpretação da teoria da religião de Max Weber. Em: *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J. C., & Passeron, J. C. (1999). *A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas*. Vozes.
- Bruneau, T. (1985). Church and Politics in Brazil: The Genesis of Change. *Journal of Latin American Studies*, 17(2), 271-293. doi:10.1017/S0022216X00007896
- Buonafina, K. (2020). Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Apresentação. PowerPoint Presentation (plataformamaisbrasil.gov.br)
- Burity, J. (2007). Organizações religiosas e ações sociais: Entre as políticas públicas e a sociedade civil. *Revista Antropológicas*, ano 11, volume 18(2): 7-48 (2007).
- Burity, J. (2015). A CENA DA RELIGIÃO PÚBLICA: CONTINGÊNCIA, DISPERSÃO E DINÂMICA RELACIONAL. *Novos Estudos CEBRAP*, 102, 89–105. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201500020006>
- Burity, J. (2020). Conservative Wave, Religion and the Secular State in Post-impeachment Brazil. *International Journal of Latin American Religions*, 83–107, <https://doi.org/10.1007/s41603-020-00102-64>

- Camargo, E.P.F., Souza, B.M. & Pierucci, A. F.O. (1980). Comunidades eclesiais de base. In: Singer, Paul., Brant, V. *São Paulo: O povo em movimento* (2ed, pp. 59-81).Vozes.
- Camurça, M. A. (2023). A RELAÇÃO DO CATOLICISMO COM O GOVERNO BOLSONARO: ENTRE O APOIO DOS SETORES CONSERVADORES E A CRÍTICA DAS INSTÂNCIAS INSTITUCIONAIS E DOS MOVIMENTOS PROGRESSISTAS. *Debates Do NER*, 22(42), 207–234. <https://doi.org/10.22456/1982-8136.127418>
- Cancela, J. C. G. (2012). *Associativismo e participação política: o caso português (2006-2009)* [Dissertação de doutorado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da UNL. <https://run.unl.pt/handle/10362/7371>
- Capoccia, G. (2015), Critical junctures and institutional change. In J. Mahoney & K. Thelen (Eds.), *Advances in Comparative-Historical Analysis (Strategies for Social Inquiry)* (pp. 147-179), Cambridge University Press.
- Capoccia, G., Kelemen, D. (2007), The Study of Critical Junctures: Theory, Narrative, and Counterfactuals in Historical Institutionalism *World Politics*, 59, 341-369.
- Carlos, E. (2012). *Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos* [Tese de Doutorado Universidade de São Paulo]. Repositório USP. <https://doi.org/10.11606/T.8.2012.tde-13122012-093218>
- Carlos, E., Dowbor, M., & Albuquerque, M. do C. A. (2017). Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 17(2), 360-378. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.25925>
- Carothers, T., & O'Donohue, A. (Eds.). (2019). *Democracies Divided: The Global Challenge of Political Polarization*. Brookings Institution Press. <http://www.jstor.org/stable/10.7864/j.ctvbd8j2p>
- Carranza, B., & Teixeira, A. C. C.. (2023). ULTRACONSERVADORISMO CATÓLICO: MIMESSES DOS MECANISMOS DA EROÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA. *Lua Nova: Revista De Cultura E Política*, (119), 48–75. <https://doi.org/10.1590/0102-048075/119>
- Cartaxo, P. (2020). As instituições de solidariedade de cariz evangélico e a importância da criação de uma estrutura federativa de trabalho em rede [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Gestão e Tecnologia. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Santarém <http://hdl.handle.net/10400.15/3213>
- Casanova, J. (1994). *Public religions in the modern world*. University Of Chicago Press.
- Casanova, J. (2001). Civil Society and Religion: Retrospective Reflections on Catholicism and Prospective Reflections on Islam Social Research. *Civil Society Revisited* 68 (4): 1041–1080.
- Casanova, J. L., Guerreiro, M. das D., & Pervova, I. (2018). Contemporary changes and civil society in Portugal and the Russian Federation. *European Politics and Society*, 20(3), 277–295. <https://doi.org/10.1080/23745118.2018.1502106>
- Casquilho-Martins, I. (2018) . *Modelos de proteção social em sociedades com programas de austeridade* [Tese Doutoramento Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/18785>
- Castilho, D. R., & Lemos, E. L. de S. (2021). Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *Revista Katálysis*, 24(2), 269–279. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>
- Castro, P. J. (2017). Fernanda Jardim: a fundadora da Caritas Portuguesa. *Sábado*, 6. Abril 2017.
- Cayres, D. C. (2015). *Ativismo institucional no coração da Secretaria-Geral da Presidência da República: a Secretaria Nacional de Articulação Social no Governo Dilma Rousseff (2011-2014)* [Tese de Doutorado,

- Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório IPEA. <https://www.ipea.gov.br/participacao/publicacoes-recentes/1337-ativismo-institucional-domitila-cayres>
- Cefaï, D. (2018). Público, Socialização e Politização: Reler John Dewey na companhia de George Herbert Mead. In: Corrêa, D. S., et al (org.). *Crítica e pragmatismo na sociologia: Diálogos entre Brasil e França* (pp.57-88). Annablume Editora.
- Cefaï, D. (2017). Públicos, problemas públicos, arenas públicas: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos Estudos Cebrap*, 36 (1), 187-213. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700010009>
- CIRIEC (2006). *Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the Social Economy: Co-operatives and Mutual Societies*. Prepared by Barea, J.; Monzón, J.L on behalf of the European Commission, Enterprise and Industry Directorate-General, Liège, CIRIEC.
- Cohen J. & Rogers, J. (1995). *Associations and democracy*. Verso.
- Cohen, J.L. & Arato, A. (1992) *Civil Society and Political Theory*. MIT Press.
- Collier, R. B., & Collier, D. (2002). *Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America*. University of Notre Dame Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctvpj74pj>
- Congresso Nacional (2010). *Relatório final da CPI “das ONGs”*. República Federativa do Brasil, Congresso Nacional, Comissão Parlamentar de Inquérito “das ONGs”. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/194594/CPIongs.pdf?sequence=6>
- Cortez, A. C., & Barroso, P. F. (2023). Espiritualidade como categoria resultante de interações (conflituosas) entre comunidades terapêuticas e Estado. *Religião & Sociedade*, 43(1), 49–73. <https://doi.org/10.1590/0100-85872023v43n1cap02>
- Costa, A. F. C., (2020). Desigualdades sociais e pandemia, Em Carmo, R. M. do, Tavares, I., & Cândido, A. F., *Um Olhar Sociológico Sobre a Crise Covid-19 em Livro* (pp.4-16). Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte-IUL. <https://doi.org/10.15847/ciesod2020covid19>
- Coutinho, J. P.. (2019). Religiosidade em Portugal: caracterização, comparação e evolução. *Religião & Sociedade*, 39(3), 58–81. <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n3cap03>
- Cruz, M. B. da. (1996). A Igreja na transição democrática portuguesa. *Lusitania Sacra*, (8-9), 519-536. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.1996.7626>
- Dagnino, E.; Olvera, A. J.; Panfichi, A. (2006). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. SP:Paz e Terra;
- Dahl, R. (2012). *Democracia e seus críticos*. Martins Fontes.
- De Assis, R. V. (2021). *Avaliação e eficácia das ONG: o projeto “Cáritas Lusófonas em rede: inovar para o impacto”*[Dissertação mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório UTL. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/22866/1/DM-RVA-2021.pdf>
- De Mattos e Silva, I. H. . (2021). Da Nova República à nova direita: o bolsonarismo como sintoma mórbido. *Sociedade E Cultura*, 24. <https://doi.org/10.5216/sec.v24.67892>
- De Moraes, Z. M. V. (2015). *Organizações Civas e Mobilização do Direito: A Ação Civil Pública como Repertório de Ação Política* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/136353>
- Dearden, N. (2006). From charity to solidarity. *Globalizations*, 3(2), 261–263. <https://doi.org/10.1080/14747730600703327>

- della Porta, D. (2016). *Where Did the Revolution Go?: Contentious Politics and the Quality of Democracy* (Cambridge Studies in Contentious Politics). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316783467>
- della Porta, D. (2022). *Contentious Politics in Emergency Critical Junctures: Progressive Social Movements during the Pandemic* (Elements in Contentious Politics). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781009025638>
- della Porta, D., & Keating, M. (Eds.). (2008). *Approaches and Methodologies in the Social Sciences*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/cbo9780511801938>
- della Porta, D., & Steinhilper, E. (Eds.). (2021). *Contentious Migrant Solidarity: Shrinking Spaces and Civil Society Contestation* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003083429>
- Diani, M. (2015). *The Cement of Civil Society*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Diani, M., & Bison, I. (2010). Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 3, 220-249.
- Dillon, M. (2019). The Entanglement and Disentanglement of Church and State in Irish Social Policy. Em Manuel P., Glatzer, M. (eds) *Faith-Based Organizations and Social Welfare Associational Life and Religion in Contemporary Western Europe* (pp.21-45). Palgrave Macmillan.
- Diniz, S. C. (2019). Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. *Nova Economia*, 29(3), 963–985. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/4685>
- Doimo, A. M. (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Relume-Dumará, Anpocs.
- Doimo, A. M. (2004). Pluralidade religiosa à brasileira, associativismo e movimentos sociais em São Paulo. Em Avritzer, L. (org.) *A participação em São Paulo* (pp. 123-196). Editora UNESP.
- Duarte, H; & Souza, D. (2022). *Relatório Criminalização Burocrática estratégias político-jurídicas, neoliberalismo e a atuação das organizações da sociedade civil*. Abong - Associação Brasileira de ONGs. <https://abong.org.br/wp-content/uploads/2022/07/CriminalizacaoBurocratica.pdf>
- Duyvendak J. W. , & Jasper, J. M. (eds.) (2015). *Breaking Down the State: Protestors Engaged*. University of Amsterdam Press. <https://doi.org/10.5117/9789089647597>
- Edwards, D. (1991). Categories Are for Talking: On the Cognitive and Discursive Bases of Categorization. *Theory & Psychology*, 1(4), 515–542. <https://doi.org/10.1177/0959354391014007>
- Eisenstadt, S. (2000). Multiple modernities. *Daedalus*, 129 (1), 1-30.
- Esteves, A. (2021). Solidarity economy: Challenges to social movement theory. Em Snow, D. A., della Porta, D., Klandermans, B., & McAdam, D. (Eds.). *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*. <https://doi.org/10.1002/9780470674871.wbespm634>
- Fernandes, T. (2015). Rethinking pathways to democracy: civil society in Portugal and Spain, 1960s–2000s, *Democratization*, 22 (6), 1074-1104, <https://doi.org/10.1080/13510347.2014.901966>
- Fontes, P. (1994). A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na sociedade. *Lusitania Sacra*, (6), 61-100. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.1994.7799>
- Fontes, P. (2019). Igreja Católica, sociedade e Estado em Portugal no século XX. Em Gonçalves, L. P., & Rezola, M. I., (orgs) - *Igrejas e ditaduras no mundo lusófono* (pp.159-202).Imprensa de Ciências Sociais.

- Forte, J. P. S. (2008). *A Igreja dos homens: o trabalho dos Agentes de Cáritas para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária no Ceará* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório UFS. https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1464/1/2008_dis_jpsf.pdf
- Foucault, M. (2004). *Microfísica do poder* (19ed). Ed. Graal.
- Franco, R. C. (2015). *Diagnóstico das ONG em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Franco, R. C., Sokolowski, S. W., Hairel, Eileen, M. H.; Salamon, L, M. (2005), *O setor não lucrativo português numa perspectiva comparada*, Universidade Católica Portuguesa/Johns Hopkins University.
- Freire, A. (2008). Os referendos sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez: a participação diferencial como chave dos resultados. Em Freire, A. (org.) *Sociedade civil, democracia participativa e poder político: O caso do referendo do aborto, 2007* (pp.41-68). Fundação Friedrich Ebert.
- Freixo, A. De., & Pinheiro-Machado, R. (2019). *Brasil em transe: Bolsonaroismo, nova direita e desdemocratização*. Oficina Raquel.
- Fuks, M., & Marques, P. H. (2022). Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, 28(3), 560–593. <https://doi.org/10.1590/1807-01912022283560>
- Fung, A. (2003). Associations and Democracy: Between Theories, Hopes and Realities. *Annual Review of Sociology* 29: 515–39.
- Gago, A. (2022). Arquivos de Memória Social: projetos de salvaguarda de património documental. *Lusitania Sacra*, (45), 129-134. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2022.1609>
- Ganância, A. C. (2006). *Associativismo no Brasil. Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília. Repositório UNB. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/6650>
- Giddens, A (2005). *Sociologia* (4. Ed). ArtMed.
- Giorgi, A., & Accornero, G. (2018). The Catholic Church and the crisis: the case of Portugal. *Journal of Contemporary Religion*, 33:2, 261-276. <https://doi.org/10.1080/13537903.2018.1469266>
- Gohn, M. da G., Penteadó, C. L. de C., & Marques, M. de S. (2020). Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, 7(3, jul.-dez.), 01–07. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33690>
- Gonçalves, A. F. & Forte, J. P. S., (2013). A Cáritas brasileira e a Economia Popular Solidária: O Agente de Cáritas e a Caridade Libertadora. *Horizonte - Revista De Estudos De Teologia E Ciências Da Religião*, 11(32), 1506-1524. <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2013v11n32p1506>
- Gonçalves, L.P., & Rezola, M. I. (2019). Sob o signo da ditadura: Estado, Igrejas e religiosidade no espaço lusófono. Em Gonçalves, L.P., & Rezola, M. *Igrejas e Ditaduras no Mundo Lusófono* (pp. 15-26). Imprensa de Ciências Sociais.
- Goodwin, J. & Jasper, J. (2004). *Rethinking Social Movements: Structure, Meaning, and Emotion*. Rowman and Littlefield.
- Goodwin, J., & Jasper, J. M. (Eds.) (2015). *The Social Movements Reader: Cases and Concepts*. (3rd ed.) Wiley Blackwell.
- Guerreiro, C., & Almeida, R. De. (2021). Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. *Religião & Sociedade*, 41(2), 49–74. <https://doi.org/10.1590/0100-85872021v41n2cap02>

- Gurza Lavalle, A. & Castello, G. (2004). As benesses deste mundo: Associativismo religioso e inclusão socioeconômica. *Novos Estudos*, 68, 73-93.
- Gurza Lavalle, A., Houtzager, P., & Castello (2006). Representação política e organizações civis. Novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21 (60), 43-66.
- Gurza Lavalle, A; Castello, G., & Bichir, R. (2007). Protagonistas na sociedade civil: redes e centralidades de organizações civis em São Paulo. *Dados*, 50 (3), 465-498.
- Gurza Lavalle, A; Castello, G., & Bichir, R. (2008). Atores periféricos na sociedade civil: redes e centralidades de organizações em São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (68), 73-96.
- Gusso, R. J. (2018). Associativismo de bairro em Curitiba (1970-2017): perfil e interações sociopolíticas [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/206073>
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: entre facticidade e validade* (v.2). Tempo Brasileiro.
- Haerpfer, C., Inglehart, R., Moreno, A., Welzel, C., Kizilova, K., Diez-Medrano, J., Lagos, M., Norris, P., Ponarin, E. & Puranen B. (2022): *World Values Survey Wave 7 (2017-2022) Cross-National Data-Set. Version: 4.0.0*. World Values Survey Association. DOI: doi.org/10.14281/18241.18
- Haggard, S. & Kaufman, R. R. (1992). Institutions and Economic Adjustment. Em Haggard, S. & Kaufman, R. R. (Eds), *The Politics of Economic Adjustment: International Constraints, Distributive Conflicts, and the State* (pp.3-40). Princeton University Press.
- Hien, J. (2019). “Faith-Based Organizations Under Double-Pressure: The Impact of Market Liberalization and Secularization on Caritas and Diakonie in Germany”. Em Manuel P., Glatzer, M. (eds) *Faith-Based Organizations and Social Welfare Associational Life and Religion in Contemporary Western Europe* (pp. 205-227). Palgrave Macmillan.
- Hirst, P. (1994). *Associative Democracy: New Forms of Economic and Social Governance*. Amherst: University of Massachusetts.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2004). *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2002* (2. Ed). IBGE, Estudos e Pesquisas: Informação Econômica, n. 4. <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv5428.pdf>>.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2008). *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2005*. IBGE, Estudos e Pesquisas Informação Econômica, n. 8. <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv39549.pdf>>
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). *Censo Demográfico 2010*. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. IBGE.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2012). *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2010*. IBGE, Estudos e Pesquisas: Informação Econômica, n. 20. <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv39549.pdf>>.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2019). *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2016*. IBGE, Estudos e Pesquisas: Informação Econômica, n. 32. <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101647.pdf>>.
- Iffly, C. (2010). *Transformar a metrópole, igreja católica, territórios e mobilizações sociais em São Paulo, 1970-2000*. Editora UNESP.

- INE - Instituto Nacional de Estatística (2011) . *Conta Satélite das Instituições Sem Fim Lucrativo 2006 - projecto-piloto*. Instituto Nacional de Estatística. https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=122626591&att_display=n&att_download=y
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2013) *Conta Satélite da Economia Social 2010*. Destaque – Informação à comunicação social, Instituto Nacional de Estatística, I.P; CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. <https://www.cases.pt/contasatelitedaes>.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2016). *Conta Satélite da Economia Social 2013*. Destaque – Informação à comunicação social, Instituto Nacional de Estatística, I.P; CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. <https://www.cases.pt/contasatelitedaes>.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2019). *Conta Satélite da Economia Social 2016*. Destaque – Informação à comunicação social, Instituto Nacional de Estatística, I.P; CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. <https://www.cases.pt/contasatelitedaes>.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2022). *Censos 2021: Resultados definitivos —Portugal*. INE, I.P. https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=586659861&att_display=n&att_download=yInternational
- Inglehart, R., C. Haerper, A. Moreno, C. Welzel, K. Kizilova, J. Diez-Medrano, M. Lagos, P. Norris, E. Ponarin & B. Puranen (eds.) (2022). *World Values Survey: All Rounds - Country-Pooled Datafile*. JD Systems Institute & WWSA Secretariat. Dataset Version 3.0.0. doi:10.14281/18241.17
- Itçaina, X. (2019). Muted Vibrancy and the Invisible Politics of Religion: Catholic Third Sector, Economic Crisis, and Territorial Welfare in Spain .Em Manuel P., Glatzer, M. (eds) *Faith-Based Organizations and Social Welfare Associational Life and Religion in Contemporary Western Europe* (pp.75-102). Palgrave Macmillan.
- Jasper, J. M. (2015). Introduction - Playing the Game. Em Jasper, J. M., & Duyvendak J. W. (eds.) (2015). *Players and Arenas: The Interactive Dynamics of Protest* (pp. 09-32). University of Amsterdam Press. https://doi.org/10.26530/oopen_611226
- Jasper, J. M., & Duyvendak J. W. (eds.) (2015). *Players and Arenas: The Interactive Dynamics of Protest*. University of Amsterdam Press. https://doi.org/10.26530/oopen_611226
- Joaquim, H. M. M. (2012). *Lógicas de Acção Social no Contexto Católico*. Universidade Católica Editora.
- Katznelson, I. (2003). Periodization and Preferences: Reflections of purposive action in comparative historical social science. Em Mahoney, J., & Rueschemeyer, D. (eds) *Comparative Political Analysis in the Social Sciences* (270–301). Cambridge: Cambridge University Press.
- King, G., Keohane, R. O., & Verba, S. (1994). *Designing Social Inquiry : Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton University Press.
- Kousis, M., Paschou, M., & Loukakis, A. (2021). Transnational Solidarity Organisations and their Main Features, before and since 2008: Adaptive and/or Autonomous? *Sociological Research Online*, 26(3), 672-694. <https://doi.org/10.1177/13607804211032240>
- Landim, L. (1993a). *A invenção das ONGs: Do serviço invisível à profissão impossível* [Tese de Doutoramento, - Museu Nacional e UFRJ]. Repositório UFRJ. https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000187004&local_base=UFR01

- Landim, L. (1993b). *Para além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. ISER Instituto de Estudos da Religião – Série Textos de Pesquisa.
- Landim, L. (2002). Experiencia militante » Histórias das assim chamadas ONGs. *Lusotopie*, 2002 /1, 215-239. <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/landim.pdf>
- Lapadat, J. C. (2000). Problematizing transcription: Purpose, paradigm and quality. *International Journal of Social Research Methodology*, 3(3), 203–219. <https://doi.org/10.1080/13645570050083698>
- Laville J. L., & Eynaud P., (2019). Rethinking social enterprise through philanthropic and democratic solidarities. Em Eynaud P., Laville J.L., Dos Santos L.L., Banerjee S., Hulgard H., Avelino F. (2019). *Theory of social enterprise and pluralism: Social Movements, Solidarity Economy, and Global South* (pp.18-43). Routledge Publisher.
- Laville, J. L. (2009). A economia solidária: um movimento internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 7-47. <https://doi.org/10.4000/rccs.381>
- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2019). *How democracies die*. Penguin Books.
- Lewis, V. A.; Macgregor, C. A., & Putnam, R. (2013). Religion, Networks, and Neighborliness: The Impact of Religious Social Networks on Civic Engagement. *Social Science Research* 42.2, 331-346.
- Lima Filho, P. C. L. (2019). *Do assistencialismo a luta pela dignidade humana: a formação da Caritas enquanto braço social da Igreja Católica a partir da história de Candido Neto*[Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. https://crelig.files.wordpress.com/2020/08/dissertacao-versao-finalissima-para-deposito-convertido.pdf?force_download=true
- Lima Filho, P. C. L. (2020). "Os projetos que a Cáritas fez ou está fazendo, para mim, são filhos": engajamento e memória na narrativa de um membro da elite católica. *PLURA, Revista De Estudos De Religião*, 11(2), 19–38. <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/1672>
- Lima Neto, F. (2019). Betinho e as ONGs: sociogênese de uma nova militância. *Sociologias*, 21(51), 306–331. <https://doi.org/10.1590/15174522-0215114>
- Lima, E. C. (2020, 8 de junho). As Covid-19 crisis grows, Latin America’s basic ecclesial communities step up to help. *America: The Jesuit Review*. <https://www.americamagazine.org/politics-society/2020/05/04/covid-19-crisis-grows-latin-americas-basic-ecclesial-communities-step>
- Locks Filho, P. (2016). *Regimes Políticos e Ação Coletiva: um estudo sobre o associativismo em Porto Alegre (1930-2012)* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório UFRGS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/156012>
- Lopez, F. G. (Org.) (2018). *Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil*. Brasília: IPEA.
- Lopez, F. G., & Andrade, P. G (2019). Alguns valores – e muitos problemas – para estimar as transferências de recursos públicos para organizações da sociedade civil no Brasil. IPEA, Boletim de Análise Político-Institucional | n. 20 | junho. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9404/1/Bapi_20_alguns_valores.pdf
- Lopez, F. G., & Barone, L. (2013) *As entidades sem fins lucrativos e as políticas públicas federais: tipologia e análise de convênios e organizações (2003-2011)*. Coleção Textos para discussão, IPEIA.
- Lopez, F. G., & Pires, R (2010). Instituições Participativas e Políticas Públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas. IPEA, Brasil em Desenvolvimento. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2378>

- Losekann, C. (2013). Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro. *Dados*, 56(2), 311-349.
- Löwy, M. (2016). *O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina* (2ed). Editora Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular.
- Lüchmann, L. H. H. (2007). A representação no interior das experiências de participação. *Lua Nova: Revista de Cultura E Política*, 70, 139–170. <https://doi.org/10.1590/s0102-64452007000100007>
- Lüchmann, L. H. H. (2011). Associações, participação e representação: combinações e tensões. *Lua Nova*, 84 p. 141-174. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452011000300006>
- Lüchmann, L. H. H. (2012). Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. *Revista de Sociologia e Política*, 20(43), 59-80. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000300004>
- Lüchmann, L. H. H. (2014). Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29 (85), 159-178. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000200011>
- Lüchmann, L. H. H. (2016). *Associações e democracia*. Um estudo em Florianópolis. Editora da UFSC.
- Lüchmann, L. H. H., Almeida, C., & Taborda, L. D. R. (2018). Associativismo no Brasil contemporâneo: dimensões institucionais e individuais. *Política & Sociedade*, 17(40), 307–341. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p307>
- Lüchmann, L. H. H., Schaefer, M. I., & Nicoletti, A. S. (2017). Associativismo e repertórios de ação político-institucional. *Opinião Pública*, 23(2), 361–396. <https://doi.org/10.1590/1807-01912017232361>
- Lüchmann, L. H. H.; & Taborda, L. D. R. (2023). Presença e disputas do associativismo religioso junto aos conselhos gestores no Brasil contemporâneo. *Anais do 47º Encontro Anual da ANPOCS 2023*.
- Luckmann, T. (1963). *The Invisible Religion*. New York : Macmillan.
- Macpherson, C. B. (1978). *A democracia liberal: origens e evolução*. Zahar.
- Mah, L. (coord.); Assis, R. V. de; Bernardo, L. P., & Silva, A. L. (2021). *A Rede Cáritas em Portugal e a Resposta à Covid-19*. Estudo Cáritas Portuguesa e ISEG – Universidade de Lisboa. https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/22772/1/Estudo-Caritas_2021_VF.pdf
- Mahoney, J. (2001). *The Legacies of Liberalism: Path Dependence and Political Regimes in Central America*. Johns Hopkins University Press.
- Mainwaring, S. (1986), *The Catholic Church and Politics in Brazil 1916-1985*. Stanford University Press.
- Manuel, P. C. (2016). The Muted Vibrancy of Roman Catholicism in Contemporary Portugal: Corporal Works of Mercy in a Time of Austerity. *Open Forum CES Paper Series*, Center for European Studies. http://aei.pitt.edu/102392/1/CES_OFWP_25.pdf
- Manuel, P. C., & Glatzer M. (2019a). “Use Words Only If Necessary”: The Strategic Silence of Organized Religion in Contemporary Europe. Em Manuel P., Glatzer, M. (eds) *Faith-Based Organizations and Social Welfare Associational Life and Religion in Contemporary Western Europe* (pp. 1-18). Palgrave Macmillan.
- Manuel, P. C., & Glatzer M. (2019b) The State, Religious Institutions, and Welfare Delivery: The Case of Portugal. Em Manuel P., Glatzer, M. (eds) *Faith-Based Organizations and Social Welfare Associational Life and Religion in Contemporary Western Europe* (pp. 103-134). Palgrave Macmillan.
- Mariano, R (2011). Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 11(2), 238-258.

- Marques, R. M. (2011). *Percursos e desafios do uso da transversalidade de raça/etnia nas práticas sociais da Organização Cáritas Brasileira* [Dissertação de Mestrado, Unisino]. Repositório Unisinos. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3959/RosaMariaMarques.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Martins, F. & Pinto, F.(Coord) (2021). O impacto da pandemia de covid-19 nas IPSS e seus utentes em Portugal, *Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa e Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade*. <http://cnis.pt/wp-content/uploads/2021/03/Relat%C3%B3rio-COVID-19-nas-IPSS.pdf>
- Martuscelli, D. E. (2020). Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 14(2), 67–102. <https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv14n2.2020.28759>
- McAdam D. (1999). *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930–1970* (2ed). Chicago University Press.
- McGarry, A., Davidson, R. J., Accornero, G., Jasper, J. M., & Duyvendak, J. W. (2016). Players and arenas: strategic interactionism in social movements studies. *Social Movement Studies*, 15(6), 634-642. <https://doi.org/10.1080/14742837.2016.1199320>
- Mello, J. (Org) (2019). *Organizações da Sociedade Civil no Brasil*. Boletim de Análise Político-Institucional: n. 20, jun. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9404/1/Bapi_20_completo.pdf
- Mendes, A. (2018). *Importância Económica e Social das IPSS em Portugal Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade*. CNIS. <http://rotass.cnis.pt/wp-content/uploads/2019/01/Livro-Importancia-Economica-e-Social-das-IPSS-em-Portugal-PDF.pdf>
- Mendonça, R. F., & Gurza Lavalle, A. (2019). Brazil, 40 Years of Struggles Over Political Legitimacy Through the Lenses of Representation. *Representation*, 55(3), 239–250. <https://doi.org/10.1080/00344893.2019.1679241>
- Merkel, W. (2014). Is There a Crisis of Democracy?, *Democratic Theory*, 1(2), 11-25. <https://www.berghahnjournals.com/view/journals/democratic-theory/1/2/df010202.xml>
- Miranda, J. (2013). Estado, liberdade religiosa e laicidade. *Gaudi um Sciendi*, 4, 20-48.
- Monforte, P., & Maestri, G. (2022). Between Charity and Protest. The Politicisation of Refugee Support Volunteers. *International Journal of Politics, Culture, and Society*. <https://doi.org/10.1007/s10767-022-09419-w>
- Moniz, J. B. (2014). Igreja católica e caridade em Portugal. Do múnus bíblico de ajudar o “outro” à sua indispensabilidade no século XX. *Revista Brasileira de História das Religiões*, 7(19) 223-256.
- Müller, T. (2020). Secularisation theory and its discontents: Recapturing decolonial and gendered narratives. Debate on Jörg Stolz’s article on Secularization theories in the 21st century: ideas, evidence, and problems. *Social Compass*, 67(2), 315–322. <https://doi.org/10.1177/0037768620917328>
- Negrão, L. N. (2008). Pluralismo e multiplicidades religiosas no Brasil contemporâneo. *Sociedade E Estado*, 23(2), 261–279. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922008000200004>
- Neris, W. S., & Seidl, E. (2017). Crise e recomposição do habitus religioso na periferia do espaço católico. *Pro-Posições*, 28(3), 204–241.

- Neto, F. L. (2013). *Relação com o estado na visão das ongs: uma sociologia das percepções*. Coleção Textos para discussão, IPEIA.
- Nicoladeli, S. L. (2004). *A solidariedade e a economia solidária: uma perspectiva sociojurídica* [Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná]. Repositório UFPR. <https://hdl.handle.net/1884/78248>
- Norris, P., & Inglehart, R., (2004), *Sacred and secular: Religion and politics worldwide*. Cambridge University Press.
- Oliveira, C.; Freire, D.; Marta, F. (2019). Aspectos Metodológicos do Estudo As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (FASFIL). Em Mello, J (Org.). Boletim de Análise Político-Institucional N°20: Organizações da Sociedade Civil (pp.15-24). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9404>
- Oliveira, M. (1994). *História Eclesiástica de Portugal*. Publicações Europa-América.
- Oliveira, P. R. (1994). *Um Perfil Sociológico da Diocese de Volta Redonda*. Pesquisa ISER - Diocese VR/BP.
- Oro, A. P.. (2012). O atual campo afro-religioso gaúcho. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 12(3), 556–565. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2012.3.13015>
- Oro, A. P., & Alves, D.. (2013). Renovação Carismática Católica: movimento de superação da oposição entre catolicismo e pentecostalismo?. *Religião & Sociedade*, 33(1), 122–144. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872013000100007>
- Ortellado, P., Ribeiro, M. M., & Zeine, L. (2022). Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. *Opinião Pública*, 28(1), 62–91. <https://doi.org/10.1590/1807-0191202228162>
- Pateman, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. Paz e Terra.
- Pateman, C. (2012). Participatory democracy revisited. *Perspectives on Politics*, v. 10, n. 1, pp. 7-19.
- Paxton, P. (2002). Social Capital and Democracy: An Interdependent Relationship. *American Sociological Review*, 67(2), 254–277. <https://doi.org/10.2307/3088895>
- Perez, O. C. (2019). Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, 25(3), 577–596. <https://doi.org/10.1590/1807-01912019253577>
- Pierson, P., & Skocpol, T. (2008). El institucionalismo histórico en la ciencia política contemporánea. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, 17(1), 7-38.
- Pierucci, A & Prandi, R. (1996). *A realidade social das religiões no Brasil*. Hucitec.
- Pinho, A. (2019). *As “Crianças Caritas”, entre a Áustria e Portugal (1947-1958)*. FLUP-CITCEM eBooks, edições afrontamento. <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-18-3/cri>
- Pinho, A. (2020). *Uma Casa Portuguesa: as crianças austríacas em Portugal no pós-guerra (1947-1958)*. *CEM: Cultura, Espaço & Memória*, 11, 263–283. <https://doi.org/10.21747/2182109711/cemv1>
- Pinto, C. R. J.. (2005). A sociedade civil e a luta contra a fome no Brasil (1993-2003). *Sociedade E Estado*, 20(1), 195–228. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922005000100009>
- Pinto, M. A. A. G., Pinho, A. C. F. A. e, & Teixeira, J. F. P. (2017). Polarização e construção da força discursiva em manifestos políticos: o caso das presidenciais portuguesas de 2016. *Linha D'Água*, 30(1), 35-68. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v30i1p35-68>

- Pinto, R. R., Monteiro, M. H., Martins, M. M., & Carvalho, E. R. de. (2021). Qualidade da governança da saúde em Portugal: uma avaliação ao período de intervenção da Troika. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(6), 2225–2241. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021266.10672019>
- Pleyers, G. (2020). A “GUERRA DOS DEUSES” NO BRASIL: DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO À ELEIÇÃO DE BOLSONARO. *Educação & Sociedade*, 41, 1-17. <https://doi.org/10.1590/ES.233566>
- Pogrebinschi, T., & Ross, M. (2021). Inovações Democráticas na América Latina. *Revista Debates*, 15(1), 33–63. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.112490>
- Pratas, S. (2022). *Associações, Democracia e Utopias Reais - O caso das associações de cultura, recreio e desporto*. Leya.
- Putnam, R. (1995). Bowling Alone: America's Declining Social Capital. *Journal of Democracy*, 6(1), 65-78.
- Putnam, R. (2003). *El declive del capital social. Un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario*. Ed: Galaxia Gutenberg.
- Puzzi, T. F. (2013). *A comunicação na perspectiva da mobilização de recursos: um planejamento estratégico à Cáritas Brasileira* [Trabalho de Conclusão de curso, Centro Universitário de Brasília]. Repositório UNICEUB. <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/7904/1/51100720.pdf>
- Raimundo, F. (2022). Dealing with the Authoritarian Past. Fernandes, J. M., Magalhães, P. C., & Pinto, A. C. (2022). *The Oxford Handbook of Portuguese Politics* (pp.38-52). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780192855404.013.3>
- Ramos, A., & Magalhães, P. (2021). *The Values of the Portuguese: Results of the European Values*. Relatório do Estudo dos Valores Europeus, 2017-2019. Study. FutureForum_Studies01_RC_PT.pdf (gulbenkian.pt)
- Reiljan, A., Garzia, D., Ferreira Da Silva, F., & Trechsel, A. (2023). Patterns of Affective Polarization toward Parties and Leaders across the Democratic World. *American Political Science Review*, 1-17. doi:10.1017/S0003055423000485
- Resende, M. M. (2022). The Relations Between the Catholic Church and the Political Arena in Portugal. Em Fernandes, J. M., Magalhães, P. C., & Pinto, A. C. (2022). *The Oxford Handbook of Portuguese Politics* (pp.472-486). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780192855404.013.30>
- Resende, M. M., & Hennig, A. (2015). Shunning Direct Intervention: Explaining the Exceptional Behaviour of the Portuguese church Hierarchy in Morality Politics. *New Diversities*, 17(1), 145-160.
- Ribeiro, E. & Borba, J. (2011). Participación y democracia en América Latina: Los determinantes individuales de la participación política. *Foro Internacional*, v. II, p. 1-21.
- Ribeiro, E., & Borba, J. (2015). Protesto político na América Latina: tendências recentes e determinantes individuais. *Opinião Pública*, 21, 188-215. <https://doi.org/10.1590/1807-0191211188>
- Ribeiro, L. C. Q., & Santos Junior, O. A. (1996). *Associativismo e Participação Popular*. Rio de Janeiro. Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal/IPPUR/FASE.
- Ricardo, & Ruseishvili, S. (2020). As organizações cristãs de abrangência nacional em face da questão dos refugiados. *Contemporânea*, 10(2), 537–555. <https://doi.org/10.31560/2316-1329.102.2>
- Rocha, F. J. (2020). A Teologia da Libertação e seu necessário retorno. *Outras Palavras*. <https://outraspalavras.net/historia-e-memoria/a-teologia-da-libertacao-e-seu-necessario-retorno/>
- Rocha, J. C. de C. (2021). *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político* Editora Caminhos.

- Rodrigues, K. P. (2007). CÁRITAS E AÇÃO SOCIAL CATÓLICA: “caridade libertadora” como solidariedade. *Anais da III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*. <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/12c13d8f3c48fd8f5c16Karoline%20Parri%C3%A3o%20Rodrigues.pdf>
- Sá, I. G., & Lopes, M. A. (2008). *História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/29336>
- Sader, É. (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Paz e Terra.
- Salamon, L. M. (2012). The Resilient Sector: The Future of Nonprofit America. Em L. M. Salamon (Ed.), *The State of Nonprofit America* (pp. 3–86). Brookings Institution Press. <http://www.jstor.org/stable/10.7864/j.ctt1xx6fn.4>
- Salamon, L. M. S; & Sokolowski, W., (2004). *Global Civil Society: Dimensions of the Nonprofit Sector*, Volume Two. Kumarian Press).
- Salamon, L. M., & Anheir, H. K. (Eds), (1997). *Defining the nonprofit sector – A crossnational analysis*. Manchester University Press.
- Salamon, L. M., Sokolowski, S. W., & Haddock, M. A. (2017). *Explaining civil society development: A social origins approach*. Johns Hopkins University Press.
- Salamon, L. M., Sokolowsky, S.W., & Haddock, M.A., & Tice, H.S. (2012). *Portugal's Nonprofit Setor in Comparative Context*. Johns Hopkins University.
- Sanchez, W. L., & Passos, J. D. (2015). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. Paulus.
- Santos, T. H. de A. F. (2018). Espaços e modalidades de militância em "causas além fronteiras" em Portugal (1974-1998): A Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198398>
- Schaefer, M. I. (2019). *Associativismo de pessoas com deficiência em Santa Catarina* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215565>
- Scheliga, E. L. (2011). Educando sentidos, orientando uma práxis - etnografia das práticas assistenciais de evangélicos brasileiros [tese de doutorado, Universidade de São Paulo. Repositório USP. Doi:10.11606/T.8.2011.tde-10052012-084930.
- Scherer-Warren, I. (1993). *Redes de movimentos sociais*. Loyola e Centro João XXIII.
- Scherer-Warren, I. (2004). Associativismo civil em Florianópolis da ditadura à redemocratização. Em Scherer-Warren, I.; Chaves, I. *Associativismo civil em Santa Catarina* (pp.21-44). Trajetórias e tendências. Florianópolis: Insular.
- Scherer-Warren, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21(1), 109-130, <https://www.scielo.br/j/se/a/BF3dYyyqYgB7RX7fj7SrpQk/?format=pdf&lang=pt>
- Schmitter, P. (1995). The Irony of Modern Democracy and the Viability of Efforts to Reform its Practice. Em Wright, E. O. (Eds) *Associations and Democracy* (pp.167–183). Verso.
- Scola, J., & Giumbelli, E. (2017). Marcos Legislativos de Regulação do Religioso no Brasil: Estatuto da Igualdade Racial, Acordo Brasil-Vaticano e Lei Geral das Religiões. *Numen*, 19(2), 65-85. <https://doi.org/10.34019/2236-6296.2016.v19.22067>

- Seidl, E. (2021). Um capital militante em transformação? : Tensões e ambiguidades na militância do Movimento Passe Livre. *Estudos De Sociologia*, 26(50), 175-209. <https://doi.org/10.52780/res.14909>
- Seidl, E., & Neris, W. S. (2017). Catolicismo impuro: politização e transgressões da fronteira do religioso. *Política & Sociedade*, 16(37), 252–285. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n37p252>
- Sell, C. E. (2017). A multiplicidade da secularização: a sociologia da religião na era da globalização. *Política & Sociedade* – 16(36), 44-73. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n36p44>
- Sell, C. E., & Moniz, J. B. (2023). Apresentação: A reconfiguração do catolicismo no Brasil no contexto da secularização. *Estudos de Religião*, 37(1), 5–14. <https://doi.org/10.15603/2176-1078/er.v37n1p5-14>
- Sell, C. E., Vilaça, H., & Moniz, J. B. (2017). Dossiê A sociologia da religião hoje: secularização(ões), secularismo(s) ou laicidade? *Política & Sociedade*, 16(36), 7–19. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n36p7>
- Sewell, W. H. Jr. (2005). *Logics of History*. The Chicago University Press.
- Silva, E. F. da. (2020a). Novas Comunidades: a retomada “carismática” da tradição católica?. *Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado*, 10(25), 35–57. <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.25.2062>
- Silva, R. (2020b). PROFETISMO DA IGREJA CATÓLICA NOS ANOS 1970 E 1980 NO BRASIL: AS CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA. *PARALELLUS Revista de Estudos de Religião – UNICAP*, 11, 397-413. <https://doi.org/10.25247/paralellus.2020.v11n28.p397-413>
- Simpson, D. (2012). A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar, *Locus: Revista de História*, 18, 89-110.
- Singer, P. (2003). Prefácio. Bertucci, A. de A.; Silva, R. M. A. da. (Orgs.) (2003). *20 anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS (1ed)* (pp.5-10). Cáritas Brasileira, 1ª ed. https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-2029_pt.html
- Singer, P., Brant, V. C. (1980). *São Paulo: o povo em movimento*. Vozes.
- Smith, A. E. (2019a). Catholic leaders in the Amazon are talking about ‘ecological conversion.’ Here’s what this means. *The Washington Post*. <https://www.almendron.com/tribuna/catholic-leaders-in-the-amazon-are-talking-about-ecological-conversion-heres-what-this-means/>
- Smith, A. E. (2019b). *Religion and Brazilian Democracy. Mobilizing the People of God*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sousa, S., Medeiros, C., Pinheiro, A., Catarino, A., Batista, F., Medeiros, J., & Barroqueiro, M. (2012). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social num contexto de crise económica*. CNIS-Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social.
- Sousa, T., & Silva, P. (2023). Religião e políticas de moralidade em Portugal: dos argumentos às estratégias de intervenção. *Análise Social*, 58(247), 294–320. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2023247.05>
- Souza, A. R. de (2011). Caridade, conservação e mudança social. Em Burity, J, & Andrade, P. (Orgs). *Religião e cidadania* (pp.192-212). EDUFS e FUNDAJ.
- Souza, A. R. de. (2007). Igreja Católica e mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a competição. *Religião & Sociedade*, 27(1), 156–174. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872007000100008>
- Steil, C. A., & Herrera, S. R. (2010). Catolicismo e ciências sociais no Brasil: mudanças de foco e perspectiva num objeto de estudo. *Sociologias*, 23, 354–393. <https://doi.org/10.1590/s1517-45222010000100013>
- Steil, C. A., & Toniol, R. (2013). O catolicismo e a igreja católica no Brasil à luz dos dados sobre religião no censo de 2010. *Debates Do NER*, 223–243. <https://doi.org/10.22456/1982-8136.43576>

- Steil, C. A., & Toniol, R. (2021). Strong Church, Weak Catholicism: Transformations in Brazilian *Catholicism*. *Journal of Global Catholicism*, 5(2), 4–29. <https://doi.org/10.32436/2475-6423.1093>
- Strippoli, G., & Accornero, G. (2018). La dinamica dei movimenti cattolici portoghesi e la ricomposizione. Della laicità nel portogallo democratico (1976-2001). Em: Biagioli, I., & Botti, A. (Eds). *La laicità dei cattolici francia, spagna e portogallo sul declinare del xx secolo* (pp. 311-344). Viella. <https://www.viella.it/libro/9788867289813>
- Swatowski, C. W. (2010). Igreja Universal em Portugal: tentativas de superação de um estigma. *Revista Intratextos*, 1, 169–192. <https://doi.org/10.12957/intratextos.2010.416>
- Taborda, L. d. R. (2014). *Para além dos muros: a atuação social da Casa Dos Girassóis e do Instituto Engevix em Florianópolis* [Trabalho de Conclusão de Bacharelado, Universidade Federa de Santa Catarina]. UFSC.
- Taborda, L. d. R. (2016). *Interações entre Estado e associações da sociedade civil: um estudo sobre as parcerias entre a Secretaria Municipal de Educação e associações em Florianópolis* [Trabalho de Conclusão de Licenciatura, Universidade Federa de Santa Catarina]. UFSC.
- Taborda, L. d. R. (2018). *Entre o discurso da caridade e da defesa de direitos: O associativismo religioso em Florianópolis e seus repertórios de atuação* [Dissertação de mestrado, Universidade Federa de Santa Catarina]. Repositório da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188206>
- Taborda, L. d. R. (2020). Configurações associativas e Interações entre Organizações da Sociedade Civil e Estado: Brasil e Portugal em perspectiva comparada, *Revista Análise Associativa*, n.º 7, 124-143.
- Tarrow S. (1998). *Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tarrow, S. (2009). *O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político*. Editora Vozes.
- Tatagiba, L. (2010). Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: o caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo. *Colombia Internacional*, 71, 63-83.
- Tatagiba, L., Paterniani, S. Z., & Trindade, T. A (2012). Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. *Opinião Pública*, 18(2), 399–426. <https://doi.org/10.1590/s0104-62762012000200007>
- Taylor, C. (2007). *A Secular Age*. Belknap Press of Harvard University Press.
- Teixeira, A. (2023). Religion and Cultural Mediations: Perspectives from Contemporary Portuguese Society. *Religions*, 14(4), 534. <https://doi.org/10.3390/rel14040534>
- Teixeira, A. (coord) (2019). *Identidades religiosas na Área Metropolitana de Lisboa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos e Alfredo Teixeira.
- Teixeira, F. L (1988). *Comunidades Eclesiais de Base*. Ed. Vozes.
- Teixeira, F., & Menezes, R. (2013). *Religiões em movimento*. Editora Vozes.
- Teixeira, H. A. C. (2014). Antropofagia: a public-idade cívica da prática social cristã [Tese de doutorado Escola Superior de Teologia]. Repositório Faculdades EST. <http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/handle/BR-SIFE/524>
- Tilly C. (1981) *As Sociology Meets History*. Academic Press.
- Tilly, C. (2010). Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*. 3, 133–160.
- Tocqueville, A. (1977). *A democracia na América* (2. Ed). Itatiaia.

- Toldy, T. 2013. A Secularização da Sociedade Portuguesa no Contexto das Modernidades Múltiplas. *Didaskalia: Revista da Faculdade de Teologia XLIII* (1-2), 23–56.
- UN – United Nations (2003). *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts*. United Nations Statistics Division. <https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesf/seriesf_91e.pdf>.
- Verba, S., Schlozman, K. L., & Brady, H. E. (1995). *Voice and Equality: Civic Volunteerism in American Politics*. Harvard University Press.
- Verhoeven, I. & Bröer, C. (2015). 4. Contentious Governance: Local Governmental Players as Social Movement Actors. Em J. W. , & Jasper, J. M. (eds.) 2015. *Breaking Down the State: Protestors Engaged* (pp. 95-110). University of Amsterdam Press. <https://doi.org/10.5117/9789089647597>
- Vidich, A. e Lyman, S. Métodos qualitativos: sua história na Sociologia e na Antropologia. Em Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- Viegas, J. M. L., & Santos, S. (2010). Envolvimento dos cidadãos e dos parlamentares nas associações. Em Freire, A., & Viegas, J., *Representação Política. O Caso Português em Perspectiva Comparada* (119–143). Sextante.
- Viegas, J. M. L., Faria, S., & Santos, S. (2010). Envolvimento associativo e mobilização cívica. Em Viegas, J. M. L., Faria, S., & Santos, S., *A Qualidade da Democracia em Debate* (pp.157-180). Mundos Sociais.
- Viegas, José Manuel (2014). Associativismo, Sociedade Civil e Democracia. *Revista Análise Associativa*, 1, 33-51. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/14242/1/Associativismo%2C%20Sociedade%20Civil%20e%20Democracia.pdf>
- Vilaça, H. (2003). *Da Torre de Babel às terras prometidas: estratégias sociológicas para o estudo do pluralismo religioso na sociedade portuguesa* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório da Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10216/10880>
- Vilaça, H. (2008). *Imigração, etnicidade e religião: o papel das comunidades religiosas na integração dos imigrantes da Europa de Leste*. Estudos Observatório das Imigrações, Portugal. https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/OI_30.pdf/961a0795-e0ae-437e-af13-94d77838de5c
- Vilaça, H., Pace, E., Furseth, I., & Pettersson, P. (2014). *The Changing Soul of Europe. Religions and Migrations in Northern and Southern Europe*. Routledge.
- Villares, L. & Ferrer, I. (2021). *Organizações da sociedade civil resistem e garantem direitos para o setor*. Notícia. 28/10/2021. Cáritas Brasileira. <https://caritas.org.br/noticias/organizacoes-da-sociedade-civil-resistem-e-garantem-direitos-para-o-setor>
- Warner, C. M. (2000) *Confessions of an Interest Group: The Catholic Church and Political Parties in Europe*. Princeton University Press.
- Warren, M. (2001). *Democracy and association*. Princeton University.
- Weber, M. (1999). A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. Em Cohn, Gabriel (Org.). Fernandes, F. (Coord.). *Weber – Sociologia* (pp.79-127). Ática.
- Weiffen, B. (2018). The crisis of democracy: Conceptualization and empirical assessment. *IPSA World Congress*, Anais.
- Weiss, R. (2017). Émile Durkheim: de ideólogo da laicidade a precursor das teorias pós-seculares. *Política & Sociedade*, 16(36), 428–448. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n36p428>

FONTES

LEGISLAÇÕES

- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil (1990). *Lei Nº 8.069, 1990* [Estatuto da Criança e do Adolescente].
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Brasil (1993). *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993* [Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS].
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm
- Brasil (1998). *Lei n. 9.637, de 15.05.1998* [Organizações Sociais].
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.637%2C%20DE%2015%20DE%20MAIO%20DE%201998.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20de,sociais%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias
- Brasil (1999). *Lei no 9.790, de 23 de março de 1999* [Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIPs]. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm
- Brasil (2002). *Lei n. 10.406, de 10.01.2002* [Código Civil].
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm
- Brasil (2003). *Lei nº 10.825, 22.12.2003* [Alterações ao Código Civil, reconheceu Organizações Religiosas como pessoas jurídicas de direito privado]. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10825.htm
- Brasil (2010). *Decreto Nº 7.107, DE 11 de fevereiro de 2010* [Acordo Brasil-Vaticano “Concordata” entre o Estado brasileiro e a Santa Sé]. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm
- Brasil (2011). *Lei nº 12.435 de 2011* [Sistema Único de Assistência Social -SUAS].
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm
- Brasil (2014). Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014 [Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – Revogado] – SNPS
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.243%2C%20DE%2023%20DE%20MAIO%20DE%202014&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,que%20lhe%20confere%20o%20art
- Brasil (2014). *Lei 13.019* [Marco Regulatório OSCs – MROSC]. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm
- Brasil (2015). *Lei nº 13.151, de 2015* [Altera finalidade Fundações].
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13151.htm
- Brasil (2017). *Lei nº 13.445, 24 de maio de 2017* [Lei de Migração e substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80)]. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm

- Brasil (2019). *Decreto 9.759, 2019* [Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal]. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9759.htm#:~:text=D9759&text=Extingue%20e%20estabelece%20diretrizes%2C%20regras,colegiados%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20federal.&text=%C3%A2mbito%20de%20aplica%C3%A7%C3%A3o-
 ,Art.,federal%20direta%2C%20aut%C3%A1rquica%20e%20fundacional.
- Brasil (2019). *Lei nº 13.260*. [Lei antiterror]. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm
- Brasil (2021). *Lei nº14.150/21* [Lei Aldir Blanc – apoio ao setor cultural]. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14150.htm
- Brasil (2021). *Lei nº 14.215, de 2021* https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114215.htm
- Lei Geral das Religiões (PL 160/2009, ARQUIVADA) <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/92959#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20Garantias%20e,da%20Rep%C3%BAblica%20Federativa%20do%20Brasil>.
- Portugal (1966). *Código Civil*. Decreto-Lei Nº 47 344, de 25 de Novembro de 1966. <https://www.codigocivil.pt/>
- Portugal (1976). Constituição da República Portuguesa de 1976. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=4&tabela=leis
- Portugal (1983). *Lei n.º 119/83* [Estatuto das IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social]. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/119-1983-311401>
- Portugal (2001). *Lei nº 16/2001* [Lei de Liberdade Religiosa]. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm#:~:text=LEI%20No%2010.216%2C%20D
 E,Art.
- Portugal (2003). *Decreto-Lei no. 134/2003* [Registo de Pessoas Colectivas Religiosas]. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/134-2003-693255>
- Portugal (2004). *Nova Concordata do Estado Português com a Santa Sé, de 2004*. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2004/11/269a00/67416750.pdf>
- Portugal (2013). *Lei n.º 30/2013, de 8 de maio* (Lei de Bases da Economia Social). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/30-2013-260892>
- Portugal (2015). *Lei 120/2015 de 30 de junho* [Regulamenta Cooperação entre o Estado e as entidades do setor social e solidário e cria a Comissão Permanente do Setor Social e Solidário]. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/120-2015-67641479>
- Portugal (2018). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018* [Regulamento Geral de Proteção de Dados - RGPD]. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/41-2018-114937034>
- Portugal (2023). *Lei n.º 22/2023, de 25 de maio* [Lei de Eutanásia] <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/22-2023-213498831>.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Cáritas Portuguesa

- Cáritas Europa (2006). *Migration, a journey into poverty: A Caritas Europa study on poverty and exclusion of migrants in Europe*. <https://www.caritas.eu/migration-journey-poverty/>
- Cáritas Europa (2015). *O aumento da pobreza e das desigualdades – Modelos sociais justos são necessários para a solução*. <https://caritas.pt/2015/noticias-noticias/caritas-apresenta-relatorio-de-crise-2015/>
- Cáritas Europa (2016a). *Advocacy Handbook. Fundamentals for Caritas Europa*. <https://www.caritas.eu/advocacy-handbook/>
- Cáritas Europa (2016b). *End Poverty in Europe: Our solutions to make it happen*. <https://www.caritas.eu/end-poverty-europe-solutions-make-happen/>
- Cáritas Europa (2017). *Poverty Observatory Handbook. Fundamentals for Caritas Europa*. <https://www.caritas.eu/wordpress/wp-content/uploads/2018/08/160101-PU-Poverty-observatories-handbook.pdf>
- Cáritas Europa (2018). *Institutional Advocacy: Study of Caritas practices in strengthening relations with governments*. Fundamentals for Caritas Europa. https://www.caritas.eu/wordpress/wp-content/uploads/2019/02/institutional_study_FINAL_EN_singles.pdf
- Cáritas Europa (2019). *Grassroots participation handbook. Pequenos passos, grande diferença: Manual Prático sobre a Participação no Terreno*. Fundamentals for Caritas Europa. [grassroots_participation_handbook_PT_FINAL_singles_web.pdf](https://www.caritas.eu/grassroots_participation_handbook_PT_FINAL_singles_web.pdf) (caritas.eu)
- Cáritas Europa (2020a) *Cáritas, Cares, Relatório Nacional – Portugal Acesso aos serviços por grupos vulneráveis: barreiras, obstáculos e boas práticas*. https://www.caritas.eu/wordpress/wp-content/uploads/2020/02/Caritas-Cares-Report-National-PT_AFweb.pdf
- Cáritas Europa (2020b). *Institutional Advocacy Handbook “Partnering with Public Authorities”*. Fundamentals for Caritas Europa. <https://www.caritas.eu/institutional-advocacy-handbook/>
- Cáritas Europa (2021). *Portugal INCLUSIVE LABOUR MARKETS: ENSURING NO ONE IS LEFT BEHIND CARITAS CARES! COUNTRY REPORT 2021*. https://www.caritas.eu/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/Portugal_CountryReport_single.pdf
- Cáritas Europa (2022). *Cáritas Portugal*. <https://www.caritas.eu/caritas-portugal/>
- Cáritas Internacionalis (2021). *Caritas is church*. <https://www.caritas.org/who-we-are/caritas-is-church/>
- Cáritas Portuguesa (2001). *Estatutos da Cáritas Portuguesa*. <https://caritas.pt/wp-content/uploads/2021/01/20180509-Copia-Estatutos-CP-Portugues.pdf>
- Cáritas Portuguesa (2004). *RELATÓRIO de ACTIVIDADES do ANO de 2003*. <http://sites.ecclesia.pt/caritas.pt/ficheiros/intranet/file/re.act03.pdf>
- Cáritas Portuguesa (2006). *Relatório de Atividades 2005*. http://sites.ecclesia.pt/caritas.pt/ficheiros/intranet/file/relatorio_caritas_2006_01_.pdf
- Cáritas Portuguesa (2007). *Relatório de Atividades 2006*. <http://sites.ecclesia.pt/caritas.pt/ficheiros/intranet/file/relat.06.pdf>
- Cáritas Portuguesa (2009). *Relatório de Atividades 2008*. https://caritas.pt/wp-content/uploads/2009/07/ficheiros_nacional_file_Rel2008.pdf
- Cáritas Portuguesa (2010). *Relatório de Atividades e Contas*. http://sites.ecclesia.pt/caritas.pt/ficheiros/intranet/file/Relat%C3%B3rio%20Actividades_%202009.pdf
- Cáritas Portuguesa (2017a). *Os jovens da Europa precisam de um futuro! Relatório CARES Portugal*.

- Cáritas Portuguesa (2017b). *Relatório Habitação em Portugal na Atualidade (2017)*. https://caritas.pt/wp-content/uploads/2018/06/NOS_Relat%C3%B3rio-Habita%C3%A7%C3%A3o-em-Portugal.pdf
- Cáritas Portuguesa (2017c). *Rendimento Básico Universal (2017)*. https://caritas.pt/wp-content/uploads/2018/07/NOS_Rendimento-B%C3%A1sico-Universal.pdf
- Cáritas Portuguesa (2018a). *Erradicação da pobreza*. <https://caritas.pt/wp-content/uploads/2019/02/Erradica%C3%A7%C3%A3o-da-Pobreza.pdf>
- Cáritas Portuguesa (2018b). *Erradicação da pobreza - cinco omissões (2018)*. <https://caritas.pt/wp-content/uploads/2019/02/Erradica%C3%A7%C3%A3o-da-Pobreza-Cinco-Omiss%C3%B5es.pdf>
- Cáritas Portuguesa (2018c). *Erradicação da pobreza - luta pela subsistência (2018)*. <https://caritas.pt/wp-content/uploads/2019/02/Erradica%C3%A7%C3%A3o-da-Pobreza-Cinco-Omiss%C3%B5es.pdf>
- Cáritas Portuguesa (2018d). *Relatório 2017 Cáritas Portuguesa*. https://caritas.pt/wp-content/uploads/2018/07/CARITAS_Relatorio-Atividades-2017.pdf
- Cáritas Portuguesa (2019). *Casa Comum - Migração e Desenvolvimento em Portugal (2019)*. https://caritas.pt/wp-content/uploads/2019/05/Casa-Comum_pt_digital.pdf
- Cáritas Portuguesa (2020a). *Análise dos atendimentos de assistência social de 2020*. Núcleo de Observação Social. https://caritas.pt/wp-content/uploads/2021/04/Cadernos-NOS_2020.pdf
- Cáritas Portuguesa. (2020b). *Inverter a Curva da Pobreza em Portugal – Pandemia da Covid-19: Da resposta sanitária a resposta social*. <https://caritas.pt/covid-19-a-resposta-da-caritas/>.
- Cáritas Portuguesa (2020c). *Plano Institucional de Resposta a Emergências e Catástrofes (PIREC) da Cáritas em Portugal*. Conferência Episcopal Portuguesa, Comissão Episcopal da Pastoral Social e Mobilidade Humana, Cáritas em Portugal https://caritas.pt/wp-content/uploads/2020/04/AF_Brochura_-PIREC_Digital.pdf
- Cáritas Portuguesa (2020d). *1º Caderno de Intervenção Sociopolítica*. NOS - Núcleo de Observação Social da Cáritas Portuguesa. <https://caritas.pt/wp-content/uploads/2020/03/1.%C2%BA-Caderno-de-Intervenc%C3%A7%C3%A3o-Sociopoli%C3%81tica.pdf>
- Cáritas Portuguesa (2021a) *Boletim Cáritas nº 2 “65 Anos de História”*. Abril 2021. <https://caritas.pt/wp-content/uploads/2021/05/Boletim-2-compactado.pdf>
- Cáritas Portuguesa (2021b). *Boletim Cáritas nº 3 “65 Anos – Década 1990 -2020”*. Dezembro 2021. https://caritas.pt/wp-content/uploads/2021/12/Boletim-3_miolo_Af_web-1.pdf
- Cáritas Portuguesa (2021c). *Plano de Atividades, calendário e orçamento provisional* (Cáritas Portuguesa, 2021) https://caritas.pt/wp-content/uploads/2021/03/Plano-do-atividades_2021.pdf
- Cáritas Portuguesa (2021d). *Relatório de Atividades e Contas 2021*. https://caritas.pt/wp-content/uploads/2022/12/Relatorio-de-Atividades_2021_compressed.pdf
- Cáritas Portuguesa (2022a). *Arquivo Histórico da Cáritas Portuguesa: História Bibliográfica*. <https://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/arquivos/index.php/caritas-portuguesa-2>
- Cáritas Portuguesa (2022b). *Notas Históricas*. http://sites.ecclesia.pt/caritas.pt/site/nacional/index.php?option=com_content&view=article&id=23:notas-historicas&catid=436:historia&Itemid=2
- Catarino, Acácio (2019a). *Cuidadores informais (2019)*. <https://caritas.pt/wp-content/uploads/2019/02/Cuidadores-Informais.pdf>

- Catarino, Acácio (2019b). *Solidariedades antagónicas (2019)*. https://caritas.pt/wp-content/uploads/2018/11/NOS_Solidariedades-Antag%C3%B3nicas_1.pdf
- Catarino, Acácio (2019c). *Solidariedades antagónicas - sem cura? (2019)*. https://caritas.pt/wp-content/uploads/2018/11/NOS_Solidariedades-Antag%C3%B3nicas_3.pdf
- Catarino, Acácio (Sem data 1). *Quarto Patamar da Solidariedade*. Recuperado 27/10/2022. https://caritas.pt/wp-content/uploads/2018/11/NOS_Solidariedades-Antag%C3%B3nicas_2.pdf
- Catarino, Acácio (Sem data 2). *Insensibilidade Social (estruturante)*. NOS - Núcleo de Observação Social da Cáritas Portuguesa. Recuperado 27/10/2022. <https://caritas.pt/wp-content/uploads/2020/10/Insensibilidade-Social-Estruturante.pdf>
- Catarino, Acácio (Sem data 3). *Plano de Recuperação. Primeira Abordagem*. NOS - Núcleo de Observação Social da Cáritas Portuguesa. Recuperado 27/10/2022. <https://caritas.pt/wp-content/uploads/2020/10/Plano-de-Recuperac%C3%A7%C3%A3o.pdf>
- Catarino, Acácio (Sem data 4). *Plano de Recuperação. Sector Social*. NOS - Núcleo de Observação Social da Cáritas Portuguesa. Recuperado 27/10/2022. <https://caritas.pt/wp-content/uploads/2020/10/Plano-de-Recuperac%C3%A7%C3%A3o2-Setor-Social.pdf>
- Góis, Pedro, Abecasis, F., Alfaiate, J., Hancock, M. & Lozano, L. (2019). *CASA COMUM - Migrações e Desenvolvimento em Portugal avançar nas práticas: rumo à inclusão e coesão social*. Cáritas Portuguesa, Lisboa, Portugal. https://caritas.pt/wp-content/uploads/2019/05/Casa-Comum_pt_digital.pdf
- Knöpfel, C. (2016) O Sistema de Proteção Social: Questões Analíticas e Indicadores Quantitativos. Um guia prático para preparar dados de um país para um estudo comparativo. Caritas Europa. https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/22772/1/Estudo-Caritas_2021_VF.pdf
- Leahy, A., Healy, S., & Murphy, M. (2013). *A study of the impact of the crisis and austerity on people, with a special focus on Greece, Ireland, Italy, Portugal, and Spain*. The Impact of the European Crisis, Cáritas Europa <https://www.caritas.eu/wordpress/wp-content/uploads/2018/09/130101-PU-A-study-of-the-impact-of-the-crisis-and-austerity-on-people-with-a-special-focus-on-greece-ireland-italy-portugal-and-spain.pdf>
- Leahy, A., Healy, S., & Murphy, M. (2014). *The European crisis and its human cost a call for fair alternatives and solutions. !. A study of the impact of the crisis and austerity on people, with a special focus on Cyprus, Greece, Ireland, Italy, Portugal, Romania and Spain*. Crisis monitoring report 2014. Cáritas Europa. <https://www.caritas.eu/wordpress/wp-content/uploads/2018/08/140101-PU-The-european-crisis-and-its-human-cost-a-call-for-fair-alternative-and-solutions.pdf>
- Leahy, A., Healy, S., & Murphy, M. (2015). *Poverty and Inequalities on the rise just social models needed as the solution!. A study of the impact of the crisis and austerity on people, with a special focus on Cyprus, Greece, Ireland, Italy, Portugal, Romania and Spain*. Crisis monitoring report 2015. Cáritas Europa. http://sites.ecclesia.pt/cnjp/images/2012/2015/caritascrisisreport_2015_por.pdf

Cáritas Brasileira

- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2006). *Cáritas Brasileira: 50 anos promovendo solidariedade*. Paulus, Coleção estudos da CNBB, 92.
- Cáritas Brasileira (2006). *Revista Especial Cáritas Brasileira 50 anos*. Secretariado Nacional.

- Cáritas Brasileira (2016). *Estatuto Cáritas Brasileira*. <https://caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/January2020/574duQRdVkpNXANTjvLg.pdf>
- Cáritas Brasileira (2017). *Revista do V Congresso Nacional da Cáritas Brasileira*. https://issuu.com/caritasne2/docs/revista_do_v_congresso_nacional_da_
- Cáritas Brasileira (2003). *CADERNOS CÁRITAS - Mística e Espiritualidade*. Org. Poletto, I. Cáritas Brasileira.
- Cáritas Brasileira (2019). *Esperanças: Cáritas, solidariedade que transforma. Relatório Anual 2018*. <https://caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/December2019/rgtUzxo17BCfN8stUqD5.pdf>
- Cáritas Brasileira (2020a). *Esperanças: Cáritas, solidariedade que transforma*. <https://caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/July2020/BbyAu7JdR3ifUV0yorjg.pdf>
- Cáritas Brasileira (2020b). *Fortalecimento da Economia Solidária no Brasil* Cáritas Brasileira. <ff1dw3a6gdEW8XkyaC9Y.pdf> (caritas.org.br)
- Cáritas Brasileira (2023). Marco Referencial da Cáritas Brasileira: Solidariedade e Bem Viver. <https://caritas.org.br/storage/arquivo-de-divulgacao/July2023/zH7IfweQZepmhp4tDH5.pdf>
- Cáritas Brasileira (2020c). *Relatório Cáritas Brasileira 2019 – Esperança, resistência e profetismo*. <https://caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/December2020/yEkmhV11W8TJP4enRW6l.pdf>
- Cáritas Brasileira, (2021a). *Política Nacional de Proteção, código de conduta ética e mecanismos de salvaguarda da Cáritas Brasileira*. <https://caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/January2021/mY1rG1gaC8NMIR1TASOu.pdf>
- Cáritas Brasileira (2021b). *Regimento Interno*. <https://caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/October2021/dzqLYRnF9cMVIDGmw5ID.pdf>
- Cáritas Brasileira (2021c). *Relatório Anual 2020 – Solidariedade, vida que se acolhe*. <https://caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/July2021/VLC3KP7CTBtcOTwMMKc2.pdf>
- Cáritas Brasileira (2022a). *Relatório de Atividades 2021 - Conectando ações: transformando para o Bem Viver*. Cáritas Brasileira. <https://caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/November2022/YQmQknFPSnFcEJfwhT26.pdf>
- Cáritas Brasileira (2022b). *Manual de identidade visual - Nosso Voto é potente*. Cáritas Brasileira, Brasília. <http://novo.caritas.org.br/storage/arquivo-de-divulgacao/October2022/vPJZ8Oit6pYCV787SXR2.pdf>
- Cáritas Brasileira (2023, abril). *Áreas de Atuação*. <https://caritas.org.br/area-de-atuacao>
- Perotti, Andrea; Ferrer, Igor (2020). *Apresentação – Incidência Política*. Cáritas Brasileira. Apresentação Powerpoint.

ANEXOS

Anexo A – Listagem entrevistas realizadas

<i>Portugal 2019 e 2022</i>		
Sigla utilizada no texto	Descrição - ocupação	Ano e forma de entrevista
Entrevista 1 CP	Trabalhador/a Cáritas Portuguesa	2019 Presencial
Entrevista 2 CP	Trabalhador/a Cáritas Portuguesa	2019 Presencial
Entrevista 3 CP	Dirigente Cáritas Portuguesa	2019 Presencial
Entrevista 4 CP	Trabalhador/a voluntário/a Cáritas Portuguesa	2019 Presencial
Entrevista 5 CP	Membro/a Diretoria Cáritas Portuguesa (religioso)	2019 Presencial
Entrevista 6 CP	Dirigente Cáritas Portuguesa -	2022 Presencial
Entrevista 7 CNIS PT	Presidência da CNIS Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) Novembro de 2019	2019 Presencial
Entrevista 8 CSPA PT	Trabalhador/a Centro Social Paroquial de Azambuja (CSPA)	2019 Presencial
Entrevista 9 CSPA PT Centro Social Azambuja	Trabalhador/a Centro Social Azambuja	2019 Presencial
Entrevista 10 CSPA PT	Trabalhadores/as Centro Social Azambuja *A entrevista foi realizada com duas pessoas simultaneamente	2019 Presencial
Entrevista 11 CASES PT	Dirigente CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	2019 Presencial
Entrevista 12 Dirigente Plataforma ONGD PT	Dirigente Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento	2019 Presencial
Entrevista 13 CCDRP PT	Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CCDRP)	2019 Presencial

Entrevista 14 Casa do Brasil PT	Dirigente Casa do Brasil em Lisboa	2019 Presencial
Entrevista 15 Atlas PT	Dirigente Atlas Violeta Associação Cultural	2019 Presencial
Entrevista 16 AEP PT	Dirigente Aliança Evangélica Portuguesa	2019 Presencial
Entrevista 17 AEP PT	Dirigente Aliança Evangélica Portuguesa	2022 Presencial
Entrevista 18 Remar PT	Dirigentes / trabalhadores/as Associação Remar Portuguesa Ajuda Social / Igreja Cristã Corpo do Messias *A entrevista foi realizada com três pessoas simultaneamente	2019 Presencial
Entrevista 19 ADRA PT	Dirigente Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência (ADRA – Portugal)	2019 Presencial
Entrevista 20 IURD UniSocial PT	Dirigente Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) Programa UniSocial	2022 Presencial
	Total Entrevistas Portugal: 20	Total pessoas entrevistadas: 23
<i>Entrevistas Brasil – 2021/2022</i>		
Entrevista 1 CB	Trabalhador/a Cáritas Brasileira	2022 Videoconferência
Entrevista 2 CB	Trabalhador/a Cáritas Brasileira	2022 Videoconferência
Entrevista 3 CB	Gestor/a Cáritas Brasileira	2022 Videoconferência
Entrevista 4 CB	Presidência Cáritas Brasileira (Religioso/a)	2022 Videoconferência
Entrevista 5 CB	Dirigente Cáritas Regional	2021 Presencial
Entrevista 6 CB	Dirigente Cáritas Diocesana Florianópolis	2021 Presencial
Entrevista 7 CB	Dirigentes Cáritas Regional *Entrevista realizada com duas pessoas	2021 Presencial

Entrevista 8 CB	Trabalhador/a Cáritas Diocesana	2021 Videoconferência
Entrevista 9 LFC BR	Trabalhador/a Lar Fabiano de Cristo Florianópolis	2021 - Presencial
Entrevista 10 LFC BR	Trabalhador/a Lar Fabiano de Cristo (sede Rio de Janeiro)	2022 Videoconferência
Entrevista 11 Rede IVG BR	Dirigente Rede IVG - Instituto Pe. Wilson Groh Florianópolis	2022 Videoconferência
Entrevista 12 RETSMG BR	Dirigente Rede Evangélica do Terceiro setor – Minas Gerais	2022 Videoconferência
Entrevista 13 Lifewords BR	Gestor/a Projeto Calçada – Lifewords	2022 Videoconferência
Entrevista 14 Rede Viva BR	Dirigente Rede Protege Brasil e Rede Viva – Belém – Pará	2022 Videoconferência
Entrevista 15 Visão Mundial BR	Dirigente Visão Mundial, membro RENAS	2022 Videoconferência
Entrevista 16 Vale da Bênção BR	Dirigente Associação Evangélica Vale da Bênção membro Renas	2022 Videoconferência
Entrevista 17 Vale da Bênção BR	Dirigente Associação Evangélica Vale da Bênção membro Renas	2022 Videoconferência
Entrevista 18 ABASC BR	Trabalhador/a ABASC Associação Batista de Ação Social de Curitiba	2022 Videoconferência
Entrevista 19 FEPAS/RENAS BR	Dirigente FEPAS - Federação das Entidades e Projetos Assistenciais da CIBI (Convenção das Igrejas Batistas Independentes)	2022 Videoconferência
Entrevista 20 Tearfund BR	Dirigente Tearfund Brasil	2022 Videoconferência
	Total Entrevistas Brasil 20 Total pessoas Entrevistadas 21	

Anexo B – Carta de apresentação da pesquisa



Carta de apresentação Investigação de Doutoramento

Prezada(o) Sra(o),

Venho me apresentar enquanto estudante de doutoramento em sociologia e também na qualidade de investigadora visitante do Centro de pesquisa e Estudos em Sociologia (CIES) do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. Desde 2014 tenho me dedicado a pesquisar o associativismo civil no contexto brasileiro, e atualmente me dedico a pesquisar o contexto associativo de Portugal.

Neste sentido, venho por meio desta solicitar a gentileza em contribuir com o levantamento de dados para a realização desta investigação, que procura compreender a atuação das organizações religiosas no Brasil e Portugal.

Os resultados da pesquisa serão publicados em minha tese de doutorado, com previsão de término em 2022, que ficará disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/253> .

Na oportunidade, coloco-me à disposição para dúvidas ou esclarecimentos acerca da pesquisa, agradecendo antecipadamente a sua valiosa contribuição.

Atenciosamente,

Luana do Rocio Tabora luanadorocio@gmail.com +351 914 972 283

Doutoranda em Sociologia do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política Universidade Federal de Santa Catarina.

Pesquisadora Visitante junto ao Centro de Pesquisas e Estudos em Sociologia (Cies) do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.

Anexo C – Termo de Consentimento realização das entrevistas

	Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL) Escola de Sociologia e Políticas Públicas
	Universidade Federal de Santa Catarina Departamento de Sociologia e Ciência Política
Investigação de doutoramento: O associativismo religioso em perspectiva comparada: trajetórias e atuação no espaço público das organizações religiosas no Brasil e Portugal contemporâneos	
Doutoranda: Luana do Rocio Taborda	
Orientadora: Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)	
Orientadora: Guya Accornero (Iscte-IUL)	

Solicitamos sua participação em um estudo sobre a atuação das associações religiosas em Portugal e Brasil.

Este estudo tem como objetivo perceber qual o contexto de atuação das associações e organizações religiosas portuguesas e brasileiras, bem como, como se dá a relação destas com outras instancias e instituições sociais e políticas do país nas últimas décadas.

Para isso, solicitamos sua participação em uma entrevista que será composta por uma primeira parte dedicada a questões sobre a sua organização, e uma segunda dedicada a compreender elementos externos que influenciam na atuação da organização.

Essa participação será voluntária, portanto, você pode interromper a entrevista a qualquer momento.

Para garantir o rigor da análise dos dados coletados, é desejável proceder à gravação em áudio desta entrevista. A gravação pode ser interrompida a qualquer momento, se desejado.

Tudo o que você disser será confidencial, não sendo identificada a sua pessoa nos resultados publicados.

Gostaríamos de saber se você concorda em participar desta entrevista e se autoriza a gravação.

Data: ___ / ___ / _____

Assinatura do entrevistado: _____

Assinatura do investigador: _____

Anexo D – Roteiro entrevistas

1 – Questões internas sobre a organização:

Gostaria de ouvir primeiramente sobre a associação.

Qual o contexto de surgimento, vínculos com a comunidade, voluntários e trabalhadores/as, público-alvo, dentre outras informações que considere básicas e diferenciais sobre a associação.

Conforme o entrevistado tenha ou não contemplado as perguntas seguintes, serão ou não realizadas:

I- Área de atuação da associação.

II- Autoclassificação da Associação (ONG, Fundação, Movimento social, Entidade Assistencial, etc.):

III- Em que ano foi fundada?

IV- Formalização:

V- Religiosa?

VI- Como surgiu?

VII - Quais são os objetivos?

VIII Quais são as atividades desenvolvidas, a periodicidade, o local?

IX- Quantas pessoas participam da associação? Quantas voluntárias e quantas contratadas?

Dentre estas, quantas mulheres e quantos homens?

Quais os critérios para contratação ou para ser voluntário? Tem a ver com filiação religiosa?

Quão importante é o voluntariado para a atuação da associação?

X- Quem é o público-alvo?

XI- Qual é o perfil das pessoas envolvidas?

XII- Suas lideranças têm sido renovadas? Como?

XII – Como se dá sua organização interna? (presidente-vice?) Como são tomadas as principais decisões?

XIII - Relações com outras associações – quais e em que intensidade (rede)?

XIX- Estabelece relações com a política: governo, partidos, eleições, etc.? Especificar.

XX- Relações com empresas; campo privado?

XXI - A associação tem alguma representação institucional? Conselhos, Fóruns, etc? Quais?

XXII - Quais seriam os benefícios sociais da associação?

XXIII - Há conflitos internos à associação?

XXIX - E externos? Com quem, sobre o que?

2 – Sobre o contexto político-social e influências na atuação das Associações religiosas:

I - Cite desde 1974 quais você considera como os principais momentos, na linha do tempo dentro do contexto (evangélico, católico...) em Portugal? Quais os principais momentos/acontecimentos? (Ou desde 1988, para o Brasil)

II - E quais os principais documentos públicos feitos pelo movimento (católico ou evangélico) desde 1974 e principalmente nos anos mais recentes? (adaptar para Brasil)

III - Qual sua opinião sobre a lei de Liberdade religiosa de 2001? (ou legislações de relevância para ARs brasileiras)

IV - Quais foram as principais consequências desta? Para sua organização e para o campo (evangélico ou católico?)

V - Quais você diria que seriam as principais fontes de informação dos evangélicos em Portugal? (Jornais, semanários, páginas...)

VI - Quais os meios mais oficiais de comunicação?

VII - Como avalia, em termos gerais, o associativismo existente em Portugal/Brasil? E a atuação da associação (Cáritas, etc)?

a) Porque as mulheres constituem maioria nas associações, como trabalhadoras contratadas ou voluntárias, mas são minoria nos cargos de liderança?

VIII – Dentre as diferentes formas de estudar as associações, tem-se procurar compreender benefícios e impactos que a associação traz para com público alvo, comunidade, ou seja, em diferentes níveis, e através de quais repertórios e com quais recursos realiza isto. Mas também é de grande relevância saber como o mundo para além dos muros da associação influencia as ações desta. Para isto, destaco 4 principais níveis: financeiro, legislativo, político e acadêmico-científico (explicar). Quais elementos diria que vê influenciar o dia-a-dia da associação?

Como questões econômicas de Portugal e União Europeia / ou Brasil e América Latina podem influenciar?

Por exemplo, em contextos da crise e da austeridade em Portugal, como em 2008? Como influenciou e mudou nesta situação e a partir dela?

IX- Qual seria, no seu entender, o peso das associações religiosas em se comparando com o total de associações em Portugal/Brasil. Em termos quantitativos e de representação/reconhecimento social?

Na sua visão, seriam as religiosas as mais atuantes?

Há mudanças nas últimas décadas com relação a isto?

X – O que você poderia me dizer sobre as ações sociais da Igreja, considerando uma perspectiva histórica recente? Quais as continuidades e as principais mudanças?

XI – Há duas principais formas em como podemos olhar para as ações socio-caritativas realizadas pelas igrejas: a motivação da caridade, e por outro lado, a ideia de promover e assegurar direitos (a se alimentar, a ter moradia, por exemplo). O que pode me dizer sobre isso, com relação ao trabalho desenvolvido pela associação e também pela Igreja (_____)?

XII - Vê que as igrejas devem dar maior ênfase para a atuação social ou para a estrutura da própria Igreja?